



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Márcio Ferreira Nery Corrêa

A Geografia de um saquarema: Justiniano José da Rocha e o contexto de construção do Brasil Imperial e de institucionalização de um saber escolar

Rio de Janeiro

2022

Márcio Ferreira Nery Corrêa

A Geografia de um saquarema: Justiniano José da Rocha e o contexto de construção do Brasil Imperial e de institucionalização de um saber escolar

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Sampaio Machado

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

C823 Corrêa, Marcio Ferreira Nery.
A Geografia de um saquarema: Justiniano José da Rocha e o contexto de construção do Brasil Imperial e de institucionalização de um saber escola / Marcio Ferreira Nery Corrêa. – 2022.
443 f. : il.

Orientador: Mônica Sampaio Machado.

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia – Ensino de primeiro grau – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Educação – Aspectos políticos e sociais – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Colégio Pedro II – História – Saquarema (RJ) – Teses. 4. Brasil – Educação – Império, 1822-1889 – Teses 5. Rocha, Justiniano José da, 1812-1862 – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Machado, Mônica Sampaio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Instituto de Geografia. Título.

CDU 911:37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Márcio Ferreira Nery Corrêa

**A Geografia de um saquarema: Justiniano José da Rocha e o contexto de construção do
Brasil Imperial e de institucionalização de um saber escolar**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 08 de abril de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Mônica Sampaio Machado (Orientadora)
Instituto de Geografia - UERJ

Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dr.^a. Lia Osório Machado
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a. Márcia de Almeida Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a quem me oferecem a alegria cotidiana de viver. A vocês, Ignácio e Benício, amores e dádivas da Vida.

AGRADECIMENTOS

À minha querida, gentil e paciente orientadora Professora Mônica Sampaio Machado a oportunidade de desenvolver este capítulo da Vida. Seu apoio e seus apontamentos foram fatores imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

À UERJ, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, à companhia amiga e divertida de Isabella Belmiro Araújo nessa trajetória acadêmica e a todas/os as/os colegas do Grupo GeoBrasil. O mesmo faço em relação ao CPIO, pois sem caras amizades e sem suporte material/institucional, nada disso seria possível.

A todas as instituições que dispuseram seus respectivos acervos, particularmente ao Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM/CPIO). Nesse mesmo sentido, incluem-se na lista de agradecimentos os professores da banca que compreenderam com muito acolhimento o momento difícil em que todos passamos.

Aos professores que fizeram parte da banca de qualificação: a gentil Professora Márcia de Almeida Gonçalves e o fraterno Professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, este último conhecido de algum tempo; ambos deram valiosíssimas parcelas de contribuição na direção deste trabalho. O mesmo faço à Professora Lia Osório, que fez um significativo gesto de gentileza ao escanear e ceder artigo seu de difícil acesso, além de tecer considerações importantes sobre a temática; incluo nessa lista o Professor Genylton Rocha, com quem tive a satisfação de conhecê-lo de perto em duas oportunidades, uma em São Paulo (no II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico) e outra, a seu próprio convite, na linda Belém do Pará, durante etapas do PNLD/2013 no âmbito da UFPA.

A Luís Ernesto Barnabé, que lá de São Paulo (Assis) ou Paraná (Jacarezinho) “trocava figurinhas” relevantes sobre Justiniano e seus compêndios. A pesquisa e a ciência se fazem com colaboração nesse nível de generosidade.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente neste projeto. Sou particularmente muito grato àquela que, com muito amor e afeto, compartilhou angústias e esperanças lado a lado sem esmorecer: a você, Patty, o meu amor e reconhecimento que já duram quase 24 primaveras.

A toda a minha querida e sempre presente família, simbolizada na ternura e preces de minha mãe (Denise) e de minha vó (Lugenira: nonagenária com muita alegria de viver), e na presença amiga de meu pai (Mario), irmãos (Marcelo e Marinho), sobrinhos (João, Hugo e Maria). Sem a família, sem a ceiva da Vida, a planta não se mantém pulsante.

Por fim, agradeço humildemente às Energias do Bem, Embaixadores do Alto, que me ajudaram a atravessar esse rio cheio de correntes, valas e rodamos, cheios de desafios e tormentas íntimas, ou seja, a todos os queridíssimos amigos da *Casa dos Benefícios*, cujo sustento, apoio e zelo nunca me faltaram. A esses últimos, junto com a *Causa primária* de todas as coisas, muita gratidão.

A geografia é uma ciência tão interessante, tão deleitosa, tão capaz de seduzir a atenção da mocidade, que é reputada como o jardim do recreio para a inteligência. As preleções que se podem fazer neste ramo, sendo ricas e cheias de lindas comparações ou aplicações, são um meio forte para ensinar a mocidade a amar os estudos e a sua razão.

Justiniano José da Rocha

RESUMO

CORRÊA, Márcio Ferreira Nery. *A Geografia de um saquarema: Justiniano José da Rocha e o contexto de construção do Brasil Imperial e de institucionalização de um saber escolar*. 2022. 443 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese objetiva apresentar o contexto inicial de institucionalização da Geografia escolar no ensino secundário no Brasil através de um personagem singular da história nacional, que participou direta e ativamente da construção de um projeto de país: Justiniano José da Rocha. Destacam-se neste trabalho o panorama político e os principais debates nos quais esse intelectual se inseriu durante sua atividade militante em prol da causa conservadora (um conservadorismo não apenas moralista, pautado em costumes, mas sobretudo defensor de uma ordem social e política). Ambientado num período decisivo para a manutenção de um Brasil uno e indivisível (genericamente entre os anos pós-abdicação, em 1831, e o chamado “renascer liberal” nos anos 1860; ou mais especificamente o intervalo de tempo correspondente à atividade intelectual de Justiniano, entre 1835 e 1862), propõe-se aqui demonstrar como a *Geografia escolar* ensinada por Justiniano no Imperial Colégio de Pedro II, na condição de primeiro professor da disciplina naquela Instituição fundada por iniciativa governamental, correspondeu aos anseios do projeto saquarema, então força política hegemônica que atuou prioritariamente para que o Brasil não se fragmentasse política e territorialmente. Defende-se aqui que aquela *Geografia* ensinada nos bancos escolares do Colégio Pedro II, diferente da alcunha de mnemônica, vazia de sentidos e, portanto, enfadonha, qualidades essas normalmente atribuídas à Geografia escolar dos oitocentos, em verdade era eivada de sentidos convergidos ao propósito de formar os filhos da *boa sociedade* que constituiriam o “mundo do governo”, isto é, que constituiriam a classe senhorial e, mais especificamente, a classe dirigente do Brasil Imperial. Tratava-se, portanto, de uma *Geografia* alinhavada a questões que interessavam ao mesmo tempo à constituição e à perpetuação de uma ordem política e social concretizada enquanto projeto de Estado Imperial.

Palavras-chave: Justiniano José da Rocha. Pensamento Geográfico. Institucionalização da Geografia Escolar. História da Geografia. História Territorial do Brasil. Brasil Imperial.

ABSTRACT

CORRÊA, Márcio Ferreira Nery. *Geography of a saquarema: Justiniano José da Rocha and the context of the development of Imperial Brazil and the institutionalisation of a school knowledge*. 2022. 443 f. Thesis (Doctorate in Geography) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis aims to present the initial context of institutionalisation of school geography on the secondary education in Brazil through a unique character of the national history, who directly and actively engaged in the development of a project of country. This work highlights the political background and the main discussions in which Justiniano José da Rocha took part during his militant activity for the conservative cause (a conservatism not just moralistic, based on customs, but most importantly advocate of a social and political order). Set in a long decisive period for the maintenance of a single and indivisible Brazil (generically between the post-abdication years, in 1831, and the so-called “liberal renaissance” in the 1860s; or more specifically in the years of Justiniano’s intellectual activity, between 1835 and 1862), here we propose to demonstrate how the *school geography* taught by Justiniano in the Imperial Colégio de Pedro II, as the first teacher of the subject in that Institution, founded by government initiative, corresponded to the expectations of the saquarema project, at that period, the hegemonic political force which primarily functioned so that Brazil would not fragment politically and territorially. It is argued here that the *geography* taught in the benches of Colégio Pedro II, different from the mnemonic alias, was meaningless and, therefore, tedious; qualities normally attributed to the school geography of the 1800s was, in fact, eivated with meanings that converge with the purpose of forming children of the *good society* which would constitute the "world of government" , that is, would establish the landlord class, being more specific, the ruling class in Imperial Brazil. It represented, therefore, a *geography* aligned with the interests of both the constitution and perpetuation of a political and social order materialized as an Imperial State project.

Keywords: Justiniano José da Rocha. Geographical Thinking. Institutionalisation of School Geography. History of Geography. Territorial History of Brazil. Imperial Brazil.

RESUMÉ

CORRÊA, Márcio Ferreira Nery. *La Géographie d'un saquarema: Justiniano José da Rocha et le construction du Brésil Impérial et d'institutionnalisation d'un savoir scolaire*. 2022. 443 f. Thèse (Doctorat en Géographie) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Cette thèse vise à présenter le contexte initial de l'institutionnalisation de la géographie scolaire dans l'enseignement secondaire au Brésil à travers un personnage unique dans l'histoire nationale, qui a participé directement et activement à la construction d'un projet de pays. Dans ce travail, on met en relief le panorama politique et les principaux débats dans lesquels Justiniano da Rocha s'est impliqué lors de son activité militante en faveur de la classe conservatrice (un conservatisme non seulement moralisateur, fondé sur les mœurs, mais surtout défenseur d'un ordre social et politique). Inséré dans une longue période décisive pour le maintien d'un Brésil un et indivisible généralement entre les années post-abdication, en 1831, et la soi-disant "renaissance libérale" dans les années 1860; ou plus précisément entre les années d'activité intellectuelle de Justiniano, entre les années 1835 et 1862), on propose ici de démontrer comment la géographie scolaire enseignée par Justiniano au Impérial Collège de Pedro II, en tant que premier professeur de la discipline dans cette Institution fondée par l'initiative gouvernementale, correspondait aux aspirations du projet saquarema, une force politique hégémonique qui a agi surtout pour que le Brésil ne se fragmente pas politiquement et territorialement. On défend ici que la géographie enseignée sur les bancs scolaires du Collège Pedro II, différemment du surnom de mnémonique, vide de sens et, par conséquent, ennuyeuse, qualités normalement attribuées à la géographie scolaire du XIXe siècle, en fait, était pleine de signification convergées dans le but de former les enfants de la *bonne société* qui constitueraient le « monde du gouvernement », c'est-à-dire qui constitueraient la classe seigneuriale et, plus précisément, la classe dirigeante du Brésil impérial. Il s'agissait, donc, d'une géographie liée à des enjeux qui intéressaient en même temps à la constitution et à la perpétuation d'un ordre politique et social concrétisé comme un projet d'État Impérial.

Mots clés: Justiniano José da Rocha. Pensée Géographique. Institutionnalisation de la Géographie Scolaire. Histoire de la Géographie. Histoire Territoriale du Brésil. Brésil Impérial.

RESUMEN

CORRÊA, Márcio Ferreira Nery. *La Geografía de un saquarema: Justiniano José da Rocha y la construcción del Brasil Impérial y la institucionalización de un saber escolar*. 2022. 443 f. Tesis (Doctorado en Geografía) – Instituto de Geografía, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tesis tiene como objetivo presentar el contexto inicial de la institucionalización de la geografía escolar en la educación secundaria en Brasil a través de un personaje único en la historia nacional, que participó directa y activamente en la construcción de un proyecto de país. Este trabajo destaca el panorama político y los principales debates en los que se vio envuelto Justiniano da Rocha durante su actividad militante a favor de la clase conservadora (un conservadurismo no sólo moralizador, sino sobre todo defensor de un orden social y político). Insertado en un largo período decisivo para el mantenimiento de un Brasil único e indivisible, generalmente entre los años posteriores a la abdicación, en 1831, y el llamado “renacimiento liberal” en la década de 1860; o más precisamente entre los años de actividad intelectual de Justiniano, entre los años 1835 y 1862), nos proponemos aquí demostrar cómo la geografía escolar impartida por Justiniano en el Imperial Colegio de Pedro II, como primer maestro de la disciplina en esta Institución fundada por iniciativa gubernamental, correspondía a las aspiraciones del proyecto saquarema, fuerza política hegemónica que actuaba sobre todo para que Brasil no se fragmentara política y territorialmente. Se argumenta aquí que la Geografía enseñada en los bancos escolares del Colégio Pedro II, contrariamente a las malas cualidades normalmente atribuidas a esta materia escolar del siglo XIX (aburrida, mnemotécnica, etc.), estaba en realidad llena de significados dirigidos a la propósito de formar hijos de *buena sociedad* que constituyan el “mundo de gobierno”, es decir, que constituyan la clase señorial y, más específicamente, la clase dominante del Brasil Imperial. Se trataba, por tanto, de una Geografía ligada a cuestiones que interesaban tanto a la constitución como a la perpetuación de un orden político y social concretado como proyecto de Estado Imperial.

Palabras clave: Justiniano José da Rocha. Pensamiento Geográfico. Institucionalización de la Geografía Escolar. Historia de la Geografía. Historia Territorial de Brasil. Brasil Imperial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Carta corographica do Império do Brazil_IHGB (1846)	122
Mapa 2 –	Guia e plano da cidade do Rio de Janeiro (1858)	129
Quadro 1 –	Análises da vida e/ou da obra de Justiniano José da Rocha	143
Figura 1 –	Justiniano José da Rocha recebendo suposta recompensa pelos seus préstimos jornalísticos oferecidos à causa regressista	150
Figura 2 –	Caricatura de Justiniano José da Rocha (1837)	151
Figura 3 –	Retrato de Justiniano José da Rocha	153
Figura 4 –	Planta do projeto do bairro de Vila Isabel (1872)	154
Foto 1 –	Placa da Rua Justiniano da Rocha, no bairro de Vila Isabel, Rio de Janeiro	155
Figura 5 –	Caricatura xilografada de Justiniano (20 de fev. 1852)	163
Figura 6 –	Caricatura xilografada de Justiniano (7 de nov. 1852)	164
Figura 7 –	Contracapa da obra <i>Considerações sobre a Administração da Justiça Criminal no Brasil</i> (1835), de Justiniano José da Rocha	176
Figura 8 –	Contracapa da obra <i>Ação; Reação; Transação – Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil</i> (1855), de Justiniano José da Rocha	182
Figura 9 –	Árvore genealógica de Justiniano José da Rocha	208
Figura 10 –	Exemplares das capas de alguns periódicos nos quais Justiniano José da Rocha exerceu a carreira jornalística	232
Quadro 2 –	Organização ou Presidência dos Gabinetes Ministeriais e as Deputações de Justiniano entre 1835 e 1862	243
Foto 2 –	Capa da 2ª Edição (1850) do <i>Compêndio de Geografia</i> de Justiniano José da Rocha	315
Foto 3 –	Contracapa da 2ª Edição (1850) do <i>Compêndio de Geografia</i> de Justiniano José da Rocha	316
Quadro 3 –	Assuntos encontrados na 2ª edição de <i>Compêndio de Geografia</i> , de Justiniano José da Rocha	319
Figura 11 –	Exemplo (N. 1) de anúncio da 2ª edição do <i>Compêndio de Geografia</i> de Justiniano José da Rocha no <i>Jornal do Commercio</i>	347

Figura 12 –	Exemplo (N. 2) de anúncio da 2ª edição do <i>Compêndio de Geografia</i> de Justiniano José da Rocha no <i>Jornal do Commercio</i>	349
Figura 13 –	Exemplo (N. 3) de anúncio da 2ª edição do <i>Compêndio de Geografia</i> de Justiniano José da Rocha no <i>Jornal do Commercio</i> , precedido por outro anúncio de distinta natureza feita igualmente por este último	350
Figura 14 –	Anúncio da 2ª edição do <i>Compêndio de Geografia</i> de Justiniano José da Rocha no periódico sob sua própria direção, <i>O Brasil</i>	351
Figura 15 –	Anúncio da 2ª edição do <i>Compêndio de Geografia</i> de Justiniano José da Rocha e de outras obras traduzidas por este mesmo autor no periódico sob sua própria direção, <i>O Velho Brasil</i>	353
Quadro 4 –	Grade Curricular do Colégio Pedro II para o ano de 1838	358
Quadro 5 –	Grade Curricular do Colégio Pedro II para o ano de 1841	362
Quadro 6 –	Levantamento estatístico: número de alunos bacharéis em 1843	372
Quadro 7 –	Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1844	373
Quadro 8 –	Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1845	373
Quadro 9 –	Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1846	373
Quadro 10 –	Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1847	374
Quadro 11 –	Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1848	374
Quadro 12 –	Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1849	374
Quadro 13 –	Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1850	374
Quadro 14 –	Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1844	375
Quadro 15 –	Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1845	376
Quadro 16 –	Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1846	376
Quadro 17 –	Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1847	376
Quadro 18 –	Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1848	377
Quadro 19 –	Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1849	377
Quadro 20 –	Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1850	377
Quadro 21 –	Naturalidade dos Bacharéis do Colégio Pedro II (1844-1860)	378
Quadro 22 –	Ocupação futura dos alunos formados no CPII (1843-1861)	380

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AN	Arquivo Nacional
CPII	Colégio Pedro II
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IEB/USP	Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
NUDOM	Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	CHAVES INTERPRETATIVAS PARA A GEOGRAFIA DE JUSTINIANO	59
1.1	Compêndio “despretensioso”	60
1.2	Retórica, artifício de todo saber	72
1.3	A construção do Brasil Imperial	92
2	ALGUNS ESTRATOS DA VIDA E DAS OBRAS DE UM ROCHA	130
2.1	A relevância do personagem segundo seus biógrafos	136
2.2	O Tempo vivido, produzido e interpretado por Justiniano	168
2.3	Suas origens	197
2.4	Um intelectual polivalente e multi-atuante	214
3	UMA GEOGRAFIA DESPRETENSIOSA OU UMA GEOGRAFIA DOUTRINÁRIA?	262
3.1	<i>Doutrinas de Dr. Rocha</i>	262
3.2	O papel da instrução no Projeto Saquarema	283
3.3	O Compêndio de Geografia: entre <i>doxa</i> e <i>aleteia</i>	309
3.4	Um possível alcance das lições geográficas de Justiniano	344
	CONCLUSÃO	381
	REFERÊNCIAS	384
	APÊNDICE A - Relação de professores de Geografia do Colégio Pedro II durante o século XIX	403
	APÊNDICE B – Relação de professores de Geografia do Colégio Pedro II vinculados a sociedades geográficas no Rio de Janeiro/Brasil durante o século XIX	406
	ANEXO A – Biografia de Justiniano José da Rocha segundo Luís Gastão d’Escragnolle Dória.	408
	ANEXO B – Editorial de <i>O Despertador</i> (dirigido por Francisco Salles Torres Homem), em 9 de outubro de 1839, tecendo críticas ao recém-fundado Colégio Pedro II e ao compêndio de geografia	409
	ANEXO C – Correspondência de Justiniano José da Rocha para Redator do	

<i>Jornal do Comércio em 10 de outubro de 1839; assunto: resposta às críticas ao compêndio de geografia de sua autoria</i>	411
ANEXO D – Discurso (na íntegra) pronunciado pelo Sr. M. de Paranaguá na sessão de 10 de outubro (de 1839): o colégio Pedro II; o compêndio de geografia adotado naquele estabelecimento	413
ANEXO E – Correspondência de Justiniano José da Rocha para Redator do Jornal do Comércio em 16 de outubro de 1839; assunto: resposta às críticas ao compêndio de geografia de sua autoria feitas na Tribuna do Senado pelo Marquês de Paranaguá	417
ANEXO F – Abaixo-assinado de alunos internos do Colégio Pedro II, em 12 de outubro de 1839, suplicando a permanência do Sr. Dr. Justiniano José da Rocha como professor do Colégio Pedro II após o próprio pedido de demissão. Publicado no <i>Jornal do Comércio na edição de 16 de outubro de 1839</i>	420
ANEXO G – Primeira nota biográfica acerca de Justiniano José da Rocha, publicada com ele ainda em vida – Por Innocencio Francisco da Silva, em 1860	421
ANEXO H – Fotocópia da carta dirigida por Justiniano José da Rocha ao Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, solicitando seu desligamento da instituição	425
ANEXO I – Transcrição e fotos dos registros acerca de Justiniano José da Rocha no <i>Livro de Matrícula dos Empregados do Collegio Pedro II 1838 – 1852</i>	426
ANEXO J – Íntegra de artigo de Justiniano José da Rocha em <i>O Atlante</i> , N. 11, 10/6/1836.	430
ANEXO K – Íntegra do artigo de Justiniano José da Rocha em <i>O Velho Brazil</i> , N. 1703, 06/08/1853.	433
ANEXO L – Íntegra do discurso de Justiniano José da Rocha na cerimônia de premiação dos alunos do Colégio Pedro II em dezembro de 1839.	436

INTRODUÇÃO¹

Antes do objeto, uma trajetória (ou... um pouco de história antes da tese)

Toda tese tem uma trajetória, cuja exposição costuma conduzir o leitor à compreensão da evolução e do encadeamento lógico que situa e justifica o trabalho que se pretende apresentar. Evidentemente acredita-se que muitos trabalhos têm por pano de fundo uma história pessoal e uma contribuição coletiva que muitas vezes carecem de serem contadas. As palavras a seguir guardam esse sentido...

Reportar-se ao passado para explicar ou ajudar a explicar o presente é quase sempre (e é bom enfatizar esse “quase”)² o compromisso assumido ou exigido para quem se propõe dedicar-se à pesquisa de fontes com a finalidade de produzir uma interpretação acerca de fatos com o propósito de se entender – ainda que parcialmente – como as coisas se processaram para chegar ao estágio em que se apresentam hoje. Esse parece ser o princípio maior de parte considerável das historiografias, mesmo que elejam um período bem distante do *tempo presente*. Em relação à história da Geografia enquanto expressão do pensamento social, o princípio parece ser o mesmo; no caso da Geografia histórica, esse princípio também é

¹ Antes de se iniciar esta introdução, recorre-se a argumentos ponderáveis – “tomados emprestados” e adaptados aqui a partir de uma “NOTA DO AUTOR” de uma biografia recentemente publicada – acerca do uso demasiado das notas de rodapé num trabalho. Diz referido Autor: “(...) o aparato de notas poderá parecer demasiado, mas vale a pena compulsá-lo; elas têm características heterogêneas: ora apontam informações históricas e bibliográficas, às vezes algumas minudências e aspectos pontuais, ora retomam passagens (...) mais desenvolvidas (...). Mas também recuperam considerações de outros estudiosos, muitas das quais indispensáveis [para certos aspectos do raciocínio/argumento desenvolvido] – são o justo tributo [que se paga] àqueles [que serviram de subsídio para este trabalho]”. E completa este Autor (famoso pela sua seriedade intelectual): “E devo dizer mais: uma das poucas coisas que aprendi lendo conhecido economista filiado ao Partido Democrata norte-americano foi que ‘as notas [...] são também um índice expressivo do cuidado posto no estudo de determinado assunto’” (Galbraith, s.d., p. 29 apud NETTO, 2020). Se esse cuidado não for de alguma forma reconhecido, pede-se desde já escusas ao inevitável inconveniente da quebra do ritmo de leitura do texto principal. Quanto a isso, fica a encargo de quem lerá o trabalho, a escolha de estratégia mais conveniente para a leitura que se seguirá.

Cf. NETTO, José Paulo. Karl Marx: uma biografia. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 34.

² Não se trata, portanto, de um consenso. E para exemplificar pontos de vista que não são consensuais, seria o caso de resgatar a análise de Alan Baker (2003) ao reconhecer que na Geografia histórica, por exemplo, há quem se preocupe exclusivamente com as chamadas “geografias do passado” (ou “geographies of past times”) e não com as mudanças ao longo do tempo, como há quem queira analisar a gênese e a evolução das formas espaciais, numa perspectiva retrospectiva de estudar o processo de mudança das paisagens ou dos arranjos territoriais.

Arrisca-se aqui a dizer que o mesmo ocorre com historiadores, dividindo-se entre os que se ocupam exclusivamente com o passado sem o compromisso de relacioná-lo com o presente, e outros que assim o fazem enquanto compromisso.

Cf. BACKER, Alan R. H. Geography and history: bridging the divide. Cambridge, Cambridge University Press, 2003. Ver, em especial, o primeiro capítulo: “On the relations of geography and history” (p. 1-36).

pertinente, porquanto “muitos aspectos geográficos requerem um estudo histórico para uma explicação satisfatória de como chegaram a estar aonde estão”³. Quando esse sentido muitas vezes aguardado pelos leitores não se consuma, é comum restar a má impressão de trabalho diletante, sem grandes propósitos, desprovido de objetivações mais sólidas e apenas guiado por interesses próprios e contingenciais. Construir um sentido para uma pesquisa muitas vezes deriva dessa necessidade de se devolver à sociedade o investimento que direta ou indiretamente a mesma fez para que as condições de produção ocorressem.

O senso de responsabilidade quanto a isso existe, mas responsabilidade rima com cautela, às vezes com desânimo (dada as dificuldades do caminho...), com tropeços e sentimentos de incompletude, paralisia às vezes. Rima com consciência metodológica. E apesar disso tudo, o diletantismo pode insurgir e ser a paixão que move quando a responsabilidade pesa. Quando se vê, a responsabilidade muitas vezes retarda e o diletantismo avança avassaladoramente, porque não se prende. A linha tênue entre uma e outra gerou aqui alguns dilemas, porque no subconsciente⁴ ficou registrado um alerta muito cristalizado oferecido por Milton Santos ao citar Jean Brunhes:

(...) Jean Brunhes considera a geografia histórica o ‘aspecto mais complicado da geografia humana’, uma vez que ela é ao mesmo tempo ‘o empreendimento mais audacioso e aventureiro e, todavia, aquele que (...) em virtude de uma singular ilusão tem parecido o mais fácil.’⁵

³ “(...) many geographical features require historical study for a satisfactory explanation of how they come to be where they are.” Cf. SMITH, C.T. *Historical Geography: Current Trends and Prospects*. In CHORLEY, R.J.; HAGGETT, P. *Frontiers in Geographical Teaching*. New York, Routledge, 2019. p. 118. (Versão *e-book*, digitalizada a partir das duas primeiras edições: 1965; 1970). Trecho originalmente lembrado e traduzido em SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2003. p. 43.

⁴ Numa clara referência aos legados de Freud e Jung, qual seja (numa despretenhosa síntese do léxico psicológico ou psicanalítico...), a de que o subconsciente é a parte do inconsciente que aflora à consciência... É válido considerar que atualmente o termo tem sido evitado pela comunidade de psicólogos. Cf. APA (American Psychological Association) *Dictionary of Psychology*. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/pdf>.

⁵ SANTOS (*Op. Cit.*). p. 44.

O trecho serve para ilustrar o simples fato de assinalar que produzir história – mesmo que restrita à Geografia – pouco ou nada tem a ver com diletantismo⁶ – aliás, quando assim acontece, patenteia-se a mais eloquente ilusão vivenciada por quem desta forma procede quase sempre sem o saber ou (na pior das hipóteses) de maneira inconsequente. Certamente reside aí a importância quanto ao reconhecimento renovado em relação ao trabalho do historiador, mas igualmente em relação ao trabalho do geógrafo que envereda pelo caminho em se compreender o espaço com o recurso da reflexão teórica que envolve o fator *tempo*⁷.

⁶ Em outros termos, nada tem a ver com “passatempo”... Apesar de haver muito prazer envolvido nessa “aventura” e “audácia”, há também um bocado de sofrimento, angústia e sacrifício oriundos desde o contato com arquivos empoeirados dos acervos, até, sobretudo, o contato com a necessidade de exercício abstrato que conduz todo o pesquisador a reflexões necessárias acerca de debates teórico-metodológicos, além da necessidade de verificação de dados empíricos. Com consciência ou não, todo o trabalho possui uma orientação de visão de mundo, mesmo que inacabada, dada a dialética da própria vida (do contrário, tal orientação tenderia ao dogma). [e dialética, aqui, significa a dinâmica do movimento racional que permite a superação de alguma contradição. Ou seja, não se fala aqui no sentido de método (pode-se também... mas não é nesse sentido; é no sentido de um movimento conjunto do pensamento e do real)]_ e para um sentido mais amplo e dos vários usos do termo, ver: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996; ver também: KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

⁷ É válido lembrar e reconhecer que a relação entre as categorias *espaço* e *tempo* não é exclusivamente uma preocupação dos geógrafos (nem dos físicos... a lembrar do interesse desses por essas categorias no mundo da *quântica*...). Antes mesmo de processos mais avançados de institucionalização dos saberes científicos no século XIX, o legado do renomado filósofo Immanuel Kant, sobretudo através do clássico *Crítica da Razão Pura*, requer ser lembrado/mencionado. Em verdade, ele inaugura uma tradição na qual *espaço* e *tempo* aparecem como categorias distintas e apriorísticas. Relacioná-las quase sempre foi uma tarefa considerada difícil, sobretudo porque durante muito tempo a distinção pautava-se na impressão de que a geografia estaria associada ao estudo de formas fixas e implicadas a um *tempo presente*, dentro de um estatuto de ciência empírica, enquanto a história necessariamente corresponderia ao estudo do passado (Cf. ABREU, 2000). Talvez poucos tenham estabelecido relações tão profícuas no campo da História, como no caso de Fernand Braudel e sua proposta de Geo-História patenteada na obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, na qual está identificada a influência exercida por Paul Vidal de La Blache através da obra *Princípios de Geografia Humana* (Cf. LIRA, 2008). Certamente há outros historiadores que não se furtaram a refletir acerca dessas possíveis relações, sendo Reinhart Koselleck (2014) um dos exemplos; ele assevera que “Ninguém negará que a história, seja lá o que for, tem a ver com espaço, ou melhor, que as histórias têm a ver com espaços. Mas a pretensão de generalidade de ambas as categorias é tão grande que correm o perigo ou de perderem o vigor ou de serem confrontadas com exigências emocionais exageradas.” (p. 73). O que ele pretende ressaltar é que desde o século XVIII são estabelecidas relações entre espaço e tempo; isso porém não acontece entre espaço e história.

Ainda nas possibilidades de reflexão da relação entre essas duas categorias, enquadrada na mencionada tradição kantiana, cabe considerar a necessidade sempre renovada de se entender, por exemplo, as razões (profundas ou não) da articulação ou separação das duas áreas do saber na forma de disciplinas escolares e/ou científicas, particularmente em se tratando de formação de professores de ambos os campos. Os exemplos em que as razões e justificativas são diversas ficam a cargo de cada país na composição de seus cursos ou currículos; no Brasil, por exemplo, é comum unir-se ambos os saberes (mesmo que com a manutenção de suas distintas identidades pautadas em diferentes propostas de saberes e competências) nos primeiros ciclos do ensino fundamental; na França, a formação de professores do ensino básico também permite a presença de ambos os saberes no mesmo esboço curricular; algo similar ocorria no Brasil nos cursos de geografia e história que funcionaram assim até meados da década de 1950 (Cf. MACHADO, 2009). Esse exemplo de percurso formativo – permeado por ambos os saberes – foi constatado em casos emblemáticos, como o da conhecida Therezinha de Castro, autointitulada historiadora (tendo sido professora de História no CPII) e, sobretudo, geopolitóloga. Therezinha foi autora de livros didáticos em história e geografia, além de paradidáticos em geopolítica, todos em conjunto com o seu mestre Delgado de Carvalho. (Cf. ARAÚJO & CORRÊA, 2018). Antes, porém, do exemplo de trajetória formativa de Therezinha, há outros exemplos ainda mais marcantes de

Esta tese tem em si um longo percurso que antecede o atual resultado. Até bem pouco tempo era difícil recobrar esse caminho conscientemente, porque em princípio acreditava-se não haver qualquer conexão entre este trabalho e a trajetória até então traçada sem sentido preciso de planejamento; mas hoje se percebe com singular clareza que sua origem advém da pequena experiência acumulada a partir de pesquisa desenvolvida há mais de dez anos no mestrado. Àquela ocasião – balizado pela experiência e orientação de outros mestres mergulhados no campo da Geografia Cultural – o desafio foi compreender a territorialidade de uma instituição religiosa numa escala regional; nascia àquela época uma dissertação – com todas as lacunas cabíveis a quem entrava em seara nova... – com a pretensão de interpretar “A Lógica da Territorialidade Católica na Amazônia”⁸. Pelo título em si percebe-se a dimensão do desafio. O maior deles foi recuar no tempo para compreender como essa territorialidade se comportou de maneira diferenciada em cada contexto e como ajudou a configurar não só a região em si, mas todo um país cuja extensão dispensa maiores comentários acerca de sua grandeza. Evidente que o contato com trabalhos de vulto foram imperiosos para o aprendizado. Um deles surpreendia pelo volume (em verdade, eram dois volumes em uma única diagramação) e, evidentemente, pela qualidade: *Mitos y realidades de la Amazonia Brasileña en el contexto geopolítico internacional, 1540-1912*, da geógrafa Lia Osório

casos de historiadores de formação que se tornaram consagrados geógrafos ou de geógrafos que se tornaram consagrados historiadores, conforme são os casos, respectivamente de Paul Vidal de La Blache e de Georges Duby e Pierre Vilar (RIBEIRO, 2006).

Cf. ABREU, Maurício de A. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. Revista GEOUSP, DG/FFLCH/USP, no 7, 2000. P. 13 – 25; Cf. LIRA, Larissa Alves de. “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”. Revista eletrônica Confins, n. 2, 1º semestre 2008; Cf. KOSELLECK, Reinhart. Estratos: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014; Cf. MACHADO, Mônica Sampaio. A construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009; ARAÚJO, I. B.; CORRÊA, M. F. N. Portugal e Brasil no pensamento de Therezinha de Castro. In MACHADO, Mônica Sampaio; BARBOSA, Jorge Luiz. *Entre Brasil e Portugal: aproximações geográficas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018. Pp. 57-75; RIBEIRO, Guilherme. Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história. GEOgraphia, UFF, Niterói-RJ, Ano VIII, nº 15, 2006. Pp. 87 – 114.

⁸ CORRÊA, Márcio F. N. *A Lógica da Territorialidade Católica na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Uma versão sintética da dissertação pode ser verificada num artigo publicado na Revista Espaço e Cultura: CORRÊA, Márcio F. N. Territorialidade Católica na Amazônia: um exercício de periodização. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, nº 21, Janeiro de 2007. Pp. 31 – 49.

Machado⁹. Era – num linguajar metodológico cunhado repetidamente à ocasião (e quiçá com muita frequência ainda hoje...) – um *recorte temporal* bastante amplo, mas cujos detalhes correspondiam às melhores expectativas (inclusive na ilustração e clareza dos mapas), a ponto de ser extraído daquele trabalho a compreensão¹⁰ de como as diferentes ordens missionárias católicas ajudaram a forjar a dinâmica daquela escala espacial, que mais tarde seria incorporada por outras lógicas.

⁹ À época, a referida tese foi cedida/emprestada pela própria Autora por intermédio da orientadora daquele trabalho de mestrado, a Professora Zeny Rosendahl. Importante salientar que o volume da diagramação possuía (possui...) o tamanho dos mais completos dicionários de Língua Portuguesa (ao estilo *Aurélio* ou *Houaiss*); ou seja, é um trabalho de fôlego, tanto em tamanho, como, sobretudo, em qualidade. Cf. MACHADO, Lia Osório. *Mitos y realidades de la Amazonia Brasileña en el contexto geopolítico internacional, 1540-1912*. Tese de doutoramento. Barcelona, Universidade de Barcelona, 1989.

¹⁰ E compreensão, neste caso, adquire-se por intermédio de um “quadro geográfico”, uma disposição visual de elementos num mapa (mas pode ser também numa paisagem...) que ajuda a pensar geograficamente (localização, extensão espacial do fenómeno retratado, características locais, etc.), conforme os termos e o entendimento empregados por Paulo César da Costa Gomes. Cf. GOMES, P.C.C. *Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

É daquela debutante experiência da relação entre *espaço* e *tempo* que se aprofundavam contatos com algum legado teórico de diferentes geógrafos¹¹.

Concluída aquela etapa de muito aprendizado, parecia natural suceder-se a vontade de se manter uma trajetória no trabalho de pesquisa. Mas naquele momento, um outro objeto chamava mais atenção. A particular experiência no magistério em uma secular instituição de ensino despertara a vontade de saber e contar a história da Geografia no Colégio Pedro II – e, naquele momento, não havia qualquer pretensão consciente de se relacionar *história da Geografia* com *Geografia histórica* – e esse é um dos sinais da busca diletante que guiou inicialmente esta pesquisa¹².

¹¹ As referências que à época foram consideradas estavam restritas a, basicamente, Carlos Alberto Silva (1995) e Milton Santos (2003), que explicitavam uma metodologia de análise no trato da relação do *espaço* com o *tempo* através da *Teoria da Difusão*. Tratava-se de algo que parecia guardar – pelo gênero da proposta – algo muito próximo à escola teórica quantitativa, por parecer evocar a tradição dos modelos prontos encaixáveis a qualquer fato empírico. Mas a verdade é que em ambos os textos, a lição que ficou foi a de que era possível fazer uma leitura crítica do legado deixado por outras escolas de pensamento geográfico sem que o essencial e útil fosse descartado. Tratava-se, portanto, do melhor da máxima “fazer do limão uma limonada”. Santos, aliás, avançou nesse caminho através de várias obras, e desde o clássico “Por uma Geografia Nova” (quicá antes...), procurou deixar evidente que o Espaço guarda intrinsecamente em si a História, e nessa tarefa hercúlea de relacionar inteligentemente ambas as dimensões, resolveu destacar a *noção de tempo nos Estudos Geográficos*, nascendo daí a conseguinte proposta de periodizar o *meio geográfico* com a devida atenção à centralidade da *técnica* nesse processo, desdobrando disso alguns elementos discerníveis capazes de demonstrar, naquele encaminhamento, que *O Espaço* se apresentava *como a Acumulação Desigual de Tempos*.

Dito assim, sem o compromisso de concretizar pensamento tão refinado, porquanto abstratamente muito bem elaborado pelo consagrado mestre da Geografia, faltava a procura por trabalhos aparentemente menos teóricos e mais empíricos, o que, no campo da Geografia Histórica, é evidentemente a procura mais ilusória que existe dada a sua inerente complexidade já aqui comentada a partir do aporte a Jean Brunhes (SANTOS, 2003).

Os trabalhos de Maurício de Almeida Abreu (1997) e Pedro de Vasconcellos (1997) emergiam como parâmetros concretos em meio a muitas outras e mais extensas abstrações teóricas. Eram referências tão valiosas quanto as já anteriormente citadas, mas também muito subaproveitadas durante aqueles mais restritos e iniciais contatos com o universo da Geografia Histórica.

Independentemente do logro ou não de melhor aproveitamento das mencionadas referências, a verdade mais confortadora é que não há escassez desses tipos de trabalhos na Geografia brasileira. No caso de Maurício de A. Abreu, por exemplo, ainda é possível acrescentar como obras fundamentais aos amantes da Geografia Histórica o já clássico “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” e o singular trabalho de “Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)”, com fabulosos dois volumes em caprichado projeto editorial.

Cf. SILVA, Carlos Alberto F. da. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 57(1), 1995. Pp. 25-51. SANTOS (2003); Idem. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2004; Idem. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2004; ABREU, Maurício. A apropriação do território no Brasil colonial. In CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo César da C; CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do Século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pp. 197-246; VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo César da C; CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do Século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pp. 247-278.

Conferir também: ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2008; Idem. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700), volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

Um primeiro contato com a história institucional¹³ e com alguns trabalhos similares ao porte pretendido ofereceram um campo aberto de possibilidades¹⁴. Assim, sondando-se aqui e acolá a pertinência do projeto, particularmente junto a um mestre carioca de reconhecida reputação na Geografia brasileira, foi possível vencer as incertezas iniciais e apostar na empreitada. A conversa estabelecida junto a mencionado mestre foi inicialmente traçada por um despretenso comentário de sua parte: “Ah, sim, é muito relevante conhecer esses *protogeógrafos!*”¹⁵. Esses últimos a partir de então, no caso de uma Instituição fundada em 1837, entraram no *radar*. Nesse momento o mencionado termo tinha apenas a conotação de vocábulo exótico sem quaisquer maiores implicações metodológicas¹⁶.

Mais trabalhos foram “visitados” porque já àquela hora percebia-se que não havia ineditismo algum colocar os professores do Colégio Pedro II na esfera do interesse¹⁷. Alguns desses trabalhos não foram à época de fácil acesso, posto que os recursos contemporâneos dos

¹² A relação entre História do Pensamento Geográfico e Geografia Histórica (diferente da constatação de cada uma em si) não é uma coisa dada, natural, mas uma construção teórica que exige refinada elaboração. Trata-se de uma relação necessária, pois sem esta dificilmente se pode compreender o sentido do saber geográfico em diferentes contextos históricos. Obviamente, de imediato, cabe compreender que o saber geográfico – apesar de suas distintas formas..., incluindo formas escamoteadas de colocá-lo como “saber pelo saber”... – é um saber utilitário poderoso de interesse social.

¹³ Cf. DORIA, Escragnole; ACCIOLI, Roberto Bandeira et al. (Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II). Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997; ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: IFCS - UFRJ, 1999.

¹⁴ Um trabalho emblemático, direcionado a esse propósito de se ressaltar o impacto de uma história institucional no campo específico da Geografia já conta mais de 20 anos: ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: PPGG - UFRJ, 2000.

¹⁵ Muito mais tarde àquela conversa ficava evidente que aquele professor lançava mão de termo cunhado originalmente numa clássica historiografia da Geografia brasileira: MONTEIRO, Carlos Augusto de F. *A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1980. (*Apud* MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008. p. 16).

¹⁶ Somente mais tarde foi possível compreender-se inteligivelmente tais implicações suscitadas no uso desse termo no campo da produção historiográfica da Geografia. Esse assunto será retomado mais adiante ainda nesta parte introdutória.

¹⁷ Antes de publicar a obra “A construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro”, a Professora, Geógrafa e Orientadora desta tese, Mônica Sampaio Machado, já havia destacado nomes relevantes de professores do Colégio Pedro II que se envolveram diretamente na institucionalização da Geografia Universitária: Honório de Souza Silvestre, Fernando Antonio Raja Gabaglia, João Capistrano Raja Gabaglia e Carlos Delgado de Carvalho. A maioria deles não era estranha sequer às primeiras histórias institucionais anteriormente mencionadas.
Cf. MACHADO, Mônica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 69, nº 5, Universidad de Barcelona, agosto/2000; Idem. A Geografia no Gymnasio Nacional. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro (UERJ), n.14, 2003; Idem. Os Satélites da Matriz Carioca da Geografia Brasileira. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo: USP, 2005; Idem, 2009.

artigos, dissertações e teses digitalizados não existiam naquele momento com a facilidade de hoje. Foi assim que uma viagem a São Paulo para apresentar o resultado de um primeiro levantamento temático tornou-se uma inaugural oportunidade para se observar uma espécie de *estado da arte* da produção historiográfica da Geografia naquele momento¹⁸.

A partir daquela iniciativa, entrava-se numa seara já antecipadamente bem explorada por uma geração que encabeçou, entre outros projetos, a materialização das primeiras edições da Revista *Terra Brasilis*¹⁹ e foi o embrião da atual *Rede Brasilis*²⁰. Foi nessa oportunidade que igualmente se deu o primeiro direcionamento para que o projeto fosse desenvolvido em algum programa de pós-graduação que o acolhesse. E quem o acolheu com entusiasmo – após um feliz e receptivo primeiro contato – foi um dos mais representativos estudiosos da História da Geografia e da Geografia Histórica do Brasil, o Professor Antonio Carlos Robert Moraes, da Universidade de São Paulo.

A essa altura criara-se um ambiente de muito aprendizado e contato com as mais ricas e proficuas relações da Geografia com a História. O próprio ambiente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas aproximava os cursos e pesquisadores numa atmosfera de múltiplas possibilidades e diálogos interdisciplinares. E parecia que o projeto maior de Robert Moraes era bem explicitado numa agenda clara de horizonte de pesquisas no qual o

¹⁸ O levantamento inicial foi a porta de entrada para maiores diálogos com pares que comungavam de interesse no mesmo campo de estudo. Nasceu dessa iniciativa um trabalho submetido ao XV Encontro Nacional de Geógrafos em São Paulo (2008). Cf. CORRÊA, M. F. N. A geografia no Colégio Pedro II (1837-1935): pensamentos e contribuições para uma história da geografia pré-universitária. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. O Espaço Não Pára: por uma AGB em movimento. São Paulo: USP, 2008. p. 25

¹⁹ Foi o contato com o pesquisador Sérgio Pereira Nunes, então um dos responsáveis pelo *Espaço de Diálogo de História do Pensamento Geográfico* no XV ENG (2008), que foi possível vislumbrar o horizonte de muitos debates acumulados naquele campo de estudos. A cada nome apresentado de professores do Colégio Pedro II, guardava-se a certeza de que aquelas informações já haviam sido exploradas, mesmo que sem o devido aprofundamento.

A tempo: a Revista *Terra Brasilis* só existia em versão impressa, mas agora possui todas as edições em formato digitalizado. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabilis/>.

²⁰ Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. Disponível em: <http://redebrasilis.net>.

projeto que buscasse revelar a Geografia do Colégio Pedro II parecia caber e ganhar incentivo²¹.

Sem verbalizar e cercear qualquer direcionamento ao projeto, a orientação de então promoveu diálogos com outros projetos de pesquisa²² no âmbito do Laboratório de Geografia Política (GEOPO/USP) encaminhando naturalmente²³ o olhar para o século XIX²⁴. Quanto maior a precisão temporal, mais a exigência com o contexto se intensificava. O século de formação do Estado Imperial do Brasil requereu duas frentes de estudo, uma para a História do Brasil propriamente dita e outra para o acúmulo das reflexões teórico-metodológicas direcionadas à produção não só da História da Geografia, mas também da Geografia Histórica. Sendo que esta última frente, mais adiante, se locupletava doravante com inéditas incursões em trabalhos que se tornaram referências obrigatórias no trato com a Geografia Escolar, na medida em que traziam à baila a necessária correlação entre contexto de *formação*

²¹ Entre outras expectativas, Moraes desenhava um horizonte de pesquisa voltado ao período precedente à institucionalização da Geografia Universitária. Registrava ele em relação a isso: “- quanto ao período pré-universitário da geografia brasileira, o dos “protogeógrafos”, continua a meu ver em aberto a clara identificação de quais discursos podem ser qualificados nessa categoria. Enfim, ainda se sustenta a questão de quem são os ‘geógrafos’ brasileiros antes da plena institucionalização da geografia no país. Serão os bacharéis de direito leitores de Ratzel? Ou os ‘engenheiros-topógrafos’ egressos das escolas politécnicas? Ou ainda os ‘engenheiros-militares’ envolvidos com o levantamento cartográfico das zonas de fronteira? Ou os intelectuais médicos que discutem a relação homem-natureza? **Ou os professores de geografia dos liceus? (...)**”. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Op. Cit.* p. 16. Grifos nossos.

²² Alguns dos quais serão mencionados na introdução do segundo capítulo desta tese.

²³ Já não é de hoje o pudor utilizado por pesquisadores de humanas quanto ao uso do termo “natural”, “naturalizado” ou congêneres. Aqui o termo é empregado enquanto representação de um processo legítimo de acúmulo de debates e ideias que condicionam caminhos. No caso, caminhos teórico-metodológicos e temáticos.

²⁴ Na agenda de pesquisa explicitada por Moraes (*Op. Cit.*), encontrava-se um direcionamento claro para a importância do século XIX enquanto questão historiográfica básica para a história do pensamento geográfico e da geografia no Brasil. Propunha ele àquela ocasião: “- no que tange ao século XIX, o campo para investigação inédita também é bastante vasto, a começar pelo discurso geográfico das figuras centrais da política imperial (como, por exemplo, numa ponta o próprio patriarca José Bonifácio, e na outra os publicistas republicanos). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ainda se encontra à espera de pesquisa sistemática da sua produção, assim como várias instituições e autores das províncias. O discurso geográfico praticado nas faculdades de direito, medicina e engenharia no período também aguardam tratamento sistemático; (...)”. Cf. MORAES, *Op. Cit.*, p. 15.

*dos Estados nacionais e institucionalização do ensino de Geografia no currículo escolar brasileiro*²⁵.

Àquela altura o escopo parecia, senão delimitado, ao menos bem encaminhado. Faltava, porém, alguns avanços em relação ao *corpus* documental da pesquisa. Nesse tocante, normalmente causa estranheza a historiadores iniciar um projeto sem explicitação de todas as fontes e documentos necessariamente relacionados numa lista. Essa é, sem dúvida, a garantia de êxito no desfecho de um projeto dessa natureza. Além dos historiadores, qualquer geógrafo devidamente atento a esse detalhe sabe da importância das fontes históricas para compor um capítulo da história da Geografia ou para produzir uma interpretação da Geografia histórica de qualquer escala que se queira abordar. Essa foi a realidade de todos os trabalhos e iniciativas anteriormente mencionados. No projeto até então defendido, e mesmo antes, tendo em vista os levantamentos anteriormente feitos, a maior parte da massa documental veio substancialmente de duas fontes (embora não só...): Núcleo de Documentação e Memória do

²⁵ Além da primeira edição da já citada revista *Terra Brasilis*, com temática sobre Geografia Escolar, os trabalhos de Genylton Odilon Rocha e Vania Vlach ganharam singular importância na compreensão de um novo campo que se abria naquele momento (afora o trabalho anterior de Bernardo Issler...), o da História da Geografia Escolar. A estada em São Paulo naqueles tempos de disciplinas cursadas e reuniões, possibilitou não só o acesso a teses e dissertações depositadas na admirável Biblioteca Florestan Fernandes (conforme foi o caso da singular dissertação de Vlach/1988), como viabilizou a visita à biblioteca da PUC/SP, na qual estava depositada uma das mais significativas dissertações de mestrado que versava em bases teóricas da História da Disciplina Escolar e da Teoria do Currículo: “A Trajetória da Disciplina no Currículo Escolar Brasileiro (1837-1942)”, com especial menção à “Criação do Imperial Colégio Pedro II e a Institucionalização da Geografia no seu Currículo Escolar” e às “Reformas Sofridas Pelo Estatuto do Imperial Colégio de Pedro II Durante o Império e As Transformações Sofridas Pela Disciplina Geografia” (ROCHA, 1996). Cf. ISSLER, Bernardo. *A geografia e os estudos sociais*. Tese de doutoramento. FFCL, Presidente Prudente, 1973; VLACH, Vânia. *A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação de mestrado em Geografia – FFLCH/USP, 1988; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pós-Graduação em Educação, PUC-SP, 1996.

Colégio Pedro II (NUDOM/CPII) e Arquivo Nacional (AN)²⁶.

No NUDOM/CPII, cujo acervo então disponível contava com quatro séries documentais (Séries “Docentes”, “Documentos Administrativos”, “Comunicações” e “Discentes”²⁷), obteve-se principalmente alguns detalhes significativos dos vínculos de cada professor de geografia com o Colégio (tempo de exercício; ocupação de cadeiras; dados pessoais; tudo encontrado na Série “Documentos Administrativos”, subsérie “Matrícula de Empregado”). Das demais séries, pouco parecia corroborar para a investigação do currículo praticado e outros detalhes capazes de fornecer características atinentes às atividades

²⁶ Além do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM) e do Arquivo Nacional (AN), foram feitas buscas documentais em instituições guardiãs da memória nacional, como Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Real Gabinete Português de Leitura, Academia Brasileira de Letras (ABL) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Somente mais tarde outros âmbitos institucionais, do Brasil e do estrangeiro, foram incluídos na pesquisa e colaboraram com seus respectivos acervos “on-line”, conforme foi o caso do IEB/USP – Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo, por exemplo, no qual se encontram disponíveis boa parte das obras escritas por Justiniano José da Rocha – personagem estudado nesta tese.

Em posse de um levantamento prévio feito acerca de nomes dos professores de geografia no período correspondente ao século XIX (Cf. APÊNDICE A), foi possível encontrar fragmentos dispersos acerca não só de suas obras, como também de alguns registros de vinculação de parte desses professores a determinadas instituições produtoras do saber geográfico (Cf. APÊNDICE B). Na FBN, por exemplo, foi possível consultar alguns *Boletins da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, particularmente nas edições entre 1885 e 1900, além da maior parte das edições de obras didáticas de geografia produzidas pelo Professor Pedro José de Abreu (Cf. ABREU, Pedro José de. *Elementos de Geographia Moderna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nicoláo A. Alves, 1867; Idem. *Elementos de Geographia Moderna e Cosmographia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Typ. do Apóstolo, 1875; Idem. 6ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1879; Idem. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editores Soares & Niemeyer, 1885).

Na ABL identificou-se uma única obra relacionada ao Professor Alfredo Moreira Pinto e algumas menções a Carlos Maximiano Pimenta de Laet (ou simplesmente *Carlos de Laet*). Este último, além de ex-aluno do CPII, foi professor substituto de geografia no CPII, bem como um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras ao lado de Machado de Assis e outros, sendo intelectual conhecidíssimo da época. (Cf. PINTO, Alfredo Moreira. *Diccionario Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894).

No Real Gabinete Português de Leitura, repetiam-se exemplares anteriormente encontrados em outros acervos, não corroborando muito para ampliar a lista de obras produzidas por aqueles intelectuais investigados.

No IHGB também se encontravam documentos complementares e importantes que serviram de fonte para o presente trabalho e serão citados ao longo de suas páginas, particularmente no último item do 2º capítulo e no 3º capítulo.

²⁷ Cada uma dessas séries documentais eram (ou ainda são...) internamente organizadas em subséries: i. Série “Docentes”; subséries “Atas de Congregação” e “Concurso Professores”; ii. Série “Documentos Administrativos”; subséries “Contabilidade e Patrimônio”, “Relatórios” e “Matrícula de Empregado”; iii. Série “Comunicações”; subsérie “Comunicações internas”; iv. Série “Discentes”; subsérie “Exames Preparatórios”.

intelectuais dos docentes que atuaram no ensino de geografia²⁸. Quanto a outros dados, sobretudo relativos ao currículo oficial e reformas curriculares, estes de certa forma já haviam sido acessados porque estavam disponíveis em outras fontes encontradas fora daquele Núcleo²⁹.

Até aquele momento, a pesquisa ressentia-se de maiores elementos para a escrita pretendida (uma escrita direcionada exclusivamente para a geografia e para os professores dessa disciplina naquela Instituição). Parte expressiva dessas lacunas certamente parecem caber ao irregular apreço que parcela da sociedade e, sobretudo, das autoridades públicas brasileiras têm com as *memórias nacional e institucionais*³⁰. As instalações onde ficavam arquivados alguns importantes documentos administrativos e históricos do Colégio Pedro II foram dizimados num incêndio sofrido no prédio do Internato no ano de 1961³¹. Ainda assim, faz-se mister frisar a deliberada boa iniciativa de alguns servidores públicos, em empenho coletivo, na organização do NUDOM a partir de 1995. Parcela significativa dos documentos

²⁸ Pode-se dizer que nada tão substancial existia: atos administrativos ou pedagógicos próprios do Colégio, cadernos individuais de anotação, diários de classe, testes, provas, dados biográficos mais completos de professores ou alunos, etc., nada disso perfazia um *corpus* regular capaz de possibilitar análises comparativas e coesas. O pouco que foi encontrado não corroborava significativamente para a compreensão da geografia ensinada naquela Instituição. Na série “Docentes”, subsérie “Atas de Congregação”, por exemplo, os documentos disponíveis condiziam a um intervalo muito diminuto de atividades (1878/81 a 1889). A explicação disso encontra-se no fato de a Congregação do Colégio ter sido um órgão colegiado instituído somente a partir de um decreto de 1881 (Decreto de 24 de agosto de 1881), constituindo-se em uma das principais instâncias deliberativas educacionais do final do Império. Eram atribuições desse órgão a “Organização anual de programas de ensino, de horários, de adoção de obras e compêndios, mediante aprovação do Ministro do Império (...)” (p. 145), além de constituir “(...) norma para o provimento das cátedras por via de concurso de títulos e provas.” (p. ix). Vale esclarecer que antes da Congregação, o órgão que a precedeu chamava-se Conselho Colegial. Cf. DÓRIA (*Op. Cit.*).

²⁹ O currículo oficial (prescrito), as reformas programáticas sucessivas, entre outras análises, podiam ser obtidos na dissertação produzida por Genylton Rocha (*Op. Cit.*), nos Relatórios do Ministério dos Negócios do Império ou mesmo na obra “Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951”, de Ariclê Vechia e Karl Michael Lorenz. Cf. VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951. Curitiba: Edição dos autores, 1998.

³⁰ E aqui se pensa em *memória* nos termos cunhados por Pierre Nora, quando diz que a “Tudo o que chamamos hoje de memória, não é, portanto, memória, mas já é história. Tudo o que chamamos de *labareda de memória* é a consumação de seu desaparecimento no fogo da história. **A necessidade de memória é uma necessidade de história**” [“Tout ce que l’on appelle aujourd’hui mémoire n’est donc pas de la mémoire, mais déjà de l’histoire. Tout ce que l’on appelle flambée de mémoire est l’achèvement de sa disparition dans le feu de l’histoire. **Le besoin de mémoire est un besoin d’histoire**”. Cf. NORA, Pierre (Directeur de publication). Les Lieux de Mémoire, tome I: La République. Paris: Gallimard, 1984. p. XXV. Grifos nossos.

³¹ “Em 17 de janeiro de 1961 ocorreu um incêndio que destruiu totalmente o prédio do Internato. Nos jornais da época destacaram-se os gritos dos alunos: ‘*salvem os livros*’ em demonstração inequívoca da importância que davam para a sua formação e de extremo apreço pela cultura e formação acadêmica proporcionada pela Instituição.” Cf. Comissão de Atualização da Memória Histórica. O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 75 anos de sua fundação. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013. p. 57.

que compõe o seu acervo foram amealhados de forma fragmentária e muitas vezes em estado de penoso abandono³².

Na outra fonte mencionada, o Arquivo Nacional, foram encontrados muitos elementos da história institucional e de algumas biografias de professores e ex-alunos, todos inseridos no Fundo Luís Gastão D’Escragnole Dória³³, o mesmo que produzira a memória institucional referente aos 100 primeiros anos do Colégio Pedro II (1837-1937)³⁴. Parte desse material é aqui aproveitado.

Apesar de significativa massa documental em mãos, a problemática da tese – guiada inicialmente sob a perspectiva de se produzir uma visão de conjunto da história da Geografia no Colégio Pedro II – suscitou novos questionamentos e renovados enfoques relacionados ao sentido atribuído ao ensino de Geografia em período tão longo, de 1837 (ano de fundação do Colégio Pedro II) até 1900, data-limite do século XIX.

Evidente que o corte cronológico não condiria à dinâmica social, sempre muito cheia de nuances e peculiaridades, capazes de suscitar diferentes possibilidades de periodização. Ainda assim, tecer uma história panorâmica da Geografia escolar nesse período seria tangenciar trabalhos já muito bem feitos a esse respeito (VLACH, *Op. Cit*; ROCHA, *Op. Cit*; 2014³⁵). A diferença pretendida (o ineditismo temático, portanto...) poderia residir principalmente nas particularidades do trabalho de cada docente do Colégio Pedro II, dentro e/ou fora da Instituição. Certamente trabalho de tal vulto poderia confirmar ou não – para além do currículo oficial, do currículo prescrito... – o propósito e o significado real, praticado,

³² Essa informação foi obtida junto a um dos principais colaboradores do Núcleo, o Professor Geraldo Pinto Vieira (*In memoriam*), que durante alguns intervalos de tempo (entre os anos 1970, 1980 e 1990) exerceu o cargo de chefe do Departamento de História do CPII, além de ter sido um dos principais entusiastas da memória institucional.

³³ Segundo designação do próprio Arquivo Nacional, trata-se de fundo pertencente à Seção de Guarda (SDP), no qual se encontram arquivos de origem privada. No mencionado Fundo/Coleção, introduzido com pequena biografia de Luís Gastão d’Escragnolle Dória, foram consultadas as seguintes séries: “Série 4 – ANOTAÇÕES; Subsérie 2 – Biografia” (com informações relativas, entre outras personagens, a professores do CPII de vários períodos, incluindo nomes que ocuparam a cadeira de geografia: Carlos Roberto, barão de Planitz; Camilo Cléau, na vida monástica frei Camilo de Monserrate; Joaquim Manoel de Macedo); “Série 5 – RECORTES DE JORNAIS; Subsérie Revista da Semana” (com produção do próprio Escragnolle Dória, incluindo uma biografia sobre Justiniano José da Rocha _ Cf. ANEXO A); “Série 6 – RECORTES DE JORNAIS; Subsérie Avulsos”, com mais informações sobre biografias (a exemplo do primeiro reitor do CPII, frei Antônio de Arrabida), sobre educação (com destaque para matéria sobre o Colégio Pedro II no *Jornal do Commercio*) etc; “Série 9 – COLÉGIO PEDRO II; Subsérie 2 – Correspondência”.

³⁴ DÓRIA (*Op. Cit.*).

³⁵ ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O Colégio Pedro II e a institucionalização da Geografia Escolar no Brasil Império. *GIRAMUNDO*, Rio de Janeiro. V. 1, nº 1, Pp. 15-34. Janeiro/Junho, 2014.

da geografia ensinada. Porém, conforme dito, a pesquisa ressentia-se de incompletude analítica devido à falta de correlato lastro documental (falta de materialidade...).

Nesse intercurso (ou ínterim...), muita coisa aconteceu. A problematização do objeto até então enquadrado carecia de mais maturada análise empírica, embora já possuísse uma substancial base teórica oriunda dos debates e aprendizados acerca da História da Geografia e da Geografia Histórica³⁶ aqui mencionados. O projeto de pesquisa iniciado na USP foi transladado para o ambiente acadêmico do Programa de Pós Graduação de Geografia da UERJ, particularmente para o Grupo GeoBrasil, igualmente comprometido com uma agenda de pesquisa focada no pensamento geográfico (com ênfase maior na geografia vista enquanto campo científico, e não necessariamente escolar) e com a história territorial do Brasil³⁷.

Diante das dificuldades iniciais e momentâneas, a criatividade costuma dobrá-las, construindo-se objetos com a ajuda de renovados aportes metodológicos e, mesmo, a partir de acúmulo de debates bastante promissores (embora não necessariamente novos), a exemplo das questões trazidas no contrabalanço das caracterizações operadas desse longo período pelas análises de Rocha (1996) e de Vlach (1988). O que se segue adiante, então, não é mais um relato da trajetória da construção de um objeto, mas o seu enquadramento propriamente dito, as suas principais questões e direcionamento.

Particularidades históricas do Brasil e a Geografia oitocentista, incluindo a escolar

Ambos os trabalhos anteriormente mencionados (Rocha, *op. cit.* E Vlach, *op. cit.*) trataram da extensão da relação entre a institucionalização da Geografia escolar e o contexto

³⁶ Os debates e as leituras de dois cursos feitos no âmbito da trajetória de doutorado na USP foram extremamente importantes na abordagem de novas dimensões teóricas e temáticas desses subcampos siameses da Geografia. O primeiro dos cursos foi *Formação Territorial e Teoria em Geografia Humana*, ministrado pelo Professor Antonio Carlos Robert Moraes; o segundo deles chamava-se *História da Geografia no Brasil: Enfoques, Temas, Periodizações*, ministrado pelo Professor Manoel Fernandes de Sousa Netto.

³⁷ Coordenado pela Professora Mônica Sampaio Machado, o Grupo GeoBrasil possui em uma de suas linhas de pesquisa, a proposta de voltar-se “(...) para a Geografia Histórica, [priorizando] o campo científico geográfico (instituições, autores, temas, teorias, propostas, etc.) e a história territorial do Brasil (formação e delimitação dos estados, municípios, cidades e sistemas urbanos, regiões, eixos geográficos, biodiversidades, e paisagens geográficas).” Disponível em: <http://www.grupogeobrasil.uerj.br/ogrupos.php#>. Ademais, a presente pesquisa dialoga com a iniciativa de produção contínua de diferentes volumes acerca do projeto *Dicionário dos Geógrafos Brasileiros*. Esse assunto será melhor abordado no segundo capítulo desta tese. Quanto à inconclusão do projeto no âmbito da USP, ela derivou de uma conjunção de acontecimentos, desde um período grande de convalescência do Professor Antonio Carlos (com problemas severos de saúde, desdobrados, pouquíssimos anos depois, em sua definitiva despedida deste mundo), passando pela inconclusão de análises e de encaminhamentos que perfariam a tese pretendida, até a abençoada chegada de um filho, que ao fim e ao cabo acabou por amenizar todas as vicissitudes que acompanhavam aquela hora.

de formação do Estado Brasileiro³⁸, apontando o protagonismo do Colégio Pedro II nesse processo³⁹; porém, a rigor, em que pese o que esses e outros trabalhos produziram, a justificativa para a motivação que propiciou o aparecimento da geografia como componente curricular no ensino secundário brasileiro durante o século XIX ainda tem sido ponto de dissenso⁴⁰. No trabalho de Vania Vlach, por exemplo, a principal argumentação dedica-se a mostrar que a introdução da geografia na escola não teve outra motivação senão a da inculcação do nacionalismo patriótico nos infanto-juvenis estudantes⁴¹. Já no trabalho de Genylton Rocha, uma vez esmiuçados os documentos que traçam a trajetória da disciplina *Geografia* no Currículo Escolar Brasileiro (no longo corte temporal entre 1837 e 1942),

³⁸ Além desses autores, uma referência valiosa para entender essa relação, porém, isenta de mencionar algum nível de institucionalização da Geografia no âmbito escolar antes do século XX, encontra-se em: MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 166-176. Apesar do último comentário, é justo recobrar o trecho: “É certo, como alerta Massimo Quaini (...) que não se pode confundir a história de uma disciplina com a da sua institucionalização.” (*Op. Cit.*, p. 171) Certamente esse comentário cobre o papel das sociedades geográficas existentes no século XIX, que não se constituíam numa disciplina científica nos moldes acadêmicos, universitários.

³⁹ E na averiguação da importância desse mencionado processo, ambos, autor e autora, utilizaram como referência o trabalho clássico de Maria de Lourdes Haidar. Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Brasil Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

⁴⁰ E esse dissenso pode ser de variada natureza. Maria Adailza de Albuquerque, por exemplo, não associa a origem da Geografia escolar brasileira à sua institucionalização no âmbito do Colégio Pedro II, em 1837. Propõe problematizar a atuação da mencionada Instituição junto às “(...) províncias do país em um período em que não havia um sistema nacional de ensino e que os conflitos entre as províncias e o poder central era uma realidade latente.”

Albuquerque tem razão (2014) no tocante ao incontestável fato de o ensino da matéria ter sido ofertado, antes de 1837, nos cursos avulsos, preparatórios para o ensino superior, assim como em liceus fundados antes do Colégio Pedro II, graças ao aumento da autonomia legislativa garantida às províncias pelo Ato Adicional (1834). São exemplos dados por Maria de Lourdes Haidar, o Ateneu do Rio Grande do Norte (1835), os Liceus da Bahia e da Paraíba (1836), entre muitos outros exemplos.

Cf. ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Um debate acerca da origem da Geografia Escolar no Brasil. *Interfaces Científicas – Educação*. Aracaju, v.2, fev. 2014. Pp. 13-23. Cf. HAIDAR, 2008.

⁴¹ O trabalho de Vania Vlach (*Op. Cit.*) parte de um explicitado legado teórico (mais precisamente, da tradição da Teoria Social Crítica) para interpretar o papel da educação, da Ciência e do poder no processo de formação social capitalista. A partir desse pressuposto, considera em sua análise duas distintas realidades de institucionalização da Geografia: uma na Alemanha oitocentista, com ênfase na experiência prussiana, já que a Prússia foi o principal estado-membro da Confederação Alemã, responsável por sua unificação em 1870/71; e outra no Brasil, no período que compreende desde o início do século XIX até as três primeiras décadas do século XX. A ênfase no processo de formação dos Estados-nação justificaria a inserção da Geografia no currículo escolar guiada pelo princípio norteador da inculcação patriótica, cujo objetivo seria proporcionar maior êxito aos projetos burgueses de poder em cada uma das distintas situações mencionadas.

Vania Vlach, embora focasse no fenômeno relacionado à institucionalização da Geografia escolar, não se encontrava solitária nessa linha interpretativa em se considerar o espaço (o território...) um dos artifícios identitários da construção da ideia de nação. No caso específico da disciplina científica (a Geografia universitária...), alguns a consideravam o principal núcleo de divulgação da ideia de identidade por intermédio do *espaço*. Cf. ALLIÈS, Paul. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980; MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. Pp. 166-176; ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996; entre outros.

olvida-se – ou melhor, diminui-se a importância... – desse caráter patriótico, preferindo ressaltar um sentido mais genérico à disciplina, com todo um teor enciclopédico, sem objetivação mais específica para a sua inserção nas propostas curriculares⁴².

A bem da verdade, essa interpretação de Genylton Rocha pauta-se declaradamente na consideração à “geografia dos professores”, concebida, segundo o geógrafo franco-marroquino Yves Lacoste, como aquela disciplina que ensina um conteúdo simplório e enfadonho⁴³, mas em cujo discurso despretensioso reside uma função ideológica capaz de “(...) mascarar, por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra como ainda para a organização do Estado e a prática do poder.”⁴⁴ Em outros termos, a geografia escolar então ensinada, na concepção de Lacoste, seria simplória e enfadonha e ainda *ignoraria todo o teor prático desse saber*, particularmente a partir do empenho em mostrar a pátria⁴⁵. Então, no tocante a este último aspecto, as propostas de Vlach e Rocha se aproximam, ainda que para este último a importância do culto à pátria fosse vista de forma secundária.

Inobstante esse mascaramento, Lacoste não atribui a esses professores uma deliberada e consciente atitude. Segundo o eminente geógrafo e geopolítico francófono: “Se eles [os professores...] participam da mistificação, eles próprios são mistificados”. Além disso,

⁴² Avalia Rocha acerca do caráter patriótico da Geografia escolar nas primeiras décadas do século XIX no Brasil: “Nem uma evidência nos faz pensar que ao ser inserida no Brasil, quando da ‘transplantação’ do modelo curricular francês realizada nas primeiras décadas do século passado, o ensino desta disciplina tenha inicialmente tido aqui outra finalidade que não fosse a de fornecer informações genéricas, verdadeiramente enciclopédicas, de um mundo em franco processo de expansão. Lembremos que também o nosso curso secundário tinha um nítido caráter de formação geral.

“Ao contrário do que se afirma acerca do papel que a geografia escolar deveria desempenhar ao ser inserida enquanto parte integrante do currículo escolar brasileiro, qual seja, a difusão da ideologia do nacionalismo-patriótico, ou no dizer de Vlach, o ‘... enaltecimento da terra brasileira, fornecendo *matéria-prima* para as propostas pedagógicas e políticas de sua elite, que, ... quase sempre se caracterizaram por trilhar a senda da subsunção da nação ao Estado’ (1988:03) os nossos estudos nos levam a secundarizar tal função naquele momento.” (ROCHA, 1996, p. 156-157).

⁴³ “Uma disciplina maçante, mas antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe, em geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória...”. Alguns chegaram a propor “(...) a liquidação dessa velha disciplina ‘livresca, hoje ultrapassada’ (como se se tratasse de uma espécie de latim).” LACOSTE, Yves. A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 10ª ed. Campinas/SP: Papirus, 1988/2010. Pp. 21-22.

⁴⁴ Cabe completar esse sentido: “Colocar como ponto de partida que a geografia serve, primeiro, para fazer a guerra não implica afirmar que ela só serve para conduzir operações militares; **ela serve também para organizar territórios**, não somente como previsão de batalhas que é preciso mover contra este ou aquele adversário, **mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade**”. LACOSTE, 1988/2010. p. 23. Grifos nossos. Observação importante: guarde-se ou leve-se em consideração os trechos grifados, eles fazem muito sentido para os argumentos que são utilizados mais adiante e também ao longo dos demais trechos da tese.

⁴⁵ Lacoste (idem) chega a dedicar em sua obra um capítulo para tratar do assunto: “A Geografia Escolar que ignora toda prática teve, de início, a tarefa de mostrar a pátria”. Cf. LACOSTE, *Op. Cit.*, Pp. 51-56.

ressalta ele que esses não participavam das práticas políticas e militares, e nem de decisões econômicas, mas corroboravam para dissimular, “(...) aos olhos da maioria, a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais”⁴⁶.

Há nessa tese de Lacoste a compreensão de que o raciocínio ou o pensar geográfico, muito antigo na história da humanidade⁴⁷, por estar associado, entre outras coisas, a um caráter utilitário de guerra e de organização territorial⁴⁸, estaria restrita às classes dirigentes dos Estados, ao passo em que a “geografia dos professores” (concretizada na institucionalização da Geografia escolar e, mais tarde, na da Geografia universitária) deveria restringir-se ao exercício vão/vazio da “mnemônica pela mnemônica” ou do “saber pelo saber”, sem maiores propósitos utilitários.

O clássico *La géographie, ça sert d'abord, à faire la guerre*, no bojo de sua primeira publicação, não criou à época balburdia apenas no *mundo acadêmico*⁴⁹; ainda hoje é possível

⁴⁶ LACOSTE, *Op. Cit.*, p. 31.

⁴⁷ E quanto às considerações históricas do autor, é válido reproduzir suas palavras e lembrar que foram ditas na primeira edição de sua obra, em 1976, e precisam ser pontualmente contemporizadas e apropriadas à realidade atual: “Dizer que a geografia serve antes de tudo à guerra e ao exercício do poder não significa lembrar as origens históricas do saber geográfico. (...) A rigor, os geógrafos universitários consentem [consentiam...] em evocar, da boca para fora, o papel de uma espécie de ‘geografia primitiva’ (Alain Reynaud) na época em que o saber estabelecido pelo rei estava destinado não aos jovens alunos ou a seus futuros professores, mas aos chefes de guerra e **àqueles que dirigem o Estado**. Mas os universitários de hoje [não propriamente os de hoje... 2022, mas os de 1976...] consideram [consideravam...], todos [agora apenas alguns...], quaisquer que sejam suas tendências ideológicas, que a verdadeira geografia, a geografia científica (o saber pelo saber), a única digna de se falar, só aparece no século XIX, com os trabalhos de Alexandre Von Humboldt (1769-1859) e com os de seus sucessores nessa famosa Universidade de Berlim, criada por seu irmão, homem de primeiro plano do Estado prussiano.”(Grifos nossos)
E continua...

“Na verdade, **a geografia existe há muito tempo (...), existe desde que existem os aparelhos de Estado (...)**. “De fato, foi somente no século XIX que apareceu o discurso geográfico escolar e universitário, destinado, no que tinha de essencial (ao menos estatisticamente), a jovens alunos. Discurso hierarquizado em função dos graus da instituição escolar, com seu coroamento sábio, a geografia na sua feição ciência é ‘desinteressada’. Sem dúvida, foi somente no século XIX que apareceu a geografia dos professores, que foi apresentada como a geografia, a única da qual convém [se convinha...] falar.” LACOSTE, 2010, p. 26. (Grifos nossos)

⁴⁸ Quanto à organização do território e ainda a *guerra*, Lacoste também tem a contribuir, e elucida o potencial instrumental que significa o saber geográfico nesse sentido: “Prepara-se para a guerra, seja para a luta contra outros aparelhos de Estado, como para a luta interna contra aqueles que se colocam em causa de poder, ou querem dele se apossar, é organizar o espaço da maneira a ali poder agir do modo mais eficaz possível. Em nossos dias, a abundância de discursos que se referem ao *aménagement* do territórios em termos de harmonia, de melhores equilíbrios a serem encontrados, serve sobretudo para mascarar as medidas que permitem às empresas capitalistas, principalmente às mais poderosas, aumentar seus benefícios. É preciso perceber que o *aménagement* do território não tem como único objetivo o de maximizar o lucro, mas também [sobretudo em se tratando de contexto de formação dos Estados nacionais no século XIX] o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político, de tal forma que o aparelho de Estado possa estar em condições de abafar os movimentos populares.” LACOSTE, 2010, p. 30.

⁴⁹ Se bem que, segundo Moraes (2008), a obra “(...) não caiu na geografia brasileira como uma bomba inovadora, do mesmo modo como ocorreu em outros países. Aqui, ela reforçou e conviveu com uma perspectiva crítica que preexistia a ela.” p. 12.

dizer que ela continua a suscitar importantes reflexões, passados mais de quarenta anos. É assim que contraposta à realidade brasileira oitocentista, a percepção e separação dos papéis atribuídos a professores e à classe dirigente poderia se encaixar em inúmeras situações, particularmente quando consideradas sob o ponto de vista panorâmico, sem grandes nuances. A geografia institucionalizada (à época, uma Geografia escolar...) estaria, assim, apartada do *pensamento geográfico* dos homens de Estado.

Mas quando contraposta à realidade mais matizada, numa inflexão metodológica na qual as particularidades são evidenciadas, é possível dizer que professores e classe dirigente, no caso de uma Instituição de ensino secundário fundada por iniciativa governamental na Corte – e não por outros níveis de iniciativas⁵⁰, exerciam concomitantemente, muitas vezes, o mesmo papel. Como aponta o historiador Ilmar de Mattos, ao analisar o processo de formação do Estado Imperial Brasileiro, a classe dirigente de então corresponderia a...

(...) um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além, dos **professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos”** – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios da Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.” (Grifos nossos)⁵¹.

Essa particularidade histórica – crucial para se entender o contexto de institucionalização da Geografia escolar na então capital do Império do Brasil – amalgama-se a uma outra singularidade (igualmente de natureza histórica...) salientada por Moraes (2008; 2009)⁵², referente à formação territorial brasileira no contexto de capitalismo periférico⁵³.

⁵⁰ ... conforme era o caso das aulas avulsas em cursos preparatórios para ingresso no ensino superior e mesmo nos próprios liceus, como bem lembra Genylton Rocha ao salientar que “Na verdade estes Liceus provinciais nada mais eram do que aulas avulsas que foram postas para funcionar em um mesmo prédio, sem um mínimo de organicidade”. (ROCHA, 2014, nota 1, p. 33).

⁵¹ MATTOS, Ilmar. O tempo Saquarema. 7a ed. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 15-16.

⁵² MORAES (2008); MORAES, Antonio Carlos Robert. A Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

⁵³ E nesse aspecto é importante enfatizar que essa característica histórica diferencia substancialmente a experiência brasileira de outras experiências testemunhadas no mundo. Antonio Carlos Robert Moraes (2008) chega a enfatizar que a *dimensão espacial* tem uma determinação básica na formação histórica brasileira. Em outros termos, a geografia (enquanto discurso e enquanto materialidade) torna-se recurso indispensável à própria formulação da História do Brasil. O diálogo entre geógrafos e historiadores torna-se, portanto, uma necessidade sempre renovada para se entender o Brasil não só no seu passado, mas igualmente no seu *devir*.

Este geógrafo defende a tese de que a natureza intrínseca de um Estado de passado colonial como o Brasil, impõe como condição inerente ao projeto colonizador a contínua conquista de espaços⁵⁴. Essa motivação expansionista *não teria findado no período subsequente iniciado com a independência*. Segundo esta e outras interpretações⁵⁵, os territórios da América portuguesa, na prática, não estavam plenamente assegurados, conquanto, no plano interno, a *unidade territorial e política* ainda estava por se fazer, na medida em que era uma realidade referendada somente nos documentos oficiais, a começar pela Carta Magna de 1824.

Ainda que se consolidasse no plano internacional o reconhecimento do patrimônio territorial brasileiro pelas principais potências industriais (sobretudo Estados Unidos e Inglaterra), a complexa realidade social, política, econômica e mesmo cultural⁵⁶, contrariava tais expectativas.

Essa referida motivação expansionista, iniciada a partir das práticas *territorialistas* do antigo colonizador, manteve-se como projeto devido exatamente à possibilidade de continuidade dinástica da Casa de Bragança no Estado nascente através da manutenção do regime monárquico mesmo após a independência. Tal projeto foi formulado por forças políticas heterogêneas (inclusive algumas representativas de províncias distantes da capital) – predominantemente liberais – inicialmente aglutinadas estrategicamente em torno do governo da Corte para garantir a unidade e a independência, pautados em interesses políticos e econômicos, senão comuns, ao menos convergidos naquele momento⁵⁷.

Os movimentos revoltosos e separatistas dos tempos de independência foram debelados, os caramurus (fração portuguesa dessas forças) esvaíram-se de esperanças após a abdicação de Dom Pedro I em prol do próprio filho (em 1831), e saíram de vez da cena política graças à morte do primeiro Imperador do Brasil (1834), igualmente português, dando

⁵⁴ MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2011.

⁵⁵ MACHADO, Lia Osório. Artificio político en el origen de la unidad territorial de Brasil. In: CAPEL, H. (Coord.). *Los espacios acotados. Geografía y dominación social*. Barcelona, PPU, 1990.

⁵⁶ Não se pode esquecer as diferenças culturais, sobretudo linguísticas, que possibilitaram uma emancipação da chamada Província Cisplatina, a partir de 1825, não identificada com o restante do Império Brasileiro, tornando-se mais tarde, em 1828, a República Oriental do Uruguai.

⁵⁷ Um detalhe importante perpassou regência e particularmente primeiras décadas de segundo reinado porque não havia muita liberdade de escolha: a questão da escravidão ou do livre comércio. A centralização favorecia a escravidão, evitando movimentos abolicionistas nas províncias. Pode-se mesmo dizer que a unidade da ex-colônia também favorecia a manutenção da escravidão por evitar, como assevera Carvalho (2020), “(...) uma possível justaposição de países escravistas e não-escravistas, provocada por eventual fragmentação.” Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 18.

sequência a um novo quadro de arranjo de forças antes aliadas contingencialmente para expulsar o inimigo comum, o antigo colonizador.

O projeto oficial de Estado Brasileiro estava objetivado na garantia de apropriação e manutenção de seus *fundos territoriais*⁵⁸, transparecidos na designação “Império do Brasil” pelo implícito propósito de se manter ativa a referida motivação expansionista herdada do antigo colonizador, só que a partir de então voltava-se para dentro dos limites territoriais igualmente herdados⁵⁹, ou seja, em direção aos sertões, espaços vazios desprovidos de população “civilizada”, de vilas/ cidades, de estradas, além das demais marcas técnicas existentes à época⁶⁰. Não se tratava, portanto, de uma expansão voltada para espaços pertencentes aos países vizinhos da América do Sul. A invasão a territórios estrangeiros parece jamais ter sido uma séria cogitação do Estado Brasileiro⁶¹. Isso não significava ausência de conflitos; ao contrário, o desafio consistia em enfrentar os movimentos separatistas que fizeram do período regencial o mais delicado da história, dada as ameaças reais de fragmentação territorial e política que foram surgindo com muita contundência em diferentes quadrantes do Império, a exemplo dos casos dos farrapos (ao Sul do Brasil), entre

⁵⁸ Há no termo “fundos territoriais” implícita ideia de território não usufruído plenamente pelos interesses da classe senhorial que comandava o processo de formação do Estado Imperial. O termo pode ser entendido como antônimo do também conhecido conceito *território usado*, originalmente cunhado por Milton Santos (1994). Cf. MORAES (2008); SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. 4ª ed. São Paulo: 1998. Pp.15-20.

⁵⁹ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack brasileiro*, Rio de Janeiro, nº 1, maio, 2005. p. 8-26.

⁶⁰ Essa mesma motivação expansionista NÃO se deu em direção aos países vizinhos da América do Sul, ameaçando de invasão os territórios alheios. *A territorialidade Estatal* restringe-se a se manifestar doravante na perspectiva da expansão de fronteiras de povoamento de seu próprio território, o *território não usado*.

⁶¹ Não se computa aqui a *zona de pressão platina*, região de secular conflito entre Portugal e Espanha caracterizado pela disputa do estuário do Rio da Prata. Dom João incorporara a seu projeto de Império Americano a possibilidade de inclusão de Buenos Aires e Montevideo, mas teve que restringir sua ambição à anexação da Província da Cisplatina em 1821, depois incorporada ao Império Brasileiro. Aquele território tornou-se uma herança nefrágica ao desencadear a Guerra da Cisplatina, em 1825, quando Buenos Aires (então capital das Províncias Unidas do Rio da Prata) anexou toda a Província após uma declaração de independência uruguaia. O conflito, porém, findou num acordo entre as partes, intermediado pela Inglaterra. Os termos de paz deram amplas garantias a todas as partes envolvidas, estabelecendo o equilíbrio de poder naquela região (quebrada somente mais tarde, em 1851/1852, pela Província de Buenos Aires) e a livre navegação no Rio da Prata. Cf. BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo (Coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 131-178; CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002; FERREIRA, Gabriela Nunes. O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2006.

1835 e 1845, e da cabanagem (ao Norte, mais especificamente no Pará), entre 1835 e 1840⁶².

Diante da excessiva centralização político-administrativa vivenciada desde a gestão do primeiro monarca, as pressões liberais das oligarquias regionais junto aos dirigentes do Império, igualmente liberais, passaram a exigir maior descentralização política, administrativa e jurídica do aparelho estatal, nascendo dessas tensões a contrapartida de uma medida contingencialmente amenizadora como a foi o *Ato Adicional* (1834).

Com maior autonomia administrativa, política e jurídica usufruída pelas oligarquias baseadas nas diferentes províncias, passou a crescer no seio dos liberais da Corte um dissenso quanto à percepção dos efeitos do Ato na incapacidade crescente de o aparelho administrativo central gerir o projeto Estatal, surgindo daí a divisão entre liberais e conservadores, que só mais tarde se distinguirão oficialmente enquanto legendas partidárias do quadro político do Império⁶³.

Os liberais – então no poder entre 1835 e 1837 com Diogo Feijó, apoiado pelo célebre jornalista e político Evaristo da Veiga, entre outros aliados – cada vez mais criticados pelos conservadores na difícil tarefa de manter o projeto coeso frente a tantos outros projeto locais, subjugavam-se às diversas pressões a ponto de colocar em risco a manutenção da unidade territorial e política do país.

É nesse contexto específico de ameaça ao Projeto de Estado Imperial e pressões de todo o tipo, que os conservadores (conhecidos mais tarde como *saquaremas*⁶⁴) assumem o

⁶² Como aponta Bosi (2012): “A abdicação de d. Pedro I propiciou **surtos federalistas, no limite, separatistas.**” Cf. BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (Coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 225.

⁶³ Especificamente a este respeito, Alfredo Bosi (2012) ajuda a elucidar as nuances político-ideológicas da época: “Vista sob o ângulo ideológico, essa passagem da dispersão à unidade política nacional correspondeu à substituição de um liberalismo até certo ponto radical por um liberalismo coesamente conservador. Parece justo manter o termo *liberalismo* para ambas as ideologias porque, apesar das diferenças, ambas pautavam pelo liberalismo econômico, pelo livre-cambismo, e defendiam o caráter excludente da representação política por via de eleições censitárias.” E segue num detalhe importante que unia as tendências radical e conservadora do liberalismo da época: “Nem o liberalismo exaltado dos separatistas nem o liberalismo conservador dos partidários de um poder central dispunham-se a dar o direito de voto à massa pobre. Nenhum dos dois pretendia abolir de imediato a escravidão, embora pudessem deplorá-la em face do concerto das nações civilizadas.” BOSI, 2012. p. 225-226.

⁶⁴ O termo passou a ser recorrente somente a partir de 1842, ano que marca o evento da Revolta Liberal, cujo principal combate se deu na Vila de Santa Luzia, em Minas Gerais. A revolta ocorreu porque a Câmara dos deputados da legislatura de 1842, predominantemente liberal, foi desfeita, sendo substituída, em novas eleições, por maioria conservadora (os também chamados *regressistas*, entre os quais se encontra o personagem aqui estudado, Justiniano da Rocha, quando assume sua primeira legislatura como deputado geral representando a província de Minas Gerais. Esse detalhe será melhor situado no último item do 2º capítulo). *Saquarema* é a cidade fluminense na qual os principais nomes do Partido Conservador possuíam terras/fazendas; daí *saquaremas* (ainda que nem todos possuísem propriedades nesse município). Em contraposição, os *Luzias* – termo utilizado de forma pejorativa – representavam os liberais, associados à vila na qual foram derrotados por forças governamentais.

poder procurando restaurar o que alegaram ser uma ordem perdida, estabelecendo o Gabinete Ministerial do Regresso, em busca da destituição do efeito de alguns dispositivos de autonomia das províncias e restituição do processo centralizador de poder e gestão na Corte, buscando estabelecer o que seria uma peculiar interpretação do Ato Adicional que viria a ser oficializada em lei promulgada em 1840⁶⁵.

A narrativa panorâmica das particularidades históricas do Brasil até aqui apresentadas, baseada em diferentes fontes historiográficas⁶⁶ e geográficas (naquilo que diz respeito ao acúmulo de debates no campo da Geografia Histórica⁶⁷ ou mesmo no entendimento de uma *Geografia Humana como História Territorial*)⁶⁸, passa a convergir para o ponto de partida da institucionalização da Geografia enquanto disciplina escolar. Foi no contexto do chamado Gabinete das Capacidades, em 1837, que os regressistas passaram a idealizar um aparato ideológico que corroborasse com o projeto principal de país. E entre as várias instituições que surgiram à época por iniciativa desse Gabinete, aparece o *Imperial Colégio Pedro II*, fundado em 2 de dezembro de 1837, destinado a ser o *locus* privilegiado de formação escolar dos filhos da classe senhorial do país (a chamada *boa sociedade*).

O fato de a geografia ter sido implementada oficialmente enquanto conteúdo ensinado no Colégio Pedro II, e de este servir de modelo curricular oficial para as demais instituições de ensino secundário em todo o Império, conforme aponta Haidar (2008), não significa que esses mesmos conteúdos tenham sido automaticamente replicados em todo o Brasil⁶⁹. Segundo Albuquerque (2014), ou mesmo segundo a própria Haidar (*idem*) e Rocha (1996; 2014), isso não ocorreu na prática. E aqui se antecipa algo que será melhor desdobrado no terceiro capítulo desta tese: o currículo oficial não foi praticado (plena ou parcialmente); não apenas porque existiam projetos políticos distintos de país ou de emancipação (configurando

⁶⁵ A lei n. 105, promulgada em 12 de maio de 1840, conhecida como Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834. Esta manobra política veio associada à reforma do Código do Processo Criminal, em 1841. Ambas as iniciativas legislativas são consideradas por parte da historiografia como marcos legais da reação conservadora às reformas liberais promovidas desde a abdicação de Dom Pedro I (1831) e início do período regencial. Cf. CARVALHO (2020); MATTOS (2017); entre outros.

⁶⁶ Cf. CARVALHO (2020); Cf. DOLNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005; Cf. MATTOS (2017); entre outros.

⁶⁷ Cf. ESCOLAR(1996); Cf. MORAES (1991; 2008; 2009; 2011); Cf. MACHADO (1990).

⁶⁸ Cf. MORAES (2008).

⁶⁹ Cf. BIAZZO, P. P.; CASTRO, D. G.; CORRÊA, M. F. N.; VILELA, C. L. Entrevista com a professora Dadá Martins. *GIRAMUNDO*, Rio de Janeiro, v. 2, jan/jun, 2015. p. 126-137. Conferir também Rocha (1996; 2014), pois é importante salientar que ele anunciou o limite de suas pesquisas ao caráter prescritivo do currículo, e não às particularidades de seu alcance, muito menos à natureza do currículo praticado.

outro sentido para o ensino e para as instituições), mas também porque mesmo na implementação de um projeto centralizador existiam muitas falhas burocráticas, entre as quais a falta de um controle capaz de fiscalizar a qualidade do ensino nesse nível não só nas províncias, mas também na própria Corte⁷⁰.

Apesar desse detalhe, é inevitável antecipar o reconhecimento do fato de as geografias ensinadas na capital e nas províncias parecerem similares naquilo que tange à tradição do modo livresco de se ensinar e no compartilhamento da mesma vulgata⁷¹ proveniente da Geografia Clássica⁷² já praticada em aulas avulsas por religiosos/preceptores, antes mesmo da independência do país.

Mas quanto ao tratamento específico de seus conteúdos em diferentes realidades – para além dos traços comuns –, a verdade é que a aposta para que as geografias escolares fossem diferenciadas por conta de divergências políticas precisa ser melhor problematizada numa agenda de pesquisa que ultrapassa o escopo desta tese, mas que se encontra no radar de outros pesquisadores⁷³, e que aqui se restringe a ser apenas mencionada enquanto reconhecimento de sua irrefutável existência.

Mesmo não aprofundando a problemática das idiosincrasias regionais/provinciais, parece importante não se desconsiderar a realidade da composição ideológico-partidária heterogênea da época, porque a articulação entre forças locais e a classe dirigente alocada na Corte era um dado bastante factível e fazia com que o projeto de país dos *saquaremas* tivesse seus representantes regionais, ainda que requeressem um preço (uma contrapartida), representado, entre outras coisas, por prêmios e serviços oferecidos pela aparelhagem estatal

⁷⁰ Será abordado no corpo da tese o estado precário geral das repartições de ensino no próprio Município da Corte, capital do Império. (Cf. item 3.2 do Capítulo 3).

⁷¹ Termo utilizado pelo pesquisador francês, André Chervel, para designar o conjunto de *componentes curriculares* que imprime identidade a uma disciplina. Cf. CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Educação & Pesquisa*, n. 2, 1990. P. 177-229. “Para Audigier (1994), a vulgata é composta internamente por dois elementos principais que caracterizam sua linguagem: um conjunto de conhecimentos factuais e, associados a eles, uma nomenclatura ou vocabulário muito característico de certa área do conhecimento. (...) É uma linguagem expositiva, utilizada tanto pelo professor em sala de aula, como pelos livros escolares. É composta pela ‘parte teórica’, na qual a disciplina específica vai levantar problemas e balizar seu objeto de estudo. Por meio da vulgata, ou seja, de seus conteúdos explícitos, as diferentes disciplinas vão expor seu ‘corpus de conhecimentos.’” (AUDIGIER, 1994 *apud* BOLIGIAN; ALMEIDA, 2011, p. 73). Cf. BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A Cartografia nos Livros Didáticos no Período de 1824 a 1936 e a História da Geografia Escolar no Brasil. In ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). *Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia*. São Paulo: Contexto, 2011. Pp.71-90.

⁷² Esta vulgata consistia, entre outras coisas (como os mapas...), por exemplo, a tradicional divisão da matéria em três principais subcampos: *geografia matemática, geografia física e geografia política*.

⁷³ E aqui já foi mencionada a contribuição e as intenções de Albuquerque (2014) nessa agenda.

(a exemplo da burocracia diplomática) aos interesses locais, incluindo aqueles diretamente submetidos à dinâmica das trocas comerciais internacionais⁷⁴. Essa “moeda de troca” também parecia se refletir em outras coisas, desde gestos de vulto como o respaldo de poder que a Corte oferecia a lideranças locais através de instituições como a Guarda Nacional⁷⁵, até gestos comezinhos, embora simbólicos, como a possibilidade de adoção de livros didáticos no Colégio Pedro II de autores originalmente representativos de outros locais que não a capital do país, conforme é o caso do *Compêndio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, futuro Senador Pompeu⁷⁶.

Para além da prévia e restrita análise da geografia escolar da época (sem adentrar em seus pormenores uma vez que esta tarefa será melhor desdobrada – ou melhor, comentada... – neste trabalho no capítulo 3), resta problematizar um pouco mais o próprio sentido dos

⁷⁴ Para Machado (1990), essa articulação entre governo central e oligarquias locais era viabilizada pela manutenção de um regime monárquico constitucional. “La estrategia política parcialmente fundamentada en la unidad del territorio y finalmente responsable por plasmarla, no habría tenido éxito si se hubiese apoyado únicamente en la centralización. Las oligarquias regionales brasileñas consiguieron forjar, pragmática y políticamente, una forma de asociación que les permitió dominar el aparato gubernamental utilizando combinadamente centralización y descentralización.” (p. 215).

No tocante aos préstimos da burocracia estatal aos interesses das oligarquias locais, Machado (idem) resgata a contribuição do historiador Luís Felipe de Alencastro, ao assinalar o contexto de recrudescimento da política britânica ao tráfico de escravos: “(...) los fuertes lazos comerciales y políticos con Inglaterra y la modestia de los recursos gubernamentales impedían el enfrentamiento directo [por parte dessas oligarquias, à situação]. Era una situación, por consiguiente, que exigía negociaciones diplomáticas y representantes que las llevasen a cabo fuera del territorio brasileño y que sólo podían partir de un gobierno constituido y legitimado ante la comunidad internacional. La necesidad de acuerdos comerciales para el funcionamiento del comercio lícito y la garantía de continuidad del comercio ilícito constituyeron dos poderosos frenos a los movimientos a autonomistas de las oligarquias regionales brasileñas.” (p. 221). Evidente que não a todos os tipos de conflitos existente no período, sobretudo durante o período regencial e início do segundo reinado (conforme é o caso emblemático, por exemplo, do conflito dos farrapos).

Para Dolnikoff (2005), essa articulação entre governo central e oligarquias locais era uma espécie de pacto que indicaria o embrião (as *origens...*) do arranjo federalista que só com o fim do regime se consolidaria.

⁷⁵ Isso é apenas um exemplo entre vários. Cargos políticos, indicação de postos importantes da máquina pública, entre outros, eram todos práticas recorrentes de cooptação de interesses. (Cf. entre outros, DOLNIKOFF, Idem).

⁷⁶ Bem se sabe, através de SOUSA NETO (2018), que Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877) foi principal líder liberal na província do Ceará, não sendo, portanto, um *cooptado* pelos conservadores; ao contrário: sua família, de forte tradição liberal (dos tempos de Revolução de 1817...) lutara contra setores conservadores do Ceará. Apesar disso, é preciso dizer que o termo aqui utilizado - *cooptado...* – parece guardar todo um peso pejorativo, mas enquadrado na cultura política de então, pautada na troca de favores, bem se vê que não significa propriamente uma ofensa, mas um *modus operandi* da política da época. Além disso, cabe esclarecer que no tempo em que o compêndio de Pompeu fora adotado no Colégio Pedro II, as rixas entre as duas facções políticas estavam sendo retemperadas a ritmo de conciliação (cujos detalhes, ao menos em parte, serão dirimidos no 2º capítulo). A obra *Elementos de Geographia* do mencionado personagem (também identificado como *Padre Pompeo*) foi recomendada nos programas de ensino do Colégio nos anos de 1856, 1858 e 1862, e suas lições foram ministradas nas aulas de *História Pátria* (1856) e *Corografia e História do Brasil* (1858; 1862), numa época em que as cadeiras e os professores de *Geografia* e de *Corografia e História do Brasil* eram distintas.

Para os detalhes da adoção do compêndio produzido por Pompeu no CPII, conferir: VECHIA & LORENZ (1998). Sobre o próprio personagem, conferir: SOUSA NETO, Manoel Fernandes. Um geógrafo no poder no império do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

saberes e discursos geográficos diante daquele singular contexto histórico no qual os interesses do Estado estavam em debate, pois a particularidade histórica aqui salientada precisa estar relacionada à singularidade expressa na sobreposição das funções de *professor* e de *dirigente* aqui igualmente mencionadas. Será que no Colégio Pedro II a “geografia dos professores” estava relacionada à “geografia dos homens de Estado”? Ou mantém-se a tese da distinção entre ambas as funções, restando aos professores – alienados e alienadores em relação à geografia utilitária – ensinar uma disciplina simplória e enfadonha?

De imediato, parece evidente a importância deste *saber* para os interesses estatais, que o operam no sentido de planejamento e organização territoriais (naquilo que há de mais pragmático e utilitário). Essa importância encontra-se, de um lado, no propósito de se constituir um discurso ideológico capaz de produzir uma representação de país com identidade anelada ao território, e não propriamente à nação, cuja existência ainda estava por se processar⁷⁷; e, de outro lado, no propósito de se concretizar a forma espacial idealizada (a geografia material..., no caso, o território estatal)⁷⁸.

Nesse sentido, a disciplina escolar *Geografia* pode ser considerada apenas um dos âmbitos de formulação desses discursos, sem necessariamente precisar parecer simplória⁷⁹ para mascarar suas verdadeiras intenções. Entende-se aqui que este mascaramento fica submetido a determinados encaminhamentos interpretativos e, sobretudo, circunstâncias que aqui se quer problematizar, tanto no primeiro item da tese, através do qual a geografia é ocasionalmente apresentada como “despretensiosa” (mascarada, portanto...), quanto no último capítulo, através do qual a geografia mostra a face propositada que realmente tem, ainda que pareça *enfadonha* em determinados aspectos. Um desses aspectos deriva naturalmente do exaustivo exercício marcadamente *descritivo*: uma espécie de inventário laudatório dos espaços mundial, nacional, provinciais...

É importante ressaltar que a descrição é inerente a qualquer ato cognitivo de apresentação que se faz necessário para a apreensão de uma realidade. Até hoje a descrição é um elemento importante não só na Geografia, mas também em outras ciências. Mas é certo

⁷⁷ A visão predominantemente *territorialista* formatada durante o período colonial, concebia “(...) o Brasil como um espaço, e não como uma sociedade, isto é, o país é identificado com seu território e não definido como uma nação.” MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo: Annablume, 2005. Cf. também, MATTOS (2017).

⁷⁸ ESCOLAR (1996).

⁷⁹ Quanto a *enfadonha*, resta a ideia de que nem tudo que é enfadonho é desnecessário. Já quanto ao *simplório*, talvez não se possa dizer o mesmo... O simplório necessariamente corresponde ao desnecessário - corresponde a tempo e energia desperdiçados à custa de nada.

dizer que ela em si não basta; faz-se importante tornar inteligível a essência do que foi descrito, nascendo daí a necessidade de outra operação cognitiva: a análise.

Mesmo se constatando esse referido teor descritivo, a Geografia escolar de então nem sempre pode ser apontada como *simplória*, porque é preciso enfatizar de forma bastante clara fatores como *quem está produzindo e/ou reproduzindo este saber, e para quem – para qual público – tal saber está sendo direcionado enquanto conhecimento formulado*. Trata-se de elemento crucial que se pretende considerar nessa tese, validando a Geografia escolar em sua devida importância dentro de determinada circunstância. Ou seja: a particularidade faz a generalidade perder sua razão.

Bem se sabe que os discursos geográficos não são exclusividade do âmbito disciplinar; eles também se encontram na botânica, na geologia, na teoria do direito, nos projetos jurídicos-administrativos...⁸⁰ Sendo um saber utilitário, a geografia não fica restrita apenas à sua rotulação enquanto explícita identificação de uma disciplina (escolar ou acadêmica e/ou científica...), na medida em que a capacidade de pensar, raciocinar geograficamente não é exclusividade dos especialistas do campo⁸¹.

No século XIX (ou mais precisamente nas décadas de 1830 a 1860), período que antecede a constituição de um campo nos moldes universitários⁸², o *saber geográfico* considerado *científico* era viabilizado a partir de relatos de viagens exploratórias (feitas por comissões ou exploradores individuais, *nacionais* ou, principalmente, estrangeiros), relatórios ou levantamentos estatísticos e descritivos, entre outras formas, cuja função era, além de explorar o desconhecido, produzir representações do Brasil, publicando-as em obras avulsas ou em revistas especializadas, como as que eram editadas no âmbito do Instituto Histórico e

⁸⁰ Como obtempera Moraes (2008), “ (...) no Brasil – as mais eficazes ideologias geográficas não se apresentam sob a rotulação explícita da “geografia”, e circunscrever as análises aos textos gerados no âmbito disciplinar redundaria em perder os mais importantes discursos norteadores da produção do espaço brasileiro e da própria produção das representações hegemônicas desse espaço.” (p. 14).

⁸¹ Acerca dos variados tipos de discursos geográficos, há uma classificação muito interessante apresentada por Moraes (2008): (...) discutindo de modo mais sistemático o tema da representação e da consciência do espaço, [é possível diferenciar] três níveis de abordagem, a saber: - o do ‘horizonte geográfico’, que circunscreve o campo da geografia ‘espontânea’ do cotidiano, analisando o conhecimento do senso comum, as ideias e representações do ‘espaço vivido’ e das informações geográficas do indivíduo comum; - o do ‘pensamento geográfico’, abrangendo os discursos escritos do saber culto acerca do espaço e da superfície da Terra, analisando as formulações literárias, filosóficas e científicas interessando o temário coberto pelas questões analisadas pela geografia, enfim, as representações sistemáticas e normatizadas da consciência do espaço terrestre; - o das ‘ideologias geográficas’, abordando uma classe mais restrita de discursos, contida no conjunto anterior, a das representações com um direcionamento político explícito, seja orientado para a produção do espaço material, seja referido à própria construção de juízos e valores que conformam as próprias formas de consciência sobre o tema.” (p. 13-14).

⁸² No sentido bourdieuano. Cf. BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In Renato Ortiz (org.) *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

Geográfico Brasileiro ao lado de outros saberes, como o de história e, mais tarde, o de etnografia⁸³. Além do IHGB, outras iniciativas institucionais⁸⁴ e particulares também veiculavam os resultados das pesquisas em formas de obras ou artigos, configurando o panorama intelectual daquele momento⁸⁵.

Falar sobre as características do saber geográfico naquele tempo significa, antes de tudo, enxergá-lo sem a conotação de ciência moderna, vivenciada com mais nitidez somente a partir do legado de Humboldt e Ritter em meados do século XIX para frente⁸⁶. Ambos já eram respeitados/mencionados mesmo entre os primeiros sócios do IHGB⁸⁷, mas a consolidação de seus nomes como “supostos pais da geografia moderna”⁸⁸ ainda estava por se consumir originalmente na Europa ao longo do século XIX e, depois, numa *história* escrita para

⁸³ Além de Geografia e História, o IHGB também criou o campo da etnografia com o propósito de estimular o diálogo em torno da problemática da nação no Império do Brasil. Em tela, Kodama salienta que a problemática, em suma, encaminhava-se no sentido de se considerar, ou não, as diversas “nações” indígenas na composição da “nação brasileira”. Cf. KODAMA, Kaori. Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

⁸⁴ No final do século XIX, na transição para o XX, os âmbitos também eram outras sociedades geográficas. (Cf. CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945). Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: PPG História, UERJ, 2008; MARY, Cristina Pessanha. Geografias pátrias: Brasil e Portugal – 1875-1889. Niterói: Editora da UFF, 2010.

⁸⁵ E neste quesito, conforme aqui já assinalado, cabe considerar os saberes geográficos produzidos por iniciativas provinciais, não só em periódicos ou livros didáticos produzidos localmente, senão também no bojo de institutos locais em moldes similares ao IHGB – os institutos históricos e geográficos provinciais.

⁸⁶ Antes dos projetos de Humboldt e Ritter, há quem impute à obra “Geografia Geral” (1650), de Bernhard Varenius, o designativo de *marco fundamental da Geografia Moderna no século da Revolução Científica* (XVII). Conforme aponta Bauab (2005), “Hartshorne ressalta que, na discussão acerca da Geografia Moderna, grande parte do debate pode ser rastreado até Varenius. Almagiá (...) vê na *Geografia Geral* ‘a primeira síntese científica baseada em uma sistematização de todo material de observação e de fatos novos que se acumulam após os descobrimentos geográficos [...] utilizados para explicar os fenômenos do nosso globo em suas conexões causais’ (Hartshorne, 1976, p. 21 *apud*). Após a queda da *Geografia Geral*, de acordo com Almagiá, a geografia científica só viria a renascer com Humboldt”. Cf. BAUAB, Fabricio Pedroso. Da Geografia Medieval às origens da Geografia Moderna: constrastes entre noções de Natureza, Espaço e Tempo. Tese de doutoramento. Presidente Prudente, PPGG, UNESP, 2005. p. 248.

⁸⁷ O IHGB será melhor situado no último item do capítulo 2.

⁸⁸ Ou, como diz Capel (1981): “Los Padres Putativos de la Geografía Contemporánea” [Os supostos pais da Geografia Contemporânea...]. CAPEL, Horacio. Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

reforçar a geografia enquanto campo científico⁸⁹.

O saber geográfico de então desenvolvia-se a partir do legado da Geografia Clássica, resgatada de certa forma pela geografia da Renascença (séculos XV a XVIII)⁹⁰ e um pouco mais desenvolvida a partir do que Numa Broc (1972) chama de *geografia dos filósofos*

⁸⁹ Capel (1987) e Pereira (1997) lembram que a institucionalização acadêmica da Geografia é considerada tardia. Tal institucionalização constituir-se-ia em criação de cátedras duradouras e cursos universitários de Geografia, bem como em difusão mais sistemática via ensino fundamental. Esse processo teria se iniciado no final do século XIX pioneiramente em países como Alemanha e Áustria (a partir da década de 1870) e, depois, em países como Suíça e França, sendo possível mencionar uma comunidade científica de geógrafos na Europa Ocidental a partir da década de 1890. (Cf. CAPEL, Horacio. *Geografia humana y ciencias sociales. Una perspectiva histórica*. Barcelona: Montesinos, 1987; PEREIRA, Sergio Nunes. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1838/1922*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Depto. Geografia, FFLCH, USP, 1997).

⁹⁰ A geografia do Renascimento era a *geografia dos navegadores*, de cosmógrafos, corógrafos, cartógrafos, autores de mapas do mundo, livros de viagens, grandes tratados ou monografias simples; os grandes navegadores (entre conhecidos e anônimos, como Colombo, Magalhães, Vasco da Gama, Cartier, ao lado de nomes menos populares como P. Apian, S. Münster, O. Fine, Thevet, Ramusio, Hakluyt, Acosta e outros) desenvolviam suas noções de geografia, botânica, etnografia. Todo esse conhecimento foi integrado ao patrimônio cultural europeu, ocidental, ampliando progressivamente o ecúmeno e o *Imago Mundi*: “(...) isto é, a representação que eles podem ter de seu planeta com suas zonas e seus climas, seus mares e seus continentes, seus rios e suas montanhas, suas plantas e seus habitantes...” [“(...) c'est-à-dire la représentation qu'ils peuvent se faire de leur planète avec ses zones et ses ‘climats’, ses mers et ses continents, ses fleuves et ses montagnes, ses plantes et ses habitants...”]. (BROC, 1980, p. 8).

Broc (idem) defende a ideia de que, ao contrário do que se é comum pensar, as grandes descobertas não tiveram – aos olhos dos contemporâneos – um caráter de imprevisibilidade, de extraordinário, conforme comumente se lhes atribui. Continua ele: “A gente poderia mesmo se perguntar, longe de resumir e de cobrir totalmente a geografia do século XVI, as grandes viagens marítimas não foram mais consequências do que causas. Não existiria, desde o começo do século XV, uma renovação do pensamento geográfico ligado à redescoberta de Ptolomeu, e a uma corrente científica autônoma não se desenvolveria, toda ao longo do nosso período, numa espécie de geografia acadêmica à margem de uma geografia dos marinheiros? A gente não poderia discernir uma doutrina geográfica independente das peripécias das viagens e das navegações? O geógrafo de gabinete não se configuraria algumas vezes como um guia ou um mentor do explorador? Então, Cristóvão Colombo seria um simples epifenômeno de Ptolomeu e Estrabão? [“On pourrait même se demander si, loin de résumer et de recouvrir totalement la géographie du XVIe siècle, les grands voyages maritimes n'ont pas été des conséquences bien plus que des causes. N'existerait-il pas dès les début du XVe siècle un renouveau de la pensée géographique lié à la redécouverte de Ptolémée, et un courant scientifique autonome ne se développerait-il pas tout au long de notre période, sorte de géographie savante en marge de la géographie des marins? Ne peut-on discerner une doctrine géographique, indépendante des péripéties des voyages et des navigations? Mieux, le géographe <<de cabinet>> ne s'érige-t-il pas quelquefois en guide et en mentor de l'explorateur? Alors, Christophe Colomb, simple épiphénomène de Ptolémée et de Strabon?”] Cf. BROC, Numa. *La Géographie de la Renaissance (1420-1620)*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1980. p. 8-9.

(no “longo século XVIII”)⁹¹.

Já o *saber geográfico escolar* precisa ser avaliado em seu devido contexto histórico ancorado nas particularidades salientadas, cabendo a este estudo investigar qual teria sido o seu direcionamento no âmbito do Colégio Pedro II: ficaria a encargo dos propósitos de se construir uma representação nacional alicerçada na identificação com o vasto território do

⁹¹ *La géographie des philosophes* é apresentada originalmente pelo pesquisador da história da geografia, Numa Broc (1972), como resultado de sua pesquisa de doutorado. Este pesquisador escolheu o que denominou de “longo século XVIII” – *século das luzes*, portanto... – para analisar o processo de formação de uma ciência. Tal período corresponde aos anos que vão do auge do reinado de Luís XIV com a criação da Academia de Ciências e do Observatório francês (“L’Académie des Sciences et de l’Observatoire”) até os primórdios de Bonaparte. A primeira parte do trabalho contempla o período que antecede o “fim de um humanismo” (“fin d’un humanisme”), por volta de 1763-1765 (um dia após a Guerra dos Sete Anos), e termina com uma estagnação das grandes viagens de descobertas. O segundo período é tratado na segunda parte da obra – “Novas visões sobre o mundo” (“Nouveaux regards sur le monde”), e condiz ao renascimento da exploração e pesquisa coloniais acompanhadas de uma reflexão sobre as ciências da terra e do homem sobre a Terra. Broc indica que a ascensão da geografia durante o primeiro período retratado começaria no trabalho de J.D. Cassini sobre a determinação das longitudes e a *Carte de l’Academie* (1682). Segundo Broc, uma série de observações e solicitações reais teriam transformado a França, logo após o Vaticano, num grande centro de conhecimento geográfico. Ainda nessa linha, Broc diz que os mapas de Guillaume Delisle ilustrariam bem o trabalho da “geografia de gabinete”, enquanto as explorações corresponderiam a outra vertente do conhecimento da terra. Ainda segundo o mencionado pesquisador, uma *geografia geral* começaria a se desenvolver, marcada por grandes nomes, tanto na geografia física quanto na geografia humana. Nesta última, por exemplo, aparecem as interrogações de Buffon acerca da origem da diversidade das raças. Entra no bojo dessas análises o livro XVIII do *Espírito das Leis*, de Montesquieu, em que constaria um estudo de geografia humana, taxada por alguns estudiosos de *determinista*. Enfim, apresentados nomes conhecidos e desconhecidos (Vauban, Messance, Volney, Giraud Soulavie, Buache, Voltaire e Montesquieu), um dos analistas da obra de Broc, Max Derruau (1976), assevera que não se pode dizer que o século XVIII teria chegado a uma concepção de geografia desenvolvida somente mais tarde. Diz-se de uma geografia que era muito catalogada, mas nem sempre muito bem descrita e muito menos explicada. Segundo o mesmo Derruau, fora necessário esperar até meados do século XIX para se obter uma verdadeira compreensão dos propósitos desta ciência. Assevera ainda: “Pelo menos a geografia física foi formada por volta de 1780; pelo menos a geografia é encarada como uma lição de relativismo, e é por isso que ela é vista como uma coleção de informações que interessa aos filósofos” (“Du moins la géographie physique se constitue-t-elle vers 1780; du moins la géographie est-elle ressentie comme une leçon de relativisme, et c’est par là, comme aussi par ses collectes d’information, qu’elle intéresse les philosophes”).

BROC, NUMA. *géographie des philosophes. Géographes et voyageurs français au XVIIIe siècle*. Thèse, Montpellier, 1972, publicada pela Associação de Editores próxima às Universidades de Estrasburgo, Fondation Baulig, Paris: Ophrys, 1975. Conferir também: DERRUAU, Max. *Derruau Max. Broc (Numa). — La géographie des philosophes. Géographes et voyageurs français au XVIIIe siècle*. In: *Revue de géographie alpine*, tome 64, n°3, 1976. p. 424-426. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/AsPDF/rga_0035-1121_1976_num_64_3_2057_t1_0424_0000_2.pdf

⁹² Para além da *geografia dos filósofos* na França, não é menos relevante a contribuição de Immanuel Kant (1724-1804) já aqui salientada quanto ao propósito de destacar, em sua *Estética Transcendental*, a importância de *espaço* e de *tempo* enquanto categorias a *priori* do conhecimento. É sabido que Kant ministrava um curso de Geografia na cidade de Königsberg, na Prússia, no intervalo entre 1756 a 1796, nos semestres de primavera-verão. Segundo Gomes (2017), “Dada a imensa autoridade intelectual de Kant, seu curso atraía muitos alunos e certamente teve influência sobre a maneira pela qual a Geografia, anos depois, passou a ser regularmente ensinada nas universidades”. (Cf. GOMES, 2017, p. 23)

país⁹³? Ou estaria submetido à necessidade de reforçar a ideia de nação, então abstratamente concebida frente à indefinição de qual parcela do contingente populacional a comporia?

Para longe de evocar com exatidão as contribuições de Chervel⁹⁴, Goodson⁹⁵ e outros, no tocante à história das disciplinas escolares – sua implantação e desenvolvimento, considerando suas instâncias sociopolíticas, filosóficas e pedagógicas, por exemplo –, é importante saber precisamente qual papel o projeto saquarema atribuía à educação e, em particular, à geografia, a partir e para além dos documentos oficiais. É preciso reconhecer que havia uma tradição educacional ali representada, delimitadora do que se queria propor no Colégio Pedro II enquanto projeto.

A Geografia se constituía em disciplina autônoma desde o início, e portanto não tinha, nos termos colocados por Goodson (1990), uma ciência de referência de onde se extrairia um *savoir-faire* para o saber escolar⁹⁶. Portanto, parece evidente que, inobstante uma diretriz curricular oficial, a condução do ensino de seu conteúdo (ou seja, detalhes referentes à prática de ensino, como seleção de conteúdo, método, exercícios, avaliação, entre outros) ficava a encargo da liberdade de cátedra efetivamente respaldado e respeitado naquele âmbito institucional, apesar da existência de um certo nível de fiscalização, a encargo das autoridades instituídas para tal função.

⁹³ Essa geografia escolar – conforme será apresentado nesta tese, “(...) passa a ser (ao lado da história) uma das disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território. O levantamento das riquezas naturais nacionais, o conhecimento dos grandes acidentes geográficos, a noção da extensão do espaço pátrio, a exaltação da diversidade paisagística existente, tudo conduz ao enaltecimento do país e ao reforço do sentimento de a ele também pertencer. Como parte desse conjunto nacional: o *povo*. Como bem acentua Marcelo Escolar, **o ensino de geografia tem sido um processo ininterrupto de “doutrinação patriótica”, isto é, de inculcar nas pessoas um sentimento de pertencer a uma unidade política de base espacial.**” (MORAES, 2009, p. 27); Apesar de todo esse argumento, “É válida também a objeção de que nem todo território é o resultado histórico de um projeto *ad-hoc*.” (ESCOLAR, 1996, p. 141.)

⁹⁴ CHERVEL (1990).

⁹⁵ As contribuições de Ivor Goodson foram consideradas por Genylton Rocha (1996); elas impõem ênfases à dimensão histórica das disciplinas escolares, relacionando-a a aspectos sociológicos e filosóficos da constituição e manutenção das matérias ou disciplinas escolares (GOODSON, 1990; 1995 *apud* ROCHA, 1996). Há também reflexões acerca de estudos biográficos na história da educação (GOODSON, 2007). No site profissional do autor é possível acessar suas obras traduzidas em várias línguas, incluindo para a Língua Portuguesa (Conferir em: <https://www.ivorgoodson.com/translated-works>). Cf., entre outras obras: GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 2, 1990. p. 230-254; Idem. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995 (*apud* ROCHA, 1996); Idem. Questionando as reformas educativas: a contribuição dos estudos biográficos na educação. *Pro-Posições*, v. 18, nº 2, maio/ago. 2007. p. 17-37.

⁹⁶ Parece oportuno resgatar aqui, também, alguns detalhes da contribuição de Chervel (1990). O primeiro deles é de caráter informativo e, ao mesmo tempo, conceitual. A palavra *disciplina* ou *disciplina escolar* – no sentido de “conteúdo de ensino” – se disseminou apenas a partir do século XX; antes disso a expressão designava “(...) mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso.” (CHERVEL, 1990, p. 179)

Toda essa problematização, feita até aqui preliminarmente, foi contraposta à materialidade calcada nos documentos levantados, e nessa operação metodológica, ressaltou aos olhos a identificação de um personagem⁹⁷ emblemático nessa intermediação entre “professores” e “dirigentes estatais”: *Justiniano José da Rocha*.

E se esta tese começou sua trajetória propondo estudar a Geografia no Colégio Pedro II durante o século XIX, foi obrigada a mergulhar na vida do *primeiro professor de geografia do Colégio Pedro II* a fim de entender as razões profundas de sua institucionalização e, ao mesmo tempo, a sua relação com os propósitos de construção do Estado Imperial então em voga.

O objeto: Justiniano da Rocha, um professor e um geógrafo oitocentista no contexto de construção do Estado Imperial

Justiniano será demonstrado aqui como prova viva de um professor selecionado diretamente pelos principais agentes de Estado e, por isso mesmo e por outras razões, ele próprio, um representante dileto da classe dirigente. Isso se dá por dois motivos intimamente relacionados: primeiro por conta de uma ação voluntária de filiação a um projeto específico de país, o projeto conservador; segundo, porque a sua militância o conduziu a ser levado em conta pelos representantes do núcleo duro da classe dirigente, devido à qualidade de sua ação panfletária expressa em seus discursos.

O papel desempenhado por Justiniano José da Rocha no contexto de construção do Estado Imperial fica melhor situado no enquadramento interpretativo oferecido pelo historiador Ilmar de Mattos na obra *O Tempo Saquarema*⁹⁸. Isto se dá porque este autor compreende que esse processo de construção se deu dialeticamente com a constituição da classe senhorial do País. E no bojo desta última, ainda nessa linha interpretativa, sobressairia uma “força social” específica, auto-forjada como dirigente, que seriam aqueles que assumiriam as rédeas do governo a partir do já aqui mencionado Gabinete das Capacidades ou do *regresso* (1837). Esta “força...” seria o que Ilmar denomina de classe dirigente ou os *saquaremas*. É nesse contexto que Justiniano se encaixa perfeitamente e, inclusive, é lembrado por Ilmar tanto na introdução de seu trabalho, ao mencionar genericamente o título

⁹⁷ Ou, para quem prefere, *uma personagem*... Os novos parâmetros linguísticos fizeram o termo perder a indicação de seu gênero; antes, nas regras convencionais das gramáticas vigentes, a palavra era classificada como *substantivo feminino*. Esta regra caiu em desuso; daí as duas possibilidades: *a* ou *o* personagem.

⁹⁸ MATTOS (*Op. Cit.*).

de sua obra mais conhecida⁹⁹, quanto no terceiro capítulo, quando o autor aborda, entre outras questões, a “formação do povo” inserido nesse contexto de Brasil Imperial.

Graças ao explicitado, apresenta-se como *hipótese central deste trabalho a perspectiva de esse personagem amalgamar os distintos propósitos do saber geográfico de “Estado” – voltado a debater a organização, gestão, consolidação do território através de políticas estatais a ele voltadas (seja por intermédio de leis, seja por medidas jurídico-administrativas respaldadas por tais leis) – e do saber geográfico escolar, propositado em reforçar ideologicamente as medidas estatais, justificando-as.*

Acredita-se que não haja personagem mais emblemático que Justiniano a desdizer *em parte* a imagem de uma geografia despropositada, sem utilidade, mascarada para dominar e, por isso, simplória. Este qualificativo pode talvez servir para alguns exemplos de geografias ensinadas fora do Colégio Pedro II – e como se trata de um universo muito amplo, essa preocupação deve condizer a um escopo muito maior que não cabe neste trabalho¹⁰⁰... –, mas em seu exclusivo âmbito institucional, o que se quer demonstrar neste trabalho é a existência de uma geografia propositada a um objetivo mais seletivo, guiado pela lógica inerente à ordem conservadora, voltada a reproduzir a hierarquia social então existente, refletida em várias dimensões, como aquela que define *quem pode saber o que, e com que propósito se deve saber...*

Em outros termos, o que se vê é um projeto voltado a reproduzir uma sociedade fragmentada, hierarquizada em classes distintas, porém complementares; um projeto orientado para reproduzir a classe senhorial (os filhos da *boa sociedade*) e a classe dirigida ou popular (as forças produtivas locais), sendo esta última condicionada a seguir alienadamente o propósito de servir sem contestar, de submeter seus projetos ao projeto principal (o estatal) – embora isso, na prática, não passasse de um desejo muitas vezes frustrado ou, pelo menos, muito bem articulado (às vezes na base de negociação, às vezes à base do emprego da força)¹⁰¹.

⁹⁹ “Os anos que se seguiram (...) foram, **no dizer de um contemporâneo, anos de ação, de reação e, por fim, de transação.** Foram anos também anos de levantes, revoltas, rebeliões e insurreições. De sonhos frustrados e de intenções transformadas em ações vitoriosas. Foram, sem dúvida, anos emocionantes para quem vivia no Império do Brasil.” Ficar claro neste trabalho (mais especificamente no 2º capítulo) que o “contemporâneo” do trecho refere-se a Justiniano da Rocha. Cf. MATTOS, 2017, p. 14.

¹⁰⁰ Esse tipo de entendimento depende tanto de dados reais, quanto de interpretações que cabem ser bem conduzidas. Esta tese propõe restringir-se à análise da geografia produzida e reproduzida no âmbito do Colégio Pedro II, quando não, no âmbito da própria experiência particular do personagem estudado, que era uma pessoa pública.

¹⁰¹ MATTOS (2017).

Não se trataria propriamente, portanto, de um *saber mascarado* para dominar, mas de um *saber* objetivado em reproduzir os instrumentos de dominação, representativos de uma determinada *visão de mundo e de Brasil*.

É na esteira dessas reflexões que surge uma hipótese secundária (quicá, complementar...) de trabalho: acredita-se que a Geografia escolar da época (oitocentista) tinha objetivações distintas para cada realidade encontrada num universo muito heterogêneo – uma realidade cercada de idiosincrasias. Por essa razão, o propósito da inculcação patriótica, por exemplo, encontrava nuances que variavam de acordo com os atores envolvidos.

Numa realidade díspar, é possível identificar exemplos de inculcação em contornos abstratos, pálidos, operada de forma indireta e secundária, conforme apontara Rocha (1996). Por outro lado, também é identificável um engajamento ideológico mais forte na direção desse propósito em outras certas circunstâncias. Parte-se, portanto, do pressuposto de que existe uma *geografia escolar* voltada exclusivamente para a formação e reprodução da classe dirigente¹⁰², assim como existe uma *geografia escolar* voltada para a classe senhorial como um todo. Ou seja, entende-se que possa existir a replicação da hierarquia social para o tipo de geografia que então se ensinava e se aprendia. E o que definiria essa diferença seria justamente a condução do processo e o conteúdo da lição geográfica a se ensinar, devendo ambas estarem sempre associadas, posto que do contrário não haveria diferença a apontar. Exemplo: não bastaria dizer que a diferença estava no conteúdo ensinado. Como se disse, havia uma vulgata compartilhada dentro e fora do Brasil, e quanto a isso não é possível diferenciar. No entanto, quando se conhece o protagonista do processo de ensino-aprendizado – o lugar que ele ocupa, os debates em que ele se envolve, os valores que o caracterizam e a quem ele está relacionado – é possível sugerir que se tratava de uma geografia diferenciada voltada para um público igualmente diferenciado. O desafio desta tese é testificar essa hipótese.

Tanto a condução quanto o conteúdo ficam a encargo da instituição e do professor, e o papel que este assume na ordem social e política é o que determinaria a qualidade e o teor da geografia que se ensinava, junto com os seus devidos propósitos.

Para a geografia escolar da classe dirigente, representada institucionalmente na Corte no âmbito do CPII, o professor exerce a concomitante tarefa de produzir e ensinar o saber

¹⁰² Nos termos de Ricardo Salles (2012), que dialoga com Ilmar de Mattos (2017) e outros (em se tratando de conceitos do legado *gramsciano*), classe senhorial é a classe dominante. A classe dirigente (ou “dirigente-intelectual”) é a fração dos que conduzem/dirigem o Estado. Cf. SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*, Vila Mariana, n. 4, novembro de 2012. Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/840>

escolar, estando intimamente implicado nos propósitos do governo; para a geografia escolar de outras realidades (no Município da Corte ou fora dele, isto é, nas províncias), a classe dirigente esperava que o professor (sem ser necessariamente um de seus componentes, e, por isso, sem representá-la diretamente...) apenas reproduzisse o saber respaldado pelo governo através dos parâmetros legais e curriculares prescritos a todas as repartições educacionais do território.

Essa hipótese poderia suscitar uma ilusória contradição que a liquidaria de imediato, oriunda de uma interpretação parcial do trecho anteriormente reproduzido na página 30 desta tese, no qual se diz que a classe dirigente corresponderia a muitos agentes, mesmo aqueles “localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império (...)”. O complemento, porém, desfaz a aparente contradição: “(...) mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais (...)”. Este segundo trecho parece deixar claro que havia uma diferença entre os dirigentes propriamente ditos e os seus representantes, existindo hierarquia até nisso.

Um dos membros do núcleo saquarema (também chamada de “trindade saquarema”, por representar os três nomes mais importantes da facção política)¹⁰³, o Visconde do Uruguai, chegara a estabelecer um detalhe que daria conta em explicar a mencionada nuance: havia distinção entre duas espécies de centralização: a política ou governamental e a administrativa. “A primeira consistia em concentrar em um mesmo lugar ou na mesma mão o poder de dirigir os interesses que são comuns a todas as partes da Nação; a última, em concentrar o poder de dirigir os interesses particulares de cada parte da Nação.”¹⁰⁴ Isso implica em dizer que a classe dirigente propriamente dita estava geograficamente localizada na Corte e, por extensão, em se tratando de aspectos relativos à educação, no CPII. A classe senhorial, que ocasionalmente assumia em seus distintos locais a representação da direção, não tinha em verdade a mesma força política e nem as mesmas funções¹⁰⁵.

¹⁰³ Esse núcleo duro era composto por Euzébio Queiróz Matoso Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai).

¹⁰⁴ Cf. MATTOS, 2017, p. 209.

¹⁰⁵ Com sua obra *Ensaio Sobre o Direito Administrativo*, Uruguai aprofundaria “(...) as diferenças entre Poder Político e Poder Administrativo, entre o Direito Constitucional e Político e o Direito Administrativo. (...) Assim, ainda que vivessem e se movessem separadamente, a organização, formas e ação administrativas estavam intimamente ligadas à organização, formas e ação dos poderes políticos. Uma organização política sólida e duradoura repousava na centralização, muito embora a organização administrativa pudesse dispensá-la em parte. Todavia, quando a centralização administrativa aparecia reunida à centralização política ou governamental, esta tornava-se uma força imensa.” Cf. MATTOS, *Op. Cit.*, p. 209. Sobre a íntegra da obra de Visconde do Uruguai e de um tratamento biográfico acerca de seu legado, conferir: CARVALHO, José Murilo. (Organização e introdução). Visconde do Uruguai. São Paulo: Ed. 34, 2002.

Apesar da representatividade disseminada da classe alocada na Corte em todas as direções do vasto território, ainda que fosse desejo dessa classe dirigente projetar seu poder em todas as escalas geográficas (local a nacional), na prática, a realidade almejada mostrava-se de difícil execução. Os óbices a esse respeito, inobstante o planejamento e as ações de classe, antes de serem um problema derivado exclusivamente das resistências regionais/provinciais/locais, derivavam da baixa articulação espacial do território (comunicação ineficaz) e da limitação burocrática do Estado. O território carecia de efetivo ordenamento jurídico, administrativo e político, bem como de aparato técnico satisfatório capaz de garantir pleno controle estatal da sociedade. Ou seja, antes de ser apenas um óbice apresentado pela realidade social de cada localidade, era uma dificuldade proveniente da própria incapacidade estatal de capilarizar os próprios mecanismos de controle da ordem social. O Estado não era plenamente eficaz no ato de garantir os interesses privados.¹⁰⁶

Por tudo aqui mencionado, este trabalho tem por finalidade apresentar Justiniano José da Rocha enquanto personagem que encarna da forma mais ilustrativa possível as hipóteses aqui aventadas, e é certamente por isso que ele foi pinçado entre os nomes que ocuparam a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II durante o século XIX. Para além de ser mais um nessa vasta lista de nomes, a sua aparição como *primeiro professor de Geografia* da Instituição de iniciativa toda governamental não foi fruto de mero acaso, e isso pretende ser aqui demonstrado de maneira insofismável.

É por conciliar a sua capacidade de pensar o Brasil e, particularmente, as suas questões intrinsecamente geográficas (associadas aos próprios debates de seu *tempo*), além de produzir explicitamente um saber geográfico escolar, que se acredita ser oportuno considerar Justiniano um verdadeiro geógrafo oitocentista, ao invés de um *protogeógrafo*. Essa designação, a bem pouco tempo, seria considerada anacrônica quando reportada à realidade oitocentista do Brasil; e parte desse tipo de avaliação passa pela consideração a um tipo específico de encaminhamento historiográfico que se pretendia produzir e que não parece

¹⁰⁶ Cf. FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

mais convir¹⁰⁷. Em leitura atualizada, considerar algum personagem como geógrafo pode significar alguém que tenha exercido a capacidade de pensar e produzir um saber culto acerca do espaço e da superfície da Terra, mesmo que objetivamente ninguém nunca a tenha designado de tal forma, e mesmo que sua formação não tenha se dado num curso superior com esse propósito específico, ou seja, num curso superior de geografia que à época sequer existia. Fora isso, conforme já aqui dito, pensar e produzir geografia não requer necessariamente situar-se em seu campo exclusivo de atuação¹⁰⁸. Em termos de estratégia de consolidação de uma profissão e de um campo disciplinar escolar ou científico, dizer isso

¹⁰⁷ Significativa literatura que estuda a história e mesmo a historiografia da Geografia problematizou essa questão no passado recente (final do século XX e início do XXI), permitindo avançar para uma compreensão mais abrangente acerca da geografia produzida no século XIX ou mesmo nos séculos anteriores. Uma das consequências dessas apuradas e necessárias problematizações foi respeitar os entendimentos e termos empregados em cada um dos devidos tempos para designar os intelectuais atuantes nos séculos anteriores ao XX, momento em que se deu a institucionalização da Geografia Acadêmica (ou, como muitos preferem, Geografia Moderna): ao invés de *protogeografia* ou *protogeógrafos*, simplesmente *geografia* ou *geógrafos* propriamente ditos. Os vocábulos anteriormente empregados (*proto...*) enquadravam-se num propósito de fortalecer um projeto científico da Geografia no âmbito dos ambientes acadêmicos representados pelas faculdades e, mais tarde, universidades: tratava-se de um marco linguístico capaz de designar a ideia de um “antes” e um “depois”; o “pré” e o “pra valer”; o “pré-histórico” e a “história” propriamente dita; ou, simplesmente, a pré-ciência e a Ciência (com “C” maiúsculo mesmo – dando a significar uma superioridade pretendida).

Evidente que essa atitude gerou diretrizes que obliteraram durante muito tempo a produção historiográfica atenta a períodos aquém aos marcos temporais designados pela institucionalização universitária. Não parecia se tratar de um grotesco problema de anacronismo, mas de uma deliberada atitude de reforço a um projeto que à época parecia pertinente, mas que com o tempo foi se tornando improdutivo na medida em que a verdadeira trajetória histórica de um saber possibilita mergulhos mais profundos em pilares ontológicos e epistemológicos que se vão forjando no campo com o passar do tempo.

Sobre as problematizações históricas e historiográficas, conferir, entre outros: CAPEL (1981); MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In CASTRO, I. E; COSTA, P.C; CORRÊA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 309-352; SOUSA NETO, Manoel F. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 17, 2001. p. 119-138.

Para entender a natureza de parcela significativa da institucionalização da Geografia Universitária em um dos dois polos onde esse processo se deu de forma pioneira no Brasil, conferir: MACHADO (2009).

Antes de concluir esta nota, é pertinente reportar aqui a um detalhe oferecido por Lia Osório Machado (*Op. Cit.*), para que a consideração aqui feita não seja injusta e tampouco guarde a pretensão de ser homogeneizadora no tocante a traços da produção historiográfica da Geografia antes dos anos 1990: “Por anteceder a institucionalização da geografia, o período 1870/1930 tem merecido somente menção de um ou outro autor ou de uma ou outra obra nos escritos sobre a trajetória do pensamento geográfico (...). Constitui uma exceção o trabalho seminal de José Veríssimo da Costa Pereira, no capítulo Geografia do Brasil em *As Ciências no Brasil* (1955; 1994), como também as contribuições de Nilo Bernardes (*O pensamento geográfico tradicional*, 1982) e de Pasquale Petrone (*Geografia Humana*), Antonio Christofolletti e Aziz Ab’Saber (*Geociências*), ambos publicados na *História das Ciências no Brasil* (1979). Esses quatro trabalhos apresentam um panorama histórico mais amplo.”(p. 313-314).

¹⁰⁸ Quanto a isso, diz Derek Gregory: “O universo do discurso geográfico não está confinado aos geógrafos. Eles – nós – não são observadores privilegiados do mundo (...) mas participantes dele. É evidente que, desse ponto de vista, a geografia sempre, e de forma inevitável, teve importância para a estrutura da vida prática e, em certa medida, certamente foi responsável por ela.” (Derek Gregory, 1984 apud ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996. p. 9).

talvez não fosse conveniente¹⁰⁹; por outro lado, assumir isso significa por às claras a importância desse saber, independente de sua institucionalização (que aqui se reconhece como algo cada vez mais imprescindível, dadas as prerrogativas que um saber sistemático e institucionalizado possuem frente à necessária compreensão da realidade socioambiental circundante¹¹⁰).

À época em que Justiniano José da Rocha viveu (1811-1862), o único campo disciplinar com alguma identificação discernível era o da *Geografia* ensinada na escola ou nas aulas avulsas do ensino primário e secundário. Além dele, que fora o primeiro a ocupar o cargo de professor na cadeira docente específica de Geografia e História do Colégio Pedro II, outros desempenharam – mesmo antes dele – a função de *lentes* em outros educandários, mas somente ele possuía uma condição especial num estabelecimento criado especialmente pelo governo central, somente ele fora escolhido por um motivo que cabe aqui ser revelado. Por conta disso, o propósito mais abrangente desta tese não se circunscreve a conhecer apenas o que produziu especificamente um intelectual em um tempo específico, senão também em compreender o exato momento em que o ensino de geografia se institucionalizou no Brasil na condição de disciplina escolar autônoma, procurando enfatizar a destacada presença de Justiniano nesse contexto, ressaltando a sua obra escolar – O Compêndio de Geografia – e o seu pensamento geográfico – inscrito em diferentes registros discursivos (artigos jornalísticos, livros, discursos políticos, relatórios) – imbricados ao propósito de defender a unidade territorial do Estado Brasileiro numa época em que as distintas tendências ideológicas desencadeavam disputas de projetos autônomos, federalistas e, no limite, separatistas, ameaçando de fragmentação o que muitos entendem (no passado e mesmo ainda no presente) como imenso patrimônio territorial logrado em boa parte durante o longo período colonial¹¹¹.

Para que essa problemática fique melhor situada, toma-se por princípio metodológico a necessidade de se desenvolver o nexos coerente entre aquilo que se compreende como termos de uma mesma equação:

¹⁰⁹ Porém, é inegável que “(...) a constituição de uma comunidade geográfica especializada, se não monopoliza a formulação do discurso espacializante (e sua projeção no tema da identidade nacional) interfere fortemente em sua produção e divulgação. (CAPEL, 1977 [apud Moraes, 1991]). O movimento de autolegitimação do trabalho científico, impulsionado pela afirmação de uma razão técnica, gera a figura do especialista e com ele o argumento de autoridade, que só pode ser questionado inter pares (Habermas, 1980 [apud Moraes, 1991]).” MORAES, 1991, p. 171-172.

¹¹⁰ Erigir o saber geográfico ao patamar da ciência e da educação, em momentos em que o obscurantismo e o negativismo parecem recobrar fôlego em pleno o alvorecer do século XXI, torna-se compromisso renovado com a necessidade de emancipação do Ser Humano.

¹¹¹ Evidente que esse processo não se circunscreve ao período colonial. A Geografia Histórica do território brasileiro tem episódios que compreendem vários momentos da história.

- a) *particularidades de um Estado de natureza territorialista* (isto é, um Estado motivado pela expansão territorial enquanto princípio norteador da própria existência);
- b) *Projeto Saquarema* (aquele que mais se primou, em meados do século XIX, no esforço de manter coesa uma identificada herança dinástica – o patrimônio territorial – oriunda do período precedente);
- c) formulação e engajamento ideológicos de um intelectual de proa na vida política e cultural de um país em formação (o que se pode chamar – ou pretender... – de uma biografia intelectual imbricada diretamente à formação do Estado Brasileiro, incluindo aquilo que diz respeito a detalhes inerentes à formação territorial);
- d) inserção da geografia enquanto componente curricular no ensino secundarista (tendo em vista, antes de tudo, o propósito específico de situar no imaginário das futuras gerações dirigentes – e não propriamente em toda a população – o enquadramento do Brasil no conjunto das nações ditas civilizadas à época, ao passo que buscava criar simbolicamente, igualmente no imaginário, o mapa cartográfico (ou mesmo mental) representativo da grandeza patrimonial que correspondia ao território.

Com a devida atenção aos detalhes acima expostos, esta tese é organizada conforme consta a proposta a seguir:

A Introdução aqui apresentada, como pressupõe o seu sentido, procurou situar os elementos referentes à aproximação ou à construção do objeto, comprometendo-se a explicitar aspectos teóricos-metodológicos, conceituais, epistemológicos, orientados no sentido de elucidar uma problemática que poderia ser articulada a novos questionamentos (numa lógica de descoberta) ou a hipóteses (numa lógica de verificação). A trajetória de construção inicialmente relatada procurou indicar que a lógica dos questionamentos acabaram (em parte) por ceder à lógica das hipóteses (questão não só de escolha, senão de efeito do próprio processo de acumulação de leituras/debates). Isso não significa que outros e novos questionamentos não sejam a matéria-prima para o desenvolvimento de raciocínios ao longo do corpo deste trabalho; apenas não são erigidos à condição de questionamentos centrais, estruturantes de toda a lógica da tese. Afora esses elementos, cabem aqui outros comentários: comumente constam regras formais que indicam que a parte introdutória deva ser relativamente breve e escrita “num fôlego só”, sem numeração tópica e sem subdivisões. Aqui, porém, sem qualquer intenção de subversão das regras, encontrou-se em outros trabalhos de mesma natureza, num universo *ad infinitum*, quem optasse por escrever no

“correr da pena” (a tal da “razão e emoção” inerentes a todo ser humano). Aqui também se fez essa escolha e isso explica o volume da escrita que se pretende não ser banal.

Quanto ao primeiro capítulo, ele pretende tratar de detalhes importantes do contexto histórico em que o personagem está inserido, procurando articular distintas dimensões daquela época para melhor situar a ele e a sua geografia (“a geografia de Justiniano”). A primeira dimensão aqui evocada de forma introdutória – uma dimensão que não deixa de ser *política* – pretende apresentar, de imediato, a celeuma que envolveu a publicação de um “despretensioso” compêndio de geografia da lavra de Justiniano. Essa situação polêmica propõe introduzir em seu bojo a importância em se problematizar o suposto viés enfadonho e simplório da geografia oitocentista; propõe esviscerar o contexto no qual a “geografia escolar” (produzida por Justiniano) é questionada pela ala opositora ao governo, sendo por ela vista com reservas implícitas. Esse questionamento não se guiava apenas pela natureza de seu conteúdo (efetivamente similar – porém longe de ser igual... – a de outros compêndios daquele tempo), mas pelas supostas intenções de seu autor e pelo o que ele representava em termos políticos. Em outras palavras, logo no primeiro item do primeiro capítulo, sem que ainda nesta parte se faça aprofundadas análises do personagem e de sua geografia, ficam patentes a relação direta do indivíduo aqui estudado com a dinâmica política daquela época, bem como o envolvimento da *Geografia escolar* de sua autoria naquele panorama de disputas. A pergunta mais simples e direta que guia o item é: como Compêndio apresentado como “despretensioso” tornou-se um assunto polêmico no âmbito do senado? Em outras palavras, como de certa forma uma *obra didática* chegou ao grau de se tornar pauta de debate nacional, mesmo que em breves momentos?

Ainda no primeiro capítulo, a segunda dimensão disposta no segundo item, propõe resgatar a ideia já disseminada por certa linha interpretativa da história de que não se pode conceber algum nível de compreensão dos intelectuais oitocentistas sem se levar em conta a “retórica como chave de leitura” na interpretação de suas produções intelectivas. Levar em conta essa *dimensão cultural* da época significa também atribuir o devido valor à compreensão de como os saberes eram formulados, fossem eles científicos, escolares ou de outra natureza. Parece, nesse sentido, inapropriado classificar esses saberes como a-científicos (ou até simplórios...). Simplesmente era a ciência da época, e esta, em boa parte, provinha do verbo, da capacidade de convencer; provinha, em boa medida, da inteligência linguística mais do que de fatos propriamente ditos. Nesse sentido, este item pretende compreender as bases culturais pelas quais Justiniano (e alguns poucos de seus contemporâneos) apresentava uma

distinta habilidade na arte de se expressar (mas nem sempre na de convencer...) através da escrita.

O terceiro item completa o capítulo tratando de uma dimensão espaço-temporal daquele “presente histórico” ou daquela “geografia de então”, o Brasil Imperial. Pretende-se estabelecer nele uma descrição analítica da geografia material e simbólica daquele momento, buscando estabelecer um exercício de lógica escalar entre totalidade e particularidades, a fim de introduzir de forma tangível e inequívoca o efetivo momento em que o Brasil vivia durante os primeiros anos de formação estatal. Em suma, procura-se descrever aquela conjuntura de construção do Estado brasileiro na perspectiva de sua territorialidade (a territorialidade estatal), procurando elucidar algumas razões para a centralidade da região agro-mercantil-escravista na condução de um projeto conservador de país em detrimento de outros projetos locais.

O segundo capítulo dedica-se especificamente a tratar do personagem em si, muito desconhecido do grande público talvez por ser tratado por distintas historiografias como personagem de segundo plano, embora sua importância seja indiscutível na compreensão do contexto político durante o intervalo entre os anos 1830 e 1860. O capítulo inicia-se com uma pequena introdução buscando dar o devido valor ao legado teórico deixado por historiadores das historiografias, comprometendo-se a demonstrar que o exercício biográfico representa uma operação metódica e também sujeita a distintas armadilhas que muito comumente costumam fragmentar e desconfigurar a interpretação de uma realidade. Nesse mesmo movimento, traz um breve relato de como a biografia (e mais especificamente, a biografia intelectual) tem servido de instrumento para a produção da história da Geografia (ou história do pensamento geográfico...) e mesmo da Geografia Histórica em alguns âmbitos de pesquisa. Neste caso, recupera-se sucintamente na introdução do capítulo parte do legado (da experiência acumulada...) do GEOPO/USP e do Grupo GeoBrasil/UERJ.

Logo após à parte introdutória, faz-se no item “2.1” um pequeno apanhado de biografias feitas acerca de Justiniano, buscando provar que, apesar de quase sempre ele residir num segundo plano da História do Brasil, o personagem guarda especificidades cruciais para se entender aquele tempo e aquele espaço do passado. Isso mostra que o personagem tem fôlego para ser resgatado com mais ênfase para bem da História e da Geografia (e, mais especificamente, Geografia Histórica...) do Brasil.

O segundo item do capítulo dois resgata justamente um dos elementos que reforçam a sua importância: a natureza atemporal de sua análise daquele tempo; uma análise parcial, é bem verdade, por se restringir a aspectos políticos de seu tempo e por se orientar por uma

razão endógena de quem fazia parte direta daquela dinâmica. Convém dizer que o legado analítico de Justiniano serviu de fonte para que muitos outros intelectuais entendessem aquele tempo, servindo de matéria-prima para debates de natureza historiográfica e, inclusive, de inspiração para títulos de trechos da obra de um dos maiores (senão o maior...) ícones da literatura brasileira, Machado de Assis¹¹².

O terceiro item tem o compromisso de tecer elementos biográficos mais inerentes ao personagem tendo por objetivo compreender as origens de seu capital cultural. Com base em diferentes biografias já produzidas, resgata-se aqui elementos referentes à origem familiar, aspectos atinentes à sua formação acadêmica (escolar e superior) e, o que é muito importante para a formação social brasileira, a sua condição étnica, uma vez que Justiniano não se enquadrava no padrão estereotipado do homem branco de matriz europeia.

O quarto item encerra o capítulo 2 buscando fazer uma descrição analítica de aspectos relativos à produção e inserção social do intelectual Justiniano José da Rocha. Como diz o título do item, busca mostrar sua polivalência, poligrafia, e atuação em várias frentes de trabalho, especificando os lugares sociais que frequentou e as tarefas que desempenhou ao longo de sua vida: advogado, jornalista, parecerista, professor, político etc. Esse panorama explica, de certo modo, como Justiniano foi um intelectual ativo e conectado aos debates públicos de sua época.

O último capítulo trata objetivamente dos aspectos relacionados diretamente ao pensamento geográfico de Justiniano José da Rocha, enfatizando o seu envolvimento nos debates da ordem do dia num país em que as questões geográficas eram intrínsecas, além de abordar aspectos atinentes à sua principal e única produção efetivamente geográfica: o *Compêndio de Geografia*. É portanto neste capítulo que a sua geografia escolar toma vulto no enquadramento de seu tempo, enfatizando a educação como uma das principais preocupações da classe dirigente.

Sendo Justiniano um dos maiores articuladores e expoentes de um específico projeto de Brasil no âmbito da imprensa e mesmo no do parlamento, destaca-se no primeiro item alguns fragmentos de suas análises de nítido teor geográfico enquadrados nos debates daquele momento. Um contemporâneo seu, talvez por ironia (recurso retórico desse tempo), resolveu oferecer ao teor de seus produtos intelectuais a alcunha de *doutrina*. A ironia desse

¹¹² Falar-se-á, especificamente neste item, do legado deixado pela obra “Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade”. Segundo Parron (2016), “Sua celebração deu matéria até mesmo à sátira de Machado de Assis, que parodiou seu título em dois capítulos do romance *Esau e Jacó*, ‘Fusão, Difusão, Confusão...’ e ‘Transfusão, Enfim’”. Cf. PARRON, Tâmis. Estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto: Ação; Reação; Transação: Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil (1855)/ Justiniano José da Rocha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

interlocutor, neste caso, provavelmente reside na identificação da pretensão embutida nos discursos do mencionado intelectual, quase sempre obstinado pela validação de suas ideias entre pares, muitas vezes escamoteada sob uma capa protetora da falsa modéstia. Isso explica o título de todo o capítulo: geografia despretensiosa ou geografia doutrinária?

O segundo item pretende especificar a importância do papel da instrução na consolidação do projeto saquarema do qual Justiniano era mentor e operário ao mesmo tempo. Nele se traça alguns comentários sobre aspectos atinentes a essa questão no projeto em execução e a difícil realidade que inaugurara o estado enfermiço de abandono da educação no país. A disfunção do setor foi e continua sendo um problema para qualquer projeto de país. Mesmo num projeto conservador, no qual o princípio era forjar hierarquizações sociais numa liga coesa e interdependente entre as classes, o cenário não era funcional¹¹³. Os instrumentos de controle e ordem mostravam sua falibilidade no ato de civilizar o povo. O CPII era um universo à parte como o são, nos tempos presentes, algumas instituições escolares das classes abastadas. Naquele tempo talvez já se pudesse antever que um projeto de país para poucos dificilmente sustenta uma coesão social duradoura. A diferença é que naquele tempo muitos eram declaradamente destituídos do direito à cidadania; hoje a destituição muitas vezes é velada...

Voltando somente àquele *tempo e espaço*, a tese chega no terceiro item do terceiro capítulo especificando as características inerentes à geografia escolar de Justiniano voltada à formação da classe dirigente e à formação da classe senhorial, mostrando que o âmbito de ensino da primeira restringia-se ao CPII, deixando para o letramento geográfico de todo o resto da classe o conteúdo contido somente no Compêndio. Além de defender esta clivagem no tipo de geografia que se ensinava, busca-se igualmente neste item mostrar que o que marca essa clivagem entre um tipo de geografia e outro, é a fração maleável à inculcação patriótica que fica a encargo do recurso retórico submetido à *doxa*, enquanto à vulgata acumulada pela tradição da Geografia Clássica cabe à *aleteia*.

E para se consolidar a tese aqui defendida, finaliza-se o trabalho no item 3.4 levando-se em consideração alguns elementos que permitam traçar minimamente um panorama do alcance das lições geográficas de Justiniano junto à classe a qual ela se dirige, intencionando com isso vislumbrar qual haveria de ser o real potencial da obra na formação dos estudantes, futuros homens de ação de um Estado em construção.

¹¹³ A célebre frase de Darci Ribeiro seria absolutamente anacrônica se não fosse controversa e irônica para o caso dos saquaremas – “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. Quisera hoje, mudando o projeto, mudasse a educação...

E antes de se prosseguir, vale esclarecer que a experiência de Justiniano no Colégio Pedro II é muito restrita a um pequeno tempo que vai de 1838 a 1840. Apesar disso e de uma possível precipitada avaliação de que se trata de um intervalo muito diminuto, é importantíssimo considerar que a complexidade dos debates da época e a produção discursiva de Justiniano antecedem e extrapolam esse restrito período. Não há como compreender o pensamento geográfico e, particularmente, a geografia escolar de Justiniano, se o contexto que os forjam – que antecedem e extrapolam o tempo de experiência na referida Instituição – não forem contemplados. Assim, muito mais amplo é o período condizente ao seu legado intelectual; a sua produção discursiva antecede e ultrapassa a experiência no CPPII; ignorar esse fato significa perder a essência dos sentidos tratados por sua *geografia*, seja em forma de saber geográfico remetido aos *debates nacionais*; seja o discurso geográfico de natureza escolar (não menos acoplada à realidade nacional). Assim, o período condizente à sua produção intelectual vai de 1835 (ano que marca a publicação de sua primeira obra no campo do direito) até o ano de sua morte, 1862, quando ele efetivamente pára de escrever em periódico de sua propriedade, *O Regenerador*. É em todo esse interstício que a presente tese propõe compreender o que de geográfico há em alguns discursos ou em alguns saberes produzidos por Justiniano, e o que isso tem a ver com o processo de construção do Estado Imperial Brasileiro e com o fato de a geografia ter sido institucionalizada naquela específica Instituição escolar.

1 CHAVES INTERPRETATIVAS PARA A GEOGRAFIA DE JUSTINIANO

A comunidade de geógrafos contemporâneos há muito se encarrega da ininterrupta tarefa de desfazer a confusão lexical deste campo científico para quem não é geógrafo, a começar por explicar a polissemia da simples palavra *geografia*. É com recorrência que se busca quebrar tal confusão de diferenciadas formas. Uma delas é mostrar que a geografia pode ser tanto *materialidade* quanto *discurso*. Os habituados com essa distinção certamente acham-na desnecessária, mas quando compreendem que é preciso ter boa vontade com quem não sabe, muitas vezes recorrem justamente ao léxico do campo da história, ficando nítido que até diante do apuro da linguagem a história salva. É porque nesse campo científico distingue-se o fenômeno em si (a história) da sua interpretação (a historiografia). E para superar a pobreza da linguagem (cujas responsabilidades são de todos, e não somente dos geógrafos), especifica-se melhor que há uma realidade fáctico-material de disposição e organização dos objetos e seres na superfície do planeta (a geografia material), assim como há representações elaboradas pelas sociedades acerca dessa realidade (o discurso geográfico).

Para se entender um *pensamento geográfico* inscrito no passado, também se faz fundamental recorrer ao contexto que o forja. E nesse quesito, aspectos não só culturais, mas igualmente políticos, geopolíticos e outros, ajudam a compor uma caracterização de tal pensamento¹¹⁴.

Por outro lado, por estar nitidamente adjetivado como “geográfico”, necessariamente requer reportar-se a alguma realidade espacial, geográfica. Esta realidade pode ser imaginada, mas também pode ser factível, material. Não deixa de ser a cultura e a política de um tempo que a molda e é por ela moldada; isto é, existe uma realidade dialética entre geografia enquanto discurso e geografia enquanto materialidade. A natureza do discurso (não no seu sentido arqueológico, mas no sentido de representação) será considerada contextualizada em

¹¹⁴ Priva-se aqui de antecipar termos que indicariam o caminho metodológico utilizado para tal. Essa questão é sempre algo fundamental para ser explicitado. Certamente o vocábulo a ser utilizado não é “arqueologia”, dada a clara filiação à análise de discursos sem a busca por definição de pensamentos, representações, imagens, temas... Convém se avançar mais neste capítulo para definir se se trata de “História das Ideias” ou “História Intelectual” ou “biografia intelectual”. O que se pode adiantar é que essas definições (particularmente as duas primeiras – História das Ideias e História Intelectual) possuem inúmeras dubiedades que encorajaram Foucault (2008) a criar sua própria metodologia centrada no discurso em si. Não é este o caso aqui, ainda que alguns dos próprios historiadores se encarreguem de precaver os desavisados: “A História Intelectual possui interesses muito diversificados e não há uma forma – ou fórmula – para defini-la com aquela convicção peculiar aos adeptos de um estatuto mais estrito de cientificidade da História. Nesta época de tantas incertezas cabe a regra de Montaigne: ‘Seguros e convictos há apenas os loucos’” (LOPES, 2003, p. 9). Cf. FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008; LOPES, Marcos Antônio. (org.) Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

seu tempo, forjado em meio a um arcabouço político, cultural e espacial, afinal, o pensamento é geográfico (remete-se ao que acontece ou quer se fazer acontecer no espaço).

Em palavras mais objetivas, o que se pretende neste capítulo é, no primeiro item, aprofundar a problemática política – suas celeumas, seus debates, suas disputas, correlações de forças – ao esclarecer como pensamento e saber geográficos de Justiniano José da Rocha, inicialmente simbolizados em uma das obras que de fato ganha o rótulo de *Geografia*, ganharam projeção no cenário de debates políticos nacionais. Em seguida, no segundo item, procura-se empreender a compreensão da lógica de construção dos discursos e saberes inerentes à época, ambientando o meio intelectual no qual Justiniano se inseria e imprimia certa peculiaridade frente à prática retórica ordinária. A preocupação desse item consiste em entender como o saber culto do Brasil de primeira metade ou meados do século XIX se manifestava em forma de expressão do pensamento mediada pela habilidade linguística, estimulada e cultivada desde os bancos escolares até os debates nas arenas públicas do país.

Por fim, no último item do capítulo, pretende-se explorar a dimensão espaço-temporal daquele Brasil em construção, um país recém independente, com um mapa abstratamente traçado sobretudo nos últimos momentos do projeto colonial, e por ser abstrato, movia-se em indefinições submetidas à dinâmica daquele tenso momento de ameaças à ordem instituída. Entra nesse bojo as estratégias territoriais de um Estado que queria se fazer soberano. É essa realidade daquela “geografia de então” que se quer resgatar aqui.

Pretende-se com isso deixar claro que sem esses referenciais, dificilmente se entende a geografia que Justiniano pensou e produziu em diferentes momentos e formas de expressão (textos jornalísticos, obras especializadas, livro didático).

1.1 Compêndio “despretensioso”¹¹⁵

O Sr. Justiniano José da Rocha ofereceu para uso do Colégio Pedro II um compêndio de Geografia Elementar, coordenado pelo mesmo sr. O governo aceitou a oferta. Como ainda o não lemos, nada podemos dizer sobre o compêndio oferecido.¹¹⁶

¹¹⁵ De antemão pede-se escusas pelas longas citações encontradas neste item. Seria displicente e descabido recurso não fosse o intuito de ilustrar com a mais fidedigna exatidão a natureza dos embates e das celeumas aqui retratados. Apesar de trechos longos, originalmente são ainda mais longos, cabendo aqui apenas o que há de mais representativo e mais importante encontrado nas fontes consultadas. Esse é o motivo de mantê-los.

¹¹⁶ *O Chronista*, nº159, 24/3/1838.

Anunciava-se assim, nas páginas de *O Cronista*, em março de 1838, a publicação de *Compêndio de Geografia Elementar*, livreto didático oferecido à *mocidade brasileira de pouca idade e de conseqüente acanhamento intelectual*¹¹⁷, alunos do Colégio Pedro II, aceito pelo Governo e oferecido à *Sua Majestade Imperial*¹¹⁸. Este fato prenunciava a história daquele que se tornaria o primeiro professor de Geografia e História da Instituição que, por sua vez, passaria a ser referência¹¹⁹ (ou, pelo menos, uma das referências...¹²⁰) para o ensino básico nos próximos mais de cem anos de história da educação no Brasil.

O impacto do anúncio junto à crítica jornalística – que analisava os lançamentos de todos os gêneros – transparecia algo incomum e perdurou um certo tempo. No periódico *O Despertador*, na seção *Revista dos jornais* – que era uma espécie de leitura parecerista das matérias publicadas em outros periódicos, aproveitava-se um momento de embate junto a outros editoriais adversários, como o *Sete d’Abril* e *O Cronista*, para se lançar subliminarmente uma crítica ácida e aparentemente desproporcional e sem razão de ser direcionada ao compêndio e, conseqüentemente, ao seu autor.

Rapaz do *Cronista!* O teu aranzel em português mascavado não só nos não ilude, mas até nos insulta. Não há em todo o Brasil um só brasileiro tão estúpido (salvo se

¹¹⁷ Costumava-se a se referir assim, o próprio Justiniano, em relação aos seus alunos.

¹¹⁸ O aceite consta registrado no *Correio Oficial*, órgão oficial de imprensa do governo: “*Expediente do dia 21 de Fevereiro de 1838. (...) A Justiniano José da Rocha, aceitando a oferta do Compêndio de Geografia Elementar para uso do Colégio de Pedro II, e declarando-lhe que pode entregar nesta Repartição a mencionada obra.*” *Correio Oficial*, Quarta-feira, 21 de Março de 1838. Edição N. 64, p. 2.

No mesmo órgão de imprensa oficial, consta registro das impressões do Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, acerca da obra oferecida por Justiniano no contexto de boa aceitação do empreendimento de fundação do Colégio Pedro II (em 1837): “O Bacharel Justiniano José da Rocha ofereceu em manuscrito um Compêndio por ele composto para o ensino da Geografia no dito Colégio (...).” *Correio Oficial*, Sexta-feira, 18 de Maio de 1838. Edição N. 110, p. 2.

¹¹⁹ Cf. HAIDAR (2008).

¹²⁰ A pesquisadora do campo de História da Geografia Escolar, Maria Adailza Martins de Albuquerque, em entrevista na revista *GIRAMUNDO*, menciona que não há como negar “(...) a existência de outros modelos de escolas, antes e depois da criação do Pedro II. Havia muitas escolas no país e que tinham organização distinta desse grande colégio e, em muitas delas, tinham aula de Geografia. (...) o Pedro II foi a primeira escola (e isso Genylton diz muito bem) que institucionalizou o ensino de Geografia. Mas ela não é a primeira escola que ensina geografia no Brasil. (...) [não se pode] dizer que a Geografia escolar começou no Pedro II se no Brasil existiam escolas, livros didáticos, Atlas, globos, mapas, professores que ensinavam e alunos que aprendiam Geografia antes da fundação desse colégio. No Pedro II, vai ser adotado um currículo específico, estabelecida seleção e abordagens de conteúdos, modos de ensinar Geografia, de usar outros recursos didáticos etc. E isto nem sequer é efetivamente seguido por todas as escolas secundárias do país, como se quer fazer acreditar, uma leitura equivocada – porque longe da realidade – da equiparação das Escolas Secundárias no país: muitas escolas não seguiam o currículo, o modelo e não tinham a estrutura daquele colégio, mesmo alguns liceus provinciais.” (BIAZZO et al., 2015, p. 131).

fores tu)¹²¹, a quem se meta na cabeça que o fato de um jornalista ter *provado* a um escritor anônimo que até ignora a língua em que escreve, e a outro que não possui os conhecimentos elementares da geografia, deva ser considerado como um insulto feito à nação. E nem ainda mesmo o julgaria se esse jornalista *quod absit* se lembrasse de **pegar um compêndio de geografia escrito por pessoa mui conhecida, e fosse mostrando em diferentes números da sua folha os vergonhosos erros sem conto, que por meio deste compêndio se estão ensinando à mocidade.** (...)

(...)

Continuaria pois a sair o *Despertador* com a mesma regularidade que até aqui; mas talvez fosse durante esse período de cor muito diferente do que até agora; porque já então nos não seria possível responder pelas opiniões do periódico. Quanto ao mais, podem estar certos todos os setes e oitos d'abril, cronistas, anacronistas, e outros insetos da mesma natureza, que os atuais redatores do *Despertador* não se assustam com coisas poucas:

São homens de um só parecer,
D'um só rosto, uma só fé,
D'ANTES QUEBRAR QUE TORCER.

(Sá de Miranda)¹²²

É bom que se contextualize o comentário. Naqueles tempos de regência, ou mesmo antes, quando já se desencadeava o processo de independência, introduziam-se variadas alternativas em termos de organização jurídico-política do que viria a ser o Brasil. Monarquia ou república, Estado unitário ou federação, manutenção da América portuguesa herdada ou a sua fragmentação. Estavam em jogo projetos políticos e de país (ou países...) contrastantes que avivavam embates ferrenhos entre forças políticas alocadas na Corte (Rio de Janeiro) e nas diversas porções do vasto território. Redatores e jornalistas de periódicos adversários, tendo em vista que os jornais da época eram partidários de causas, faziam parte desse panorama conflituoso. *O Despertador*, que viria a contratar notórias penas jornalísticas da época, como o famoso Francisco de Salles Torres Homem, rivalizava em primeiro lugar com o *Jornal do Comércio*, e, depois, com o *Sete d'Abri*l e *O Cronista*¹²³. Justiniano José da Rocha foi um dos fundadores deste último, trabalhou por muito tempo no *Jornal do Comércio* e havia se tornado aliado político do fundador de o *Sete d'Abri*l, Bernardo Pereira de Vasconcellos, que à época era ministro da pasta do Império e interino da pasta da Justiça, tendo sido o responsável pela fundação do Imperial Colégio Pedro II e pela encomenda de um

¹²¹ Sobre a natureza agressiva e jocosa dos periódicos da época, comentava Otávio Tarquínio de Sousa: “Durante a Regência, os jornais pululariam, multiplicando-se, no Rio e pelas províncias. Aos que já existiam antes do 7 de Abril, vieram juntar-se novos, quase todos agressivos, injuriosos, menos preocupados com os problemas gerais do que com as pessoas, espalhando a confusão e sem o menor respeito pela vida privada de ninguém.” (SOUSA, 2015, p. 109; Grifos nossos). Cf. SOUSA, Otávio Tarquínio de. História dos fundadores do Império do Brasil. V. 4. Evaristo da Veiga. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

¹²² *O Despertador*, nº265, 19/02/1839. Grifos nossos.

¹²³ MOLINA, Matías M. História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

compêndio de geografia a Justiniano da Rocha. Dessa forma, em meio a possíveis calúnias e acusações pouco claras para os mal inteirados daquelas celeumas e embates, outros interesses pairavam no ar, sobrando inclusive críticas para um compêndio de geografia.

Meses mais tarde, quase um ano após o primeiro anúncio e transcorrido o primeiro ano letivo no qual o compêndio passou a ser adotado no colégio, *O Despertador* deu voz a mais críticas às mencionadas iniciativas governamentais. A primeira delas dizia respeito à fundação do Imperial Colégio Pedro II em 1837, que se estruturara a partir do legado deixado pelo Seminário de São Joaquim, uma instituição sustentada por iniciativa religiosa e dedicada a órfãos. A segunda dizia respeito à encomenda do compêndio de geografia. O editorial de 9 de outubro daquele ano de 1839¹²⁴, por exemplo, reportou-se às interpelações feitas pelos senadores ao ministro do Império de então, o substituto de Bernardo Pereira de Vasconcellos, Manuel Antonio Galvão, que assumia os problemas do recém-fundado colégio apontados no debate, embora assegurasse que faria em tempo hábil as devidas correções. Continuava o editorial:

(...)

O respeitável Sr. marquês de Paranaguá, falando de alguns defeitos que viciam o ensino dessa instituição, julgou dever aludir a um detestável compêndio de geografia, pelo qual ali ensina-se à mocidade as sandices as mais palmares e grosseiras nesse ramo de conhecimentos. “Não mencionarei um desses compêndios, disse nobre senador, porque não quero desacreditar o seu autor. Mas, devo confessar, que nunca vi tantos erros, disparates e doutrinas tão falsas, como as que se acham enunciadas nessa rapsódia, que não só desacredita o seu autor, como desonra a nação brasileira, aquele estabelecimento, e o governo que o aprovou.”

O Sr. Galvão respondendo a esta última observação do precedente orador, ajuntou que “Também lhe constava haver um compêndio, que não era muito útil que continuasse.”¹²⁵ E na verdade, não era possível que semelhante produção deixasse de atrair a atenção de S. Ex., e que uma instituição, que deve o exemplo de inculcar à juventude os maiores erros e absurdos.¹²⁶

O fato de a crítica ao compêndio ter chegado ao senado, despertou em Justiniano a necessidade de uma primeira resposta, publicada na seção “Correspondência” do *Jornal do Comércio*¹²⁷. Dizia desconsiderar algumas invectivas de *O Despertador*, mas ao ler transcrita naquela folha as mesmas condenações proferidas por um senador e apoiadas de certa forma

¹²⁴ Cujá íntegra encontra-se no *Anexo B* desta tese.

¹²⁵ Aqui é transcrita *ipsis litteris* as observações do ministro Galvão: “Também me consta que há nesse colégio um compêndio tão imperfeito, pelo qual se ensina ainda que muito convém substituí-lo desde já por outro; mas como a Comissão tem de examinar os estatutos relativos à disciplina interna do colégio, pode nessa ocasião dar o seu Parecer acerca dos compêndios e do método de ensino.” In *Anais do Império. Senado Federal, 1839*, livro v. 4, p.317. https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

¹²⁶ *O Despertador*, nº452, 09/10/1839.

¹²⁷ Conferir a íntegra da mencionada resposta no *Anexo C* desta tese. (Cf. *Jornal do Commercio*, nº240, 10/10/1839).

pelo então ministro Galvão, viu-se obrigado a dar respostas. A primeira delas pretendia contradizer a condenação com os elogios que recebera de encarregados do governo ao fiscalizarem as suas aulas naquela instituição, em novembro de 1838, enfatizando o progresso dos alunos graças ao seu empenho, inobstante o *árido e difícil* estudo pelo qual esses haviam de passar em tão *tenra idade*. Tal resposta, porém, parecia-lhe insatisfatória perante tão exigentes censores. Julgava assim ser pertinente contar a história do compêndio.

Dizia Justiniano que o *extinto* ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, o havia encarregado das *honrosas* funções de professor do Colégio Pedro II, dando preferência à cadeira de geografia e história, por ser aquela à qual se supunha mais habilitado pelos seus estudos da mocidade em colégios franceses e pelos elogios e prêmios que teria merecido *nessas doutrinas*. Continuava em sua correspondência:

(...)

Projetando abrir aulas em março ou abril, achou-se S. Ex. o Sr. ministro do império em embaraço por falta absoluta de livros de geografia em vulgar, que servissem de base às explicações, e que fossem decorados por alunos de tenra idade e de compreensão ainda fraca: resolvi pois dar ao colégio um compêndio, e sacrificando-me a insano trabalho, consegui, em menos de 20 dias, ter pronto esse opúsculo hoje tão deprimido. Ofereci-o ao governo de S. M. Imperial, levei-o à secretaria... Poucos dias depois a tipografia nacional tinha ordem e me agradecia... Estava de sobejo pago.

Seria absurdo pretender negar que erros me escaparam: qual o livro de geografia que os não têm? Injustiça clamorosa porém me parece querer dar valor, e só valor a esses erros, não atender à indispensável rapidez que presido a meu trabalho, nada desculpar ao zelo, nada ao amor de ser útil, e paga-los com desprezo e ignomínia. Paciência.

Mas quais são esses grandes defeitos do livro tão desprezado pelo Despertador e pelo nobre senador o Sr. marquês de Paranaguá? Tenho à vista os compêndios de Goldsmith¹²⁸, de Ganthier¹²⁹,

¹²⁸ Barnabé (2019) fornece-nos a informação de que os compêndios de autoria de Olivier Goldsmith, *História de Roma e História da Grécia*, continham capítulos acerca de Geografia Antiga. Completa o pesquisador: "(...) e eram frequentes nos anúncios dos livreiros na década de 1830". Cf. BARNABÉ, Luís Ernesto. *A História Antiga em Compêndios Franceses e Brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o Caso Justiniano José da Rocha: História, disciplina escolar e imprensa (1820-1865)*. Tese de doutoramento. Assis: UNESP, 2019.

¹²⁹ Albuquerque (2016) revela que o *Abade Gaultier* [ou *Ganthier*, conforme aparece na correspondência escrita por Justiniano] é autor da obra *Lições de Geografia*. Sua publicação se deu na França durante o intervalo entre 1789 e 1820, enquanto sua primeira edição em português foi publicada em Paris, em 1838. O possível tradutor da obra seria José Ignácio Roquete. Cf. ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. A tradução do livro didático *Lições de Geografia* pelo Abade Gaultier no Contexto de Expansão da Cultura Francesa. In. *Revista OKARA: Geografia em debate*. João Pessoa, v. 10, n. 2, 2016. Pp. 257-272.

de Cetronne¹³⁰, pelos quais se ensina geografia nos colégios da Europa, e cotejando-os com o que escrevi, não vejo que seja este tão somenos, tão inçado de erros, que me não desculpem a basófia de supor que fui útil à mocidade brasileira.

Basta, Sr. redator, não pretendo tomar mais tempo ao público, nem mais espaço à sua folha. O compêdio de geografia que dei ao colégio não foi aceito sem ser examinado e lido; o sábio governo (de então) não me o agradecerá com tão obsequiosas expressões se não fosse ele digno dessa honra: não era fruto de

¹³⁰ Assim como no equívoco na transcrição do nome “Ganthier”, ao invés de Gaultier, certamente Justiniano (ou a gráfica...) também se equivocou na grafia do nome “Cetronne”. Em verdade acredita-se tratar de *Jean Antoine LETRONNE*, arqueólogo, geógrafo, historiador e filólogo francês (1787-1848), além de ex-aluno do “emblemático geógrafo e historiador do século XVIII, Edmé Mentelle (1730-1815)” [“*L’un de ses professeurs, qui enseignait à l’École centrale, le géographe et historien emblématique du XVIIIe siècle, Edmé Mentelle (1730-1815)*”] e autor de vasta lista de obras dedicadas à geografia, com destaque para “*Cours élémentaire de géographie ancienne et moderne, rédigé sur un nouveau plan*”, que rendera, segundo Aufrère (2020), vinte e sete edições. Cf. AUFRÈRE (2020),

Letronne, entre outros feitos que lhe renderam profícua carreira científica, publicara “*Essai critique sur la topographie de Syracuse*”, Sicília, Itália (ou “Ensaio crítico sobre a topografia de Siracusa”, de 1812) após viajar pela França, Suíça e Itália, destinando-se a elucidar esta antiga cidade relatada por Tucídides, o mais conhecido historiador da antiguidade clássica. Dois anos depois (1814), Letronne editara e publicara a obra *De mensura orbis terrae*, do medieval cosmógrafo e monge irlandês Dicuil (“*Recherches géographiques et critiques sur le livre De mensura orbis terrae*”, 1814), tendo sido reconhecido, entre outros, pelo naturalista e geógrafo Charles Athanase Walckenaer (1771-1852), que aconselhou a edição a Firmin Didot, em 1814. A publicação desta última obra teria lhe rendido a indicação, pelo governo francês, para completar a tradução da obra do geógrafo da antiguidade, Estrabão, iniciada em 1815 por François-Jean Laporte-Dutheil (1742-1815). Neste mesmo ano, a mencionada *Académie* condecorara sua obra (em verdade, uma tese, matéria de concurso) “*Mémoire sur le système métrique des Égyptiens*” (ou “Memória sobre o sistema métrico dos Egípcios”, sendo logo em seguida admitido como um de seus membros (1816). Além de todos esses feitos e reconhecimentos, Letronne ocupara, entre diversos cargos, a direção da *École des Chartes* (1817), a cadeira de *história e moral* na condição de professor titular do *Collège de France* e a direção da *Bibliothèque royale* (Biblioteca Real). Idem.

Da mencionada vasta lista de obras dedicadas à geografia, encontram-se, segundo Aufrère (*Op. Cit.*): LETRONNE, Antoine-Jean. *Géographie de Strabon*. Éd. par Gosselin Pascal-François-Joseph, trad. par La Porte Du Theil Gabriel (de), Korais Adamantios et Letronne Antoine-Jean. Paris : imprimerie Impériale, an XIII-(1805)-1819, 5 vol., in-4°, cartes dépl; Idem. *Essai critique sur la topographie de Syracuse au commencement du cinquième siècle avant l’ère vulgaire : pour servir à l’intelligence de quelques anciens, et faire suite aux éditions et traductions de Thucydide, avec un plan*. Paris : Pélicier, 1812, in-8°, plan; Idem. *Recherches géographiques et critiques sur le livre : « De Mensura Orbis terrae », composé en Irlande, au commencement du IXe siècle, par Dicuil, suivies du texte restitué par A. Letronne*. Paris : G. Mathiot, 1814, 2 parties en 1 vol., in-8°; Idem. *Cours élémentaire de géographie ancienne et moderne, rédigé sur un nouveau plan*. 2e éd. Paris : Aumont, Vve Nyon jeune, 1820, in-16, xv-217 p., pl; Idem. *Fragments des poèmes géographiques de Scymnus de Chio et du faux Dicéarque, restitués... d’après un manuscrit de la Bibliothèque royale, précédés d’observations... sur ces fragments, sur Scylax, Marcien d’Héraclée, Isidore de Charax, le stadiasme de la Méditerranée...* Paris : Gide, 1840, in-8°, XVI-455 p; Idem. *Cours élémentaire de géographie ancienne et moderne*. 8e éd. Paris : Maire-Nyon, 1825 [trad. de *Curso completo de geografia universal antigua y moderna*, Madrid : Viuda y hijos de A. Calleja, 1845, XVI, 928 p., 8 cartes dépl.]; Idem. *Cours élémentaire de géographie ancienne et moderne...* 27e éd., corrigée et considérablement augmentée par M. Alexandre Bonneau. Paris : Vve Maire-Nyon, 1857, in-12, 344 p., 1 pl; Idem. Letronne, Antoine-Jean, dir. – *Atlas de géographie pour servir à l’intelligence des œuvres de Rollin*. Paris : Firmin Didot, 1827, 38 f; Idem. *Recherches critiques historiques et géographiques sur les fragments d’Héron d’Alexandrie ou du système métrique Égyptien considéré dans ses bases dans ses rapports avec les mesures itinéraires des Grecs et des Romains et dans les modifications qu’il a subies depuis le règne des Pharaons jusqu’à l’invasion des Arabes*. Ouvrage posthume de M. Letronne revu et mis en rapport avec les principales découvertes faites depuis par A. J. H. Vincent. Paris : Imprimerie nationale, 1851, XV-285 p., 10 pl., 2 cartes; Idem. 2e série. *Géographie et Cosmographie*. Paris : Ernest Leroux, éd., 1883, 2 t. in-8°, VIII-534, 566 p. Cf. AUFRÈRE, Sydney H. LETRONNE, Antoine-Jean. In Philippe Sénéchal et Claire Barbillon (dir.), **Dictionnaire critique des historiens de l’art actifs en France de la Révolution à la Première Guerre mondiale**. Paris: INHA, 2020. Disponível em: <https://www.inha.fr/fr/ressources/publications/publications-numeriques/dictionnaire-critique-des-historiens-de-l-art/letronne-antoine-jean.html>

especulação, não me impelia o amor do lucro; dei-o, e o governo de então o aceitou; estou satisfeito.

Para o senador Marquês de Paranaguá, a resposta transparecia ter sido feita em tom queixoso. Mereceria, a seu ver, uma contra-resposta, prolongando a celeuma em torno de um compêndio realçado a *Judas* da vez, sob o pretexto de manter a crítica à iniciativa do governo em fundar o Colégio Pedro II sem maiores consultas ao poder legislativo.

Discurso pronunciado pelo Sr. M. de Paranaguá na sessão de 10 de outubro: o colégio Pedro II; o compêndio de geografia adotado naquele estabelecimento.

(...)

Passarei agora Sr. presidente, a ocupar, ainda por alguns momentos, a atenção da câmara com um objeto em que já não pretendia falar mais: sou porém a ele chamada por uma correspondência que acabei de ler hoje no *Jornal do Comércio*. Na sessão passada, tinha eu perguntado ao Sr. ministro se havia mandado examinar os **compêndios adotados no colégio de Pedro II**, pois que estava informado de que **entre eles existiam alguns que não parecia ser os melhores para a instrução da mocidade, especialmente um, em que se notavam erros os mais crassos, então nem nomeei a matéria de que esse compêndio tratava, nem o nome do autor, que aliás se me diz ser pessoa de muito talento, e de quem muito se pode esperar**; porque, em verdade, não era a ele que me dirigia nesta censura, mas sim ao governo que tinha aprovado semelhante obra, para uso dos alunos daquele colégio; sendo o meu intento chamar com isso a atenção do Sr. ministro, afim de não consentir que se deem à mocidade **ideias falsas das coisas, habituando o espírito à inexactidão e ao erro**¹³¹. O autor porém da obra aparece nesta correspondência, todo queixoso, tanto de mim, como do Sr. ministro, por não havermos formado dela melhor conceito: estranhou que eu me atrevesse a censurar o seu compêndio, depois de ter sido revisto e aprovado pelo sábio governo (de então), e de lhe ter merecido elogios e louvores. Felizmente, Sr. presidente, para que se não diga que falo sem razão, o compêndio por aí corre impresso: ele dirá, a quem o ler, se a censura é ou não justa. Enfim, basta dizer, para dar-se da obra uma leve ideia, que é um compêndio em que, entre outras coisas semelhantes, se lê o seguinte (sinto não tê-lo aqui presente).

Os planetas (lê-se ali) descrevem elipses regulares e pouco alongadas, movendo-se em uma direção conhecida da esquerda para a direita.

Chama-se eclipse uma figura geométrica, que se assemelha a um ovo: difere de círculo, porque o diâmetro divide a esta em duas partes iguais, o que não acontece na elipse, cujos raios são desiguais.

Linha vertical é aquela que desce de alto a baixo: horizontal aquela que se estende de um lado para outro, da esquerda para a direita ou vice-versa.

Enfim, **até na parte geográfica se encontram erros notáveis**: tratando desta província, lê-se que a cidade de Angra dos Reis está situada em uma fertilíssima ilha, que se acha em pouca distância do litoral, ao S. do Rio de Janeiro, e tem o nome de *Ilha Grande*.

Ora, à vista disto, que conceito se deve fazer de um tal compêndio? Que mais é preciso dizer? Mas, basta; eu não desejo abusar da paciência do senado: sinto ter sido a isto mesmo obrigado.¹³²

¹³¹ O discurso anterior, do próprio Marquês do Paranaguá, foi comentado em *O Despertador* no nº452, 09/10/1839, e encontra-se no *Anexo B* desta tese; foi a partir desta publicação que Justiniano pôs-se a responder através da seção *Correspondências* do *Jornal do Commercio*, nº240 de 10/10/1839 (*Op. Cit.*).

¹³² *O Despertador*, nº457, 15/10/1839. Grifos nossos. A íntegra do discurso encontra-se no ANEXO D.

A retórica de momento vale-se da experiência e dos elementos discursivos que se tem em mãos. Com Paranaguá não foi diferente; aliás, a retórica era a tônica dos homens da época, chegava a ser até matéria de formação básica¹³³, pois mais valia saber discursar do que comprovar um fato. O Marquês se pôs com aparente eloquência a apontar *erros os mais crassos* na obra didática que ele *nem nomeara a matéria, nem o nome do autor*. Desfrutava de certo conhecimento de geometria, a ponto de anunciar um compêndio da matéria (*Elementos de geometria*), que ele mesmo produzira, e que era anunciado com muita frequência nas folhas de *O Despertador*¹³⁴ junto com lançamentos de outras obras – inclusive de geografia, contradizendo, aliás, o argumento utilizado por Justiniano, em que haveria *falta absoluta de livros de geografia em vulgar*.

Mas o apelo à contenda era maior entre ambos os lados. Graças a isso, em última réplica, embalado pela ânsia em defender a honra maculada pelo censor, publicava o *Jornal do Comércio*, na sessão *Correspondência*¹³⁵, a derradeira palavra do autor do compêndio em relação à tentativa de o *nobre senador* justificar a crítica nada gratuita:

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator

Haviam-me dito que o Exmo. Sr. marquês de Paranaguá, na sessão de 10 corrente, da câmara dos Srs. senadores, me fizera a honra, respondendo à minha correspondência do mesmo dia, de apontar alguns dos *vergonhosíssimos erros* do meu Compendio de Geografia: esperei pois ansioso pelo *Despertador* que devia trazer esse discurso. Porque, dotado de alguma docilidade, sinto que para aprender todo o tempo é tempo, e muito folgaria de aproveitar lições de tão respeitável mestre. Ontem, enfim, 15 do corrente, li no *Despertador* esse discurso.

Agradeço ao Exmo. Marquês a delicadeza com que me tratou, não tendo querido declarar nem a matéria de que tratava o compêndio que censurava, nem o nome de seu autor: infelizmente de pouco valia essa cautela, porque sendo o meu compêndio o único novo adotado pelo colégio, era evidente que a ele se referia o nobre senador. Essa delicadeza, e algumas expressões de imerecido elogio, alguma modificação nas primeiras censuras, juntas ao respeito que tributo à alta posição e ao nome do nobre marquês, de certo fariam que eu não mais escrevesse sobre esse assunto, que até anuisse às censuras e repreensões; mas nem sempre se faz o que se quer.

No estado em que se acha o colégio de Pedro II, quando para conter a ordem no meio de centenas de alunos, não tem um professor senão o respeito que lhes impõem suas qualidades pessoais, e a opinião de sua capacidade; as censuras do nobre senador, vulgarizadas pela imprensa, lidas pelos alunos, devem enfraquecer, senão

¹³³ A retórica passou a compor o currículo do próprio Colégio Pedro II já no primeiro ano letivo (1838). A esse respeito, conferir SOUZA, Roberto Acizelo Quelha de. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

¹³⁴ À semelhança de outros anúncios da época, aparecia assim a divulgação do compêndio escrito pelo Marquês de Paranaguá: “Saiu à luz a obra intitulada *Elementos de geometria*, pelo Exmo. Sr. marquês de Paranaguá, correta e aumentada pelo seu autor, com o pequeno tratado de geometria esférica em apêndice, e pelo mesmo oferecida à *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, que a mandou imprimir à sua custa. Acha-se à venda na loja de N. J. de Sousa Lameira, rua do Ouvidor n. 35, e nas mais do costume.” (Cf. *O Despertador*, nº457, 15/10/1839).

¹³⁵ *Jornal do Commercio*, nº246, 16/10/1839. Conferir na íntegra no ANEXO E.

completamente aluir a força moral de que tenho constantemente gozado; cumpre pois responder-lhes.

A princípio achei que me devia retirar daquela casa de ensino: não o quiseram meus colegas, não o quis o governo imperial a quem ofereci minha demissão, e por fim meus melhores alunos pediram-me que o não fizesse: autorizados pelo reitor da casa, dirigiram-me eles essa carta que junta publico¹³⁶, e contra a qual não valeriam as mais firmes resoluções de minha vontade. Recebam eles esse testemunho da afeição que lhes tenho.

Tenho pois de continuar professor, cumpre-me responder ao nobre marquês.

Esperava muito mais árdua tarefa: conhecedor de bom número de erros que a rapidez da composição havia introduzido em meu compêndio, e que em uma segunda edição estava resolvido a corrigir, receava que o nobre marquês me os lançasse em rosto, que dissesse que carecia de clareza a minha exposição da precessão dos equinócios, do aumento progressivo dos dias; que dissesse que os preliminares de geografia física e política, que as noções de geografia antiga, por mui brevemente expostos, ficam sem utilidade, ou precisam de muitas explicações; que na descrição dos estados da confederação germânica, da Índia cisgângética e transgângética, havia desordem e confusão, defeitos cardeais em um compêndio, etc., etc., etc.; mas nada disto me censurou o nobre marquês; censurou-me algumas definições geométricas que infelizmente não fui buscar em Euclides: deveria porém tê-lo feito?

Conheço que carecem essas definições de exatidão geométrica: provém esse meu pecado de supor que para a compreensão dos meninos de pouca idade o rigor geométrico daria em resultado a atrapalhão; tenho para mim que nessa idade o exemplo material dos diversos ângulos, das diversas linhas, vale mais, é mais perfeitamente entendido do que a melhor definição que nos compêndios geométricos existisse. Demais, queria eu um compêndio de geometria? Não; tinha o do nobre marquês de Paranaguá: queria ainda um de geografia matemática? Não; teria o do nobre senador o Exmo. Sr. Costa Pereira. Por menos geométricas pois que sejam minhas definições, não são elas censuráveis, com tanto que tenham a seu favor fazerem com que entendam meus alunos, compreendam exatamente o que lhes queria explicar.

Outra censura mais grave é haver eu colocado a cidade de Angra dos Reis na Ilha Grande. Também o compêndio dá o nome de Iguacú, a um rio de Pernambuco, quando este chama-se Igarassu, também na província do Rio Grande do Sul parece considerar como povoações diversas S. Francisco de Paula e Pelotas, etc.; mas são estes erros crassos e vergonhosos, ou descuidos que o professor observa na leitura e corrige na explicação?

A severidade dos que tanto censuram meu compêndio vem de o não quererem considerar como um livro que deve andar em mãos de meninos, e ser-lhes vagarosamente explicado, e de suporem que eu havia querido escrever um tratado para ser consultado pelo douto ou lido pelo indouto. Não, eu só quis dar aos alunos um livro, que servisse de base às minhas explicações; e como habilitei com meus livros franceses aqueles que sabem francês, como os habilitei com mapas meus e atlas meus para poderem acompanhar minhas explicações, habilitei-os com um livro que lhes ajudasse a memória.

Perdoe, Sr. Redator, se ainda com negócio pessoal lhe roubo suas colunas; será a última vez que o faço.

J. J. da Rocha

Existe na sequência quase novelesca da longa transcrição de vários trechos de publicação da imprensa da época a celeuma suscitada em torno da fundação do Colégio Pedro II, sendo o compêndio de geografia ali adotado o símbolo de que aquela querela significava algo muito maior do que os *erros de geometria*. Nem os *até erros* encontrados *na parte de*

¹³⁶ Vide a referida *carta* no ANEXO F.

geografia pareciam justificar longo e aparentemente infrutífero debate, para, ao final, perceber que o compêndio em si não mereceria tanta consideração se o problema fosse as imprecisões, das quais – por descuido ou omissão dos críticos – o próprio Justiniano resolvera ampliar a lista por não considerá-las demasiadamente graves. Então, afinal, o que incomodava aos críticos para aquém ou além do compêndio? Ou seria autenticamente ele próprio o problema?!

Compreende-se, a partir de um debate em torno de um opúsculo didático de geografia, que havia, para aquém ou além de *erros e disparates*, *doutrinas* consideradas *tão falsas*. Ou seja, ideias ali disseminadas pelo livro que desagradavam os interlocutores do Autor. Sim, pois os críticos enxergaram algo *além* de erros que em si não desvalidariam o compêndio, e para *aquém*, já conheciam as orientações políticas e as alianças assumidas pelo Autor na defesa de um projeto de país. O que em verdade queriam desvalidar eram as *doutrinas do Dr. Rocha*, que não havia muito, iniciara-se nos grandes debates dos rumos da nação por intermédio da tribuna da imprensa, e depois enveredara, com um pouco de menos vigor ou perenidade, pelos caminhos da política e do magistério, sem nunca ter largado, ao longo de toda uma vida, *a túnica de Nesso*¹³⁷.

¹³⁷ Mediante referência à mitologia grega, Justiniano utilizou-se do termo para designar o quanto o jornalismo sempre fizera parte de sua trajetória profissional. A menção aparece em discurso de uma de suas legislaturas como deputado geral, quando então anunciava que havia o desejo de se afastar do ofício de jornalista para assumir a direção de um colégio de instrução primária e secundária. Esse projeto porém não vingara; mas o anúncio prematuro ficara registrado para sempre nas páginas de *O Velho Brasil* (Nº1871, 21/11/1854). Cf. CARDIM, Elmano. Justiniano José da Rocha. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Série Brasileira, volume 318), 1964.

Quanto ao discurso, dizia Justiniano:

“O jornalismo, dizia-nos outrora um amigo, é a túnica de Nesso, que vestida uma vez agarra-se ao corpo, e queima, e não pode ser dele arrancada sem levar consigo as carnes.

“(…) Desde 1836 até 1854 com raras interrupções fomos jornalistas; a túnica de Nesso teve tempo de sobejo para queimar-nos as carnes: tínhamos resolvido arrancá-las.” (*O Velho Brasil, Op. Cit.*).

Sobre o trecho, elucidou-nos em nota a historiadora Cláudia Caldeira (2016): “Segundo a mitologia grega, Nesso foi um centauro que após tentar violentar Dejanira, foi morto a flechadas por Hércules. Pouco antes de morrer, para vingar-se, o centauro entregou a ela um líquido que, segundo ele, uma vez aplicado nas roupas de Hércules, faria com que se apaixonasse novamente por ela. Porém o tecido da roupa aderiu ao seu corpo queimando-o até a morte.” (KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 280. *Apud* CALDEIRA, Cláudia A. A. Justiniano José da Rocha: bastidores da imprensa política, 2016. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em História, UERJ, 2016).

Em outros termos, mesmo às vezes a contragosto, Justiniano jamais deixou de trabalhar como jornalista, iniciando a carreira em 1836 e largando-a somente na morte, em 1862.

Esse e outros detalhes serão vistos no segundo capítulo desta tese.

Ora, na maioria dos dicionários da Língua Portuguesa, mesmo entre os do século XIX¹³⁸, *doutrina* poderia sugerir um conjunto coerente de ideias fundamentais ou básicas contidas (ou mesmo *pontos de fé*) num sistema político, filosófico, jurídico, religioso, econômico etc.¹³⁹ Debatedores das ideias de Justiniano da Rocha eram tão convencidos de sua obstinação em defendê-las – conforme parece estar claro nas transcrições de trechos de suas correspondências aqui anteriormente dispostas – que houve quem as imputasse denominação tão individualizante e significativa: *Doutrinas do Dr. Justiniano José da Rocha*¹⁴⁰.

Seriam parcelas do conjunto do pensamento do *Dr. Rocha* que estariam expressas em frações didáticas naquele opúsculo de Geografia, inspirando em seus adversários a necessidade de combater *doutrinas tão falsas*, buscando *desacreditar o seu autor e não desonrar a nação brasileira, aquele estabelecimento* (o Colégio Pedro II) e *o governo que o aprovou*. E o debate em torno dessa problemática mereceu tamanha atenção que se desenvolveu em fóruns da maior importância na vida pública do país: o senado e a imprensa da época.

Por isso, o *Compêndio de Geografia Elementar*, embora fosse mais um entre outros tantos compêndios de seu tempo, inspirava em seu autor a *basófia de supor* que seria útil à *mocidade da época*, enquanto aos seus críticos competia fazer com que *semelhante produção deixasse de atrair a atenção* do governo, evitando o suposto equívoco de *inculcar à juventude os maiores erros e absurdos*, pois assim eram consideradas as ideias que representavam um projeto de nação concorrente a outros que vinham à baila.

¹³⁸ O terceiro capítulo da tese de doutorado *O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX*, de Laura Carmo (2015), aponta como cânone lexicográfico do século XIX, o conjunto de seis dicionários: Dicionário de Moraes, Dicionário de Solano Constâncio, Dicionário de Eduardo de Faria, Dicionário de Lacerda, Dicionário de Domingos Vieira, Dicionário de Caldas Aulete e o Dicionário de Cândido de Figueiredo. (CARMO, 2015, Pp. 59 a 109). Cf. CARMO, Laura Aparecida Ferreira do. *O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, 2015.

¹³⁹ No caso específico do século XIX, o vocábulo *Doutrina* aparece da seguinte forma em um dos principais dicionários utilizados no Brasil: “s.f. (do latim *doctrina*) Ciência, saber, erudição. Ensino. Pontos de fé, e de crença da Religião, e afim os preceitos de moral (...)”. Essa mesma definição aparece nas edições consultadas de 1789, 1813 e 1877 (entre as 10 edições existentes do mesmo dicionário, conforme aponta Carmo, Op. Cit. Cf. MORAIS E SILVA, Antônio. *Diccionario da língua portuguesa de Antônio de Moraes e Silva*. (1789:457; 1813: 641; 1877: 609). Em dicionário filosófico mais contemporâneo, a ideia de “doutrina” parece manter-se essencialmente inalterada: “*doutrina* (lat. *Doutrina*: ensinamento, teoria) Conjunto sistemático de concepções de ordem teórica ensinadas como verdadeiras por um autor, corrente de pensamento ou mestre. Ex.: a doutrina de Tomás de Aquino, a doutrina do liberalismo.” Cf. JAPIASSU & MARCONDES, 1998, p. 75.

¹⁴⁰ Ao menos assim aparece no título do capítulo 1 da obra de um contemporâneo, Antonio da Costa Aguiar: “As Doutrinas do Dr. Justiniano José da Rocha sobre a Colonização Europeia, exaradas no periódico – *O REGENERADOR* – de 12 e 14 de abril, ns. 25 e 26, analisadas por Antonio Augusto da Costa Aguiar”. Cf. AGUIAR, Antonio Augusto da Costa. *O Brazil e os brasileiros*. Santos: Typographia Commercial, 1862.

As *Doutrinas de Dr. Rocha* – a considerar a mencionada definição oferecida por um contemporâneo – correspondiam a um conjunto de pensamento social comprometido com um específico projeto de Brasil que teria vigorado no intervalo entre final dos anos 1830 e início dos anos 1860. Foi nesse período que Justiniano se projetou intelectualmente, produzindo obras, erigindo ideias e propostas que com o passar do tempo, pouco a pouco, foram consideradas alinhadas à vertente conservadora da política.

Essa sua gradual definição político-ideológica se deu *pari passu* à própria constituição das tendências político-partidárias daquele momento. Justiniano era testemunha ocular das mudanças gestadas após a abdicação de Dom Pedro I ao trono, quando a partir de então passaram a ganhar forma duas correntes prevaletentes, a conservadora e a liberal. A primeira das correntes foi assumindo uma agenda caracterizada pela centralização administrativa, política e judiciária do Estado, defendia visceralmente a monarquia e compartilhava os valores do catolicismo tradicional. Acreditava-se que essas ideias seriam a argamassa necessária para se enfrentar uma das maiores (senão a maior) problemáticas da época: a manutenção do patrimônio territorial herdado do passado colonial (a América portuguesa), moldando-o como *corpo político* da pátria nascente.

Foi durante o interstício entre segunda metade dos anos 1830 e princípio dos anos 1860 que Justiniano desenvolveu e pôs em prática a sua ímpar capacidade de escrever sobre vários assuntos, sendo portanto um polígrafo nato, e apesar desse traço ser algo comum entre os homens letrados de seu tempo, ele se destacara de modo especial pela força dos argumentos, pela clareza das ideias e pela erudição com que tornava a escrita literariamente rebuscada, com relativa beleza no estilo. Tudo isso a serviço da causa conservadora. Por conta dessas características, unidas às estratégias assumidas para se inserir nos principais círculos sociais da política e da intelectualidade¹⁴¹, dizia-se que ele era escritor compulsivo na proporção da grande facilidade com que escrevia, bastando poucos minutos de ócio para começar a esboçar algo. Elmano Cardim¹⁴², um de seus principais biógrafos, alude-se ao depoimento do imortal da ABL¹⁴³, Salvador Mendonça, num intuito de descrever um perfil para o escritor:

A sua facilidade de composição era quase miraculosa. Escrevia em todo e qualquer lugar, a toda e qualquer hora do dia ou da noite, em casa, na Câmara dos Deputados,

¹⁴¹ Cf. CALDEIRA (2016).

¹⁴² CARDIM (1964).

¹⁴³ Academia Brasileira de Letras.

no teatro, sobre as costas de uma cadeira, sobre a perna, em um peitoril de janela, no silêncio do gabinete e barulhos das crianças.¹⁴⁴

Enfim, o domínio bem desenvolvido da escrita lhe era algo bastante comum; esse hábito tornou-se o seu principal instrumento de trabalho e de inserção no meio político e intelectual de então.

1.2 Retórica, artifício de todo saber

Essa escrita desenvolvida por Justiniano inseria-se numa particular ambiência intelectual caracterizada pelo estilo retórico de comunicar as ideias. Seus contemporâneos da diminuta intelectualidade brasileira da época compartilhavam valores e visões de mundo comumente forjados no bojo da tradição ocidental filiada à experiência colonizadora dos países ibéricos. Justiniano não representava integralmente este perfil, embora convivesse com ele.

Tratava-se de ambiente diferente do mundo anglo-saxão, francófono ou germânico, pelo menos no que se refere ao uso dos recursos linguísticos disponíveis, aos estilos de pensar, aos modos de discurso, enfim, às práticas retóricas. Nas palavras de José Guilherme Merquior, o estilo retórico ibero-americano era o retrato de um “outro ocidente”¹⁴⁵, caracterizado por uma maneira peculiar de manifestação da vida intelectual em países pós-coloniais, porquanto não obstante o fenômeno da circulação de ideias ser universal, seus meandros se temperam ao sabor dos acontecimentos locais, das idiosincrasias¹⁴⁶.

José Murilo de Carvalho¹⁴⁷ propõe que a experiência ibero-americana de formação intelectual foi peculiar porque o projeto colonizador se deu pela via do controle estreito do

¹⁴⁴ *Op. Cit.* p. 61.

¹⁴⁵ Termo originalmente empregado por José Guilherme Merquior, inspirado, segundo José Murilo de Carvalho, na obra de Richard More. Cf. MERQUIOR, José Guilherme. *O outro ocidente. Presença* Revista Política e Cultura, Nº 15, 1990; MORSE, Richard M. *El espejo de Prospero*. Um estúdio de la dialética del Nuevo Mundo. México: Siglo Veintiuno, 1982. *Apud* CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, 2000. Pp. 123-152.

¹⁴⁶ Sem dúvida, há nesse argumento de Merquior, e, por conseguinte, de Murilo de Carvalho (*Op. Cit.*), uma forte influência da tradição weberiana, tendo em vista a ênfase em um tipo específico de *olhar* sobre essas distinções e peculiaridades no seio do mundo ocidental. Diz-se, aqui, sobretudo, da influência exercida por obras clássicas como *A ética protestante do capitalismo*, que em certa medida conduz a uma diferenciação essencial entre a colonização anglo-saxã e a ibérica.

¹⁴⁷ CARVALHO (*Op. Cit.*).

Estado metropolitano sobre vários setores da vida social da colônia. O sistema educacional é um exemplo emblemático a esse respeito, pois em parceria com a Igreja, no que pese a forte vigência do regime de padroado, o Estado sempre exerceu forte fiscalização na definição de currículos, compêndios, ideias e métodos didáticos nas instituições de ensino. Esse controle foi maior ainda no caso da experiência portuguesa, porque diferente da colonização espanhola, proibiu-se a criação de escolas superiores e de universidades na colônia, obrigando, dessa forma, que gerações de colonos buscassem na metrópole a completude de seus estudos superiores¹⁴⁸. A geração de Justiniano (pós-independência) é exceção, pois já não carecia de oferta de cursos superiores em terras brasileiras. Ainda assim, lembra Schwartzman & Paim (1976) que “a posição de Portugal em relação às transformações que sacudiram a Europa desde o Renascimento, mesmo tendo sido de pioneirismo no princípio, evoluiu mais tarde para um lugar marginal, sucedendo daí profundas consequências para a herança cultural recebida pelo Brasil”¹⁴⁹.

Deste modo, compreender a natureza retórica da época torna-se recurso capital para se contextualizar o terreno intelectual no qual Justiniano e seus contemporâneos atuaram no Brasil de meados do século XIX. Essa geração difere-se significativamente daquela que viria a aparecer poucos anos mais tarde na década de 1870, a chamada *Geração de 1870*¹⁵⁰, quando ideologias científicas – como *darwinismo social*, *neolamarkismo*, *positivismo* – foram introduzidas em meio ao contexto de questionamentos às ordens monárquica e escravocrata,

¹⁴⁸ Essa herança formativa da intelectualidade ibérica e, em especial, portuguesa é tão significativa, que Machado (2018) chega a ressaltá-la ao analisar seus efeitos no desenvolvimento da Geografia Lusitana. Com base nas considerações de Simon Schwartzman, ela destaca: “(...) Portugal não desenvolvia uma tradição científica moderna nem em seu território nem em suas possessões, atuando de maneira diferenciada de países como França, Holanda e Inglaterra, que transferiam alguma forma de ciência colonial para os territórios e para as nações que ocupavam.” Cf. MACHADO, 2018, p. 17-43.

¹⁴⁹ Cf. SCHWARTZMAN, Simon; PAIM, Antônio. A universidade que não houve: antecedentes da ciência e educação superior no Brasil (uma perspectiva comparada), 1976. p. 63. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/paim.htm>.

¹⁵⁰ A referida geração, segundo Abreu (2008), refere-se a um conjunto de intelectuais que ingressaram na vida acadêmica na década de 1870, passando a ter projeção nacional. Completa a autora: “Em 1910, Silvio Romero escrevia, em *Provocações e debates*, que na década de 1870, ‘um bando de ideias novas esfoaçava sobre nós de todos os pontos do horizonte. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, tudo então se agitou...’. Em sua perspectiva, alguns acontecimentos teriam feito surgir uma nova geração de intelectuais brasileiros engajada no que considerava como pensamento *moderno*”. Tratava-se de uma geração que não mais se encontraria nos referenciais da literatura romântica ou no catolicismo caminhos adequados para enfrentar o que apontavam como problemas no Brasil de então (a questão religiosa; o sistema eleitoral; o “arrocho das instituições policiais e da magistratura”; os inúmeros problemas econômicos; o “atraso do pensamento teórico”). Todas essas questões apontadas por essa geração como problemas a serem superados eclodiram após a crítica aos princípios civilizatórios que teriam motivado ideologicamente a participação do Império Brasileiro na Guerra do Paraguai, princípios esses sustentados contraditoriamente por uma base escravocrata. Cf. ABREU, Martha. Geração de 1870. In VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Pp. 309-310.

desencadeando a abolição da escravidão e a proclamação da República em fins dos anos 1880. Essa diferença não era propriamente a substituição integral do estilo retórico até então exercido, mas a introdução de novos elementos que se impunham perante a necessidade de superação de um Brasil arcaico em direção a um Brasil moderno. E ainda que a ciência moderna efetivamente não se expressasse exatamente nos moldes europeus (matriz sempre buscada renovadamente pelas classes abastadas impregnadas do ideal civilizatório), traduziam-se em discursos pseudocientíficos¹⁵¹ encontrados até mesmo no realismo e naturalismo literários brasileiros, miméticos, por exemplo, à matriz francesa¹⁵².

Voltando à ambiência intelectual de Justiniano, o estilo retórico é aqui destacado não apenas como artifício de contextualização histórica, mas também como chave de leitura da produção discursiva dos intelectuais da época, como sugere Carvalho (1999):

Se os indícios da existência no Brasil, ou em qualquer outro país, de uma cultura marcada pela retórica são verdadeiros, então o protocolo de leitura fornecido pela forma retórica de argumentação deveria ter utilidade na decifração dos textos produzidos dentro dessa cultura.^{153 154}

Vale portanto caracterizar o que se entende por *estilo retórico*, com a ajuda de contribuições valiosas nesse sentido (com destaque para Carvalho, 2000¹⁵⁵), e situar o

¹⁵¹ Aqui não há cautela em empregar o termo *pseudocientífico* já que o designativo era comumente utilizado sobretudo nas críticas ao movimento literário do naturalismo (Cf. a próxima nota de rodapé). É distinto, portanto, de outra expressão empregada em artigo de Lia Osório Machado – *discurso metódico*, que serve para caracterizar um tipo específico de discurso que se pretendia científico e que buscava fugir do estilo retórico predominante, considerando que realmente parecia se tratar de discurso científico da época.

Cf. MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *Terra Brasilis* [Online], 2/2000, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado em 15 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/298> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.298

¹⁵² Cf. CORRÊA, Patrícia Alves Carvalho. *O naturalismo em perspectiva comparada: de Émile Zola a Aluizio Azevedo*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, 2011.

¹⁵³ CARVALHO, 2000, p. 138.

¹⁵⁴ Não obstante a importância da consideração a esse encaminhamento no trato com os textos da época, e mesmo diante da importância em se considerar a *retórica* como chave de leitura da história intelectual no Brasil, o próprio Carvalho (2000) se empenhou em esclarecer que a “virada linguística” não poderia ser ignorada, embora houvesse a necessidade de não se admitir posições metodológicas radicais que reduzem tudo a linguagem ou a texto.

Portanto, graças à importância relativa desse movimento filosófico (com ênfase na Teoria da Linguagem, incluindo um peso grande na leitura de fenômenos sociais), áreas de estudo como “crítica literária” e “história intelectual” incorporaram alguns de seus avanços, particularmente naquilo que diz respeito à recuperação da dimensão retórica do discurso.

E aqui, neste estudo, vale a mesma ressalva utilizada pelo texto referência (Carvalho, 2000) quando destaca que a única intenção de trazer aqui esse debate é observar a importância de se levar em consideração a dimensão linguística, não implicando isso uma adesão a posições radicais, “(...) como a da hermenêutica de Gadamer, que nos aprisiona dentro da linguagem, menos ainda a do escriturismo de Derrida, que nos aprisiona dentro do texto escrito”. (p. 136)

¹⁵⁵ Destacando-o como principal referência deste item, evita-se repeti-la em demasia.

personagem objeto do presente estudo nesse esforço de definição. E acrescido a isso, é válido igualmente reconhecer que a produção de uma história intelectual (ou até, mais amiúde, de uma biografia intelectual) certamente requer também a preocupação com elementos importantes de leitura histórica do legado de determinados intelectuais ou mesmo grupo de intelectuais. Esses elementos encontram-se enfatizados em estudos desenvolvidos a partir da chamada “virada linguística”, sendo eles: autoria, recepção, linguagem e texto (escritos ou registros de fala).

Para os propósitos desta tese, a pretensão restringe-se à seleção de alguns textos e seus contextos, dados os riscos que significa contemplar todos os elementos de tamanha complexidade de análise. Ainda assim, nada impede de serem pinceladas (o tanto quanto possível, frente às limitações impostas pelo enfoque) características como *autoria*, *recepção* e *linguagem*, que enriquecem o entendimento do intelectual estudado.

O enfoque neste item é a caracterização do estilo retórico tendo em vista a compreensão da relação existente entre Justiniano da Rocha e seus pares/interlocutores de ambiência intelectual ou mesmo política (ou as duas juntas, já que ambas não deixavam de ser indissociáveis naqueles tempos).

Para continuar, antes de mais nada, é preciso dizer que a retórica é um estilo de pensamento com raízes na antiguidade clássica embora desenvolvido a partir de distintos referenciais e experiências. Não é, portanto, um estilo monolítico, mas eclético, porquanto resulta de distintos legados filosóficos. Nesse sentido, a origem do estilo é antiga, e no Brasil deriva da tradição escolástica lusitana pautada num grande apreço pelas práticas das *disputationes*, pródigas em recorrer à citação de autoridades valorizadas pela Igreja, tais quais Aristóteles, Tomás de Aquino e trechos da Bíblia.

Essa prática era desenvolvida no âmbito do *Ratio Studiorum*¹⁵⁶ ou *Planos de estudos da Companhia de Jesus*, predominantes em Portugal em instituições como o Colégio das Artes e a Universidade de Coimbra, então locais de formação de boa parte das duas primeiras gerações de políticos brasileiros (que cabe lembrar, das quais Justiniano da Rocha não fazia parte)¹⁵⁷. Aponta Carvalho (*Op. Cit.*) que essas duas instituições seguiram distantes dos

¹⁵⁶ O *Ratio Studiorum*, conhecido também como *Plano de estudos da Companhia de Jesus* – era um conjunto de regras ou mesmo um plano pormenorizado de estudos estipulado para ser utilizado em caráter obrigatório por todos os estabelecimentos de ensino fundados por jesuítas, independente do local (país, no caso). Não se direcionava restritivamente aos professores, mas a todos os agentes diretamente ligados ao ensino, incluindo reitores, bedéis, alunos e outros. Ou seja, possuía a pretensão de uma supervisão educacional completa. Cf. SAVANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2017.

¹⁵⁷ A distinção entre gerações de políticos no Brasil será mencionado com alguns detalhes no capítulo 2 desta tese.

métodos modernos de investigação e raciocínio desenvolvidos em outros lugares ao norte da Europa, sobretudo na Inglaterra.

Durante o regime pombalino, iniciado em 1759 e guiado pelo espírito reformista do chamado “Déspota Esclarecido”, dada a sua forte inspiração *iluminista*, a tradição retórica lusitana proveniente da experiência jesuítica foi combatida enquanto durou esse efêmero período, findo com a morte do monarca D. José I, em 1777. Sob a égide de Luís Antônio Verney, então representante de Pombal, viu-se que a tradição retórica mostrou-se resiliente, nada obstante as críticas que Verney teceu acerca dos excessos de ornamentos estilísticos, da afetação, e mesmo do abuso no uso de tropos de linguagem, que eram, todos esses, recursos utilizados em meio a excessivas e descontextualizadas citações de frases e autores, numa espécie de exibicionismo de erudição considerada fútil e portanto ridícula.

Tratava-se, no entender de Verney, de uma retórica do tipo *barroco*, através do qual os jesuítas – erigidos à condição de inimigos do regime – eram acusados de reduzir o estilo retórico português à inteligência dos tropos e figuras, enfim, à “*delectare*”, considerada a parte menos importante e menos representativa da clássica definição dos fins da retórica, “*docere, delectare, movere*” (ou... ensinar, deleitar, mover). Com as críticas, Verney queria que a ênfase fosse no “*movere*”. E mais: em alvará régio de 1759, que reformou os estudos menores, havia anexo as “instruções para os professores de retórica”, cuja ciência consistiria em *ordenar pensamentos* em sua distribuição e ornato, constituindo isso os *meios e artificios para persuadir os ânimos e atrair as vontades*¹⁵⁸.

Na linha de pensamento de Verney aparecia um dos principais conselheiros de D. João VI ao chegar ao Brasil, Silvestre Pinheiros Ferreira, através de sua obra *Preleções Philosophicas*¹⁵⁹. Para este, a retórica não deveria separar-se da lógica e da gramática, a teoria do raciocínio não deveria emancipar-se da teoria da linguagem. Dessa forma, a arte de pensar não deveria se separar da arte de falar com clareza.

Com essa visão ficava explícito que o problema não estava na retórica em si, até porque provinha de uma tradição clássica desenvolvida no mundo ocidental como um todo, mas na compreensão que a tradição lusitana (ou, de modo mais amplo, ibérica...) fazia dela.

¹⁵⁸ Essas críticas, segundo Carvalho (*Op. Cit.*), encontram-se na polêmica obra *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney, que curiosamente era um frade (um “frade oratoriano”... diria Carvalho).

¹⁵⁹ Cf. CARVALHO (*Op. Cit.*), mas também conferir em maiores detalhes: DURAN, Maria Renata da Cruz. Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784-1858). *Almanack* [Online], n. 9, Guarulhos, jan/abr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332015000100115&lng=pt&tlng=pt

Em verdade, a retórica tem uma miríade de características comuns a todas as culturas que dela fizeram ou fazem uso. A primeira delas – a mais essencial – consiste na arte da persuasão e na conquista de adesão das pessoas a uma ideia ou a uma causa. Diz Perelman¹⁶⁰ que essa essência, portanto, não representa um mal em si mesmo; ao contrário, a técnica bem direcionada pode ser útil em diferentes circunstâncias da vida. Nesse sentido, a prática comumente envolve um sistema de lógica argumentativa que se embasa em aglutinar elementos discursivos e estéticos capaz de criar *status*, senão de verdade, ao menos de coerência. Isso faz presumir que a retórica não deveria ser encarada apenas sob o império da estética (ou pior, de uma má e ornamental estética) tal qual foi mais vulgarmente desenvolvida no mundo lusófono, mas como um instrumento de argumentação e persuasão.

O estilo predominou em boa parte do século XIX, independente das variações de seu uso em diferentes contextos, mesmo assim, já no final desse mesmo século, ele passa a padecer de algum desprestígio em locais onde se verificaram certa progressão dos métodos analíticos da linguagem. O próprio Perelman (1999)¹⁶¹ aponta que desde Aristóteles o estilo fora colocado no campo da opinião (*doxa*), enquanto a *lógica* estaria no campo da verdade (*aleteia*). Então, segundo este autor, à medida em que *aleteia* e *doxa* foram sendo contrapostas, e uma foi sendo distanciada da outra, passou-se a se tornar evidente que a segunda variaria entre a inutilidade e a suspeita de desonestidade.

Por conta disso, Perelman define a retórica (praticada através do tempo em todo o mundo, e não somente no mundo lusófono ou mesmo ibérico oitocentista) como a lógica dos juízos de valor; e mesmo assim, ela não deixa de estar muitas vezes sob o domínio do raciocínio lógico posto que recorre a argumentos, ainda que estes estejam desprovidos de ação ou experiência. Somente mesmo argumentos que extrapolam a estrita racionalidade objetivam algo a mais do que o convencimento: buscam igualmente mover a vontade (o *movere*) da audiência¹⁶².

Além da característica essencial da retórica acima apresentada, outras parecem igualmente relevantes para aqui serem consideradas. Uma delas diz respeito à relação estreita

¹⁶⁰ Filósofo belgo-polonês do século XX, que se tornou um estudioso da retórica muito referenciado, incluindo para a principal referência desta seção o próprio historiador José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2000), mas também também outros. Cf. PACHECO, Gustavo de Britto Freire. Retórica e Nova Retórica: a tradição grega e a Teoria da Argumentação de Chaïm Perelman. *Cadernos PET-JUR/PUC-RIO*. Rio de Janeiro, 1997. Pp. 27-47. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/retorica-e-nova-retorica-tradicao-grega-e-teoria-da-argumentacao-de-chaim-perelman>.

¹⁶¹ Cf. PERELMAN, Chaïm. Retóricas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹⁶² Idem.

existente entre os argumentos e a pessoa do autor, na medida em que não é apenas a qualidade dos argumentos retóricos que pesam. Esta última até envolve uma gama de possibilidades de se dizer algo, buscando um modo, uma forma de o fazê-lo para entrar no jogo da persuasão; mas é o reconhecimento da autoridade moral do orador (sua competência, prestígio, honestidade) que ganha um peso considerável para a audiência. E nesse tocante, na ausência de plena autoridade do orador, costuma-se recorrer à autoridade de outros autores para sustentar seus argumentos. Era dessa forma que a retórica escolástica (a do tipo barroco...) tornava este recurso praticamente obrigatório, perfazendo um cânone dos nomes mais citados¹⁶³.

Não é de se estranhar, assim, que na construção de um argumento puramente lógico, diferente da construção de um argumento retórico, opera-se com a separação total entre valor do argumento e valor do orador. Aliás, a distinção entre *argumento lógico* e *argumento retórico* vai além. O argumento lógico pauta-se muito no compromisso com a comprovação do que está sendo dito, enquanto para a retórica nem sempre as provas são necessariamente suficientes. É justamente por isso que se adicionam novos argumentos e se repete redundantemente a mesma ideia sob a carapuça das figuras de linguagem, tendo por propósito a persuasão do ouvinte ou do leitor.

Além das duas características do estilo retórico acima relatadas, uma terceira e uma quarta características são ressaltadas por Carvalho (com base em Perelman): a terceira refere-se à importância do auditório, pois em tese, o orador ou escritor precisa conhecer seu público em vistas de escolher as estratégias argumentativas mais eficazes na busca da sua persuasão, isto é, na busca não só de convencê-lo, mas também de movê-lo a agir conforme o ponto de vista defendido. Sem o conhecimento do perfil de para quem se está a falar, não há certeza mínima de como movê-lo à ação ou à adoção das ideias apresentadas.

Para além da retórica lusitana (certamente limitada devido a ênfase no *delectare*, e não propriamente no *movere*), resta enfatizar que a quarta e última característica diz respeito ao fato de o campo do debate político ser considerado o espaço por excelência no qual o estilo retórico se faz pleno. É no exercício do jogo democrático, no debate de ideias, na defesa de pontos de vistas, ou seja, no bojo dessa dimensão demasiadamente humana, que a retórica é

¹⁶³ “(...) este traço do estilo, ou da retórica portuguesa, transferiu-se para o Brasil e talvez ainda esteja presente até hoje. (...) o fenômeno onipresente da citação de autores estrangeiros, e da concomitante importação de ideias [não deve] ser visto como indicador de dependência intelectual, nem como colocação correta ou incorreta de ideias. Sugere-se que uma chave útil de leitura pode ser dada pelo estilo de raciocínio. Dentro da tradição brasileira, o argumento de autoridade era um requisito indispensável, era um recurso de argumentação, uma retórica. Em princípio, portanto, a citação de um autor estrangeiro não significava necessariamente adesão a suas ideias, embora pudesse significar. (CARVALHO, 2000, p. 143).

ressaltada em vistas da possibilidade de se modificar posicionamentos em direção a um entendimento comum desejável. Acredita-se que numa educação com propósitos inculcadores, essa técnica poderia ser aplicada.

Evidente, portanto, que o estilo não é exclusivamente utilizado no campo político *stricto sensu*, pois aparece igualmente como ferramenta crucial para as disputas de narrativas encontradas mesmo em outros campos do humanismo, como o do direito, o do jornalismo, entre outros. Todavia, não deixam esses campos de comungarem do mesmo jogo de disputas de teses, visões de mundo, ideologias, presentes nos debates políticos. Esses fóruns muitas vezes (ou quase sempre...) se confundem, e no século XIX, no Brasil, isso se dava com muito mais ênfase.

Apesar disso, com o tempo (e conforme aqui anteriormente dito), esse mesmo estilo passa a perder cada vez mais terreno para as análises baseadas em fatos passíveis de serem verificados, conforme preceitos e critérios racionais, lógicos, pragmáticos, ou, em outros termos, conforme os preceitos das práticas científicas de laboratórios e de investigação sustentada pelas evidências empíricas, muito comuns na concepção de ciência que passou a ser sustentada na passagem do século XIX para o XX. Mesmo assim, sua transição no Brasil não se deu de maneira fácil, tendo em vista que sua prática entre os letrados nacionais criou um perfil cultural refratário às exigências dos métodos científicos então introduzidos gradualmente no país já a partir do último quartel do século XIX¹⁶⁴. A prática científica até então era conduzida significativamente por intermédio da prática literária¹⁶⁵.

No Brasil, graças ao peso do argumento retórico, o seu terreno mais propício encontrava-se, conforme já dito, na arena política – seja nas tribunas do Senado e da Câmara,

¹⁶⁴ Pelo menos no que tange à Geografia, MACHADO (2018) salienta que as concepções e práticas científicas modernas, institucionalizadas no Brasil a partir dos anos 1930, permitiram à Geografia não ser mais pautada no puro estilo retórico e literário, que dominou o ensino médio e superior no final do século XIX e início do século XX.

¹⁶⁵ Partindo de uma concepção moderna e institucionalizada de ciência e *prática* científica, Carvalho (2000) chega a salientar que alunos egressos das faculdades “(...) saíam doutores incapazes de ver a natureza, mas prontos para sustentar com todas as pompas da retórica ‘as hipóteses mais inverificáveis sobre a existência do incognoscível’. Formava-se assim um povo de palradores e ideólogos (...). Até mesmo os médicos e engenheiros supostamente treinados nos métodos e linguagem da ciência eram vítimas do mesmo fenômeno. Nas faculdades de medicina e de engenharia, o ensino era quase sempre feito em livros, inexistindo em quase todas a prática de laboratório e de investigação. (...). As correntes científicas que invadiram o país na segunda metade do século passado não produziram cientistas. O positivismo e evolucionismo, por exemplo, tiveram inúmeros seguidores, mas não afetaram a prática da ciência. Produziram engenheiros, médicos, militares, que sabiam filosofar sobre a ciência e o mundo, sem saber fazer ciência – e filosofavam no melhor estilo retórico, em que o brilho da frase, sua qualidade literária, a variedade dos tropos, eram mais importantes que sua veracidade.”

seja na tribuna da imprensa (do jornalismo político)¹⁶⁶. O campo do debate democrático era/é o campo maleável através do qual se pode modificar parcial ou plenamente a posição de opositores para se chegar a um ponto de acordo. Nesse sentido, o argumento lógico nem sempre mobiliza, porque para além do racional, há interesses que podem não ter razão lógica, mas que mesmo assim angariam mais adeptos do que discursos pautados em fatos.

O estilo retórico desenvolvido pela pequena fração de homens letrados do Brasil oitocentista envolvia um pouco além da tarefa da construção de um argumento que buscava convencer; mais que isso, comprazia-se com a necessidade forjada de impressionar pela erudição através do artifício, conforme já frisado, da citação de autores estrangeiros e do uso e abuso das expressões latinas. E essa atitude comum à época às vezes fazia ressaltar um dado paradoxal, que consistia em se utilizar um autor num determinado momento para justificar um ponto de vista e, em outro momento, abandoná-lo frente a questões de ordem prática, a exemplo de um ato de voto que contrastaria com a “convicção” do votante. Dessa forma, deixava-se clara a distinção existente entre pensamento e discurso.

Nesse quadro de incoerências e parafernálias retóricas, poucos fugiam à regra, e talvez por isso esses poucos eram facilmente lembrados devido aos discursos concisos, diretos e claros, a exemplo de Evaristo da Veiga (contemporâneo de Justiniano, jornalista renomado, livreiro conhecido, deputado geral e aliado do Regente Feijó¹⁶⁷), destoando da maioria dos oradores de tribuna, quando o comum era se testemunhar o quanto certos tipos de *doutrinas* defendidas estavam bem afastadas de questões iminentes.

¹⁶⁶ Cabe notar que apesar da noção prevalecente de que o jornalismo era predominantemente político – isto é, era a tribuna dos grandes debates de interesse público, de veículo de divulgação de panfletos, manifestos e outros tipos de publicações de natureza similar, os periódicos também eram meios pelos quais se publicavam outros conteúdos, como os de natureza econômica (a exemplo das publicações das seções feitas pelo *Jornal do Commercio* nos seus primeiros anos, como *Preços Correntes*, *Notícias Marítimas* e *Movimento de Importação*), literária e cultural (com publicação de folhetins, peças teatrais, etc.). (Cf., entre outros: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

¹⁶⁷ Vide biografia do mesmo escrito por Otávio Tarquínio de Sousa. (Cf. SOUSA, 2015).

Ainda no contexto da consideração acima, é antiga a crítica à política brasileira quanto a uma tendência para a *política silogística*¹⁶⁸, para o verbalismo e excesso de bacharelismo¹⁶⁹. Chegou-se a se ressaltar a profunda ausência de um verdadeiro espírito de observação e um certo predomínio do discurso livresco, traços comuns – conforme apontam alguns críticos¹⁷⁰ – a toda a América Latina.

Afora as críticas, o estilo retórico utilizado pelo discurso político era chamado de “declamação”, conquanto equivaleria à parte da técnica retórica correspondente à elocução, que nada mais é que um modo de expressar-se oralmente, ou na forma escrita, enunciando o pensamento. A técnica entre políticos era compartilhada por professores, advogados e jornalistas. O que equivale a dizer que Justiniano, exercendo todas essas quatro funções ao longo da vida (às vezes até de forma concomitante) não abriria mão desse recurso para se adaptar ao meio, embora decerto – como será visto – guiasse-se mais pela expressão escrita do que propriamente através da oralidade. Aliás, tal tendência pelo uso da escrita em detrimento da oralidade foi observada por Cardim (1964), particularmente confrontada à prerrogativa – aqui já mencionada... – de que na retórica a arte de pensar não deveria separar-se da arte de falar com clareza¹⁷¹. Segundo Cardim, Justiniano não seria um orador de

¹⁶⁸ A prática silogística é ressaltada como uma característica comum à retórica utilizada na tribuna política brasileira desde o século XIX: trata-se de uso recorrente a um tipo de argumento lógico que aplica o raciocínio dedutivo a fim de desdobrar, de duas ou mais sentenças, uma conclusão supostamente verdadeira. Trata-se de fórmula aristotélica antiga, em que um silogismo significa três proposições: uma afirmação geral (premissa maior); uma proposição de afirmação específica (premissa menor); e uma conclusão, deduzida das duas premissas (Cf. AMAYA; ÁLVAREZ, 2007). No intuito de ilustrar esse estilo de pensamento, Carvalho (2000) oferece dois exemplos de uso desse estilo em dois contextos distintos, ressaltando o *sorites* como uma espécie de silogística: primeiro cita o que ficou conhecido como “o sorites de Nabuco”, em referência ao discurso pronunciado pelo senador José Tomás Nabuco de Araújo em 1868: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país.” Trinta e um anos depois, quem profere algo similar é o intelectual da República, Alberto Sales, ao tecer igualmente crítica ao sistema representativo do novo regime: “O presidente da República faz os governadores dos estados; os governadores fazem as eleições; e as eleições fazem o presidente da República.” (Cf. CARVALHO, 2000, p. 128-129)
Cf. AMAYA, Jullían Fernando T.; ÁLVAREZ, Ximena V. Silogismo teórico, razonamiento práctico y raciocínio retórico-dialéctico. *Práxis Filosófica*, nº 24, Cali, Jan/Jun, 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-46882007000100005

¹⁶⁹ CARVALHO (2000) aponta, a esse respeito, a crítica do intelectual do início do século XX, Oliveira Viana, para esse traço característico desenvolvido pela política brasileira desde o início de sua institucionalização a partir da independência.

O exemplo de crítica não fica restrito a Oliveira Vianna; segue-se das considerações de Sérgio Buarque de Holanda a respeito: “(...) inteligência, para o brasileiro, seria antes ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e ação. Uma consequência desse prestígio da palavra escrita, dessa crença mágica no poder das ideias, seria o bacharelismo, a fascinação com o título de doutor.” (CARVALHO, 2000, p. 129)

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ DURAN (2015).

destaque (embora quanto a isso haja controvérsias...¹⁷²), e essa característica de baixa atuação ficaria clara na observância dos – supostos – poucos registros de suas falas na tribuna da Assembleia durante a vigência de algumas de suas três legislaturas como deputado geral ao longo de sua vida¹⁷³.

Apesar da importância da apropriação da técnica da “declamação” no trato com o público ouvinte, esta não significava tudo. A qualidade dos argumentos derivava, como aqui anteriormente dito, da qualidade moral do declamador.

Nesse tocante, é válido destacar o quão importante é para a compreensão da retórica desenvolvida no Brasil saber a distinção existente entre o chamado discurso retórico *ad hominem* e o discurso *ad personam*. Este último tipo era o mais disseminado na arena política brasileira, e consistia na tentativa de desqualificação de um opositor atacando-o na sua reputação moral ou, secundariamente, intelectual. Tratava-se do estilo retórico mais encontrado na imprensa e nos panfletos da época, que eram âmbitos nos quais se desenvolviam os grandes debates políticos (além, é claro, da própria Assembleia Geral, bicameral). Muitos dos principais políticos da época, e alguns dos principais intelectuais (frequentemente as mesmas pessoas...), tinham o seu próprio jornal. Os exemplos são vastos, e Justiniano não foge à regra. Em geral, eram periódicos de curta duração, mas desempenhavam profunda função de serem os principais veículos de divulgação de ideias e de debates políticos às vezes calorosos. Graças a isso, nada obstante a excitação ou mesmo perturbação emocional que certos debates suscitavam, é quase consenso considerá-los importantes artifícios de aprendizado quanto à compreensão do jogo democrático vivenciado no país desde aqueles primeiros tempos de Estado Brasileiro.

Em verdade, os periódicos daquela época eram pródigos em exemplos de linguajar violento e combativo, como já apontara Tarquínio de Sousa¹⁷⁴. O próprio Carvalho (2000) coloca tal violência no plano do argumento *ad personam*, porquanto o orador/autor parte muitas vezes para o ataque pessoal direcionado ao interlocutor do debate. Quanto a isso, diz o

¹⁷² O contato estabelecido com os discursos de Justiniano na tribuna da Câmara dos Deputados, registrados em atas, não indicam pouca e nem desimportante participação. Mas este tipo de análise não foi feito de modo sistemático a ponto de se formar aqui uma opinião consolidada. Para isso, seria preciso aplicar uma métrica enquanto metodologia de análise da quantidade e qualidade de seus discursos no parlamento.

¹⁷³ Justiniano não deixara de registrar sua contrariedade em relação à prática retórica comum à Câmara, antes mesmo de adentrar na dinâmica da Casa Legislativa. Dizia no tempo em que ainda era editor do seu primeiro periódico, “O Atlante”: “(...) paráfrases delas com atavios, e mais rodeios oratórios. (...) Eis em que de ordinário se cifram todos esses discursos; que servem só para gastar tempo; quando não manifestam a divisão, e força dos partidos no recinto da Camara.” (*O Atlante*, No. 4, 13/5/1836).

¹⁷⁴ SOUSA (2015).

historiador que todos os jornais daqueles tempos prometiam adotar logo no primeiro número uma posição equilibrada, com um debate elevado de ideias; assumiam explicitamente o papel de educadores da opinião, de pedagogos da cidadania, de divulgadores das luzes (para utilizar um mote daqueles tempos...), mas logo em seguida não tardavam em quebrar a promessa inicial.

Carvalho (2000) relativiza tal atitude antes que o juízo momentâneo de valor desconsidere a ética do contexto, classificando a violência verbal de imatura, deseducada ou mesmo incivilizada. Segundo ele, a argumentação agressiva derivava da inexperiência daquelas pessoas no debate político democrático, civilizado. Nessa direção pensava-se que a censura de ideias e dos escritos, em vigência até o momento de se estabelecer a liberdade de imprensa na década de 1820, tivera parte importante na ausência de aprendizado do debate de ideias. Em função disso...

(...) transferiam-se para o debate político público as práticas do debate privado que frequentemente recorriam ao ataque pessoal. A explicação é plausível. Obviamente, havia um problema de formação do espaço público (...). Mais ainda, tal espaço se formava na ausência de uma esfera pública (...). Daí que as práticas da esfera privada se transferiam diretamente para a política sem a intermediação do aprendizado do debate público não político.¹⁷⁵

Outro fator que explicaria a violência verbal seria o fato de não ser comum para a prática retórica da época separar-se a autoridade do orador e a do argumento. Tratava-se de uma concepção adotada sobretudo pela reforma pombalina, tributária de um resgate da tradição cívica romana (particularmente Cícero e Quintiliano). “No gênero retórico deliberativo, sobretudo, que é o que se aplica ao debate político, não se pode dizer ‘façam o que eu digo, não o que faço’”¹⁷⁶.

Em suma, o discurso retórico *ad personam* muito comumente utilizado no Brasil era ligeiramente distinto do discurso retórico *ad hominem*, pois este último tipo não procurava atacar o autor/orador, mas os seus argumentos. Porém, ambos os tipos de argumento retórico não deixam de ser confundíveis até certo ponto, porque desqualificar um argumento oponente poderia não deixar de ser uma espécie de desmoralização do interlocutor.

Em todo o caso, em se tratando do Brasil oitocentista, para se entender a predominância da retórica *ad personam* sobre a do tipo *ad hominem*, é importante salientar também qual era a composição do público que participava dos principais debates nacionais e para quem os intelectuais da época falavam. Naturalmente se tratava dos indivíduos que

¹⁷⁵ CARVALHO (2000, p.140).

¹⁷⁶ Idem.

tinham acesso aos veículos de comunicação disponíveis, isto é, periódicos/jornais e panfletos. Ou seja, o público leitor dos jornalistas e políticos eram eles próprios. Eles escreviam, eles se liam, eles se retroalimentavam. O debate permanente entre jornalistas e redatores dos mais diversos periódicos era uma marca da época. Provavelmente em função disso, comenta Carvalho (2000) acerca do teor *ad personam* dos debates:

(...) a falta de público mais amplo, de uma opinião pública capaz de mediar o debate, pode ser vista como um fator de exacerbação dos ataques pessoais, fazendo com que mesmo pessoas que preferiam uma discussão centrada em princípios fossem arrastadas pela corrente.¹⁷⁷

Explicitadas até este momento algumas das mais marcantes características do estilo retórico como chave de compreensão do intelectual e do político oitocentistas, restaria a pergunta: quais diferenças e aproximações existiriam entre o estilo retórico de Justiniano José da Rocha e o estilo predominante entre os seus pares? Haveria motivo para existir diferenças plenas ou parciais?

Essas perguntas poderiam ser despropositadas não fossem o fato de o estilo retórico ser peça importante da própria apreciação do conjunto da produção discursiva de Justiniano, incluindo aquilo que ele produziu de geografia. Embora se possa alegar que os livros da disciplina tivessem a vulgata considerada traço comum entre todas as obras, considerando ainda que os livros de geografia da época eram em boa parte resultantes de verdadeiro esquema de bricolagem de conteúdos extraídos de obras estrangeiras, ainda assim restava espaço para conteúdo autoral. Não fosse por isso, os próprios dirigentes responsáveis pela implantação do Colégio Pedro II (notadamente Bernardo Pereira de Vasconcellos) não encomendariam o compêndio adotado e nem este seria peça de celeuma no senado. Como dito, algo de inusitado para além das lições vulgares havia a ser combatido, e se não era o próprio livro, era o seu autor... Propõe-se aqui, porém, que sejam os dois, livro e autor (porque, neste caso, ambos são partes indissociáveis). Mas esse assunto será abordado no terceiro capítulo.

Aproveitando o ensejo da menção àquela celeuma já aqui reportada, cabe retornar a natureza dos debates políticos daquela época e o estilo retórico empregado: embora a agressão pessoal direta fizesse parte da prática retórica do *argumentum ad personam*, sendo um estilo bem específico de argumentação, Justiniano não a assumia como instrumento de réplica ou tréplica. Em geral ele era vítima contumaz desse tipo retórico; não há registro do contrário; parece jamais ter sido algoz ferino através de palavras ofensivas direcionadas diretamente a

¹⁷⁷ *Op. Cit.*, p. 141.

adversários¹⁷⁸, preferindo combater somente ideias e *doutrinas* sem ferir reputações de maneira explícita. Um contemporâneo seu, adversário em determinadas ideias, chega a salientar a elegância, moderação e polidez no seu estilo discursivo¹⁷⁹. Em suas interpelações ou duelos retóricos veiculados pela imprensa, Justiniano normalmente queixava-se da deselegância ou mesmo agressividade das falas de alguns adversários.

Por exemplo: mesmo que viesse a dominar qualquer técnica de *declamação*, Justiniano sabia que o mais importante era a manutenção de sua reputação (lembrando que a qualidade da persuasão retórica seria crescentemente mais eficaz conforme correspondesse à qualidade moral do orador). Por isso é muito comum no conjunto de seus registros discursivos vê-lo defender de forma explícita ou implícita os valores do respeito, da simplicidade, da humildade, da justiça, da honestidade e tantos outros considerados bons valores (ainda que se especule qual nível de hipocrisia há nessas atitudes...). Naturalmente imaginava que defendê-los bastaria para inspirar qualidades morais necessárias à boa reputação e à eficácia dos seus argumentos. Porém, na prática, essa sua reputação foi algumas vezes colocadas à prova, e por conta disso ele normalmente se expressava em tom queixoso.

Exemplo desse tom pode ser recuperado do episódio de interlocução com o Marquês do Paranaguá, quando em réplica Justiniano buscou artifícios para manifestar o seu desagravo diante da gravidade com que alguns julgamentos lhe pareciam injustos, particularmente porque, nas entrelinhas, certas palavras eram empregadas de modo a ferir reputações. De toda sorte, partira de seu próprio esforço a manobra em demonstrar que ele mesmo possuía e reconhecia o seu valor, e que esse não era fruto de uma autoimagem ilusória, posto que seus interlocutores – entre os quais, alguns dos próprios adversários – demonstravam compartilhar

¹⁷⁸ Ao menos nos documentos analisados, não há registros de argumentos *ad personam* em discursos de sua autoria.

¹⁷⁹ “Não entramos na contenda sem um certo sentimento de orgulho. Discutir com o ilustre Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, é uma tarefa sempre grata, e por certo digna da mais elevada pretensão, pois que, quando uma ou outra vez, deixam os seus escritos de levar a convicção ao espírito dos seus leitores, jamais deixam eles de deleitar e edificar, pela elegância, pela moderação e pela polidez do seu estilo. Estávamos acostumados a ouvir e a ler, quando se tratava desta matéria, as expressões de *réus de polícia, borrachos, insolentes, imorais, e outras do mesmo jaez, aplicadas aos estrangeiros*”.

“À repetição de tais expressões, não nos dignaríamos de responder, porque aos olhos do homem sensato, elas só indicam o ciúme, o rancor, o mau gênio, e a estupidez e grosseria dos seus autores. Nada disto porém encontramos nestes artigos do *Regenerador*. A calma do espírito transuda das suas palavras; os seus sentimentos são lançados àquela reflexão e pureza de linguagem, tão notáveis no ilustrado cidadão, que os escreveu. Já dissemos entretanto, que não concordamos no seu espírito, passaremos pois a expor as nossas objeções (...)” (AGUIAR, 1862, p. 2).

* Lembrar que *Regenerador* foi um dos periódicos criado por Justiniano da Rocha.

tal reconhecimento, ao menos do ponto de vista da competência que desenvolvera enquanto literato e jornalista¹⁸⁰.

Ao contrário, portanto, da tendência geral do *argumentum ad personam*, Justiniano construía seus discursos na base do *argumentum ad hominem*, e procurava defender-se utilizando frequentemente o recurso da ironia, que não deixava de ser, em certos contextos, uma maneira branda (embora cínica) de contra-atacar adversários, a exemplo do trecho transcrito integralmente nas páginas 62-63¹⁸¹.

Em verdade, é preciso ressaltar que o recurso à ironia era elemento herdado da tradição clássica especialmente assumido pelo estilo retórico francês, cujo contato Justiniano teve a oportunidade de estabelecer durante o período de sua formação básica nos bancos escolares franceses. Tratava-se de uma tradição mais pautada na cultura do *argumentum ad hominem* da retórica de Quintiliano, embora igualmente adviesse das contribuições de Aristóteles, Cícero e mesmo Platão¹⁸².

A trajetória formativa inicial de Justiniano contrastava-se sensivelmente da maior parte dos letrados brasileiros. Qualquer pessoa, no Brasil ou em Portugal, com algum nível de educação acima da alfabetização elementar tinha contato com a retórica. Em verdade, ainda antes do final do século XVIII, durante a vigência do regime pombalino, foram criadas as *aulas avulsas à moda de aulas régias*¹⁸³ nas principais cidades na metrópole e na colônia,

¹⁸⁰ No capítulo 2 será abordada a reputação de Justiniano enquanto literato e jornalista, inobstante as outras polêmicas às quais seu nome estava envolvido. Enquanto paladino do conservantismo, sem dúvida alguma ele foi alvo de inúmeras e até fortes críticas ofensivas. Apesar desses detalhes, evidente que fica claro, nas transcrições aqui anteriormente colocadas da fala na tribuna do senador Marquês de Paranaguá, que a boa reputação de Justiniano não era amplamente reconhecida e nem compartilhada. Mas se assim se constatava, esse fato se explicava mais pela antipatia à sua pessoa e à natureza político-ideológicas de suas ideias do que propriamente à constatação de uma manifesta incúria ou incompetência intelectual. Essa dubiedade no juízo dos adversários transparecem nas falas de Paranaguá: ora ele diz que o teor desqualificado do compêndio desacreditava o autor (Justiniano), ora, após reação deste último, relativizava a crítica alegando ter ouvido acerca dele “ser pessoa de muito talento” (Conferir p. 39-41).

¹⁸¹ Aqui retomado com os devidos grifos: “(...) o Exmo. Sr. marquês de Paranaguá (...) **me fizera a honra** respondendo à minha correspondência do mesmo dia, de apontar alguns dos *vergonhosíssimos erros* do meu Compendio de Geografia (...). **Porque dotado de alguma docilidade**, sinto que para aprender todo o tempo é tempo, e muito folgaria de aproveitar lições de **tão respeitável mestre**. (...) **Agradeço ao Exmo. Marquês a delicadeza com que me tratou, não tendo querido declarar nem a matéria de que tratava o compêndio que censurava, nem o nome de seu autor**: infelizmente de pouco valia essa cautela, porque sendo o meu compêndio o único novo adotado pelo colégio, era evidente que a ele se referia o nobre senador.” (grifos nossos).

¹⁸² MACHADO, Ida Lúcia. A ironia, a retórica antiga e a retórica francesa. *Clássica – revista brasileira de estudos clássicos*, São Paulo. V. 7/8. 1994/1995. Pp. 303-308. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/679>

¹⁸³ Cf. Haidar (2008).

substituindo os colégios jesuítas por professores que, após aprovados em processo seletivo, eram nomeados e pagos pelo Estado.

Os chamados *estudos menores*, responsáveis pela formação básica, não abriam mão da importância das Letras Humanas e da natureza humanista do conteúdo; então, por conta disso, os professores contratados ensinavam o vernáculo, o latim, o grego, a retórica, a poética e a filosofia racional. No caso do ensino de retórica, e conforme aqui já mencionado (sobretudo ao lembrar da proposta de Verney na condução da reforma pombalina do ensino), não obstante a ênfase no *movere*, prevaleceu o *delectare*, dada a força influenciadora da retórica escolástica na cultura luso-brasileira.

Por essa trajetória formativa passou boa parte da classe política e intelectual brasileira da primeira metade do século XIX, recebendo a educação nas primeiras letras através dessas aulas avulsas. Somente em relação à formação superior houve alguma diferença entre distintas gerações de políticos: uma geração mais antiga partiria para a Europa, e em particular para Portugal (notadamente em Coimbra), enquanto as gerações posteriores passaram a contar com os cursos superiores instituídos no Brasil nos anos 1820, cujos exames de ingresso exigiam conhecimentos em retórica – sobretudo nos cursos de Direito, em São Paulo e em Olinda.

A trajetória educacional de Justiniano em plagas francesas tornou-se diferencial importante na comparação com seus pares de ambiência intelectual. Sua educação básica – conforme veremos em detalhe no próximo capítulo – se deu no *Licée Henri IV*, em Paris. Por lá estudou dos doze aos dezoito anos incompletos, e uma vez findado este ciclo, ingressou no curso da Faculdade de Direito e Ciências Sociais de São Paulo, tendo que se submeter – à semelhança de todos os postulantes a uma vaga – aos exames de ingresso que incluíam conhecimentos em retórica.

É preciso reconhecer que o peso da tradição clássica na formação básica encontrada na reforma pombalina, em verdade, tinha por matriz a experiência francesa. A diferença é que na França o peso da retórica escolástica não era a mesma testemunhada nos países ibéricos. Então é desta forma que a tradição retórica baseada no *Ad hominem* prevalecia. E, como dito, o papel da ironia – antes de ser um traço exclusivo da retórica de Justiniano – constituía-se numa característica intrínseca à retórica francesa.

Essa tradição enfatizava a arte de falar com eloquência, aliada à arte de pensar bem a linguagem, estando nisso os pilares da técnica de composição dos discursos com fins persuasivos. A persuasão seria, para o pensamento aristotélico que era um dos guias da retórica francesa, o maior dos predicados do estilo. Já para o orador romano Quintiliano, outra

fonte clássica ao lado de Platão, Aristóteles e outros, a eficácia ficaria a encargo dos bons princípios morais do orador; só assim a persuasão teria maior sentido. Em todo caso, a dimensão essencial da retórica consistiria na capacidade de comunicar, sendo a ironia um elemento importante nesse processo linguístico. Mas ironia enquanto procedimento linguístico não seria simplesmente uma antífrase (em que se diz o contrário do que se pensa, conforme assinala a concepção de Cícero – filósofo romano...) ou um tropo, mas uma inversão semântica, pelas interrogações falsamente admirativas, tal qual utilizadas nos termos de Sócrates, segundo teria dito Platão. A ironia seria, portanto, uma maneira de expressar através da qual se diz o contrário do que se quer fazer compreender.

O recurso à ironia, segundo a concepção aristotélica, provinha da atitude própria do homem que tem inteligência. Apesar disso, por um lado, o seu uso tenderia a deprender um caráter dúbio porque pode ser considerada uma estratégia de dissimulação. Por outro lado, também pode ser considerada a marca de um estilo elegante¹⁸⁴. Talvez por isso tenha sido comum a confusão e a distinta impressão de caráter (às vezes muito paradoxal) que aliados e adversários tinham da mesma personalidade que era Justiniano (ora inteligente... ora dissimulado... ora sincero... ora interesseiro... ora o mais fiel à causa que defendia... ora “pena de aluguel”, vendido... ora elegante no estilo...).

Segundo a concepção de Cícero, o emprego da ironia na retórica mistura um estilo picante a um estilo sério, nascendo daí “(...) uma associação de palavras com fineza espiritual do indivíduo que as maneja”¹⁸⁵. Em outros termos, no emprego da ironia poderia haver uma relação judiciosa entre o *sincero* (verdadeiro) e o *estratégico* (o uso da linguagem com um fim preciso). E em algum momento, a ironia denotaria um certo cinismo, uma certa dissimulação.

¹⁸⁴ MACHADO (1994/1995).

¹⁸⁵ Idem.

Já para Quintiliano, a ironia poderia ser vista como uma espécie de alegoria, procurando-se fazer entender o contrário do que sugerem as palavras. Mas é preciso ressaltar que vários outros elementos precisam ser considerados: o tom da enunciação (algo que naturalmente não se percebe na comunicação escrita...)¹⁸⁶, a pessoa que a está empregando, a natureza do tema, enfim, a defasagem ou desacordo que há entre um desses elementos e as palavras pronunciadas. Ainda para Quintiliano, a ironia pode esconder um desejo de brincadeira, de gozação, além de servir para exprimir coisas desagradáveis através de termos atenuados.

Todos os grandes pensadores acima considerados exerceram um papel importante nos estudos retóricos da escola clássica francesa, que mais tarde sofreriam modificações através de inúmeros códigos e tratados que foram aparecendo entre os séculos XVII e XIX, tendo se destacado três autores entre os mais conhecidos: padre Bernard Lamy com a obra “La Rhetorique ou l’art de parler”(1675), Du Marsais com “Traté des Tropes” (1730) e Fontainer com “Les Figures du Discours” (1827). Todos os três receberam inúmeras críticas por terem enquadrado a ironia à categoria de tropos ou de figuras, reduzindo as proporções do fenômeno irônico. Segundo Machado (1994/1995), essas acusações resultariam “(...) de uma certa má vontade em relação aos ‘Antigos’”¹⁸⁷.

Não há evidências de que, para além dos autores clássicos, Justiniano tenha tido algum nível de contato com os últimos três autores citados acima. Todavia, é possível que isso tenha ocorrido, conquanto sua familiaridade com o mundo francófono é marcante em seus escritos sobre literatura, filosofia, imprensa, direito, geografia e outros campos de interesse. Ele próprio seria tradutor de obras disponíveis no mercado editorial francês introduzidos ao público brasileiro através de alguns periódicos.

O que transparece diante do fato dessa peculiaridade formativa e cultural de Justiniano é sua relativa diferença em relação aos homens letrados de seu tempo. Para além do

¹⁸⁶ Já fora aqui anteriormente dito: Elmano Cardim (1964) fizera entender que essa dificuldade em transformar habilidade escrita em habilidade oral fazia parte da realidade de Justiniano. O biógrafo dizia que este último era admirado na tribuna da imprensa, mas apagado segundo os registros de opiniões de seus discursos na tribuna legislativa, quando então deputado. Quanto a isso salienta Elmano Cardim: “Era esquivo à tribuna e os trabalhos parlamentares contam com pequena colaboração sua, sem maior repercussão nos anais do Parlamento. Poucas foram as vezes que ocupou a tribuna da Câmara, nessas legislaturas em que figurou como deputado geral. **Não tinha facilidade de falar, nem gosto pela oratória.**” (Grifos nossos. CARDIM, 1964, p. 41).

Pode ser observado mais adiante nesta tese, no 2º capítulo, que há fatos que ao menos em parte desfazem essa impressão. É preciso recobrar também o que foi registrado na nota 172: embora falte uma métrica mais sistemática da quantidade e qualidade da participação de Justiniano na Câmara, tem-se a impressão que o comentário de Cardim pode ser mínima e parcialmente contestado.

¹⁸⁷ MACHADO (1994/1995, p. 306).

compartilhamento entre seus contemporâneos de recursos e técnicas linguísticas do estilo retórico, ele possuía algo de peculiar que lhe era próprio frente ao exercício da escrita e que, por conta disso, o destacara, conforme apontam intelectuais de peso, críticos de seu legado no *post mortem*, a exemplo de Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Barão do Rio Branco, Elmano Cardim e outros¹⁸⁸.

Essa diferenciação não provinha apenas do fato de possuir um cabedal cultural extraordinário e nem de ser reconhecido por seus feitos e capacidades – outros intelectuais de seu tempo também possuíam o mesmo ou até maior reconhecimento dos pares; provinha também de uma autoafirmação e auto-diferenciação implícita em alguns de seus discursos. Isso ficou patente em 1855, ao largo do exercício de um dos seus mandatos como deputado geral, em que durante pronunciamento marcara seu rompimento político com o então *Gabinete da Conciliação* do Marquês do Paraná. Ao escolher, por exemplo, as palavras para denunciar a política ministerial de favorecimento a certos jornais, comentou acerca dos insuficientes hábitos de leitura e de estudo dos políticos do Império¹⁸⁹:

Senhores, o homem que trabalha, que estuda em nosso país, não pode viver muito bem com os dominadores da época, há de resignar-se à sua sorte, porque os nossos velhos que estudaram em 1826 a 1832¹⁹⁰ contentaram-se com o que então estudaram, entendem que depois disso não há nada melhor... eles não estudam. Vai-se à casa da maior parte dos nossos estadistas, com exceção de alguns que capricham em andar a par da ciência, e no seu gabinete se vê apenas uma estante deserta, às vezes dois guarda-louças pequenos com pequenas brochuras, talvez esses relatórios que aqui se distribuem. (NABUCO, 1949, p. 207 *apud* MOMESSO, 2013, p. 172)¹⁹¹

No fundo, a crítica de Justiniano a seus pares – particularmente aos mais velhos... – parecia marcar a sua distinção em meio a um quadro de baixa diversidade literária ou cultura

¹⁸⁸ Cf. CARDIM (1964); BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como se escreveu “Ação; Reação; Transação”. *RIHGB*, vol. 301, 1973; PARRON(2016); entre outros.

¹⁸⁹ Esse episódio foi bem lembrado por Momesso (2013). MOMESSO, Beatriz Piva. Os livros, a Livraria B. L. Garnier e os modos de leitura de um político do Império. In.: FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira (orgs). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013. Pp. 171-197.

¹⁹⁰ Uma 1ª geração de políticos brevemente referidos ainda aqui neste item...

¹⁹¹ (NABUCO, 1949: 207 *apud* Momesso, 2013: 172). Momesso, original de onde extraímos o trecho, continua em sua análise, tendo por foco seus estudos acerca das contribuições de Nabuco de Araújo: “Nessa ocasião, Justiniano excluiu o jovem Ministro da Justiça Nabuco de Araújo de incultos, ainda que não deixava de inseri-lo no universo dos políticos que ofereciam propinas aos jornais pró-governo. O jornalista elogiava o ministro e reprovava os parlamentares que não estudavam e viviam somente da retórica baseada nos conhecimentos intelectuais adquiridos há muito tempo, na época da faculdade: “Esses homens que não estudam, que não lêem nada, mas que têm uma memória e um ouvido muito felizes, quando qualquer rapaz como o nobre ministro da justiça apesar de seus quarenta anos, quer fazer essas filistrias de regulamentos etc, dizem: -Não você não vai muito longe não tem licença de saber mais do que nós, é preciso conter-se (*ibidem*, p. 207-208 *apud* Momesso, 2013: 172).

de leitura, daí o recurso comum ao cânone disponível e vulgarizado. Na retórica escolástica predominante no mundo lusófono, já o foi dito, na ausência da própria autoridade intelectual, recorria-se no discurso à autoridade de outros autores para se sustentar argumentos. Para um homem inteligente (e é assim que o trecho acima parece propor em termos de autoimagem que Justiniano se impunha...), isso podia parecer algo muito limitado, medíocre em termos intelectuais e ridículo quando restrito ao *delectare*.

A verdade é que as alusões a títulos literários europeus, o uso adequado de aforismos, silogismos, expressões latinas, os recursos à ironia e as citações de autores estrangeiros tornavam-se para Justiniano e alguns homens letrados de seu tempo, os elementos cruciais e desejáveis para compor a autoridade discursiva requerida. Não se tratava de uma habilidade extraordinária, porém somente aqueles que ultrapassavam os limites da tradição lusitana estavam habilitados a exercê-la com competência, destaque e certo reconhecimento, ainda que extemporâneo. Eram todas características que se constituíam enquanto requisitos fundamentais de aceitação nas relações sociais, políticas e profissionais de então.

Citar Bentham, Guizot, Troplong, Cícero, Macaulay, Santo Agostinho, entre outros, embora fosse um traço comum para aquela cultura, não era suficiente e nem essencial para tornar alguém excepcional. Somente pitadas inteligentes de ironia, vasta cultura e erudição poderiam tornar alguém reconhecido mesmo após a morte. Quesitos como coerência e eloquência retóricas ganhavam cor por conta do cuidado estético empregado no discurso. Mas também como a persuasão não dependia somente de uma coerência lógica, seus discursos não passavam muitas vezes de opinião ou de um juízo de valor (*aleteia*), carecendo portanto de um *status* de incontestada verdade (*doxa*).

A bem dizer, a *aleteia* moveu a atuação de Justiniano na defesa disciplinada da causa conservadora. A apreciação da eficácia e qualidade de seus discursos ficava a encargo do perfil do público ao qual ele se dirigia. Um público muito diverso que o lia ou que o ouvia, seja enquanto jornalista, político, professor ou autor de obras. Nem sempre era persuasivo ou eloquente, nem sempre era capaz de proporcionar o *movere*. Ainda assim seu nome ficou marcado como o maior intérprete de um partido, “(...) sem nunca haver abandonado suas fileiras”¹⁹², ora como governo, ora como oposição. Apesar disso não foi capaz de nenhuma proeza extraordinária em manter nos seus próprios correligionários a mesma fidelidade e os mesmos princípios que o assinalavam. Sendo assim, “Não podia deixar de ser contraditório

¹⁹² CARDIM (1964, Pp. 1-2).

consigo mesmo, e se forem esmiuçadas as suas opiniões, certo ficará rompida a linha ideal de coerência de quem por tanto tempo *doutrinou* a vida pública do país”¹⁹³.

De toda forma, o talento retórico de Justiniano era ora aplaudido, ora combatido. Segundo Cardim (1964), “(...) no balanço do julgamento público, ele foi mais vítima de injustiças do que alvo de compensações”¹⁹⁴. A depender do público ou interlocutor, o motivo da admiração ou do combate fica a encargo da *doutrina* que defendia ou do discurso que formava opinião por um lado e trazia contrariedades por outro lado. Um pouco dessa divisão de opiniões era fruto do contexto de construção do Brasil que estava a pleno vapor e derivava de processo anterior de longo curso.

1.3 A construção do Brasil Imperial

1.3.1 Espaço e tempo ou espaço-tempo como uma categoria só? Breves resgates reflexivos

Como anunciado na introdução deste capítulo, este item completa o que se entende como elementos históricos essenciais para se compreender a *geografia de Justiniano da Rocha*. Se o primeiro e o segundo itens buscaram contemplar, respectivamente, alguns aspectos atinentes às dimensões política¹⁹⁵ e cultural¹⁹⁶ daquele contexto histórico em que o intelectual viveu, este item propõe abarcar a dimensão espacial, particularmente porque esta abrange a dialética entre discurso e espaço material.

Nesse propósito histórico é válido recuperar o que disse Moraes (2009):

Nas sociedades de formação colonial **a dimensão espacial da vida social ganha uma centralidade ímpar na explicação de seu movimento e funcionamento ao longo da história**. Isso porque a colonização é – em essência – um processo de expansão territorial, constituindo uma modalidade particular de relação sociedade-espaço, marcada pela conquista, domínio e exploração econômica de novas terras. Nesse sentido, a geografia joga um importante papel na interpretação da particularidade histórica dos países latino-americanos.¹⁹⁷

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ CARDIM (1*Op. Cit.*, p. 3).

¹⁹⁵ No que concerne à natureza dos embates, ambientados na disputa de projetos de país.

¹⁹⁶ No que diz respeito à retórica enquanto elemento característico da cultura intelectual daquela época.

¹⁹⁷ *Op. Cit.*

Evidentemente o Brasil herda esse passado colonial que guarda a particularidade mencionada acima, sendo o período Imperial o primeiro testemunho histórico de continuísmo desse *modus operandi* territorial (expansão, delimitação, domínio, representação/ construção ideológico-geográfica, legitimação de posse, reserva e perspectiva/projeto de uso, uso)¹⁹⁸.

O tratamento da dimensão espacial na perspectiva que aqui se coloca, parte da problematização de alguns caminhos metodológicos possíveis operados por estudiosos do assunto: um desses caminhos se remete à possibilidade de se recuperar a “geografia daquele passado” ou, como diria Maurício de Abreu (2000) ou Milton Santos (2004a), a “geografia presente de então”; o outro caminho¹⁹⁹, afim e/ou compatível ao primeiro, pode ser uma proposta de produção de uma geografia histórica em perspectiva de abordagem retrospectiva, ou seja, uma análise geográfica que segundo Moraes (2009) “(...) pode e deve utilizar o presente como referência de reconstituição histórica no estudo da formação dos territórios”, um território na sua concepção político-estatal²⁰⁰ ou jurídico-política²⁰¹.

Em qualquer um desses caminhos a historicidade na análise espacial se faz parte inerente. A metodologia se inscreve na recuperação das historiografias do período retratado, e a análise fica submetida à lógica escalar dos processos, que assumem particularidades em cada fração distinta do espaço. Portanto é possível dizer que a história e a geografia, cada qual com a sua especificidade, assumem funcionalidades metodológica complementares (contribuições historiográficas e análises geográficas), porém essencialmente (ou

¹⁹⁸ Ou, em outras palavras: de continuísmo dessa territorialidade, entendida aqui nos moldes empregados por Robert David Sack (1986): *Territorialidade humana* [para distinguir da “etológica”] *é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e objetos, controlando uma determinada área. (...) A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a compreender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo; (...) Territorialidade é definido como a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, delimitando e afirmando controle sobre uma área geográfica.* [“Territoriality for humans is a powerful geographic strategy to control people and things by controlling area. (...) Territoriality is a primary geographical expression of social power. (...) Territoriality’s changing functions help us to understand the historical relationships between society, space, and time.”]. Cf. SACK, 1986, p. 5; ou ainda de forma mais completa: [(...) Territoriality [is] be defined as the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area.”] SACK, 1986, p. 19. Cf. SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

¹⁹⁹ Um pouco mais avançado nos aspectos empíricos que mais estreitamente interessam à temática da presente tese.

²⁰⁰ Cf. MORAES, 2009, p. 60.

²⁰¹ HAESBAERT, Rogério. *O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ontologicamente) integradas – nos termos em que aqui serão mencionados – para que a realidade seja minimamente apreendida frente a todo o seu potencial.

A aparente diferença metodológica básica entre os dois caminhos anteriormente mencionados fica a encargo da perspectiva analítica facultada por distintos, porém complementares, instrumentos conceituais para leitura da realidade²⁰². No caso da “geografia histórica em abordagem retrospectiva”, busca-se a gênese e o desenvolvimento das materialidades políticas existentes até então, isto é, até a configuração do território estatal de então, (ou... a título de exemplo e melhor enquadramento...) naquele *tempo histórico* em que Justiniano e seus contemporâneos viveram. A mencionada “abordagem retrospectiva” pressupõe uma reconstituição, em várias escalas e em várias etapas (períodos, portanto), do processo de formação territorial até o recorte temporal pretendido – podendo o limite desse recorte ser *o tempo* em que Justiniano viveu (até 1862, por exemplo) ou, em outro exemplo, o tempo presente.

Moraes (2008; 2009) assevera que esse caminho metodológico, apesar de envolver evidentemente uma perspectiva histórica, não se confunde à análise do historiador, uma vez que este estaria “(...) tolhido nesse posicionamento analítico pelo temor em incorrer no grave erro do anacronismo.” Para o mencionado geógrafo, “No caso da geografia histórica, o retorno às divisões espaciais coloniais é que pode induzir aos graves problemas do presente, pois tal ótica sempre alimentou pretensões geopolíticas conflitivas (expansionistas ou separatistas) nas várias sociedades nacionais latino-americanas”²⁰³.

Essa abordagem retrospectiva, porém, não passa incólume aos historiadores. O historiador alemão Reinhart Koselleck (2014), por exemplo, considera, em suas reflexões

²⁰² Minudências que não alteram profundamente qualquer termo dessa “equação”. À título de exemplo ilustrativo/expositivo, Moraes (2009) especifica um pequeno detalhe diferenciador no modo de interpretação e emprego conceitual de um mesmo termo utilizado por Milton Santos (2001) para leituras acerca do território: trata-se do termo “território usado”. Em nota, justifica Moraes (Op. Cit.): “O território usado foi proposto por Milton Santos em suas últimas obras (Ver Milton Santos e Maria Laura Silveira – *O Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI*, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2001). **A concepção aqui atribuída ao conceito não é exatamente a mesma definição dada pelo autor, dizendo respeito às áreas de ocupação efetiva.**” (p. 65). [Os conceitos de território e de “território usado”] numa leitura apressada (...) pareciam redundantes, pois todo território seria em tese um espaço usado. Todavia, quando introduzimos nessa discussão a ideia de reservas de espaço e de áreas ainda não economicamente apropriadas pela colonização a distinção entre os conceitos ganha sentido. (...) São, nesse sentido, **fundos territoriais**” (MORAES, 2009, p. 65). Grifos nossos.

²⁰³ É válido reproduzir uma nota de Moraes associada a essa construção interpretativa da metodologia de análise: “A geopolítica militar do subcontinente, por exemplo, sempre alimentou uma mitologia de fronteiras mais amplas perdidas e usurpadas. Mito por mito, esse é mais perigoso do que o das origens das atuais áreas de soberania estatal (ver: L. A. Moniz Bandeira – *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*, Ed. Revan/UNB, Brasília, 1998). No sentido da fragmentação, o processo de ‘criação’ do Panamá é bem ilustrativo da responsabilidade política ao discutir a relação entre fronteiras e identidades.”(MORAES, 2009, p. 61)

teóricas acerca do que ele chama de *Espaço e História*, que a Geografia histórica não reconstruía na realidade do passado a concepção de *espaço*. Talvez não soubesse ele – uma vez enraizado na realidade metodológica da *história dos conceitos* – que essas representações acerca dos espaços de cada contexto do passado ficam a encargo analítico da própria história da geografia enquanto pensamento social²⁰⁴. Ainda assim reconhece, que apesar de haver uma história meticulosa do conceito de espaço, menciona que coube

(...) a Humboldt, Ritter, Kapp e Ratzel o mérito de terem tematizado a constituição espaço-temporal das histórias empíricas. Encontraram herdeiros em Lamprecht e colegas, que aplicaram o conceito à história regional – como esboço de uma história social passível de ser empiricamente fundamentada, que procurava reunir todas as condições e fatores de uma totalidade delimitada”²⁰⁵.

No outro caminho metodológico, lembrado muito bem por Abreu (2000) ao resgatar a contribuição miltoniana²⁰⁶, o tempo também é tratado com o suporte exclusivo das categorias analíticas do espaço, deixando claro uma crítica explícita à posição dos geógrafos clássicos, que definiram a geografia como a “ciência do presente” – enquanto à história, por ilação, restaria a alcunha de ciência que se preocupa com o passado (contrariando todo o campo de possibilidades de uma “História Contemporânea”, por exemplo...).

Abreu (2000) viu nessa “ditadura do presente” uma verdadeira lacuna a se preencher, pois segundo ele, a história não abordaria os tempos idos a partir das questões geográficas.

Para o enfrentamento desse desafio, Santos propôs partir da seguinte questão:

Como traduzir em categorias analíticas essa mistura, que faz com que o espaço seja também o tempo e vice-versa? A reafirmação das relações entre a Geografia e a

²⁰⁴ Manifesta-se Koselleck a respeito: “Minha tese inicial é a seguinte: espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. Mas também o ‘espaço’ tem uma história. O espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente. Esse duplo uso da categoria espaço motivou numerosas ambiguidades que tentarei esclarecer um pouco.

“Primeiro: a história das concepções que descrevem o espaço como algo autônomo é bem conhecida; não vou repeti-la aqui. O caminho que nos levou das cosmogonias míticas às cosmologias cada vez mais pesquisadas e empiricamente verificadas, bem como a descoberta da esfericidade da Terra, até então concebida como um disco, possibilitou o avanço do espaço absoluto e infinito de Newton até sua relativização, que começou com Leibniz e levou a Einstein, seja esse espaço quadridimensional relativístico definido como magnitude constante ou dinâmica. Nós, os historiadores, devemos essa história das representações do espaço às histórias da filosofia e da ciência natural, que exerceram grande influência sobre a economia e a política, mas que não abarcam aquela história do espaço que é o tema dos historiadores da geografia política ou histórica.

“O segundo aspecto: a geografia histórica foi sendo elaborada a partir dos trabalhos estatísticos das unidades estatais do início da modernidade. Eles reconstróem os espaços de vida e ação de unidades políticas, jurídicas, econômicas, eclesiásticas ou sociais do passado nos marcos de suas cambiantes condições e consequências geográficas. Reconstróem as chamadas realidades do passado sem reconstruir as antigas concepções de espaço.” Cf. KOSELLECK, 2014, p.76-77.

²⁰⁵ Cf. KOSELLECK, *Op. Cit.*, p.75.

²⁰⁶ Em particular a obra *A natureza do espaço (...)*. Cf. SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4a ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004a.

História é, certamente, o mais simples e, positivamente, o mais naïf dos enfoques.
207

Ainda no bojo dessas reflexões, Milton Santos questiona a abordagem retrospectiva, que é uma maneira amplamente aceita de se produzir geografia histórica:

A geografia pretende retrazar o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita. Em que medida ela pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes disparatados e distantes da mesma flecha do tempo? Enfrentamos, aqui, o difícil problema de discernir, através de uma geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente.²⁰⁸

Abreu (*Op. Cit.*) acredita que em alguns estudos a Geografia histórica, quando livre da obrigatoriedade de transportar-se ao presente, trataria o passado a partir de questões da história, “transformando-se então em história geográfica. Em outros casos, entende que a Geografia histórica pretende recuperar as geografias do passado diacronicamente mas, sem fazer isto a partir de sistemas conceituais sólidos (...)”.²⁰⁹

O que se observa até aqui é uma clara convergência de entendimentos entre Abreu (2000), Moraes (2009) e Santos (2004a) quanto ao tipo de geografia retrospectiva que se precisa ser feita: a que possui questões geográficas, e não históricas. Isso significa que buscar no passado a compreensão do presente limitando-se ao estudo das morfologias do espaço, esquecendo-se dos processos, das ações, significaria manter a lacuna de uma análise do passado a partir de referenciais teóricos geográficos.

E na busca de um “sistema de conceitos” que desse conta desse procedimento analítico do passado, sem necessariamente a geografia se definir como a duração do presente, Santos foi conduzindo o seu raciocínio, fazendo um significativo resgate desse debate na história da geografia enquanto campo acadêmico. Por exemplo: ele lembrou de certo encaminhamento metodológico em que se considera a periodização histórica o instrumento adequado para enfrentar o tratamento do espaço em termos de tempo, dizendo que, sem dúvida, “a cada sistema temporal o espaço muda.”²¹⁰ Ainda assim obtemperou ao mencionar que esse instrumento apenas se torna analiticamente mais eficaz quando a periodização não se restringe à escala do mundo, contemplando outras periodizações em escalas menores. Mesmo assim, o

²⁰⁷ Cf. SANTOS, 2004a, p. 50.

²⁰⁸ *Op. Cit.*, p. 51.

²⁰⁹ ABREU, 2000, P. 15.

²¹⁰ Cf. SANTOS, 2004a, p. 51.

eminente geógrafo considera que o problema da relação do tempo com o espaço também não se resolve plenamente deste jeito, porque as periodizações oferecem um *tempo*, “(...) mas apenas um *tempo externo* a cada subespaço, faltando resolver a questão do seu *tempo interno*”²¹¹.

Ao partir da concepção de que a geografia é uma análise do “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço”²¹², Santos então direciona suas reflexões para os estudos da difusão de inovações e modernização entendendo-os como um caminho rico de possibilidades para responder à gênese dos fenômenos e das formas geográficas, vistos isoladamente ou em conjunto. Mas ao final, baseado no geógrafo sueco Hägerstran, afirma que “(...) através da chegada de um novo item, numa determinada data, a um determinado lugar, era como se apenas o ‘tempo’ fosse atravessando o ‘espaço’, mediante objetos e ações, passando mas não se misturando ao lugar.”

O geógrafo recobra com a maestria que lhe era peculiar o acúmulo desses debates acerca das duas categorias, tempo e espaço, e chega à conclusão de que essa separação só se torna possível mediante puro exercício de abstração. E avança na reflexão chegando a um ponto de contato com a proposta metodológica de Moraes (2009), indicando que “(...) há um padrão temporal em todos e cada qual dos padrões espaciais (...)”, baseando-se em antigo geógrafo estadunidense – Edward Ullman – para dizer que o espaço é “uma dimensão mais concreta do tempo (...)”²¹³. E tal qual à guisa de conclusão que tende a abalar antigas crenças e a se aproximar (em termos de possibilidades, e não somente no discurso...) em algum nível de relatividade pronunciada certa vez por Einstein (famoso físico que alterou a noção de espaço e tempo então vigentes²¹⁴), continua...

(...) E, no entanto, sendo irreversível, está à altura de ‘medir’ o tempo e, vice-versa, de ser medido em termos de tempo. O problema está todo aí. Não se trata propriamente de apurar qual dos dois é mais concreto. A questão da medida

²¹¹ *Op. Cit.*, p. 52.

²¹² “Nossa proposta atual de definição da geografia considera que a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço. Não se trata de sistemas de objetos, nem sistemas de ações tomados separadamente. (...) um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (...)” **[Considerar] o espaço como [o referido conjunto indissociável] permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas a partir de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos.** SANTOS, 2004a, p. 61-64.

²¹³ (ULMANN, 1973 *apud* SANTOS, 2004a, p. 53).

²¹⁴ Do ponto de vista filosófico, uma visão kantiana; do ponto de vista físico, uma visão newtoniana...

recíproca pode ser vista como uma maneira de dizer que **tempo e espaço são uma coisa só, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias.**²¹⁵

Para se operacionalizar esse encaminhamento reflexivo, Santos aponta que não apenas o espaço em sua materialidade possui expressa a sua concretude e empiricidade, o tempo também é empirizável, e somente isso torna possível a mútua relação includente entre categorias vistas costumeiramente como separadas.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas afeições.²¹⁶

E para finalizar a ímpar contribuição de Santos nesse debate, ele diz que a *técnica* entra como traço de união, histórica e epistemologicamente, entre tempo e espaço. A técnica seria o traço empírico que pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época – “Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas”. As técnicas se inscrevem materialmente no espaço através dos objetos técnicos (estradas, portos, faróis, etc.);

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto do trabalho, o tempo de circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação.

(...) O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações no uso do tempo.

(...) As técnicas participam da produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário.”²¹⁷

Tomando todos esses instrumentos de empirização do tempo e do espaço, talvez caibam as perguntas: qual era o lugar do Brasil Imperial naquele mundo de então? Quais eram os sub-lugares existentes naquele Brasil de então? Qual era o/os tempo/s prevalecente/s? Era um só tempo, um só espaço, um só controle?

As respostas – sempre refeitas pela dinâmica interpretativa das ciências sociais – podem ser encontradas debatidas por um conjunto de interpretações historiográficas e geográficas que aqui serão consideradas.

²¹⁵ SANTOS, *Op. Cit.* Grifos nossos.

²¹⁶ *Op. Cit.*, p. 54.

²¹⁷ *Op. Cit.*, p. 54-55.

Levando-se em conta o “sistema de ações”, o *tempo* definido por Mattos (2017) como *tempo saquarema*, se apresenta como um produto e uma condição da intervenção dos saquaremas na direção do país, colocando-o numa trajetória, num projeto. Essa classe dirigente se colocaria, então, como os principais “produtores” ou “controladores” do *tempo*. O espaço – e sua expressão material, política, não deixaria de ser igualmente condição e reflexo dessa direção principal. O lugar desse país no mundo resultaria dessa dialética entre fatores extra-locais e fatores locais, cabendo recobrar, segundo Moraes (2009), de que se tratava de uma particularidade inscrita na realidade de um “capitalismo [que viria a ser constatado²¹⁸] tardio e periférico” pautado numa lógica de divisão internacional do trabalho e numa realidade territorial em processamento (daí a menção a um projeto dirigente e seus tensionamentos).

E quanto aos objetos? Reportar a esses para qualificar aquele Brasil é entendê-lo dentro de uma realidade eivada na maior parte do território de grandes vazios técnicos e demográficos (ou os chamados sertões... numa clara designação ideológico-geográfica²¹⁹), de grandes “fundos territoriais” ou poucos e pontuais “espaço usados” ou tecnicamente providos. De uma experiência colonizadora muito dispersa, e por isso carente de planos comuns, posto não haver identidade entre distintas partes do que antes fora uma América portuguesa ligada à Lisboa e desintegrada regionalmente (pensando regiões segundo critério político-administrativo definido pela metrópole)²²⁰. Era um país desprovido em sua maior parte dos fluxos de inovações e modernizações testemunhados esparsa e pontualmente (particularmente na Corte e em seu entorno) ou somente em tempos ulteriores – quiçá não muito distantes

²¹⁸ E o *tardio* vem no sentido de *industrialização tardia*, assumida amplamente na avaliação de vários historiadores, economistas e até geógrafos acerca desse processo no Brasil, desde clássicos como Celso Furtado, passando por outros inúmeros nomes cuja lista é extensa (Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, etc. etc. etc. – os chamados nacionais desenvolvimentistas, que fizeram uma revisão histórica do processo para justificar a necessidade de superação do atraso); ou mesmo Bertha Becker e Cláudio Egler, geógrafa e geógrafo, que expuseram essa questão na análise do país através da obra “Brasil: uma potência regional na economia-mundo”.

Cf. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003; BECKER, B; EGLER, C. Brasil: uma potência regional na economia-mundo. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.

²¹⁹ Quanto a esse conteúdo ideológico da representação geográfica, conferir: MORAES, 2005; 2008; 2009 (particularmente capítulo 5: “O sertão: um ‘outro’ geográfico”).

²²⁰ As instalações coloniais na América objetivaram-se como enclaves que evoluem para regiões, isto é, a expansão territorial dos núcleos pioneiros difundiu a colonização no espaço, criando economias regionais. (Cf. MORAES, 2011).

desses em que Justiniano nasceu²²¹. Era um país a se construir em seus aspectos identitários, políticos, técnicos... Um país que se pautava em duas instituições: monarquia e escravismo. Uma sociedade, portanto, fundada na hierarquia e na exclusão. Princípios fadados a se perpetuarem no tempo e (com muita clareza para os geógrafos brasileiros) no espaço.

Feita essa espécie de reflexão sobre alguns preceitos teórico-metodológicos bem sólidos que já serviram de base para inúmeras análises empíricas²²², diz-se que para a leitura geográfica do Brasil Imperial é preciso relacionar as várias escalas envolvidas numa espiral dinâmica e ininterrupta que permite considerar (como é de se esperar...) aspectos totalizantes e particularizadores. Não é um exercício trivial justamente porque requer observar quais variáveis devem ser captáveis em cada escala (da mais a menos abrangente) e como elas se comportam ou se particularizam na escala local.

1.3.2 Escalas: o Brasil Imperial na economia-mundo

Para efeito de análise panorâmica do contexto em que viveu Justiniano José da Rocha, daquele Brasil em construção, crê-se que não apenas as interpretações historiográficas são valiosas. Naquilo que tange aos comentados recursos metodológicos da *geografia histórica* (ou da *história territorial* enquanto legítimo termo sinonímico para a presente análise...), foi visto anteriormente que a análise multi-escalar é fundamental. Trata-se da necessidade de se entender como se dá a dialética entre totalidade e particularidade, como se dá o fluir entre dinâmicas intra e extra-locais, possibilitando o enquadramento espaço-temporal de cada realidade; enfim, como se dão os nexos entre elementos próprios do nível da escala mundial até seu rebatimento no nível de detalhamento agudo de um lugar ou (para além das

²²¹ Basta considerar essa onda inovadora que se planejava para o país já a partir dos fins dos anos 1860, ainda durante o Segundo Reinado até o seu fim; essa gana pela superação de um Brasil arcaico pautado ainda numa mão de obra cativa e na forma monárquica de governar, sedenta por banhar os bárbaros do sertão com as águas civilizadoras do Atlântico, ensejada num discurso técnico em torno das vias de comunicação, muito escassas ainda.

Para uma visão sobre esses debates em torno da modernização do país, ver, entre outros: SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Planos para o Império: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

²²² O artigo de Maurício de Abreu (2000) é apenas um exemplo...

referências escalares, espaciais...) de uma vida individual, todos inseridos dentro de contextos espaço-temporais específicos²²³.

De imediato assume-se que qualquer tentativa de construção aqui estabelecida será sempre parcial, incompleta. Não se guarda qualquer pretensão ilusória quanto à completude da análise ou da descrição analítica. Almeja-se apenas uma noção basilar daquele espaço-tempo no qual Justiniano viveu intensamente²²⁴.

²²³ Conforme salientado de certa forma no prolegômeno teórico do item: cada lugar do planeta tem sua distinta experiência com os sistemas de objetos e com o tempo em que cada evento da vida ocorre. As técnicas ou as ideias não transitam de maneira linear e progressiva em todos os lugares ao mesmo tempo (a história não é linear!). Mesmo que um contingente de vidas vivam no mesmo instante, as condições e os efeitos das técnicas/das inovações não são sentidos no mesmo ritmo e nem na mesma intensidade (a depender do lugar e da vivência, sequer são sentidos). Os lugares são evidentemente diferenciados em termos de densidade técnica e de ações, assim como o são na experiência de tempo. **Todas as experiências de tempo e de espaço, mesmo sendo distintas, acontecem no mesmo momento do tempo cronológico do relógio.** Aqui portanto, está a se falar subliminarmente das noções de sincronia e diacronia.

²²⁴ Aqui se pede licença para se traçar, numa longa nota, mais um componente reflexivo de natureza teórica complementar: numa análise multi-escalar, o que comumente se busca, em se tratando de escala geográfica, é a abrangência de algum fenômeno em termos espaciais, isto é, um fenômeno que se espacializa e assume abrangência crescente a ponto de alcançar proporções para além do local onde se originou. Às vezes, determinados processos sociais ou ambientais não são de fácil identificação espaço-temporal, de forma que alguns fenômenos possuem focos concomitantes de aparição, em cuja precisão de *local e momento* tornam-se de difícil identificação diante de um esforço retrospectivo. Quando o processo é identificado num estágio avançado e de complicada sondagem de sua origem ou de suas múltiplas origens, é comum partir-se para uma abordagem estrutural do fenômeno que assume caráter difuso, a fim de rastrear ou simplesmente analisar os elementos que o constituem, não com o propósito de estabelecer uma “*paleoestrutura*” ou “*paleoestruturante*” condição, mas no sentido de buscar compreender os liames que conectam a totalidade. É esse o propósito aqui estabelecido.

Não se pretende aqui considerar, portanto, um apanhado difuso sobre a capacidade operacional ou mesmo filosófica da abordagem entre *totalidade e particularidade*. Tratar de fenômenos complexos é sempre um exercício delicado porque envolve um nível de abstração que desvia do objetivo pragmático da construção dos nexos para criar sentidos explicativos do particular, mas igualmente do todo. De qualquer modo, essa relação multicausal compreende entender que a relação entre distintas escalas, para ser uma totalidade aberta e móvel requer uma relação dialética; caso contrário, tornar-se-ia uma totalidade fechada (formal-sistêmica). (Cf. LEFEBVRE, 1955).

Como se vê, não se trata simplesmente de uma abstração apenas geográfica, da escala *mundo* para a escala *lugar*, até porque a particularidade em questão envolve aqui, também, a atuação individual que se quer aprofundar no capítulo 2 desta tese. Não é, portanto, tão somente uma escala geográfica nos termos colocados, por exemplo, em Castro (1995), quando apresenta a noção de abrangência espacial de um fenômeno, mas algo próximo a uma compreensão da totalidade e do particular, diante da qual a noção de totalidade viria a ser não apenas a compreensão trans-escalar geográfica (lugar-mundo), senão também a compreensão em história de um procedimento regressivo-progressivo, que embute a ideia de continuidade-descontinuidade.

A ideia de *totalidade* envolve simultaneidade, múltiplas determinações, contradições, entre outras características. Porém, há de se esclarecer o que a ideia não comporta: totalidade não é a soma de todas as coisas, não é *tudo*. **A totalidade significa uma generalização que requer uma hierarquização de atividades de elementos.** Como define Henri Lefebvre: “Assim, eu observo uma mulher compra açúcar, um homem em um café. Para compreendê-los, eu chego a toda a sociedade atual, a toda sua história. Eu descubro um emaranhado de causas e de efeitos, de ações recíprocas, de ‘esferas’, de essências escondidas; a vida deste homem ou desta mulher, seus ofícios, suas famílias, seus níveis sociais, suas classes, suas biografias, etc. Portanto, também, a ‘estrutura global’ do capitalismo. Mas o pequeno fato inicial aparece ainda mais rico e complexo em sua humildade do que as essências, as leis e as profundidades implicadas. A análise econômico-social alcança determinações essenciais, mas não a esgota. O psicólogo, por exemplo, ou o fisiologista, podem encontrar aí um objeto para suas pesquisas.” [“*Ainsi, j’observe cette femme qui achète du sucre, cet homme dans un café. Pour les comprendre, j’en arrive à tout ela société actuelle, à toute son histoire. Je découvre un*”

O Brasil daquele momento era um país em vistas de se consolidar enquanto unidade territorial e política, e que com o tempo vai se consolidando, embora se deva reconhecer que até hoje não se trata de um território plenamente construído²²⁵. Não deixa de ser, portanto, uma abordagem retrospectiva até aquela “geografia de então”.

Dentro daquilo que aqui é possível se apreender, mesmo que parcialmente e de maneira portanto incompleta, torna-se importante frisar o contexto da construção da ideia de Estado-nação no quadro da modernidade, observando como o Brasil está situado nesse dinamismo que é originalmente europeu, e que se espraiou enquanto processo de ocidentalização do mundo a começar pelas Américas. A ideia político-ideológica de Estado-nação é europeia, mas a sua concretização enquanto forma de organização política moderna aconteceu muitas vezes *pari-passu* a experiências concretizadas nas Américas²²⁶. A esse respeito, não é de se estranhar quando os fatos afirmam, por exemplo, que os Estados Italiano

*enchevêtement de causes et d'effets, d'actions reciproques, de 'sphères', d'essences cachées: la vie de cet homme ou de cette femme, leur métier, leur famille, leur niveau social, leur classe, leur biographie, etc.... Donc aussi la 'structure globale' du capitalisme. Mais le petit fait initial apparait comme encore plus riche et complexe, dan son humilité, que les essences, et les lois et les profondeurs impliquées. L'analyse économique-sociale atteint des déterminations essentielles, mais ne l'épuise pas. Le psychologue, par exemple, ou le physiologue, peuvent y trouver un objet pour leurs recherches.”] (LEFEBVRE, *Op. Cit.*, p. 65).*

É preciso dizer, complementarmente, em atenção aos nexos históricos, que os pontos de interseção entre *totalidade e singularidade* comportam aquilo que Mary Del Priory (2009) sintetizou ao tecer uma interessante reflexão acerca da produção biográfica, que se traduz na interpretação de *quando o indivíduo encontra a história*. Ou seja, ultrapassa-se a exclusiva ênfase às análises históricas estruturalistas e se considera a importância de se estudar o indivíduo ou grupos de indivíduos para se compreender a própria coletividade, situando uma época e uma sociedade. O indivíduo é visto como ator da história, mas também como alguém que é implicado por ela. E essa conjuntura – conforme apregoaria a *Nova História* da qual (ênfatisa Del Priory...) Fernand Braudel seria um dos expoentes – apresenta-se de forma complexa, múltipla, porque possui diversos componentes particulares que carecem de serem explicitadas, ainda que parcial e precariamente. Cf. LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. *Cahiers Internationaux De Sociologie*, vol. 18, 1955, p. 55–77. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40688912>; Cf. CASTRO, Iná E. O problema da escala. In. CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo César da C. *Geografia: conceitos e temas*. 7a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 117-140; DEL PRIORY, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Revista Topoi*, v. 10, n. 19, 2009. p. 7-16. Ao lembrar de Braudel, Del Priory (2009) toma-o como exemplo a partir de sua principal obra “O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II”. Cf. BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

²²⁵ “País de dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos no mundo atual a não ter seu território ainda plenamente construído, sua área de soberania excedendo seu efetivo espaço econômico, o que faz com que o país conheça – até na atualidade – dinâmicas fronteiras de povoamento e situações de apropriação de meios naturais ‘originais’. Assim, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial (ainda em curso), cuja gênese remonta ao expansionismo lusitano. Desse modo, o país tem por antecedente o signo da conquista de espaços, situação que marca profundamente o seu desenvolvimento.” Cf. MORAES, 2011, p. 24.

²²⁶ “O final da era dos movimentos vitoriosos de libertação nacional nas Américas coincidiu em boa medida com o início da era do nacionalismo na Europa.” Cf. ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 107.

e Alemão, tal qual hoje estes se apresentam (enquanto Estados-nação modernos...), se consolidaram depois de muitos países sul-americanos, a exemplo do Brasil²²⁷.

Na perspectiva da compreensão multi-escalar dos fenômenos históricos, começa-se a partir de uma abordagem panorâmica (sintética...) ao estilo do que foi feito por Bosi²²⁸:

Politicamente, os anos que assistiram à criação dos novos Estados-nação na América Latina foram marcados por uma considerável instabilidade que refletia tanto os desdobramentos ideológicos da Revolução Francesa e do interregno napoleônico quanto a crise do exclusivo colonial. No caso brasileiro, essa instabilidade prolongou-se durante os anos da Regência. (BOSI, 2012, p. 225)

É interessante recobrar, ainda nessa escala de mundo ocidental e o seu rebatimento na América Latina, a importância da dupla revolução do século XVIII e os seus desdobramentos variados no século XIX²²⁹. Não seria somente importante recobrar o papel da Revolução Francesa no amanhecer dos Estados e das nações, mas igualmente a própria Revolução Industrial enquanto eclodir de nova base técnica na produção e reprodução do espaço geográfico sob a égide de uma nova lógica de acumulação capitalista, empreendida a partir de então na presença articulada da ciência e da técnica no território, base do existir e do devir de toda sociedade.

Dentro do quadro conceitual oferecido por Santos (1985/2011; 2004), no qual ele faz um esforço de periodização das técnicas sem se descuidar das peculiaridades inerentes a cada lugar com relação ao processo de modernização, a Revolução Industrial inaugurara o período

²²⁷ Há obras clássicas que dão conta em explanar a sequência histórica pela qual ambos os Estados passaram até assumirem a configuração dos respectivos *mapas políticos* atuais. Hobsbawm (2009) destaca o movimento revoltoso em vários focos na Europa em 1848, a chamada “primavera dos povos”, como um marco da afirmação das nacionalidades: “Alemães, italianos, húngaros, poloneses, romenos e o resto afirmaram seu direito de serem Estados independentes e unidos, envolvendo todos os membros de suas nações contra governos opressores, como fizeram os tchecos, croatas, dinamarqueses e outros (...)” (p. 138) Essa onda de 1848 também influenciou a chamada “Revolução Praieira”, de viés liberal, republicano e federalista, sendo a última revolta do período imperial. (Cf. ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 2007; 2008; 2009 – em particular Capítulo 5 - *A construção das nações*; entre outros).

A Alemanha, ao tempo de publicação do *Compêndio de Geografia de Justiniano* (em particular da 2ª edição, de 1850), era, em verdade, a Confederação Germânica (conforme aponta Hobsbawm, *Op.Cit.* e outros; arranjo político oriundo do Congresso de Viena, em 1814, após o término das Guerras Napoleônicas), mas a obra didática apresentava a fragmentação política de Estados autônomos que só mais tarde, 1870/1871, se unificariam. No mencionado *Compêndio*, “Alemanha” aparece separada das “Cidades Livres, Baviera e Saxônia”, da “Prússia” e da “Áustria” (sendo que esta, efetivamente, seguiu outra trajetória jurídico-política e territorial no contexto do Império Austro-Húngaro). Quanto à Itália, é apresentada no opúsculo de Justiniano unificada ao menos na identificação da Península Itálica.

Cf. HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007; Idem. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008; idem. *A Era do Capital, 1848-1857*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

²²⁸ BOSI (2012).

²²⁹ HOBBSAWM (2007).

denominado *técnico-científico*²³⁰, que caracterizou a sociedade industrial e no qual o Estado Imperial estava inserido durante toda a sua existência enquanto país periférico. Em outros termos, e com a devida adequação, a sociedade brasileira, muito embora não fosse industrial (era agromercantil...), inseria-se num mundo que começou a se industrializar a partir de alguns polos centrais de inovação, economia e poder (Inglaterra primeiro, depois França, nordeste dos Estados Unidos, etc.)²³¹.

Nessa dinâmica da análise escalar da história e da geografia, o Brasil encontra-se concebido num enquadramento de capitalismo tardio²³², sendo esse sistema socioeconômico um dos elementos principais caracterizadores daquele mundo²³³.

E para tornar o raciocínio mais claro, é preciso recobrar igualmente a importância dos estudos sobre a *difusão de ideias e das inovações* (da modernidade, portanto), tão caros às análises geográficas²³⁴, incluindo no bojo, enquanto ideias, os sistemas socioeconômicos, considerando seus aspectos produtivos e ideológicos, simbioticamente relacionados. A história de um dado lugar não deixa de ser resultante dos fluxos característicos da difusão. A definição das peculiaridades de um lugar diante de um todo pressupõe, portanto, a análise do

²³⁰ “O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia a natureza aquilo que considerava fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo. **O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX veem a mecanização do território: o território se mecaniza.** Podemos dizer, junto com Sorre (1948) e André Siegfried (1955), que esse é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. Já, hoje, é insuficiente ficar com esta última categoria, e é preciso falar de meio técnico-científico, que **tende a se superpor, em todos os lugares, ainda que de modo desigual, ao chamado meio geográfico.**” (SANTOS, 2013, p. 38. Grifos nossos).

Cf. SANTOS, Milton. O Período Técnico-Científico e os Estudos Geográficos. *Revista do Departamento de Geografia*, V. 4, 1985/2011. Pp. 15-20. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47092> ; Idem. *A Urbanização Brasileira*. 5a ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

²³¹ HOBBSAWN (op. Cit.).

²³² MORAES (2011). (Rever neste trabalho a nota 216).

²³³ Obviamente do atual também, afinal, a expansão desse sistema criou hoje o mundo globalizado, interconectado, mas igualmente submetido à lógica de acumulação de capital que prevalecia desde muito, inclusive desde aquela época aqui retratada.

²³⁴ Naturalmente falamos de uma versão atualizada, crítica, da *Teoria da Difusão* desenvolvidas por Milton Santos (2003) e por Carlos Alberto Silva (1995), por exemplo. Cf. SANTOS (2003); SILVA (1995).

impacto seletivo, em diferentes épocas, das variáveis correspondentes²³⁵.

A variedade e a intensidade dos processos gerais – interconectados – imprimem realidades espaço-temporais distintas, concomitantes e mesmo complementares. E dessa ideia surge a noção de Divisão Territorial do Trabalho²³⁶, anelada a outras noções de totalidade, como *economia-mundo* de Braudel²³⁷ ou *sistema-mundo* de Wallerstein²³⁸.

Colocados até aqui esses elementos de escala mais abrangente, a formação do Brasil pode ser enquadrado nesse amplo processo de expansão do ocidente, herdando sua estrutura estruturante socioespacial. Mas como dito por Moraes (2008; 2009; 2011), esse processo assume uma particularidade na América Latina proveniente das peculiaridades de cada uma das metrópoles ibéricas. A soberania dinástica vai criando sua jurisdição territorial baseada na dinâmica de ocupação em fronteiras difusas e legitimadas em tratados sucessivos. Os tratados de Madri (1750), Santo Idelfonso (1777) e Badajós (1801) foram os últimos que ajudaram a consolidar o espaço exclusivo de um Estado Monárquico. No interregno em que viveu Justiniano, o único “pedaço de chão” que ainda não fazia parte da representação do Brasil e nem de suas posses territoriais formais era o Acre, definido somente em 1903 no Tratado de Petrópolis.

Evidente que esses tratados não assumiram desde então um estatuto de verdade incontestável. O Brasil do mapa não era o Brasil da realidade. As linhas fronteiriças só estavam

²³⁵ A noção de processos de difusão devem ser caracterizados por cada momento histórico, pois fatores impulsionadores do fenômeno são particulares a cada fase da difusão. Quanto a isso, Milton Santos (2003) aponta que para ser efetiva, a geografia deve seguir dois caminhos paralelos: “Por um lado, ela deve levantar a história da mudança de um dado lugar ao longo de um segmento de tempo selecionado: por outro, ela deve acompanhar a disseminação de um ou mais fatores de modernização sobre uma porção do Globo mais ou menos dimensionável. [Então recupera-se a frase mencionada na Introdução desta tese...] Talvez seja por esta razão que Jean Brunhes considera a geografia histórica ‘o aspecto mais complicado da geografia humana’, uma vez que ela é ao mesmo tempo ‘o empreendimento mais audacioso e aventureiro e, todavia, aquele que (...) em virtude de uma singular ilusão tem parecido o mais fácil’”. (p. 44)

²³⁶ “Qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção *strictu sensu*, implica na utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial. Essa divisão territorial, não sendo alheia aos dados objetivos representados pela diversidade das condições naturais, é a dimensão espacial das formas de divisão social do trabalho.” GOLDENSTEIN & SEABRA (1982), baseados na leitura de Alain LIPIETZ. (Cf. LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. François Maspero, Paris, 1977 *apud* GOLDENSTEIN, Léa & SEABRA, Manoel. *Divisão territorial do trabalho e a nova regionalização*. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1, 1982. Pp. 21-48.

²³⁷ Original em sua empreitada ao tecer uma leitura da formação histórica do capitalismo, o conceito de economia-mundo aparece inicialmente na obra “O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Philippe II” (1949), procurando caracterizar os aspectos econômicos daquela região. Depois, contudo, desenvolve o conceito na obra de três volumes, “Civilização Material, Economia e Capitalismo”. Cf. BRAUDEL (1995); Idem. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (v. 1); 1996 (v. 2); 1996a (v. 3).

²³⁸ WALLERSTEIN, Immanuel M. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

precisas na imagem cartográfica. A imprecisão era própria da dinâmica não só interna, mas externa também²³⁹.

Antes mesmo de Justiniano vir ao mundo (1811), o mapa já tinha se modificado em função das profundas mudanças no *status* político da América portuguesa com a chegada da família real em 1808. Eram tempos de guerra na Europa, Guerras Napoleônicas; enquanto Portugal caía nas mãos das tropas francesas, a Guiana era apropriada quase a título de desforra. No cone sul, a província Cisplatina era o dado concreto na geopolítica joanina; esmerava-se o então Príncipe Regente – ao lado da ambição da consorte, Carlota Joaquina, em área ainda maior, aproveitando a ausência de soberania espanhola na Bacia do Prata.

Essas questões territoriais vão se resolvendo mesmo depois da volta de Dom João VI a Portugal, em 1821. A Guiana volta para a posse francesa, e a Cisplatina torna-se independente sob o beneplácito de Dom Pedro I. Antes de ir embora, contudo, Dom João opera mudanças profundamente substanciais na antiga América portuguesa. Desde sua chegada, o centro político-administrativo muda o eixo geopolítico do Império Lusitano. Os fluxos comerciais saem de Lisboa e encontram no Rio, através da abertura dos portos (1808), um aumento considerável das relações de interesse do Brasil – já erigido ao grau de “Reino Unido a Portugal e Algarve” (1815) – à então potência industrial e marítima, a Grã Bretanha.

Era uma relação privilegiada certamente porque a Inglaterra – na condição de inimiga ferrenha de Napoleão – foi desde aqueles anos uma apoiadora moral e prática da transferência da Corte portuguesa, assumindo um papel ainda mais relevante a partir dos tratados de 1810, quando produtos ingleses passaram a receber tarifas privilegiadas. Desde então a presença dos interesses ingleses só aumentava e se constituía em fator de constante pressão na vida política e econômica daquela vasta possessão lusitana, que antes mesmo da transferência da Corte de Lisboa para o Rio, já se constituía em principal fonte de renda tributária para o Império Luso.

O país pioneiro das indústrias, a “Oficina do Mundo”, fazia das Américas uma de suas prósperas frentes de expansão capitalista.

Da transferência da Corte até o período de atividade intelectual de Justiniano (1835-1862), a Inglaterra se tornara artífice importante na consolidação da independência brasileira e nas relações internacionais do Império. O próprio reconhecimento inglês quanto à

²³⁹ “(...) a questão territorial emerge episódica nas grandes obras da historiografia brasileira. Geralmente envolta numa concepção jurisdicista, que, - tomando-a como história diplomática – só aprende o plano de legitimação formal na definição das fronteiras. De eixo motivador da colonização, a conquista de espaços torna-se questão menor, definida em grande parte na arena das relações intereuropeias. Daí serem estabelecidas como as grandes datas da história territorial brasileira, as da assinatura dos tratados de Madri e Santo Idelfonso. Reduz-se a conformação do território à confirmação legal de seus limites, tornando a história do território um estudo do estabelecimento das fronteiras.” (MORAES, 2011, p. 25).

legitimidade política da emancipação do país foi fator negocial de relevante continuidade das relações sempre desiguais: exportação de produtos agromercantis, importação de produtos industrializados e capital voltado a estabelecimentos e negócios diversos, aumentando a relação de dependência que só se alteraria na guinada da política externa republicana em direção à “América”, durante a chancelaria do monarquista Barão do Rio Branco.

Os portos da antiga colônia, tão habituados a navegarem somente para Portugal em função do exclusivismo metropolitano do comércio, passam a criar laços com parceiros estrangeiros e a aumentar a navegação de cabotagem em direção à Corte. Os fluxos do estrangeiro traziam consigo as ideias e as práticas modernas que alimentaram os enclaves urbanos em diferentes regiões daquele Brasil conectado rarefeitamente por cabotagem entre si, configurado predominantemente em arquipélago comercial. Era esse fator geográfico, de relativo isolamento, o embrião de diversos projetos de emancipação política e econômica, apesar da subordinação comum à Corte, antes mesmo da independência.

Importante considerar que o pacto colonial vigente até a abertura dos portos já havia sido quebrado em certa medida pelos portos clandestinos que alimentavam um comércio ilegal de escravos. Brasil e África burlavam a exclusividade lusitana²⁴⁰, e assim permaneceu após a independência. O tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra encontrara uma ratificação entre Brasil e Inglaterra a partir de 1826²⁴¹.

²⁴⁰ “As relações comerciais diretas entre Bahia e a Costa de Minas e entre o Rio de Janeiro e Angola, no tráfico de escravos, que permaneceram após a Independência seriam demonstrações cabais de que o monopólio português sobre as transações comerciais não era exercido de maneira absoluta.” Cf. FARIA, Sheila de Castro. Abertura dos portos. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 15.

Conferir também: ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1926-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²⁴¹ As marcas de uma periferização já tinham se constituído durante o período colonial, e embora tenham mudado de feição após a independência, não deixaram de existir. No caso particular do Brasil, os sinais dessa dependência já se manifestavam durante o próprio movimento de emancipação política em relação a Portugal (1822, 1823...). Até hoje, curiosamente, as marcas desse período criaram memória nas ruas brasileiras; no Rio de Janeiro, por exemplo, no bairro da Tijuca, dá nome a uma de suas ruas o distante (no tempo e no espaço) Almirante Cochrane, escocês de nascimento, cujos restos mortais repousam no piso da distante Abadia de Westminster, em Londres. A homenagem a este oficial naval britânico não veio a título de acaso: ele ajudou nas guerras de independência de diferentes países da América do Sul (Chile, Perú, Brasil), tendo sido o Comandante da Armada Imperial Brasileira durante não só os conflitos da independência, como também na repressão da Confederação do Equador (1823).

E já em 7 de novembro de 1831²⁴², quando então exercia o poder do Império uma Regência Trina, promulgava-se uma Lei que proibia o tráfico de escravos. A lei declarava livre todo o escravo vindo de fora do Império, prometendo impor severas penalidades aos infratores. O liberalismo inglês até então não sufocara tanto este comércio que aumentara em volume até mais do que antes, porque os poderosos interesses internos dos traficantes faziam os dirigentes regenciais afrouxarem no controle do tráfico e refratarem qualquer ameaça afrontosa à soberania do país em vistas de possíveis pressões externas.

Essa permissividade nacional ao tráfico passou a ter um limite a partir do momento em que a potência britânica, então xerife dos mares, passou a apertar o cerco sobre a atividade ilegal. E em atitude audaciosa, passara a estender a repressão das leis às ações efetivas, operando na costa litorânea do Império, no mar territorial e mesmo em alguns portos, ferindo frontalmente a soberania do país e humilhando a altivez dos estadistas e patriotas de plantão.

Faria (2008a) diria que mesmo com a queda do gabinete conservador e a ascensão liberal num pequeno intervalo,

(...) manteve-se a posição não intervencionista do governo na esfera do tráfico, deteriorando-se ainda mais as relações anglo-brasileiras. Em 13 de março de 1845, expirou o tempo estabelecido pela convenção de 1826 para a vigência do patrulhamento inglês a navio brasileiros. Mas os problemas se complicaram com a decisão da Inglaterra em manter o apresamento de negreiros. O ministro das Relações Exteriores, Limpo de Abreu, tentou negociar um novo tratado, mas, na Inglaterra, um projeto já em curso no Parlamento transformou-se em lei – a *Bill Aberdeen* – em 8 de agosto de 1845, levada a efeito por lorde Aberdeen, ministro dos Estrangeiros britânico. Por meio dela, o tráfico foi considerado pirataria, passível de ser julgado como crime e sujeito à repressão de qualquer nação, independentemente de acordo entre os países. A medida desagradou a todos no Brasil, incluindo os partidários da abolição do tráfico²⁴³.

A resposta do Brasil evidentemente se restringiu a notas diplomáticas de repúdio e a dificuldades impostas em transações comerciais. A balança de poder todavia era desigual. Coube aos próprios britânicos, interessados no princípio do “livre comércio”, tratarem de

²⁴² Trata-se da famosa “lei para inglês ver”. Sobre seus detalhes, assim se manifesta o historiador Parron (2016): “Aprovada após a vigência do tratado anglo-brasileiro de 1826, que previa a supressão do tráfico a partir do fim de 1830, essa lei, por iniciativa do próprio Parlamento, ampliara o âmbito de incidência e o repertório de condutas puníveis do acordo. Enquanto este tratava apenas os africanos apreendidos em alto-mar e do julgamento das embarcações, aquela declarou livres os africanos introduzidos em terra firme e inculpou marinheiros e proprietários de escravos implicados no contrabando. Com essas disposições, o diploma era uma bomba-relógio: quanto maior a entrada de africanos, menor a segurança jurídica da propriedade escrava, ou seja, menor o amparo legal do proprietário escravista.” (Cf. PARRON, 2016, p. 23).

²⁴³ Cf. FARIA, Sheila de Castro. Bill Aberdeen. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 94-95.

retomar iniciativas que assumiriam relações recíprocas em parâmetros menos conflitivos²⁴⁴.

A partir de 1850 as pressões britânicas retomaram com vigor, e desde então esse valor decisivo do liberalismo econômico encontrou ressonância na legislação nacional, nascendo daí a iniciativa da Lei Euzébio de Queiróz, que proibia definitivamente o tráfico de escravos, em 4 de setembro daquele ano, e, 14 dias depois, em 18 de setembro, a Lei de Terras, que engessaria a estrutura fundiária do país, perpetuando o legado da concentração de terras, doravante substituindo o cativo pela terra enquanto moeda de troca. Ali foi o gatilho inicial para a desestruturação das fontes de renda dos poderosos senhores de engenho, barões de café e demais agentes que se locupletavam com o comércio infame.

Em suma, fatores exógenos impuseram mudanças internas viscerais capazes de conservar um arranjo político, econômico e espacial bastante excludente do ponto de vista da perspectiva daqueles que vislumbravam um acesso democrático à terra.

Mas esses fatores externos também partiram de outros atores além da própria Inglaterra. Ao norte, na Bacia Amazônica, a interiorização em direção aos “fundos territoriais” só se dava através de navegação. A inovação técnica do navio movido a vapor suscitaria mais tarde a iniciativa de Barão de Mauá (futuro Visconde...) em difundir-la àquelas águas cobiçadas pelo país do Norte da América (os Estados Unidos), igualmente na vanguarda da industrialização que caracterizava o centro dinâmico do capitalismo industrial.

Outro fator de preocupação proveniente de questões extra-locais durante o período em que Justiniano e seus contemporâneos viveram, dizia respeito à região bem disputada da Bacia do Prata. Neste caso, foram episódicos e decisivos momentos de disputas e afirmação territorial que alimentaram o dissenso entre o Império e alguns dos vizinhos do cone sul.

Naquela “geografia de então”, os momentos de tensão da política no plano externo certamente foram suplantados (ao menos durante a regência) por outros mais intensos no caso da política interna, estando de certa forma submetidos à dinâmica relacional entre a “core-área” do Império, inicialmente parte da chamada região de agricultura agro-mercantil-escravista e depois particularizada, e as demais regiões.

²⁴⁴ Por exemplo: “(...) em 1846, através do *Sugar Duties Act*, que permitia a entrada, no mercado inglês, de açúcar produzido por escravos, em particular do Brasil e de Cuba.” *Op. Cit.*

1.3.3 Escalas: a região de agricultura mercantil-escravista²⁴⁵ e sua “core area” no Império

O processo de expansão territorial até a independência havia estabelecido um mapa político bastante generoso em termos de possessão. Sem dúvida era resultado de um complexo processo não-linear de configuração de uma dinâmica retroalimentadora entre Metrópole e diferentes regiões da Colônia. Sobre esse legado deixado pelo processo colonizador ao país independente, é válido considerar:

A colonização americana inicia-se com a instalação de *enclaves*, que atuam como bases de difusão do processo. Estes evoluem para *regiões*, quando passam a abarcar espaços mais dilatados, que abrigam assentamentos e fluxos permanentes e consolidados. Tais conjuntos regionais, em suas articulações e complexizações, acabam por conformar efetivos *territórios* na América colonial, que apresentam uma divisão interna do trabalho com zonas de produção especializadas. Tais organizações espaciais, dotadas de instalações e assentamentos (e de fundos territoriais), com sua lógica de disposição das atividades e equipamentos no espaço, emerge como um dos elementos significativos da “herança colonial” das formações periféricas.²⁴⁶

O quadro natural em seus domínios morfoclimáticos, associado a processos ímpares de ação social, torna a realidade colonizadora muito distinta do ponto de vista do povoamento e da exploração econômica. O recuo retrospectivo à organização político-administrativa colonial possibilita fazer um exercício descritivo diacrônico até a beira do período imperial no qual primeiro reinado, regências e início do segundo reinado se inscrevem, tempos esses justapostos à vida do personagem aqui retratado.

A maneira com que a Coroa Portuguesa planejou estrategicamente a exploração de suas posses americanas começa pela criação do regime de Capitânicas Hereditárias, em 1543,

²⁴⁵ Originalmente encontrado enquanto título do 2º item da obra *O Tempo Saquarema*, de Ilmar de Mattos (2017) convém aqui reconhecer que o termo “região de agricultura mercantil-escravista” foi concebido no bojo de uma bem sucedida formulação teórico-empírica do citado autor, que aqui cabe ser recobrado como forma de reconhecimento e tributo, mas como maneira de relacioná-lo de certa forma ao prolegômeno reflexivo feito tanto na introdução desta tese, quanto mais detidamente no presente item deste capítulo: pergunta Mattos para logo a seguir responder: “o que constitui uma região no espaço colonial? [Segue ele mais adiante...] Ora, a pergunta (...) é o primeiro indicador para sua resolução quando localiza a região numa colonização de exploração, nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, quando impõe o cruzamento das dimensões espacial e temporal e procura apreender a região como algo dinâmico. E isso porque, se a região possui localização espacial, este espaço já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por ser um espaço socialmente construído, da mesma forma que, se ela possui localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico, o tempo da relação colonial. Desse modo, a delimitação espaçotemporal de uma região existe como materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais. Ou dizendo de outra maneira: a região – com base nos referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social – só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos quanto os externos.” (MATTOS, 2017, p. 35-36).

²⁴⁶ MORAES, 2011, p. 23.

além do estabelecimento de um Governo Geral na Bahia (1549). De 1572 a 1578, o Governo Geral foi dividido entre Salvador e Rio de Janeiro, sendo refeita essa organização até 1612. A partir do século XVII, mais precisamente em 1621, a Coroa Portuguesa institui dois Estados independentes entre si e dependentes exclusivamente a Lisboa, em que o Estado do Brasil encontra sede em Salvador e o Estado do Maranhão tem em São Luís uma importância correspondente. Passado o significativo período da União Ibérica (1580-1640), no qual os processos sociais fazem o marco de Tordesilhas perder o seu sentido e as vilas e cidades serem criadas em grande parte pela iniciativa de donatários em suas sesmarias, vê-se instituir o modelo de dinâmica política, jurídica e administrativa representado pelas câmaras municipais. Corre junto a todo esse processo os eixos de ocupação e vida na colônia, a apropriação do solo, a exploração produtiva, a defesa do território e a prática da fiscalização enquanto faceta do controle colonial. “Em outros termos, tratou-se de um processo simultâneo de construção de uma sociedade e de um território, de uma sociedade que tinha na construção do território forte elemento de identidade”²⁴⁷.

A geopolítica colonial encontrou nessas ocupações um instrumento de apropriação territorial em vistas do empreendimento exploratório, mas o seu controle esbarrava em alguma medida na dinâmica dos poderes locais exercidos no âmbito das câmaras municipais. Tratava-se de uma cristalização da diferença estabelecida entre colonizadores e colonos, em que os primeiros eram agentes metropolitanos e os últimos eram braços da face exploratória da colônia. Havia portanto uma simbiose estabelecida pelas regras exploratórias da Metrópole, mas contraditória na forma devido aos termos em que se estruturavam o exclusivismo comercial²⁴⁸. As demais classes (povos originários, cativos africanos, demais contingente de pessoas livres) eram os colonizados em variadas formas de subordinação: subordinação violenta para os cativos e indígenas; subordinação dos homens livres baseada em trocas de favores com os senhores de terras e escravos (fazendeiros) ou senhores de terras, escravos e moendas (no caso dos senhores de engenho, topo da hierarquia social entre colonos²⁴⁹).

²⁴⁷ MORAES (*Op. Cit.*, p. 24). Moraes (*idem*) também ressalta que a história brasileira contada por alguns discursos historiográficos e geográficos partiu da ocupação territorial fundamentada por motivações especificamente econômicas, e não através de uma ótica geopolítica do colonizador. “A visão dos ‘ciclos econômicos’ no processo de formação do país introduz, ainda, um recorte regional que deixa descoberta a avaliação do país como um todo.” (p. 25)

²⁴⁸ Tais contradições são muito bem refletidas por Mattos (2017) no item “A moeda colonial” do primeiro capítulo de “O Tempo Saquarema”.

²⁴⁹ Lembra-se aqui o clássico “Casa Grande & senzala”. Cf. FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. Rev. São Paulo: Global, 2006.

No interstício entre os séculos XVI e XVIII, muitas medidas organizativas se sucederam, procurando criar e fortalecer o monopólio metropolitano do comércio. Isso não se deu de forma alheia aos planos dos poderes locais encontrados em vilas e regiões. Na ausência de uma autoridade central proveniente da figura de um governador geral, então representante máximo do rei na América, eram os interesses locais, sob o comando dos senhores rurais, que dominavam e exerciam as funções administrativa, policial ou jurídica. Isso significa dizer que a estratégia de criação de capitânicas hereditárias era difusa e em geral mal sucedida; a de concessão de sesmarias criava a figura do donatário, que passava a ter o direito de instalar núcleos de povoamentos e vilas²⁵⁰, mas em geral era nas câmaras municipais que o poder local consolidava a política de colonização²⁵¹.

Durante o longo período colonial, o Estado do Maranhão (ou Grão Pará e Maranhão), no qual se aglutinava a dinâmica exploratória nas terras correspondentes aproximadamente aos atuais estados do Ceará, Piauí, Maranhão e de toda a hileia, particularizava-se a partir da criação de núcleos de povoamento, especificamente encabeçados por São Luís, mas sobretudo por Belém em se tratando de Amazônia, comandando, a capital paraense, o processo de

²⁵⁰ "A elevação de um povoado à categoria de vila não refletia necessariamente a sua importância demográfica, econômica ou social, mas era basicamente o resultado de uma política de colonização adotada pelas autoridades coloniais. (...) a carta para o estabelecimento de uma vila era concedida pelas autoridades maiores (donatários ou o próprio Rei) a organização política de um núcleo antecedia a sua organização social." (Oliveira Viana, 1952 apud PERIDES, 1995, p. 80).

"As vilas e cidades, consideradas teoricamente como núcleos urbanos do Brasil Colônia, não passavam em sua maioria esmagadora, de modestos agrupamentos com características tipicamente rurais. As exceções maiores foram representadas pelas vilas ligadas à mineração e pelos centros mercantis do litoral, onde esses núcleos conseguiam assumir características urbanas." (PERIDES, 1995, p. 80).

Cf. PERIDES, Paulo Pedro. A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro. *Revista do Departamento de Geografia, FFLCH/USP*, V. 9, 1995. p. 77-91. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.1995.0009.0007>

²⁵¹ Os senhores rurais e seus representantes constituíam o restrito grupo chamados de "homens bons", engendrando artifícios da hegemonia política entre os eleitores locais das câmaras municipais. Essa dinâmica local, no entanto, foi alterada por um movimento de centralização e maior presença do poder da Coroa durante o aparecimento da atividade mineradora, que contou com forte esquema de controle fiscal da produção, esmaecendo a figura dos poderes locais nessa região mineradora e seu entorno. Tratava-se de uma centralização vinculada ao poder real na Colônia, consubstanciada no deslocamento do poder político-administrativo das mãos dos proprietários rurais, que se institucionalizava através das câmaras municipais, para as mãos dos representantes do poder metropolitano na Colônia, principalmente os governadores das capitânicas. Era a substituição das "capitânicas particulares" pelas "capitânicas da Coroa", administradas por governadores ou capitães gerais, diretamente nomeados pela Coroa. Algumas "capitânicas hereditárias" - as menos prósperas no empreendimento a qual foram criadas, passaram a ser incorporadas pelas "capitânicas da coroa", facultando assim uma alteração nos limites jurisdicionais. E às áreas conquistadas que violaram a linha imaginária das Tordesilhas, como os territórios logrados no Centro-Oeste e Oeste do Brasil Colônia, deram sequência à criação de "capitânicas da Coroa". Das dezoito capitânicas particulares criadas durante o século XVI, apenas onze passaram para o século XVII, sendo sete absorvidas pela Coroa. Neste segundo século do processo expansionista, mais doze capitânicas particulares foram criadas nos Estado do Maranhão com o intuito de a iniciativa particular mobilizar o povoamento dessa região. Foram criadas as capitânicas hereditárias de Cameté (1620), Cumá ou Tapuitapera (1633), Caité ou Gurupí (1634) e outras criadas após a restauração da Coroa Portuguesa. Cf. PERIDES, *Op. Cit.*

entrada e interiorização dos agentes colonizadores, investidos de distintas tarefas operadas na intimidade da imensa bacia hidrográfica²⁵².

A outra região dos tempos coloniais seria marcada pela atividade agro-mercantil-escravista, inicialmente uma ampla e difusa área, contemplando sobretudo os estabelecimentos concentrados no litoral, que percorriam da sua porção norte do Estado do Brasil (atual Rio Grande do Norte) até as terras vicentinas, na porção mais ao sul daquela unidade político-administrativa colonial. A área compreendida era correlata à zona da mata, dando ênfase a criação das monoculturas de cana e outros gêneros secundários para o esquema metropolitano, além de pequenas lavouras de subsistência ou de abastecimento para consumo interno.

Apesar da importância dada à atividade mineradora, Mattos (2017) assevera que a atenção demasiada à perspectiva dos “ciclos econômicos” efetivada por alguns trabalhos historiográficos fez aparecer um hiato entre o “ciclo do açúcar” e o “ciclo do café”, configurando justamente uma lacuna que caberia ser explicitada para que o processo de diferenciação regional da área correspondente ao atual Sudeste ganhasse sentido na explicação da gênese da classe que assumiria o poder durante o Império – a classe dirigente.

O primeiro fator lembrado pelo historiador diz respeito à mobilidade demográfica em diversas direções após o esgotamento das jazidas auríferas. Duas dessas direções ganham relevância: uma delas segue rumo à então capitania e futura província do Rio de Janeiro, chegando a atingir uma parte da porção oriental de Minas Gerais, que ia ao encontro de um fluxo de povoamento proveniente de Cantagalo, na futura Província Fluminense. Nessa área surge uma relevante zona agrícola.

No outro fluxo migratório, que parte dos centros mineradores em direção à Serra da Mantiqueira, no que viria a ser o sul da província de Minas (Baependi, Airuoca e Pouso Alto), uma importante área agropastoril e de cultivo de fumo vai se configurando a fim de abastecer o mercado da cidade do Rio de Janeiro²⁵³. É do Sul de Minas que segue outro fluxo demográfico em direção ao médio Paraíba, onde encontra outros dois contra-fluxos

²⁵² Essas tarefas eram militares – no plano do controle; religiosas – no plano da aculturação dos povos originários; econômicas. No plano econômico, por exemplo, explorava-se o potencial extrativista das chamadas “drogas do sertão” na porção ocidental da região. Para além dos limites físicos da Bacia Amazônica, na porção oriental do então chamado “Norte” (futuro Nordeste...), as atividades envolviam a pecuária e lavouras subsidiárias. O domínio morfoclimático da Caatinga, por exemplo, chegou a desenvolver importante atividade pecuária, produzindo inclusive charque, mas depois, fatores como seca, associada à ascensão dessa atividade na porção meridional da Colônia em séculos vindouros, fez a mencionada atividade declinar regionalmente.

²⁵³ Cf. MATTOS, 2017.

provenientes de São Paulo e do Rio de Janeiro, no próprio vale onde passa a calha fluvial. Vilas como Pati do Alferes, São João Marcos e Resende perfazem aquela área naquele instante.

Além das áreas mencionadas, a atividade mineradora gerou no extremo sul da Colônia a oportunidade de fornecimento de charque e mula para aquela área. Em meio ao longo caminho, os tropeiros encontravam interpostos no interior da província de São Paulo. Esta última, por sua vez, contava com lavouras mercantis ou de subsistência (cana, arroz e certamente outros gêneros) que iam do litoral ao planalto, e que abasteciam as cidades tanto de Minas Gerais, quanto do Rio de Janeiro, além de fornecerem alternativamente escravos nativos. A produção “Serra acima” com o tempo passou a superar a produção do litoral paulista, mas seria menor do que em outras áreas da própria região, particularmente na porção Norte Fluminense, formada por Campo dos Goytagazes e outros pequenos núcleos.

É preciso dizer que em meio a esse processo de convergência de vários fluxos e ocupações passou-se a configurar uma das principais zonas produtoras de café durante a primeira metade do século XIX, que foi o Médio Vale do Paraíba. E desde então a região testemunhou a formação de uma ativa e representativa vida política²⁵⁴, que aos poucos foi se singularizando em relação às demais regiões da América portuguesa.

Além da dinâmica demográfica e de seus desdobramentos econômicos caracterizados pelo desenvolvimento das atividades produtivas e mercantis na relação com a própria cidade do Rio de Janeiro, o fator político e sociológico local ganhava maior proeminência. Não só Mattos (*Op. Cit.*), mas antes Gilberto Freyre (2006)²⁵⁵, Sérgio Buarque de Hollanda (2003)²⁵⁶, Maria Odila Dias (2005)²⁵⁷ e outros, assinalaram uma trama sociológica bem peculiar à formação da zona cafeeira no Vale do Paraíba e àquela região de modo geral (Rio, São Paulo, Minas): casamentos entre membros da Corte e filhas das principais famílias das localidades do interior.

²⁵⁴“(…) em 1829 [por exemplo], Resende, Valença, Parati, São João Marcos e Ilha Grande, municípios da província do Rio de Janeiro, Campanha e Baependi, da província de Minas Gerais, e Bananal, Areias, Cunha e Guaratinguetá, da província de São Paulo, reivindicaram a constituição de uma nova província: a província de Resende, que teria o núcleo urbano do mesmo nome como capital. Cf. *Op. Cit.* p. 59.

²⁵⁵ Cf. FREYRE (*Op. Cit.*).

²⁵⁶ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação. In: História geral da civilização brasileira; t. 2; v.3. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

²⁵⁷ DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

Esse processo é singular tendo em vista o que Dias chamou de “interiorização da Metrópole”, isto é, um processo que se aprofundou com a transferência da família real para o Brasil e com a transformação do Rio de Janeiro em sede do Reino Unido. Ora, desde que os comerciantes portugueses se viram prejudicados com a quebra do monopólio comercial com a abertura dos portos devido as pressões britânicas, passaram a se unir às grandes famílias rurais e aos interesses da produção local²⁵⁸. Tratava-se, como diriam Mattos (2017) e, antes dele, Sérgio Buarque de Hollanda (2003), os próprios

(...) negociantes ou soldados, ou ambas as coisas ao mesmo tempo; às vezes algum advogado ou magistrado, europeus de preferência ou brasileiros de primeira geração, que firmaram sua posição contraindo núpcias com filhas da terra e aplicando rendas em bens fundiários.²⁵⁹

Formavam esses últimos as “dinastias canavieiras e cafeeiras” na região, associando-se estas últimas à cidade do Rio de Janeiro pelo cosmopolitismo derivado da chegada da família real²⁶⁰. Enquanto isso, nas demais regiões, o elemento português denunciava essa diferenciação com a Corte, chamando o Rio de Janeiro de “Nova Lisboa”, e em eventos como a Revolução Pernambucana, em 1817, viam-se como “nativistas” ou “nacionais”, em comparação aos reinóis comerciantes da Corte, chamados de “pés-de-chumbo” ou “portugueses”.

A abertura dos portos, associada a interesses joaninos em integrar a Corte à porção meridional das possessões, provocara aumento significativo do fluxo comercial para o Rio de Janeiro. E junto com a integração via navegação de cabotagem entre províncias, e de longo curso entre Rio-Lisboa e outras cidades fora do continente, viriam aberturas de estradas

²⁵⁸ A historiadora, crítica às interpretações que vinculam demais os acontecimentos daquela época (de transição da colônia para o império...) a um plano muito geral (sobretudo numa visão que enfatiza uma imagem de colônia em luta contra a metrópole), chama atenção à importância de se valorizar um processo interno de ajustamento às mesmas pressões, “(...) que é de enraizamento de interesses portugueses e sobretudo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia.” (DIAS, *Op. Cit.*, p. 12)

²⁵⁹ Cf. MATTOS, 2017, p. 60. Grifos nossos.

²⁶⁰ Hollanda (2003), reforçado por Mattos (2017), descreve a natureza cosmopolita da Corte de então, enfatizando o papel dos estrangeiros na introdução de “novidades” e no papel de “ponto de encontro” assumido pela cidade para “burocratas e militares, de negociantes e capitalistas, de nobres e delegações diplomáticas; **a todos eles logo se agregariam os plantadores escravistas**”. (Idem, p. 62_ Grifos nossos). Destaca Hollanda: “A classe média da colônia, formada praticamente de pés-de-chumbo, principia agora a enriquecer-se de elementos porventura mais ativos (...), numa espécie de cosmopolitismo (...). Assim é que vemos tanoeiro e caixeiro dinamarqueses; lavrador escocês; marceneiro, caixeiro, copeiro suecos; colchoeiro e padeiro norte-americanos; sapateiro irlandês; boticário italiano. (...) E aparecem especializações profissionais por nacionalidades, de sorte que cozinheiros e livreiros são franceses; taverneiros espanhóis; relojoeiros, suíços. Contudo, encontra-se igualmente, entre franceses, grande variedade de profissões: as de pasteleiro, padeiro, confeitiro, alfaiate, jardineiro, serralheiro, marceneiro, ferrador, destilador de licor, fabricante de rapé e também mascates, estes, talvez, da raça dos bufarinheiros alsacianos, **que vão ser vistos na província fluminense bem mais tarde, durante a grande fase do café, a percorrer as fazendas** com suas bugigangas e quinquilharias do Velho Mundo.” (HOLLANDA, 2003, p. 15-16. Grifos nossos).

integrativas do interior com a Corte, melhorias substanciais com aberturas de ruas, iluminação, calçamento etc; ou seja, verdadeiras realizações materiais que aprofundaram a política da Corte em integrar-se ao Sudeste (ou ao “Sul”, conforme designação comum à época).

Importante salientar que junto a essas estradas, muitos lotes de terras eram doadas pelo *El Rei* para ocupar ainda mais a região e abastecer a cidade²⁶¹.

²⁶¹ “Destaque-se, ainda, que a abertura de estradas se fazia acompanhar de uma política de doação de sesmarias cuja finalidade era incentivar o povoamento e a colonização (...). Nessa ocasião, vastas glebas foram concedidas aos burocratas, grandes comerciantes e nobres que gravitaram ao redor da Corte (...)” (MATTOS, 2017, p. 63). Foram concedidas também a elementos estrangeiros: “(...) são os chamados a vir desenvolver nossa colonização rural, como em 1819, os suíços de Nova Friburgo, ou como os alemães do Conselheiro Langsdorff, em 1823.” (HOLLANDA, 2003, p. 16). Mas esses casos de colonização estrangeira não foram muito bem sucedidos porque, alegavam os suíços de Nova Friburgo, as terras oferecidas não eram boas. Segundo Mattos (Op. Cit.), esse detalhe contrastava com o tratamento recebido pelos burocratas e negociantes transformados em grandes proprietários rurais.

Além dos recém-chegados colonos estrangeiros, os pobres também não podiam ter títulos, e estabeleciam-se nos terrenos que sabiam não ter dono. “(...) Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto de seu trabalho.” (Auguste de Saint-Hilaire, 1822 *apud* MATTOS, 2017, p. 64).

E para ilustrar ou exemplificar ainda mais, é preciso dizer: o “homem rico” ou os “homens ricos” ganharam nome no relato de Mattos (Op. Cit.). Reúne-se uma enorme lista de velhos conhecidos de Justiniano da Rocha e que compunham aquela classe saquarema aqui tão mencionada: família Nogueira da Gama, família Carneiro Leão, entre outras. É possível, inclusive, notar como o “núcleo saquarema” tinha estreitos vínculos familiares com a dinâmica social, política e econômica nessa região agro-mercantil-escravista: Joaquim José Rodrigues Torres (futuro de Itaboraí) e Paulino José Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai) eram casados com as irmãs Maria e Ana Maria de Macedo Álvares de Azevedo, respectivamente, filhas do Major João Álvares de Azevedo e de Maria de Macedo Freire de Azevedo Coutinho; esta última, filha, por sua vez, de Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho (1747-1823), “Um importante plantador escravista nesta área (...) bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e capitão-mor de Cabo Frio. Era proprietário da Fazenda da Tiririca, na freguesia de Araruama, e dos engenhos de Fora e Sant’Ana. Da fazenda, cujo engenho de açúcar era servido por numerosos escravos e gados, trafegava os seus produtos para a cidade do Rio de Janeiro por meio de lanchas que navegavam pela lagoa de Araruama e saíam para o oceano pela barra de Cabo Frio. De seu casamento teve uma filha [a já mencionada Maria de Macedo Freire de Azevedo Coutinho]; esta casou-se, por sua vez, com o proprietário do engenho Itapacorá [Major João Álvares de Azevedo], e duas de suas filhas esposaram Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, e Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, no início do Segundo Reinado.” (MATTOS, 2017, p. 55).

Outro registro importante a se considerar nessas teias de relações familiares que dão o sentido de identidade de grupo que monopolizou o poder na condução de um país: Em 1833, o casamento de Paulino José Soares de Souza, então com 26 anos, com Ana Maria Macedo Álvares de Azevedo foi celebrado. “Ana Maria tinha 13 anos e era semianalfabeta. O primeiro presente de casamento que ganhou do marido foi uma boneca. Mas era neta do mestre de campo Alexandre Álvares Duarte de Azevedo, sargento-mor de Macacu, que chegara de Portugal em torno de 1750. De três casamentos, Alexandre deixou grande descendência de proprietários de engenhos e fazendas na região dos lagos do Rio de Janeiro, Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio. O pai de Ana Maria, João Álvares, tinha fazenda em Itaboraí. Casara-se com uma prima ligada aos Macedo Freire e Azeredo Coutinho. Esses últimos eram senhores de engenho no Espírito Santo e em Campos desde o século XVI, e proprietários de fazendas na região dos lagos e na baixada fluminense. Ilustres representantes dos Azeredo Coutinho foram d. Francisco Lemos, reitor da Universidade de Coimbra, e d. Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda. Outros representantes da família, Aureliano Coutinho e o irmão Saturnino, seriam adversários políticos de Paulino, Rodrigues Torres e Honório Hermeto [a trindade saquarena] após a Maioridade.” (Cf. CARVALHO, 2002, p. 14).

E se a genealogia prosseguir, é possível ainda avançar na descendência e chegar a uma figura conhecida da História da Geografia no século XX: Carlos Miguel Delgado de Carvalho, insigne intelectual, conhecido, entre outras coisas, por extensa contribuição à geografia brasileira; era bisneto tanto do Visconde de Itaboraí, quanto do Visconde do Uruguai. O primeiro por linha paterna e o segundo por linha materna. Cf. entre outros:

(...) a transformação de burocratas e negociantes em grandes proprietários rurais, a aproximação dos grupos nativos economicamente dominantes da Corte por meio de negócios, a união de famílias proprietárias pela conclusão de alianças matrimoniais, além da nobilitação [títulos nobiliárquicos...] de todos os que circulavam ao redor da Família Real. Possibilita perceber como na área polarizada pela cidade do Rio de Janeiro foi-se constituindo o feixe de forças políticas que concretizaria o rompimento com as Cortes em 1822²⁶².

E, dessa forma, definia-se o sentido da política de integração do Sudeste que a Corte buscava implementar, bem como se via processando na proeminência daquela “core-área” a construção de um “Império americano”.

O enraizamento dos interesses naquela região foi se contrapondo ao movimento derivado da Revolução do Porto (1820), dando ensejo a maiores apoios à emancipação política que ganharia contornos em 1822. Não queriam aqueles grandes proprietários rurais voltarem ao exclusivismo comercial a Portugal e à liquidação de seus negócios com o mundo. O cosmopolitismo comercial já havia imposto a sua dinâmica, e ganhara ainda mais força no reconhecimento britânico desse processo.

Mas como se é de subentender, nada é tão linear como numa narrativa. A complexidade se dá quando os interesses dessa nova classe de proprietários, agraciados com títulos, tira o foco exclusivo de seus interesses apenas à Corte, colocando-a lado a lado ao interesse de dirigir um projeto de Estado e de Nação.

Se as Cortes de Lisboa, num primeiro instante, apareciam com destaque, elas deixavam de ser o adversário exclusivo. Os interesses ingleses contrários ao tráfico negreiro intercontinental; os plantadores escravistas de outros pontos da região de agricultura-mercantil; os produtores interioranos, sobretudo do sul de Minas, ligados ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, e que se haviam projetado politicamente em âmbito local e provincial; os colonos das demais regiões; os escravos insurretos; e a malta urbana eram outros adversários de uma mesma luta que, em sua cotidianidade, abria um caminho que possibilitava uma integração diversa.²⁶³

Por meio de jovens representantes casados com filhas de grandes proprietários²⁶⁴, formados esses em Coimbra ou nos cursos de Direito de Olinda ou São Paulo, bem como alocados em altos cargos da burocracia estatal, a região ganha projeção política e se torna o centro do Império. Era um centro que, como se viu, possuía um projeto de integração maior

ARAÚJO & CORRÊA (2018).

²⁶² MATTOS, *Op. Cit.*, p. 66.

²⁶³ MATTOS, *Op. Cit.*, p. 68.

²⁶⁴ Casos aqui já mencionados em nota, conforme os exemplos de Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, e de Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai...

porque do contrário, outros projetos poderiam se configurar. Tratava-se do embrião de uma classe senhorial que doravante se fazia de classe nacional (ou classe dirigente²⁶⁵), a partir do momento em que sua dominação acontecia mediante afirmação de uma ordem social e econômica na qual a escravidão se tornaria o denominador comum entre dirigentes e oligarquias regionais, soldando um processo de dominação e de incorporação nacionais²⁶⁶.

As regiões de *plantations* (a monocultura-escravista-exportadora...) que dominaram a estrutura de poder na colônia e deixaram essa herança para o Império, configuraram os enclaves de poder, um poder oligárquico que contava com ingredientes de periódico conflito entre famílias na busca da hegemonia local, mas também com consensos ocasionais ou com dissensos viscerais em relação aos interesses da *córe-área* de então. Era justamente com essa dinâmica que a direção saquarema tinha que lidar.

Tais regiões mantinham entre si matizados vínculos políticos e econômicos, e apesar disso demandavam autonomia para gerirem seus próprios interesses sem a interferência de governos externos, como o de Lisboa, num primeiro momento, e o do Rio de Janeiro, num momento posterior. Nas palavras da historiadora Miriam Dolnikoff (2005),

Forças centrífugas, como as chamou Sérgio Buarque de Holanda, que podiam conduzir à fragmentação da América Portuguesa, uma vez declarada sua independência da metrópole. Mas se havia elementos poderosos a estimular a fragmentação, havia também os desafios impostos à manutenção da ordem escravista, a transferência da Corte portuguesa para a colônia em 1808 e os acontecimentos a ela subsequentes, que introduziam no panorama político a alternativa de unidade de toda a América lusitana sob o governo do Rio de Janeiro. **A história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia.**²⁶⁷

A região de agricultura mercantil-escravista, porém, agora particularizada na integração derivada da atividade mineradora e, depois, da atividade cafeeira, estava inscrita numa situação privilegiada. Era ali que o reduto do comando do processo unificador e centralista partia; era nesta “*core-área*” política, econômica, administrativa e ideológica que um trabalho metucioso e constante convergiu para a construção de uma nova identidade política calcada na ideia de integridade e unidade territorial. Dessa região que partiram todas as iniciativas para debelar qualquer movimento rebelde a este projeto nacional. Nenhum conflito oriundo de inclinações de cunho emancipacionista, federalista e/ou republicano, ficou sem resposta, independente da origem social dos agentes sociais envolvidos. O tipo de

²⁶⁵ Conforme designação de Mattos, *Op. Cit.* Ambos os termos derivados do legado *gramsciano*. Ver também: SALLES (2012).

²⁶⁶ Cf. SALLES, *Op. Cit.*.

²⁶⁷ DOLNIKOFF (2005, p. 11). Grifos nossos.

resposta, no entanto, era dosado de acordo com a classe rebelde. Nos conflitos das Farroupilhas (1835-1845) ou da insurreição Praieira (1848-1850), por exemplo, havia muita anistia e boa vontade diplomática da parte dos dirigentes alocados na Corte para com as oligarquias rebeldes (havia em verdade uma identidade de classe; eram todos senhores produtores, ainda que entre eles existisse hierarquia...); no caso da Cabanagem (1835-1840), com envolvimento de populares, ou da Balaiada (1838-1841), de caráter multi-classista (inclusive com a expressiva participação de cativos), a diplomacia cedia à violência e à matança em massa, isentando-se apenas alguns poucos líderes da corrigenda legalista. Eram tratamentos desiguais porque o Estado reforçava esse alicerce baseado em estrutura escravocrata e classista.

A Constituição de 1824 havia instituído um Estado unitário, uma forma de governo monárquico num regime democrático limitado aos “homens bons”, os que tinham condições patrimoniais e financeiras. Este caminho foi o escolhido para a manutenção dinástica e para a de suas posses territoriais, validando-as junto à comunidade internacional. É também neste formato que se consolidou a articulação entre governo central e oligarquias locais²⁶⁸.

Do ponto de vista da organização político-administrativa, o Estado Imperial herdara a organização advinda do longo processo colonizador, transformando as capitanias então existentes em províncias, embriões que se tornariam dos estados federativos no período vindouro. Assim, as “capitanias da coroa” que “resistiram ao tempo” foram, a partir do século XVI, a capitania da Bahia de Todos os Santos, sede do Governo Geral nos primeiros momentos de instalação do poder régio, além de outras três: São Sebastião do Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Norte. No século XVII, surgiram outras cinco “capitanias da coroa”: Ceará, Maranhão, Grão Pará, Pernambuco e Sacramento, sendo esta última criada no estuário do Rio da Prata por razões estratégicas, sendo extinta em 1771, embora as atenções da Coroa e, mais tarde, do Império direcionadas à região nunca cessassem.

Durante o século XVIII, outras sete capitanias foram criadas: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já no século XIX, ainda durante o período joanino, outras duas capitanias foram criadas: Alagoas e Sergipe. Mas é somente quando todas essas antigas capitanias assumem o *status* de província, que o Grão Pará testemunha o seu desmembramento na sua porção oriental, a fim de surgir a Província do Amazonas em 1850. Já a província de São Paulo vê desmembrar-se de sua porção meridional a província do Paraná, em 1853.

²⁶⁸ MACHADO, 1990.

Em suma, o Império, em seu início, transformou as capitanias existentes em províncias, criando mais duas e totalizando 20 províncias.

No quadro das inovações, Milton Santos, remetendo-se a Oliveira Viana, desconversaria ao tratar de urbanismo enquanto condição moderníssima da evolução social:

Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as formas íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial. (Oliveira Viana, 1956 *apud* SANTOS, 2013, p. 18).

Não houve alteração significativa na urbanização entre o fim do período colonial e o final do século XIX. “No começo, a ‘cidade’ era bem mais emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. (...) cresceu aqui ‘como flor exótica’”²⁶⁹. Assim, a vida tipicamente urbana ficaria a encargo dos principais centros (Rio de Janeiro, cidades mineradoras, Salvador, entre outras poucas).

(...) a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da cana) vem trazer novo impulso e nova lógica ao processo.

"No fim do período colonial, as cidades, entre as quais avultaram São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam perto de 5,7% da população total do país. (...). (*Op. Cit.*, p. 22).

Em 1872, período imediatamente posterior ao aqui retratado, o quadro urbano era o seguinte: apenas três capitais brasileiras contavam com mais de 100 mil habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Somente Belém (61.997)²⁷⁰ contava mais de 50 mil residentes. São Paulo tinha uma população de 31.385 pessoas; Cuiabá (35.987); Manaus (29.334); Ilha de Santa Catarina - futura Florianópolis (25.709); Teresina (21.692); Cidade da Paraíba ou Cidade de Nossa Senhora das Neves - futura João Pessoa (24.714)²⁷¹.

A título de ilustração cartográfica daquele país em construção, dispõe-se abaixo de uma representação cartográfica de 1846, inserida naquele “tempo-espço”. Refere-se a uma escala panorâmica de todo o Império, cujos limites fronteiriços, apesar de fazerem parte de

²⁶⁹ *Op. Cit.*, p. 20.

²⁷⁰ Cerca de 25,52% de sua população total.

²⁷¹ *Op. Cit.*

uma construção mitológica e cartográfica da “ilha-Brasil”²⁷², ainda levariam um bom tempo para se consolidar²⁷³:

²⁷² A historiadora Íris Kantor (2007) lembra de Jaime Cortesão ao relatar que dificuldades técnicas em precisar a longitude teriam levado a “amputar” uma vasta unidade geográfica e humana da formação amazônica-platina. Completaria Kantor: “Os cartógrafos portugueses teriam falseado as representações do Brasil nas cartas geográficas, fazendo concordar o meridiano com os acidentes geográficos de forma a ressaltar uma suposta fronteira natural dos domínios lusos. (...) o delineamento de uma grande lagoa que conectava a bacia platina com a Amazônia já era visível nas primeiras descrições geográficas e mapas produzidos por Gaspar Viegas, no Atlas de Lopo Homem (1519), nas cartas de Diogo Ribeiro (1525-27), planisfério de André Homem (1559), nos mapas de Bartolomeu Velho (1561). No *roteiro* de todos os sinais na costa do Brasil de Luís Teixeira a representação de um provável encontro entre os rios Paraguai e São Francisco está encoberta por um texto; embora na carta atlântica a mítica *ilha-brasil* está claramente delineada. O conceito geográfico de ilha-brasil difunde-se não apenas na cartografia, mas também nas crônicas quinhentistas e seiscentistas, nas quais se identifica que as nascentes do Prata, Amazonas e São Francisco tinham origem num mesmo lago interior.” Cf. KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº37, p. 70-80, jan/jun, 2007.

²⁷³ Diz uma apresentação de obra recente: “Sobre o Brasil, a respeito de fronteiras (...) há várias obras importantes. O grande texto é do Barão do Rio Branco, o estadista que ‘fez história’, terminando com nossos problemas fronteiriços nos primeiros anos da República (o que sobrou são dois ou três pontinhos insignificantes, numa linha de limites de 15.717 km), e ‘escreveu a história’ relatando os arbitramentos de que participou e os acordos bilaterais que negociou. (...) O que o Barão escreveu foi muito aproveitado por autores posteriores, especialmente nas clássicas histórias diplomáticas de Delgado de Carvalho e Hélio Vianna, quem mais pormenorizou as tratativas”. Mas a mencionada apresentação referia-se à obra “Formação das fronteiras latino-americanas”, de Fábio Aristimunho Vargas, na qual são elencadas “atos jurídicos (tratados, laudos, sentenças...) em que se baseiam as linhas divisórias.” A inovação consiste em contemplar todos os países da América Latina. E é dessa forma que os limites fronteiriços só iriam se consolidar mesmo depois do Tratado de Petrópolis, em 1903: na fronteira terrestre com a Argentina, por exemplo, a última Convenção complementar de limites, que aperfeiçoou a delimitação pelo rio Uruguai e “(...) determinou que se erigissem novos marcos na Ilha Brasileira e na margem direita do referido rio (...)”, foi assinada em 27 de dezembro de 1927! Na fronteira com a Bolívia, até hoje está em aberto a posse de uma pequena ilha fluvial localizada em um rio de fronteira, com uma área de 2,58 km², denominada de Guajará-Mirim no Brasil, considerada pequena fração do estado de Rondônia, e Isla Suárez para os bolivianos, considerada parte do departamento de Beni. A ilha está sob a administração boliviana, mas a maior parte de seus terrenos estão em mãos particulares de brasileiros. Tratam-se de exemplos que se seguem a outros. Grosso modo, os limites fronteiriços do Brasil já estão bem delimitados em acordos sólidos com outros países, embora, segundo MACHADO (2005) não seja fácil caracterizar noções de fronteira e limite no contexto da teoria do estado moderno porque tais noções são polissêmicas no transcorrer do tempo. Cf. VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: FUNAG, 2017; MACHADO, Lia Osório. *Estado, territorialidades, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana*. In. SILVEIRA, M. L. (org.). *Continentes em Chamas. Globalização e Território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 246-284.

Mapa 1 - Carta corográfica do Império do Brasil : Dedicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1846



Fonte: Autor: Niemeyer, Conrado Jacob de, 1788-1862²⁷⁴. FBN – Acervo Digital. Localização: Cartografia – cart170429. Publicação: Rio de Janeiro: Heaton & Rensburg, 1846. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart170429/cart170429.jpg

1.3.4 Escalas: o Município da Corte

No tocante à qualificação técnica do território, com objetos que endossavam a qualidade da pouca vida urbana então existente no conjunto do Império, mas também as interações entre os lugares, Justiniano da Rocha foi não apenas testemunha ocular como

²⁷⁴ Segundo nota biográfica encontrado no site do IHGB, Conrado era militar, português de nascimento, veio para o Brasil em 1809, um ano após a transferência de toda a Corte de Lisboa para o Rio. No Brasil, participou nas lutas pela independência e apoiou o absolutismo de D. Pedro I, sendo favorável à restauração e contra a regência. Processado, é absolvido e se reforma no posto de coronel. Reinicia vida profissional na seção de Obras Públicas da Província do Rio. Torna-se um dos fundadores do IHGB, junto com Justiniano e outros. Em 1841 oferece a Carta Geral do Império ao IHGB, sendo premiado com a medalha de ouro recebida das mãos de D. Pedro II. Em 1856, é nomeado oficial da Repartição Geral das Terras Públicas e encarregado da confecção da Carta Corográfica do Império e, depois, da do Rio de Janeiro. Maiores detalhes disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CJNiemeyer.html>.

também certamente usuário, na Corte e mesmo no seu entorno, de alguns exemplos esparsos de importantes inovações. Dos exemplos podem ser destacados a introdução de serviços regularíssimos de barcas a vapor, ligando o Município da Corte a Niterói, a partir de 1835²⁷⁵; a ligação telegráfica pioneira ocorrida na capital do Império em 1852; a inauguração da primeira estrada de ferro que ligaria a Corte a Petrópolis e a adoção da iluminação a gás na capital por iniciativa de Mauá, em 1854²⁷⁶; a abertura da Estrada de Ferro de Dom Pedro II, em 1858. Mesmo em 1861, véspera de sua morte, em 1862, Justiniano podia testemunhar a Primeira Exposição da Indústria no Império do Brasil, uma espécie de ensaio para a participação do país na Exposição Universal de Londres, que ocorreria no ano seguinte.

Na capital, antes da vinda da Corte, o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. O seu perímetro urbano limitava-se ao sul pelo largo da Glória e ao norte pela praça da Bandeira, no qual residiam cerca de 60 mil pessoas²⁷⁷. “Além dos morros havia apenas alguns tentáculos, que se dirigiam aos ‘sertões’ do sul, do oeste e do norte”²⁷⁸, possuindo ao todo 146 logradouros, sendo em

²⁷⁵ Segundo Maurício de Abreu (2008), a integração efetiva de povoações da “banda d’além” à Capital do Império “(...) já vinha se desenvolvendo desde 1835, quando o serviço regular de barcas a vapor entre Rio e Niterói foi inaugurado pela Sociedade Navegação de Niterói. De início dedicava-se a incrementar o comércio entre as duas margens da baía, já que o litoral oriental era constituído de muitas chácaras e fazendolas que supriam, em parte, as necessidades de abastecimento da Corte. A introdução da navegação a vapor contribuiu, entretanto, para tornar Niterói, não só aprazível estância balneária, como em local de residência alternativo para quem desejasse (e pudesse) se transferir do congestionado centro urbano. A Sociedade de Navegação de Niterói possuía, então, ‘três barcas para 250 pessoas, que trafegavam de hora em hora, das 6 da manhã às 6 da tarde.’” (ABREU, 2008, p.43).

Muito provavelmente Justiniano da Rocha foi usuário do mencionado serviço de transporte entre a Corte e Niterói. Consta registro de que ele teria exercido a função de inspetor do 8º quarteirão da freguesia de São Gonçalo, pertencente ao município de Niterói. Cf. Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados á Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) - 1836 a 1888. p. 185. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218740&Pesq=%22Justiniano%20José%20da%20Rocha%22&pagfis=2358>

²⁷⁶ “São clássicas as análises que apontam a centralidade da expansão das ferrovias na constituição do modo de produção capitalista. Também no Brasil elas tiveram importante papel na modernização da vida econômica. Previstas desde o período regencial pelo Decreto nº101, de 31 de outubro de 1835, as ferrovias vão ser implantadas a partir de 1850. A primeira ferrovia efetivamente construída é de 1854, por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, que construiu 14 quilômetros de estrada de ferro com um propósito que ele mesmo definiu como de propaganda da inovação.” DE PAULA, 2012, p. 209. Cf. DE PAULA, João Antônio. O Processo Econômico. In CARVALHO, J. M. (Coordenação). A construção nacional: 1830-1889, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

²⁷⁷ Cf. CAVALCANTI, Nireu. Rio Capital da Colônia. In PINHEIRO, Augusto I. F. (Org.). Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 43-76.

²⁷⁸ ABREU, 2008, p. 35.

maior número as 71 ruas. “As edificações chegavam a cerca de 7.400 unidades, constituídas em sua maioria de casas térreas, e cerca de 2.100 sobrados, de dois a cinco andares.”²⁷⁹

Depois da chegada de D. Maria, Dom João e companhia, testemunham-se substanciais modificações que buscavam atender os anseios dos novos habitantes, embora até às vésperas da proclamação da Independência se tratasse de uma cidade bastante modesta. “Restringia-se basicamente às freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana (...). As demais freguesias eram, então, predominantemente rurais.”²⁸⁰

Se antes o Rio possuía uma população representada em sua maioria por escravos, ao longo do XIX há um afluxo de trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, como mais acima é constatado (rever nota 256). Também é a partir da segunda metade desse século que os capitais internacionais se avolumam em forma de atividades financeiras (bancos, empréstimos, etc.), comerciais e produtivas, elencando uma série de melhorias no setor de serviços públicos (transporte, água, esgoto, gás, etc.) via concessões obtidas junto ao Estado²⁸¹.

E como a cidade também é retrato paisagístico da sociedade, uma sociedade fragmentada e hierarquizada como aquela passava a criar subespaços divididos por classes sociais e por seus respectivos e inerentes usos e territorialidades. Do antigo espaço colonial, o decorrer do século XIX testemunhou a fragmentação socioespacial e simbólica oriunda da introdução do bonde de burro e, mais tarde, do trem a vapor.

Em se tratando ainda de início do período Imperial, perto do Paço, as freguesias da Candelária e São José abrigavam preferencialmente a residência da classe dirigente,

²⁷⁹ CAVALCANTI, *Op. Cit.*, p. 73.

²⁸⁰ *Op. Cit.*, p. 37.

²⁸¹ PINHEIRO (2010) caracteriza o período como o de “internacionalização da cidade”. Cf. PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *A Cidade e o Tempo*. In: PINHEIRO, Augusto I. F. (Org.). Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 21-42. Já PEREIRA (2010) explicita como a cidade é apresentada na Europa: “O Rio de Janeiro fez parte da história dessa cultura ‘panorâmica’ de observar as cidades e é com imagens de sua capital exibidas na *Passage de Panoramas* (1824) e em *Leicester Square* (1828) que o Brasil, recém-independente, celebraria seu novo estatuto político. (...) Percepções e expectativas contrastantes marcam, contudo, a exibição e a recepção dessas vistas panorâmicas em Paris e Londres. Sem dúvida, a curiosidade, surpresa ou a simples perspectiva de novos territórios comerciais também atraíram um grande público nos meses em que estas telas foram exibidas nas cidades europeias. (...) O fato de o Rio de Janeiro passar a ser enfocado nas duas capitais europeias como tema de um panorama, ao lado de tantas outras cidades, sugeria, enfim, a abertura do país ao contato e à conexão com ‘as velhas civilizações’ da Europa e com seu ‘novo industrialismo’ liberal. (...) No caso inglês, um folheto comentava ‘facilidades’ oferecidas pela cidade tanto para os visitantes quanto para os futuros investidores, privilegiando o intercâmbio econômico.” Cf. PEREIRA, Margareth da Silva. *O Rio de Janeiro no Século XIX: cenários, formas e virtudes de uma cidade-capital*. In: PINHEIRO, Augusto I. F. (Org.). Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 127-162.

que ocupavam os sobrados das ruas estreitas da Freguesia da Candelária ou dirigiam-se às ruas recém-abertas do Pantanal de Pedro Dias (rua dos Inválidos, do Lavradio e do Resende, no atual bairro da Lapa). Tinham como opção, também, as chácaras recentemente retalhadas em terras situadas ao sul da cidade (nos atuais bairros da Glória e Catete), seguindo assim os passos da rainha Carlota, que morava em Botafogo.²⁸²

Por serem moradia das classes abastadas, é a partir de 1850 que muitas inovações e benesses urbanas passam a dominar o cenário paisagístico²⁸³. Em 1854 já era possível se ver na freguesia da Candelária algumas ruas calçadas com paralelepípedo. Eram ali também que se instalavam grande parte das agências importadoras, vários consulados, bancos e sedes de companhias de navegação. Certamente pela força da aglomeração local, Mauá inicia ali a implantação da iluminação a gás e, mais tarde, no último ano de vida de Justiniano (1862), viria a implantar o serviço de esgotos sanitários concedidos à empresa inglesa *Rio de Janeiro City Improvements Company Limited*.

As demais classes se adensavam ali perto das benesses nas freguesias de Santa Rita e Santana, dando origem aos atuais bairros de Santo Cristo e Gamboa, até porque os terrenos a oeste do centro eram encharcados pelos mangues da área. Outro relevante motivo para essa concentração da chamada “malta urbana”²⁸⁴ nessas freguesias seria sua baixa mobilidade. Morar perto do centro era fator de sobrevivência. Devido a isso, aglomeravam-se em cortiços e outras habitações coletivas de baixa salubridade, servindo de foco mais tarde à epidemia de

²⁸² ABREU, *Op. Cit.*, p. 37.

²⁸³ Com a chegada da missão francesa em 1816, que vinha com a finalidade precípua de introduzir o ensino de arte e da arquitetura na Corte e no Brasil, introduziu-se a expansão do estilo neoclássico nas construções cariocas, modificando pouco a pouco a aparência da velha cidade colonial. “Substituíram gradualmente os grandes beirais de telhas e as fachadas brancas onde predominavam extensas paredes e modestas janelas, por um traçado mais elaborado. Introduziu-se, também, a cor na arquitetura: A brancura colonial começou a ceder lugar aos tons pastéis de cor de rosa, beije, azul e verde, valorizando a imensa luminosidade do sol.” Cf. PINHEIRO, *Op. Cit.*, p. 32.

²⁸⁴ Trabalhadores livres e escravos... Segundo Carvalho, “No romance clássico de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, a vida na corte do Rio de Janeiro é apresentada sob a condução de Leonardo, um malandro enérgico, sempre observado de perto pelo major da intendência de nome Vidigal. De acordo com o crítico Antonio Cândido, autor de *Dialética da malandragem*, ensaio igualmente clássico sobre o romance, a questão a ser revelada pelos leitores é a profunda e sólida articulação entre a ordem e a desordem na sociedade oitocentista brasileira, pois o que aparenta ser uma sociedade hierárquica, rigidamente estruturada, transforma-se, quando bem examinada, em um aglomerado de redes de relacionamentos superpostas, que articulam cortesãos, oficiais, funcionários, negociantes e artesãos entre si, mas que enredam também os pequenos e impotentes membros das classes populares. Trata-se, segundo Antonio Cândido, de uma cultura política de arranjos e benefícios mútuos, que costura a sociedade de alto a baixo.” Cf. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade em transe: raízes da desordem no Rio de Janeiro. A Cidade e o Tempo*. In PINHEIRO, Augusto I. F. (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 109-126.

febre amarela que grassou a cidade em 1850, e que levou à morte um dos mais proeminentes políticos da época, Bernardo Pereira de Vasconcellos²⁸⁵.

Foi Vasconcellos o mentor da fundação do Colégio Pedro II em 1837, cujas instalações foram estabelecidas em prédio onde antes funcionava o antigo Seminário de São Joaquim, educandário para órfãos instalado desde 1766²⁸⁶ na antiga rua do Valongo (atual Camerino) no bairro da Saúde. Tratava-se de uma seção urbana dentro do amplo centro da cidade, no caminho entre a rica freguesia da Candelária e as pobres freguesias da Gamboa e do Santo Cristo.

Em 1851, após o levantamento em planta das áreas encharcadas de mangue, passa-se posteriormente a aterrâ-las, dando sequência a obras de escoamento no chamado “Canal do Mangue”, empreendimento de iniciativa do mesmo Mauá que atuaria em várias outras frentes. Dessa iniciativa surgiriam mais tarde a freguesia do Espírito Santo com os bairros da Cidade Nova, do Estácio, do Rio Comprido e do Catumbi, sendo este último o bairro onde passou a morar o próprio Justiniano da Rocha – “um bairro fora de moda” e distante do estilo dos dirigentes²⁸⁷.

Apesar das obras que transformaram o mangue em novos bairros, as alagações periódicas continuavam devido às cíclicas chuvas de verão, ocasionando transtornos permanentes a seus moradores. Era uma área que desde o início do XIX vinha sendo precariamente ocupada, instalando-se ali, inclusive, uma Casa de Detenção inaugurada em 1840, transformada atualmente em conjunto habitacional para familiares de policiais e bombeiros militares.

Um pouco além do espraiamento urbano a partir do Rio Comprido encontrava-se a freguesia do Engenho Velho, que começava a sofrer retalhamentos sucessivos a partir das fazendas e sítios da região. Havia naquela localidade numerosos solares na Tijuca, Andaraí e mesmo mais adiante no Engenho Novo. E apesar de ser uma área servida de ônibus de tração animal, longe estava de ser vista como área de residência; seria antes “recreio de campo”.

O Engenho Velho era uma ampla e pouco afastada área do centro da cidade. Por conta disso, possuía “(...) locais propícios à localização de ‘usos sujos’, como o matadouro da

²⁸⁵ Cf. CARVALHO, J. M. (Organização e introdução). Bernardo Pereira de Vasconcelos. São Paulo: Ed. 34, 1999.

²⁸⁶ Cf. DORIA (1997).

²⁸⁷ Avaliaria o brasilianista Roderick Barman (1973).

cidade, transferido finalmente da rua de Santa Luzia, no Centro, para as proximidades da atual Praça da Bandeira em 1853.”²⁸⁸

Foi ali nas encostas do Maciço da Tijuca que foram introduzidas a lavoura do café no Brasil. Somente mais tarde ela se espraiaria pela baixada fluminense e pelo Vale do Paraíba, e daí por diante em direção ao Sul de Minas e São Paulo, conforme já visto. A atividade foi tão intensa que acelerou o processo de desmatamento da Mata Atlântica nativa, ameaçando seriamente os mananciais que abasteciam os moradores, a ponto de Dom Pedro II ter determinado o plantio de mais de 100 mil mudas de espécies da própria Mata Atlântica com o intuito de recuperar a capacidade hídrica da capital. Todo o processo foi feito com a força de braços escravos sob o comando do Major Gomes Archer (o Barão d’Escragnolle), iniciando os trabalhos em 1861 e finalizando 13 anos depois²⁸⁹. Por conta disso, a “maior floresta urbana do mundo” é predominantemente forrada de mata secundária.

Longe dali da antiga área de mangue, apenas propriedades rurais se instalavam com o intuito de abastecerem o centro da cidade com diferentes gêneros alimentícios. Algumas dessas se tornaram verdadeiras fazendas, que com o tempo foram talhadas em chácaras, cuja função era inicialmente servir de veraneio para a classe dirigente. Porém, aos poucos, essas novas frentes de freguesias começaram a servir de novas moradas. É nesse sentido que surgem os bairros de Laranjeiras, Catete, Glória. Tratava-se de movimento provocado pelo desmembramento da freguesia de São José, formando a freguesia da Glória em 1834.

Assim também surgiram Botafogo, com um surto de criação de enormes chácaras na praia e nas ruas São Clemente e São Joaquim da Lagoa (atual Voluntários da Pátria)²⁹⁰. E nesse mesmo bairro seria fundado, em 1851, um dos principais cemitérios da urbe, o Cemitério São João Batista, passando a funcionar a partir de 1852 junto com outras importantes necrópoles, como as de São Francisco Xavier, perto da Casa de Banho do Rei, no bairro do Caju, e de Catumbi.

²⁸⁸ ABREU, *Op. Cit.*, p. 41.

²⁸⁹ PINHEIRO, *Op. Cit.*

²⁹⁰ “(...) o vetor de expansão rumo à zona sul, já identificado no período anterior a 1838, passava a tomar características diferentes, as antigas chácaras de fim-de-semana da aristocracia transformando-se gradualmente em local de residência permanente. Com efeito, os bairros de Botafogo, Glória e Catete, passavam então a ser procurados ‘pelas famílias de mais altas rendas do segundo reinado... (multiplicando-se aí a construção)... mansões suntuosas’, algumas pertencentes aos grandes fazendeiros de café que, tendo multiplicado os seus lucros durante a fase de expansão da rubiáceas pelos planaltos mineiro e fluminense, aplicavam parte deles na construção de residências na Corte. É o caso, por exemplo, do atual Palácio do Catete, construído em 1862 [mesmo ano da morte de Justiniano da Rocha] para servir de residência urbana aos Barões de Nova Friburgo, e de tantas outras construções urbanas da nobreza que viriam a desaparecer no século seguinte, substituídas por prédios de apartamentos.” (PA 2972, de 24/6/1938 e PA 6376, de 10/12/1953 *apud* ABREU, 2008, p. 41).

Era no “São João Batista” que alguns figurões do Império costumavam ser enterrados, a exemplo do todo poderoso Marquês do Paraná, em 1856. Tratava-se de local bem distante do barracão onde eram enterrados os restos mortais de escravos recém-chegados na colônia, o chamado “Cemitério dos Pretos Novos”, criado no século XVIII pelo Marquês do Lavradio, perto do mercado de escravos. Da mesma forma ligeira com que fora criado, esse cemitério arranjado (que não era clandestino, justamente por ter sido criado pelo vice-rei de então...) também fora desinstalado e soterrado, ocultando a triste memória durante anos, até ser descoberto em 1996 enquanto sítio arqueológico.

A cidade partida socioespacialmente não se encerrava nessas localidades. Continuava Maurício de Abreu (2008) a descrever aquele Rio do século XIX:

Favorecido pelo privilégio de abrigar a residência da família real, o velho arraial de São Cristóvão passou também a ser procurado pelos que tinham poder de mobilidade. Isso, entretanto, só foi possível depois que a Câmara Municipal mandou aterrar a parte do Saco de São Diogo vizinha ao Caminho do Aterrado, ou das Lanternas (no atual lado par da Av. Presidente Vargas), que ligava o centro à Quinta da Boa Vista. Resolvido o problema da acessibilidade, o bairro rapidamente viu multiplicadas as moradias ricas, fenômeno que se estendeu, embora em grau mais modesto até a ponta do Caju. Local de residência imperial, foi em direção a São Cristóvão que se dirigiram as primeiras diligências de que se tem notícia na cidade. E quando, em 1838, circularam os primeiros ônibus de tração animal, as chamadas ‘gôndolas’, uma das linhas também demandavam esse bairro.²⁹¹

O final da primeira metade do século XIX demonstraria uma cidade muito distinta daquela do final do século XVIII. O poder público abria estradas e caminhos que ligavam o antigo e aglomerado centro urbano em direção à Lapa, Catete e Glória (freguesia da Glória), Botafogo (freguesia da Lagoa) e São Cristóvão (freguesia do Engenho Velho). A guisa de exemplo, em 1843 já existia uma carreira de barcos a vapor ligando a enseada de Botafogo ao Saco do Alferes (atual bairro de Santo Cristo), enquanto em 1844 uma outra companhia esticava o bairro aristocrático à Ponta do Caju, perto da Quinta da Boa Vista, onde ficava o Palácio Imperial²⁹².

A mobilidade dos mais abastados levaria essas novas frentes de ocupação testemunharem um significativo aumento populacional. De 1821 a 1838, a população da

²⁹¹ ABREU, *Op. Cit.* p. 37.

²⁹² “Nas palavras de Noronha Santos, tudo fazia acreditar ‘que se tornava rendoso esse transporte, pois em 1846 a barca a vapor Venus se empregava exclusivamente nesse serviço, fazendo todos os dias cinco viagens, do cais do Brito, perto do Pharoux, até a Praia de Botafogo’. E prossegue Noronha Santos: ‘Em 1852 a Companhia Nictheroy-Inhomirim estabelece uma linha para Botafogo... O aristocrático bairro foi (depois) em 1867 contemplado pela Companhia de Barcas Ferry com uma carreira das suas elegantes e velozes embarcações que atracavam em duas pontes ali existentes, uma das quais em frente à rua São Clemente.’” (PA 2972, de 24/6/1938 e PA 6376, de 10/12/1953 *apud* ABREU, 2008, p. 41)

cidade sairia das 112.695 almas a 137.078, um aumento de cerca de 22%²⁹³. Mesmo assim, entre 1838 a 1870 a cidade apresentaria vários espaços de baixa densidade populacional, predominando a paisagem rural. Alguns pontos um pouco mais distantes apresentavam um nível considerável de atividades econômicas. No que viria a ser o futuro *subúrbio*, instalavam-se olarias e curtumes em freguesias como a de Inhaúma; operavam-se pequenos portos de transbordo de mercadorias destinadas a pequenos enclaves urbanos (além de Inhaúma, Maria Angu, Brás de Pina, Pavuna). O mesmo se dava na direção da baixada fluminense, onde existiam grandes áreas de lavouras de cana: Piedade de Magé, Inhomirim, Estrela, Iguaçú, Mauá e Porto das Caixas serviam de entrepostos comerciais do escoamento das grandes lavouras de café, cana e lavouras secundárias.

Para fechar o capítulo, apresenta-se a seguir uma representação cartográfica da Corte de 1858, “congelando” um arranjo espacial resultante de boa parte daquele emaranhado de processos aqui brevemente descritos:

Mapa 2 – Guia e plano da cidade do Rio de Janeiro



Nota: A representação acima não contempla todo o perímetro urbano descrito no item, apenas a sua área central.

Fonte: FBN – Acervo Digital. Localização: Cartografia – cart309960. Publicação: Rio de Janeiro: A.M.Mc Kinney, Roberto Leeder, 1858. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309960/cart309960.jpg

²⁹³ ABREU, *Op. Cit.* p. 39.

2 ALGUNS ESTRATOS DA VIDA DE ROCHA

As galerias de grandes vultos de uma nação, os panteões de muitos países ditos civilizados, destacam figuras que foram erigidas como heróis de uma história comumente atribuída aos “vencedores” por revisores atentos à sua reescrita crítica²⁹⁴. Em boa parte das vezes, os heroísmos são questionáveis, não justificam hoje a manutenção das homenagens a seus vultos, mas ainda assim não deixaram de ser pinçados numa operação meticulosa para se determinar quem deveria ser considerado no registro histórico de um país.

Caso a escrita desta tese estivesse objetivada nesse propósito, ela estaria duplamente condenada ao fracasso. Primeiro porque o personagem em questão não era unanimidade entre os “vencedores” a ponto de ser considerado um de seus heróis; segundo porque não seria o caso de erigi-lo agora a essa condição à semelhança de outros personagens submetidos à lógica de resgate da memória dos “vencidos”.

Nem resgatar heróis submergidos e nem tampouco condená-los com a régua moral do presente. O intuito é portanto produzir uma pequena biografia, buscando utilizá-la como recurso para se observar traços característicos da geografia de um *tempo*, tanto na forma de *pensamento*, com o propósito de pensar um *espaço* em franca construção²⁹⁵, quanto na forma de *saber* (um saber escolar), identificando a sua motivação e os seus propósitos anelados ao ato de valorizar o espaço e, a partir disso, construir uma ideologia geográfica (a de um território vasto, uno, digno de Império) capaz de estar associada à ideia de nação²⁹⁶.

Pela razão relatada, deixa-se claro que para este capítulo será feita uma biografia *tout court* com o intuito de servir de base para, no próximo capítulo, se compreender a geografia produzida por Justiniano da Rocha. Em outros simples dizeres: o objetivo aqui é apresentar sucintamente o personagem Justiniano José da Rocha, situando-o em seu contexto histórico.

²⁹⁴ Os últimos anos do século XX e os primeiros do século XXI foram caracterizados por um movimento vigoroso e cada vez mais reforçado de revisionismo historiográfico, cujo propósito tem sido “dar voz” às histórias antes oficiosas; isto é, já não é de hoje que os termos “história dos vencedores” e “história dos vencidos” têm sido usados com frequência. Passadas as duas primeiras décadas do século XXI, já é possível dizer que essas novas narrativas historiográficas já avançaram o suficiente para não recuar mais, a ponto de já ser “lugar-comum” termos como os aqui lembrados (“história dos vencedores”, por exemplo).

²⁹⁵ Ou também em outras palavras: um saber erudito, exprimido em discurso sobre a materialidade espacial de um dado lugar enquadrado num tempo e numa cultura específicos.

²⁹⁶ Esta tese não se esmera em contemplar uma análise descritiva laudatória da materialidade do espaço em si, igualmente compreendida no vocabulário científico enquanto Geografia. Seu intuito é apenas considerar, conforme já anunciado, a relação dialética que esta guarda com um conjunto de pensamento geográfico vigente inserido em diferentes âmbitos institucionais da época (imprensa, Assembleia Geral, meio jurídico, faculdades, etc.).

Ao apresentá-lo, tem-se em vista justificar a escolha em estudar sua produção discursiva dada a sua importância histórica pelos laços que mantinha com o processo de construção ou afirmação de um específico projeto de Brasil (de Estado-nação, portanto), permitindo ao país manter preservada a sua herança territorial proveniente do período colonial²⁹⁷. Verifica-se que nesse intento ele também produziu, através de seu legado polígrafo, variadíssimo e rico, reflexões bem elaboradas de nítido teor geográfico, ainda que nem sempre recebesse o rótulo de *geografia*.

A natureza de um processo de construção de Estado abrange necessariamente a sua configuração espacial expressa na definição de seu território (o *corpo da pátria*) e na formulação de sua dimensão simbólica, como forma de orientar e legitimar a sua posse e o seu uso.

Justiniano José da Rocha teve papel relevante nesse processo, assumindo diversas frentes de trabalho em diferentes momentos e dando vazão ao talento inato para a escrita, através da qual abordou temas correlacionados direta ou tangencialmente ao empenho de consolidar um tipo específico de Brasil.

Ainda que vivesse uma vida relativamente curta para os padrões atuais, cinquenta anos para ser mais exato, é possível distinguir uma fase inicial mais liberal moderada de sua inserção nos principais debates da vida pública e, numa fase brevemente posterior, um alinhamento político mais conservador, aproximando-se de um grupo mais diretamente envolvido na direção política do país a partir do Gabinete Ministerial de 19 de setembro de 1837.

Em contraposição ao projeto específico de país de tendência centralizadora da máquina estatal e, por isso, pretensamente asseguradora da ordem mediante a manutenção e a ampliação do aparato institucional, surgia uma miríade de projetos, sendo a maioria de tendência liberal e descentralizadora, o que à época do período mais turbulento da história do país, o período regencial, colocava a unidade político-administrativa e territorial em absoluto perigo. Por conta disso, para cada iniciativa pró-centralização, entre as quais Justiniano se destacava como voz ativa, debates e celeumas ambientavam um clima de confrontação de ideias e controvérsias, tornando o projeto conservador um perene tear (a “Teia de Penélope”,

²⁹⁷ A exceção, já apontada anteriormente, fica a cargo da Província Cisplatina, perdida definitivamente em 1828 para a constituição da República Oriental do Uruguai.

nos dizeres de Ilmar de Mattos²⁹⁸), isto é, uma contínua afirmação de seus propósitos frente à constante oposição de outros propósitos.

Antes de se continuar o desenvolvimento deste capítulo, de imediato assume-se que não há a pretensão de se produzir uma biografia extensa e completa do personagem em questão. Esta tarefa requer exercício de fôlego que não cabe e nem pode ser desenvolvida no presente trabalho dado o seu enfoque em outro objetivo: a análise da produção de discursos de teor geográfico, pautada na constatação da importância que o território sempre ocupou no projeto de país. Desta forma, a intenção não é, em si, a abordagem integral da vida de uma personalidade do século XIX, mas a produção de uma biografia intelectual com ênfase na constituição de um saber geográfico motivada por um propósito específico enquadrado no contexto de construção do Brasil.

Mesmo uma biografia intelectual carece de dados relativos à vida pessoal e à trajetória profissional. São estratos de uma vida que, uma vez desvelados, ajudam a compor uma pretensa unidade. Ora, o termo “estrato”, tomado de vocabulário próprio da ciência geológica, condiz a qualquer tipo de camada litológica que, no conjunto, perfaz uma rocha²⁹⁹. Um ser humano, por sua vez, reúne diversas vivências e características que lhe traçam o caráter e a personalidade: são peças múltiplas que compõe, no conjunto, a identidade de uma unidade. Ou seja, um personagem estudado revela a presença de muitos estratos que condizem a várias facetas de sua vida. Este evidentemente também é o caso de Justiniano José da Rocha.

Mas o desafio adiciona-se a uma dificuldade maior: o personagem não se encontra mais presente. As chances de alguma recomposição de sua vida só é possível através de registros deixados em diferentes fontes, porquanto muitos de seus escritos ou de suas falas estão documentados, servindo de base para ressaltar algo que talvez o próprio investigado desconhecesse. Isso se dá particularmente porque o personagem estudado pode ser considerado um daqueles raros talentos em que o legado escrito causa, como diria um de seus estudiosos, “(...) uma invejável plasticidade capaz de fornecer mensagem circunscrita e explicação atemporal, de falar ao aqui e agora e de comunicar ao depois e além.”³⁰⁰

É assim que à maneira de um arqueólogo da mente, de um investigador da personalidade do outro, resta reconhecer que os instrumentos desse tipo de juízo mudam

²⁹⁸ MATTOS (2017).

²⁹⁹ “Estrato – O mesmo que camada ou capa. A noção de estrato não significa que estamos apenas nos referindo às *rochas sedimentares*, mas, também, às metamórficas, onde os minerais estão dispostos em camadas.” Cf. GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 253.

³⁰⁰ PARRON, 2016, p. 17.

conforme os próprios parâmetros de valores ou de recursos metodológicos de ocasião. Essa tarefa é tão delicada – particularmente sob o peso da imprecisão e de uma injusta análise, que o historiador Alias Thomé Saliba, prefaciando a obra de Márcia de Almeida Gonçalves, *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*, sentencia:

O maior pesadelo dos historiadores é que, num belo dia, as pessoas sobre as quais escrevem possam, de alguma forma, como o fantasma de Hamlet, voltar à vida para dizer o que pensam das próprias biografias. Pesadelo que exprime fantásticamente não apenas os impasses de qualquer reconstrução do passado, sobretudo, aquele dilema maior de toda e qualquer forma de biografia. Porque não basta narrar o que uma pessoa fez no passado – é necessário mergulhar naquele tempo e deslindar o conjunto de processos mentais muito peculiares, do qual nem mesmo o biografado se mostra ciente. Mais ainda: para dar alguma profundidade analítica e um pouco de perspectiva comparada à biografia, é necessário distanciar-se do passado e retornar ao presente. Tudo isso faz do empreendimento biográfico uma tarefa desanimadora: ‘Todo homem é dois homens, e o mais verdadeiro é sempre o outro, já advertia Jorge Luis Borges’” (In: GONÇALVES, 2009, p. 11)

É preciso assinalar que esse prolegômeno acerca da complexidade e dos inconvenientes da produção biográfica serve para asseverar que o desafio, além de desanimador, muitas vezes torna-se improvável quando se assume as armadilhas da “ilusão biográfica” alertada por Pierre Bourdieu³⁰¹. Segundo este, a produção biográfica tal como vem sendo produzida por etnólogos, sociólogos e outros (incluindo jornalistas – um dos profissionais que mais produzem biografias – e mesmo alguns geógrafos – sobretudo aqueles afeitos a biografismos), ilustraria uma manifestação do senso comum, na qual a história pessoal de alguém acabaria passando por diferentes meandros que, em última análise, não condiriam à realidade complexa da vida. Por conta dessa constatação, a complexidade e os inusitados da vida apagar-se-iam numa sucessão de acontecimentos e experiências num caminho predestinado, uma teleologia, em que se encaixam harmoniosa e sequencialmente um começo, um meio e um fim previamente determinados. Pelo menos é dessa forma que se fazem crer alguns biógrafos e romancistas.

No sentido inverso ao que Bourdieu denominou de “ilusão biográfica”, é possível recorrer à identificação de mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e também como totalidade. Sem dúvida é através desse certame que se pretende encaminhar metodologicamente a análise de algumas expressões fragmentadas de uma vida (particularmente naquilo que se manifesta – de uma forma ou de outra – como pensamento geográfico explícito, documentado, registrado) relacionada à totalidade social que a cercava.

³⁰¹ Cf. BOURDIEU, Pierre. L’illusion biographique. *Revue Scientifique*, Lion, França. v. 62-63, p. 69-72, jun., 1986.

Como todo sujeito histórico, Justiniano era produto e produtor de seu tempo. Assumir que a totalidade social não é a soma das partes, mas a expressão de relações múltiplas entre as partes³⁰², da qual a dimensão espacial apresenta-se apenas como uma dentre as muitas partes existentes, ajuda a explicitar as razões de enfatizar algo no conjunto de pensamentos de um sujeito que tem relação importante com o processo de produção do espaço, e que portanto se insere no quadro de preocupações do campo da *história do pensamento geográfico*.

Essa proposta metodológica locupleta-se de certa forma de um conjunto de outras experiências já bem formuladas. Ao recordar experiência pessoal não muito remota de contato com uma agenda específica de pesquisa desenvolvida no âmbito do Laboratório de Geografia Política do Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, agenda esta então liderada pelo Professor Antonio Carlos Robert Moraes, verificou-se a defesa de diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado que se aproximaram do exercício biográfico conciso e focado ao ressaltarem o pensamento geográfico de algumas personalidades específicas.

Sérgio Adas³⁰³ e Carlos Eugenio Nogueira³⁰⁴, por exemplo, elaboraram suas teses com base na vida e na obra de dois representantes destacados da comunidade acadêmica carioca e paulista de geógrafos: Orlando Valverde, no caso do primeiro, e Pierre Mombeig, no caso do segundo.

Personalidades do século XIX, embora não tenham sido geógrafos de formação, também foram lembradas em contexto de construção do Estado Brasileiro. Os pensamentos geográficos de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, de Sant'Anna Nery e de Duarte da Ponte Ribeiro foram ressaltados, respectivamente, na dissertação de Manoel Fernandes de Sousa Neto³⁰⁵ e nas teses de João Carneiro³⁰⁶ e de Leandro Janke³⁰⁷.

³⁰² Quanto aos fundamentos epistemológicos do “pensamento complexo”, na qual a totalidade é mais do que a soma das partes e simultaneamente menos que a soma das partes, conferir: MORIN, Edgar; MOTTA, Raul; CIURANA, Emilio Roger. *Educar para a Era Planetária*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004, particularmente Capítulo II – *A complexidade do pensamento complexo*.

³⁰³ ADAS, Sérgio. *O Campo do Geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese de doutoramento. 2 v. São Paulo: FFLCH, USP, 2006.

³⁰⁴ NOGUEIRA, Carlos Eugênio. *O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH, USP, 2013.

³⁰⁵ SOUSA NETO (2018).

³⁰⁶ CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. *O último propagandista do Império: O “barão” de Santa-Anna Nery (1848-1901) e a divulgação do Brasil na Europa*. Tese de doutoramento. São Paulo, FFLCH, USP, 2013.

³⁰⁷ JANKE, Leandro Macedo. *Duarte da Ponte Ribeiro: Território e Territorialidade no Império do Brasil*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH, USP, 2014.

Nenhuma dessas empreitadas se deu sem um significativo arcabouço teórico e sem um bom precedente empírico. O próprio Antonio Carlos Robert Moraes tivera experiência valiosa ao produzir para a coletânea “Grandes Cientistas Sociais”³⁰⁸, organizada pelo sociólogo Florestan Fernandes, a obra “Ratzel”³⁰⁹, derivado como subproduto de sua dissertação de mestrado acerca das origens da Geografia Moderna.

A experiência da produção de traços biográficos também tem dirigido parcela significativa dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo Geo Brasil, no Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A consciência de que o empreendimento biográfico é um terreno movediço (para tomar emprestado o termo preciso e bem colocado pela historiadora Márcia de Almeida Gonçalves³¹⁰), fez a coordenadora do grupo, Professora Mônica Sampaio Machado, tangenciar cautelosamente o desafio cunhando-o com o termo “geobiografia” – uma categoria sem pretensões equivalentes às biografias formuladas por historiadores, embora com um propósito metodologicamente bem situado frente ao desafio de enfatizar o pensamento de natureza geográfica.

Personalidades, suas ideias e suas obras, particularmente no que tange à expressividade de um pensamento geográfico, foram objeto de reflexão de Mônica Sampaio Machado e Thiago Machado ao analisarem o geógrafo Milton Santos³¹¹, ou somente Mônica Machado, ao analisar o geógrafo português Orlando Ribeiro³¹², por exemplo. Nesse caminho também se encontram a tese de Angela Gomes³¹³, ao se dedicar à apresentação de um Maurício de Almeida Abreu que poucos conheciam, e mesmo o artigo de Isabella Araújo e

³⁰⁸ “A coleção é composta por 60 volumes, cada um dedicado a (58) ‘Autores’ diferentes. Os livros são classificados em sete ‘disciplinas fundamentais’: sociologia (18 ‘autores’/volumes), política (14, economia (8), história (7); antropologia (5), psicologia (5), geografia (3). O conteúdo dos livros apresenta duas frações: uma na qual o(s) ‘Autor(es)’ são focalizados através da introdução crítica e biobibliográfica’, assinada por ‘especialistas da universidade brasileira’; a segunda, a apresentar ‘uma coletânea dos textos mais representativos de cada autor’ (isto é: selecionados pelo referido ‘especialista’). No texto introdutório, o ‘especialista’ versa sobre a vida e a obra do ‘Autor’ que intitula o volume, justifica os critérios que nortearam sua seleção dos excertos e apresenta uma bibliografia complementar” (RODRIGUES, 2018, p. 676). Cf. RODRIGUES, Lidiane Soares. Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990). *Revista Sociedade e Estado*. V. 33, nº 3, Setembro/Dezembro, 2018. Pp. 675-708.

³⁰⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ratzel: Geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

³¹⁰ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

³¹¹ MACHADO, Mônica S; MACHADO, Thiago A. Milton Santos e sua teoria geográfica: origens e eixo interpretativo. EGAL, 2017. Disponível em: <https://admin.egal2017.bo/ponencia/1930/>

³¹² MACHADO, 2018.

³¹³ GOMES, Angela Nunes Damasceno. *Maurício de Abreu: uma história com muitas geografias*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia, UERJ, 2016.

Márcio Corrêa (o proponente desta tese) ao traçar características do pensamento geográfico da geopolitóloga Therezinha de Castro³¹⁴.

Tanto num caso como no outro, isto é, tanto no Laboratório de Geografia Política (USP) quanto no Grupo Geo Brasil (UERJ), a motivação última dessa natureza de pesquisa não consiste em produzir biografismos, mas biografias intelectuais relacionadas de uma forma ou de outra à geografia, procurando investigar e compreender a maneira pela qual a geografia desempenha uma determinação básica na formação social brasileira. Compreender o Brasil, portanto, é o que justifica parcela significativa das contribuições.

O propósito, portanto, deste capítulo não consiste em produzir exatamente uma biografia integral e completa de Justiniano da Rocha, mas alguns estratos importantes de sua vida, contextualizando-a em seu tempo, a fim de se verificar em que bases pessoais e conjunturais o pensamento geográfico do personagem foi construído, deixando para o último capítulo a averiguação da maneira pela qual tal pensamento se manifestou e qual a natureza do mesmo.

2.1 A relevância do personagem segundo seus biógrafos

O exercício biográfico figura na arte da narrativa historiográfica há bastante tempo, chegando a tornar-se parte evidente do regime de historicidade do século XIX, sensivelmente impactada pela história estrutural³¹⁵. O artifício seria portanto inaugurado no Brasil para destacar vultos que haveriam de ser cultuados a bem da construção de uma memória nacional, de um panteão de heróis da pátria. À época de Justiniano, momento de construção da nacionalidade, ele próprio aderira à prática em 1851, procurando fazer a biografia de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o Marquês de Baependy, “escrita e oferecida à sua ilustre família”. Também teria escrito uma biografia do Marquês do Paraná e outras biografias na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, elaborada por um de seus contemporâneos, o artista francês

³¹⁴ ARAÚJO & CORRÊA, 2018.

³¹⁵ DEL PRIORY (2009, p. 7-16); MONTALVÃO, Sérgio. Biografia intelectual como exercício da escrita da história. *História da historiografia*, Ouro Preto, nº 4, março, 2010. Pp. 306-313.

radicado no Brasil, Sébastien Auguste Sisson³¹⁶. Essa faceta de biógrafo – não tão fácil de se descobrir dado o anonimato de alguns trabalhos – é lembrada por Hélio Vianna:

A 3 de setembro de 1856 faleceu ‘em pleno fastígio do poder’ o Marquês do Paraná. Dez dias depois publicou o *Jornal do Comércio* magistral estudo biográfico do ilustre morto, declarando-o ‘escrito por uma das nossas mais hábeis penas políticas’. Para descobrir a sua autoria, elaborou o Sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, bisneto do biografado, minuciosa tese, que apresentou ao Terceiro Congresso de História Nacional, de 1938, sob o título – ‘Quem seria o autor da biografia do Marquês de Paraná, publicada pelo *Jornal do Comércio* de 13 de setembro de 1856?’. Conclui, com sólidos argumentos, pela autoria de Justiniano José da Rocha, que assim mostrou não guardar qualquer ressentimento do incidente do ano anterior, amigo e correligionário que quase sempre havia sido do extinto chefe do governo. Alguns anos depois, de 1859 a 1861, publicou o litógrafo S. A. Sisson em folhas avulsas os retratos, por ele gravados, da *Galeria dos Brasileiros Ilustres (Os Contemporâneos)*, depois reunida em dois volumes de grande formato. Acompanhava-os bem cuidadas biografias, oito das quais, em exemplar da Biblioteca Nacional, foram pelo Barão Homem de Melo atribuídas à autoria de Justiniano. São as do Marquês (depois Duque) de Caxias, do Marquês de Baependi, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Sérgio Teixeira de Macedo, José Tomás Nabuco de Araújo, Inácio Marcondes de Oliveira Cabral, Barão (depois Marquês) de Muritiba e D. Pedro I. Aceitou essa atribuição o bibliógrafo Tancredo de Barros Paiva em suas *Achegas a um Dicionário de Pseudônimos*. (VIANNA, 1959, p.32)

Após essa fase inicial desencadeada pelos afeitos à construção ufanista dos heróis da nação, o gênero biográfico ganha ventos renovadores durante a década de 1920 primeiramente na Europa, constituindo-se em moderna tradição iniciada por destacados debates sobre, entre outros assuntos, os limiares e as distinções entre história e biografia. Nesse momento, conforme nos elucidava a historiadora Márcia Gonçalves (2004), as diferenças e competências entre o fazer biográfico e o fazer historiográfico atribuídas às obras de Políbio e Plutarco estavam sendo negadas “(...) por turbulentos clamores internacionais, protagonizados, entre outros, por Emil Ludwig (1881-1948), na França, por André Maurois (1885-1967) e, na Inglaterra, Lytton Strachey (1880-1932)”³¹⁷.

Como desdobramento desse processo, e no empenho de redescobrir o Brasil, alguns intelectuais inauguraram uma retomada à produção biográfica, a exemplo de Octávio Tarquínio de Sousa, que sozinho produzira, entre 1937 e 1952, algumas escritas biográficas

³¹⁶ “Galeria dos brasileiros ilustres” foi obra de dois volumes. Ao todo foram biografados 90 personagens elevados à categoria de heróis, muitos dos quais (sobretudo no primeiro volume) estão associados ao processo de independência do Brasil. Suas páginas reuniam sínteses biográficas, cujos autores nem sempre se faziam identificar através da assinatura do trabalho, e pranchas litográficas foram assinadas pelo próprio Sisson. Foram publicadas em fascículos mensais a partir de 1857, sendo reunidos em dois volumes a partir de 1861. Cf. MENEZES, Paulo Roberto Jesus de. *Imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPG História Social, UFRJ, 2008. Os dois volumes da obra de Sisson foram reeditadas, inclusive em formato digital, na comemoração dos 500 anos de “descobrimto do Brasil”: Cf. SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. 2v. (Coleção Brasil 500 anos).

³¹⁷ GONÇALVES (2004; 2009). Cf. GONÇALVES, Marcia de Almeida. Narrativa Biográfica e Escrita da História_Octávio Tarquínio de Sousa e seu Tempo. *Revista de História*, nº 150 (1º – 2004), 129-155.

de figuras-chave dos períodos correspondentes ao 1º Reinado e à Regência, reunindo todas essas, mais tarde, em um único volume publicado em 1958: *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Entre os personagens retratados constavam Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga, Diogo Antônio Feijó, José Bonifácio e D. Pedro I³¹⁸.

O que tornava Tarquínio um autor especial em sua geração era a maneira peculiar com que relacionava narrativa biográfica à escrita da história, naquilo que Gonçalves (2009) denominou de *biografia histórica*. Nessa produção, o autor procurava elaborar interpretações históricas inovadoras, ainda que dialogassem com tradições historiográficas consagradas; além disso, buscava testar e aprofundar os usos da biografia como narrativa que explicitasse as relações entre indivíduo e sociedade, com destaque para as experiências de configuração da entidade nacional. Sua busca, nesse sentido, era contribuir com outros contemporâneos seus, partes integrantes que eram do seu círculo de sociabilidade intelectual, a exemplo dos amigos e parceiros Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buaque de Holanda. Cada um desses procurou cumprir – conforme as peculiaridades e estilos que lhes eram peculiares – com a tarefa de redescobrir e reinventar a História do Brasil nas suas mais variadas possibilidades³¹⁹.

Em acréscimo ao movimento desencadeado no início do século XX e em oposição à produção biográfica apologética e celebrativa dos oitocentos, os anos 1960 marcaram um princípio imperativamente crítico a alguns trabalhos dessa natureza, procurando revelar o cotidiano e a cultura dos “excluídos” das histórias celebrativas³²⁰. E se antes a prática aparecia circunscrita ao campo da história social, passou a ser mais explorada no campo da história política renovada³²¹.

Desde então as biografias entraram numa tendência a refletir mais sobre a ação dos indivíduos na esfera pública e de poder e a evitar abordagens heroicas, nas quais poucos personagens do passado pareciam gozar de efetivo reconhecimento social e, conseqüentemente, de destacada consideração a ponto de serem lembrados pelos registros de memória coletiva. Dessa forma, as abordagens totalizantes, concebidas teleologicamente nas antigas biografias, passaram a ser substituídas por estudos cuja experiência e o vivido pelo biografado tenderam a ganhar ênfase.

³¹⁸ Cf. GONÇALVES (2009).

³¹⁹ GONÇALVES, 2009.

³²⁰ Cf. LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.

³²¹ MONTALVÃO (2010).

Em torno da figura de Justiniano José da Rocha cabem trabalhos biográficos de toda espécie justamente por terem sido produzidos em momentos e com propósitos diferentes. Importa também destacar que nem sempre esse personagem foi lembrado nas grandes narrativas biográficas enquanto nome proeminente da nação. Pondera-se dessa forma que por isso muitos não o conhecem até hoje (provavelmente a maioria não o conhece). Nesse sentido torna-se bastante sensível e destacável a percepção de que alguns dos reconhecidos volumes biográficos dedicados a figuras nacionais de grande envergadura para os parâmetros da época, não incluem esse personagem em suas páginas.

Ainda assim, mesmo não figurando na “Galeria dos Brasileiros Ilustres” elaborada por Sisson, é importante salientar (e lembrar) que Justiniano foi convidado a colaborar para a escrita de algumas de suas biografias³²². Importa igualmente lembrar que nada obstante o personagem não apareça como um dos destaques individuais dos volumes acerca da “História dos Fundadores do Império do Brasil”, publicados a partir de 1958, o seu autor, Otávio Tarquínio de Sousa, manifestou desejo pessoal de produzir uma biografia exclusiva a ele dedicada. A esse respeito, revela Márcia Gonçalves (2009), ao tratar de alguns projetos anunciados por Tarquínio:

Projetos, temos sempre. Basta viver. Eu gostaria de escrever uma história dos heróis humildes, dos heróis menores, digamos. Aqueles que, embora valendo muito, muito não puderam fazer porque eram modestos, não tinham forças. Apareceram nos acontecimentos que já relatei, anotei-lhes o nome, tenho-lhes muito carinho. **Justiniano José da Rocha, o jornalista de Ação, reação e transação**; João Batista de Queiroz, das lutas da Independência e da Regência; Cipriano Barata, tantas vezes preso por amor à liberdade; e esse Francisco Antônio Soares, que se chamava o ‘Brasileiro Resoluto’.³²³(Grifos nossos)

Neste caso, por tratar-se de um levantamento biográfico de vultos da política nacional, é preciso reconhecer que Justiniano se destacou mais pelo exercício jornalístico do que propriamente pela experiência vivenciada em algum de seus três mandatos políticos como

³²² VIANNA, Hélio. Justiniano José da Rocha. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 243, n. 2, pp. 20-34, abr.-jun. 1959.

³²³ GONÇALVES, 2009, p. 267-268.

deputado geral pela Província de Minas Gerais³²⁴. Dizia Elmano Cardim que “A sua atuação na Câmara não foi das mais marcantes, porque sua posição política estava condicionada à disciplina partidária, à qual procurara sempre ser fiel, na imprensa e fora dela”³²⁵.

Justiniano seria, na política e na história de personalidades nacionais, uma estrela de segunda grandeza; seria um herói menor, mais humilde, conforme julgamento de Tarquínio. Numa paráfrase: valia muito, mas muito não pôde fazer porque seria *modesto*, não tinha força... Não possuía nenhum título nobiliárquico (barão, marquês, visconde e muito menos duque), e Roderick Barman (1973), um de seus biógrafos, chega a propor um quadro de seu estilo de vida e até de sua personalidade, excluindo-o de toda a pompa dos altos círculos de nobreza da Corte. Chega até a manifestar a reputação paradoxal que tivera que conviver a contragosto, uma reputação de mercenário, de homem vendido, de “pena de aluguel”:

A despeito de sua atuação como paladino do conservantismo, sua educação parisiense e sua intimidade com os graúdos, Rocha não conseguiu jamais livrar-se da aparência tanto de ser um plebeu quanto de ser um mercenário. Habitando o bairro fora de moda do Catumbi³²⁶, sobrecarregado por uma filharada que crescia de ano para ano, mantendo um nível precário de vida como jornalista, professor e tradutor, Rocha não ostentava o estilo de vida que seria de esperar dos membros das rodas dirigentes³²⁷. Pior que tudo isto, entre as numerosas qualidades que compunham a sua personalidade, Rocha não possuía aquela sisudez, aquela

³²⁴ Hélio Vianna (1959) aponta: “Como tantos jornalistas brasileiros, também foi o político e deputado geral Justiniano José da Rocha eleito por Minas Gerais para a 5ª, 8ª e 9ª legislaturas, de 1843/1844, 1850/1852 e 1853/1856. (...) Dissolvida a 5ª legislatura, foi ainda, em 1845, deputado à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro.” (p. 27).

Todavia, quanto a esta última informação (a de que teria sido deputado provincial pelo Rio de Janeiro), não foram encontradas provas, sendo a principal delas uma lista com a relação nominal de todos os deputados provinciais e/ou estaduais do Rio de Janeiro no intervalo entre 1836 e 1917. Cf. Relação dos Deputados de 1836 a 1917. In: Relação dos Deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas Legislaturas de 1836 a 1917. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218740&Pesq=%22Justiniano%20José%20da%20Rocha%22&pagfis=1> ; Cf. VIANNA, *Op. Cit.*

³²⁵ CARDIM, 1964, p. 39.

³²⁶ É válido ressaltar que essa impressão não é consensual. José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, chega a registrar impressões da casa de Justiniano, noticiando acerca de um baile ali ocorrido oferecido pelo anfitrião a colegas da Câmara dos Deputados no ano de 1851 em homenagem à representação mineira: “A casa, recentemente construída, com parcimônia e gosto, decorada com a mesma simplicidade e arte, mostrando por seus quadros e por algumas de suas disposições que o seu proprietário é um homem de letras que sabe conciliar seu reconhecido amor aos livros com as distrações e gozos do mundo material, a novidade e belo aspecto do edifício dava imenso realce e vida à reunião já em si animadíssima e luzida. Talvez seja o primeiro baile que se dá em Catumbi depois que ali se estabeleceram os *Campos Eliseos*.” Sobre o relato de Paranhos, conferir carta “Ao amigo ausente”, de 6 de setembro de 1851 (*Jornal do Commercio*, n. 41, 07/9/1851); sobre menção ao relato, conferir: Cf. SOUSA, José Antônio Soares de. Cartas de Justiniano José da Rocha ao Visconde do Uruguai (inéditos). RIHGB, n. 220, jul-set 1953. p. 339-348.

³²⁷ Barman (1973) chega a comentar em nota (10) a respeito: “Verificar seu ingênuo auto-retrato no discurso de 26 de maio de 1855”. (In: ANAIS, 1855, v. 1, p. 136). Trata-se do discurso mais famoso de Justiniano da Rocha na Tribuna da Câmara, no qual tece críticas ao Gabinete da Conciliação presidido por Honório Carneiro Leão, o prestigiadíssimo Marquês do Paraná, e aproveita para contar um pouco da própria história de vida.

gravidade e aquele tom de cortesia considerado essencial para ter entrada nos mais altos círculos. Diferindo de seu contemporâneo, o futuro visconde do Rio Branco, que cultivava “a delicadeza de maneiras de um perfeito *gentleman*”, Rocha era capaz de atitudes públicas que eram um misto de lágrimas, revelações cruas, baixa comédia e morbidez, que ofendiam fundamente a sensibilidade dos círculos dirigentes. Tal foi o seu discurso na Câmara a 25 de maio de 1855. “Aquele nosso amigo seria mais feliz”, escreveu nesse ano Eusébio de Queirós, o homem que obteve as mais sérias provas de lealdade de Rocha, “se tivesse dez vezes menos talento e uma vez mais de juízo prudencial”³²⁸.

Em consequência, Rocha, até 1853, foi considerado um aliado político valioso, mas nunca foi tratado como um igual. Não conseguiu obter apoio de qualquer sinecura e não mereceu sequer um oficialato em qualquer das ordens honoríficas, apesar dessas honrarias serem concebidas como rotina a tantos. Rocha acertou em cheio quando escreveu certa vez desanimado: “para nada presto, nada mereço, senão osso que se atira a cão para matar-lhe a fome”³²⁹. Era uma rejeição que o feria tanto mais quanto Rocha era um homem sequioso de aceitação social, mas não possuía a categoria ou a habilidade que permitiram a um jornalista como Joaquim Feliciano Gomes fazer carreira independente da elite³³⁰.

Ainda que não fosse considerado em alguns dos mais importantes volumes biográficos de seu tempo (particularmente no período que cobre o final da Regência até a fase áurea do 2o Reinado, condizente aos anos anteriores à Guerra do Paraguai³³¹), sua participação na vida intelectual e política do país entre os anos 1830 e 1860 foi destacada postumamente por outros biógrafos. Sua notoriedade ficava a encargo não só do destaque que teve na imprensa política de uma época, mas por ter escrito o que é considerada ainda hoje a sua *Magnum Opus*: “Ação; reação; transação – Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”.

Dentre as biografias ou notas biográficas dedicadas a Justiniano, há uma única produzida enquanto ele ainda estava vivo. Seu autor foi Innocencio Francisco da Silva na obra *Diccionario Bibliographico Portuguez*³³², publicada em Lisboa, Portugal, em 1860³³³. Este

³²⁸ Nota 12 de Barman (1973): “Eusébio de Queirós a Firmino Rodrigues Silva, 1855, citado em Nelson Lage Mascarenhas. *Um jornalista do Império (Firmino Rodrigues Silva)*. (São Paulo, 1961), p. 222.

³²⁹ Nota 13 de Barman (1973): “J. J. Rocha a José Tomás Nabuco de Araújo, s.d., (14 de março de 1855). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante citado como IHGB). Coleção Nabuco (doravante citado JTN), L. 382, p. 3.

³³⁰ BARMAN (1973).

³³¹ Ou seja, período aproximado entre 1837 e 1864/1865, lembrando que o período final da regência compreende a ascensão do Gabinete de setembro de 1837 e o chamado “Golpe da Maioridade”, em 1840, e a Guerra do Paraguai compreende o intervalo entre 1864 e 1870.

³³² SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez (estudos de I. F. S. aplicáveis a Portugal e ao Brasil)**. Tomo Quinto, Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Pp. 163-165. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=vZ37NeD2pe8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false (Última visualização: novembro/2020).

³³³ Silva (Op. Cit.) cita uma fonte inusitada de sua pequena nota biográfica acerca de Justiniano da Rocha: “Para a sua biografia vejam-se os *Apontamentos* insertos na *Nova Practica elementar da Homeopathia* pelo sr. dr. A. J. de Mello Moraes (1856), pag. VI a VIII.” (p. 164).

dedicou ao intelectual cerca de duas páginas e meia, numa coletânea de vários nomes de destaque do Brasil e de Portugal. Bastante completa nas informações acerca do personagem, até porque Justiniano já tinha vivenciado boa parte de suas experiências de vida (morreria dois anos após a publicação da referida nota), não lhe traçava características tão pessoais e íntimas, mas a sua trajetória intelectual, dando grande ênfase aos anos de formação, aos jornais que ele fundou ou colaborou e aos cargos públicos que ele exerceu, sobretudo no campo da educação (como professor e como diretor). Foi assim que Innocencio não descuidou em mencionar a participação que Justiniano teve na divulgação da literatura, destacando-lhe o papel de tradutor e publicista de diferentes gêneros literários; da mesma forma enfatizou a sua atuação enquanto jornalista político, tendo deixado a sua marca enquanto autor de uma das mais importantes obras de análise da conjuntura política e de temas de importância no debate público daquela época³³⁴. Certamente por isso, acredita-se que Justiniano tenha conhecido esta nota biográfica de certa forma elogiosa, e que seu contentamento pessoal provavelmente contrariaria as impressões particulares que Barman (*Op. Cit.*) produzira acerca de sua personalidade.

Afora essa assinalada exceção, considerando desde os contemporâneos desse intelectual no século XIX até os estudiosos mais recentes do início do presente século (XXI), destacam-se contribuições valiosas que ora produzem narrativas biográficas, ora se dedicam a analisar o “Ação; Reação; Transação...” ou outros escritos desse autor oitocentista. Todas elas, dado o tratamento minimamente honesto e respeitoso oferecido à sua *vida e obra*, não deixam de representar alguma espécie de consideração póstuma³³⁵, por entenderem a sua inolvidável presença num período marcante e crucial da história do Brasil, àquele correspondente à tentativa de manutenção da unidade política e territorial em detrimento de projetos de pronunciadas liberdades e emancipações.

O quadro a seguir resume, em ordem cronológica, a produção em torno da *obra* ou *vida* de Justiniano da Rocha:

³³⁴ Conferir na íntegra, no ANEXO G, a nota biográfica acerca de Justiniano José da Rocha elaborada por Innocencio Francisco da Silva enquanto o biografado ainda se encontrava vivo.

³³⁵ Priva-se aqui de empregar o termo “homenagem póstuma”, posto que há assuntos controversos em que o biografado – assim como a maioria dos homens de seu tempo – se envolveu, não sendo portanto propriamente homenagens, mas registros de memória. Fala-se aqui do peso que certas tendências político-ideológicas tiveram para a manutenção da estrutura escravocrata do Brasil Oitocentista.

Quadro 1 - Análises da Vida e/ou obra de Justiniano José da Rocha

ANO	AUTOR	TÍTULO	PUBLICAÇÃO
1860	SILVA, Innocencio Francisco da	Justiniano José da Rocha	In: Dicionario Bibliographico Portuguez (estudos de I.F.S. applicaveis a Portugal e ao Brasil). Tomo V, Lisboa: Imprensa Nacional. Pp. 163-165.
1862	AGUIAR, Antonio Augusto da Costa	As Doutrinas do Dr. Justiniano José da Rocha sobre a colonização europeia, exaradas no periódico - Regenerador - de 12 e 14 de abril, Ns 25 e 26.	In: O Brazil e os Brasileiros. Santos: Typographia Commercial. 150 p.
1876	MACEDO, Joaquim Manoel	Justiniano José da Rocha	Anno Biographico Volume II. Pp. 367-371.
1899	BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento	Justiniano José da Rocha	In: Dicionario Bibliographico Brasileiro (pelo Doutor A. V. A. S. Blake). Quinto Volume, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Pp. 269-273.
1956	MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo	Três panfletários do segundo reinado ³³⁶ .	1a Edição: Companhia Editora Nacional./ Edição especial: ABL, 2009. Pp. 125-205.
1959	VIANNA, Helio	Justiniano José da Rocha	RIHGB. Vol. 243. Pp. 20-34.
1964	CARDIM, Elmano	Justiniano José da Rocha	Companhia Editora Nacional. 146 p.
1973	BARMAN, Roderick J.	Justiniano José da Rocha e a época da conciliação.	RIHGB. Vol. 301. Pp. 3-32.
1982	JANOTTI, Maria de Lourdes	A Falsa Dialética: Justiniano José da Rocha.	Revista Brasileira de História, vol. 2, n. 3, pp. 3-17.
1998	TORRES, Valéria Aparecida Rocha	Justiniano José da Rocha e a memória do período regencial.	Dissertação de Mestrado. História/Unicamp. 124 p.
2005	CANO, Jefferson.	Justiniano José da Rocha, Cronista do Desengano.	In.: CHALOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza Neves; PEREIRA, Leonardo. História em cousas miúdas: capítulo de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp. Pp. 23-65.
2007	GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal	Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia.	In.: CARVALHO, José Murilo de (Org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pp. 71-91.
2008	ENGEL, Magali Gouveia	Justiniano José da Rocha,	In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Pp. 453-455.
2013	OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima	Cronistas e Atlantes: Justiniano José da Rocha.	Dissertação de Mestrado. História/UFSJ. 193 p.
2016	CALDEIRA, Cláudia	Justiniano José da Rocha: bastidores da imprensa política.	Tese de Doutorado. História Política/ UERJ. 245 p.
2016	PARRON, Tâmis	Ação, Reação; Transação: Duas Palavras acerca da atualidade Política do Brasil (1855); estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto.	Editora da Universidade de São Paulo. 191 p.

Fonte: Organização de CORRÊA, 2022.

Elmano Cardim, jornalista e “imortal” da Academia Brasileira de Letras, autor de uma biografia baseada numa conferência oferecida no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sintetiza a importância do biografado na história nacional: “Justiniano José da

³³⁶ Com destaque para a publicação do panfleto “Ação; Reação; Transação – Duas palavras acerca da anuidade política do Brasil” (1855).

Rocha teve, no período em que escreveu os seus jornais, uma indiscutível influência nos acontecimentos políticos que se desenrolaram no país”³³⁷.

Com o tempo o personagem passou a ser recorrentemente lembrado pela historiografia política e mesmo literária, particularmente por conta de sua intensa atividade na imprensa e por conta da sua obra mais conhecida e de grande repercussão para a época. Muitos dos historiadores costumam recorrer a “Ação; Reação; Transação...” para compreender exatamente a dinâmica política que vigorou naquela época, interpretando-a de variadas formas³³⁸.

É bom que se diga que o jornalismo daqueles tempos passou a ser também – quiçá antes de mais nada (embora não exclusivamente...) – um veículo a serviço de exercícios retóricos da política, começando essa tradição com Hipólito José da Costa em seu *Correio Brasiliense*, que em novembro de 1821 anunciara em suas páginas a lei de liberdade de imprensa³³⁹.

O juízo que se fazia da pena jornalística de Justiniano desdobrara-se em objeto de celeumas. Isso fazia com que muitos de seus adversários ou antipatizantes o combatessem ou o desabonassem enquanto defensor de específico projeto de país e de particular visão de mundo. E conforme já exposto no primeiro capítulo sobre o teor e a natureza da linguagem utilizada nas celeumas, alguns desses adversários travavam verdadeiros embates agressivos.

Outros embates pareciam restringir-se exclusivamente ao campo das ideias sem se constituírem necessariamente em ofensas; ao menos é assim que se retoma o exemplo de Antonio Augusto da Costa Aguiar, interlocutor respeitoso com o qual Justiniano estabeleceu algum nível de debate. Costa dedica cinco dos primeiros capítulos de sua obra “O Brazil e Os Brasileiros” para criticar – sem proferir uma única palavra agressiva – o que chamou de “Doutrinas do Dr. Justiniano” acerca do papel da colonização europeia no Brasil, todas “(...) exaradas no periódico “O Regenerador”³⁴⁰.

³³⁷ CARDIM, 1964, p. 2.

³³⁸ Detalhes da mencionada obra serão abordados no último item deste capítulo. Também será abordada no último item deste capítulo a importância dada à Justiniano pela historiografia literária no Brasil.

³³⁹ Cf. PAULA (2001), CASTRO JÚNIOR (2013), entre outros. PAULA, Sergio Goes (Org.). Hipólito José da Costa. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2001. CASTRO JÚNIOR, Sebastião de. Sobre fortunas e desventuras de um “mulato” entre os mundos das letras e da política do Império do Brasil: um pequeno mergulho na trajetória de Francisco Montezuma. In FERREIRA, Tânia Bessone da C.; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira (Orgs.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013. Pp. 231-261.

³⁴⁰ Cf. AGUIAR (1862).

Evidente que a designação de “pena de aluguel” a ele dirigida como uma das mais emblemáticas ofensas, não foi amplamente compartilhada. A maior parte de seus biógrafos do século XX e mesmo do XXI contextualizaram determinadas celeumas e polêmicas, e em boa medida contribuíram para asseverar que o jornalismo de Justiniano tinha bandeira ideológica, porquanto de fato era panfletário de uma causa, e que embora fosse alvo predileto dos adversários, mereceu algum nível de reconhecimento póstumo porque sua fidelidade partidária, testemunhada do início ao fim de sua vida pública³⁴¹, se deu a custas de abandono de parte significativa dos próprios correligionários, que procederam assim por conveniências momentâneas e preconceitos de época³⁴².

Diferente do que foi muito comum na vida política dos homens públicos de seu tempo, no qual correligionários do Partido Conservador (os saquaremas) frequentemente trocavam de campo político (tornavam-se liberais, e vice-versa)³⁴³, Justiniano era uma excepcionalidade, pois jamais abandonou as causas conservadoras; ao contrário, podiam acusá-lo e combatê-lo em muitas coisas, exceto naquilo que dizia respeito à sua fidelidade e coerência partidárias. Coerência essa que poderia ser interpretada como resistência ou, em última instância e na pior das hipóteses, como teimosia calculada.

A dedicação à causa partidária levava Justiniano a ter relações estreitas com nomes do núcleo duro partidário, sendo ele mesmo confundido com o próprio grupo devido ao seu contínuo e ininterrupto exercício panfletário.

³⁴¹ Ou seja, alguns de seus biógrafos conseguiam assinalar em sua personalidade algum traço de caráter positivo, como o valor da fidelidade: “Sua pena esteve sempre a serviço do Partido Conservador, que defendeu e amparou com calor e inteligência, jamais desertando das suas fileiras, mesmo quando em desacordo com os seus correligionários. Poucas, muito poucas compensações teve, no entanto, em face de tal dedicação, o devotado jornalista, que morreu esquecido, sem honrarias, a braços com a miséria.”(CARDIM, 1964, pp. 5-6).

³⁴² O reconhecimento aos dissabores sentidos pela fidelidade a uma causa e pelo abandono de correligionários – sobretudo depois do embate entre Justiniano e o Marquês do Paraná – pode ser verificado entre os contemporâneos de seu tempo também: “Peço ainda licença, senhores, para propor um segundo brinde. Um dos mais distintos escritores do país, que foi vítima de sua dedicação às ideias de seu partido, acha-se hoje abandonado pelos chefes desse mesmo partido, compartilhando assim a sorte de muitos homens notáveis, que, sacrificando-se pelas ideias de um credo político, encontraram-se sem apoio, quando prevaleceu o interesse de família. A saúde do Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, o jornalista eloquente e dedicado, cuja pena representou por si só um partido inteiro no tempo em que esse partido esteve fora das posições oficiais. (Aplausos.)”. *A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro* (RJ), 16/12/1856, Edição 233, p. 2.

³⁴³ Sobre essa característica mutante da filiação partidária de alguns políticos do período, vale recobrar a célebre frase atribuída ao político pernambucano Holanda Cavalcanti: “Nada se assemelha mais a um ‘saquarema’ do que um ‘luzia’ no poder”. Como elucida e relembra o historiador Boris Fausto em sua obra didática, *História do Brasil*: “‘Saquarema’, nos primeiros anos do Segundo Império, era o apelido dos conservadores. Derivava do município fluminense de Saquarema, onde os principais chefes do partido possuíam terras e se notabilizaram pelos desmandos eleitorais. ‘Luzia’ era apelido dos liberais, em uma alusão à Vila de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde ocorreu a maior derrota destes, no curso da Revolução de 1842.” Cf. FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2007. p. 180.

Autorizado e financiado por esses saquaremas, figurava como porta-voz ideológico do Partido junto às tribunas da imprensa e da política. Graças a isso e à convicção com que defendia a causa, tornou-se refratário à proposta conciliadora entre os polos político-ideológicos antagônicos. Foi justamente por esse perfil combativo que Justiniano se transformou em personagem central na oposição à tentativa conciliadora desencadeada pelo Marquês do Paraná durante a vigência do famoso Gabinete da Conciliação (1853-1856).

Sendo Paraná um dos nomes-chave do partido saquarema, reunia ele capital político suficiente para operar a superação dos momentos mais candentes de embates entre liberais e conservadores, desencadeados desde o Gabinete de setembro de 1837 ou mesmo antes, ainda durante a Regência de Diogo Feijó (entre 12/10/1835 e 19/09/1837). Buscava Paraná, na condição de estadista, a estabilização política com o intuito de consolidar os arranjos que superassem as contradições e instabilidades vivenciadas desde o período regencial.

Foi no contexto do Gabinete da Conciliação que Justiniano publicou, em 1855, o seu “Ação; Reação; Transação: Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil”, propondo na obra uma análise política panorâmica do longo período que vai de 1822 (independência), passando por 1837 (marco inicial do movimento político-partidário conhecido como “Regresso Conservador”) até a experiência conciliadora do Gabinete liderado por Marquês de Paraná (1853-1856).

Não há consenso entre os críticos da obra se Justiniano faz uma análise isenta ou parcial do contexto da Conciliação. No entanto, supera em número os que consideram o autor refratário à política de Paraná, reafirmando a agenda conservadora de poder e mesmo justificando através de sua narrativa historiográfica a necessidade de manutenção do programa partidário.

Decerto a avaliação do mérito ou não da fidelidade partidária de Justiniano pode ser ponderada com base num juízo negativo acerca da impertinência em se manter fiel a uma bandeira ideológica que defende a escravidão (em detrimento da liberdade) associada ao monopólio do poder (em detrimento da liberdade e da autodeterminação de cada região) e à agroexportação (em detrimento, após certo momento, de algum nível de diversificação

econômica do país³⁴⁴). Mas também é importante salientar que, num sentido dialético, somente através de uma contradição autenticamente verificada torna-se possível suscitar mudanças verdadeiras. No caso de contradições aparentes, nada se muda. Então, neste caso, se Justiniano se demonstrava verdadeiramente convicto em suas crenças conservadoras, por mais que elas fossem passíveis de críticas, essa autenticidade e mesmo fidedignidade não deixaram de ser relativamente reconhecidas por algumas biografias enquanto postura positiva, porque mal ou bem operaram verdadeiras mudanças frente ao tensionamento necessário entre ideias e projetos³⁴⁵.

Alguns de seus biógrafos chegaram a enfatizar episódios polêmicos, destacando-se seja as características típicas dessa “pena de aluguel”, isto é, os interesses por detrás de cada argumento em prol da causa conservadora, seja quando enfatizaram sua contenda junto ao todo poderoso chefe do Gabinete da Conciliação³⁴⁶, Honório Hermeto Carneiro Leão, vulgo Marquês do Paraná, que então também era correligionário e um dos principais nomes do Partido Conservador.

³⁴⁴ Guimarães (2008) salienta que existiram certas dificuldades impostas pelo Projeto Saquarema (conservador) a atividades financeiras, comerciais e industriais implementadas por um dos grupos mercantis liderados pelo então Barão (1854) e depois Visconde de Mauá (1874), Irineu Evangelista de Souza. Guimarães analisou as atividades econômicas e políticas do grupo que atuou na Praça do Comércio do Rio de Janeiro na década de 1850. Verificou que entre os negócios constavam investimentos em atividades bancárias, de navegação, de instalação de estradas de ferro, entre outras. Como diz Faria (2008), Mauá desempenhou “(...) participação efetiva nos esforços para inserir o Brasil nos quadros da modernidade (...)”, mas ao final fracassou, atribuindo parte desse fracasso às autoridades brasileiras. Cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Os Negociantes da Praça do Comércio do Rio de Janeiro de meados do século XIX: estudo do Grupo Mercantil do Barão de Mauá e sua relação com o Império do Brasil. *Revista População e Sociedade*, CEPESE, Porto/Portugal, nº 16, 2008, p. 291-312; FARIA, Sheila Castro de. Irineu Evangelista de Sousa (Visconde de Mauá). In VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.p. 388-390.

³⁴⁵ O famoso estudioso brasileiro do método dialético, Leandro Konder (2010), elucida: “Hegel sustentava que, se todas as coisas e todos os seres são diferentes, singulares, é porque eles existem em movimento, transformando-se em algo que ainda não são e entrando em colisão com o outro. Já ouço o leitor perguntar: ‘Quem é esse outro?’. E respondo: outro, em grego, era *alter*. Na medida em que dialogávamos, nós nos alterávamos, nos realizávamos na diferença. Esse era o ponto de partida da dialética em Hegel. (...) Com Hegel, Marx aprendeu que nas coisas essenciais, nas contradições decisivas, o conhecimento nunca era ‘neutro’ ou era ‘pragmático’. Os sujeitos humanos – ao se esforçarem para alcançar seus objetivos particulares, ao se empenharem em satisfazer seus desejos pessoais ou anseios de sua classe ou de seu grupo – fazem história.”(p. 51-52)

³⁴⁶ O Gabinete da Conciliação foi o décimo e segundo gabinete ministerial do Segundo Reinado, e assim ficou conhecido por procurar promover a conciliação entre os interesses dos dois grandes partidos do período. O político conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, vulgo Marquês do Paraná, foi o seu idealizador, e o presidiu no intervalo entre 6 de setembro de 1853 e 3 de setembro de 1856, quando então faleceu em pleno exercício. Após esse intervalo foi sucedido por outro, passando o gabinete a ser chefiado por Caxias entre setembro de 1856 e maio de 1857, quando então a ideia de Conciliação perde o vigor e a eficácia, e o ministério passa a se manter apenas para os expedientes de rotina. Cf. FERRAZ, Paula Ribeiro. O Gabinete da Conciliação: algumas considerações. Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO – Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010; entre outros.

E como até aqui já se mencionou repetidas vezes a alcunha de “pena de aluguel” atribuída a Justiniano, convém elucidá-la melhor. Seu emprego inicia-se quando, inaugurando sua escrita jornalística no periódico “O Cronista” (1836), passa a combater a regência liberal de Diogo Feijó, pressionando-o até a renúncia, que é sucedida pela ascensão do Gabinete de Setembro de 1837. Seria este Gabinete o marco inicial da hegemonia conservadora na política nacional nos anos seguintes – o chamado *Tempo Saquarema*³⁴⁷.

Graças à sua panfletagem política na imprensa, Justiniano torna-se personagem valorizado e pinçado pelos correligionários conservadores a título de aliado estratégico. E devido a seus préstimos, recebe em troca algumas contrapartidas vantajosas³⁴⁸, como o cargo de Direção do *Correio Oficial*, a vaga na cadeira de Geografia e História no recém-fundado Colégio de Pedro II, a oferta de escravos³⁴⁹, entre outras vantagens, incluindo as pecuniárias.

Esse conjunto de benefícios proporcionaria o seu estreitamento de laços com os indivíduos que formavam o núcleo duro do Partido, e que se tornariam as figuras mais proeminentes do período imperial ou de pelo menos meados do século XIX.

Esse conjunto de benefícios justificaria a alcunha de “vendido” atribuída a Justiniano. E se por um lado ele ganhava esse mal estigma, por outro lado, havia quem o designasse enquanto “retrato da disciplina partidária”, enquanto ícone da causa conservadora.

É muito importante enfatizar esse detalhe referente à “pena de aluguel”, pois nessa averiguação de algumas biografias de Justiniano, constata-se nas críticas provenientes de seus adversários, algum nível de contradição referente à precipitada avaliação de seu caráter supostamente desonesto e não autêntico. Nesse sentido, avalia Cardim (1964), ao verificar o teor de suas correspondências dirigidas a confidentes, que Justiniano demonstrava-se verdadeiro e autêntico na manifestação de suas convicções, estando por isso sujeito a todo tipo de apedrejamento de cunho moralizante.

Apesar disso, é preciso ressaltar algo importantíssimo na sua trajetória intelectual e política e na análise que se fazia acerca da sua personalidade: parte significativa dos preconceitos e reservas dirigidas à sua figura provinha em boa medida de sua condição étnica, e não propriamente de suas opções éticas ou escolhas político-ideológicas. Justiniano era um

³⁴⁷ MATTOS (*Op. Cit.*).

³⁴⁸ Contrariando avaliações biográficas que alegaram ter tido ele “muito poucas compensações” (CARDIM, *Op. Cit.*).

³⁴⁹ Neste caso, enquadrando-se ao juízo de valor da época, a fim de não incorrer no equívoco de anacronismo, receber escravos significava uma “vantagem pecuniária” para aquela sociedade, na medida em que se tratava de uma *mercadoria*.

miscigenado, um afrodescendente, e isso incitava o preconceito de raça, ainda que muitas vezes de forma velada.

Parte desse argumento relativo à sua origem étnica aparece nos trabalhos de Raimundo Magalhães Jr.³⁵⁰, Hélio Vianna e do próprio Elmano Cardim. Para Magalhães Jr., por exemplo, fica claro que mesmo Justiniano sendo “(...) por muitos considerado o nosso maior jornalista no tempo do Império”³⁵¹, a sua origem e a sua cor de pele não passaram incólumes pelos preconceitos de época. Essa mesma avaliação é compartilhada pelos outros dois autores: Justiniano era pardo, fruto da miscigenação característica de boa parte da população.

Embora essa questão tenha perpassado a vida de Justiniano, à maneira velada ou explícita, esse fato não impossibilitou que, no contrabalanço das críticas dirigidas a ele pelos seus opositores, viessem igualmente muitos outros que o elogiassem na perspectiva de ressaltar o seu talento jornalístico e o papel relevante que exercia nos acontecimentos políticos de seu tempo, mesmo que boa parte desses elogios viessem tardia e postumamente.

Entre os admiradores, apontam-se Joaquim Manoel de Macedo, José Maria Paranhos (Barão do Rio Branco)³⁵², Alcindo Guanabara, Silvio Romero, José Veríssimo, o próprio Octávio Tarquínio, entre outros³⁵³.

O contraste de opinião acerca de Justiniano pode ser simbolicamente demonstrado através do resgate de três iconografias representativas de sua figura em dois momentos distintos³⁵⁴: o primeiro desses momentos refere-se a duas caricaturas publicadas em dezembro

³⁵⁰ Magalhães Jr. não fez uma biografia propriamente dita; apenas analisou os principais panfletários de uma época. Cf. MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Três panfletários do segundo reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto, 86), 2009.

³⁵¹ Cf. Magalhães Jr. (*Op. Cit.*, p. 14).

³⁵² A esse respeito, lembra Magalhães Júnior (2009): “‘Foi o primeiro jornalista do seu tempo’ é o julgamento sintético do Barão do Rio Branco, numa das páginas das ‘Efemérides’, a respeito de Justiniano José da Rocha, cuja atuação se exerceu no período regencial e nos dois primeiros decênios do Segundo Reinado. (...) O conceito de Rio Branco (...) restringe-se ao quadro da época, pondo Justiniano da Rocha em confronto com os valores máximos da nossa imprensa entre 1833 e 1862. E entre esses valores sobressaíam, como agitadores de ideias, vibrantes e inflamados, um Cipriano Barata e um Borges da Fonseca e, como exemplo de correção, de apuro de forma, de elevação de pensamento, um Francisco de Sales Torres Homem, um Francisco Octaviano de Almeida e Rosa, um José Maria da Silva Paranhos. Boa cultura, pena destra, argumentação vigorosa eram recursos de que se valia Justiniano.” (p. 125-126)

³⁵³ Diria Cardim a respeito das opiniões acerca de Justiniano: “Apesar de tão elevados julgamentos, o fato é que Justiniano não tem, no conceito público dos contemporâneos, o prêmio merecido pelo seu valor. Apenas de alguns expoentes da inteligência brasileira recebeu sua memória o pagenérico que, de algum modo, compensa aquela injustiça. Não só Rio Branco fez elogio do seu valor. Outros, com idêntica autoridade, enalteceram a sua capacidade profissional e a sua obra de escritor. Silvio Romero classifica-o como ‘um dos mestres laureados da palavra escrita no Brasil’ e, com o radicalismo de muitos de seus julgamentos, acrescenta: ‘não haver Justiniano como jornalista encontrado ainda que o excedesse entre nós’”. CARDIM, 1964, p. 6.

³⁵⁴ Ambas as imagens encontram-se nos anexos da biografia produzida por Elmano Cardim (*Ibidem*).

de 1837³⁵⁵. Numa delas – considerada uma das primeiras caricaturas publicadas no Brasil³⁵⁶ – aparece Justiniano sendo recompensado por sua “pena de aluguel”, aludida pela sua saída do periódico “O Cronista” para receber vencimentos anuais de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis) na condição de Diretor do *Correio Oficial*, órgão de imprensa do governo, cargo que acabara de receber do então Ministro da pasta da Justiça e interino da pasta dos Negócios do Império – Bernardo Pereira de Vasconcellos, numa espécie de troca de favores pelos préstimos jornalísticos em apoio à causa regressista³⁵⁷. A ilustração intitulava-se “A campanha e o Cujos”.

Figura 1 – Justiniano José da Rocha recebendo suposta recompensa pelos seus préstimos jornalísticos oferecidos à causa regressista, em 1837



Fonte: CARDIM, 1964³⁵⁸.

³⁵⁵ Cardim (1964).

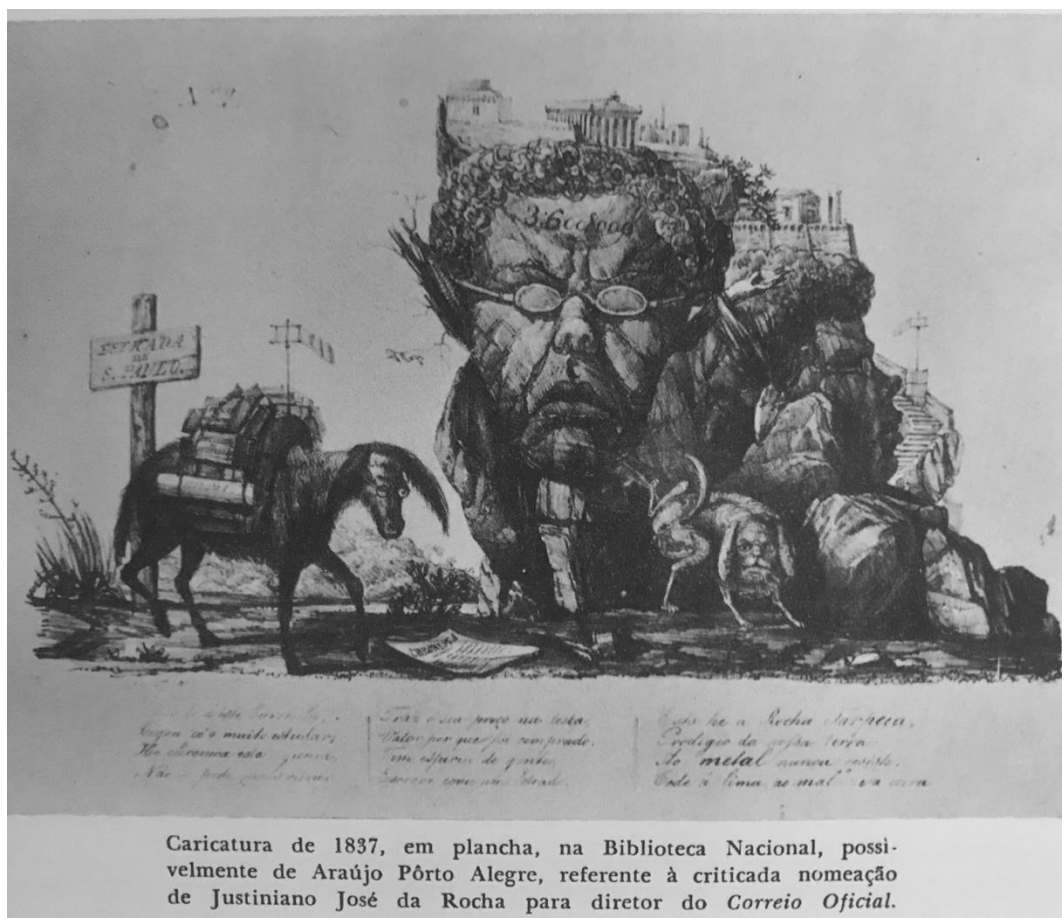
³⁵⁶ VIANNA (*Op. Cit.*).

³⁵⁷ O regresso conservador (também conhecido como movimento regressista) refere-se à retomada do poder no Gabinete de setembro de 1837 de correligionários conservadores sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcellos, findando o período liberal precedente inaugurado com o Ato Adicional de 1834.

³⁵⁸ Primeira caricatura publicada no Brasil, em dezembro de 1837, de autoria atribuída a Araújo Porto Alegre. É alusiva ao cargo de direção do *Correio Oficial*, periódico do Governo Regencial (Gabinete de setembro de

Na outra caricatura, Justiniano é representado com traços afrodescendentes bem acentuados com o propósito de acoplá-lo à condição escrava inerente a alguns de seus antepassados, justamente numa época em que essa estética do biótipo negro - independente de ser ou não considerada contemporaneamente bela – estava automaticamente associada a uma condição subalterna e depreciada num enquadramento de sociedade marcada pela ordem escravocrata. Tal caricatura intitulava-se “A grande Rocha Tarpéia”.

Figura 2 – Caricatura de Justiniano José da Rocha



Nota: Na testa da figura caricaturada encontra-se o ordenado anual do cargo de Diretor do Correio Oficial doravante assumido: 3:600\$000.

Fonte: CARDIM, 1964.

Através de ambos os exemplos, fica tangível a crítica ácida e escarnecida direcionada ao personagem devido a sua condição mestiça, sendo isso sinal inequívoco do preconceito de época. O artista, que seria Manuel de Araújo Porto Alegre (futuro Barão de Santo Ângelo)³⁵⁹,

1837), a Justiniano José da Rocha.

³⁵⁹ As caricaturas não tinham a assinatura do artista, mas comumente são atribuídas a Araújo Porto Alegre. (Cf. VIANNA, 1959; CARDIM, 1964; e outros).

aproveita o mote da cor parda da pele para exagerar na retratação do personagem, procurando assim imputar-lhe demérito diante do cargo importante recém-assumido.

O segundo momento, diferente da ausência constatada na galeria de Sisson ou mesmo de forma distinta ao tratamento dado à sua figura nas duas últimas imagens, apresenta Justiniano retratado pictoricamente entre as grandes personalidades do Império; trata-se de um retrato seu na “Galeria de grandes figuras do Império”, elaborado por outro artista francês radicado no Rio de Janeiro, Louis Alexis Boulanger (ou, aportuguesadamente, Luís Aleixo Boulanger)³⁶⁰, no qual o retratado aparece em traços finos, em aparência praticamente esbranquiçada (como diria Magalhães Jr.), à maneira de figura enquadrada no seio dos representantes da classe senhorial branca da época, a chamada *boa sociedade*.

Vale acrescer que esse trabalho de Boulanger associava-se, como propõe Dias (2019),

“(...) aos objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na futura construção da memória da Nação com o Novo Imperador Dom Pedro II. A gravura funcionava como meio de difusão dos nomes importantes do Estado, cujo exemplo deveria ser seguido, mas também uma forma de elevar o interesse da sociedade pela compra de gravuras e de retratos, funcionando como uma plataforma de ampliação do gosto privado pela promoção de figuras públicas.³⁶¹

A homenagem seria uma significativa exceção em meio à já mencionada ausência de biografias dedicadas ao personagem, e ganha particular importância justamente porque a intenção do artista era exatamente produzir volumes voltados às estrelas de primeira grandeza da nação. Para Boulanger, Justiniano figurava na “Galeria de grandes figuras do Império” e era branco. Ou seja, uma outra forma de representar o preconceito de época, negando a condição miscigenada do retratado:

³⁶⁰ Boulanger teria nascido em 2 de abril de 1798, mudando-se para o Brasil em 1827, onde passou a exercer a arte litográfica e as funções de retratista, calígrafo, heraldista, paisagista, entre outras funções. Contratado por José Bonifácio de Andrada e Silva em 1831, foi nomeado Professor Régio, tornando-se mestre de caligrafia de D. Pedro II e de suas irmãs. Em 1862, foi escrivão da Corte e desenhava brasões novos. Em 1874 falecia cego na capital da Corte, merecendo um necrológio de Joaquim Manoel de Macedo publicado na Revista do IHGB. (Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. Necrológio de Luís Aleixo Boulanger. RIHGB, T. XXXVII, parte 2, v. 49, p. 492, 1874).

Importante salientar que a mini biografia dessa nota necrológica não foi replicada nos dois volumes de “Ano Biográfico Brasileiro” publicada por Joaquim Manoel de Macedo em 1876.

³⁶¹ Cf. DIAS, Elaine. Artistas franceses no Brasil: descrição e promoção de sua imagem na imprensa do século XIX. *MODOS. Revista de História da Arte*. Campinas, v. 3, n. 2, p. 126-143, mai. 2019. Disponível em: <<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/4129>>.

Figura 3 – Retrato de Justiniano José da Rocha



Fonte: CARDIM, 1964³⁶².

Além de figurar na “Galeria de grandes figuras do Império” de Boulanger, e de ser digno de nota biográfica na obra escrita pelo contemporâneo Joaquim Manoel de Macedo, “Ano Biográfico Brasileiro”, publicado em primeira edição em 1875, Justiniano da Rocha também chegara a ser homenageado postumamente com nome de rua no bairro carioca de Vila Isabel³⁶³.

Cabe ressaltar que Vila Isabel foi o primeiro bairro planejado da Cidade do Rio de Janeiro. O seu projeto original teve o patrocínio da *Companhia Arquitetônica Villa Izabel*, fundada por João Batista de Viana Drumond (futuro Barão de Drumond) e alguns sócios

³⁶² No artigo biográfico de Hélio Vianna (1959) essa mesma gravura feita por Boulanger é publicada com a seguinte legenda: “Justiniano José da Rocha em 1851, quando deputado geral pela província de Minas Gerais. Desenho de Luís Aleixo Boulanger, gravado em Paris por Lemercier”.

³⁶³ Essa informação não advém dos estudos biográficos dedicados ao personagem. Trata-se de uma verificação do presente estudo.

(entre os quais o vereador liberal Adolfo Bezerra de Meneses), tendo sido concretizado em 1873³⁶⁴, onze anos após a data de falecimento de Justiniano da Rocha.

As terras condizentes ao bairro, cujo loteamento estava associado à expansão dos trilhos de bonde³⁶⁵, correspondiam à Imperial Quinta do Macaco, que era uma propriedade da segunda esposa do Imperador Dom Pedro I, a Imperatriz Dona Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Beaucharnais, propriedade esta então comprada pela Companhia após a volta do casal a Portugal. Em princípio o projeto previa homenagear com nomes de rua as principais figuras da história ligadas ao movimento abolicionista. Assim, a via principal que era inspirada nos boulevares parisienses, previa a abertura de treze ruas. Os nomes do bairro e de sua principal via (Boulevard 28 de Setembro) representavam uma homenagem à princesa abolicionista e à data da assinatura da Lei do Ventre Livre (28/9/1871)³⁶⁶.

Figura 4 – Planta do Projeto do Bairro de Vila Isabel (1872)



Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://prefeitura.rio/ebooks/linhadotempo/seculo19/html5forpc.html?page=72&bbv=0&pcode=>

³⁶⁴ Cf. Oliveira, Lili Rose Cruz. *Vila Isabel: de rua em rua*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.

³⁶⁵ “A associação bonde/loteamento é bem exemplificada em Vila Isabel, onde o bonde demandava o bairro do mesmo nome, criado em 1873 (...). Esse loteamento se destacava dos demais que se faziam por suas ruas largas, a exemplo das cidades europeias, dentre as quais se destacava o Boulevard Vinte e Oito de Setembro.” Cf. ABREU, 2008, p. 43-44.

³⁶⁶ Cf. Oliveira, *Op. Cit.* Conferir também:

<https://www.bn.gov.br/noticia/2015/05/rio-450-anos-bairros-rio-vila-isabel> (Visualizado em 07/8/2019).

Com o tempo, apesar da intenção inicial em se homenagear somente os abolicionistas, houve o acréscimo de novas ruas, que curiosamente receberam nomes de personalidades ligadas ao Partido Conservador, como Duque de Caxias, Justiniano da Rocha e outros (a exemplo de Torres Homem, inicialmente liberal e, depois, conservador).

Foto 1 – Placa da Rua Justiniano da Rocha, no bairro de Vila Isabel, Rio de Janeiro



Nota: Foto originalmente tirada diretamente na rua.
Fonte: CORRÊA, 2022.

Constatar o nome de Justiniano da Rocha e de outros conservadores ao lado de abolicionistas seria um desses caprichos da vida cuja lógica muitas vezes padece de explicação. A bandeira do abolicionismo obviamente não figurava na plataforma partidária dos saquaremas (conservadores) simplesmente porque, primeiro, a escravidão se configurava enquanto alicerce da base política e econômica da classe senhorial, segundo, porque o movimento em prol da liberdade dos cativos, como é de amplo conhecimento, ganharia contornos mais assertivos somente a partir dos anos 1880, quando alguns liberais passaram a liderar esse processo.

Ainda assim, mesmo que alguns poucos saquaremas – entre os quais o próprio Justiniano – procurassem demonstrar publicamente uma veia minimamente “humanizadora” colocando-se discursivamente avessos ao que costumavam chamar de “abusos da escravidão”³⁶⁷ em face dos valores civilizatórios do liberalismo econômico, na prática não havia qualquer esforço político e nem perspectiva de apoio à causa abolicionista. Ao contrário, procuraram postergar ao máximo o fim desse malsão pilar da ordem conservadora, transformando o Brasil num dos mais perversos e desumanos redutos dessa prática hedionda.

³⁶⁷ Como se a escravidão em si não se consumasse no mais contundente dos exemplos de abuso...

A própria extinção do tráfico negreiro é sabidamente fruto da pressão britânica, e só se tornaria oficialmente definitiva a partir da conhecida Lei Euzébio de Queiróz (1850).

Em famoso discurso parlamentar proferido em 1855, Justiniano chegara a contar episódio escuso em que, como pagamento de serviços por ele prestados, foram-lhe oferecidos escravos, aceitando-os³⁶⁸. Evidente que este episódio expõe um caráter dúbio e contraditório em vistas de sua condição de mestiço e frente a inúmeras manifestações públicas, de cunho político e religioso (às vezes messiânico...), no qual expressaria contrariedades em relação à escravização do homem pelo homem, fundamentando o direito à liberdade à raça humana

³⁶⁸ A hipocrisia da suposta abominação à realidade escravocrata seria enfatizada por Cardim (1964) ao transcrever parte do discurso de Justiniano na tribuna da Câmara, em 1855. Trata-se de “(...) uma profunda crítica aos conservadores, com a revelação de um fato que o próprio Justiniano havia defendido senão negado com a própria pena de jornalista. Referia-se essa acusação ao caso de distribuir o Governo, pelos amigos, os escravos apreendidos no contrabando de negros.” Cardim recobra confissão de Justiniano, dizendo que este, junto com seus dois companheiros de redação do periódico “O Brasil”, recebera de Bernardo Pereira de Vasconcelos (então já morto na ocasião da confissão) alguns escravos. Disse Justiniano: “Nós três abundávamos nas ideias do Ministério, sustentávamos a luta na imprensa, e nesse tempo nenhum favor material me foi feito. Nem nós pensávamos em favores materiais. E, senhores, já que falo nisto, vá uma pequena revelação. Distribuía-se africanos e eu estava conversando com o Ministro que distribuía e S.Ex. me disse:

_ Então, Sr. Rocha, não quer um africano?

_ Um africano me fazia conta, respondi-lhe.

_ Então, por que não o pede?

_ Se V. Ex. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas...

Disse S. Ex:

_ Lance na lista um africano para o Dr. Rocha, um para o Dr. Fulano e outro para o Dr. Beltrano...”

Segundo Cardim (Op. Cit.), os Drs. Fulano e Beltrano eram os colegas de redação, Firmino Rodrigues Silva e Josino Nascimento Silva. Ainda segundo ele, a confissão teria sido feita em contexto de fala defensiva no embate com um dos mais fortes e ilustres chefes conservadores, o todo poderoso presidente do Conselho de Ministros, Marquês do Paraná (ou Honório Hermeto Carneiro Leão). Cf. CARDIM (1964, p. 46-47); Conferir íntegra de *Discurso de Justiniano José da Rocha na sessão de 26 de maio de 1855 da Câmara dos Deputados*. Coleção de Anais da Câmara dos Deputados. Pp. 132-137.

O episódio acima não é isolado. Antes mesmo do fato anteriormente mencionado ocorrer, Justiniano da Rocha já constara em longa lista de beneficiados pelo governo com “Africanos livres”: “*Declarações*. Tendo restado do brigue *Leal* 186 Africanos livres para serem distribuídos por particulares, eles o hão de ser pelos 159 Srs. Abaixo declarados, os quais são convidados a comparecerem a bordo do dito brigue, surto em Valongo; a saber: (...) Dr. Justiniano José da Rocha (...)”, cujo nome aparece junto a outros nomes conhecidos, senhoras e até mães. Cf. *Jornal do Commercio*, Ano 1839, N. 154, p. 3.

como um todo³⁶⁹. Em momento algum Justiniano aparece defendendo em seus panfletos a causa abolicionista, muito embora nas colunas de seus periódicos cheguem a constar campanha por ele emplacada com o propósito de acabar com o tráfico de escravos, cobrando do governo – quando de oposição – uma repressão mais efetiva e questionando o direito de propriedade arrogado pelo Estado de apreender os africanos introduzidos ilegalmente no país. “Mais do que uma suposta postura antiescravista, combatia o grupo que então detinha o poder”, comenta Engel (2008)³⁷⁰ a esse respeito. Ou seja, a sua crítica era de ocasião, contingencial, porque estava condicionada a desbancar adversário que se encontrava no poder.

A sua filiação conservadora indica alguns posicionamentos que, se não se pronunciavam claramente a favor da manutenção da escravidão, também não a combatia de

³⁶⁹ Manifestava-se Justiniano no início de seu exercício jornalístico no ano de 1836: “A razão social vai fazendo progressos: a iniquidade do domínio do homem sobre o homem é atualmente reconhecida, e reconhecida, e apregoada; já se não olham como filhos da fanática e louca filantropia os clamores que se erguem a favor da futura emancipação da espécie humana: poderosas nações se tem coligado para fazer cessar o hediondo tráfico de escravos; e no Código da civilização conta-se como crime reduzir à escravidão pessoa livre, traficar de homens: leis criminais já decretaram penas severas contra esses atos... e o tráfico continua.” (*O Atlante*, 7/6/1836, N. 10, p. 1).

E no final de sua carreira jornalística, vinte e quatro anos depois, denunciava um Justiniano mais velho: “Em uma correspondência de S. Paulo, datada em 27 do passado, e publicada na *Revista Comercial de Santos*, noticia-se **um fato da mais monstruosa barbaridade**, que deve chamar sobre seus autores toda a severidade da lei. Um fazendeiro, casado e estabelecido no município de Campinas, dizimara por tal forma os seus escravos, que de 50 que eram, ultimamente deles só restavam 14!! Diz o correspondente que de há muito circulavam boatos de desaparecimento desses escravos, mas que tais boatos eram abafados **como soe acontecer nos países em que existe o terrível cancro da escravidão**; que um dia achando-se o povo na igreja assistindo ao santo sacrifício da missa, um escravo desse mesmo fazendeiro entrara em templo a dentro pedindo socorro, porque seu senhor o queria matar. Arrancado inexoravelmente da igreja e restituído a seu senhor, esse escravo também desapareceu!” (*O Regenerador*, N. 90, 10/10/1860).

³⁷⁰ Cf. ENGEL, Magali Gouveia. Justiniano José da Rocha. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Pp. 453-455.

forma pragmática, preferindo divagar doutrinas que amenizassem ou sustentassem a obediência dos homens em relação aos “representantes de Deus”.³⁷¹

Certamente o que mais o incomodava, no plano doutrinário, era a intervenção da política de combate ao tráfico negreiro pela armada britânica. Denunciava em seus primeiros periódicos (*O Atlante* e *O Cronista*) a violação à soberania nacional efetuada pelo poderio britânico, com inquietante beneplácito e omissão, segundo ele, do governo do Regente Feijó. Certamente por isso, para não prolongar as pressões externas sobre a dinâmica dos interesses nacionais, apoiou o fim do tráfico de escravos consolidado em 1850.

No plano pessoal, no que diz respeito à avaliação de sua personalidade e de sua obra, Justiniano tinha intentos de projeção intelectual e de inserção social e política. O seu talento em prol de uma causa acabara por despertar aos olhos alheios a sua condição mestiça. Adversários a enfatizavam com o fim de lhe solapar as intenções; aliados a ignoravam tendo em vista o peso de seus bons serviços à causa partidária.

O que em primeira mão poderia parecer paradoxal (um mestiço que corroborava com a ordem escravocrata vigente...), em verdade tangia uma realidade cultural de um tempo e de uma ambição bem disfarçada de alguém que queria ser aceito no conjunto da *boa sociedade*, como ressaltara Barman (1973). Seria esta uma classe incapaz e pouco inclinada a reconhecer (embora bem consciente disso) as incongruências presentes na convivência entre ordem escravista e processo civilizatório. Essa inconsistência flagrante só seria francamente combatida ao largo da experiência vivenciada nos anos 1860/1870 em diante, notadamente após o episódio da Guerra do Paraguai, desencadeadora que foi das contradições e mazelas

³⁷¹ Baseado numa retórica de fundo religioso e messiânico, escrevera artigo sob o título “O cristianismo e a liberdade”, em cujo um trecho constam as palavras: “Da unidade do gênero humano, ensinada pela revelação nasce, como de si mesma, a ideia da fraternidade, desta a ideia da igualdade, de ambas a da democracia. À voz de Jesus Cristo ensinando às nações a unidade da espécie humana, caem os muros das cidades antigas, outros muros se erguem, os muros da cidade de Deus, cujo recinto abrange toda a terra e compreende todas as nações. À voz de Jesus Cristo, ensinando a liberdade e a igualdade, a escravidão desaparece, e todos os habitantes dessa mesma cidade imensa, da cidade santa, se proclamam livres, iguais, irmãos. Essa democracia é tão extensa, e tão geral que se estende até as extremidades do mundo. Pobres, ricos, nobres, plebeus, felizes, desgraçados todos são concidadãos. Suponha-se por um momento reduzidos os homens a essa única revelação, e constituída a democracia que daí resulta, toda espécie de governo torna-se absolutamente impossível, porque os governos têm por base a noção do mando de um lado, e do outro a noção de obediência; essas duas noções são incompatíveis com as da igualdade e da fraternidade absolutas. Para triunfar da dificuldade recorrer-se-á aos contratos sociais? Os contratos sociais são absurdos...” Prossegue Justiniano em sua doutrina: “Mas a revelação de que falamos não veio só e isolada: antes de revelar ao homem a unidade do gênero humano, isto é, a democracia, Deus lhe revelou a sua própria unidade, isto é, a monarquia. Essas duas revelações unidas são os elementos de onde resultam as noções de obediência e de mando, de liberdade e de ordem, de força e de limite, de movimento e de regra... E por isso nas sociedades católicas o homem obedece sempre a Deus, e nunca ao homem. O filho obedece ao pai, porque Deus quis que o pai o representasse na família, e porque a paternidade é coisa venerável e santa. O povo obedece à autoridade suprema, porque sabe que nisso obedece a Deus, que quis que essa autoridade o representasse no Estado, e fosse coisa venerável e santa. *Omnis potestas a Deo.*” (*O Regenerador*, N. 19, 24/3/1860, p. 4).

sociais daquela sociedade escravocrata na qual Justiniano passara a não fazer mais parte a partir de sua morte, em 1862.

Na esteira da descrição desses pormenores acerca de suas crenças e militâncias, ações ou omissões, resta salientar que são todos registros de sua *vida e obra* feitos inicialmente por seus contemporâneos e depois por outros estudiosos que produziram novas notas biográficas ou mesmo estudos mais circunstanciados sobre o seu legado. Dentre as várias parcelas de contribuições a esse respeito, dos mais antigos aos mais recentes, destaca-se a encontrada na obra “Anno Biográfico Brasileiro”, de 1876, escrita por Joaquim Manoel de Macedo, um desses contemporâneos de Justiniano, além de reconhecida personalidade da vida intelectual dos oitocentos³⁷².

Para Macedo (1876), “O cetro do jornalismo político do Brasil passou das mãos de Evaristo Ferreira da Veiga para as de Justiniano José da Rocha, que o conservou por longos anos desde 1836”, ano que marca sua estreia no ofício através do periódico que ele mesmo fundou com a ajuda de terceiros, “O Atlante”. Segundo Macedo, Rocha excedera Evaristo da Veiga em ilustração e em máxima habilidade de escritor estrategista nos combates da imprensa³⁷³.

(...) lutou com adversários de primeira ordem (e alguns ainda florescem em altas posições); desses um o sobrepujou pela primorosa elegância da forma; outro o igualava na força da lógica; aquele em arroubos de entusiasmo e em vigoroso ataque de abalizado esgrimidor, odos hábeis e ilustrados como ele, cada qual porém ou por desgosto, ou por fadiga retirando-se da imprensa no fim de mais ou menos tempo, e deixando no campo, firme mantenedor, Justiniano Rocha a quebrar lanças com outros e novos paladinos³⁷⁴.

Além da nota de Macedo, outras igualmente relevantes aparecem, como a encontrada na obra “*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*”, de 1883/1899, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Também na obra “*Formação da Literatura Brasileira*”, do renomado

³⁷² Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) é conhecido como um dos precursores do romantismo literário brasileiro, tendo sido autor da até hoje renomada obra “A Moreninha”. Médico de formação, além de escritor e jornalista, ele foi professor de História e Geografia Antiga no Imperial Colégio de Pedro II e membro-fundador e 1º Secretário da Comissão de Trabalhos Históricos do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, “(...) competindo-lhe, desde então, apresentar os relatórios anuais das sessões magnas” (MATTOS, 2000, p. 15). MATTOS, Selma Rinaldi de. O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Acess, 2000.

Conferir também: CADERNO DE MATRÍCULAS DO CPII (1838-1852); CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000; entre outros.

³⁷³ MACEDO, Joaquim Manoel de. Anno Biographico. Volume II. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876. Pp. 367-371.

³⁷⁴ MACEDO, 1876, p. 368.

crítico literário e sociólogo Antonio Candido³⁷⁵, encontra-se uma menção à sua figura enquanto uma espécie de precursor do Romantismo, um *proto-romântico*, como fizera entender José Aderaldo Castelo e Silvio Romero, conforme aponta o próprio Antonio Candido³⁷⁶. E ao final da obra clássica escrita por este último, publicado em dois volumes, encontra-se, na parte denominada “Biografias Sumárias”, uma nota relevante dedicada a Justiniano José da Rocha:

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA nasceu no Rio em 1811, filho de José Caetano da Rocha e sua mulher Maria Luísa Muzi. Fez estudos secundários na França, matriculando-se em 1829 na Academia de S. Paulo, onde se bacharelou em 1833. Fez parte da *Sociedade Filomática* (1833), em cuja revista escreveu, dedicando-se depois de formado ao jornalismo político, a serviço do Partido Conservador. Além de ter sido um dos maiores jornalistas do tempo, interessa à literatura pela atividade precursora do Romantismo em São Paulo, e por haver introduzido entre nós a ficção em folhetim, pouco antes criada na França. Neste sentido traduziu vários romances, inclusive Victor Hugo e Dumas, e adaptou outros, como *A Paixão dos Diamantes* ou *Os Assassinos Misteriosos*, também considerado de sua autoria exclusiva. Morreu no Rio, muito pobre, em 1862.³⁷⁷

Entre os últimos e marcantes estudos biográficos produzidos até então destaca-se a recente tese de Claudia Caldeira – “*Justiniano José da Rocha – bastidores da imprensa política*”³⁷⁸, valiosa pelo volume de informações, pelas abordagens inéditas e pela diversificação das fontes documentais por ela consultadas.

O trabalho de Caldeira (2016) notabiliza-se em vistas da releitura que tece sobre o personagem em tela, enquadrando-se num movimento historiográfico mais atualizado, no qual se tem observado abordagens que privilegiam articulações do indivíduo junto ao contexto, de busca pela ampliação de suas relações, de reconstrução do seu cotidiano e, até mesmo, de atenção mais dedicada às variações operadas na construção de sua imagem em diferentes épocas. Dessa forma, pautada nesses parâmetros, Caldeira tratou das condições que

³⁷⁵ CANDIDO (2000).

³⁷⁶ “No importante ‘Ensaio crítico sobre a Coleção de Poesias do Sr. D. J. G. Magalhães’, de Justiniano da Rocha, publicado no nº da *Revista* [Revista da Sociedade Filomática], aparece a adesão franca ao ponto de vista de Garret, no *Bosquejo*. José Aderaldo Castelo mostrou bem, no trabalho citado, **como ele constitui um franco indício precursor do Romantismo, com o apelo a uma literatura nacional**, liberta da imitação servil dos clássicos e atenta às sugestões locais.” Cf. CANDIDO (2000, p. 287). Grifos nossos. Com base nos estudos de Silvio Romero, que procurara “(...) discernir no movimento romântico origens anteriores ao grupo da *Niterói*”, Candido assinala que este “(...) não apenas considerou *proto-românticos* os poetas mineiros, mas encontrou nos estudantes de Olinda e São Paulo, entre 1828 e 1834, prenúncios decididos da nova sensibilidade e, mesmo, da nova consciência literária.”(pg. 285). Justiniano inseria-se nesse quadro. Idem. p. 285.

³⁷⁷ CANDIDO. *Op. Cit.*, p. 303.

³⁷⁸ CALDEIRA (2016).

envolveram a produção legada por Justiniano, analisando em particular o significado da pecha de *pena de aluguel* que o marcara. Em verdade, essa fama do personagem desencadearia na pesquisadora a dedicação à análise das relações entre ação política e imprensa, considerando esta última como uma importante via de acesso à carreira política, chegando a enfatizar que se tratava de um traço comum à época³⁷⁹:

(...) não somente Justiniano José da Rocha se valeu, mas também outros que lhe foram contemporâneos como Firmino Rodrigues Silva, Josino Nascimento Silva, Francisco Otaviano, Francisco Salles do Torres Homem, José Maria Paranhos, entre outros. Cada um desses personagens, com maior ou menor reconhecimento e notoriedade entre seus pares, e a despeito das singularidades de cada um, conseguiram, por meio da imprensa, superar a desvantagem de não contarem com alguém que pudesse lhes franquear a entrada nesse campo³⁸⁰

Para além (ou melhor, aquém... cronologicamente falando) da contribuição mais recente de Caldeira (Op. Cit.), outros trabalhos debruçam-se de alguma forma sobre a vida de Justiniano José da Rocha, acrescentando uma análise de sua obra mais conhecida, “*Ação; Reação; Transação, duas palavras acerca da atualidade política*”. Procuram trazer à baila não apenas elementos de sua vida, senão também ressaltar a importância do mencionado opúsculo num determinado contexto político. Entre esses destacam-se os trabalhos de Raimundo Magalhães Júnior, em “*Três panfletários do segundo reinado*”, de 1956, e Hélio Vianna, no artigo “*Justiniano José da Rocha*”, publicado originalmente na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – que se tornaria um pouco adiante a principal referência do

³⁷⁹ Essa tese sobre a importância do exercício jornalístico de Justiniano como artifício de acesso à carreira política é originalmente de Barman (1973), mas Caldeira a desdobra produzindo uma interpretação original a respeito. Importante notar, adicionalmente, que a ênfase à relação entre imprensa e política aparece também em obras de referência, como a de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. Parte dessa importância pode ser verificada em artigo interessante veiculado pelo site da *Fundação Biblioteca Nacional*, particularmente na parte que trata da apresentação de um dos mais importantes periódicos do país, existente desde 1827 até hoje: o *Jornal do Comércio*. Diz o artigo, cuja autoria é de Bruno Brasil (2015): “(...) o ‘Jornal do Commercio’ deixou de ser um veículo restrito a assuntos econômicos e comerciais para, em forma e conteúdo, se tornar um diário que atualmente seria reconhecido como ‘de grande formato’, ou seja, verdadeiramente influente junto à opinião pública. Tendo acompanhado os mandos do Poder Executivo e os debates parlamentares desde dois dias depois da coroação do jovem imperador, com publicação de atos e discursos na íntegra, nessa fase, a folha contou com redatores e colaboradores de vulto: ali, reuniram-se José Maria da Silva Paranhos – sua coluna ‘Cartas a um amigo ausente’, publicada a partir de 1851, daria ao autor a reputação de estudioso dos problemas nacionais, influenciando para que mais tarde o mesmo obtivesse o título de visconde de Rio Branco –, Joaquim Manoel de Macedo, Joaquim Nabuco, Justiniano José da Rocha, José Joaquim Vieira Souto, Henrique Villeneuve, Jaime Seguíer, Francisco Otaviano, Gonçalves Dias – não como poetas, mas como redator de discursos parlamentares –, Augusto de Castro, Leonardo Caetano de Araújo, Manuel Odorico Pinheiro Guimarães, Ferreira de Meneses, Xavier Pinheiro, João Francisco Lisboa, Sant’ Ana Neri, entre outros, como o barão Homem de Mello.” (Grifos nossos) Cf. BRASIL, Bruno. *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro). Biblioteca Nacional Digital, 2015. In.: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/> (última visita: 24/6/2019); SODRÉ (1999).

³⁸⁰ CALDEIRA (2016, p. 10).

já citado Elmano Cardim (1964). A esse respeito é válida a análise sintética de Caldeira sobre essas contribuições:

[O trabalho de Magalhães Jr.] foi lançado em 1956, um ano após a obra *Ação, reação, transação; duas palavras acerca da atualidade política* completar seu centenário de publicação. (...) Nota-se em Magalhães Jr. a tentativa de apresentar Justiniano José da Rocha como um jornalista talentoso e de opinião, fugindo à imagem que fora comum na imprensa do século XIX, de se ter vendido ao Partido Conservador, ou seja, de ser pena de aluguel. Daí indicar algumas das polêmicas nas quais Rocha esteve envolvido, buscando mostrá-lo como um escritor livre, de opiniões próprias, e não um mero instrumento de partido.

(...) o historiador Hélio Vianna publicou, em 1959, um artigo intitulado *Justiniano José da Rocha* (...). Nele (...) reafirma a posição de destaque de Justiniano na imprensa do Segundo Reinado e sua ligação com o Partido Conservador. Mencionou a atuação de Rocha na educação, seu interesse pela região do Prata e, assim como Magalhães Jr., apontou o jornalista como exemplo de mestiço que teria alcançado prestígio no Segundo Reinado, embora discorde de ter sido ele favorável à Conciliação³⁸¹.

A obra de Cardim aponta várias possibilidades para a ampliação do estudo biográfico sobre o jornalista, pois procura situar sua figura em seu tempo, destacando sua fidelidade ao partido, comparando essa postura com a de outros jornalistas que lhe foram contemporâneos.

Ao final, Caldeira completa sua análise acerca das três contribuições dizendo que não haveria entre elas qualquer relevante discordância, a não ser o fato de Magalhães Jr. considerar o opúsculo “Ação; Reação; Transação...” uma obra de apoio à Conciliação.

Adiciona-se a essa lista, os artigos escritos por Maria de Lourdes Mônaco Janotti em 1982 – “*A falsa dialética: Justiniano José da Rocha*”; por Lucia Paschoal Guimarães, em 2007 – “*Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*”; e pelo brasilianista Roderick Barman, que publicou na revista do IHGB, em 1973, a análise “*Justiniano José da Rocha e a época da Conciliação. Como se escreveu ‘Ação; reação; transação’*”.

A começar por Barman (1973), seu artigo analisa o contexto em que a obra mais conhecida de Justiniano foi produzida. Seria seguido mais tarde por outro historiador, Tâmis Parron (2016), que inclusive lhe agradecera a colaboração para o incremento de um prefácio que produzira para uma edição especial da obra de Justiniano:

“Ao historiador Roderick Barman, a quem tive a oportunidade de conhecer pessoalmente apenas depois de já preparada a presente edição; graças a sua

³⁸¹ CALDEIRA (2016, Pp. 14-15).

generosidade, extensa como sua erudição, pode reproduzir aqui as caricaturas xilografadas de Justiniano publicadas no periódico *O Grito Nacional*³⁸². Cf. figuras 5 e 6 a seguir³⁸³.

Figura 5 – Caricatura xilografada de Justiniano
(20 de fev. 1852)



Fonte primária: *O Grito Nacional*, 20 fev 1852, p. 4; fonte secundária: PARRON (2016, p. 32).

³⁸² PARRON (2016).

³⁸³ Descrição de ambas as figuras (In PARRON, 2016, pp. 32-33): “Oposição a governo conservador fustiga promiscuidade entre poder público e jornais dirigidos por Justiniano. [A figura 5 corresponde a denúncia...] (...) de uma tipografia, realizada pelo ministro Eusébio de Queirós, para novo jornal a encargo de Justiniano, o *Correio do Brasil* (852-1853), apelidado de *Correio dos Ministérios*. Eusébio é designado *africano* porque nascera em Angola (*O Grito Nacional*, p. 4, 12 jun. 1850). Ele está alçado e descalço como santo num altar, pois, segundo a sátira liberal, Justiniano era “devoto dos deus mil-réis” (*idem*, p. 1, 14 nov. 1852). As feições físicas de Justiniano estão amulatadas. Era, comprovadamente, bisneto de escrava. Seus adversários chamavam-lhe “meu negro”, “meu cafuza” (*idem*, p. 4, 16 nov. 1850) e acresciam que ele “descende de pai liberto”. Pretendiam que, por suas origens, Justiniano era “o menos próprio para advogar a escravidão” (*idem*, p. 4, 20 jul. 1850).

empenhado em fundamentar historicamente sua obra, não o apresentando em formato de um “modelo clássico dos panfletos de última hora”³⁸⁶.

Em sua análise, Janotti continua: “É também um longo ensaio histórico-político, muito bem estruturado em suas partes, oferecendo à historiografia interessante matéria de estudo”.

Apesar dessa positiva avaliação inicial, prossegue Janotti substituindo os elogios por críticas, na medida em que teria constatado no bojo daquela obra, bem como na de seu título, uma falsa dialética *hegeliana*. Falsa porque na avaliação de Janotti, *ação* e *reação* estariam concebidas da mesma forma, como sentidos complementares, e não como sentidos contraditórios, não permitindo, dessa forma, “(...) reconhecer no texto a exposição de uma tese seguida pela antítese, resultando em uma síntese”³⁸⁷. Segundo a historiadora, a noção teórica de história encontrada no autor representaria muito mais uma versão evolutiva e natural dos fatos do que propriamente uma dialética, uma vez que “os extremismos [tenderiam] ao equilíbrio”³⁸⁸.

Quanto ao trabalho da historiadora Lucia Paschoal Guimarães, no artigo *Ação, reação, transação: a pena de aluguel e a historiografia*³⁸⁹, cabe o elemento interpretativo que aventa como hipótese de concepção do opúsculo uma encomenda feita a Justiniano por Nabuco de Araújo, então ministro da Justiça do Gabinete da Conciliação. Essa suposição baseia-se tanto nos bilhetes trocados entre ambos, quanto nos indícios deixados por Joaquim Nabuco de Araújo, filho do primeiro, na obra *Um Estadista do Império* – obra esta que se teria feito influenciar, conforme assevera Guimarães (2007), pela a de Justiniano da Rocha.

O último trabalho aqui a ser considerado procura vir na esteira dos interesses e debates introduzidos por todos os trabalhos anteriores: Barman (1973), Janotti (1982) e Guimarães (2007). Trata-se de *estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto*, da obra de Justiniano, produzido por Parron (2016). A primeira preocupação deste autor foi reativar o interesse pelo legado deixado por Justiniano ao tecer análise única do panorama político condizente ao intervalo entre 1822 e 1855/56, ressaltando o fôlego editorial de sua obra através do tempo. Este fato, aponta Parron, teria feito o opúsculo cair não só no gosto de um

³⁸⁶ “Não há linguagem empregada nenhuma concessão ao leitor comum, apesar de ser de fácil compreensão.”
Idem, Pp. 6-7.

³⁸⁷ Idem, p. 8.

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Ação, reação, transação: a pena de aluguel e a historiografia*. In CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pp. 71-91.

número considerável de leitores – “(...) pautando confidências em cartas privadas, discussões no Parlamento e até assuntos na prosa de ficção”³⁹⁰ –, como também teria inspirado uma agenda de pesquisas acadêmicas que identificaram no seu conteúdo um enquadramento mínimo para uma visão panorâmica do Império do Brasil. É dessa forma que Parron também revisita a obra, trazendo à baila uma nova interpretação quanto à dialética nela supostamente pretendida – cujos comentários serão tecidos no próximo item.

Neste item, enfim, para concluí-lo, pode-se dizer que representa uma proposta de breve revisão bibliográfica acerca de trabalhos que trataram de analisar *vida e obra* de Justiniano José da Rocha. Cumpre ressaltar que um dos dados relevantes encontrados no conjunto dessas abordagens diz respeito especificamente à formação educacional do personagem proporcionada pela boa situação financeira de sua família. Essa condição teria facultado ao personagem, a aquisição de um cabedal cultural notável, crucial para a construção de uma trajetória de destaque intelectual durante a vida adulta. Não fosse esse legado, dificilmente Justiniano se destacaria em seu tempo na avaliação de seus aliados ou adversários, dificilmente seria objeto de análise de trabalhos biográficos ou biobibliográficos, certamente não encontraria espaços sociais para protagonizar verdadeiros embates de ideias e de projetos.

Apesar de toda essa constatação, é preciso reconhecer que o personagem não é devidamente retratado, em toda a sua extensão, na história do Brasil. Mas quanto a isso, quem o é? Talvez somente um Pedro II, um Caxias, uma Princesa Isabel... Nem algumas figuras das mais decisivas nos rumos do Estado o foram com tamanha precisão: acaso se conhece nos bancos escolares quem foi Marquês do Paraná, Visconde do Uruguai ou Bernardo Pereira de Vasconcellos? Isso para ficar na “história dos vencedores”... O que poderá ser dito de nomes propositalmente apagados ou simplesmente negligenciados? A memória fica a encargo de tantos fatores que seria sandice considerá-los com justeza num trabalho só. Há na vida certo mistério impossível de se captar, mas o fato é que haverá um dia em que rastros e instrumentos poderão conduzir a consciência à identificação de estrelas de segunda, terceira, quarta, quinta ou infinita grandeza, e estrelas de primeira grandeza poderão se apagar com o tempo. Ainda assim, crê-se que na Vida (com v maiúsculo), toda vida importa. O desafio da memória será registrá-las de alguma maneira..., sem o peso de qualquer régua moralizante, porque do contrário o esquecimento tem a chama da benção. Entender o ser humano nas suas

³⁹⁰ PARRON, 2016, p. 15.

potencialidades e limitações é esforço recorrente que dá sentido à Vida e imprime o legado da experiência tal qual tesouro: precisa ser acumulada porque toda a experiência é valiosíssima.

Certamente o destaque de Rocha ou o seu esmaecimento ficam a encargo tanto dos distintos juízos de valores e das distintas análises pelas quais ele e suas obras passaram, quanto pelo fato de ele efetivamente ser considerado uma “estrela de segunda grandeza” na história política do país, e por isso pouco lembrado ou até mesmo esquecido.

Boa parte do conjunto dos trabalhos aqui mencionados considera a sua biografia plena de controversas, recheada de pelejas próprias do exercício jornalístico no campo político, eivada de polêmicas e passível de muitas e inovadoras interpretações. São, em geral, tratamentos biográficos que se notabilizam por mudarem de feição conforme os objetivos traçados e de acordo com as maneiras distintas com que os documentos inerentes à sua vida e à sua produção foram interpretados.

Provavelmente é por essas razões que o personagem, em dadas circunstâncias, é erigido enquanto figura importante de uma época, a exemplo da nota biográfica composta por Joaquim Manoel de Macedo. Em outros momentos, Justiniano não chega a ser propriamente ignorado – porquanto ignorá-lo denotaria um verdadeiro deslize historiográfico –, mas carece de um destaque maior condizente à altura de sua verdadeira influência na dinâmica política da época.

Justiniano não é colocado ao lado de outras estrelas de primeira grandeza do Partido Conservador, mas como importante suporte da causa partidária: personagem útil, valioso, reconhecidamente competente e talentoso, mas não a ponto de torná-lo um igual às grandes figuras partidárias; não a ponto de fazê-lo digno de ocupar uma função de primeiro escalão da política nacional de então. Talvez por isso seu nome não seja tão conhecido nas lições de história nacional. Resta acerca dele apenas algumas menções à sua obra mais marcante, aquela que representaria um registro vivo da memória política daquele tempo: o opúsculo “Ação, reação, transação...”.

O fato é que identificar esses dados controversos da atividade intelectual e profissional de Justiniano no campo do jornalismo político permite reconhecer-lhe o caráter panfletário, mas requer igualmente o cuidado em conferir se essas características também se encontram em outras de suas frentes de atuação, incluindo o magistério.

Por ora, propõe-se, a seguir, recobrar como o próprio Justiniano descreveu e analisou o seu *tempo*.

2.2 O Tempo vivido, produzido e interpretado por Justiniano

A caracterização de uma vida, para se tornar minimamente inteligível, requer uma significativa consideração ao tempo histórico em que a mesma se dá. No caso de Justiniano, mais do que mero pano de fundo de sua vida, esse tempo também foi diretamente por ele tecido, seja na condição de um dos personagens importantes lembrados pelas historiografias ou pela memória acerca do período³⁹¹, seja ainda por ele mesmo despontar como um narrador ou um dos mais considerados analistas críticos desse tempo, quando não, um intelectual que se enveredou a contar outras vidas além da sua própria³⁹². Talvez aqui fique patente a demonstrada máxima de que *o homem é, ao mesmo tempo, produto e produtor da história*³⁹³.

Justiniano José da Rocha teve em boa parte das notas biográficas mais antigas o registro de nascimento assinalado em 4 de janeiro de 1812, mas a data oficial é 28 de novembro de 1811, conforme apontam Vianna (1959), Cardim (1964), Barman (1973) e todos os demais que os sucedem. Como já frisado no primeiro capítulo – só que agora através de uma outra perspectiva... –, naquele momento é significativo frisar que o Brasil ainda nem sequer se constituía enquanto reino unido a Portugal e Algarve, muito menos desfrutava, evidentemente, da condição de país independente, que só viria anos mais tarde. Ainda assim é possível dizer que a cidade do Rio de Janeiro, onde Justiniano nasceu, já vivenciava outros ares notoriamente diferentes daqueles vividos enquanto sede da empresa colonial portuguesa no continente americano. Depois, a cidade saíra em 1808 da situação de um centro urbano colonial para ser erigida à condição de capital de uma monarquia europeia fugida da ocupação francesa durante a Guerra Napoleônica no “Velho Continente”³⁹⁴. Tratou-se de um evento

³⁹¹ Cf. BARMAN (1988); BASILE (2004); CALDEIRA (2016); CARVALHO (1988; 1996; 2007; 2009); PARRON (2016); DOLHNIKOFF (2005); FERRAZ (2010); MATTOS (1994;2005), entre outros.

³⁹² Como dito, Justiniano assinou uma biografia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, o Marquês de Baependy (Cf. ROCHA, 1851), e anonimamente escreveu outras tantas notas biográficas, além de tecer uma autobiografia durante discurso parlamentar que ficara famoso, proferido na Sessão de 26 de maio de 1855 na Câmara dos Deputados.

³⁹³ Em trecho introdutório sobre o legado de Pierre Bourdieu, Renato Ortiz, argumentando em torno do antagonismo entre objetivismo e subjetivismo, relembra “(...) a afirmação de Engels de que ‘os homens fazem eles mesmos sua história, mas num meio determinado que os condiciona’, e procura mostrar como o homem é, ao mesmo tempo, produto e produtor da história”. Cf. ORTIZ, Renato (Org.). Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983, p. 9.

³⁹⁴ As aspas simbólicas lembram o termo sem ratificar seu sentido, eivado de etnocentrismo... Com justeza, pautado na ideia decolonial de resistir à narrativa eurocêntrica sem apagar ou deixar de reconhecer o processo histórico de ocidentalização do mundo.

histórico inédito em todo o Mundo para a época: a transferência de uma corte europeia para os trópicos americanos.

O fato político ou mesmo geopolítico transformara profundamente o panorama da antiga capital da Colônia, doravante nova capital do Império Lusitano. A transferência do aparelho burocrático do Estado proporcionou modificações significativas não só no quadro das relações internacionais, com quebra do pacto colonial nos termos em que se encontrava³⁹⁵ (particularmente através da medida de abertura dos portos a navegações estrangeiras) e implemento de novas perspectivas comerciais e políticas com o Mundo, proporcionou igualmente uma profunda transformação no ambiente cultural da cidade.

Junto com a Corte e a sua organização burocrática (documentos oficiais, ministros, nobreza, funcionários de alto escalão e militares de alta patente), vieram bibliotecas, teatros, academias literárias e científicas. A cidade, reconhecida enquanto Corte e, mais tarde, após a independência, enquanto Município Neutro da Corte³⁹⁶, seguia em franca expansão demográfica, contabilizando cerca de 100 mil pessoas já ao final do período joanino³⁹⁷. Parcela significativa era de imigrantes não apenas portugueses (embora esses últimos fossem a maioria), mas também de outras nacionalidades europeias.

Durante o período em tela chegaram ao Brasil cientistas e artistas estrangeiros que agitaram a vida cosmopolita da Corte, a exemplo de Spix e Martius, respectivamente zólogo e biólogo bávaros; de John Mawe, naturalista e mineralogista; de Saint Hilaire, naturalista; da Missão Artística Francesa que incluía pintores como Taunay e Debret e mesmo um arquiteto

³⁹⁵ Ilmar de Mattos (2017) defende a tese de que esse pacto apenas mudou de feição após a independência. O Brasil independente manteria sua relação de subordinação a um quadro comercial desigual no plano internacional. Em outros termos: mesmo independente do ponto de vista político, o posicionamento do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho manter-se-ia similar ao dos tempos de colônia.

³⁹⁶ No ano da independência (1822), a capital do novo império recebeu o título honorífico de *muito leal e heroica cidade*, que lhe foi conferido por carta imperial de 9 de janeiro de 1823. Seu sítio só foi desmembrado enquanto território jurídico-administrativo do restante da província fluminense a partir do Ato Adicional (1834).

Cf. SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**. Tomo Segundo, Em Casa de J. P. Aillaud, editor, 1845. (Importante notar acerca deste Dicionário: seu autor submeteu-a à avaliação da Comissão Geográfica do IHGB em 1845. Dizia: “Resolve o Instituto: que seja endereçada (...) à [Comissão] de geografia o Dicionário publicado pelo Sr. Milliet, a fim da mesma emitir o seu juízo a respeito, e notar, consultando aos outros nossos consócios das diversas províncias do império, os erros que hajam escapado, para satisfazer-se convenientemente ao pedido do autor; convidando também ao Exmo. Sr. senador José Saturnino da Costa Pereira a agregar-se à referida comissão de geografia, visto ocupar-se especialmente do estudo geográfico no Brasil, e até haver já publicado um importante trabalho deste gênero.” RIHGB, Tomo 8º, 1846. p.155)
Cf. MATTOS, 2000.

³⁹⁷ Cf. FAUSTO, 2007.

da estatura de Grandjean de Montigny³⁹⁸, entre outros colaboradores que incrementaram a atmosfera cultural do Rio de Janeiro durante os primeiros anos do século XIX.

A imprensa à época do nascimento de Justiniano restringia-se à *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão quase oficial do Estado, sujeito à fiscalização e censura por parte do governo à semelhança do que ocorria com todas as demais publicações da época. A exceção restritiva poupava apenas o único jornal independente da ocasião, o *Correio Brasiliense*, alheio às amarras fiscalizadoras porque era editado fora do Brasil, em Londres, entre 1808 e 1822, pelo destacado Hipólito José da Costa. O jornalista exilado era crítico contumaz da política portuguesa³⁹⁹.

Pressionado pela conjuntura tecida a partir da Revolução do Porto, em 1820, o rei Dom João VI (rei desde 1817, com a morte de D. Maria I no ano anterior...) volta para Portugal em 1821 recomendando ao filho, Dom Pedro I, os cuidados com o Brasil para que este não caísse em mãos indevidas segundo as suas dinásticas expectativas. Não tardou muito, deu-se a independência do país em 1822, sob o testemunho de um Justiniano de doze anos incompletos de vida, pertencente a uma família de posses relativas e dotada de algum padrão cultural acima da média vigente.

É a partir dessa aquisição de maioria política do país que se dá o início do processo de construção do Estado, não propriamente em meio a um vácuo de poder, ao contrário: o Brasil independente surge sob a alegação dessa herança dinástica. Herda assim, também (ou sobretudo...), o patrimônio territorial, e empreende esforços diplomáticos para se fazer reconhecido no sistema internacional de estados.

Mas dentro de seus limites territoriais ainda não plenamente definidos junto a cada um de seus vizinhos sul-americanos e tampouco consolidados internamente, dada a multiplicidade de interesses dos habitantes que ocupavam os diferentes quadrantes do Império, havia diversas outras possibilidades de país em gestação, seja em forma de projetos,

³⁹⁸ Que arquitetaria, mais tarde, a sede do Imperial Colégio Pedro II, no centro da cidade do Rio de Janeiro. (Cf. DÓRIA, 1997).

³⁹⁹ Cf. SODRÉ (1999)

sonhos de liberdade e insurreições. A paz e o consenso não eram reinantes entre todas as partes. Do quinhão que competia ao primeiro imperador do Brasil reforçavam-se os vínculos anteriormente articulados aos interesses econômicos e políticos dos grupos dominantes das províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais⁴⁰⁰. A região fluminense se beneficiara com a presença da Corte, que estimulava a expansão econômica dos negócios do açúcar, do café e do tráfico de escravos. Essas atividades perfaziam a dinâmica sociopolítica da bacia expandida do Vale do Paraíba, isto é, do polo açucareiro no norte fluminense, da região cafeeicultora no curso médio do Paraíba, do norte de São Paulo e do sudeste de Minas Gerais⁴⁰¹. Seria nessa região que mais tarde, nos anos 1830, 40, 50 e 60, os chefes do partido conservador encontrariam as bases de sua força hegemônica⁴⁰².

No restante do Império as dificuldades mostravam-se maiores. Ainda durante as lutas da independência, a Província Cisplatina em pouco tempo se tornaria Uruguai, sendo preciso dizer que sua perda não foi tão lamentada no transcorrer dos anos; dizia-se mesmo que se tratava de ambição descabida da esposa de Dom João VI, Carlota Joaquina, espanhola de nascença e sedenta por incorporar geopoliticamente não apenas Montevideo, senão também a própria Buenos Aires⁴⁰³. Não era, portanto, parte dos planos genuinamente lusitanos e nem, mais tarde, brasileiros, incorporar o território atualmente correspondente ao Uruguai, embora fosse crucial poder encontrar no Rio da Prata o caminho livre para as províncias mais a oeste e ao interior do território brasileiro. Porém, quanto à Bahia, ao Pará e ao Maranhão, então

⁴⁰⁰ Maria Odila S. Dias (2005) assinala a importância que tiveram – além dos já citados casamentos entre membros da Corte e os filhos das principais famílias de cada localidade do interior – os investimentos em obras públicas, em terras e em comércio de tropas e muars, tudo resguardado pelo nepotismo do monarca para a garantia dos privilégios da burocracia da Corte. Enraizavam-se, assim, nas Américas, os interesses dos membros do governo metropolitano. Em suma, comerciantes, proprietários rurais, traficantes de escravos e burocratas comporiam a classe dirigente aglutinada em torno do aparelho de Estado sediado no Rio de Janeiro. Esse foi o caso, conforme já salientado, dos componentes do chamado núcleo saquarema, Paulino José Soares de Sousa, Joaquim José Rodrigues Torres e Eusébio de Queirós, mas também Honório Hermeto Carneiro Leão. Conforme assevera Carvalho (2002), “Nem os Soares de Sousa e nem os Torres, comerciantes e fazendeiros de Itaboraí, tinham grande peso econômico e social. Mas a aliança com famílias mais importantes envolveu Paulino e Rodrigues Torres numa intrincada rede de relações que abrangia parte do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e Minas Gerais. Honório Hermeto, por sua vez, era do ramo mineiro dos Carneiro Leão, imensa família que desde o século XVII se distribuía por Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O ramo mineiro era o mais pobre, mas Honório casou-se com uma prima cujo pai enriquecera com tráfico de escravos. Era a genrocracia, de que falou Gilberto Freyre, a prática de fazendeiros procurarem bacharéis promissores, mesmo que de fortuna modesta para com eles casarem suas filhas. Esperavam com isso ganhar prestígio social e voz na política.”

Cf. DIAS (2005); CARVALHO (2002, Pp. 15-16).

⁴⁰¹ MATTOS (2017).

⁴⁰² Ibidem.

⁴⁰³ Cf. CERVO & BUENO (2002); Cf. AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de Azevedo. Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América. *Revista Estudos Históricos*. América Latina, v. 10, n. 20, 1997. Pp. 251-274.

enclaves momentâneos de resistência portuguesa antes que o colonizador fosse expulso de vez por forças mercenárias (sobretudo comandadas em destaque pelo britânico Almirante Cochrane), a manutenção de sua posse era condição *sine qua non* do projeto de país que se pretendia concretizar.

No ano seguinte ao da independência, Justiniano é enviado para seus estudos elementares na França. Debalde o seu testemunho e o de sua família em relação aos acontecimentos em voga, não fazia parte do seu universo infantil as preocupações com aquelas novidades políticas de um país recém-criado. Não há entre os seus biógrafos qualquer registro a esse respeito. Passara o intervalo de 1823 a 1829, na França de Charles X (1824-1830), profundamente alheio a preocupações de tal ordem. Suas atenções infanto-juvenis restringiam-se apenas à condição de estudante de internato na candente e culturalmente rica Paris pós-revolucionária e pós-napoleônica.

Mais tarde, consolidada a independência no plano internacional, particularmente junto a Portugal e com o apoio das principais potências da época alocadas no Hemisfério Norte (sobretudo, Inglaterra, rainha dos mares e locomotiva da industrialização), alguns núcleos do Nordeste (antes denominado Norte...) ⁴⁰⁴ proveriam disposições para ideias republicanas, contrapondo-se aos rompantes absolutistas de Dom Pedro I. Via-se, assim, forte oposição aos seus movimentos centralizadores, e enquanto durou o seu reinado (1822 a 1831), havia pressões de tudo o que é lado, configurando, dessa forma, as forças políticas atuantes naquele momento. Eram restauradores portugueses a favor de Dom Pedro e, do lado oposto, liberais moderados e radicais a reivindicarem, cada qual a seu jeito, a democracia e a liberdade política. A diferença entre esses dois últimos grupos consistia em defenderem projetos que variavam entre emancipação radical e implantação de algum nível de arranjo do tipo federalista.

A abdicação de Dom Pedro I a favor de seu filho amenizara o contexto agudo, embora estivesse longe de significar a superação das diferenças de expectativas. Na impossibilidade de Dom Pedro II assumir o trono devido a tenra idade, procurou-se configurar uma regência trina capaz de agregar as forças políticas objetivadas no comum intuito de se manter a ordem institucional prevista na Carta Magna de 1824. A única facção que ficou excluída desse arranjo político foi a dos liberais exaltados.

⁴⁰⁴ Como bem lembra Sousa Neto em título e subtítulo de capítulo da obra “Um geógrafo do poder no Império do Brasil”: “O Nordeste que nasceu Norte”[... sendo que...] “Antes só havia Norte e Sul”. (Cf. SOUSA NETO, 2018).

Com a morte do monarca em 1834, todas as ideias restauradoras caíam por terra de vez, levando consigo os resquícios de influência lusitana na política nacional. Liquidado definitivamente o perigo de restauração almejada pelos caramurus, chegara a vez das diferenças existentes no seio do conjunto heterogêneo dos liberais moderados transparecerem. Esse processo se dá no intervalo entre os anos de 1834 e 1837 numa espécie de quarentena através da qual novas alianças políticas foram se constituindo⁴⁰⁵. O que antes parecia ser uma crença uníssona na liberdade, em verdade, começava a configurar formas mais nítidas de posições mais moderadas de um lado e posições mais conservadoras de outro. Os liberais moderados cindiam-se com mais intensidade em *progressistas* e *conservadores* ou *regressistas* no passar dos anos 1835, 36, 37, mas somente mais tarde, na década de 1840 que se constituiriam em partidos políticos. Nisso, os primeiros se manteriam no propósito de defender um poder legislativo mais forte no âmbito do poder central, porém sensíveis às demandas de autonomia dos poderes locais, províncias. Os últimos apostavam no reestabelecimento da organização política nos moldes centralizados da Constituição de 1824, posto que consideravam ter sido a liberdade (democracia) concedida em demasia a ponto de ameaçar o projeto da unidade.

A cisão no seio dos moderados não foi imediata; antes foi um processo que começou a despontar nos tempos da regência una de Diogo Feijó (outubro de 1835 a setembro de 1837). As vertentes mais radicais já se encontravam excluídas de todo o mando e participação direta na dinâmica política da Corte. Antes de Feijó assumir a regência, porém, a composição trina de regentes procurou gerir a complexa configuração de forças existentes, buscando medidas que visavam apascentar os efeitos dos posicionamentos e pressões mais extremos. Surgia nesse contexto o Ato Adicional (1834) como dispositivo legal que trazia algumas singulares alterações à Constituição de 1824, entre as quais instituiu, por exemplo, a abolição do Conselho de Estado, a eleição popular do regente e consequente substituição da regência trina pela una, a redução do centralismo vigente até então, mediante a criação de Assembleias Provinciais, que passavam a ter renda própria (autonomia fiscal), além de seus presidentes passarem a adquirir maior autonomia e poder na tarefa de nomear funcionários públicos.

Inobstante a prerrogativa de o regente escolher o presidente de cada província, na prática a governança sobre assuntos de interesse público em boa medida fora extraída de suas mãos, possibilitando o afrouxamento dos dispositivos de controle autoritário que eram típicas

⁴⁰⁵ Cf. BASILE, Marcelo. O “negócio mais melindroso”: reforma constitucional e composição política no Parlamento regencial (1831-1840). In NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Livros e impressos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
Cf. também CALDEIRA (2016).

do primeiro monarca. Não fosse a manutenção de tal prerrogativa, viver-se-ia nitidamente naqueles tempos um Estado de discerníveis moldes federativos, à semelhança da potência norte-americana.

O período considerado até aqui, particularmente desde a independência (1822) até a promulgação do Ato Adicional (1834), não encerra a narrativa em torno das correlações de forças que ora *ameaçavam a/ lutavam pela* manutenção do projeto monárquico, ora inscreviam a temática da centralização e da descentralização na agenda de debates do país. Essas questões políticas perpassaram e ultrapassaram o período condizente à vida de Justiniano (1811-1862), mas nela ganham uma importância singular a partir do momento em que ele, uma vez tendo retornado da França (1829), ingressado na Faculdade de Direito de São Paulo (1829) e nela concluído seus estudos (1833), buscou participar diretamente desses debates.

Em princípio, enquanto ainda era estudante de Direito e fizera parte da Sociedade Filomática, o interesse de Justiniano restringia-se à literatura, rechaçando preocupações maiores com a política. No entanto, uma vez egresso, formado e desafiado pela tarefa impostergável de se lançar profissionalmente sem que com isso contasse a seu favor as mesmas vantagens obtidas por colegas de faculdade, que dispunham de influência e apadrinhamentos nos meios políticos para lhes abrirem os postos de trabalho que requeriam⁴⁰⁶, Justiniano resolveu ingressar nos debates polêmicos da política, que envolviam uma expressiva dose de questões administrativas e jurídicas. As dificuldades de ascensão social e profissional através do exercício da advocacia forense resvalou na necessidade de empregar outros meios de promoção social⁴⁰⁷. A estratégia foi escrever e propagar amplamente nas páginas de periódicos de boa circulação (particularmente o *Jornal do*

⁴⁰⁶ A condição pessoal de Justiniano consistia em procurar o próprio “lugar ao sol”, ou seja, ir em busca de sua inserção na carreira jurídica através de meios e méritos próprios, uma vez que carecia de apadrinhamentos que lhe facilitasse acesso ao meio profissional.

Condição diferente era a de Paulino José Soares de Sousa e outros recém-formados. Esclarece José Murilo de Carvalho acerca de Paulino: “Formado em 1831, começaram a funcionar os mecanismos de cooptação típicos da época. Honório Hermeto, seu colega de Coimbra, já era, em 1832, aos 31 anos de idade, ministro da Justiça da Regência. Chamou Paulino e lhe deu, nesse mesmo ano, um posto de juiz na Corte. (...) Paulino exercia a magistratura no Rio de Janeiro e seguia politicamente os moderados. Em 1835, aos 27 anos de idade, foi convidado pela Regência para ocupar o Ministério da Justiça. Recusou, alegando não se achar ‘com forças suficientes para exercer um cargo tão importante’. Mas Evaristo o colocou na chapa dos moderados para a eleição da primeira legislatura da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, dando com a iniciativa o pontapé inicial na carreira política de Paulino, que daí em diante foi meteórica”. (Cf. CARVALHO, 2002, p. 15-16). Era com Paulino que Justiniano estreitara laços e trocara confidências, cujas provas dão o bisneto do primeiro ao revelar cartas trocadas entre ambos. Cf. SOUSA, 1953.

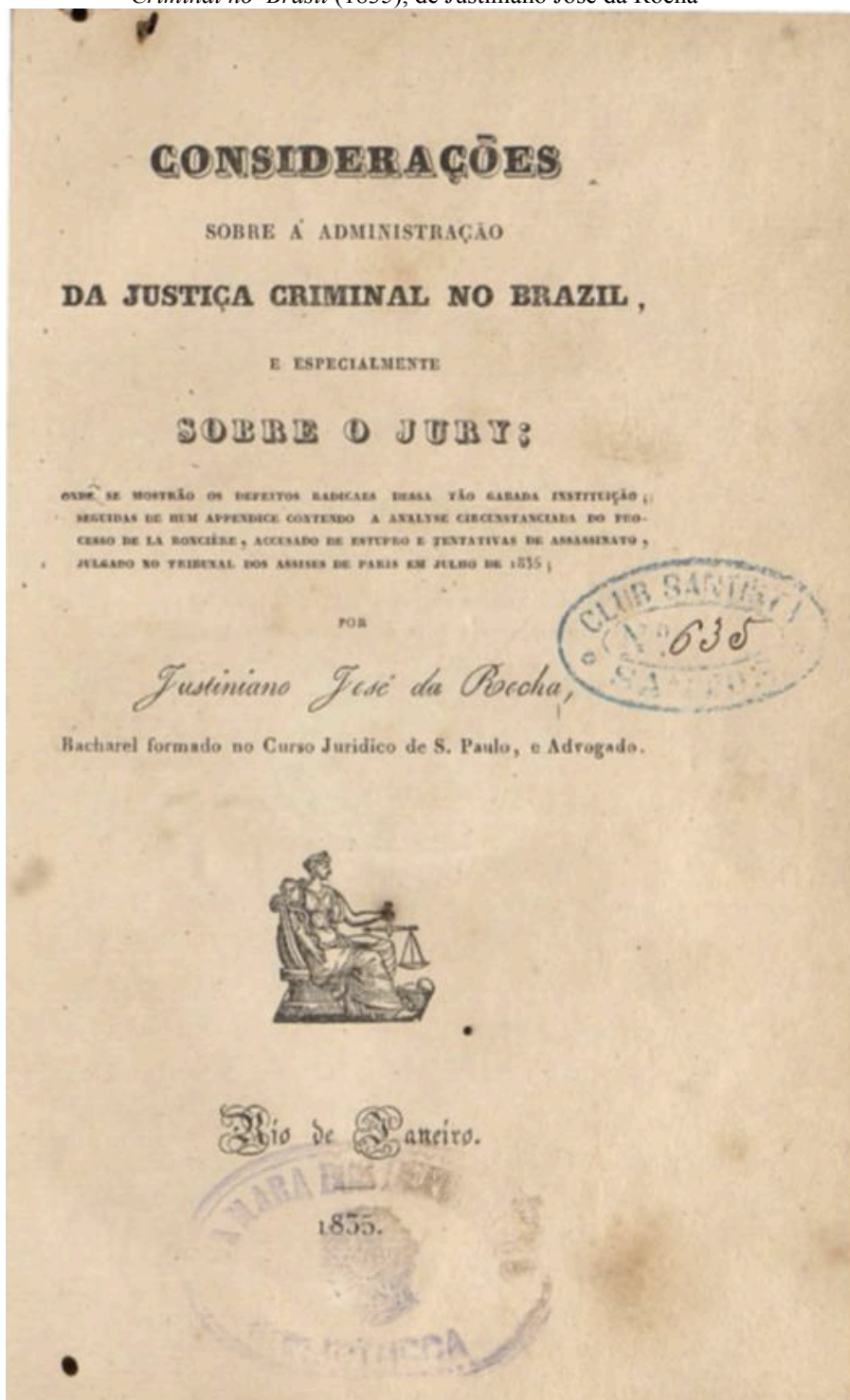
Parte da tese de Caldeira empenha-se em explicar as estratégias de inserção de Justiniano nos círculos sociais e políticos para se posicionar profissionalmente. (Cf. CALDEIRA, 2016)

⁴⁰⁷ Conforme ressaltara em sua tese a historiadora Claudia Caldeira (2016).

Comércio⁴⁰⁸) o lançamento da obra *Considerações sobre a Administração da Justiça Criminal no Brasil*, em 1835.

⁴⁰⁸ Há anúncios da obra em alguns números do periódico. Na edição n. 187, por exemplo, reproduz-se o parecer feito pelo redator de “A Aurora Fluminense”, o destacado Evaristo da Veiga: “Conhecem todos o mal estado em que a administração da Justiça se acha entre nós; mas a maior parte contentam-se em ter uma noção mui geral e imperfeita dos inconvenientes que se sofrem nesse ramo do nosso governo; talvez exageram os males que daí provém, talvez os atribuem a causas a que não devem ser atribuídos. Outros, resignados ou indiferentes, dormem em paz profunda na cratera do vulcão; e raro é o que tem procurado assinalar os perigos que a esse respeito nos cercam, a fim de se atrair sobre eles os olhos do povo, a atenção dos legisladores, e de pedir-lhes remédio. O autor deste opúsculo teve por objeto mostrar o vício orgânico que na administração da Justiça criminal tem produzido os embaraços que sentimos, e cujas consequências podem vir a ser fatais. É honroso para o Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, cujos talentos havemos tido ocasião de apreciar, não cair no letargo em que parecem jazer ainda os nosso mais belos espíritos, e dedicar as suas vigílias a um assunto de tão reconhecida importância. Notar os defeitos que existem na administração da Justiça Criminal, entrar no exame do que há de vicioso na organização desta parte interessantíssima do nosso regímen social, é empresa tão difícil como útil, e cujo bom desempenho valeria já a metade da cura da enfermidade que excita as queixas gerais. Nós esperamos pois com avidez um opúsculo que deve contribuir para chamar as vistas do público ilustrado sobre matéria que a todos interessa.” *Jornal do Comércio*, 27 de agosto de 1835, edição 187, p. 3.

Figura 7 – Contracapa da obra *Considerações sobre a Administração da Justiça Criminal no Brasil* (1835), de Justiniano José da Rocha



Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em:
<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/26759>

Tratava-se de obra especializada que, trocado em miúdos, propunha uma análise crítica do sistema da justiça criminal previsto desde a aprovação do Código do Processo Criminal de 1832, escrito por Bernardo Pereira de Vasconcellos, em que consta a prerrogativa da

nomeação de juízes e júris pelo poder local⁴⁰⁹. À figura do juiz de paz caberia exercer funções judiciárias e policiais e ao júri (juiz de fato...), formado por leigos, o papel da absolvição ou condenação, isto é, o papel de julgar. Ambos ganhariam – no entender de Justiniano – poderes incompatíveis com as competências exigidas para essas funções, cujo desempenho caberia exclusivamente a um corpo técnico especializado, profissional, formado nos Cursos de Direito – enfim, os magistrados em si⁴¹⁰. Por conta disso, avaliou que os julgamentos e seus desfechos, considerados problemáticos, colocavam em risco o próprio processo civilizatório do país, uma vez que careciam dos elementos fundamentais atribuíveis apenas aos doutos em assunto jurídico. Fica notório que por detrás da crítica reside um argumento de caráter pessoal e corporativista dosado por interesses particulares.

Para além da retórica a serviço de causa própria (individual ou corporativa), construía-se uma ideia conservadora ambientada na certeza de que o sistema de representação calcado na figura do monarca (o representante da nação) ou na de seus mandatários (conselheiros de Estado, regentes, ministros, presidentes de província, entre outros), significaria a manutenção da ordem e da civilidade. Na base dessa crença, Caldeira (2016) chega a ressaltar a matriz teórica utilizada por Justiniano em sua obra inaugural, indicando a leitura especializada do jurista francês Chevalier Mezard⁴¹¹.

Ao tempo dessa escrita e do lançamento da obra, Justiniano era um jovem de 23, 24 anos, um advogado de inicial tendência liberal moderada empalidecida com o tempo conforme despontavam no horizonte alguns traços de ruptura no seio da facção. A obra em si não deixava de ser um presságio da futura e não longínqua postura conservadora. Indicava em suas críticas as falhas do sistema que gerava perigosa autonomia jurídica e administrativa a agentes municipais. Via nisso não apenas grandes riscos para as questões exclusivamente de

⁴⁰⁹ “Segundo uma lei ordinária de 1827 e o Código de Processo Criminal (1832), o juiz de paz, eleito nas paróquias, agregava funções hoje tidas como policiais (vigilância da ordem pública), pré-processuais (inquérito e exame de corpo de delito), processuais (apresentação de denúncia) e até eleitorais (qualificação dos cidadãos em não votantes, votantes e eleitores) – o código ainda dotou os munícipes de influência na nomeação dos juízes de órfãos, dos juízes municipais e dos promotores, bem como ampliou as atribuições do júri, autorizando-o a formalizar ou a barrar aberturas de processo.” (PARRON, 2016, p. 20-21).

⁴¹⁰ É válido apresentar o que consta no sumário da obra: “Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil, e especialmente sobre o júri; onde se mostram os defeitos radicais dessa tão gabada instituição, seguidas de um apêndice contendo análise circunstanciada do processo de *La Roncière*, acusado de estupro e tentativas de assassinato, julgado no tribunal dos *assises* de Paris em julho de 1835; Justiniano José da Rocha, Bacharel formado no Curso Jurídico de S. Paulo e Advogado, Rio de Janeiro, 1835.” (Cf. ROCHA, 1835).

⁴¹¹ “Segundo Rocha, [diz Caldeira] seu opúsculo inspirava-se na obra do francês M. Chevalier Mezard, que fora procurador-geral do tribunal criminal e primeiro presidente do tribunal real da cidade de Ajaccio, na França. A obra em questão se chamava *Du principe conservateur, ou De la liberté considérée sous l’apport de la justice et du jury*.” (CALDEIRA, 2016, p. 72).

ordem jurídica (como o ato em si de julgar um crime, por exemplo), senão também o ensejo à necessidade de mudanças na jurisprudência condizente à determinação de quem deveria nomear juiz e júri (poderes locais ou nacionais?).

Em termos políticos e mesmo geográficos, em que pese fatos desafiantes à territorialidade estatal, o pleno exercício do poder local representava demasiada autonomia e, a juízo de Justiniano, expunha fragilidades jurídico-administrativas provenientes da descentralização desencadeada pelo Ato Adicional⁴¹². Nesse sentido e diante da crença do autor, a autonomia concedida a agentes locais punha em risco a governança dos agentes nacionais, gerando reverberações nas questões concernentes à manutenção da coesão estatal e, conseqüentemente, territorial. Ou seja, os mecanismos de territorialidade estatal, antes centralizados, passaram a sofrer mudanças relevantes.

Justiniano não se encontrava sozinho na avaliação de que era preciso se conservar a ordem institucional antes estabelecida. O próprio autor do Código do Processo Criminal, Bernardo Pereira de Vasconcellos, que dera ensejo à democracia liberal, declarara que ser liberal àquela altura poderia significar colocar a gestão do país em risco. Não é à toa, assim, que pouco a pouco as afinidades políticas de Justiniano vão se constituindo no mesmo diapasão com quem com ele pensava.

Pautado em Mezdard, em mescla com tudo o que adquirira do catecismo do pensamento liberal clássico, a liberdade na crença de Justiniano consistia na garantia de direitos individuais e de propriedade⁴¹³. O liberalismo moderado representaria o meio termo entre monarquia absolutista (autoritarismo) e anarquia (vista aqui, evidentemente, enquanto sinônimo de caos, de “demasiada” democracia, ou seja, de crescente participação popular, e

⁴¹² “O Ato Adicional, visto como triunfo do autonomismo federativo por instituir Assembleias Legislativas nas províncias, foi, na verdade, uma fórmula que podou tanto o governo central como o local: o central porque permitiu que as Assembleias criassem ou suprimissem quaisquer postos do Judiciário à exceção do posto do desembargador (artigo 10, parágrafo 7); o governo local porque submeteu a elas os orçamentos dos municípios (artigo 10, parágrafos 5-6). A guerra ao juizado de paz é um caso modelo desse limite imposto às duas pontas do poder. Valendo-se do parágrafo 7 do artigo 10 do Ato Adicional, as províncias de São Paulo, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Paraíba do Norte e Maranhão transferiram parte das atribuições do onipotente juiz de paz à figura do prefeito, cargo que elas mesmas inventaram e cujo ocupante era designado pelo presidente da província, o qual, mesmo sendo preposto do Executivo, podia agir sob consulta das Assembleias. Pela perspectiva local, portanto, as disputas por recursos estratégicos passavam da dinâmica paroquial para a provincial. O ato centralizava. Pela perspectiva da Corte, o centro cedia à periferia, ao tolerar que as Assembleias redefinissem o júri, os juizes municipais etc. e, encaminhando o problema do juiz de paz, regulassem a seu modo o tempo de serviço, as competências e os critérios de remoção dos prefeitos. O ato fragmentava.” (PARRON, *Op. Cit.*, p. 21).

⁴¹³ Caldeira (Op. Cit.).

não enquanto proposta de autonomia, autogestão ou democracia direta)⁴¹⁴. A democracia, nesses termos, deveria ser ponderada conforme a conjuntura, deveria ser acompanhada com rédeas curtas. Muito se falava nela (inclusive os discursos de Justiniano são pródigos no uso do termo), mas preponderavam os mecanismos para circunscrevê-la aos moldes de uma restrita representatividade de interesses exclusivistas.

A obra de Justiniano tivera boa crítica e aceitação. O conhecido periódico do já renomado Evaristo da Veiga, “A Aurora Fluminense”, criara boa repercussão a ponto de gerar dois convites para Justiniano escrever em periódicos, um contrário ao Governo de Feijó e à proposta parlamentar de conduzir a princesa Januária⁴¹⁵ à regência, e outro exatamente o oposto. Preferira o primeiro (“O Atlante”).

⁴¹⁴ Evidente que a essa época, primeira metade do século XIX, seria imperdoável anacronismo identificar quaisquer movimentos anarquistas no Brasil conduzidos por leitores de autores clássicos dessa corrente ideológica, como Proudhon ou Bakunin. O historiador Alexandre Samis esclarece o uso do termo na primeira metade do século XIX:

“A origem do anarquismo no Brasil, se levamos em consideração a utilização mais sistemática do termo, pode ser encontrada nos discursos políticos de grupos de poder formados nos primeiros anos da independência (1822) no país. A necessidade de instituir a ‘ordem’, também através do discurso, deu aos segmentos representativos das elites brasileiras a primazia na qualificação e desqualificação de certos termos. Assim, a ideia de anarquismo aparecia no espaço público, imprensa em particular, com a forja dos que, com a sua negativa, pretendiam colocar o Estado brasileiro no caminho da estabilidade política.

“Coube ao grupo de José Bonifácio de Andrada e Silva, o célebre artífice da independência, também conhecido como a ‘elite coimbrã’, tendo em vista a formação de alguns de seus membros na Universidade de Coimbra, em Portugal, muito do que se entenderia no plano da retórica pelos termos anarquismo e anarquistas. No momento dos embates políticos com os demais grupos opositores, a ‘elite coimbrã’ não descuidou da tarefa de atribuir ao termo anarquismo, obviamente associado aos seus inimigos, os piores significados da época. Criava-se dessa forma uma legenda que não cessaria de crescer pelos anos vindouros, do anarquismo como antítese da ordem e da tranquilidade no Brasil.

Entretanto, apesar de certa originalidade na aplicação do termo, o segmento coimbrão não havia criado a palavra. O anarquismo, como rotulação de comportamento, avesso a ‘ordem’, já figurava nos discursos dos próprios jacobinos, durante a Revolução Francesa. Anarquista era o (des)qualificativo utilizado por Robespierre para atacar os representantes da esquerda, que tinham servido aos interesses, e dos quais pretendia se distanciar. Nesse aspecto o anarquismo surge, também na Europa, como o grande pária das políticas defendidas pelo novo modelo de Estado.

De qualquer forma, no início do século XIX, tanto no Brasil como no exterior, o que caracteriza o anarquismo é a busca por um alargamento da participação social, aquilo que os governos chamavam de ‘excessos de liberdade’”. Cf. SAMIS, Alexandre. Sindicalismo e anarquismo no Brasil. Teoria. Coletivo Anarquistas Bandeira Negra, Integrante da Coordenação Anarquista Brasileira, 2012. URL:

https://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/02/Alexandre_Samis_-_Sindicalismo_e_Anarquismo_no_Brasil.pdf (Visitado em novembro de 2020).

⁴¹⁵ Irmã de Pedro de Alcântara, vulgo Pedro II.

É nesse compasso que os tribunais pouco a pouco vão perdendo um advogado em iniciante carreira⁴¹⁶, para o fértil, promissor e dinâmico campo da imprensa política. A partir de então torna-se editor e jornalista e inaugura a sua participação nos principais debates políticos de seu tempo, cuja trajetória se torna quase ininterrupta no intervalo entre 1836 e o ano de sua morte (1862).

A vida intelectualmente ativa de Justiniano passou a aparecer no bojo desse contexto, em que se discutia a possibilidade não só de um Brasil (Estado uno, monárquico), mas de “*brasis*” (Estado federado) e mesmo de não-*brasis* (outros Estados emancipados do projeto monárquico; republicanos, portanto). E evidente que enquanto intelectual e ciente do seu lugar no mundo, ele também foi tecendo o seu tipo específico de Brasil, foi formando a sua doutrina, isto é, um conjunto de crenças e ideias capazes de conformar e representar um projeto. Enfim, na esteira desse processo, Justiniano constituiu-se em um dos principais porta-vozes do projeto que se pretendeu e se fez, durante um bom tempo, hegemônico: o projeto conservador de Brasil, cujos pilares se encontravam no fortalecimento da monarquia, na ordem escravocrata e socialmente excludente e hierárquica, bem como na crença comum do dogma católico⁴¹⁷ enquanto pauta comportamental e de valores morais, mas também enquanto tradição religiosa e cultural do antigo colonizador – traço característico dos liames que ligavam os trópicos à Europa.

Esse tempo em que Justiniano viveu, conduziu-o também a interpretá-lo conforme os seus próprios parâmetros. Foi quando, transcorridos vinte anos de vida pública e de publicação da obra inaugural, além de condicionado a uma peculiar circunstância da vida parlamentar que ora experienciava, impôs-se o desafio de formular, numa brochura de poucas

⁴¹⁶ Há alguns registros de atuação de Justiniano enquanto advogado forense – definição oferecida pelo seu primeiro biógrafo, Innocencio Francsico da Silva (Cf. SILVA, 1860) –, conforme consta no Jornal do Comércio de 1839: “7ª Sessão do Sr. juiz de direito Vaz Vieira”, no caso identificado como “*Tentativa de reduzir à escravidão pessoa livre, escritura falsa. – Absolvição.*” Continua a descrição: “Comparece à barra do tribunal o réu afiançado, Felicio Antonio da Silveira, **acompanhado do seu advogado defensor, o Sr. Dr. Justiniano José da Rocha.**” O réu, morador de São João de Meriti, era acusado de reduzir à escravidão pessoa livre, embora negasse o ato. Segundo a versão acatada, a queixa de quem denunciou foi infundada e derivada de uma má interpretação do fato. “Do processo nada consta que possa fazer carga contra o réu, e só se demonstra que ele fora talvez instaurado por motivo de intriga e inimizade.” A sentença do réu, definida por júri, foi a absolvição. Causa portanto ganha para o advogado *Dr. Rocha*. Cf. Jornal do Comércio, Ano 1839, N. 54. p. 2.

⁴¹⁷ Martha Abreu (2008) diz que “De acordo com o artigo 5º da Constituição de 1824, ‘a Religião Católica, Apostólica Romana’ continuaria a ser a ‘religião do Império’. (...) Ainda pelo artigo 95, ficava estabelecido que era necessário professar a religião católica para ocupar cargo eletivo. Reconhecida como a religião oficial do país independente e, por extensão, de todos os brasileiros, a continuidade religiosa garantia a legitimidade conferida pelo catolicismo ao regime monárquico, bem como a manutenção de uma identidade religiosa herdada do período colonial, vinculada ao papa, porém mantenedora do regime de padroado.” Cf. ABREU, Martha. Catolicismo. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 126.

56 páginas, a sua visão historiográfica sintética acerca da evolução do sistema representativo no Brasil durante o largo intervalo que vai de 1822 até aquele momento (1855). O panfleto⁴¹⁸ *Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, tantas vezes aqui já mencionado como a mais conhecida obra de sua lavra, nascia em meio à proposta de conciliação entre liberais e conservadores facultada pelo gabinete ministerial presidido, entre 1853 e 1856, por Honório Hermeto Carneiro Leão.

⁴¹⁸ Segundo Lúcia Neves (2008), o panfleto, bem como o folheto político, a anedota, a página de pequenas histórias, todas consideradas publicações baratas, mais ágeis do que os jornais, “(...) serviram de instrumentos fundamentais para a nascente política pública, tanto em Portugal quanto no restante da Europa e na América (...). Literatura de circunstância por excelência, cumpriam o papel de disseminar notícias a uma plateia mais ampla, que deixava de vê-las como meras novidades do domínio privado para encará-las como parte de um espaço comum, esboçando uma ‘voz geral’ que se tornaria uma autêntica opinião pública. (...) [Constituíam-se numa] publicação mais acessível, tanto pelo preço, como pelo pequeno número de páginas (...). De caráter didático ou polêmico, continham comentários aos fatos recentes, ou discussões sobre as grandes questões políticas do momento, que oscilavam entre a abordagem histórica e a política, assumindo diversas formas, quase sempre recorrendo a um registro próximo da fala: catecismos políticos, diálogos, cartas escritas a amigos e compadres, paródias de orações religiosas, poesias, farsas, libelos e dicionários explicativos de termos da época. Por vezes esses panfletos encadeavam-se uns aos outros, ou a alguma publicação de outro gênero, como os jornais, enquanto resposta ou desafio às posições assumidas, chegando a formar uma ‘rede de polêmicas’.” Neves (Op. Cit.) chega a mencionar “Ação; reação; transação...” como exemplo de panfleto, e completa dizendo que o formato seria suplantado com o tempo (particularmente nos últimos anos do século XIX e início do XX) pela imprensa periódica, “(...) na medida em que esta ganhava em regularidade e que se ampliava o público leitor”. E acrescenta: “Apesar disso, eles [os panfletos...] não deixaram de exercer um papel fundamental enquanto veículos de novas ideias, e fizeram vislumbrar, na palavra escrita, uma fonte de poder capaz de ampliar a esfera da política para além dos círculos restritos da corte, estabelecendo uma opinião pública que está na raiz das sociedades contemporâneas”. Cf. NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Panfletos. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Pp. 560-562.

Figura 8 – Contracapa da obra *Ação; Reação; Transação – Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil* (1855), de Justiniano José da Rocha

ACÇÃO; REACÇÃO; TRANSACÇÃO.

DUAS PALAVRAS

ACERCA

DA ACTUALIDADE POLITICA DO BRAZIL

POR

Justiniano José da Rocha.



RIO DE JANEIRO,

TYP. IMP. E CONST. DE J. VILLENEUVE E C^{OP}MP.

Rua do Ouvidor n. 65.

1855.

Fonte: Brasiliana Digital/ Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin/USP. Disponível em:
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4108>

A peça fora anunciada pelo autor como se tivesse sido escrita em poucas semanas, inobstante sinais inequívocos demonstrarem exatamente o contrário: diversos ensaios do próprio autor já haviam antecipado parcela dos conceitos ali embutidos⁴¹⁹. A esse respeito, Caldeira (2016) salienta que a produção da principal obra de Justiniano foi fruto de reflexões cujo real tempo de dedicação deixou de ser exposto pelo autor a seus leitores. Segundo ela, algumas ideias contidas no texto já apareciam esboçadas no discurso parlamentar de 19 de maio de 1855; porém, antes mesmo desse discurso, já haviam artigos publicados a partir dos anos 1840 cujos vocábulos “Ação e reação” teriam sido usados⁴²⁰.

⁴¹⁹ CALDEIRA (2016).

⁴²⁰ “Em geral, os autores remetem o início da confecção da obra a um artigo publicado nas páginas do Brasil em 1848, cujo título é ‘Ação e Reação’”. (*Op. Cit.*, p. 219).

Para alguns historiadores⁴²¹, tratava-se de uma narrativa historiográfica linear e evolucionista; para outros especialistas como Roderick Barman, Maria de Lourdes e Lucia Guimarães⁴²², o título da obra fazia uma alusão ao movimento dialético hegeliano: tese, antítese e síntese.

Recentemente Parron (2016), numa leitura original da obra de Justiniano, em boa parte respaldada – conforme ele mesmo expõe – no apoio documental oferecido pelo pesquisador britânico Roderick Barman, indicou filiação inusitada do opúsculo à ideia advinda de esquema retórico formulado por Jean-Baptiste Honoré Raymond Capefique, jornalista francês, contemporâneo ao próprio Justiniano, que hoje em dia seria menos lido que Hegel⁴²³.

Parron não foi o único a identificar tal filiação. Sua originalidade coincide com outra: a tese defendida por Claudia Caldeira. Ambos os trabalhos surgiram no mesmo ano de 2016 e defenderam a mesma vinculação da obra de Justiniano à de Capefique. O dado curioso é que, talvez justamente por terem publicado seus respectivos trabalhos no mesmo ano e naturalmente por provavelmente se desconhecem, acabaram por não se citarem mutuamente. Ou seja, até onde se pode perceber, chegaram inusitada⁴²⁴ e coincidentemente à mesma conclusão referente à fonte principal de inspiração da obra “Ação; reação; transação”. O que os diferencia é a objetivação de cada trabalho e o volume e os detalhes a que cada uma das respectivas análises dedica àquela que é reconhecida como a principal obra de *Dr. Rocha*. Caldeira, por exemplo, anuncia que a ela interessa “(...) a questão da pena de aluguel, pois sua

⁴²¹ MATTOS (2000), por exemplo.

⁴²² Barman (1973); Janotti (1982); Guimarães (2007).

⁴²³ Sobre Capefique, complementa Parron (2016): “Autor de dezenas de livros, jornalista e atuante da Restauração ao Segundo Império francês, Capefique é um daqueles fecundos polígrafos oitocentistas que vivem o brilho da fama durante a vida para cair obscuro após a morte. Ele conceituara, em um de seus livros sobre as guerras religiosas na França do século XVI, os termos ação, reação e transação. Justiniano bebeu nessa fonte não apenas os vocábulos como também seus respectivos aspectos semânticos e o esquema organizacional da redação do panfleto.” (p. 18)

Caldeira (2016) adiciona outros elementos biográficos: “(...) nasceu em Marselha, em 1801, e estudou direito em Paris. Conservador, monarquista e orleanista, foi historiador e biógrafo, e cedo se engajou na imprensa, atuando em vários jornais, entre eles *La Cronique* (1836), dirigido por Honoré Balzac, de quem assumiria a coluna política, e também *Le Quotidiane*, *Temps*, *Messenger de chambre*, *La Revolution*, de 1848. Autor de uma vasta obra, na qual se propôs a reexaminar a história da França, tendo alcançado grande sucesso junto ao público. Contudo, nota-se algumas notas críticas em relação a seu trabalho, que apesar de se dizer imparcial foi visto pela *Revista de Edimburgo* com reservas. Para a revista, a obra *La Reforme*, *La Ligue et du Regne de Henry IV* amenizava a perseguição feita pela Igreja Católica aos protestantes, apontando seu autor como construtor de uma história conservadora e defensora das tradições.” (CALDEIRA, 2016, Pp. 221-222).

⁴²⁴ Justifica-se o emprego do termo “inusitada”: ora, antes de ambos, nenhum outro crítico da obra houvera identificado nas entrelinhas dos artigos jornalísticos de Justiniano, a matriz teórica da peça interpretativa.

publicação ocorre no contexto de seu rompimento com o ministério de Carneiro Leão.”⁴²⁵ Já Parron objetiva-se em esmiuçar ao máximo a obra em si, isto é, fazer um verdadeiro escrutínio da peça historiográfica. Por conta disso, sua leitura se demonstra mais focada na obra, e a de Caldeira, mais objetivada num propósito que ultrapassa o escopo do panfleto escrito por Justiniano, apesar de incluí-lo em seu estudo.

Nada obstante a diferença dos propósitos, ambos os trabalhos se empenharam no levantamento de todos os elementos que respaldassem as mesmas conclusões às quais chegaram. Sem dúvida é inusitado o fato de os dois oferecerem suas respectivas versões traduzidas de trechos da obra de Caepigue, nas quais se torna inconfundível a efetiva vinculação da obra de Justiniano àquela do mencionado intelectual francês.

Para tanto, à guisa de exemplo da coincidência, dispõe-se abaixo o trecho original da obra *Histoire de la Réforme, la Ligue et le du Règne de Henri IV*, utilizado como referência pelas duas pesquisas, para depois se apresentar as versões traduzidas em língua portuguesa por cada pesquisador:

RÉSUMÉ

J’accomplis la grande période politique et religieuse du seizième siècle; et il m’est difficile, avant d’entrer dans une autre époque de civilisation, de ne pas jeter un regard en arrière, pour nettement préciser les traits généraux de l’histoire que je viens de tracer. En face de cette masse de faits et de documens, je crains qu’il ne soit né quelque confusion sur les choses et les caractères; il faut mettre une pensée dans ce vaste tout. J’ai défini les trois parties de mon travail, c’est-à-dire la Réforme, la Ligue et le Règne de Henri IV, par ces trois expressions qui rendent nettement l’idée fondamentale du livre: **action, réaction, transaction**. (Grifos nossos)⁴²⁶

Versão de Cláudia Caldeira:

Terminei o grande período político e religioso do século XVI; e foi muito difícil, antes de entrar em uma outra época de civilização, não lançar um olhar atrasado, para nitidamente explicar os recursos gerais da história que vou traçar. Em face desta massa de fatos e documentos, receio ter feito alguma confusão sobre os personagens; é necessário colocar um pensamento nesta vastidão. Defini as três partes de meu trabalho: A Reforma, a Liga e o reino de Henrique IV, por estas três expressões que corresponde a ideia fundamental do livro: *Ação, reação, transação*.⁴²⁷

Versão de Tamis Parron:

Arrematei o grande período político e religioso do século XVI; e acho difícil, antes de entrar em outra civilização, não lançar um olhar para trás a fim de precisar com

⁴²⁵ Cf. CALDEIRA, 2016, p. 216.

⁴²⁶ Cf. CAPEFIGUE, Jean Batiste Honoré Raymond. *Résumé*. Histoire de la Réforme, de Ligue et le du Règne de Henri IV, Paris, Dufey, 1835, Tome VIII, pp. 378-379.

Observação: a versão original desse trecho, bem como de toda a vasta obra de oito volumes, encontra-se integralmente digitalizada e acessível na biblioteca digital da Biblioteca Nacional Francesa (Gallica): <https://gallica.bnf.fr/>.

⁴²⁷ CALDEIRA, 2016, p. 220.

clareza os aspectos gerais da história que acabei de traçar. Diante da grande soma de fatos e documentos, temo que surja confusão sobre as coisas e as personagens; é preciso submeter esse vasto conjunto a uma organização conceitual. Defini as três partes de meu trabalho – isto é, a Reforma, a Liga e o Reinado de Henrique IV – por estas três expressões que traduzem perfeitamente a ideia fundamental do livro: *Ação, Reação, Transação*.⁴²⁸

No tocante ao trabalho de Parron, sua sugerida hipótese de intertextualidade foi desencadeada a partir de artigo publicado em outubro de 1854 no periódico *O Velho Brasil*, no qual Justiniano, diferente das fontes utilizadas por Caldeira (*op. cit.*)⁴²⁹, parece revelar enigmaticamente sua matriz teórica:

Um dos publicistas-historiadores que mais respeito nos merecem, o mais hábil doutrinário da escola da autoridade, escrevendo acerca das guerras religiosas (...), mostra que a marcha do espírito humano nas vias do progresso costuma ter três períodos regulares – o da ação, reação, transação (...). Se admitirmos essa brilhante teoria, para cujo abono não faltam fatos históricos, a reação não é mais do que um período fatal, necessário ao processo^{430 431}.

Desse achado, Parron (*Op. Cit.*) e Caldeira (*Op. Cit.*) desdobram-se para argumentar a favor da hipótese e acabam por convencer frente a abundância de fatos documentalmente demonstrados. Parron, em particular, vê muitas evidências de refinado trato teórico do autor a partir da análise que tece acerca da peça historiografia, sendo a primeira delas o destaque sociopolítico utilizado por ele ao definir padrões gerais no desenvolvimento da história então recente. Segundo Parron, o autor não a reduziria à esfera formal do Estado e nem à dimensão exclusiva da política, tecendo minuciosamente a estreita correspondência entre conjuntura social e ordem política, “(...) de maneira que não cita aviso, decreto ou lei sem alfinetá-los no mapa mais amplo das ideias, das convicções e dos temores generalizados do tempo”⁴³².

⁴²⁸ PARRON (2016, p. 127). Observação: importante notar que Parron reproduziu em seu livro da obra original a página inicial referente ao trecho – “RÉSUMÉ”; aliás, todo o conteúdo dessa parte da obra foi disponibilizada em versão traduzida no “Anexo 1” do livro de Parron. Cf. Idem, pp. 126-150.

⁴²⁹ Nas fontes utilizadas por Caldeira (2016), Justiniano é mais explícito ao expor Copefigue como sua fonte de inspiração historiográfica.

⁴³⁰ Rocha, Justiniano J. “As Reações”. *O Cronista*, 1854, p.1. (*Apud* PARRON, 2016, p. 38).

⁴³¹ Parron (2016) propõe esclarecer o enigma contido no trecho: “A passagem é alusiva, mas o conjunto de remissões permite desvendar o referente. O vocábulo ‘doutrinário’ sugere que se trata de um dos escritores da geração intelectual de Guizot, Rémusat etc.; a expressão ‘escola da autoridade’ denota que é alguém identificado com o partido conservador ou da resistência; e a referência ‘guerras religiosas’ remete aos conflitos entre católicos e huguenotes na França do século XVI. Ora, as três variáveis caem como uma luva no perfil intelectual de Jean-Baptiste Raymond Copefigue (1801-1872), coevo dos doutrinários, membro dos conservadores e autor de *Histoire de la réforme, de la ligue et du réné de Henri IV* (1834-1835), um livro sobre os massacres que a fê moveu na França renascentista.” (p. 38).

⁴³² PARRON (2016, p. 36).

Uma segunda evidência de trato teórico apurado na obra de Rocha diria respeito a método historiográfico invulgar para a época. Põe em relevo Parron com indisfarçável apreço:

A síntese que ele apresenta da prática do regime representativo no Brasil não é factual, ou *événementielle*, no dizer da crítica francesa à escrita historiográfica do século XIX, mas conceitual e analítica. Em vez de dispor os fatos em uma tábua cronológica, Justiniano Ihes dá inteligibilidade mediante a busca de um sentido oculto, subjacente a eles, que remete ao plano abstrato do conceito. Os exemplos abundam em todo o texto, e basta citar um para ilustrar o procedimento. Na seção “Triunfo Monárquico”, o autor aborda primeiro as revoltas liberais de São Paulo-Minas Gerais (1842) e de Pernambuco (1848), um discurso de Vasconcelos sobre a distinção entre a monarquia real e monarquia pessoal (1843), bem como as candidaturas impugnadas de Chichorro da Gama e de Ernesto Ferreira França ao Senado (1847), para só então analisar seu assunto central, a Reforma do Código de Processo Criminal (1841). O arranjo conceitual é tão forte que a ordem cronológica, uma grade de ferro nos livros oitocentistas, é muita vez ignorada em favor da elaboração de uma ideia, de um princípio organizador. Primeiro a tendência geral, depois os dados específicos. É um procedimento que não poucos historiadores atuais recomendaria a seus pares.⁴³³

Após interessante análise, incluindo especulação em torno do acesso à leitura de Hegel e sua inevitável comparação da trinca “ação, reação, transação” com a dialética alemã, além de outros escritores⁴³⁴, com particular menção a escritor amplamente conhecido à época, François Guizot, igualmente reconhecido por fino trato teórico da história⁴³⁵, mas com o qual as diferenças eram maiores do que as semelhanças⁴³⁶, Parron recomenda que todo esse *savoir faire* historiográfico adviria substancialmente de Capefigue, e nesse aspecto, conforme já dito, converge com Caldeira (*Op. Cit.*), que, por sua vez, atesta o papel de Justiniano na divulgação do pensamento desse intelectual francês entre os seus pares mais próximos (a exemplo de Firmino Silva, Paulino Sousa e alguns outros saquaremas), ao emprestar, de mão em mão, as obras de Capefigue e comentá-las com frequência.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ “(...) a matriz discursiva que deu *forma mentis* ao panfleto, ditando até termos nele empregados, parece advir dos escritores franceses da Restauração e da Monarquia de Julho, os chamados doutrinários (*doutrinaires*). Embora seus integrantes, como Royer-Collard, Prosper de Barante, Charles de Rémusat, Duc de Broglie e François Guizot, não ostentassem coesão partidária, o grupo divulgou uma linguagem política comum que foi rapidamente assimilada por letrados do Ocidente.” (PARRON, 2016, p. 37) O último desses nomes, François Guizot (1784-1874), seria o mais influente de todos.

⁴³⁵ Sobre os predicados intelectuais de Guizot, afirma Parron: “(...) escritor copioso, grande teórico e político de posição. Seus livros, que reuniram as ferramentas conceituais disseminadas entre os demais publicistas do tempo, podem figurar, em associação metanímica, como representantes de todo um modo de pensar (...). Neles está a noção, cara ao folheto brasileiro, do paralelo necessário entre estrutura social e ordem política: ‘Antes de ser causa, as instituições são efeito; a sociedade as produz antes de ser por elas modificada’. Segundo o letrado francês, era necessário abstrair, procurar a regularidade do movimento por trás das ondas, achar o *unum in pluribus*”. (PARRON, 2016, p. 37).

⁴³⁶ “A obra [de Guizot] é extensa, teórica, complexa; a [de Justiniano], breve, meio teórico e meio prática, simples.” Idem.

A obra de referência assinada por Capefique, *Histoire de la reforme, de la ligue et du régime de Henri IV* (1834-1835), trata de detalhes históricos dos conflitos existentes entre católicos e huguenotes (protestantes, portanto...) na França do século XVI. São oito volumes de onde são extraídas as ideias básicas de “ação, reação, transação”, em que “(...) as reformas de Lutero, Calvino, anglicanos e anabatistas comporiam o período da ação; a Liga Católica, o período da reação; e o reinado de Henrique IV, o período da transação.”⁴³⁷

O movimento de análise histórica panorâmica a qual remete a trinca (ação, reação, transação), corresponde ao estabelecimento de períodos sociopolíticos marcados por mudanças significativas correspondentes a uma sequência que significa um momento de renovação, seguido por outro de resistência e apego às tradições (à conservação, portanto) e, finalmente, por um desfecho que significa um meio-termo negociado. No caso da obra de Capefique, o movimento da Reforma Protestante desencadearia um embate político-religioso (ação), o movimento de Contra-reforma da Liga Católica corresponderia à resistência, e, por último ciclo evolutivo do processo, a pacificação proporcionada pelo reinado de *Henri IV* significaria a transação.

Resgatada em esquema didático, a correlação entre Capefique e Rocha em princípio parece simples, mas essa simplicidade não passa de ilusão. O esquema do primeiro exige do segundo muita criatividade e senso apurado de adaptação, direcionando a problemática de fundo religioso, social e político, com importante consideração a aspectos econômicos e culturais de uma França do século XVI, para outra problemática exclusivamente de natureza sociopolítica de um Brasil oitocentista, sem qualquer outra preocupação quanto a aspectos culturais, econômicos ou religiosos.

A tessitura do esquema lógico feita por Justiniano criava inusitada interpretação da evolução política do Brasil desde o ano da independência até aquele ano crucial do Gabinete da Conciliação (1855). O chefe deste último vinha propondo desde sua chegada ao cargo, uma série de mudanças fulcrais que impunha um novo arranjo político objetivado na superação das conhecidas divergências entre liberais e conservadores. Entendia-se que a alternância de poder vinha marcada de muita instabilidade que desagradava o monarca e impossibilitava a implantação de um cenário efetivamente mais democrático, uma vez que os primeiros anos de Estado independente exigia medidas muito restritivas em face da desordem tão pronunciada e temida.

⁴³⁷ Idem. p. 39.

Já não era o caso de se alimentar grandes temores naquele ano de lançamento da obra (1855). Em seu interior Justiniano já pronunciaria momentos bem diferentes daqueles que marcaram os conflitos iniciados na regência e finalizados nos anos 1840. Dizia ele:

Desde os dias da independência até 1851⁴³⁸ vivemos no meio das lutas do elemento democrático e do elemento monárquico; procurando ambos alternadamente e com igual intensidade excluir-se, trouxeram-nos pela vereda do infortúnio ao ponto em que estamos. Ter-lhe-íamos sucumbido, se não nos valesse a forte constituição da unidade brasileira; a ela devemos os dias que correm de paz e de bonança, de aspirações mais brandas e moderadas, de arrefecimento de ódios e paixões. (Cf. ROCHA, 1855/2009, p. 160).⁴³⁹

A política da conciliação, nos termos apresentados pelo gabinete, não agradava os conservadores, pois prometia reformas nos campos jurídico, administrativo e eleitoral, visando desfazer amarras que alicerçavam as manobras políticas partidárias para a manutenção do poder e do exclusivismo partidário. As medidas anunciadas propunham interromper prerrogativas referentes a indicações de aliados a cargos no judiciário ou na burocracia, bem como minguar esquemas eleitorais que alimentavam apoio mútuo entre poderes locais e governo. Medidas essas que poderiam, no ângulo da análise geográfica, alterar práticas territoriais utilizadas pelos saquaremas para executar seu projeto de país, ou seja, modificar práticas inerentes à territorialidade estatal. Mas isso já não ameaçava, àquela altura, a fragmentação jurídico-política do território: nenhuma força endógena encontrava espaço institucional e político para desfazer o que se havia construído. Poder-se-ia dizer: o Estado Monárquico, com todas as duas idiosincrasias, estava consolidado já àquele tempo.

A maior parte das biografias sugerem que Justiniano foi contra a política de Carneiro Leão, tomando por parâmetro o seu discurso parlamentar no dia 19 de maio de 1855, no qual ele critica o gabinete. Estefanes⁴⁴⁰ e Parron⁴⁴¹ pormenorizam essa relação entre ambos, indicando que houve momentos de apoios e sinais de desgastes que denotariam um Justiniano oscilante e instável nas opiniões e nas posturas políticas de aproximação ou de distanciamento

⁴³⁸ A menção ao ano de 1851 corresponde à finalização da última grande revolta do período Imperial, a Revolta Praieira (1848-1851), em Pernambuco. A data marcaria, então, a definitiva estabilidade interna do país até a proclamação da república, em 1889.

⁴³⁹ ROCHA, Justiniano da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da Atualidade. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Três panfletários do segundo reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto), 2009. p. 160

⁴⁴⁰ Cf. ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Depto. História, FFLCH, USP, 2010.

⁴⁴¹ *Op. Cit.*

com as partes envolvidas: ora quedava em apoio a Honório, distanciando-se dos caciques saquaremas, ora se distanciava daquele e se aproximava dos pontos de vista desses últimos.

Ao fim e ao cabo, a sessão de 19 de maio de 1855 exigiria de Justiniano uma resposta ao desdém de Carneiro Leão à sua postura aparentemente contraditória. Em poucos dizeres, sem querer antecipar os detalhes acerca da celeuma estabelecida entre Rocha e Carneiro Leão, o autor de “Ação; Reação; Transação” fizera entender ao chefe do gabinete da conciliação e a toda opinião pública de então, que sua obra tentaria projetar luz sobre suas posições políticas, sendo uma espécie de prestação de contas. Sua intenção era justificar seus próprios avanços e recuos nas críticas ao mencionado gabinete mediante uma interpretação teórica acerca da dinâmica parlamentar brasileira, procurando inverter a pecha de contraditório que o chefe da conciliação, Honório, o havia imputado.

É dessa forma que “Ação; Reação; Transação” se apresenta não apenas como uma peça historiográfica de seu tempo, senão, também, a partir de seu subtítulo – “Duas Palavras acerca da Atualidade” –, como um instrumento de intervenção na dinâmica política então vigente, a começar pela substituição dos termos “conciliação” por “transação”. Justiniano acusara Carneiro Leão de restringir semanticamente o primeiro termo a práticas de cooptação política pelo gabinete, lançando mão da prática comum da troca de favores⁴⁴². Justiniano era simpático à ideia de transação, mas não no enquadramento semântico sugerido pelo governo... Por conta disso, espelhando o esquema de Capefique, procurou dividir sua obra em seis partes relativamente simétricas. A primeira e a última partes, isto é, introdução e “Último Período, 1852 a 1856. Transação”, respectivamente, procuram colocar a obra como um “farol” que acende “à borda do abismo”, indicando que aqueles anos de relativa estabilidade estavam passando, sendo preciso aproveitá-los em vistas da possibilidade de retorno dos períodos de incertezas que afloravam as paixões de outrora... Dizia o autor do panfleto: “Os dias da transação vão passando, e não têm sido utilizados; (...) ainda é tempo todavia; os anos 1855 e de 1856 [anos finais dos mandatos da legislatura e do governo de então...] ainda podem ser aproveitados: aproveitemo-los.” Alertava um Justiniano ciente de seu papel na dinâmica política e atento ao propósito de apontar o desajuste entre a ação do governo e a oportunidade que se colocava enquanto “tendência geral do tempo”⁴⁴³.

⁴⁴² “Oh, mesquinhez do espírito humano! A uma necessidade política, a uma satisfação moral no triunfo de ideias, substituíram uma satisfação de interesses no aviltamento dos indivíduos, e a isso chamaram – conciliação.” Cf. ROCHA (*Op. Cit.*).

⁴⁴³ Conforme diria Parron (*Op. Cit.*).

As partes intermediárias, quatro, ao todo, completariam a interpretação de Justiniano da história:

De 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta dos elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta de reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 até 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado; de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade no futuro; período de transação.⁴⁴⁴

Na comparação com Capefique, se neste o movimento da “Ação” corresponde à Reforma, para Justiniano, ela corresponde aos dois primeiros períodos histórico por ele retratado: “Ação: Luta” (1822-1831) e “Ação: Triunfo” (1831-1836). Se no teórico francês o movimento católico da contra-reforma aparece como “Reação”, no panfletário brasileiro esta última está atrelada ao terceiro e ao quarto períodos, “Luta da Reação” (1836-1840) e “Triunfo Monárquico” (1840-1852). E se a ideia aqui é a do cotejamento, convém dizer que a “Transação” em Capefique fica a encargo do reinado de Henrique IV, enquanto no caso da análise de Justiniano, a transação comportaria a conjuntura favorável de seu tempo, e não propriamente o gabinete da conciliação.

O fato é que a narrativa que ora foi considerada linear e evolucionista, ora uma construção dialética ou uma falsa dialética, em verdade compreendia três momentos distintos e marcantes na história de formação do Estado Brasileiro: um período de “Ação”, em que a disputa pelo poder investir-se-ia de traços democráticos; um período de “reação” marcado pelo autoritarismo; e um período de “transação”, representado por um meio-termo negociado entre forças políticas contrastantes.

No conjunto, os agentes da história seriam, conforme lembra Parron,

(...) os adversários dos portugueses, a oposição a dom Pedro I, os radicais simpatizantes da reforma agrária e os políticos moderados do Ato Adicional; [Justiniano, ele mesmo narrador e partícipe direto ou indireto do fluir histórico] cita como a grande causa do tempo a luta pela liberdade contra a autoridade⁴⁴⁵.

O período de “Ação” corresponde ao predomínio do princípio democrático, estendendo-se de 1822 a 1836. Na obra, o longo intervalo aparece subdividido em dois outros menores, através dos quais o conceito de “liberdade” inicia-se aparecendo de forma abstrata e aos poucos vai assumindo entendimento mais tangível acoplado às noções de república, de

⁴⁴⁴ ROCHA, Op. Cit., p. 161.

⁴⁴⁵ PARRON, Op. Cit., p. 40.

federalismo e de democracia. Assim, na “Ação: Luta” (1822-1831), os revolucionários submetiam a ideia de liberdade à forma republicana de governo.

Para Justiniano, o período seria o momento da desconfiança do Poder absoluto representado pela figura do Monarca Dom Pedro I, fazendo com que houvesse “homens que por amor da liberdade viviam em permanente desconfiança da autoridade”⁴⁴⁶.

Na “Ação: Triunfo” (1831-1836), *liberdade viraria federalismo*, um jeito mais viável de riscar de vez o vocábulo “república” do projeto político que consolidaria a monarquia como única opção possível.

A noção de democracia permearia a obra de cabo a rabo, fosse por intermédio da noção de república, fosse através da identificação de algum nível existente de federalismo no Brasil de então. Seu alcance rendia-se ao grau de adesão do Estado aos anseios da sociedade civil, coincidindo com o que Justiniano entendia por liberdade política, traduzidas abaixo por Parron:

eleger um presidente, criar Assembleias, suprimir cargos vitalícios, votar na Guarda Nacional, escolher um juiz de paz, garantir liberdade de imprensa, aumentar atribuições do júri etc. Sufrágio universal é um dos seus aspectos, mas, ao contrário do que se projeta na mente do leitor de hoje, não é o único e está longe de ser o principal.⁴⁴⁷

Nesse intervalo de catorze anos, sucedem-se as lutas pela independência do Brasil em relação ao julgo lusitano (1822); a formação da primeira Assembleia Constituinte (1823), diluída logo após, no mesmo ano, pelas tendências absolutistas de Dom Pedro I, que contava com o apoio dos militares; a promulgação da Constituição (1824) e, no mesmo ano, a conflagração e posterior abafamento da revolta liberal que proclamara a Confederação do Equador, com suas ideias republicanas e federativas⁴⁴⁸; a abdicação de Dom Pedro I (1831) e início do período regencial, que vai de 1831 a 1840.

A partir de 1831, uma série de reformas institucionais foram testemunhadas para dar conta das tensões oriundas de decisões absolutistas e centralizadoras de um lado e de pressões liberais e descentralizadoras de outro lado. No quadro político pós-abdicação (em 7 de abril), a tendência política vencedora foi a dos liberais moderados, que se organizaram conforme

⁴⁴⁶ MATTOS (2000, p. 26).

⁴⁴⁷ PARRON, *Op. Cit.*

⁴⁴⁸ “A Confederação do Equador deveria reunir sob forma federativa e republicana, além de Pernambuco, as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, possivelmente, o Piauí e o Pará.” (FAUSTO, 2007, p. 153).

orientação da tradição maçônica na *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*⁴⁴⁹.

Entre os nomes mais representativos do liberalismo moderado encontravam-se Bernardo Pereira de Vasconcellos, magistrado mineiro educado em Coimbra; o Padre Diogo Feijó, nascido em São Paulo e futuro regente; Evaristo da Veiga, responsável pela edição do mais importante jornal liberal de seu tempo, o *Aurora Fluminense*, no Rio de Janeiro. Havia alta proporção de políticos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, entre os quais muitos eram padres, outros tantos eram graduados na Universidade de Coimbra e parte significativa desses era proprietário de terras e de escravos⁴⁵⁰. Certamente por isso a monarquia era preferível no lugar da república; a divisão das terras entre braços que careciam de meios de produção significaria a abolição da herança dinástica, significaria o fim de privilégios. Naquele momento, significaria também o fim de um vasto território, desencadeando, nas palavras de Rocha, o mesmo “(...) calamitoso porvir das ex-colônias espanholas que o patriotismo já via iminente”⁴⁵¹.

Ainda é no período de “Ação” que se testemunha a criação da Guarda Nacional (1831), a promulgação do Código do Processo Criminal (1832) – que estipulou normas para a aplicação do Código Criminal de 1830⁴⁵² – e a aprovação do Ato Adicional de 1834 (termo cunhado para especificar adições e alterações na Constituição de 1824), que para alguns passou a comprometer a própria existência do Império, ao suprimir a existência do Poder Moderador durante a regência e ao suprimir o Conselho de Estado, ainda que presidentes de províncias continuassem a ser designados pelo governo central, só que doravante teriam que conviver com as então criadas Assembleias Provinciais, em substituição aos antigos Conselhos Gerais.

O período subsequente, conforme previsto na principal obra de Justiniano, foi o de “Reação”, também conhecido como “Regresso Conservador”. Trata-se do período que se estende de 1836 a 1852. Ou seja, é ainda mais longo que o período da “Ação”: foram

⁴⁴⁹ Cf. FAUSTO (2007).

⁴⁵⁰ Cf. CARVALHO (2020); Fausto, *Op. Cit.*, entre outros.

⁴⁵¹ ROCHA, *Op. Cit.*, p. 194.

⁴⁵² Segundo Fausto (2007), “O Código de Processo deu maiores poderes aos juízes de paz, eleitos nas localidades já no reinado de Dom Pedro I, mas que agora poderiam, por exemplo, prender e julgar pessoas acusadas de cometer pequenas infrações. Ao mesmo tempo, seguindo o modelo americano e inglês, o Código de Processo instituiu o júri, para julgar a grande maioria dos crimes, e o *habeas corpus*, a ser concedido a pessoas presas ilegalmente, ou cuja liberdade fosse ameaçada. Logo adiante, ao tratar da questão da escravatura e do poder local, veremos como essas medidas, em princípio positivas, acabaram muitas vezes por resultar na impunidade de traficantes e assassinos”. (p. 163)

dezesseis anos. É exatamente nesse intervalo de tempo que Justiniano entra na cena política como partícipe direto da história, estreando no jornalismo político de forma proeminente e assumindo cargos públicos criados pelo gabinete Conservador regido por Pedro de Araújo Lima (1837-1840), desempenhando as funções de Diretor do “Correio Oficial” (1837-1838) e de Professor de Geografia e História (1838-1840) do recém criado *Imperial Collegio de Pedro II*. Foi também nesse período que Justiniano teve a primeira experiência parlamentar, assumindo o cargo de deputado geral pela Província por Minas Gérias⁴⁵³.

A “Reação” refere-se a um movimento político crítico à liberdade demasiada testemunhada no período precedente, após as investidas e pressões dos poderes locais, regionais, em relação aos poderes centralizadores da Corte. A cúpula do poder regencial, que em princípio adotou o discurso liberal, logo em seguida recuou tamanha a ameaça vigente, representada sobretudo pelas revoltas provinciais que eclodiam por todas as partes do Império. Corresponde ao início desse período a emblemática frase atribuída a Bernardo Pereira de Vasconcellos, então deputado pela Província de Minas: “Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias

⁴⁵³ “Em 1842, marcadas as eleições gerais, Justiniano foi incluído na chapa de deputados gerais pela Província de Minas embora nada tivesse a ver com a mesma, pois, homem feito, nunca por lá se perdera. Mas assim se elegiam os representantes do povo daquela época. A luta não se travava no seio do eleitorado, mas nos bastidores partidários.” CARDIM, 1964, p. 39.

Apesar de ser inserido numa chapa de deputados por Minas Gerais, o nome de Justiniano constou antes em outras listas nas eleições provinciais de 1840, conforme dispõe o exemplo transcrito a partir do *Jornal do Comércio*: “ELEIÇÕES. Sr. Redator. – Aproximando-se a época das eleições para deputados à assembleia geral legislativa, rogo-lhe o obséquio de publicar a seguinte chapa, que merecerá sem dúvida as simpatias dos futuros eleitores do Rio de Janeiro. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho. Saturnino de Souza e Oliveira. Paulino José Soares de Souza. J. J. Rodrigues Torres. Joaquim Francisco Vianna. Euzébio Queiróz Coutinho Mattoso da Câmara. José Clemente Pereira. Joaquim Gonçalves Ledo. **Justiniano José da Rocha**. João Paulo dos Santos Barreto.” Assina o informe “Um do povo”. Cf. *Jornal do Comércio*. 14 de setembro de 1840. Edição 242. p. 2.

Há outros variados exemplos em que Justiniano da Rocha aparece em listas para fins eleitorais, incluindo para o cargo de deputado provincial no Rio de Janeiro – assembleia provincial, no caso. Cf. *Jornal do Comércio*. 5 de novembro de 1840. Edição 293, p. 2.

Em outra aparece o perfil que justificaria o voto nos nomes da lista: “Sr. Redator. – Tendo visto as diversas chapas publicadas no seu jornal para deputados à assembleia geral, fiz dentre elas um apanhamento daqueles candidatos que, sem fazer ofensa aos outros, me parecem dever merecer os sufrágios da província, pois que as suas qualidades, saber, probidade e a adesão à monarquia, os torna dignos de tomarem assento na representação nacional. Os Srs.: Paulino José Soares de Souza. Joaquim José Rodrigues Torres. Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara. José Clemente Pereira. Joaquim Francisco Vianna. Venancio José Lisboa, filho. Salvador José Maciel. **Justiniano José da Rocha**. Visconde de Baependy. Josino do Nascimento Silva.” Assina a nota “Um novo eleitor da corte.” Op. Cit. 6 de novembro de 1840. Edição 294, p. 3.

práticas; o poder era tudo: fui liberal.”⁴⁵⁴

A reação não foi apenas de teor retórico. Na Câmara dos Deputados tomavam-se medidas para conter o que consideravam excessos da liberdade ou do princípio democrático e para fortalecer o Governo Geral do Império, como a Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840), a antecipação da Maioridade de Dom Pedro II (1840)⁴⁵⁵, a reforma do Código do Processo Criminal (1841) e a restauração do Conselho de Estado (1841/1842).

Esse conjunto de medidas significaria, concretamente, a prática do exercício autoritário do Estado frente aos anseios de liberdade da sociedade civil. Representaria o fortalecimento institucional dos cargos hereditários (como o de imperador, por exemplo...); a supressão das eleições para postos na magistratura e na Guarda Nacional; o aumento de cargos nomeados pelo governo (um sólido instrumento da territorialidade estatal em face das necessárias alianças políticas entre poder local e governo); a manutenção da vitaliciedade do Senado; a restrição das atribuições do júri popular; etc.

Mas para além das medidas legislativas, o período também é identificado pelas ações repressivas e sangrentas da regência em relação às inúmeras revoltas eclodidas em diferentes quadrantes do Império, particularmente em decorrência do dispositivo que somente o poder moderador poderia executar. Dom Pedro II desfizera a Câmara em duas oportunidades, uma em 1842 e outra em 1848. O resultado dessas intercorrências, que traziam prejuízo à representatividade política dos liberais, fizeram eclodir as revoltas dos liberais em Santa Luzia/MG (1842) e em Pernambuco (1848) contra a manobra conservadora, que fizera do trono um representante do partido.

Essas revoltas, que no caso da de 1842 contou em suas fileiras com a presença do próprio Diogo Feijó e outros liberais de proa, foram debeladas naquilo que teria sido considerada uma condenável violência. O exagero dessas ações repressoras foi objeto de crítica mesmo entre alguns correligionários conservadores, conforme fora o caso de Nabuco de Araújo e do próprio Justiniano José da Rocha, então com a pena jornalística a pleno vapor.

⁴⁵⁴ Segundo Carvalho (1999), em nota, coloca a frase do político mineiro na conta da probabilidade: “José Pedro Xavier da Veiga e Joaquim Nabuco parecem ter sido os primeiros a citá-la, ambos sem indicar a fonte. O primeiro o fez na biografia de Vasconcelos incluída nas *Efemérides mineiras (1664-1897)*, vol. II, pp. 201-9, publicadas em 1897. Nabuco citou-a em *Um estadista do Império*, cuja primeira edição é também sem referência. Inclusive Octávio Tarquínio de Sousa, autor da mais completa e mais bem pesquisada biografia de Vasconcelos, publicada em 1937. Parte provável de discurso pronunciado entre 1837 e 1838, ela não pode ser localizada nem nos *Anais* da Câmara e do Senado, nem nos jornais da época.”(CARVALHO, 1999, p. 9)

⁴⁵⁵ Esse evento em si, considerando as disputas entre liberais radicais e regressistas, seria manobra política dos primeiros e objeto de crítica dos segundos. Justiniano José da Rocha dedicaria parcela significativa de seus artigos em *O Brasil* a tecer críticas a tal manobra.

Porém, na obra em análise, o comentário de seu autor restringia-se a imputar responsabilidade maior à facção liberal: “Hoje hão de por certo os chefes desse partido, vendo o estado a que se acha reduzido o país, lamentar as fatalidades de 1842 e de 1848!”⁴⁵⁶

O limiar do período reativo a maiores liberdades foi representado pelo gradual e conciliador movimento de superação dos dissensos muitas vezes violentos, dando início ao período de “Transação”. É justamente nesse contexto que a obra de Justiniano da Rocha, apesar de suas proporções modestas (em verdade, um opúsculo...), torna-se um dos mais importantes panfletos entre os que circularam à época, tendo se destacado por trazer uma interpretação muito original acerca do sistema político brasileiro vigente. Como já salientado neste trabalho, é difícil encontrar interpretação historiográfica que não faça alusão à obra enquanto fonte relevante de interpretação de um período crucial da história do Brasil.

A transação representaria, na concepção de Rocha, a combinação ou o equilíbrio entre os princípios da liberdade e da autoridade. Resultaria do “arrefecimento das paixões” oriundas de ambas as partes contrastantes, congregando elementos democráticos dos indivíduos de “Ação” aos elementos de ordem e de preservação da autoridade dos mentores da “Reação”. A bem da pacificação do país, aqueles anos nos quais obra e autor estavam inseridos, seria não apenas possível, quanto necessário: conciliar expectativas e ampliar a participação de atores políticos sem fragilizar o que já estava consumado era a palavra de ordem no panfleto.

Como diz a célebre e tão lembrada frase do romance *Il Gattopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, “Tudo deve mudar para que tudo fique como está”. No fundo, a transação representaria a coexistência de algum nível de mudança no quadro dos interesses políticos e a conservação de elementos mais cristalizados da ordem social (extremamente excludente e hierárquico), das bases econômicas (*plantations* e escravidão) e da monarquia (privilégios, vitaliciedade). A classe senhorial, assim, ampliava sua representatividade sem alterar substancialmente o *status quo*.

No entanto, como alertara Rocha ao criticar o gabinete em vigência, o malogro da conciliação significaria perder “esse período feliz”. Segundo Parron (2016), as advertências não eram ocas, pois ao lado do que Selma Mattos (2000) chamava de “triunfo de uma explicação”, haviam outras: em campo oposto a Justiniano, Timandro (o vulcão da Praieira) – pseudônimo de Francisco de Sales Torres Homem – procurou traduzir em *O Libelo do Povo*

⁴⁵⁶ ROCHA, *Op. Cit.*, p. 194.

os próprios anseios pela democracia, exigindo uma constituinte em 1851⁴⁵⁷. Outro nome lembrado por Parron (*Op. Cit.*) foi o do padre cearense Alexandre Cerbelon Verdeixa, por reeditar a obra de José Bonifácio, *Representação à Assembleia-geral Constituinte Brasileira*, e prefaciá-la com forte apelo à multidão para refazer a Constituição de 1824 e emancipar os escravos.

Ou seja: o temor de Justiniano a novos ciclos de ação e reação era vivaz. Os reclames por nova Constituinte e pela Abolição dos Cativos eram tintas de uma realidade cada vez mais tangível, diante da qual o curso da história não dobraria. Ao que tudo indica, mesmo acreditando na necessária e contingencial “estabilidade”, Justiniano não se iludia quanto à sua fragilidade e perecibilidade.

O que se sucede após 1855 foge ao espectro contemplado pela narrativa de “Ação; reação; transação (...)”. De 1855 a 1862, isto é, da data de publicação de sua obra até a sua morte, Justiniano passa a analisar o seu contexto diretamente através dos periódicos onde trabalhou, inclusive fundando alguns deles, como “O Constitucional” e “O Regenerador”, ou ainda publicando a derradeira e significativa obra “Monarquia-Democracia”, um sugestivo título sacado das crenças de quem depositara na conciliação um futuro promissor (repete-se: na conciliação, não no gabinete que a propunha...). Desse extenso conjunto de livros de sua lavra é possível extrair narrativas de um tempo crucial para a compreensão daquele Brasil, inclusive na perspectiva que o solidificava, a perspectiva geográfica, inalienável a qualquer projeto de Estado-Nação.

Os detalhes da relevância de Justiniano no contexto do panorama histórico traçado é objeto de análise de alguns estudiosos de sua *vida e obra*. E se as principais entre essas últimas foram aqui sucintamente tratadas, cabe agora conhecer um pouco mais sobre sua vida propriamente dita, sobretudo naquilo que explica o destaque intelectual adquirido em seu

⁴⁵⁷ Segundo Selma Mattos, o *Libelo do Povo* explicaria de modo diverso aquela mesma trajetória descrita por Rocha, “(...) vendo o momento da Conciliação não como ‘um período feliz’, e sim com o triunfo dos Braganças, do absolutismo, dos portugueses e dos saquaremas. Triunfo provisório, no seu entender, uma vez que a Revolução que concretizaria a emancipação do Brasil, iniciada em 1822, prosseguida em 1831 com a abdicação de D. Pedro I, sufocada nos movimentos de Minas Gerais e São Paulo em 1842, deveria triunfar finalmente (...)” (MATTOS, 2000, p. 28).

Lúcia Guimarães, entretanto, diz que Torres Homem teria se arrependido mais tarde “(...) das diabrices de *Timandro* e aproximou-se da Coroa.” Continua a historiadora: “Passou a levantar a bandeira da concórdia entre os partidos pela imprensa. Apoiou abertamente a *política de conciliação* de Honório Hermeto Carneiro Leão, que convidou para a diretoria do Tesouro Nacional. A aceitação do cargo motivou a desconfiança e a censura de antigos companheiros. Aliou-se aos conservadores e, sob sua proteção, voltou a tomar assento na Assembleia Geral. (...)”. GUIMARÃES, Lúcia. Francisco de Sales Torres Homem (Visconde de Inhomirim). In.: VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Pp. 289-290.

tempo e reconhecido e revalidado depois. Quais seriam as bases que justificariam tamanha proeminência intelectual? Quais seriam as origens de seu capital cultural?

2.3 Suas origens

Conhecer a família de uma pessoa costuma revelar traços relevantes sobre sua vida: condição material e social de procedência, e às vezes caráter de personalidade. Para além disso, somente estudo de outra natureza e com outro enfoque pode suscitar outras vertentes de exploração e observação.

O sentido e o valor dessas condições variam no tempo e no espaço. No Brasil Oitocentista, por exemplo, a condição material favorável pressupunha as seguintes possibilidades: além da boa situação financeira, a aceitação social em função da procedência (em consideração à força do nome familiar ou do local de origem) e a possibilidade de aquisição de capital cultural através do investimento na educação formal ofertada pela família para seus rebentos. Esse patrimônio estaria resumidamente identificado na designação do termo *boa sociedade*, resgatado por Ilmar de Mattos⁴⁵⁸ das reminiscências de Francisco de Paula Ferreira Rezende para expressar a camada social privilegiada dos pontos de vistas econômico, político e cultural, através dos quais se compartilha códigos de valores e comportamentos modelados na concepção europeia de civilização⁴⁵⁹.

Para além dos valores temporais de uma sociedade, alguns estudiosos da história de vida de um indivíduo costumam ressaltar o legado da família na formação de seu caráter, na de sua personalidade, na de seus traços psicológicos. Nem sempre isso é determinante, mas quase sempre são essas características que acabam sendo consideradas por aqueles que intencionam realçar positiva ou negativamente a importância da procedência familiar de alguém, justificando assim um apreço ou uma repulsa ao indivíduo estudado, procurando estigmatizá-lo de alguma forma.

Assim aconteceu com Justiniano, posto que ao menos o estudo de Caldeira (2016) revelou parte importante do passado familiar do intelectual através de pesquisa nas publicações da imprensa de época. Em uma dessas publicações, no jornal *Correio Mercantil*,

⁴⁵⁸ MATTOS (2017).

⁴⁵⁹ Cf. entre outros, NEVES (2008, Pp. 95-98).

o político liberal Ezequiel Corrêa dos Santos intencionou desmoralizar seu oponente de ideais procurando trazer à tona situação familiar delicada, na qual o pai de Justiniano estaria envolvido:

E o nobre pai do Sr. Justiniano José da Rocha, ex-tesoureiro do consulado da Corte, conhecendo a índole CIGANA DO SEU MIMOSO, reforçou essa índole, com o exemplo do consulado, e eis porque ainda, apesar dos anos decorridos, o Sr. Dr. Justiniano J. da Rocha não dobrou a índole com que foi gerado, a índole com que apareceu no mundo, onde nem pai nem mamãe balbuciou. A primeira palavra foi vintém⁴⁶⁰.

A própria Caldeira (2016), numa atitude zelosa, preferiu relativizar essas informações de caráter pessoal veiculadas na imprensa, principalmente tendo em vista a notória configuração de um revide natural inerente às disputas da arena política, em que injúrias e exageros eram comuns. A historiadora aprofundou essas informações em seu trabalho, mas esses serão explorados um pouco mais adiante. Por ora, dada a preocupação em se evitar neste trabalho tecer-se julgamentos a personagens da história com régua do presente, particularmente naquilo que diz respeito aos delicados e sempre julgáveis valores predominantes de uma ordem escravocrata, cabe aqui uma brevíssima consideração acerca do significado dos valores temporais ou atemporais, universais/absolutos ou relativos, ou melhor expressando, o significado da estrutura de valores de uma sociedade ou de um indivíduo.

Mesmo reconhecendo que a análise de valores individuais ou sociais trata de um campo vasto de pesquisa e de investigação, na qual a filosofia ou algumas disciplinas científicas – como antropologia social, economia política, sociologia e psicologia – se dedicam com critério, é notório reconhecer que no plano do senso comum frente ao exercício de ajuizamento sobre algo ou sobretudo alguém, é muito comum a confusão entre valores absolutos e valores relativos. Muitas vezes pouco importa levar em conta a natureza atemporal ou temporal da ética enquanto expressão de valor de caráter. Debalde a validade ou não de valores universais, em geral, o que é levado em conta são os padrões morais de época, de lugar ou de cultura específicos, ou seja, valores momentâneos e relativos, transportados a outro tempo.

⁴⁶⁰ *Correio Mercantil*, nº70, 11/03/1853 *apud* CALDEIRA (2016: 22).

Na visão dos historiadores, esse é um dos mais crassos equívocos frente à avaliação da história: o anacronismo⁴⁶¹.

Apesar dessa constatação, é preciso recobrar que o que é ético num determinado contexto temporal, espacial e mesmo social, pode o não ser em outro. Sobre isso refletiu o filósofo Renato Janine:

(...) houve uma tendência em que os valores considerados éticos eram absolutos, imutáveis, e valiam em todos os tempos. Isso valeu até meados do século XX, isso em parte porque a sociedade, ela própria, considerava que não mudava. Exemplo: (...) era absolutamente certo ter escravos. Isso valeu no Brasil até o final do século XIX, digamos. Então, uma pessoa podia ter escravos sendo uma pessoa ética(...). Ora, os costumes mudaram e isso se tornou absolutamente diferente. (...) a escravidão, que fazia parte da paisagem, era considerada natural; Aristóteles diz que os homens se dividem naturalmente em livres e escravos; então pessoas consideradas boas, decentes, honestas, tinham escravos, a escravidão passou a ser absolutamente odioso. E aí a pergunta que fica é: nós podemos fazer esses valores retroagir, valer em outras épocas ou não? Por exemplo: há vários movimentos, nos Estados Unidos, que se batem para que o nome de pessoas que tiveram escravos sejam retirados de qualquer prédio público, de qualquer homenagem. Então, por exemplo, eu poderia citar o próprio nome de George Washington, o primeiro presidente, fundador dos Estados Unidos; Thomas Jefferson, um dos maiores presidentes que eles tiveram; e aí quando chega a esse ponto, eles levam um susto e falam: 'não, não vamos tirar o nome de Jefferson ou de Washington porque a escravidão na época era algo que as pessoas aceitavam de alguma forma; não precisamos ser tão radicais.' Mas por outro lado, recentemente, uma praça em Nova Orleans, que homenageava o General Lee, que foi o comandante do lado sulista, do lado escravagista da Guerra Civil Americana, essa praça mudou de nome. O nome dos piores escravagistas estão sendo tirados. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: há valores que mudam com o tempo? Sim. Mas quando nós estamos lhe dando com ética, é muito difícil considerarmos que o que era bom em outra época é bom hoje, ou vice-versa. Nossa tendência natural é achar que o que é justo hoje é justo em outra época.⁴⁶²

Graças a isso, é importante salientar que é difícil estabelecer um parâmetro único para ajuizamento de caráter do personagem em tela, procurando expressar quem de fato ele era. Quais seriam os parâmetros para julgá-lo? Decerto não os do presente. A intenção da presente abordagem, portanto, não é analisar o personagem mediante o estabelecimento de juízos de valores morais ou mesmo éticos de forma absoluta, mas somente avaliar o quanto de sua família, formação escolar e acadêmica, além de sua condição étnica, influenciaram nas possibilidades de projeção e reconhecimento social no meio em que viveu. Do contrário,

⁴⁶¹ Assim como é complexo, delicado e polêmico o debate sobre padrões de costumes entre algumas correntes de pensamento antropológico, discutindo qual é o limite ou os parâmetros do “bom senso”, onde começa uma cultura; onde começam padrões universais (atemporais...)? Quem teria permissão para julgar ou não julgar, aceitar ou não aceitar, por exemplo, as touradas em países hispânicos? E algumas práticas do antropofágico tupinambá do século XVI? O sacrifício de animais nos rituais romanos ou em práticas religiosas afro-sincréticas?

⁴⁶² Cf. JANINE, Renato. Entrevista: *Renato Janine fala sobre a mudança da ética através dos tempos*. Jornal da USP, 11/05/2016. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/renato-janine-fala-sobre-a-mudanca-da-etica-atraves-dos-tempos/>

haver-se-ia de adentrar em outro terreno movediço, o do ajuizamento dos valores em si, e não de seus significados enquadrados num determinado contexto⁴⁶³.

Contudo, antes da tarefa de dizer mais sobre a família e seu papel na educação de seu rebento, torna-se importante igualmente traçar um breve comentário acerca do significado do termo *capital cultural*, a fim de especificar a intenção de seu uso na presente exposição.

Esse conceito sociológico apresenta-se como valioso recurso metodológico frente ao propósito de ressaltar o papel da família na formação escolar e acadêmica de um sujeito ou no logro de adquirir por meios reconhecíveis algum tipo de cabedal cultural. No caso de Justiniano da Rocha, que se consagrou como intelectual de projeção no meio em que viveu, avaliar esse pormenor significa revelar qual é a natureza dos caracteres que o fizeram se distinguir em seu tempo, particularmente quando previamente sabemos que a sua condição de

⁴⁶³ Há valores que, uma vez consolidados, dificilmente retroagem a patamares condizentes à profunda ignorância, todavia é preciso reconhecer que muitos desses são frutos de longos processos de construção, de luta, para que o tempo assegure consolidá-los nas consciências. Ora, são poucos os que hoje não se indignam com a ideia de homens serem escravizados por outros homens, por exemplo. Apesar disso, há de se convir também que o peso do racismo ainda é muito vivaz no Brasil: é o racismo estrutural; trata-se do tipo de valor que se encontra nas entranhas mais recônditas da alma, e permanece relutante justamente porque durante muito tempo esse problema foi relativizado, não sendo encarado com o devido rigor e com a devida dureza com que todo o grave problema deve ser enfrentado. A luta contra essa realidade cresce, mas sua origem veio em doses homeopáticas desde aqueles tempos. Hoje o combate é “alopático” (isto é, remédio com grandes efeitos colaterais) e em doses cavalares para tentar extirpar o mal de vez. Acredita-se que chegou o tempo de o Brasil e a Humanidade enfrentarem os seus mais viscerais fantasmas para fazerem jus à condição que pretendem ter: garantia absoluta de Direitos Humanos, de civilidade no seu grau mais assertivo e digno da condição humana. Direitos sem tergiversações.

Quando se fala em “doses homeopáticas” nas conquistas de alguns valores, lembra-se do próprio processo de abolição no país: houve ondas de iniciativas individuais ou coletivas que impunham certos avanços nos debates, mas também sofriam substanciais recuos. Quanto a isso há múltiplos exemplos: naqueles tempos é possível resgatar sentimentos de indignação e repulsa contra a escravidão, mas os valores vigentes à época impunham a adoção de doses graduais e estratégicas de combate a esse mal. Certos correligionários liberais aproveitaram a onda abolicionista no mundo para, em conjunção com determinadas contingências (como a Guerra do Paraguai e a participação de vários cativos nos campos de luta), abraçarem uma campanha mais sólida que avançou com o tempo. Adolpho Bezerra de Menezes, por exemplo, médico de formação (chamado de “médico dos pobres” e Kardec Brasileiro pelo Movimento Espírita Brasileiro), então político liberal, cearense erradicado na Corte, sendo nela vereador municipal por alguns mandatos, chegando à posição de prefeito, além de membro da Seção carioca da Sociedade Geográfica de Lisboa (Cf. MARY, 2010), etc., foi um dos que não se conformava com a escravidão no país; via-a tal como José Bonifácio: “o cancro mortal que ameaçava os fundamentos da nação”. Por conta disso, aproveitando a onda abolicionista, lançou e distribuiu gratuitamente a obra “A Escravidão no Brasil e as Medidas que Convém Tomar Para Extingui-la Sem Dano Para a Nação”. Note-se que, fosse hoje, muitos cidadãos diriam indignados: “Às favas em se preocupar com qualquer tipo de ‘dano’ à nação por basear-se numa economia escravocrata”, mas à época, era essa a estratégia que mais convinha. Em suma, é preciso enxergar cada época com a lente adequada para cada contexto (inclusive – ou sobretudo – na consideração aos valores vigentes, por pior que hoje eles possam significar), sem atropelos e sem anacronismos. Acredita-se que a pertinência da análise encontra-se também nessa consideração.

Observações adicionais: para a participação de Bezerra de Menezes na Sociedade Geográfica de Lisboa, Cf. MARY (2010); para conferir a obra “A Escravidão no Brasil e as Medidas que Convém Tomar Para Extingui-la Sem Dano Para a Nação”, acessar <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/174466/000119428.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, na Biblioteca Digital do Senado.

mestiço descendente de negro, num contexto escravocrata, haveria de impor limitações tendo em vista os preconceitos de época.

O conceito capital cultural foi construído, desenvolvido e formalizado originalmente em algumas obras de Pierre Bourdieu, entre as quais se destacam *Sociologie de l'Algérie*, *Travail et travailleurs en Algérie* e *Les héritiers: les étudiants et la culture*. As duas primeiras obras guardam os primeiros registros etnográficos do sociólogo, e a última foi uma obra escrita em conjunto com Jean-Claude Passeron, na qual o conceito é desenvolvido⁴⁶⁴. O seu propósito operacional consiste em tornar possível a percepção das relações de dominação presentes numa dada estrutura social, ajudando a apreender a dimensão simbólica da luta travada entre os diferentes grupos sociais – uma luta pela legitimação de certas práticas sociais e culturais, úteis para definir e distinguir os diferenciais de poder dos diversos grupos pela posse da cultura dominante ou legítima.

Para tanto exige dispositivos que arbitrem e definam a cultura de um determinado grupo como algo legítimo, e que se constituam como instância de validação da posse dessa (ou do pertencimento a essa) cultura, emitindo indicadores, na forma ou não de certificados, que dão entrada às posições reservadas àqueles que a detêm⁴⁶⁵.

No caso do Brasil Imperial, por exemplo, as práticas sociais e os padrões culturais são resumidamente bem delineados por Lúcia Neves (2008) ao apresentar alguns traços característicos da *boa sociedade*:

Após 1822, os dirigentes do novo Império nos trópicos pretenderam estabelecer uma monarquia constitucional inspirada pelas doutrinas liberais, mas fizeram-no através do filtro exercido pelas pálidas Luzes portuguesas em que se tinham educado. Mostraram-se, assim, mais preocupados em preservar a ordem e a tranquilidade pública do que em garantir a liberdade e a igualdade perante a lei de todos os indivíduos, conforme a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 definira. Tal tendência decorria, sem dúvida, da própria composição da sociedade, que à ténue camada dirigente de proprietários e letrados, opunha o povo miúdo, constituído pelos trabalhadores livres, distantes da cultura escrita, desprovido de bens e de refinamentos em termos de gosto, e, sobretudo, pela enorme massa de cativos, excluída por definição de quaisquer direitos. Nessas condições, a sociedade imperial conservou o peculiar entrelaçamento de classe, status e cultura que tinha caracterizado o Antigo Regime aristocrático, destacando os grandes proprietários, os negociantes de grosso trato, o clero, o pessoal graduado das atividades administrativas ou instituições militares, e os bacharéis – médicos, engenheiros e advogados – como um círculo restrito de boa sociedade, em que o poder econômico e político, mas também a cultura e o saber, estabeleciam não só sutis gradações no seu interior, como a indispensável distinção em relação ao exterior, particularmente na indumentária. (NEVES, 2008, Pp. 95-96)

⁴⁶⁴ Sobre a gênese do conceito em Bourdieu, conferir: CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Perspectiva/UFSC*, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul/dez, 2007.

⁴⁶⁵ CUNHA (2007).

A aquisição de *capital cultural* significava, portanto, fator de inserção na *boa sociedade*. Mas essa aquisição não se dá num espaço social sem lutas, porque não está dissociado dos efeitos da dominação. A importância das estruturas simbólicas (como a cultura) se faz presente na medida em que significa o exercício de legitimação de um grupo ou de indivíduos sobre os outros, reforçando processos de hierarquização e diferenciação social, mesmo dentro de uma mesma classe.

São portanto esses grupos dominantes que constroem e reproduzem a legitimação dos sistemas simbólicos constituídos por mitos, língua, arte, ciência, entre outros, todos capazes de servirem de instrumento na construção do mundo. Assim, tomar posse desse *capital cultural* acaba por se tornar privilégio de poucos, revelando-se um traço condizente aos que almejam acesso à distinção social e que pretendem pertencer aos grupos dominantes.

Em outros termos, a posse de *capital cultural* significa acesso a percursos escolares marcados pela distinção e pelo sucesso, legitimando, pela via da educação formal, um “patrimônio” familiar – a cultura – transmitido por herança às futuras gerações entre famílias de classe social favorecida. Essa constatação, porém, diferencia-se do entendimento do senso comum, posto que a classe social favorecida não necessariamente tem “intimidade” com a cultura escolar, mas necessitam de atitude laboriosa. Ou seja: o sucesso do herdeiro não é necessariamente fruto de um “talento” ou de “aptidões naturais e predisposições”, isto é, de “mérito individual”, mas da herança familiar que se constitui em elemento de maior impacto na definição do destino escolar⁴⁶⁶.

Ter por propriedade este capital (...) assegura ao indivíduo a possibilidade de reconversão social, na medida em que sua posse pode ser apreendida como uma mais-valia no campo educacional, econômico, simbólico e social, ou seja, uma verdadeira moeda de troca. (...) Seria uma espécie de rentabilização pedagógica, na medida em que a posse do capital cultural favorece o desempenho escolar, uma vez que facilita a aprendizagem de conteúdos e códigos que a escola veicula e sanciona. (CUNHA, 2007, p. 515)

O capital cultural adquirido por Justiniano foi dessa forma herdado da família, cujas origens certamente se tornou objeto vago de especulação, dadas as dificuldades de acesso a registros civis ou mesmo a depoimentos que o próprio personagem não era dado a divulgar.

Dúvidas sobre quem seria seu pai, se José Joaquim da Rocha ou José Caetano da Rocha pairavam entre esses que queriam saber como pardo tão talentoso tivera a oportunidade de frequentar um liceu francês durante sua formação básica, tornar-se bacharel em uma das duas únicas faculdades de Direito existentes até então (no caso, a de São Paulo) e figurar

⁴⁶⁶ Cf. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964. *Apud* CUNHA, 2007.

como um dos mais destacados jornalistas de sua época, além de escritor, tradutor, advogado, professor e político.

É na tese de Cláudia Caldeira (2016) – antecedida por outros trabalhos valiosos no sentido de fornecerem informações familiares de Justiniano⁴⁶⁷ – que parte da árvore genealógica do biografado toma contornos capazes de elucidar suas condições materiais, sociais e, até certo ponto, de caráter, conforme parâmetros de época.

Informações acerca do local e data de nascimento de Justiniano da Rocha hoje são peremptoriamente inequívocas: nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 28 de novembro de 1811. Apesar disso, outras imprecisões ou mesmo desinformações que pairavam em torno do personagem foram dirimidas. Uma dessas imprecisões girava em torno da filiação, enquanto outras teciam confusão quanto ao local de nascimento.

A confusão em torno da paternidade, por exemplo, encontrava guarita nas impressões registradas pelo Visconde Nogueira da Gama, que chegara a atribuir a paternidade de Justiniano a José Joaquim da Rocha, político e diplomata mineiro que se engajara na luta pela Independência, além de possuir prestígio no campo político⁴⁶⁸. Contribuía para essa conclusão o fato de Justiniano ter sido eleito para três mandatos como deputado geral pela Província de Minas Gerais. Esse mesmo motivo, associado a outros, teria levado Elmano Cardim a achar que o seu biografado teria nascido em terras mineiras.

Ao se reportar à constatação de lacunas ou equívocos verificados nas biografias existentes acerca do personagem, Caldeira (2016) asseverou que “(...) poucos leram, ou então ignoraram, o discurso do sucessor de Justiniano José da Rocha no colégio militar que foi publicado nas páginas d’*O Constitucional*, em 1862.”⁴⁶⁹

De fato está lá registrada a fala de Thomaz Alves na edição número 37 de 12 de agosto⁴⁷⁰, publicado praticamente um mês após a morte (em 10 de julho) daquele que também fora professor na Escola Militar na Cadeira de Direito Militar: “Justiniano José da Rocha era filho legítimo de José Caetano da Rocha e D. Maria Luiza Muzzi. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 28 de Novembro de 1811”.

⁴⁶⁷ Entre os quais se destacam Barman (1973) e Cardim (1964).

⁴⁶⁸ Cf. CARDIM (*Op. Cit.*); CALDEIRA (*Op. Cit.*).

⁴⁶⁹ CALDEIRA, *Op. Cit.* p. 21.

⁴⁷⁰ Cf. *O Constitucional*, Edição 37, 1862. Pp. 1-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=235709&pagfis=104&url=http://memoria.bn.br/docreader#>.

José Caetano da Rocha nascera na Província de Pernambuco. Era tesoureiro da Mesa de Despacho Marítimo, passando mais tarde a tesoureiro do Consulado da Corte. A função da Mesa de Despacho Marítimo consistia em controlar a entrada e a saída de embarcações e mercadorias do porto do Rio de Janeiro, exercendo atribuições fiscais. Desde a década de 1830, essa tarefa, que antes vinculava-se à Marinha, passou a ser exercida pela Mesa do Consulado da Corte, na qual José Caetano da Rocha provavelmente fora alocado. Um dos indícios de que se tratava mesmo do pai de Justiniano da Rocha foi o fato de ele ter trabalhado ao lado de Júlio Cesar Muzzi, primo de primeiro grau por parte da família materna de Justiniano, a Família Muzzi; além de primo, também era cunhado, já que havia se casado com sua irmã, Maria Ignez da Rocha⁴⁷¹.

As condições financeiras de José Caetano foram reveladas igualmente por Caldeira (2016). O pai de Justiniano teria se envolvido em transações de venda de itens de grande valor, como terrenos, casas e até barcos. Um ano antes de Justiniano partir para a França ainda menino, em 1823, José Caetano negociava a venda de uma embarcação com o nome da esposa, anunciando-o no Diário do Rio de Janeiro: “Vende-se a sumaca Maria Luiza pronta para navegação, com dois escravos marinheiros de 20 anos de idade, quem quiser procure a José Caetano Rocha”⁴⁷².

O volume e a natureza das negociações denotam uma boa condição financeira do pai de Justiniano. Essa situação, porém, segundo ainda levanta Caldeira, não derivaria somente do esforço de ofício de José Caetano, mas também de indícios de práticas ilícitas nas quais ele teria se envolvido. Em 1838, por exemplo, uma nota na edição nº 262 de 19 de novembro do Diário do Rio de Janeiro anunciara: “(...) José Caetano da Rocha, natural de Pernambuco, 57 anos, casado; preso a 26 de julho de 1837 por crime de responsabilidade, por ter extraído dinheiros, que estavam a seu cargo na qualidade de tesoureiro do consulado d’esta Corte: Foi absolvido.”⁴⁷³

Foi desse episódio que, dezesseis anos depois da absolvição, o político liberal Ezequiel Corrêa dos Santos resolveu resgatar reminiscências dolorosas do passado familiar de Justiniano para evidentemente o atingir.

⁴⁷¹ CALDEIRA (2016).

⁴⁷² Idem, p. 23.

⁴⁷³ *Apud* CALDEIRA, 2016, p. 23.

Segundo Caldeira (2016), José Caetano estivera sujeito a crime de peculato, e embora não fosse condenado, teria ele perdido o cargo e possivelmente o patrimônio. E complementa em análise oriunda de sua detalhada investigação:

Os anúncios publicados após esse episódio, envolvendo seu nome, referem-se a problemas com fiadores e execução de bens. Além dos prejuízos financeiros deve-se considerar o impacto da acusação sobre sua reputação e também na de seu filho que começava a ganhar notoriedade na imprensa.⁴⁷⁴

Quanto à família materna, a Família Muzzi, a herança cultural, mais que financeira, parece ter sido expressiva. O bisavô materno de Justiniano havia sido comerciante, migrante italiano da região da Toscana; naturalizara-se português, chegando ao Brasil, no Rio de Janeiro, em 1721, onde fez alguma fortuna com o tempo. O então *Giovanni Francesco Muzzi* tornara-se *João Francisco Muzzi*. Obteve núpcias com escrava de cor parda, Micaela dos Passos e Conceição, comprada de conhecido próximo. Teve com ela dois filhos, ambos pardos como a mãe: Gonçalo José Muzzi e João Francisco Muzzi Filho. Justiniano era neto de Gonçalo José Muzzi e de sua esposa, Alberta Caetana Gomes da Silva.

Enquanto comerciante de posses, o italiano naturalizado português financiara a graduação de medicina de seu primogênito na cidade de Roma, Gonçalo José Muzzi, formando-o médico na Itália. De volta ao Rio, Gonçalo teve três filhos, sendo também médicos dois de seus filhos homens: Hércules Otaviano Muzzi e Júlio Cesar Muzzi, este último filho fora do matrimônio. Maria Luiza Muzzi, mãe de Justiniano, completava a prole.

Hércules Muzzi foi cirurgião da família imperial e médico da junta de vacinação da Corte. Segundo Caldeira (2016), alcançou destaque nessas funções e foi apontado como autor da publicação *Compêndio sobre a vacina*, impresso na Tipografia Nacional em 1834. Já o seu meio-irmão, Júlio Cesar Muzzi, foi apontado como pioneiro na implantação da vacina contra a varíola no Rio Grande do Sul. Ambos, portanto, foram profissionais de algum renome e notoriedade.

O tio-avô de Justiniano, João Francisco Muzzi Filho, foi pintor e cenógrafo, embora disso não vivesse, pois gozava de boa situação financeira, chegando a possuir uma chácara no Engenho Velho, (localidade correspondente ao atual bairro carioca da Tijuca). No local estabelecera uma fábrica de anil.

Tanto o tio-avô, João Francisco Muzzi Filho, quanto o avô, Gonçalo José Muzzi, procuraram se inserir em espaços sociais em busca de reconhecimento em seus meios. João Francisco, por exemplo, ingressou na Irmandade de Homens Pardos de Nossa Senhora da

⁴⁷⁴ Cf. CALDEIRA, *Op. Cit.* p. 24.

Conceição e no Terço dos Homens Pardos Libertos, já que eram alguns dos poucos ambientes onde homens pardos ou negros logravam mobilidade social, já que enquanto militares dessas ordenanças e milícias coloniais, podiam chegar ao oficialato. Graças a isso e ao seu bom desempenho militar, João Francisco foi reconhecido por Visconde de Azambuja e promovido à patente de sargento-mor, considerado à época uma patente típica de um oficial superior⁴⁷⁵.

Quanto a Gonçalo José Muzzi, ao exercer a profissão de médico no Rio, procurara tornar-se membro da Academia das Ciências e da História Natural, um dos mais importantes espaços de sociabilidade intelectual da Corte no século XVIII. Logo após ele, o irmão mais novo, João Francisco, também se associara à Academia atuando como desenhista.

Ainda no bojo da Família Muzzi é preciso esclarecer algo mencionado anteriormente. O meio-irmão de Maria Luiza Muzzi, Júlio Cesar Muzzi, tivera um filho homônimo, primo portanto de Justiniano da Rocha, que também trabalhara e fora famoso como jornalista, sendo redator do *Jornal do Commercio*.

Segundo Caldeira (2016), o primo de Justiniano, Júlio Cesar Muzzi, teria se engajado cedo na luta pela independência, alistando-se no exército e seguindo para o norte do país. Após sério ferimento no rosto e perda de audição, deu baixa no serviço militar e retornou ao Rio de Janeiro, de onde partiu para a Europa em 1824, voltando três anos depois. Foi no regresso ao Brasil em 1827, através da galera francesa *La phisicienne de Havre*, que estabeleceu contato com um outro passageiro, Emile Seignot Plancher, um dos fundadores do *Jornal do Commercio*. Foi a partir desse encontro que Júlio tornou-se redator do mencionado jornal, e nessa condição participou da agitação política que cercou a abdicação de D. Pedro I, no início da década de 1830, envolvendo-se em clima patriótico. Provavelmente foi o próprio Júlio que levou Justiniano a trabalhar mais tarde no Jornal do Comércio, ajudando inclusive a inaugurar a publicação de folhetins literários.

Júlio Cesar Muzzi também foi tradutor e autor de folhetins. Além dessas atividades ligadas à imprensa, trabalhara junto com o pai de Justiniano, José Caetano da Rocha, na condição de escrivão da Mesa do Consulado da Corte. Acredita Caldeira (*Op. Cit.*) que dessa relação nascera a proximidade de Júlio com a sua prima, filha de José Caetano e irmã de Justiniano da Rocha, Maria Ignez da Rocha.

Toda a família de sua mãe, portanto, não obstante a descendência miscigenada entre um italiano de nascença e uma escrava parda, obtivera destaque social em seu tempo. A condição da cor de pele parda era sem dúvida uma questão étnico-racial muito mal resolvida

⁴⁷⁵ CALDEIRA (2016).

no contexto da época, particularmente naquele momento em que a escravidão era uma doída realidade para negros e descendentes. Certamente avô e tios de Justiniano podem ter sofrido preconceitos (Justiniano certamente os sofreu, conforme anteriormente constatados em algumas caricaturas aqui disponibilizadas...), e ainda assim lograram alguma projeção social.

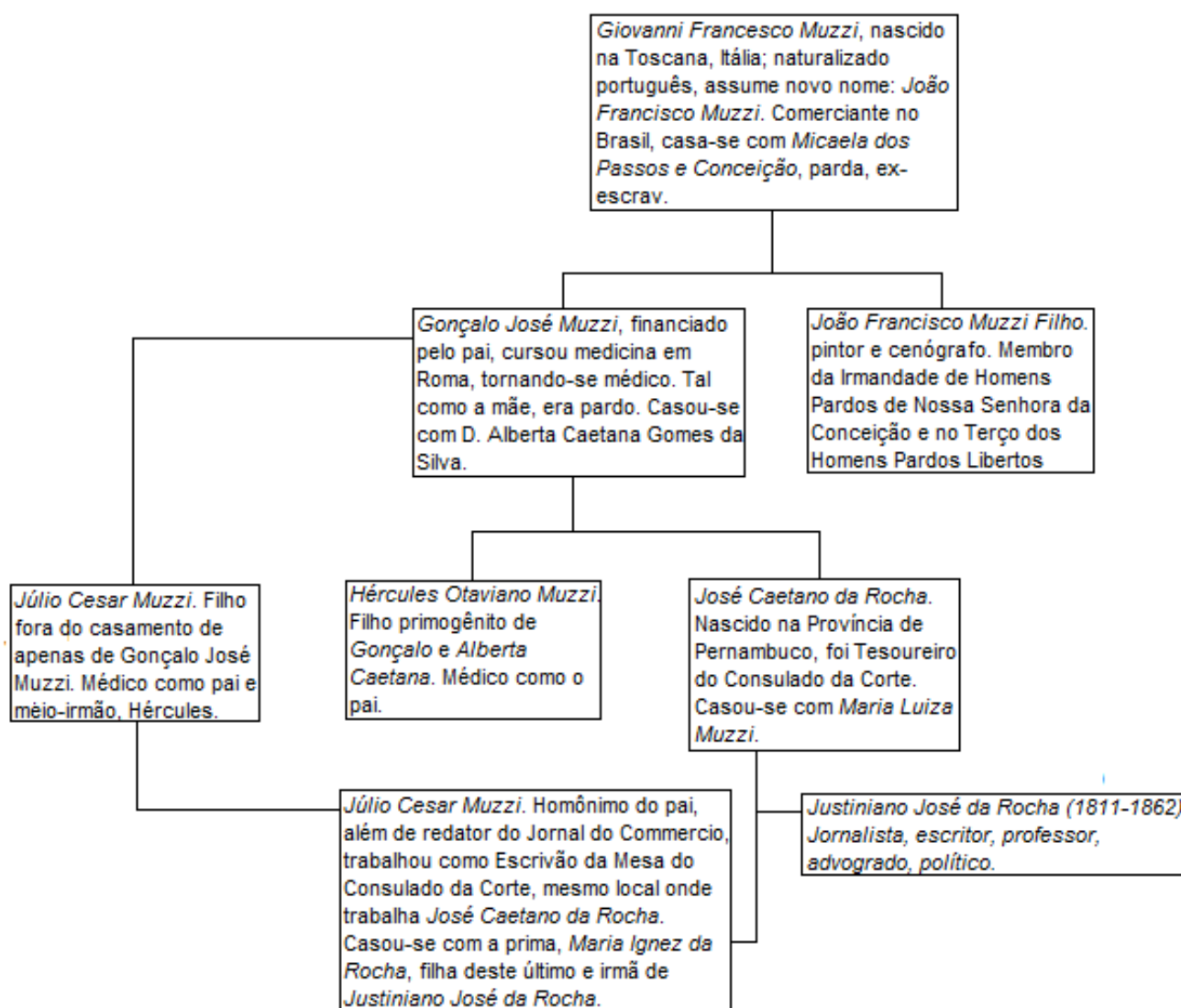
Justiniano, portanto, não fora pioneiro em sua família no desafio de fazer capacidade intelectual e projeção social sobrepôr à condição de *pardo*⁴⁷⁶. O pai, cuja condição étnica não é dado conhecer, não gozara de qualquer prestígio social e chegara mesmo a legar certo desprestígio ao filho após episódio lembrado por adversário político, mas na condição de funcionário público garantiu-lhe o financiamento dos estudos fora do país ou mesmo em São Paulo, quando deslocara-se para lá durante o tempo de formação superior.

O capital cultural, portanto, estava assegurado. Somente isso correspondia à chave de algum tipo de ascensão, afinal, como lembrara José Murilo de Carvalho, o Brasil era *uma ilha de letrados num mar de analfabetos*⁴⁷⁷. Justiniano e sua família eram habitantes da ilha, inobstante a condição de miscigenados.

⁴⁷⁶ Importante notar que Caldeira (2016) se reporta a um dicionário de época, mais especificamente o “Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico e architectonico”, de Raphael Bluteau, para esclarecer o significado preciso do termo “pardo”: “Deve-se ressaltar que o termo *pardo* usado para classificar a cor de sua esposa e filhos, segundo Bluteau, e mais tarde Moraes e Silva, significa o mesmo que mulato, cor atribuída a Justiniano José da Rocha.” Cf. Notas 68 e 69 em CALDEIRA (2016, p. 25).

⁴⁷⁷ CARVALHO (2020).

Figura 9 – Árvore genealógica de Justiniano José da Rocha



Obs.: Feito originalmente por Márcio F. N. Corrêa (2019) com base em Cláudia Caldeira (2016) e outros.

Fonte: CORRÊA, 2022.

Obs.: Árvore genealógica feita originalmente para este trabalho a partir de informações obtidas em distintas fontes (BARMAN, 1973; CALDEIRA, 2016; CARDIM, 1964).

Para se entender o peso da cor da pele para além do que já foi dito, talvez seja válido relembrar a estrutura social da época ressaltada por Ilmar de Mattos (1994): o Império Brasileiro era composto socialmente por “três mundos” hierarquicamente dispostos. Os critérios de distinção eram, além da liberdade, o papel que os cabia no quadro da direção da sociedade e do Estado. Dois mundos gozavam de liberdade, o terceiro era a dos cativos, representados exclusivamente pela massa de negros escravizados.

Os dois mundos que gozavam de liberdade também eram bem distintos entre si, e essa distinção certamente provinha em parte da procedência étnica, sendo os brancos de

ascendência europeia os únicos capazes teoricamente de compor a classe senhorial. Quanto aos demais, mestiços, negros libertos, índios e brancos pobres, restava como “obséquio” da sociedade imperial a liberdade. Era possível ainda entre esses o direito ao voto de seus representantes, mas o direito de serem votados era exclusivo dos homens brancos que possuíam recursos suficientes, estabelecidos em leis, para se fazerem candidatos a algum cargo eletivo.

Parece que Justiniano e sua família quebraram essas regras vigentes na hierarquia social de então, pois para além de terem condições financeiras, ainda obtiveram o direito de serem votados, e não apenas de votar, a exemplo do próprio Justiniano que teve três legislaturas como deputado geral. Mais que isso, ele e sua família incorporaram de tal forma a condição de membros da classe dominante que chegaram a ignorar a natureza miscigenada da família para igualmente usufruírem do direito de ter escravos. Ao menos é assim que revela anúncio da edição 154 do *Jornal do Commercio*, de 1839, na qual consta uma chamada – “Declarações” – com os seguintes dizeres:

Tendo restado do brique Leal 186 Africanos livres para serem distribuídos por particulares, eles o hão de ser pelos 159 Srs. abaixo declarados, os quais são convidados a comparecerem a bordo do dito brique, surto em Valongo, a saber: No dia 15 às 10 horas da manhã. (...)”⁴⁷⁸.

Entre os 159 “Senhores” relacionados constava o nome de Justiniano da Rocha.

Enquanto “habitante” da *ilha de letrados*, Justiniano obtivera uma formação básica e superior capaz de lhe fornecer não só as bases pelas quais desenvolvera o talento polígrafo e a vocação humanística que caracterizou sua atuação em cada uma de suas frentes de trabalho (jornalismo, magistério, escritor, tradutor, advogado, político), mas também os certificados que lhe facilitavam o ingresso nos círculos de sociabilidade da *boa sociedade*.

Sua família o embarcou à França em 1823, com apenas doze anos de idade, retornando ao Brasil somente seis anos mais tarde, em 1829, aos dezoito anos incompletos, pronto para ingressar no curso superior. Diferente de meninos de sua geração ou mesmo de gerações anteriores que iniciavam as primeiras letras com a ajuda de preceptores e depois estudavam em universidades europeias (particularmente Coimbra), Justiniano e alguns jovens de idade equivalente usufruíram da oportunidade de frequentar os cursos superiores pioneiramente implantados no Brasil. O diferencial formativo estrategicamente escolhido pela família de Justiniano foi enviá-lo antecipadamente à Europa para cursar o ensino básico, matriculando-o em um dos mais destacados liceus franceses.

⁴⁷⁸ *Jornal do Comércio*, edição 154, página 3, 1839. Cf. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02

O Liceu *Henri IV*, existente até hoje, certamente já era uma das mais destacadas instituições no ensino secundário francês, em que era prezada a formação das futuras gerações de letrados notáveis, os filhos das classes distintas francesas. Assim, mesmo na França este tipo de ensino não era acessível a todos. O alunato dos liceus, conforme previsto em lei, era composto parte por filhos de militares ou funcionários civis (judiciários, administrativos ou municipais), cujas vagas eram garantidas pelo governo, e parte pelo preenchimento de vagas restantes, a maioria delas oferecidas por meio de concurso público a outros interessados. Nada obstante essa última possibilidade de ingresso, até mesmo os alunos recrutados para participar do concurso de seleção deveriam apresentar os méritos de algum parente ou amigo⁴⁷⁹.

Por conta disso, não se sabe ao certo se bastou a estrutura financeira familiar para Justiniano fazer parte desse grupo seletivo ou se alguma autoridade ou pessoa influente lhe facilitou o ingresso na instituição, ou ainda se precisou de ambas as coisas. É provável que ele tenha enfrentado algum exame rigoroso de admissão. Em geral, alunos selecionados por concurso recorriam a cursos preparatórios ou a professores particulares⁴⁸⁰.

Uma vez aprovado e integrado à instituição, passava-se a fazer parte de um corpo discente que era organizado em classes escolares, cuja rotina baseava-se em duas etapas, a primeira delas composta de aulas ministradas por professores nas quais comumente se aplicava grande quantidade de tarefas a serem realizadas pelos alunos; e uma segunda etapa, em que as tarefas eram cumpridas sob a supervisão de um “mestre de estudos”.⁴⁸¹

Os liceus franceses eram inspirados nos tradicionais colégios de Humanidades⁴⁸². No entanto, antes de 1809, momento anterior à experiência vivida pelo pequeno Justiniano, o currículo pressupunha um equilíbrio entre estudos literários e científicos. Somente após o ano indicado, o ensino de humanidades passou a ganhar mais destaque, particularmente inserindo o ensino de línguas antigas.

⁴⁷⁹ SAUSSAC, 1986 *apud* CALDEIRA, 2016.

⁴⁸⁰ CALDEIRA (2016).

⁴⁸¹ Cf. SAVOIE, 2007 *apud* CALDEIRA, 2016.

⁴⁸² Segundo Chervel & Compère (1999), “A etimologia do termo combina diversas filiações ou contaminações lexicológicas. A primeira remete-nos ao neologismo *humanitas* (...). A educação, assim oferecida, se pretende como uma preparação do indivíduo ao seu papel de homem, no sentido pleno do termo. A segunda vem da tradição cristã [que] evidencia o caráter eminentemente laico das humanidades. O terceiro componente semântico do termo diz respeito aos humanistas. Nascido no berço da Renascença, não é por acaso que humanistas designa, ao mesmo tempo, os sábios, os escritores excelentes da Antiguidade grega e romana e os alunos das novas classes de 5ª a 8ª séries”. Cf. CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul/dez. 1999. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200012.

Quanto ao ensino de ciências, este somente passou a ser valorizado no caso de classes que cursavam cursos preparatórios para as escolas científicas⁴⁸³.

A tradição das Humanidades, portanto, significava o resgate da Antiguidade Clássica; o nome em si – *Humanidades* – fora dado por jesuítas no século XVI e significaria estudos intermediários entre a retórica e a gramática, sendo porém adotado também para nomear os estudos secundários. Tal tradição atravessou gerações, independente dos contextos históricos pelos quais a França passou⁴⁸⁴.

Em outras palavras, a formação pautada nas Humanidades pressupunha o aprendizado de línguas antigas como latim e grego, sendo essa característica o cerne do aprendizado. O latim, por exemplo, era ensinado a partir de temas moralizantes, tais quais prudência, justiça, coragem e moderação. E esses mesmos preceitos eram igualmente incorporados nas aulas de retórica.⁴⁸⁵

Foi com base no domínio demonstrado por Justiniano em relação às línguas e culturas latina, grega e francesa, que alguns de seus biógrafos ou mesmo contemporâneos acreditaram ter tido ele bom aproveitamento escolar. Complementava essa boa reputação intelectual a familiaridade demonstrada ao longo de sua vida com os clássicos literários, com a geografia antiga e clássica, com a história, e com tantos outros campos do saber.

Mas a formação não se restringia ao currículo oficial. Em sua estada no *Licée Henri IV*, revela-nos Caldeira (2016) importantes elementos adicionais à construção de seus valores e à sua identidade social ou mais precisamente de classe:

Foi no seio de um ensino marcado pela cultura humanista que Justiniano fez seus estudos, obtendo um tipo de instrução que o direcionava mais às letras do que à ciência, um espaço destinado à formação das elites francesas. Neste sentido, corrobora a descrição feita por Almeida Nogueira de que a instituição não seria uma instituição qualquer: ‘Tinha feito brilhantes estudos de Humanidades em Paris no Liceu Henri IV, onde foi colega dos príncipes de Orléans e teve ocasião de ser examinado em latim, na presença do Rei Carlos X, que o felicitou pelo seu adiantamento’⁴⁸⁶.

Ao salientar essa peculiaridade de contato com indivíduos da nobreza durante a experiência formativa, Justiniano sentia-se agraciado ao ressaltar o que na visão dele era digno de ser valorizado (ao menos em depoimento...): a igualdade na convivência entre

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Idem.

⁴⁸⁶ NOGUEIRA (1908) *apud* CALDEIRA (2016).

nobres e plebeus e mesmo entre alunos estrangeiros, como ressalta Caldeira ao transcrever trecho selecionado de extenso relato do próprio encontrado em *O Chronista*:

(...) A igualdade, a igualdade a mais perfeita reina entre os estudantes de um colégio, aí se dissipam todos os preconceitos; aí se combatem e extirpam todas essas distinções ridículas. O filho do duque, o filho do plebeu, tem igual agasalho, igual proteção, igual tratamento, e se o filho do plebeu, vê-se constantemente preferido, tem mais distinção do que o filho do Duque de Orleans, - príncipes de sangue, eram nossos companheiros dois negrinhos filhos de São Domingos (...).⁴⁸⁷

Da experiência secundária no país que era o berço do modelo civilizatório do mundo, Justiniano volta para o Brasil em 1829 e, no mesmo ano, com base sólida em humanidades, ingressa possivelmente sem grandes dificuldades no Curso de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo, posto que a língua francesa, a gramática latina e a retórica constituíam-se em parte integrante da sua formação básica e eram exigidas nos exames vestibulares da época⁴⁸⁸.

O emblemático estudo biográfico de Caldeira (2016) acerca de Justiniano revela-nos detalhes do contexto no qual ele tomou contato com a nova realidade:

Nas páginas do jornal Império do Brasil: Diário Fluminense encontra-se uma pequena nota de seu embarque, acompanhado de um criado, rumo ao porto de Santos, em janeiro de 1829. Por certo, deve ter estranhado a cidade, ainda acanhada, que (...) não excedia 10.000 almas. Composta por ruas mal iluminadas e um comércio ainda tímido, não tardou, porém, a ter anexada a sua paisagem novos personagens saídos da Academia de Direito. Assim, os lentes, os mestres do curso preparatório e seus alunos, além dos jovens estudantes da Academia, contribuíram para transformar a cidade em um burgo de estudantes (...).

Essa nova etapa de estudos também exigiu a mobilização de recursos financeiros, pois além do valor do curso (25\$600)⁴⁸⁹, pago por semestre, somava-se o aluguel de uma pensão ou de uma república, cujos custos se estenderiam por todo o curso.⁴⁹⁰

Justiniano fez parte de uma das primeiras turmas do curso de Ciências Sociais e Jurídicas de São Paulo. À semelhança dos propósitos dos liceus franceses, de modo genérico as faculdades de Direito então criadas em agosto de 1827 por decreto de Dom Pedro I, tanto em São Paulo quanto em Olinda, destinavam-se a formar quadros qualificados da magistratura ou da advocacia para servir às necessidades não só do aparelho político-administrativo que estruturava o então Estado recém-independente, mas também à

⁴⁸⁷ *O Chronista*, nº 52, 8/04.1837 *Apud* CALDEIRA (2016, p. 33)

⁴⁸⁸ “Para serem admitidos no curso os candidatos deveriam ter pelo menos 15 anos completos e obter êxito nos exames de língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral, e geometria. Quanto a esta última vale ressaltar que ficaria fora dos exames durante os primeiros cinco anos de existência.” (CALDEIRA, *Op. Cit.*, p. 38).

⁴⁸⁹ Lê-se vinte e cinco mil e seiscentos réis.

⁴⁹⁰ *Império do Brasil: Diário Fluminense*, nº 13, 17/01/1829 (*Apud* CALDEIRA, 2016, Pp. 38-39).

necessidade de toda gente submetida a uma ordem jurídico-estatal. Portanto, quem ingressava nesses cursos buscava obter fácil ingresso na carreira jurídica em si, mas igualmente em cargos da administração pública ou da carreira política.

Essa prática e essa esperança depositada no diploma de bacharel como trampolim para uma vida segura na esfera do emprego público passou a ser identificado como um dos traços mais característicos da época, o bacharelismo⁴⁹¹.

Foi a partir dos cursos de Direito de São Paulo e de Olinda que parcela significativa dos políticos atuantes no país ao longo do século XIX obteve a sua formação. Antes disso, porém, prevalecia as gerações formadas em universidades europeias, como a de Coimbra. Todas essas gerações de bacharéis em Direito teriam tido papel decisivo na construção do Estado Nacional. Uma primeira geração formada em Coimbra nos idos dos anos 1790 obtivera destaque no processo de independência; uma segunda geração, igualmente formada em Coimbra nos anos 1820, firmara-se no propósito de renovar os quadros da classe política do país, ocupando postos de destaque como a de ministros, senadores e deputados durante o turbulento período Regencial; já uma terceira geração da qual Justiniano fazia parte, obtivera seu diploma em terras brasileiras nos idos dos anos 1830/1840, quando então configuravam as fileiras político-ideológicas dos partidos Liberal e Conservador e ocupavam os principais cargos políticos e de destaque na burocracia estatal⁴⁹².

Com o propósito portanto de formar novos quadros, a Academia de Direito de São Paulo foi instalada no antigo convento da Ordem de São Francisco. A aula inaugural ocorreu em primeiro de março de 1828, poucos dias antes da inauguração do curso de Direito de Olinda. Em seu corpo docente prevalecia aqueles que haviam se formado na tradição de Coimbra. Ainda assim, gradual e lentamente procurava-se constituir uma cultura jurídica tipicamente brasileira calcada num pragmatismo que se distinguia dos filhos da classe senhorial com formação na Universidade de Coimbra⁴⁹³.

Em função da proposta que se pretendia original, o programa do curso contava com nove cadeiras que requeriam mais pragmatismo, procurando romper com a cultura jurídica

⁴⁹¹ Cf. BESSONE, Tânia. *Bacharelismo*. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Pp. 68-69.

⁴⁹² Cf. FERREIRA, Gabriela Nunes. A nacionalização das elites: debate institucional da Regência. In MOTA, Carlos Guilherme. *Os Juristas na formação do Estado-Nação Brasileiro*. Volume 1 – Século XVI a 1850 – Coleção Juristas Brasileiros – São Paulo: Quartier Latin, 2006a. Pp. 301-344; Cf. também: CALDEIRA (*Op. Cit.*)

⁴⁹³ Cf. FONSECA, Ricardo M. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. *Revista da Faculdade de Direito*. Curitiba: UFPR, 2006. Pp. 61-76. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/9415/6507>

lusitana, apropriando o curso às expectativas de uma legislação mais autóctone inaugurada com a ordem jurídica delineada na Carta Magna promulgada em 1824⁴⁹⁴:

1o Ano - 1a Cadeira. Direito natural, público, análise da Constituição do Império, direito das gentes e diplomacia; 2o Ano - 1a Cadeira. Direito. Continuação das matérias do antecedente, 2a Cadeira. Direito público eclesiástico; 3o Ano - 1a Cadeira. Direito pátrio civil, 2a Cadeira. Direito pátrio criminal, com teoria do processo criminal; 4o Ano - 1a Cadeira. Continuação do direito pátrio civil, 2a Cadeira. Direito mercantil e marítimo; 5o Ano - 1a Cadeira. Economia política, 2a Cadeira. Teoria e prática do processo adotado pelas leis do Império⁴⁹⁵.

Estava composta assim a formação inicial de Justiniano, tanto no aspecto formal quanto no informal, uma vez que a faculdade era um destacado círculo social de grande dinamismo e expressão, centro de pujante vida intelectual, literária e política, proporcionadora de distintos canais de manifestação do pensamento através de atividades extracurriculares desenvolvidas nos âmbitos de associações literárias e políticas. Nesse bojo, a familiaridade de Rocha ao discurso retórico hábil aliava-se ao gosto literário logrado desde os tempos de *licée*. A partir dali inaugurara seu gosto pela crítica literária no seio da Sociedade Filomática, onde fora um dos estudantes fundadores e onde iniciara o exercício da escrita de qualidade. Ali começava a sua vocação de polígrafo.

2.4 Um intelectual polivalente e multi-atuante

Para além do carácter formal da educação, e também para além da influência familiar, a constituição e a expressão de um intelectual se processa igualmente pelos contatos com ambientes e indivíduos que o ajudam e por ele são ajudados a forjar uma visão de mundo, sendo esses balizadores inerentes à vida social as verdadeiras promovedoras de circunstâncias contingenciais que traçam uma trajetória pessoal e profissional, assim como também podem

⁴⁹⁴ Idem.

⁴⁹⁵ VENÂNCIO FILHO *apud* CALDEIRA (2016, p. 37).

suscitar caminhos para as experiências coletivas. Os instrumentos metodológicos para a apreensão lúcida desses fatores podem ser traduzidos através de diferentes termos-chave (ou conceitos...) como “círculos de afinidade”⁴⁹⁶, “espaços de sociabilidade”⁴⁹⁷ ou, ainda,

⁴⁹⁶ O termo é muito utilizado por Vincent Berdoulay (2017) para tratar de múltiplas influências (formais ou informais) recebidas por um determinado personagem do meio científico/ acadêmico, literário, enfim, do meio intelectual. Por “círculo de afinidades” pode-se entender, adicionalmente, o agrupamento de sujeitos ligados entre si, não somente pelos contatos diretos que venham a manter, mas também por meio de correntes ideológicas às quais porventura venham a se filiar por nítidas motivações identitárias (ou, simplesmente, por identificação, por “afinidade”, para melhor traduzir o próprio uso do termo...). (Cf. BERDOULAY, Vincent. *A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual*. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. Ver particularmente o capítulo 5, “Os Círculos de Afinidades: Formação e Alcance”, e, complementarmente na edição aqui referenciada, o item “Círculos de Afinidades e Personalidades” do “Post-Scriptum 2008”).

⁴⁹⁷ Termo usado com frequência por Claudia Caldeira, com base em Maurice Agulhon (2005 *apud* CALDEIRA, 2016) e Jean Baechler (1992 *apud* CALDEIRA, 2016), sendo empregado no sentido de designar locais capazes de promover encontros, associações, a exemplo de salões, clubes, entre outros âmbitos, organizados de maneira formal ou informal. Os espaços de sociabilidade informais compreenderiam as associações sem estatutos, sem o estabelecimento de hierarquias entre os participantes, conforme seriam os casos dos cafês e das tabernas. Já os espaços de sociabilidade formais apresentariam características exatamente opostas, ou seja, formalizar-se-iam através de estatutos e estruturas hierárquicas, a exemplo da maçonaria. Cf. AGULHON, Maurice. *El círculo burgués: la sociabilidad en Francia. 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005, p. 47, *apud* CALDEIRA, 2016; BAECHLLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (dir.). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 65, *apud* CALDEIRA, 2016.

“afinidades eletivas”⁴⁹⁸. Adentrar em mais esse pormenor metodológico retardaria a percepção do essencial: os vínculos e as oportunidades derivadas do contato de Justiniano com alguns indivíduos e meios sociais ter-lhe-iam proporcionado os alicerces de sua atividade intelectual e de sua vocação para um pensamento plural, rico, polivalente. O propósito deste item é, portanto, resgatar as características de alguns desses âmbitos sociais e a maneira como Justiniano atuou em cada um deles, exercendo – em graus muito variados – diferentes funções e/ou atividades.

⁴⁹⁸ O termo “afinidade eletiva” (*Wahlverwandtschaft*) tem uma longa história, diz Löwy (2004): seria um itinerário complexo que vai da alquimia à literatura romântica (com explícita e automática referência a título de obra clássica de Goethe – *Die Wahlverwandtschaften*/1809), e dessas às ciências sociais. Max Weber a utilizou com frequência sem necessariamente a definir. Quem oferece essa definição é o próprio Löwy a partir do legado weberiano: “afinidade eletiva é o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de certas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentido, numa relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo. (...) pode [assim] constituir um ângulo de abordagem nova, até então pouco explorado, no campo da sociologia da cultura.” [*l'affinité élective est le processus par lequel deux formes culturelles – religieuses, intellectuelles, politiques ou économiques – entrent, à partir de certaines analogies significatives, parentés intimes ou affinités de sens, dans un rapport d'attraction et influence reciproques, choix mutuel, convergence active et renforcement mutuel. [...] peut [alors] constituer un angle d'approche nouveau, jusqu'ici peu exploré, dans le champ de la sociologie de la culture.*] (Cf. LÖWY, 2004, p. 103).

Quando se refere à alquimia (mas precisamente à “alquimia medieval”...), em particular, Löwy quer dizer que o termo *afinidade* serviria para explicar a atração e a fusão dos corpos, “(...) uma força em virtude da qual duas substâncias diversas ‘se procuram, unem-se e encontram-se’, numa espécie de casamento, um casamento químico, procedendo mais do amor do que do ódio”^{*} (Cf. LÖWY, 2004, p. 93) – se o enxofre se une aos metais, é pela afinidade que tem com esses corpos. Na obra de Goethe, afinidade eletiva aparece quando dois seres ou elementos se procuram, se atraem, se apoderam e depois ressurgem dessa união íntima de forma renovada e imprevista. É desse legado cultural alemão que Weber dá sentido sociológico ao termo, retendo as conotações de escolha recíproca, atração e combinação, particularmente no seu clássico “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, justamente para analisar a complexa e sutil relação entre essas duas formas. Perscrutar a maneira como o movimento religioso atuaria no desenvolvimento da cultura material e vice-versa (numa relação sem a busca da primazia causal, mas num extraordinário emaranhado de influências recíprocas entre os substratos materiais, as formas de organização social e política e o teor intelectual das épocas culturais da Reforma, procedendo na identificação de *em que pontos* das duas formas se pode detectar afinidades eletivas).

* [*“(...) une force en vertu de laquelle deux substances diverses ‘se recherchent, s’unissent et se retrouvent’, dans une sorte de mariage, de noce chimique, procédant plutôt de l’amour que de la haine.”*]

Sem que se pretenda fazer qualquer acríptico deslocamento conceitual para outra realidade empírica – ao contrário, enquadrando-se em um uso autônomo, crítico e maduro dos conceitos, Sousa Neto (2021) salienta que o uso do termo para identificar duas orientações de pensamento em contato afinado e sintético poderia ajudar a elucidar o caráter *sui generis* da formação territorial do Brasil. Em seu ponto de vista metodológico, cuja relevância se encontra no fato de suscitar uma proposta de revisão crítica da produção historiográfica da geografia no Brasil: “as *afinidades eletivas* estão em associar a história da geografia com uma história do capitalismo. Fazer dialogarem e interagirem as diversas formas culturais e discursivas da geografia com suas práticas de expansão da forma de mercadoria no âmbito da vida cotidiana. A tarefa é entender como se criaram nessa relação, suas relações íntimas, as diversas formações territoriais capitalistas imbricadas às subjetivações espaciais do valor.” (Cf. SOUSA NETO, 2021, p. 5).

Cf. LÖWY, Michael. Le concept d’affinité élective chez Max Weber. *Archives de sciences sociales des religions* [Online] v. 127, julho-setembro 2004, p. 93-103. Disponível em: <https://journals.openedition.org/assr/1055>; cf. SOUSA NETO, M. F. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). *Geosp*, v. 25, n. 1, 2021, p. 1-6. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/173953>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.173953>.

2.4.1 Sociedade Filomática

A Sociedade Filomática foi a primeira experiência de relação do *escritor* Justiniano com um determinado âmbito cultural e (porque não?) político. Verdadeiro agrupamento literário formado em 1832 por alunos e professores da Faculdade de Direito e Ciências Sociais de São Paulo, o seu fundador e principal figura teria sido, segundo Candido (2000), Francisco Bernardino Ribeiro, que logo em seguida viria a se tornar professor, embora morresse muito jovem aos 23 anos de idade. Ribeiro era “(...) carinhosamente cultuado pela tradição acadêmica.”⁴⁹⁹ Além deste, destacar-se-iam José Salomé Queiroga, Antonio Augusto Queiroga e o próprio Justiniano José da Rocha⁵⁰⁰. Caldeira (2016) acrescenta créditos de iniciativa da fundação da agremiação literária aos professores Carlos Carneiro de Campos, José Joaquim Fernandes Torres e Tomás Cerqueira.

A partir de 1833 os membros da Sociedade passaram a publicar uma revista com o intuito de difundir suas ideias e contribuir para a representação literária da nação que se queria projetar. Eram distintas frentes, a política e a literária, mas não necessariamente de todo separadas, na medida em que a revista dispunha de um repertório amplo de interesses temáticos. Com isso, o caráter precípua da revista era efetivamente debater a literatura, seguida de outras manifestações artísticas, a exemplo do teatro.

Contando com forte engajamento dos estudantes que se desdobravam nas funções de redatores, editores e colaboradores, a iniciativa fora anunciada em jornal de grande circulação na Corte – *O Diário do Rio de Janeiro* – com o intuito de divulgar seus artigos e envolver interlocutores para seus principais debates de interesse específico mas nem por isso menos importante naquele contexto histórico de construção da nacionalidade:

A Sociedade Filomática da Cidade de São Paulo tem de dar à luz, no princípio de cada mês um periódico com o título-Revista da Sociedade Filomática o seu formato será 8º., e conterà pelo menos 30 páginas de impressão; sua redação e publicação será encarregada a uma comissão, que durará o espaço de 6 meses. Conterà a Revista da Sociedade Filomática os trabalhos aprovados por ela, quer sejam estes seus sócios quer de pessoas externas à Sociedade.⁵⁰¹

Caldeira (2016) salienta que nada obstante os esforços e a seriedade do grupo na seleção e divulgação dos artigos da revista não só em São Paulo como também na Corte e em

⁴⁹⁹ CANDIDO, 2000, p. 286.

⁵⁰⁰ CANDIDO. *Op. Cit.*

⁵⁰¹ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 12. 18/7/1833 *apud* CALDEIRA, 2016, p. 47.

outras capitais, sua circulação seria bastante limitada e suas tiragens contariam com poucos exemplares. Seriam apenas seis números publicados entre junho e dezembro de 1833. Mesmo com alcance tão restrito, a influência da revista na formação da literatura nacional foi ressaltada por críticos e historiadores da literatura no que denominaram de “Pré-Romantismo”⁵⁰²⁵⁰³.

Foi na revista da Sociedade que Rocha publicou seus dois primeiros artigos: *Ensaio sobre a Tragédia*⁵⁰⁴, escrita em parceria com os “filomáticos” Antonio Augusto Queiroga e Francisco Bernardino Ribeiro, e *Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. D. J. G. Magalhães*⁵⁰⁵. Caldeira (Op. Cit.) ressalta o que já fora salientado neste trabalho: Justiniano não se envolvera inicialmente nas contendas políticas,

⁵⁰² Cf. Antonio Candido (2000) – especificamente no item 2, “PRÉ-ROMANTISMO FRANCO-BRASILEIRO”, do capítulo VIII – “RESQUÍCIOS E PRENÚNCIOS” (Pp. 260-266), entre outros.

⁵⁰³ Importante distinguir, neste momento, o Romantismo enquanto movimento literário, e não enquanto doutrina filosófica: ambas surgiram na Europa na segunda metade do século XVIII e se mantiveram com fôlego até a primeira metade do século XIX. A doutrina filosófica encontraria suas raízes no referido movimento para reagir ao racionalismo da filosofia das Luzes, colocando-se como depreciadora dos valores racionais e como enaltecadora da imaginação, intuição, espontaneidade e paixão. Seus principais representantes surgiram na Alemanha (Fichte, Schlegel e Schelling). (Cf. JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996). Enquanto movimento artístico-literário, surgiu durante a plena ascensão social da burguesia, adquirindo por isso o *status* de gênero burguês por expressar valores, costumes e anseios desta classe. “Para além de fomentar e reproduzir os princípios burgueses, o gênero romance tornou-se um instrumento de análise da nova civilização do capital.” (ROCHA, 2012, p. 10). No Brasil, adquirindo cores locais, atrelou-se ao projeto de construção da identidade nacional pós-independência, criando uma imagem positiva do país entre a própria população. Somente nos anos 1840 surgem os primeiros romances nacionais na esteira do movimento romântico introduzido no país através de várias traduções. (CANDIDO, *Op. Cit.*; ROCHA, 2012). Cf. ROCHA, Carlos. *Ressurreição e o romance urbano romântico: aproximações e afastamentos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

⁵⁰⁴ Cf. QUEIROGA, Antonio; RIBEIRO, Francisco Bernardino; ROCHA, Justiniano José da. *Ensaio sobre a Tragédia*. Revista da Sociedade Philomatica. São Paulo: Typographia do Farol, 1933. Pp. 50-51. (Apud CALDEIRA, 2016, p. 48).

Observação: Caldeira (Op. Cit.) salienta o fato de haverem poucas fontes acerca da Sociedade Filomática, sugerindo que tenha sido uma associação informal, sem estatutos e sem hierarquias. No tocante à revista da Revista da Sociedade, é preciso dizer que consta em algumas bibliotecas públicas uma reedição de 1977 oferecida pela “Metal Leve”. Desta reedição há volumes disponíveis em diferentes bibliotecas da USP, embora não haja versões digitais.

Para os propósitos desta tese, crê-se que os estudos de Antonio Candido (2000) e de Claudia Caldeira (2016) são satisfatórios.

⁵⁰⁵ ROCHA, Justiniano José da. *Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. D. J. G. Magalhães*. Revista da Sociedade Philomatica. São Paulo: Typographia do Farol, 1933. Pp. 47-57. (Apud CALDEIRA, *Op. Cit.*, p. 49).

“(…) mas em conformidade com o crescente nacionalismo (…), engajava-se nos debates acerca dos rumos a serem seguidos tanto na nascente literatura quanto na dramaturgia nacional que se formava e que deveria assumir a tarefa de representar a jovem nação.”⁵⁰⁶⁵⁰⁷

Em sua escrita solo, referente ao segundo artigo acima mencionado (*Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. D. J. G. Magalhães*), foram ressaltados por especialistas em literatura alguns novos elementos de exaltação aos sentimentos e de valorização à natureza local e do amor à pátria, considerados todos traços próximos ao estilo romântico posteriormente introduzido no Brasil – daí a inclusão do trabalho de Rocha entre os “proto-românticos”, segundo Silvio Romero, ou entre os “pré-românticos”, como ressalta Afrânio Coutinho⁵⁰⁸ ou mesmo José Aderaldo Castelo⁵⁰⁹.

Seria digressão desnecessária abordar a Sociedade Filomática e os textos de Justiniano desta fase não fossem os elementos relativos ao “amor à pátria” e à “exaltação da natureza”, cujos sentidos pareciam respingar nos discursos acerca do território (seu potencial, sua valorização, sua natureza!) e, por extensão, na sua geografia escolar, produzida não muito tempo depois (5 anos depois para ser mais exato – em se tratando de 1ª edição do compêndio adotado no ICPII).

À guisa de exemplo, inça-se aqui um trecho do segundo artigo de Justiniano, em que aparecem declamadas as raízes romantizadas de uma concepção de mundo e de país:

Quando, porém, atento a que nossas paisagens, os costumes dos nossos camponeses, em uma palavra, a Natureza virgem da América, inda oferecem quadros tão virgens como ela ao poeta que os quiser pintar, quando me lembro de azulado Céu dos Trópicos ainda não foi cantado, que nem um só vale fez descansar seus amantes à sombra amena de nossas mangueiras, atrevo-me a esperar que nossa poesia majestosa, rica, variada e brilhante, como a natureza que a inspira, nada terá

⁵⁰⁶ CALDEIRA, 2016, p. 48.

⁵⁰⁷ Segundo Caldeira (*Op. Cit.*), havia curiosamente da parte do jovem e culto Justiniano uma crítica à predileção de seus contemporâneos ao exercício da política em detrimento do exercício literário, que julgava não ser tão importante quanto a política no fortalecimento da ideia de pátria.

⁵⁰⁸ Cardim (1964) ressalta alguns traços do “escritor” Justiniano da Rocha: “São numerosas as obras que publicou e o colocam entre os melhores escritores brasileiros, muito embora seus livros quase não sejam conhecidos hoje, e seu nome raramente figure nas histórias literárias do país. Apenas Silvio Romero lhe faz justiça, escrevendo longa e elogiosa apreciação da sua obra, em três páginas da *História da Literatura Brasileira*. (...) Na excelente obra *A Literatura do Brasil*, dirigida pelo Sr. Afrânio Coutinho, **Justiniano figura como precursor entre os representantes do pré-romantismo, como um dos iniciadores da nossa ficção, ao lado de Pereira da Silva, Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, Joaquim Noberto.**” (CARDIM, 1964, p. 59. Grifos nossos).

⁵⁰⁹ Segundo Candido (2000), José Aderaldo Castelo ressaltou a importância da Sociedade Filomática,“(…) fazendo [por essa razão] estudo sistemático da sua função pré-romântica.” (p. 286)

que invejar às cediças descrições Europeias (...).⁵¹⁰

Duas aproximações podem ser feitas a partir dos elementos aqui realçados para se suscitar uma possível relação entre os escritos “pré-românticos” e os ulteriores escritos geográficos de Justiniano. A primeira delas pode ser encontrada na própria percepção de Antonio Candido (2000) acerca da maneira como os viajantes estrangeiros (verdadeiros exploradores dos Trópicos) poderiam ter influenciado, em alguma medida, para o despertar do interesse do brasileiro para a natureza local, chegando a um sentido renovado de valorização da pátria⁵¹¹. Um dos exemplos utilizados por Candido diz respeito ao intelectual francês Ferdinand Denis, que aqui esteve no princípio do século XIX:

A exploração da natureza brasileira como fonte de novas emoções, e o desejo de abordar os temas brasileiros como matéria literária, convergem na obra de Ferdinand Denis, *Cenas da Natureza nos Trópicos*, que Paul Hazard e Georges Le Gentil consideram muito justamente um marco na formação do nosso Romantismo. Neste livro encontra-se pela primeira vez um tratamento sistemático das impressões despertadas pela natureza do Brasil, com intuito meramente literário.⁵¹²

Logo em seguida vem uma menção relevante de contato de Denis com um dos “padres putativos de la Geografía Contemporânea”⁵¹³:

Visivelmente seduzido pelo exemplo dos *Quadros da Natureza*, de Alexandre von Humboldt, Denis aplicou a sua fórmula no país que conhecia de perto, por ter morado aqui de 1817 a 1821: descrições emocionais e poéticas, em que o exterior vai-se tornando insensivelmente estado d’alma e o homem civilizado parece redescobrir-se, renascendo ao contacto de um mundo desconhecido (...).⁵¹⁴

⁵¹⁰ ROCHA, Justiniano José da. Ensaio crítico sobre a coleção de poesias do Sr. D. J. G. Magalhães. Revista da Sociedade Philomathica. São Paulo: Typographia do Farol, 1833. Pp. 47-57 *apud* CALDEIRA, 2016, p. 49.

⁵¹¹ “Talvez seja excessivo falar em influência dos viajantes estrangeiros na formação do Romantismo brasileiro. Mas o certo é que se pode ao menos perceber neles, em face da nossa paisagem, uma emoção que tem muito da ternura e exaltado deslumbramento dos naturalistas do século XVIII, que passou aos românticos. Não apenas um homem como Ferdinand Denis (...); mas nos puros naturalistas, sobretudo alemãs, que veem de um ângulo semelhante, que poderia ter influído para reorientar a visão dos brasileiros com que entravam em contato. ‘A ideia que nos ocorria diante deste quadro melancólico era da saudade de um paraíso perdido’ – dizem Spix e Martius. É preciso lembrar que esses homens descreveram frequentemente a natureza como fonte de emoções, atuando sobre a sensibilidade, que se exaltava ao seu contacto, mostrando aos brasileiros que a sua contemplação pode despertar verdadeiro rejuvenescimento espiritual. O mundo circundante assume então valor de um sistema de signos, que abrem a alma e aumentam a sua capacidade de vibrar. O que não significaria para os moços do tempo, ansiosos por encontrar nas coisas da pátria motivos de exaltação e estímulo para renovar a sua expressão (...).” (CANDIDO, 2000, p. 261)

⁵¹² CANDIDO, *Op. Cit.*, Pp. 263-264.

⁵¹³ Repete-se aqui o que se encontra na nota 88 deste trabalho: “LOS PADRES PUTATIVOS DE LA GEOGRAFÍA CONTEMPORÁNEA” [Ou “Os supostos pais da Geografia Contemporânea”] é título da primeira parte da obra do geógrafo espanhol Horacio Capel, “Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía”. (CAPEL, 1981).

⁵¹⁴ CANDIDO, *Op. Cit.*, Pp. 263-264.

Não foi à toa que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, objetivado na construção do seu ideário de Brasil, se interessou por Ferdinand Denis através de uma de suas obras, *Le Brésil*, conforme será visto mais adiante ainda neste item 2.4.

Antes, porém, cabe retomar a segunda aproximação prometida – talvez a mais assertiva no estabelecimento de contatos entre o “proto-romantismo” e a geografia de Justiniano: os elementos de valorização da natureza local e de amor à pátria encontrados em seu texto, uma vez congregados, lançam luz aos princípios ideológicos que corroboraram para o processo de construção da nacionalidade, de valorização espacial⁵¹⁵ e de estabelecimento de um conhecimento que abarcaria essas duas objetivações: o conhecimento geográfico.

É amplamente sabido que o nascimento da Geografia Moderna na segunda metade do século XVIII seria justamente alimentado pela filosofia do Iluminismo e pelo Romantismo alemão, que se consubstanciariam enquanto “paradigma da baixa modernidade”⁵¹⁶. A chegada dos estrangeiros no início do século XIX, como fez constar Antonio Candido (*Op. Cit.*), certamente representou algum nível de introdução desses elementos na realidade brasileira, mesmo antes de se consumir enquanto influência decisiva na conformação da geografia científica na Europa. No caso do Brasil, não se tratava do Romantismo enquanto doutrina filosófica, mas enquanto movimento literário, o mesmo movimento que alimentaria a filosofia de Schelling, Fichte ou Schlegel⁵¹⁷.

⁵¹⁵ Cf. COSTA, Wanderley Messias da; MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. São Paulo: Editora HUCITEC, 4ª edição, 1999.

⁵¹⁶ Moreira (2014) salienta que a geografia moderna possui três fases diferenciadas por seus respectivos paradigmas: “(...) o paradigma holista da baixa modernidade, o paradigma fragmentário da modernidade industrial e o paradigma holista da hipermodernidade (ou pós-modernidade) (...)”. “Há, assim, uma relação entre fundamentos filosóficos e paradigmas, cuja combinação vai dar nessas três fases, nas quais se distinguem os fundamentos (as fontes de referência filosófica) e os formatos (os paradigmas). Se as fontes de referencia filosófica são plurais, o formato paradigmático é um em cada fase. “Entende-se por baixa modernidade o período do iluminismo e do Romantismo Alemão, ambos marcados pela presença do idealismo filosófico – o período do iluminismo pela filosofia crítica de Kant e o período do Romantismo pela filosofia clássica alemã de Fichte, Schelling e Hegel. Por modernidade industrial entende-se o período denominado pela filosofia positivista. E por hipermodernidade ou pós-modernidade entende-se o período atual, marcado pela presença de uma pluralidade de referências filosóficas em que a fenomenologia husserliana, a filosofia da linguagem (de Wittgenstein) e a filosofia da práxis marxistas se sobressaem.” Cf. MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2014. p. 11.

⁵¹⁷ Cf. JAPIASSÚ & MARCONDES, *Op. Cit.*

Portanto a porta de entrada dos mencionados elementos do Romantismo estava longe de ser representada pelas obras sistemáticas de Humboldt⁵¹⁸. Um mero exercício cronológico seria capaz de desfazer qualquer anacronismo: o naturalista alemão/prussiano veio a publicar a 1ª edição de sua famosa obra “Kosmos”⁵¹⁹ somente em 1845. A esse tempo Justiniano já havia publicado a 1ª edição de seu “Compendio de Geographia”, em 1838. Denis e outros nomes (Teodoro Taunay, Édouard Corbière, Gavet e Boucher) provavelmente seriam essa porta de entrada via movimento pré-romântico franco-brasileiro⁵²⁰.

Mesmo não estabelecendo precipitadamente influências que teriam desaguado na obra de Justiniano, é possível identificar qual relação o Romantismo alemão teria com a geografia no âmbito da ciência europeia. Moreira (2014) explica didaticamente as características dessa “primeira fase” da Geografia Moderna. A influência da filosofia iluminista viria por intermédio do sistema filosófico de Immanuel Kant, para quem a geografia ajudaria no entendimento da natureza, estabelecendo uma forma de relação direta com o mundo exterior mediante percepções externas. A geografia proporcionaria, assim, o casamento entre sensibilidade e entendimento, sendo ambas consideradas categorias essenciais do conhecimento para Kant⁵²¹. O famoso filósofo relaciona a geografia à percepção espacial dos fenômenos, e por isso a classifica como uma ciência da natureza. Quanto a isso é válido salientar que o significado de “natureza” nos tempos de Kant estava atrelado ao mundo da percepção sensível, ao mundo objetivo das coisas que circundam a todos (do “mundo físico”,

⁵¹⁸ Isso não implica em dizer que este emblemático cientista, que esteve na América Latina, incluindo o Brasil, entre 1799 e 1804, não exerceu qualquer influência na intelectualidade brasileira oitocentista. Uma análise da influência de Humboldt entre os intelectuais brasileiros pode ser encontrada em: ANDRÄ, Helmut. Alexander von Humboldt e as suas relações com o Brasil. *Revista de História*, v. 25, n. 52, 1962, p. 387-403). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121720/118612>.

⁵¹⁹ Interessante é a impressão deixada pela obra “Kosmos” em gerações de admiradores daquele que também ficou conhecido como o “Colombo da ciência”: “(...) associaram-se em Humboldt o sábio e o artista. Suas descrições da natureza pertencem às mais belas páginas da prosa alemã. E muitas passagens do Kosmos continuarão a valer como ótima literatura, mesmo quando este, como escrito erudito, tiver significação apenas ainda para a história das ciências.” (Cf. ANDRÄ, 1962, p. 388). Não é somente a literatura que transparece na obra. Andrä (Op. Cit.) revela que “No segundo tomo de ‘Kosmos’ mostra que a pintura de paisagens do trópico, não como produto da fantasia dos artistas, mas estudada em seu ambiente natural, nasceu no Brasil.” (p. 400).

⁵²⁰ “As suas obras foram certamente conhecidas da juventude que se formava depois da independência, fornecendo sugestões para a exploração literária dos demais locais, que dignificavam por uma espécie de chancela europeia, sempre necessária às nossas iniciativas intelectuais e artísticas. Alguns deles são clássicos retardados; outros, românticos. Todos trazem, porém, as tonalidades renovadoras de Ossian, de Chateaubriand, do exotismo literário, da melancolia, da valorização da América, ‘o novo universo onde começa o gênero humano.’” (CANDIDO, 2000, Pp. 267-266).

⁵²¹ Esse tema perpassara o debate epistemológico dos iluministas de modo geral. Em Kant, o espaço viria enquanto categoria do conhecimento sensível, uma forma pura (isto é, destituída da presença de qualquer dado empírico) da sensibilidade, e o seu desenvolvimento conceitual aparece na primeira parte – Estética transcendental – da obra *Crítica da razão pura*. (Cf. MOREIRA, Op. Cit.).

distinto do “mundo metafísico”, que seria inalcançável pela ciência convencional; seria este último somente percebido através de um “esforço metafísico”...). Certamente é por isso que Kant, mantendo a tradição proveniente de Estrabão, Varenius e outros, considera a geografia um saber descritivo, um saber corográfico, uma vez que se centraria na sensibilidade, e não no entendimento. A geografia empírica e corográfica de Kant equivaleria ao *Systema Naturae* de Lineus e Buffon, deixando aos geógrafos posteriores a tarefa da sistematização teórico-metodológica mais acabada.

Essa tarefa da sistematização caberia a Karl Ritter (1779-1859) e Alexander Von Humboldt (1769-1859), lembrados como reais precursores da Geografia Moderna, iniciadores do chamado período clássico do pensamento geográfico científico. Ambos partiriam do mesmo legado de Kant e Forster (este último, no plano teórico-metodológico)⁵²², estabelecendo a superfície terrestre como objeto da geografia a partir das individualidades regionais.

É na obra *Kosmos* que o paradigma holístico de Humboldt aparece, embora parta de dois tipos distintos de holismo: de Kant e do Iluminismo vem a noção de natureza como essência comum das coisas (nessa concepção, homens e rochas são levados em conta enquanto coisas naturais)); do Romantismo de Schelling vem a noção do significado distinto da natureza nas coisas. E como afirma Moreira (idem), “O fundo holista comum, que Ritter e Humboldt captam do pensamento iluminista, é a ideia da natureza como uma essência interior de todas as coisas.”⁵²³ Enquanto as coisas em si aparecem como formas concretas dessa natureza.

Esclarecidas em poucas linhas essas “vias” de contato dos elementos literários e/ou filosóficos do Romantismo (ou “Pré-Romantismo) com os intelectuais brasileiros ou alemães e o seu rebatimento na conformação de um pensamento geográfico (científico/moderno, no caso alemão, e – supostamente – escolar, no caso brasileiro ou no caso de Justiniano), convém

⁵²² “É Forster, geógrafo de formação, o estuário em que deságua a geografia dos antecedentes. Da Antiguidade clássica chega-lhe o discurso da geografia como o estudo das relações sistemáticas que descrevem a paisagem, e que, orientadas por esta, se localizam e se sintetizam para formar o fenômeno regional, de Estrabão (63 a.C. – 63 d. C.). E o discurso de um todo planetário que se expressa como uma construção matemática e pronta para versar-se em linguagem cartográfica, de Ptolomeu. Já do Renascimento vem a atualização da geografia estraboniana para o novo tempo e o ambiente que então se abre, adquirindo a duplicidade do método que distingue a geografia sistemática e a geografia regional, chamada especial, transfigurada no olhar da teoria unitária que explica o mundo como um jogo de escala, de Varenius. Chega-lhe ainda a retomada de Ptolomeu para a contemporaneidade da teoria heliocêntrica de Copérnico – o modelo matemático ganhando aqui a precisão da cosmografia copernicana –, de Cluverius. Forster vai abraçar o sentido sistemático-regional dessa geografia do passado, atualizando para os parâmetros científicos e filosóficos do século XVIII, pelo lado da face prático-empírica.” (Cf. MOREIRA, *Op. Cit.*, p. 12).

⁵²³ MOREIRA (2014, p. 22).

dizer que o envolvimento de Rocha com a produção literária e dramática rendeu frutos ao longo de toda a sua vida. Para além dos dois artigos da Revista da Sociedade Filomática, ele traduziu ao todo seis obras ficcionais da literatura mundial e uma peça teatral, sendo que para a frente das artes cênicas sempre lhe foi comum em seus periódicos a cobertura da programação cultural da cidade e das estreias de peças, além dos registros de suas críticas relativas a textos, produção e atuações dos atores.⁵²⁴ Entre as obras traduzidas destaca-se o primeiro folhetim publicado inauguralmente no Brasil, “O Conde de Monte Cristo”, de Alexandre Dumas⁵²⁵. Além desta, destaca-se uma lista significativa e extensa de bons préstimos à cultura literária, conforme deixa claro Cardim:

Foi introdutor, na nossa imprensa, do romance em folhetins, tendo traduzido para o *Jornal do Commercio*, os *Miseráveis* de Victor Hugo (...), *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue, e *Piquillo Alliaga, ou Os Mouros no reinado de Felipe III*, de Eugène Scribe [traduzido em 1847]. Traduziu também para a Marmota a novela da escritora alemã Fanny Lewald, *A sorte grande*. Traduziu [em 1858] Alexandre Dumas Filho a peça teatral *A Questão do dinheiro*, representada num dos teatros do Rio de Janeiro e depois editada em volume.

Escreveu a novela histórica *Os assassinos misteriosos*, ou *A Paixão dos diamantes*, cujo enredo se passa em Paris. Traduziu [em 1839] a novela de Alexandre de Lavergne *As armas e as Letras*, e *A Rosa Amarela* e a *Pele do Leão*, de Charles Bernard [em 1842].⁵²⁶

A Sociedade Filomática foi a primeira oficina de Justiniano para a arte da escrita, enquanto a Faculdade de Direito foi o âmbito no qual, por gosto momentâneo ou não, seria obrigado a entrar em contato com o que Caldeira (2016) chamou de “antessala da carreira política”⁵²⁷, uma vez que os contatos mais significativos deste universo ali se deu. Foi na Faculdade de Direito que se estabeleceu o seu primeiro contato e posterior amizade com o futuro Visconde do Uruguai, Paulino. Foi também na Faculdade que Justiniano, mesmo inicialmente avesso à seara política, entrara em contato com o mundo maçônico e com a Sociedade da Liberdade e da Independência Nacional.

⁵²⁴ Justiniano era contemporâneo do famoso ator e produtor (empresário...) teatral João Caetano. Em diversas oportunidades teceu em seus periódicos os melhores elogios às atuações do ator: “Fui quarta feira ao teatro constitucional ver representar o famoso drama de Alexandre Dumas, - *Catharina Howard*, - e não desgostei. Há agora tantos críticos por esta cidade que temo dizer que os atores apresentaram bem. O sr. João Caetano representou como artista a parte de Etelworth: (...) o sr. João Caetano foi sublime.” Diria Justiniano em *O Cronista*, nº 91, 26/8/1837, p. 4.

⁵²⁵ Esta obra ficcional foi traduzida por Justiniano em 1845. Cf. CARDIM (1964); Cf. CANDIDO (2000).

⁵²⁶ CARDIM, *Op. Cit.*, Pp. 59-60.

⁵²⁷ O ambiente acadêmico da Faculdade de Direito, que ocupava posição central na dinâmica social da pacata São Paulo, extrapolava as previstas atividades curriculares inerentes ao curso, abrangia igualmente “(...) o clima de intenso debate político que animava o país desde a luta pela independência (...), mantendo-se ainda mais ativo após a crise desencadeada pela abdicação de Dom Pedro I, em 1831.” (CALDEIRA, 2016, p. 40).

2.4.2 Maçonaria e Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional⁵²⁸

Se na vida de Justiniano a Sociedade Filomática serviu de porta de entrada para desenvolver a sua veia literária e talento para a escrita, os âmbitos da maçonaria e da Sociedade da Liberdade e da Independência Nacional representaram degraus importantes de acesso aos principais debates políticos e às principais redes de relações interpessoais antes mesmo da própria imprensa.

Caldeira (2016) chegara a dizer que a Faculdade de Direito e Ciências Sociais fora a “antessala” da política para alguns estudantes como Paulino José Soares de Souza, que possuía importante rede de relações capaz de proporcionar o ingresso na carreira política ou na da magistratura. Mas disso dependia cada qual de contatos estratégicos com políticos experientes que, no caso de Justiniano, somente na maçonaria e na Sociedade Defensora teria ele oportunidade de encontrar, até porque este interesse em ingressar nos debates políticos só viria em oportunidade posterior, e não enquanto era um filomático.

Tanto maçonaria quanto Sociedade da Liberdade e da Defesa Nacional são âmbitos sociais que se desenvolveram no Brasil a partir da década de 1820. A referida Sociedade surgiu originalmente em São Paulo e depois se disseminou em várias outras províncias e na Corte a partir do ano que marca a abdicação de Dom Pedro I (1831), incentivando o debate político na imprensa, na qual se destacaram periódicos de tendências liberais radicais, como “A Nova Luz Brasileira”, ou moderadas, como o “Aurora Fluminense” de Evaristo da Veiga ou “O Sete d’Abril” de Bernardo Pereira de Vasconcellos; este último em clara alusão à data que marca o importante evento da abdicação e seu efeito sobre a completa emancipação política do Brasil em relação a Portugal.

Com base em Marcello Basile⁵²⁹, Caldeira assevera que do ponto de vista doutrinário, os moderados recebiam influência de pensadores como Guizot, Locke, Benjamim Constant, enquanto o grupo dos liberais radicais buscavam suas bases em Rosseau, Paine e Montesquieu, lutando por mudanças significativas no quadro das representações políticas e na ampliação da democracia. Todavia, no que tange a capacidade organizativa, os moderados

⁵²⁸ Subitem composto substancialmente a partir de CALDEIRA (2016), principal pesquisadora da participação de Justiniano nos principais âmbitos sociais/institucionais do Império, exceto em relação ao IHGB e ao CPII, que são contemplados nesta tese.

⁵²⁹ BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Império em construção: Projetos de ação política na corte regencial*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: IFCH-UFRJ, 2004, p. 12-55 *apud* CALDEIRA (*Op. Cit.*, p. 55)

eram melhor articulados e por isso exerceram influência maior na organização política que de lá em diante se pronunciava.

Justiniano associara-se à Sociedade da Liberdade e da Independência Nacional na Corte. Quanto à Maçonaria, Cardim (1964) indica que seu ingresso se deu a convite de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que na mesma oportunidade convidara também os igualmente jovens bacharéis Paulino José Soares de Souza e Alves Branco. Segundo Caldeira, dada a imprecisão da informação, é provável que todos os citados tenham sido iniciados na então mística e enigmática Maçonaria por intermédio da loja maçônica Amizade, localizada na capital paulista, sede da Faculdade de Direito.

O peso da Maçonaria na dinâmica política daqueles tempos é amplamente reconhecido enquanto âmbito importante ou mesmo crucial para os debates e as disputas políticas em boa medida veladas, uma vez que as regras de convívio recomendavam a polidez e a manutenção da mística do segredo entre associados. Sua origem remontaria a Londres do século XVIII, guiando-se pelos princípios de valorização da ilustração e do liberalismo e no combate ao absolutismo. Ao ser disseminada para as Américas, assumiu um caráter anticolonialista e ajudou a promover a independência em vários países⁵³⁰, entre os quais o Brasil.

Justiniano não seria o único a participar dos quadros maçônicos, alguns de seus familiares também fizeram parte desta sociedade, como esclarece Caldeira:

Na década de 1820, seria formado o Grande Oriente do Brasil, a partir dos quadros da Loja Comércio e Arte. Esta Loja, que atuava sob a liderança de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, em razão de seu grande número de associados, seria desmembrada em três Lojas: Comércio e Arte, Beneficência e Esperança de Niterói. A distribuição de seus integrantes foi efetuada por meio de sorteio. Sobre sua composição (...) a predominância de políticos, seguidos por funcionários públicos.

O médico Hércules Otaviano Muzzi foi um dos sorteados para a recém-criada Loja Esperança de Niterói. Nesta mesma loja o tesoureiro Caetano José Rocha foi admitido em seus quadros, provavelmente indicado por Hércules, após ter sido submetido com sucesso a sindicância, constando em seus dados já possuir alguma experiência na Maçonaria.

A admissão nos quadros da Maçonaria desde então se dava através de convite e de diligente investigação da vida pública e privada do convidado para saber se seus padrões morais e se sua capacidade financeira eram compatíveis com a “secreta sociedade” e com os “laços de solidariedade entre seus participantes”. Completa Caldeira a análise:

Cabe aqui a questão do que levaria Justiniano José da Rocha e seus familiares a buscarem a filiação à Maçonaria. Inicialmente se pode pensar no

⁵³⁰ “(...) entre os que aderiram à Maçonaria no continente encontram-se importantes personalidades ligadas à emancipação das colônias americanas como Simon Bolívar, San Martín, Benjamin Franklin, Jefferson e O’Higgins, entre outros.” Idem, p. 57.

espírito patriótico, dada a sua atuação no processo de independência. Contudo não se pode desconsiderar (...) que desde a sua formação a filiação a ordem foram motivada por razões de parentesco, pela busca por influência política e promoção social, entre outras⁵³¹.

A Maçonaria era uma ordem hierárquica, inobstante apregoar a igualdade entre seus membros. Identificados com “graus” diferentes, ascender na hierarquia maçônica significava evidentemente um fator de prestígio para seus membros, que não deixavam de disputar postos de projeção entre si – fazendo com que princípios como o da “solidariedade” não passassem, em certa medida, de “letra morta”.

A estrutura organizativa era igualmente hierarquizada. O Grande Oriente do Brasil seria o primeiro quadro a ser formado na década de 1820 a partir da Loja Comércio e Arte. Outros núcleos surgiram e começaram a questionar o papel central exercido pelo Grande Oriente do Brasil, conforme foi o caso do Grande Oriente Brasileiro ou mesmo do Supremo Conselho, espelhando a própria cisão política entre diferentes facções. Até os ritos se diferenciavam, esviscerando os dissensos existentes entre diferentes lojas⁵³².

Diante do quadro, importa dizer que pouco há de registros sobre Justiniano e sua família em termos de participação direta na maçonaria, a não ser o fato de as lojas maçônicas de São Paulo obedecerem inicialmente os ritos do Grande Oriente Brasileiro e depois passarem a adotar o Rito Escocês. Diz Caldeira que entre os três delegados designados por Andrada,

(...) apenas Rocha não galgaria os postos mais altos da Maçonaria. Alves Branco e Paulino Soares de Souza chegariam a ser Grão-mestres da ordem. Este último foi responsável pela unificação da maçonaria sob a orientação do Grande Oriente do Brasil na década de 1860⁵³³.

Se na Maçonaria a importância de Justiniano era opaca, o mesmo não se poderia dizer em relação à sua participação na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência,

⁵³¹ Idem, p. 58.

⁵³² “As disputas políticas também contribuíram para que a Maçonaria permanecesse fragmentada em diferentes Grandes Orientes. Durante o período regencial, observa Morel, a atuação de cinco Grandes Orientes, ou seja, centros diretores, que se diferenciavam não só nos ritos, mas também em sua identificação com as facções em disputa pelo poder.

Assim, a Grande Loja Brasileira, por exemplo, mantinha vínculos com a Sociedade Federal ligada à facção exaltada. (...) Moderados e Caramurus se agrupavam sob a liderança do Grande Oriente do Brasil, formado na Corte pelas lojas Comércio e Arte, União e Tranquilidade, Esperança de Niterói, Amor e Ordem, Imparcialidade, Caridade e Beneficência. Nas fileiras dessas facções estavam respectivamente os maçons José Bonifácio e Evaristo da Veiga; este último teria feito parte da Loja Esperança de Niterói, a mesma Loja frequentada por parentes de Rocha.” Cf. MOREL, 2008 *apud* CALDEIRA, 2016, p. 61.

⁵³³ Idem, p. 60.

fundada na Corte em 1831 por maçons e políticos de distintas tendências, agrupados e guiados pela motivação patriótica, superando diferenças políticas perante o principal propósito⁵³⁴. Compunham o primeiro quadro de diretores os seguintes nomes de destaque: Nicolau de Campos Vergueiro, Joaquim Rodrigues Torres, José Joaquim de Lima e Silva, Antônio Pedro da Costa Ferreira e Epifânio José Pedroso,

(...) todos nomeados para formar o Conselho que elegeria também José Bonifácio de Andrada e Silva, Evaristo da Veiga, além de outros maçons que faziam parte dos liberais exaltados, como o médico Joaquim Candido Soares de Meirelles⁵³⁵.

Sua fundação foi inspirada na Sociedade homônima criada em São Paulo como resposta à *Noite das Garrafadas*, episódio em que brasileiros e portugueses se enfrentaram nas ruas da Corte; e para além de priorizar o patriotismo como elemento consensual, objetivava deixar claro o seu caráter público, distante de qualquer segredo e destituído de qualquer mística misteriosa à semelhança do que ocorria com a Maçonaria. O primeiro estatuto da Sociedade formada na Corte era uma cópia adaptada da congênere paulista.

O documento previa a troca de correspondências (e de informações...) com membros de associações congêneres em diferentes províncias do país. Inicialmente previa também a possibilidade ampla de ingresso de novos membros sem grandes restrições, a não ser a exigência do pagamento de uma anuidade e outras contribuições, bem como a prestação de juramento de defesa dos princípios da Sociedade nitidamente expressos em seu nome (a defesa da liberdade e da Independência Nacional). A partir de 1832, porém, o ingresso em seus quadros passou a exigir, além dos quesitos iniciais, outros quesitos mais criteriosos de admissão, pois requeria procedimentos similares à Maçonaria, como a indicação de um candidato à Sociedade por um membro do Conselho. Queimada a primeira etapa, seguia-se um parecer feito pela comissão de exame para referendar a candidatura e submetê-la à votação; caso a mesma recebesse dois terços dos votos, a candidatura estaria aceita.

Quanto ao desligamento de um membro dos quadros da Sociedade, este poderia se dar por ato voluntário a qualquer tempo ou mediante expulsão diante da constatação de ato de perturbação da ordem pública pelo sócio.

Objetivamente a Sociedade que se pretendia “não política”, apesar de ter um número expressivo de políticos em seus quadros, acabava por exercer um importante papel junto ao Estado na medida em que recorria constantemente a petições direcionadas ao governo,

⁵³⁴ GUIMARÃES, 1990 apud CALDEIRA, 2016, p. 61.

⁵³⁵ CALDEIRA, Idem, p. 62.

fazendo aprovar suas propostas dada a influência que exercia junto aos órgãos competentes da gestão pública.

O nome de Justiniano nos quadros da Sociedade aparece citado no periódico *Aurora Fluminense*, no ano de 1834, como suplente do Conselho. Essa informação constava em famoso periódico porque o seu redator e dono, Evaristo da Veiga, era um dos principais e e mais prestigiados nomes da Sociedade. Constava nas páginas do jornal de 1835 que Justiniano fora eleito Conselheiro com 190 votos, oito a menos que o próprio Evaristo, “(...) o único a fazer parte de todos os Conselhos estabelecidos na Sociedade Defensora (...)”⁵³⁶.

Antes de Justiniano, fariam parte da primeira lista de sócios formada no ano da fundação da Sociedade, em 1831, o seu próprio pai, José Caetano Rocha, o seu tio Hércules Otaviano Muzzi e os seus primos Júlio Cesar e Manuel Hércules. A explicação para essa ampla participação familiar encontra-se no fato de boa parte dos maçons da Loja Comércio e Arte também fazerem parte da Sociedade. Caldeira salienta que até o conhecido cônego Januário da Cunha Barbosa, maçom da referida Loja, também era outro famoso membro da Sociedade.

Para concluir este item, é válido fazer constar o que diz Caldeira acerca da situação de Justiniano da Rocha na Sociedade o papel desta na dinâmica política e na própria imprensa que então se movimentava em torno das facções:

A passagem de Justiniano José da Rocha talvez não tenha lhe rendido o esperado, pois (...) nas críticas feitas aos moderados nas páginas d’*O Atlante*, Rocha parece não ter gozado da mesma sorte do jovem médico Francisco Salles de Torres Homem, que se tornaria pupilo de Evaristo da Veiga. A participação de Torres Homem nos quadros da associação foi sem dúvida mais longa que a de Rocha, pois antes mesmo de seu ingresso na Sociedade Defensora já militava na imprensa ligada à facção, ao lado de Rodrigues Torres na redação do jornal o *Independente*. (...)

Interessa ressaltar que, além de Torres Homem, outros três médicos também exerceriam esta função, o que pode ser tomado como indicativo do prestígio que este segmento desfrutava na associação. (...)

Em análise efetuada por Basile do quadro sociopolítico da elite moderada, observa-se que a maioria teria feito parte da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*. Desta feita, além de atuarem na imprensa, onde divulgavam uma cultura política ancorada em valores como a ordem e a moderação, e o justo meio, valiam-se desta associação para articularem intervenções políticas.

É no sentido de compreender contatos importantes estabelecidos por Justiniano da Rocha que se pode fazer um breve balanço de suas relações estabelecidas nos âmbitos da Faculdade de Direito de São Paulo, na loja maçônica na mesma cidade e, por fim, na Sociedade da Liberdade e Independência Nacional. E é importante enfatizar também que ele

⁵³⁶ CALDEIRA, Idem, p. 65.

não esteve só: seus familiares comungavam dos mesmos interesses de projeção social (quiza política).

Foi em São Paulo, por exemplo, que Justiniano tomou os primeiros contatos com um dos mais proeminentes nomes da trindade saquarema, Paulino José Soares de Souza, o futuro Visconde do Uruguai, tornando-se amigos íntimos a ponto de suas correspondências serem objeto de estudo e de divulgação feitos pelo próprio neto de Paulino⁵³⁷. A relação desses e de Justiniano com outros saquaremas (com destaque para Euzébio de Queiróz) criou vínculos duradouros que marcaram um *tempo* e que também incentivaram o talento para a escrita de Justiniano, chegando o grupo a financiá-lo em um de seus projetos voltados para a imprensa.

⁵³⁷ “Acrescendo para melhor compreensão da correspondência, que as relações de Justiniano com Paulino foram de amigos íntimos. E a amizade, que os uniu, datava de São Paulo, onde pertenceram à mesma loja maçônica.” Cf. SOUZA (1953. p. 339).

2.4.3 Jornalismo

As experiências de Justiniano no jornalismo são as mais marcantes na sua trajetória. Foram ao todo onze periódicos para os quais Justiniano emprestaria a sua pena. São eles, sucessivamente: *O Atlante*⁵³⁸ (1836); *O Chronista* (1836-1837); *Correio Oficial* (1837-1838); *Jornal do Commercio*⁵³⁹ (1839-1840); *O Brasil* (1840 a 1850)⁵⁴⁰; *Correio do Brasil* (1852-1853)⁵⁴¹; *O Velho Brasil* (1853-1854)⁵⁴²; *A Constituição* (1855-1857); *Três de Maio* (1857-1859); *O Constitucional* (1859-1860); *O Regenerador* (1860-1861).

⁵³⁸ Atua neste periódico a partir de sua fundação na condição de convidado. Depois o larga.

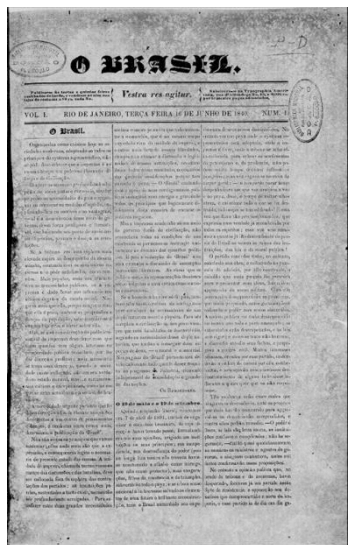
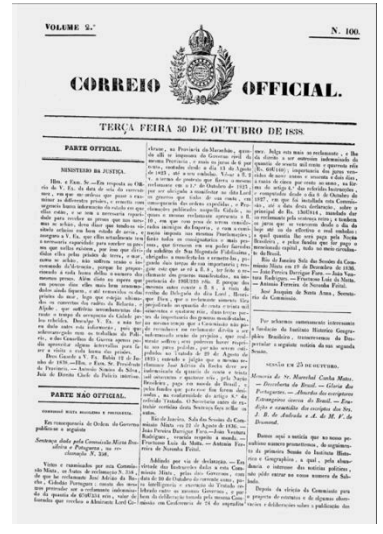
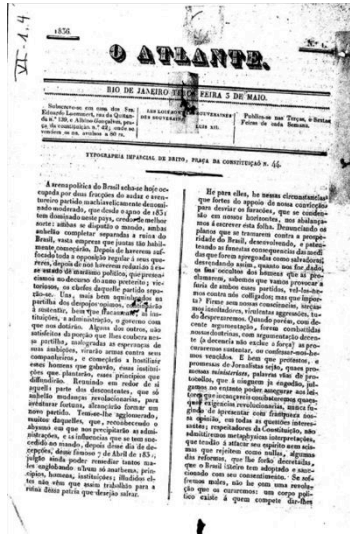
⁵³⁹ Atua no período salientado como redator; depois, de 1840 até o ano de sua morte (1862), atua como colaborador.

⁵⁴⁰ Esse periódico nasceu por iniciativa de Justiniano com o apoio de dois correligionários saquaremas, Paulino José Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai) e Eusébio de Queiroz. Seria o periódico de mais longo curso na carreira jornalística de Justiniano, porta-voz destacado do *Partido da Ordem*. Somente dez anos após a sua fundação em 16 de junho de 1840, “(...) Justiniano suspendera a publicação d’*O Brasil*, anunciando a sua decisão em nota de 7 de dezembro de 1850 e alegando ser a isso levado por circunstâncias imprevistas. Na mesma folha anuncia a venda da tipografia do jornal, que foi comprada por Luiz Antônio Navarro de Andrade, antigo diretor da *Sentinela do Povo* e de outros periódicos. (...) *O Brasil* voltou a circular sob a responsabilidade de novo diretor (...). Em 2 de junho de 1852 desapareceria de vez de circulação.” Cf. CARDIM, 1964, p. 23.

⁵⁴¹ “Mas a Justiniano não era fácil viver fora do jornal, sem a tribuna em que se sentia à vontade e com estímulo para sua ação na vida pública, pois a do parlamento pouco o atraía. Por isso, em 14 de julho de 1852, surpreendia ele os seus antigos leitores com o aparecimento do *Correio do Brasil*, em formato grande, saindo da tipografia Americana, na rua da Assembleia, 27. Era um jornal inteiramente diferente d’*O Brasil*, com minuciosa parte de atos oficiais, noticioso, apresentando abundante publicidade paga. (...) Mas o *Correio do Brasil*, sem maior repercussão na vida pública, mesmo com prestígio da pena de Justiniano, teve vida efêmera.” Idem, p. 24.

⁵⁴² “Em 2 de julho de 1853, surgia de novo o denodado jornalista nas hostes da imprensa, com *O Velho Brasil*, que se editava em oficina própria, na rua da Alfândega, 210. Para estabelecer uma continuidade com o antigo jornal, a nova folha, com o mesmo formato d’*O Brasil* segue a numeração deste, como se não tivesse havido nela interrupção. Nesta folha, reascende-se a chama combativa do grande jornalista, para tomar parte nos acontecimentos políticos do momento e sobretudo para continuar a sua velha polêmica com Sales Torres Homem e outros jornalistas prestigiosos do Partido Liberal. (...) Não duraria muito *O Velho Brasil*, pois em novembro de 1854 desapareceria, com um artigo de Justiniano, despedindo-se dos leitores (...)” Idem, p. 24.

Figura 10 – Exemplos das capas de alguns periódicos nos quais Justiniano José de Rocha exerceu a carreira jornalística



Fonte: Hemoteca Digital, FBN. Último acesso em: março de 2022.

A carreira jornalística iniciou-se, conforme se salientou no item 2.2, enquanto oportunidade oriunda do sucesso conseguido com a crítica da obra *Considerações sobre a Administração da Justiça Criminal no Brasil e especialmente o júri*. O convite partira de grupo político pernambucano, particularmente em nome de Sebastião do Rêgo Barros, para fundar um jornal de combate à Regência e ao Ministério de Diogo Feijó⁵⁴³. *O Atlante* não foi o periódico no qual Justiniano teria manifestado qualquer filiação partidária. Até aquele momento, o jovem advogado e escritor de sucesso era apenas mais um simpatizante das fileiras do liberalismo moderado. Sua inaugural participação durou pouco, pois discordara dos deputados pernambucanos em questão do tratado português⁵⁴⁴.

Com o tempo, já passando à experiência em fundar seu próprio periódico, a exemplo de *O Cronista*, suas críticas ao Gabinete de Diogo Feijó tomaram corpo, e sua pena passou a trabalhar cada vez mais a serviço da agenda regressista. Com ele, a seu próprio convite, um amigo de toda uma vida viria se juntar para compor a redação do periódico e dividir a autoria das matérias: Firmino Rodrigues Silva. Tratava-se de alguém muito próximo com quem Justiniano trocava correspondências com muita frequência. Firmino teria sua vida brevemente traçada por Elmano Cardim, a fim de ressaltar sua importância não só na vida de Justiniano, mas sobretudo na política nacional:

[Destacou-se] na vida pública, não só como magistrado e parlamentar, dos mais ilustres Senadores do Império, mas, também, como jornalista, dos maiores que houve no país.

Além de trabalharem juntos em “O Cronista”, também foram colegas de redação em “O Brasil”. Ambos, invariavelmente mantiveram e esposaram (...) os mesmos pontos de vista na ação e na compreensão da vida pública nacional.⁵⁴⁵

Além de Firmino, Justiniano chamara para a redação de *O Chronista* Josino do Nascimento da Silva, personagem que se tornaria, segundo Cardim (1964), “(...) figura ilustre da vida pública do Segundo Reinado e jornalista de mérito”⁵⁴⁶.

Passadas as experiências iniciais, Justiniano deixara com Firmino e Josino a direção de *O Chronista* para acumular os cargos de Diretor do *Correio Oficial* (conforme anteriormente assinalado) e de Professor de Geografia e História do Colégio Pedro II e a partir de 1840 seria convidado a comandar um novo periódico – *O Brasil* – a serviço da causa conservadora, dessa vez patrocinado por Paulino José Soares de Souza e Euzébio de Queiroz.

⁵⁴³ Idem, p. 15.

⁵⁴⁴ Ibidem.

⁵⁴⁵ CARDIM, Idem, p. 37.

⁵⁴⁶ CARDIM, *Op. Cit.*, p. 16.

As correspondências entre Paulino e Justiniano⁵⁴⁷ revelam os pormenores dessa relação e as queixas que Justiniano faz de um suposto abandono dos homens do “Gabinete das Capacidades” na tarefa de apoiar financeiramente *O Chronista* em vistas de sua campanha em prol do projeto regressista.

Evidente que as mencionadas correspondências não se circunscreviam a um momento específico; em linhas gerais elas...

(...) mostram um Justiniano (...) cheio de dívidas e de dificuldades, mas que lutou desesperadamente para vencer. [Em uma das cartas], mal refeito de uma crise, tentava nova empresa e afirmava, sempre enfeitiçado pelo jornalismo: **“Eu não escrevo mais periodiquinhos de polêmica estéril, quero, ainda sacrificando-me, tentar alguma coisa de grande e estável”**.⁵⁴⁸

Foi com essa vocação que Rocha manteve-se ligado ao jornalismo mesmo tendo anunciado precipitadamente (como desabafo em dada circunstância durante famoso discurso na Câmara) que se desligaria da função⁵⁴⁹. Isso nunca de fato aconteceu: escreveu até o último suspiro de vida.

2.4.4 Sobre a carreira política

Foram três legislaturas ao longo de sua vida, sendo elas correspondentes à 5ª (entre 1842-1843/44), à 8ª (1849/50-1852) e à 9ª legislaturas (1853-1856). As duas primeiras coincidem à ação do Poder Moderador na dissolução de uma Câmara de maioria liberal em duas oportunidades: 1842⁵⁵⁰ e 1848, quando então Dom Pedro II nomeia o gabinete oposto,

⁵⁴⁷ São correspondências publicadas na revista do IHGB pelo neto do famoso Visconde do Uruguai. Segundo Souza, essas cartas espelham as relações de um chefe de partido político no Império, quer no governo (cartas de 1840 e 1852), quer na oposição (cartas de 1844 e 1857), “(...) com o principal jornalista do partido.” Cf. SOUZA, *Op. Cit.*, p. 339.

⁵⁴⁸ Idem. Grifos nossos.

⁵⁴⁹ “O jornalismo dizia-nos outrora um amigo, é a túnica de Nesso que, vestida uma vez, agarra-se ao corpo e o queima, e não pode ser dele arrancada sem levar as carnes a que aderiu. (...) Desde 1836 até 1854, com raras interrupções, fomos jornalistas: a túnica de Nesso teve tempo de sobejo para queimar-nos as carnes; tínhamos resolvido arrancá-la. (...)” Cf. *O Velho Brazil*, n. 1871, 21/11/1854; Cf. também: CARDIM, 1964, Pp. 24-25.

⁵⁵⁰ Devido a pressões dos conservadores, Dom Pedro II dissolve a Câmara de maioria liberal em 1º de maio de 1842, antes mesmo de ser empossada. Em 17 de maio do mesmo ano eclode a “Revolução Liberal” simultaneamente nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, durando três meses, quando então as tropas do governo, comandadas pelo brigadeiro Luís Alves de Lima, então Barão de Caxias, debelam a revolta.

isto é, Conservador. O mesmo ocorrera em 1844⁵⁵¹, só que dessa vez com uma Câmara de maioria conservadora, da qual Justiniano era um dos integrantes.

As medidas de dissolução da Câmara pelo Poder Moderador⁵⁵² geraram conflitos, como as revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, e a Revolução Praieira em Pernambuco, ocorrida entre 1848 e 1850. A dissolução de 1844 não gerou qualquer ato rebelde da parte dos conservadores, certamente porque os gabinetes liberais desse interstício não modificaram uma letra sequer das medidas regressistas implementadas pelos saquaremas.

O sistema político era controverso a ponto de ter sido reformado algumas vezes ao longo do tempo, sendo a Lei dos Círculos (1855) a mais devastadora para o esquema eleitoral que vinha possibilitando manobras partidárias na composição de chapas, inclusive atingindo em cheio os interesses dos conservadores e de Justiniano em particular. Quanto a isso, é preciso comentar como era o sistema político.

Desde a instrução de 26 de março de 1824, um dia após a promulgação da Constituição, a escolha de deputados gerais de cada província partia da composição inicial de listas partidárias formando uma chapa com o nome de candidatos correspondentes ao número de vagas na Câmara. Dessa forma, os eleitores (2o grau) escolhiam os nomes de preferência condizentes ao número de vagas, e assim os mais votados em cômputo geral eram eleitos. Só poderia ser eleito deputado o cidadão que exercesse o direito de ser eleitor (de 2o grau), tivesse renda líquida anual de quatrocentos mil reis "por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego", não fosse estrangeiro naturalizado e proferisse a religião do Estado (católica)⁵⁵³.

As eleições eram indiretas e aconteciam em "dois graus" dentro da igreja-matriz de uma paróquia, a unidade territorial mais elementar da Igreja Católica e do Estado, conjugados

⁵⁵¹ A dissolução de 1844 do gabinete conservador ocorreu devido a um desentendimento entre o chefe do gabinete e ministro da justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, e Dom Pedro II. Este último recusou-se a demitir, a pedido de Honório, um inspetor da alfandega da Corte. Melindrado, Honório demitiu-se e foi substituído por outro ministério de bandeira liberal em 2 de fevereiro de 1844, iniciando o chamado "quinquênio liberal" (1844-1848). A Câmara necessariamente tornava-se reflexo da composição do partido, ou seja, de maioria liberal.

⁵⁵² A Câmara foi dissolvida 11 vezes durante o 2º Império por Dom Pedro II, exercendo o seu Poder Moderador. O procedimento consistia em dissolver a Câmara/legislatura para logo em seguida convocar novas eleições que comporia a nova Assembleia Geral Legislativa. A partir do Decreto N. 523 de 20 de julho de 1847, que instituiria o cargo de presidente do Conselho de Ministros, o papel do Poder Moderador seria a partir de então menos exigido porque, em tese, quem escolheria os ministros não seria mais o próprio Imperador (que também era o chefe do Executivo), mas o Presidente do Conselho. E quem escolhia este último seria o monarca, que procurava alternar o poder entre os dois principais partidos, caracterizando aquilo que ficou conhecido como carrossel formado por Dom Pedro II.

⁵⁵³ Cf. FERREIRA, Manoel Rodrigues. A evolução do sistema eleitoral brasileiro. 2. ed. Brasília: TSE/SDI, 2005.

pelo princípio do regime de padroado⁵⁵⁴. Em eleições primárias, os cidadãos ativos (chamados eleitores de 1o grau) escolheriam os eleitores de província (de 2o grau). Nessa etapa, eram considerados cidadãos ativos os que gozavam de seus direitos políticos calcados em pré-requisitos como renda líquida anual de cem mil reis, entre outras exigências. Os estrangeiros naturalizados entravam nesse conjunto.

Os eleitores (de 2o grau) podiam votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de províncias; eram todos os que podiam votar na assembleia paroquial.

Em suma, votar era um privilégio de poucos. Ser candidato, mais ainda. Ser deputado dependia de manobras e coalizões partidárias, ser senador, dependia, além de todos os quesitos anteriores, ser escolhido em lista tríplice pelo Imperador, ter no mínimo quarenta anos, entre outros quesitos ainda mais restritivos.

A Lei Eleitoral de 26 de março de 1824 apresentava falhas na organização das mesas eleitorais, havendo episódios de fraudes que exigiam mudanças. Essas só viriam anos mais tarde através do Decreto n. 157, de 4 de maio de 1842, quando foram instituídas listas de eleitores, que antes não haviam, uma para os cidadãos ativos que poderiam votar nas eleições primárias e aqueles que poderiam ser eleitores da paróquia. Para organizar essas duas listas, os párocos, juízes de paz, inspetores de quarteirão, coletores ou administradores de rendas, delegados, subdelegados e quaisquer outros empregados públicos deveriam ministrar à junta todos os esclarecimentos que lhes fossem pedidos, procedendo, para os satisfazerem, até a diligências especiais, se assim fosse necessário. Como assevera Manoel Ferreira (2005),

Esta Lei de 4 de maio de 1842 teve o grande mérito de procurar moralizar as eleições, mas somente no que se referia ao primeiro grau. Instituiu o alistamento prévio, *ex officio*, determinou medidas para a eleição das mesas e proibiu o voto por procuração. Aos poucos [acreditava Ferreira] o sistema eleitoral ia sendo aperfeiçoado. (FERREIRA, 2005, p. 135)

Outros poucos decretos e leis foram apresentados com o tempo, sobretudo após a morte de Justiniano, e portanto não atingiram diretamente seus interesses políticos. A Lei de 1842 certamente ajudou a organizar os pleitos, e antecederia o primeiro mandato de Justiniano como deputado geral pela Província de Minas Gerais.

⁵⁵⁴ Antes do Projeto Ultramarino lusitano, a Igreja e os Estados ibéricos formalizaram uma relação baseada em um conjunto de privilégios concedidos pelo papado aos reis de Portugal e Espanha, estendendo a concessão, mais tarde, aos imperadores brasileiros. Estabelecida como religião oficial desses Estados, ficavam a encargo dos monarcas a administração e a organização da Igreja em seus domínios territoriais, chegando a ponto de as paróquias serem elas próprias a unidade territorial administrativa não só da Igreja como também do Estado. Os monarcas eram, ao mesmo tempo, a autoridade política e espiritual de seus domínios. A contrapartida da Igreja ficava a encargo da coleta de dízimos e, evidentemente, da garantia da religião católica como a religião oficial. Cf. ABREU (1997, Pp. 197-245).

Pela Constituição de 1824, cada legislatura para deputação deveria durar quatro anos. Isso não ocorreu na primeira legislatura de Justiniano, que ficou menos que quatro anos. Nas demais legislaturas esse tempo foi respeitado.

A última legislatura (1853-1856) aconteceu num contexto de discórdia crescente entre os próprios conservadores desde o fim dos anos 1840 e início dos 1850, quando então aumentavam as pressões externas sobre o tráfico internacional de escravos.

Desde promulgada a Lei de 7 de novembro de 1831, que intencionava a abolição do tráfico de escravos e declarava livre os africanos introduzidos em terra firme, sua efetividade se mostrava nula (daí a designação “lei para inglês ver”...). Apesar disso, com a continuidade do tráfico em termos clandestinos e o aumento das pressões britânicas no plano internacional, a insegurança jurídica de quem possuía africanos tornava-se crescente.

Com o intuito de conservar garantias mínimas de propriedade de escravos frente à proposital frouxidão da fiscalização interna, os chefes do partido conservador procuraram articular com os senhores da bacia expandida do Vale do Paraíba e com os negociantes nacionais e estrangeiros, uma ampla campanha pela revogação da Lei de 1831 ou pela sua inaplicabilidade. Como lembra Parron: “Dividindo tarefas, uns falaram na tribuna, outros representaram projetos de lei, uns enviaram petições, outros publicaram livros, e ao fim todos conseguiram inverter os índices do tráfico negreiro.”⁵⁵⁵

A coisa passa a mudar de figura quando as pressões britânicas enrijecem a partir dos anos 1850.

Entre 1837 e 1850, enquanto o tráfico corria solto nada obstante a Lei que a abolia, Justiniano levou à imprensa as pautas que deputados e senadores defendiam nas Câmaras Municipais, Assembleias Provinciais e no Parlamento, tendo concorrido para isso a publicação de incontáveis artigos publicados em “O Brasil”.

Importante lembrar que esse periódico havia sido fundado por Justiniano com o apoio de dois membros do núcleo saquarema, Paulino José Soares de Sousa e Euzébio de Queiróz. Por conta disso, era comum aparecerem em suas páginas a defesa da Lei de Interpretação do Ato Adicional, a Lei da Reforma do Processo Criminal e os “benefícios” derivados do contrabando negreiro realizado de forma sistêmica no Brasil. *O Brasil* chegou a estampar em suas páginas a crise do Bill Aberdeen (1845), e foi um dos principais guardiões dos interesses

⁵⁵⁵ Continua Parron em detalhes: “Se a entrada de africanos ilegais não ultrapassou o patamar dos 40 mil de 1831 a 1834, nos quinze anos seguintes ela atingiu a casa dos 700 mil.” (PARRON, 2016, p. 23)

escravistas do país, publicando uma série de longos artigos que seriam depois recompilados no livro *Inglaterra e Brasil: Tráfego de Escravos*, de João Manuel Pereira da Silva⁵⁵⁶

O dissenso entre os saquaremas passa a despontar em 1850 quando as pressões britânicas se acirram, e levam o governo a suprimir o tráfico negreiro transatlântico para evitar uma guerra com a potência europeia.

A crise leva Justiniano a deixar de editar em sua tipografia *O Brasil* no último número em 7 de dezembro de 1850, afastando-se do gabinete ministerial e vice-versa. Reproduz Parron o teor de uma carta de Paulino na ocasião:

Senti que ele, que nos ajudara escrevendo contra o tráfico [no início de 1850], mudasse depois, escrevendo contra o que os traficantes chamavam reação, como se fosse possível dar algum passo contra o tráfico sem excitar o clamor de tantos interessados. (apud PARRON, 2016, pp. 24-25).

Mas a cisão no seio do partido ganha mais nítidos contornos quando Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná a partir de 1854), um dos principais saquaremas, assume a presidência do Conselho de Ministros em 1853, buscando promover a conciliação entre os partidos conservador e liberal. Carneiro Leão já havia antes logrado êxito na presidência de Pernambuco, após pacificar a província naquela que seria a última revolta provincial, a Revolução Praieira, em 1848, ocasionada como desdobramento da destituição dos liberais do poder pelo Poder Moderador do Monarca.

O Gabinete da Conciliação exigiu de Carneiro Leão um distanciamento dos principais nomes saquaremas, entre os quais o próprio Justiniano, já que esses não se mostravam dispostos ao novo programa conciliador⁵⁵⁷, ao menos não na mesma dose de suas expectativas.

⁵⁵⁶ A obra recebera o selo da “Tipografia do Brasil, de J. J. da Rocha”, que, na condição de editor do livro, prefacia-o: “Conhecendo-o toda a importância que, na atualidade, têm os artigos publicados no *Brasil*, sob a rubrica - *O bill de lord Aberdeen*, - trabalho patriótico e profundo de um dos nossos jovens deputados mais estudiosos e de mais esperanças, que já vão sendo realidades, vimos que em artigos sucessivos, em um periódico que tem uma existência efêmera, essa história da Inglaterra quanto ao tráfico [tráfico...] de escravos, perdia a máxima parte do seu interesse, e mal podia ser acompanhada pela leitura meditada que merece. Reunimos pois todos esses artigos em um folheto que sirva como de comentário e desenvolvimento ao protesto que o governo imperial acaba de intimar à Inglaterra. *Do Editor*. [Justiniano, no caso...]” In SILVA, João Manuel Pereira da. *Inglaterra e Brasil: Tráfego de Escravos*. Rio de Janeiro: Typografia do Brasil, 1845.

⁵⁵⁷ As motivações do afastamento ultrapassam questões de agenda. Brunos Estefanes, estudando a política de Conciliação e a personalidade de Honório Hermeto Carneiro Leão, expõe elementos mais detalhados desse dissenso. Segundo o historiador, a negociação com o governo imperial para rendição de um dos líderes da Revolta Praieira (Pedro Ivo) teria ocorrido por intermédio do presidente da Bahia, ao invés de Honório, então enviado à presidência da província de Pernambuco para pacificá-la. Isso o teria melindrado e afastado de nomes como Eusébio de Queirós, então ministro da justiça, e de todos os demais correligionários da legenda. Cf. ESTEFANES (2010).

A máxima aqui já lembrada, proferida pelo político pernambucano Holanda Cavalcanti, de que "nada se assemelharia mais a um 'saquarema' do que um 'luzia' no poder" evidentemente não guardaria explicação na distinção da agenda de cada partido. A rigor, havia sim diferenças entre os partidos nos anos entre as décadas de 1830 a 1840, e há inclusive relativa alternância partidária no gabinete ministerial durante os anos que se sucedem, mas como assevera Mattos (2017), a agenda política do país era hegemonicamente determinada pela facção conservadora, e suas pautas de centralização se mantiveram mesmo entre os gabinetes liberais, ainda que entre esses mantivessem a retórica da descentralização. Na prática, rechaçava-se de vez qualquer ameaça fragmentadora do país a partir da última revolta representada pela Revolução Praieira (1848).

O que justificaria a frase de Cavalcanti seria somente a sensação de que prevalecia uma costumeira troca de legenda por parte de alguns políticos (sobretudo nas escalas das províncias...), comumente guiados pela volúpia de participarem das esferas de poder a fim de obterem prestígio e vantagens pessoais e para o seu eleitorado⁵⁵⁸. Mas no caso do núcleo partidário saquarema, essa mudança denotaria profundo esvaziamento de sentido ideológico do projeto de país, não justificando qualquer deserção. Em suma, a frase de Holanda pode ser relativizada porque restringia-se a parcela de políticos que não pertencia aos núcleos duros partidários, sobretudo o conservador, que tinha sua trindade e "estrelas de segunda grandeza"...

A maneira mais contundente de desfazer de vez uma leitura distorcida da realidade é resgatar um contraponto à frase do pernambucano Holanda Cavalcanti:

Dizem que já não há luzias nem saquaremas! Deus não queira que assim seja.... Felizmente estamos convencidos que o não é, e esperamos oportunamente disso convencer os nossos leitores quando porém estejamos enganados, ainda sustentamos que hoje, como sempre, somos e queremos ser saquaremas⁵⁵⁹.

⁵⁵⁸ Reproduzindo carta de pedido de exoneração coletiva do Ministério de 29 de setembro de 1848, assinada por Visconde de Monte Alegre, Eusébio de Queirós, Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa, Manuel Felizardo de Souza e Melo e Manuel Vieira Tosta, em 15 de novembro de 1851, é possível destacar o trecho: "(...) Há em todos os partidos, muitos homens que os seguem, não por convicções e princípios, mas por paixão ou conveniência." Cf. VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968. Pp. 145-153. É bom esclarecer que somente o Imperador demorou meio ano para acatar parte do pedido, trocando apenas três das seis pastas. Demorara porque não quis trocar o gabinete em meio as questões urgentes na região do Prata. (Cf. ESTEFANES, *Op. Cit.*).

⁵⁵⁹ *O Velho Brasil*, Edição 1688, 02/7/1853. p. 1.

A definição de Justiniano vinha logo no primeiro número de seu novo jornal, “O Velho Brasil”, reeditando a linha editorial do antigo “O Brasil”, que deixara de estar sob a sua direção em dezembro de 1850⁵⁶⁰.

Parecidos ou não, a verdade é que o afastamento de Carneiro Leão dos seus correligionários saquaremas, durante o comando do Gabinete da Conciliação, causou certa perplexidade.

Alguns trabalhos historiográficos chegam a apontar como o sistema representativo no início do Segundo Reinado era frágil, facultando frequente rodízio partidário no poder. Como diz Parron:

De 1840 a 1853, foram seis pleitos para o Parlamento, e em nenhum deles a oposição conseguia virar a mesa ou cavar uma minoria expressiva. As trocas de guarda no governo, impossíveis pelo voto, careciam do Poder Moderador, que dissolvia a Câmara (1842, 1844, 1848) e nomeava um gabinete do partido oposto; o gabinete condicionava as eleições; e as eleições davam uma Câmara mais governável⁵⁶¹⁵⁶².

Esse rodízio de gabinete não deu muito certo em 1842 e em 1848. Como anteriormente comentado, em ambos os anos a atitude de dissolução da Câmara pelo Poder Moderador gerou revolta entre os liberais, chegando a levá-los às armas contra o governo. Ambas foram debeladas pelas tropas do governo e seus principais líderes anistiados.

⁵⁶⁰ É importante salientar que Justiniano editou o periódico “O Brasil” até a edição nº 1687, em dezembro de 1850. Depois o periódico foi comprado, mudou de mãos e ganhou outra linha editorial. Em julho de 1853, Justiniano funda o “Velho Brasil”, e retoma a linha editorial implementada em “O Brasil” até 1850. A maneira mais patente de anunciar a continuidade é chamar o novo periódico de “Velho” e, na primeira edição, dar continuidade ao último número de então: ao invés de 1ª edição, edição nº 1688!

⁵⁶¹ PARRON (2016, p. 25).

⁵⁶² Cabe aqui uma nota para se entender claramente o papel de cada poder. Durante os anos 1840, a classe política sob a hegemonia saquarema procurou formalizar as regras do jogo político. O ponto forte da costura parlamentar alçava o reforço da figura do Imperador com a restauração do Poder Moderador e do Conselho de Estado, além de um conjunto de normas explícitas e não explícitas, oferecendo o que denominavam ser o “espírito do regime” (FAUSTO, 2007). A Constituição de 1824 previa um Poder Executivo chefiado pelo monarca e exercido pelos ministros de Estado livremente nomeados por ele, formando o gabinete, geralmente constituído de parlamentares. Mas a partir de 1847 foi instituído, em decreto, o cargo de presidente do Conselho de Ministros, indicado pelo Imperador. Doravante ficava a encargo desse presidente formar o Conselho de Ministros encarregado pelo Poder Executivo. Para manter-se no governo, o gabinete deveria merecer a confiança da Câmara e do Imperador. Mas quando a opinião na Câmara não convergia ou não era conveniente no entender do Imperador, este utilizava de suas prerrogativas de Poder Moderador para dissolver a Câmara e convocar novas eleições parlamentares, após consultar o Conselho de Estado. Em geral, o peso do governo era muito grande nas eleições, e assim o Imperador conseguia eleger uma Câmara que se harmonizava com o gabinete por ele escolhido. Nas palavras de Boris Fausto, “Como resultado desse mecanismo, houve, em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. Aparentemente, havia uma grande instabilidade, mas de fato, não era bem isso o que ocorria. Na verdade, tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim o recurso às armas se tornou desnecessário.” (FAUSTO, 2007, p. 180)

Mas a facção saquarema teve também os seus momentos de descontentamento, particularmente quando se tornaram oposição entre 1844 e 1848 (o chamado quinquênio liberal), acusando os gabinetes liberais de controle eleitoral e de remoção arbitrária de alguns cargos-chave, a exemplo de magistrados.

O mal-estar provocado pelo sistema de rodízio fez Dom Pedro II apelar por uma reforma do sistema desde 1851, ensejando um rearranjo do quadro político vigente. Foi nesse momento que despontou para Dom Pedro a figura de Carneiro Leão, convidando-o para a presidência do Conselho de Ministros.

Honório suavizaria a necessidade de intervenção do Poder Moderador ao compor um ministério partidariamente mesclado, numa postura “neutral”. Desde então o papel do monarca passaria a ser mais assertivo na maneira de se relacionar com os ministros, intervindo mais no cerne da política, e não em seus desdobramentos. É nessa fase, condizente aos anos 1850, que Dom Pedro chega à maturidade, sendo voz ativa na condução dos rumos do país.

O futuro Marquês do Paraná diminuiria também o poder de influência dos partidos sobre o Judiciário e demais cargos públicos e administrativos, propondo a reforma da Lei de 3 de Dezembro de 1841, que significava a reforma do Código do Processo Criminal, Código este que sustentava a direta interferência governamental nas nomeações e no controle eleitoral de todo o Império. A reforma estabelecia, entre outras coisas, o voto distrital, mudando o anterior controle e correlata previsibilidade do panorama eleitoral.

Mudado o *status quo* eleitoral, desencadeia-se uma séria cisão entre os políticos imperiais, incluindo o coeso grupo dos saquaremas⁵⁶³.

Todavia, a questão que mais impactaria na identidade dos partidos seria o término do tráfico de escravos⁵⁶⁴. Tanto a Revolução Praieira – que fez eclodir a disputa partidária em escala local, com claros impactos na dinâmica política da Corte⁵⁶⁵ –, quanto o término do contrabando negreiro para o Brasil, determinariam a instalação do Gabinete da Conciliação por iniciativa de Dom Pedro.

Carneiro Leão, uma vez no poder, imprimiu o novo arranjo que Dom Pedro II idealizara, estabelecendo a já mencionada Lei dos Círculos (1855), representando uma reforma eleitoral que acertava em cheio os interesses dos chefes partidários, já que esses

⁵⁶³ Cf. ESTEFANES (*Op. Cit.*).

⁵⁶⁴ Lembrando que tal abolição ficou, curiosamente, a encargo de um gabinete conservador, que cedeu às pressões britânicas para não entrar em conflito direto.

⁵⁶⁵ Entre guabirus (conservadores) e praiheiros (liberais). Cf. ESTAFANES, *Op.Cit.*

gozavam de certa ascendência sobre diversas lideranças políticas locais. Antes da referida reforma, esses chefões partidários indicavam seus apadrinhados nas listas de toda a província, enquanto as lideranças locais eram fortes apenas em seus próprios distritos; à medida em que se computava a soma dos votos em toda a província, os apadrinhados ganhavam de lavada, significando sinal claro de intervenção partidária na dinâmica política local. Justiniano fora favorecido desta forma nas três vezes em que se elegeu para a Província de Minas Gerais sem que – até onde se saiba – jamais tenha lá pisado. Sempre que um amigo correligionário estava no poder, ele lograva uma vaga na Câmara. Nos anos em que isso não ocorria, ele amargava derrota, como a que o alcançou no pleito de 1845, chegando à desanimadora 18ª posição de suplente do titular.

A Lei dos Círculos (1855), cujo próprio Honório não chegaria a ver ser implementada na prática devido ao seu falecimento prematuro (1856), atingira em cheio as manobras eleitorais porque passou a instituir a eleição de deputado por distrito, e não por cômputo geral. Como diria Parron para exemplificar o impacto da medida nas manobras feitas pelos chefões partidários:

(...) o sistema [anterior] rendera a Bernardo Pereira de Vasconcellos o apelido jocoso de Bernardo das Chapinhas. Criando um distrito por deputado, a reforma de 1855 picotou as chapinhas e decapitou os Bernardos. Ao menos desejava fazê-lo⁵⁶⁶.

Para se observar de forma tangível como a bandeira do partido tinha a ver com o domínio eleitoral de cada pleito, basta associar quem ocupava a liderança ou a presidência do gabinete ministerial em cada uma das três legislaturas nas quais Justiniano fora eleito e em quais ele não fora eleito (1845 e 1856, 6ª e 10ª legislaturas, respectivamente). Essa situação não modificaria em nada o que até então vem se abordando aqui: a hegemonia dos saquaremas, cujo reduto maior se encontrava na província fluminense, laboratório das medidas que viriam a ser implementadas pelo partido para todo o Império⁵⁶⁷.

⁵⁶⁶ Cf. PARRON, 2016, p. 26.

⁵⁶⁷ Cf. MATTOS, 2017.

Quadro 2 – Organização ou Presidência dos Gabinetes Ministeriais e as Deputações de Justiniano Entre 1835 e 1862

Gabinete	Período	Partido	Organização ou Presidência do Gabinete	Início - Fim	Legislaturas de Justiniano
1º	Regência Una	Partido Moderado	Diogo Antônio Feijó	12.10.1835 a 19.9.1837	
2º	Regência Una	Regressista	Pedro de Araújo Lima (interino)	19.9.1837 a 28.4.1838	
3º	Regência Una	Regressista	Pedro de Araújo Lima	28.4.1838 a 23.7.1840	
1º	2o Reinado	Liberal	Antônio Carlos/Aureliano Coutinho	24.7.1840 a 23.3.1841	
2º	2o Reinado	Conservador	Aureliano Coutinho	23.3.1841 a 23.01.1843	5a legislatura (1842-1843)
3º	2o Reinado	Conservador	Honório Hermeto Carneiro Leão	23.01.1843 a 02.02.1844	5a legislatura (1842-1843)
4º	2o Reinado	Liberal	Almeida Torres	02.02.1844 a 02.05.1846	
5º	2o Reinado	Liberal	Holanda Cavalcanti	02.05.1846 a 22.05.1847	
6º	2o Reinado	Liberal	Alves Branco	22.05.1847 a 08.03.1848	
7º	2o Reinado	Liberal	Almeida Torres	08.3.1848 a 31.5.1848	
8º	2o Reinado	Liberal	Paula Sousa	31.5.1848 a 29.9.1848	
9º	2o Reinado	Conservador	Pedro de Araújo Lima	29.9.1848 a 06.10.1849	8a legislatura (1849-1852)
10º	2o Reinado	Conservador	Costa Carvalho	06.10.1849 a 11.05.1852	8a legislatura (1849-1852)
11º	2o Reinado	Conservador	Joaquim José Rodrigues Torres	11.5.1852 a 06.9.1853	8a legislatura (1849-1852); 9a legislatura (1853-1856)
12º	2o Reinado	Conservador/ Conciliação	Honório Hermeto Carneiro Leão	06.9.1853 a 03.9.1856	9a legislatura (1853-1856)
13º	2o Reinado	Conservador/ Conciliação	Luís Alves de Lima e Silva	03.9.1856 a 04.5.1857	9a legislatura (1853-1856)
14º	2o Reinado	Liberal/ Conciliação	Pedro de Araújo Lima	04/5/1857 a 12.12.1858	
15º	2o Reinado	Conservador/ Conciliação	Limpo de Abreu	12.12.1858 a 10.8.1859	
16º	2o Reinado	Conservador/ Conciliação	Ângelo Ferraz	10.8.1859 a 02.3.1861	
17º	2o Reinado	Conservador	Luís Alves de Lima e Silva	02.3.1861 a 24.5.1862	
18º	2o Reinado	Liga Progressista	Zacarias Góis	24.5.1862 a 30.5.1862	
19º	2o Reinado	Liga Progressista	Pedro de Araújo Lima	30.5.1862 a 15.01.1864	

Organização: CORRÊA, 2022.

Fonte: FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017; entre outras.

As duas últimas legislaturas foram marcadas pelas significativas mudanças relatadas. Foi também o começo dos traços que marcariam o fim do chamado *tempo saquarema*, já que os conservadores foram aos poucos vendo as ameaças de fragmentação se pulverizarem com o tempo. As medidas regressistas cediam às medidas conciliadoras, e os chefes partidários desapareciam conforme novas lideranças despontavam. Independente da bandeira partidária, a consolidação do Estado monárquico e unitário completava-se no alvorecer dos anos 1860, mesma década em que boa parcela dos principais nomes saquaremas despedia-se do mundo.

Antes de Justiniano despedir-se da terra, já havia morrido de certa forma para a política. A Lei de Círculos, a ruptura com gabinete conciliador e, ao mesmo tempo, o afastamento dos demais saquaremas, tornaram sua vida política liquidada. Do fim de seu último mandato (1856) até sua morte (1862), a única tribuna de possível atuação foi a da imprensa, além das lides do magistério.

Enquanto deputado em distintos momentos, Justiniano envolveu-se em diferentes debates, apresentou alguns projetos, militou ininterruptamente em conjunto com os conservadores, exceto quando assumia autônomos pontos de vista sobre determinada matéria. Certamente as nuances dessa vida política de Justiniano (assim como em todas as dimensões) ainda é um campo aberto para maiores explorações.

2.4.5 Sócio efetivo, fundador do IHGB: parcas e incompletas contribuições na produção geográfica e historiográfica

Logo desde a fundação do IHGB, em 1838, entre muitos sócio efetivos, residentes na Corte, sócios correspondentes e sócios honorários ilustres do Império (senadores e deputados, juristas, militares de alta patente, médicos, alguns portadores de títulos nobiliárquicos, entre outros), ou seja, entre os primeiríssimos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constavam nomes de alguns professores do Colégio Pedro II, entre os quais apareciam Justiniano José da Rocha e outros futuros ocupantes da cadeira de Geografia, responsáveis por ministrarem aulas da disciplina, como Marcellino José Ribeira Silva Bueno, Lino Antonio Rebello, Joaquim Manoel de Macedo, além de outros, incluindo Domingo Gonçalves de Magalhães, pioneiramente cotado para ser o primeiro professor de geografia do

Colégio Pedro II, embora logo em seguida tenha sido imediatamente substituído por Justiniano antes que as aulas iniciassem⁵⁶⁸.

Da “Lista dos Membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual é Protetor Sua Majestade Imperial, o Senhor Dom Pedro II”, Justiniano constava como 33º sócio efetivo, apresentado como “bacharel formado em leis, e lente no Colégio Pedro II”⁵⁶⁹. Em verdade, o conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, responsável pela fundação do Instituto, convidara inicialmente 27 personalidades para se tonarem os primeiros sócios, mas logo em seguida foram acrescentados outros 23 membros, totalizando 50, dos quais 25 pertenceriam à seção de história e 25 à de geografia⁵⁷⁰.

⁵⁶⁸ Consta registrado no Livro de Matrícula de Professores do Colégio Pedro II (1838) que Domingos Gonçalves de Magalhães se julgou incapaz de assumir a cadeira, deixando-a vaga.

⁵⁶⁹ Cf. Lista completa. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 1, 3ª ed., 1908/1839. pp. 120-122.

⁵⁷⁰ Comenta Januário da Cunha Barbosa acerca de acréscimos posteriores de sócios, a exemplo do ocorrido em 1841: “A lista dos nossos sócios tem sido aumentada com oito honorários e 35 Correspondentes que, acrescentados com os que já tinha o Instituto, e compreendidos 50 efetivos, perfaz até hoje o número total de 418 sócios, tanto nacionais como estrangeiros. Esta lista, Srs., torna-se de cada vez mais, gloriosa pelo incremento de nomes respeitáveis de personagens afamadas, não só por suas letras, como também por sua representação social.” Relatório dos Trabalhos do Instituto durante o Terceiro Ano Social. RIHGB, Tomo 3, 1841. p. 531.

Não há registros em atas acerca de qual dessas seções estaria Justiniano⁵⁷¹. As indicações normalmente não constavam nominalmente em listas publicadas em atas, mas em registros genéricos que sinalizavam algum tipo de mudança em sua composição⁵⁷². Somente os nomes de sócios que efetivamente assumiam destacadamente a responsabilidade em dirigi-las apareciam. Ao menos é assim que se destaca, por exemplo, na ata da 26ª Sessão, em 10 de novembro de 1839, a reeleição dos 1º e 2º vice-presidentes e diretores de cada comissão – “desembargador Candido José de Araujo Vianna (reeleito)”, na comissão de história, e “desembargador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (reeleito)” na comissão de geografia, bem como os respectivos membros (muito certamente os principais representantes...) de cada uma delas: “Desembargador Rodrigo de Souza Pontes (reeleito)” e “Doutor Thomaz José Pinto de Sequeira, na Comissão de história, e “José Silvestre Rebello

⁵⁷¹ Justiniano ocupou, como já dito, as cadeiras de Geografia e História do Colégio Pedro II. Esse fato em si poderia suscitar a dúvida em se saber qual seria o seu campo de maior predileção. Atuou e escreveu sobre as duas matérias porque certamente, apesar de serem saberes apartados e ensinados de forma igualmente separadas, eram complementares. No Colégio Pedro II, por exemplo, somente em 1857 esses saberes passam a ser separados em cadeiras distintas, uma para Geografia e outra para a História. Justiniano, portanto, ocupou uma cadeira que contemplava o ensino dos dois saberes (Cf. Livro de Matrícula [1838-1852]. Série Documentos Administrativos. Subsérie Matrícula de Empregado. Núcleo de Documentação e Memória/Colégio Pedro II). Por essa razão ele foi o primeiro nome a ser relacionado num levantamento de sócios do IHGB e, ao mesmo tempo, professores de história feito pela historiadora Vera Lúcia Cabana Andrade. Ela e quase todos que esboçam uma biografia acerca de Justiniano (Caldeira, 2016; Parron, 2016; entre outros) restringem-se a ressaltar apenas a História como sua área de interesse: “Dentre os catedráticos de história do CPII/sócios do IHGB, (...) podemos destacar como professores-autores: Justiniano José da Rocha (...), João Batista Calógeras (...), Joaquim Manuel de Macedo (...), Manuel Duarte Moreira de Azevedo (...), João Capistrano Honório de Abreu (...).

“Justiniano José da Rocha (1811-1864 [sic]) foi o primeiro catedrático de história do Imperial Colégio Pedro II, em 1838, e sua cadeira compreendia conteúdos de *Geografia e de História Antiga e História Romana*. “JJ Rocha era natural da Província de Minas Gerais [sic] e estudou humanidades no Colégio Henrique IV, em Paris, quando acompanhou seu pai José Joaquim da Rocha [sic] ao exílio, por ordem do Imperador D. Pedro I. De volta ao Brasil, bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1833. Parlamentar conservador teve uma trajetória política bastante atuante, notabilizando-se como autor de obra clássica de apologia [sic] da ‘política de conciliação’ do Segundo Reinado: *Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil (1858 [sic])*.

“Como professor elaborou, especialmente para os alunos do CPII, um *Compêndio de Geografia Elementar* (1838) e um *Compêndio de História Universal* (1848), sendo esse último produzido com base na tradução dos manuais de *História Antiga* de Cayx e Poirson e de *História Romana* de Derozoir e Dumont, inicialmente adotado no Imperial Colégio.

“(“...)

“A abordagem histórica no ensino de história era política, factual, linear e europocêntrica e obedecia à lógica da narração tradicional onde o antes explica o depois. Enquanto conhecimento do passado e elaboração do presente, a visão histórica era a expressão concreta da marcha da civilização que legitima o progresso do homem. O estudo da antiguidade romana tinha o objetivo de recuperar elementos constitutivos da história da Europa Ocidental e, por conseguinte, da história de Portugal e do Brasil (...).” Cf. ANDRADE, Vera Lúcia Cabana. *Historiadores do IHGB/ Catedráticos do CPII. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 168, n. 434, Rio de Janeiro, jan/fev. 2007. Pp. 222-224.

⁵⁷² Exemplo: “O Sr. José Silvestre Rebello [então membro responsável pela Comissão de Geografia nos seus primeiros anos de funcionamento] leu um parecer da Comissão de Geografia sobre a admissão de alguns membros para a respectiva seção.” 67ª Sessão em 6 de julho de 1841. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 3, 1841. p. 354.

(reeleito)” e “Doutor Lino Antonio Rebello”, que, matemático de formação, chegou a ministrar, a partir de 1841, aulas de Geografia Matemática no Colégio Pedro II⁵⁷³.

É válido lembrar que o ano de fundação do IHGB coincidia com o primeiro ano letivo do Imperial Colégio de Pedro II. Isso significa dizer que o ano de 1838 representou dupla vinculação de Justiniano a instituições que simbolizavam o reforço à ordem monarca defendida pelos conservadores. No IHGB, porém, a sua inserção ou participação não foi tão marcante ou ostensiva quanto no Colégio Pedro II, apesar de o capítulo II do Estatuto (“Organização do Instituto; admissão e deveres de seus membros”) prever, nos artigos 4º a 6º, apenas isenção de tarefas para sócios honorários. Ele era sócio efetivo.

O referido documento estimulava a publicação de registros de memórias com a finalidade de produzir uma história e uma geografia do Brasil que ainda não se fazia plenamente conhecido. Inicialmente houve até uma diretriz formulada pelo Secretário perpétuo do Instituto, Cônego Januário da Cunha Barbosa, direcionada aos sócios que moravam fora do Rio de Janeiro, naquilo que ele denominou de “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”⁵⁷⁴. Essas diretrizes eram muito mais extensas para o campo de interesse da história do que para o da geografia, conforme podem ser constatadas abaixo:

PARTE HISTÓRICA

1º Notícias biográficas impressas ou manuscritas dos brasileiros distintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes, ou por qualquer outra qualidade notável, desde o descobrimento do Brasil até hoje, com explicação de seus nomes, naturalidade, tempo em que viveram e motivos de sua celebridade.

2º Cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história, assim antiga como moderna; e extratos de notícias extraídas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis, como eclesiásticos.

3º Notícias sobre os costumes dos índios, sua catequese, civilização, aumento ou diminuição; seu número presumível, sua indústria e vantagens que deles se possam tirar.

⁵⁷³ Constam registros de Lino Antonio Rebello – provavelmente parente de José Silvestre Rebello (irmão?) – no Livro de Matrículas de Docentes do Colégio Pedro II no período entre 1837 e 1852. Nesse documento registra-se a informação de que ele era o Titular da Cadeira de Matemática desde 1838. Além de lecionar Aritmética, Geometria e Álgebra, a partir de 1º de fevereiro de 1841, ele passa a lecionar, também, Geografia Matemática e Cronologia, mantendo-se nesta função até abril de 1848, quando a partir de então até o ano seguinte (1849), torna-se Professor de Matemática, Geografia Astronômica e Cronologia. Note-se que a cadeira dele não é Geografia, mas Matemática. E para reforçar a nítida separação entre as cadeiras disciplinares, é importante fazer constar que nesse mesmo documento aparecem os registros dos professores responsáveis pela Cadeira de História Geral, História Pátria, Geografia e Cronologia (1840-1842) – Justiniano da Rocha (1840), Marcellino José da Ribeira Silva Bueno (1840-1842) – e Cadeira de Geografia e História (1842-1849) – Carlos Roberto (Barão de Planitzs) (1842-1847) e João Baptista Calógeras (1847-1849). Cf. Livro de Matrícula do Colégio Pedro II, 1838-1852. Série Documentos Administrativos. Subsérie Matrícula de Empregado. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

⁵⁷⁴ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 1, 3ª ed., 1908/1839. p. 109.

4º Descrições do comércio interno e externo da província, de sua indústria e literatura; de seus principais produtos e variedades; de seus rios, montanhas, campos e portos; de sua navegação e caminhos principais; da fundação, prosperidade ou decadência das suas cidades, vilas e arraiais; da sua população e divisão por classes.

5º Notícias de fatos extraordinários, que aí tenham acontecido; de fenômenos, meteoros e outros efeitos naturais que mereçam menção histórica, com explicação do tempo em que aconteceram, das épocas em que renovam, e de suas causas presumíveis.

6º Notícias sobre minerais, animais, aves, peixes, etc., acompanhadas, se possível for, da nomenclatura científica; assim também de suas madeiras de construção, plantas particulares da província, frutos mais preciosos, bálsamos e óleos, e do seu emprego na medicina.

PARTE GEOGRÁFICA

7º Notícia circunstanciada da extensão da província, de sua confrontação com outras, de sua divisão em comarcas, da direção dos seus rios e montanhas, da qualidade de seus terrenos e de seus arvoredos, da sua mineração, agricultura e pescarias, de tudo enfim que possa servir à história geográfica do país e com a possível exatidão e clareza. (*Op. Cit.*)

Parece evidente que essas orientações procuram atender tanto os propósitos institucionais de produção de uma memória nacional⁵⁷⁵, uma história pátria, celebrativa (biografias e bases documentais para sedimentar a narrativa identitária nacional, por exemplo), quanto para a produção de um verdadeiro inventário descritivo do território em vistas da possibilidade de um planejamento de ações para a efetivação de sua posse, ocupação e uso.

⁵⁷⁵ Sobre a questão da “memória nacional”, cabe reportar aqui algumas palavras do historiador Arno Wehling ao apresentar os resultados de pesquisa da historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães, publicado em uma das edições da Revista do Instituto: “Com a descoberta deste território da memória social, fez-se luz diversa sobre ideias e instituições, que surgiram uma nova dimensão – a da afirmação da identidade nacional e do estado hobbesiano-hegebio. Tal fenômeno, europeu e também ibero-americano, foi representado no Brasil de modo significativo pela obra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nele, a história, construía cientificamente com a ciência do historicismo na obra de um Varnhagen, ou mais modestamente com o trabalho heurístico das edições documentais e textos narrativos, possui um compromisso explícito com a memória: lembrar o que contribui para a afirmação da nacionalidade ou do estado, esquecer ou minimizar aquilo, que na visão daqueles autores, os compromete ou enfraquece”. Cf. WEHLING, Arno. Apresentação. In GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 156, n. 388, Rio de Janeiro, jul./set. 1995. p. 447.

O que não fica muito claro é quais seriam os limites de interesse entre as duas “Partes” (talvez melhor dizendo... áreas...), posto que os dados inerentes à qualificação do espaço nacional não são uma exclusividade do escopo da geografia. Os habitantes, as atividades econômicas, os recursos (ou patrimônio ambiental – fauna, flora, minerais...) ⁵⁷⁶, os equipamentos ou a infraestrutura (ou, ainda, os objetos técnicos ⁵⁷⁷, portanto... tais quais “portos”, “caminhos principais”/ estradas, etc.), são elementos que também caberiam, segundo essa perspectiva, à história produzir. Por outro lado, parecia prerrogativa da geografia compreender a gestão desse território, afinal, com que finalidade se demandaria a informação da “divisão em comarcas” das províncias? Nesse tocante, é importante considerar que a compreensão prevalecente (portanto, não consensual...) acerca das províncias considerava-as apenas como circunscrições territoriais da unidade geral, numa concepção de unidade administrativa sem substância política ⁵⁷⁸. Enfim, a “lembrança” de Cônego Januário da Cunha Barbosa procura reforçar a compreensão de uma geografia material (um arranjo espacial) compatível à ideia de palco da vida social no qual a história se desenvolveria, no qual a “nação” se abrigaria ⁵⁷⁹. Por outro lado, é interessante notar a menção a um objeto que caberia à geografia produzir, e não à história: a “história geográfica do país”. Evidente que no bojo dessas diretrizes lançadas por Barbosa não havia qualquer indicação clara do que ele pretendia dizer com o emprego desses termos.

Mais tarde, no discurso de abertura do presidente do Instituto, o Visconde de S. Leopoldo, em comemoração ao primeiro ano de fundação, após recobrar a missão institucional resumida na tarefa de “(...) coligir, metodizar, publicar ou arquivar os

⁵⁷⁶ E quanto à inclusão de elementos naturais no escopo de interesse da História, talvez caiba alguma semelhança ao que hoje se denomina de *História Ambiental*. Longe aqui se está de admitir que à época este campo já existia. Pádua (2010) afirma que ele apenas começa a se estruturar na década de 1970, mas complementa: “A publicação de análises substantivamente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX.” Cf. PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados* (online). Vol. 24, n.68, 2010. Pp. 81-101. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009
Outro tratamento sobre essa questão da *história naturalis* é tratada na obra de Kosselleck (2014). Cf. KOSELLECK, 2014.

⁵⁷⁷ Se incorporarmos vocabulário geográfico da tradição miltoniana...

⁵⁷⁸ “Ou dito de outro modo, a atividade política tinha por condição a lealdade à integridade territorial do Estado e implicava na renúncia absoluta à própria representação de espaços políticos regionais.” (MAGNOLI, 2002/2003, p. 40-41). Cf. MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. Terra Brasilis, Rio de Janeiro, Anos III-IV, n. 4-5 – Território, 2002-2003. Pp. 27-44.

⁵⁷⁹ O corpo da pátria, como proporia MAGNOLI (1997) em seu trabalho. Cf. MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

documentos necessários para a história e geografia do Brasil”, conforme prevista em seu Estatuto, resolve ampliar e de certa forma embelezar (e aí está um dado poético/estético da retórica da época...) as características que justificavam reunir no Instituto a preocupação com o saber geográfico:

“Na divisa – Geografia – em vós, Senhores, realizada se acha a sublime ideia de lorde Bacon, quando em seus sonhos filosóficos meditou uma associação de observadores, votados a examinar a verdade que existe no globo; e incontestavelmente a geografia abrange em sua esfera a maior parte dos conhecimentos científicos. Neste solo virgem, onde tudo é maravilhoso, encontra-se aglomerada a povoação no marítimo, reconhecidos e assinalados com mais ou menos exatidão seus portos, abras e ilhas adjacentes; calculadas as alturas e situações, reguladas as divisões políticas e civis, já em relação de umas para com outras províncias, já com atenção ao sistema e ordem administrativa; porém a proporção que se avança para o interior, atravessam-se solidões fastidiosas, acanhadas povoações disseminadas de longe em longe, e bem que em ponto de vista geral o aspecto do país seja risonho, todavia uma vegetação em força, e uma frescura eterna na vida orgânica, o assombra de inextricáveis e dilatantíssimas matas, guarida e parada de inumeráveis tribos selvagens, as quais dócil catequese, único meio que reputo eficaz, deveria com infatigável solicitude ter atraído a nosso grêmio; matas tão antigas como o mundo, que ainda acobertam e nos escondem as origens, o curso e a confluência dos rios, pontos capitais em que se baseiam nossos tratados de limites, porém que por mal explorados ou imperfeitamente reconhecidos, tornam as demarcações duvidosas e interminavelmente disputadas.

Se considerarmos a geografia física, ela permanece aqui em embrião: acaso já sabemos qual a elevação da cordilheira que afigura o espinhaço da terra de Santa Cruz? Quais leis que seguem as rochas, ossos do mundo, para determinar-se a idade de sua formação sucessiva e sua identidade nas regiões mais remotas? E como observadas na plaga ocidental deste continente, contra as conjecturas geognestas célebres do que não passariam a leste dos Andes, surdiram dentre nós? A disposição relativa das camadas, que foram a superfície do globo terrestre? As substâncias que encerram as montanhas em seu seio? As conchas marinhas e fluviais, nelas encrustadas, que revelam os cataclismos e revoluções, pelos quais tem passado nosso Planeta? As oscilações periódicas do fluido eminentemente transparente e leve que nos envolve? A intensividade variável das forças magnéticas? E tantos outros fenômenos, que influem poderosamente nas formas e nos hábitos dos entes organizados?

(...)

Prosegui com o mesmo fervor, respeitáveis consócios, na alta missão a que vos dedicastes; difundi instrução geral pela publicação dos vossos estudos; desta arte contribuireis para o desenvolvimento e perfeição da história e da geografia e para crédito e glória da pátria.” Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 1, 3a ed., 1908/1839. Pp. 211-212.

O trecho suscita especificar o que significaria coligir, metodizar, publicar ou arquivar no caso da “divisa” *Geografia*: caberia compreender a povoação marcadamente aglomerada no litoral (reconhecidos e assinalados com seus portos...); explorar melhor as “acanhadas” e “selvagens” povoações nas entranhas das matas, “necessitadas” de catequeses, “único meio eficaz...” de civilizar⁵⁸⁰; definir os limites fisiográficos e regular as divisões políticas e

⁵⁸⁰ Essa espécie de “agenda” de pesquisa do Instituto foi caracterizada, em parte, pela historiadora Kaori Kodama (2009). Parte significativa da sua definição teria sido direcionada ao propósito de responder quem deveria compor a nação que habitaria o território. Cf. KODAMA (2009).

administrativas entre uma e outra província com o intuito de se fazer preponderar a ordem administrativa segundo os preceitos dos ditames estatais; conhecer os mais recônditos rios que servem de parâmetros para os limites fronteiriços previstos em tratados com os países vizinhos, sob pena de não ter sua soberania reconhecida sobre determinada faixa de terra. Em suma, fazia-se necessário definir e povoar os espaços vazios, administrar o espaço político interno com o objetivo de garantir a ordem, conhecer as características e dinâmicas naturais/ambientais do patrimônio territorial (mencionando, sem o dizer explicitamente, a sua natureza geológica, geomorfológica, climatológica... e a riqueza daí derivada⁵⁸¹), certamente no intuito de assegurar que tudo isso pertencia a um povo em caso de contendas desencadeadas nos tribunais de arbítrio internacional. A soberania interna e externa representava fator-chave no projeto saquarema⁵⁸², levando-se em conta que a criação do IHGB era uma iniciativa particular de um grupo sob a inspiração de um projeto político.

Nas atas de suas assembleias registravam-se resultados de pesquisas, expedições, notícias ou relatos de outras sociedades congêneres, além de deliberações acerca de formação de comissões para pareceres, definições de sessões solenes, etc. Todas essas atividades chegavam a ser estimuladas pelo próprio Imperador com recompensas em prêmios para os melhores trabalhos, como faz constar o trecho abaixo:

“(...) Havendo Sua Majestade o Imperador por bem, no intuito de animar as pessoas que se dedicam aos importantes trabalhos de que se ocupa o nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estabelecer o prêmio de uma medalha de ouro a pessoa, que sobre o Brasil ou algumas das suas Províncias apresentar melhores trabalhos estatísticos; o de outra à que melhores trabalhos históricos a oferecer ao Instituto no corrente ano; e finalmente o de uma terceira medalha à que apresentar a melhor Geografia deste Império: assim o participo a V. Ex., para que, fazendo-o presente ao Instituto, sejam estes prêmios adicionados aos que ele propôs na sua última sessão solene.” (Cf. RIHGB, 11/01/1842, p. 101).

⁵⁸¹ Essas diretrizes de entendimento e produção da História e particularmente da Geografia eram seguidas conscientemente pelos sócios e estimulavam programas de pesquisa. Em novembro de 1840 foi sorteado um tema para esse programa, em meio ao qual se deveria responder a pergunta-chave: “Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?”; nisso, quem propôs uma resposta foi um dos sócios efetivos do Instituto, o Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em cuja resposta destaca-se um trecho: “Se o vocábulo *história* compreende não só os fatos e acontecimentos relativos ao estado político de uma nação, mas abrange também as variações e alternativas porque sucessivamente passa o espírito humano, o horizonte da história é amplo e vasto como todo o horizonte das artes e das ciências. **Se a Geografia, não contente com descrever a superfície do globo, nos fez conhecer as diversas raças que o habitam, e nos indica os lugares onde a natureza colocou as suas variadas e excelentes produções, nada há sobre a terra que possa fugir ao exame, que possa evitar as narrações do geógrafo. (...) largo campo se abre ao geógrafo num território de tal vastidão, ainda tão pouco ou quase nada conhecido em não pequena parte de seu solo e de seus riquíssimos produtos.**” RIHGB, Tomo 3, 1841. p. 157. Grifos nossos.

⁵⁸² Gabriela Nunes Ferreira (2006) já mencionara essa característica do projeto conservador no Brasil.

No último parágrafo da ata da 5ª Sessão de 16 de fevereiro de 1839 consta o registro de nomeação de Justiniano da Rocha como membro parecerista *ad hoc*, ao lado de seu amigo Firmino Rodrigues, ambos designados para examinarem em parceria a obra *Le Brésil*, de Ferdinand Denis, republicada em 1837. A proposta, considerada urgente, foi levada a cabo pelo 2º secretário do Instituto, o “Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia”⁵⁸³, que além de médico, seria igualmente professor do Colégio Pedro II como Justiniano⁵⁸⁴.

Apesar desse pedido de urgência, a ata da 24ª Sessão, de 22 de outubro de 1839, registrou a apresentação e a lida de uma carta escrita por Justiniano para justificar o atraso de entrega do parecer. No documento consta que ele...

“(...) expunha os motivos urgentes por que até hoje não tem podido apresentar o parecer, de que se acha encarregado juntamente com o Sr. Doutor Firmino Rodrigues da Silva, acerca da obra *Le Brésil* de Ferdinand Denis, prometendo em breve apresentá-lo. O Instituto ficou inteirado” (Cf. RIHGB, 22/10/1839, p. 282).

Quase duas semanas depois, constava no “Relatório do Secretário Perpétuo” do IHGB, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, publicado em 3 de novembro de 1839, o apontamento de uma demora na conclusão do parecer encomendado:

“(...) Espera-se ainda que os sócios Drs. Rocha e Firmino apresentem as suas observações sobre a obra de Ferdinand Denis (...). O tempo, as ocupações e outras circunstâncias tem feito que estes sócios ainda não apresentassem o resultado de seus trabalhos; (...)” (Cf. RIHGB, 3/11/1839, p. 218)⁵⁸⁵.

Não há mais registros além desses três em relação à participação de Justiniano José da Rocha no parecer da obra de Ferdinand Denis. A obra é volumosa, composta por seis tomos, e consultando os registros em atas do Instituto, não é possível verificar algum resultado de leitura circunstanciada desse conjunto efetuada por Justiniano e Firmino. Quanto a isso, há duas possibilidades para essa falta de registro do desfecho da tarefa: inconclusão ou não publicação de seu resultado. Em caso de inconclusão, poder-se-ia cogitar algum nível de

⁵⁸³ Idem. p. 49.

⁵⁸⁴ Cf. DÓRIA (1997).

⁵⁸⁵ Certamente não foi a única demonstração de compreensão da parte de Januário da Cunha Barbosa. Em outra situação similar fizera ele considerações parecidas: “Ainda o Instituto não colheu os resultados da comissão especial encarregada de examinar e informar sobre o merecimento dos Mapas geográficos das Províncias, costas e portos do Brasil, tanto manuscritos como impressos, que tem recolhido a seus arquivos. Mas nem por isso se deve mal ajuizar do zelo e boa vontade dos ilustres Membros desta Comissão, o Exmo. Sr. Tenente-General Francisco Jose de Souza Soares de Andréa e os Ilmos. Srs. Tenentes-Coronéis do Corpo de Engenheiros Pedro de Alcantara Bellegarde e Ricardo José Gomes Jardim, porque ocupados em serviço público, e até fora desta Província, não lhes tem sido ainda possível dar cumprimento a este encargo acadêmico.” Relatório lido no Ato de Solenizar-se o 5º Aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In. RIHGB, 5º Tomo, 1843. p. 16.

incompatibilidade entre as agendas pessoais de trabalho de Justiniano e Firmino e a tarefa nada fácil de escrutinar vasta e elaborada obra, afinal, Ferdinand Denis é considerado um dos primeiros e dos mais produtivos brasilianistas da história. Diz Riaudel (2018):

“Entre os franceses que seguiram para o Brasil no início do século XIX, Ferdinand Denis (1798-1890) ocupa lugar excepcional. (...) surge como o pai dos estudos brasileiros na França, o primeiro, por exemplo, a assinar um artigo sobre o Brasil na então recente *Revue des Deux Mondes* (1831, tomo 2, sobre Saint-Hilaire)”⁵⁸⁶.

Não parecia fácil – sobretudo para quem se engajava em amplas frentes de trabalho (como professor no Colégio Pedro II e como diretor do Correio Oficial), fazer o parecer de *Le Brésil, ou Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume* (1822)⁵⁸⁷. Como dito, a obra contém seis volumes (tomos) escritos por Denis com a colaboração de Hipolite Taunay, com quem tivera contato pouco tempo antes⁵⁸⁸. Além deste trabalho, contudo, Jean Fernand Denis (seu nome completo, segundo Antonio Candido) possuía extensa Bibliografia: *Scènes de la Nature sous les Tropiques* (1824); *Résumé de l’histoire du Brésil, etc.* (1825); *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l’histoire littéraire du Brésil* (1826); *Histoire Géographique du Brésil* (1833); *Une fête brésilienne, etc.* (1850)⁵⁸⁹. Este conjunto de trabalhos sobre o Brasil naturalmente aguçava o interesse dos membros do IHGB, e Justiniano despontaria como alguém que queria explorá-lo e levar o resultado de sua apurada análise, mas ao que parece, pode não ter conseguido cumprir essa tarefa.

Além da forte possibilidade de inconclusão da tarefa encomendada, há, sem dúvida, a hipótese de o próprio Instituto não ter achado por bem a sua publicação, por razões que não são dadas explicitamente a serem conhecidas. Esse tipo de possibilidade não era incomum,

⁵⁸⁶ Continua Riaudel: “Como muitos dos seus livros foram escritos nos anos 20, dentro do contexto perturbado do processo de independência de um país em busca de equilíbrios político e identitários, F. Denis se mostra particularmente atento aos diferenciais brasileiros. Ele vai buscar a partir da era colonial as sementes do sentimento nacional que progressivamente vão afastar o território da metrópole portuguesa. Numa época em que a Inglaterra se beneficia de acordos comerciais privilegiados, ele se esforça para brigar pela causa das trocas franco-brasileiras, destacando, sempre que pode, os laços que unem os dois ‘povos’ desde o ‘descobrimento’(...)”.

RIAUDEL, Michel. FERDINAND DENIS (1798-1890). In *A França no Brasil: heranças compartilhadas* online. Bibliothèque Nationale de France; Fundação Biblioteca Nacional, 2018 (última atualização). Disponível em: <https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/ferdinand-denis-artigo-por>.

⁵⁸⁷ Obra completa disponível no site da *Bibliothèque Nationale de France*: <https://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&collapsing=disable&rk=21459;2&query=dc.relation%20all%20%22cb314368683%22> (visitado em janeiro de 2021).

⁵⁸⁸ “Após o período de uma estadia que o levou do Rio a Salvador, com uma incursão até Jequitinhonha, e durante o qual teve alguns contatos com os Taunay (1816-1819), ele consagrou uma dezena de obras à apresentação do Brasil aos franceses.” *Op. Cit.*

⁵⁸⁹ CANDIDO, 2000, Vol. I, p. 302.

particularmente porque se nota em alguns relatos atitudes dessa natureza, quando então alguns trabalhos iam para as “gavetas” até segunda ordem⁵⁹⁰. De toda forma, se fosse esse o caso (o de arquivamento...), a culpa não parecia recair sobre a imagem do autor e nem tampouco de sua obra, mesmo porque poucos anos depois, estaria o próprio Cônego Januário da Cunha Barbosa propondo ao Instituto a atribuição de Membro honorário a Ferdinand Denis, tendo sido imediatamente aprovado pela assembleia de membros presentes, sem qualquer objeção⁵⁹¹. O próprio Denis escreveria de Paris, “(...) comunicando haver recebido com grande satisfação o diploma de Sócio honorário do Instituto, e agradecendo com mui lisonjeiras expressões a categoria a que foi elevado.”

Justiniano despontaria em outros registros de atas, como a que ele propôs ao Instituto a encomenda de um compêndio de História Pátria. Era o terceiro ano dele de exercício de magistério no Colégio Pedro II. A cadeira que ele assumira, denominada *Geografia, História Antiga e História Romana*, passara a denominar-se, naquele ano (1840), *História Geral, História Pátria, Geografia e Cronologia*. Para o conteúdo de História Geral e de Geografia, Justiniano parecia estar satisfatoriamente munido de material: houvera escrito ele próprio o seu Compêndio de Geografia – objeto de celeuma no Senado, conforme aqui já apontado – e não demandava nada a esse respeito ao Instituto. O mesmo, porém, não se podia dizer em relação à *História Pátria*. Essa sua demanda suscitaria um breve debate entre os sócios daquele Instituto:

O Sr. Dr. Justiniano José da Rocha fez ciente ao Instituto, que tendo sido nomeado pelo Governo, a fim de lecionar um curso de História Pátria no Imperial Colégio de Pedro 2º, achava-se, todavia, bastante embaraçado para preencher de uma maneira satisfatória a nobre tarefa que lhe fora encarregada, em razão de não existir ainda um bom Compêndio de História do Brasil, por onde se pudesse orientar, o que o obrigava a entregar-se ao árduo e penoso trabalho de folhear diversos autores, extratando deles, com nímia dificuldade, o que lhe parecia mais

⁵⁹⁰ Exemplo de algo do tipo pode ser verificado no trecho a seguir: “(...) Muitos escritos se tem apresentado, que o Instituto julga não dever ainda publicar, talvez por circunstâncias mui recentes da nossa história, e talvez por menos perfeitos na compreensão de fatos que devem fazer o seu complexo. Às Memórias do primeiro gênero tem sido recolhidas ao Arquivo para serem publicadas quando não envolvam comprometimento; e as do segundo foram reenviadas aos seus autores com observações da Comissão de censura, para se darem à luz pública depois de refundidas. Julgou-se todavia fora desta prudente disposição algumas Memórias dos nossos sócios, ou já estampadas na Revista, ou que se irão estampando em ocasião oportuna”. Continua o relato a título de exemplificação: “São deste número o Juízo do nosso Sócio o Sr. José Joaquim Machado de Oliveira sobre a pequena obra ultimamente publicada nesta corte com o título de – Geografia Brasília: - um seu Parecer acerca da Corografia Paraense do Sr. Accionli, e do Ensaio Corográfico do Sr. Baena: - Memória em desenvolvimento do programa – Qual era a condição do sexo feminino entre os Índigenas do Brasil: - A celebração da Paixão de Jesus Cristo entre os Guaranis.” Relatório dos Trabalhos do Instituto Durante o Quarto Ano Social, Pelo 1º Secretário Perpétuo o Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa. In: RIHGB, Suplemento ao Tomo 4º, 1842. pp. 19-20.

⁵⁹¹ “Por proposta do Sr. Cônego Januário da Cunha Barbosa foi aprovado que se conferisse a M. Ferdinand Denis, Membro correspondente deste Instituto, o título de Membro honorário.” Ata da 128ª Sessão em 24 de outubro de 1844. In: RIHGB, Tomo 6º, 1844. p. 502

verídico, a fim de preparar suas lições: depois de ler mostrado a necessidade, que se fazia sentir, de um bom Compêndio de História Pátria, e a grande utilidade que do mesmo deve resultar, terminou o seu discurso propondo ao Instituto que houvesse de nomear uma Comissão especial, a fim da mesma tornar sobre si o organizar um Compêndio de História do Brasil. (Cf. RIHGB, Tomo Segundo, 1840/1916, p. 149)

Alguns se colocaram a favor da proposta. Essa, porém, não foi a opinião do Secretário do Instituto, Januário da Cunha Barbosa; alegava sentir grandes dificuldades e embaraços para as comissões (note-se que não seria somente a Comissão de História...), posto que considerava ainda não serem plenamente conhecidos alguns pontos dessa história; além disso, mencionava já haver um bom compêndio com tais propósitos, de autoria de *Major Pedro d'Alcantara Bellezarde*. À essa altura não se é possível dizer o grau de simpatia ou antipatia de Cunha Barbosa em relação à pessoa de Rocha, posto que, além deste último já ser pintado pejorativamente como *pena de aluguel*, havia o fato de ele não ter ainda apresentado o parecer da obra a qual havia sido designado (o parecer da obra de Ferdinand Denis – *Lé Brésil*...). Talvez esses pormenores não causassem qualquer impressão ao juízo de Cônego Januário, embora tivesse ele uma vida política pregressa bastante dinâmica (teria cumprido papel destacado na Independência; fora deputado na primeira legislatura da Assembleia Geral; vinculara-se aos liberais moderados e estivera próximo de Evaristo da Veiga...), afastara-se progressivamente da militância política e se dedicara às ciências e às letras, ajudando a fundar o IHGB. Não havia talvez razões claras para reservas de tal ordem. Somente mais tarde retornaria à política, falecendo em 1846 no exercício do mandato de deputado⁵⁹².

Apesar da contraposição de Cunha Barbosa, outro sócio – Alexandre Maria de Mariz Sarmento – proporia e teria votada a opinião de que a sugestão de Justiniano mereceria maior consideração, e caberia ao Instituto compor uma comissão com o propósito da produção do demandado compêndio, tendo em vista uma premiação que pudesse ser dada a quem melhor formulasse obra de tal natureza. Assim, após longa discussão, a proposta de Sarmento foi aprovada e, com ele, comporia uma Comissão *ad hoc* o *Conselheiro Bento da Silva Lisboa* e, agora em nova frente, o próprio Justiniano José da Rocha⁵⁹³.

É importante considerar que não há em atas do IHGB muitos registros de pareceres sobre compêndios então já escritos e até mesmo publicados. O compêndio de Geografia de Justiniano, publicado em primeira edição no ano de 1838, não possui qualquer menção ou

⁵⁹² Sobre Januário da Cunha Barbosa, conferir: CANDIDO (2000, VOL. I, Pp. 300-301); GUIMARÃES, Lúcia. Januário da Cunha Barbosa. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. P. 394; GUIMARÃES, Lúcia. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 388. 1995.

⁵⁹³ Cf. Ata da 32ª Sessão, em 8 de fevereiro de 1840. In RIHGB, Tomo Segundo, 1840/1916, pp. 148-150.

registro de nota. O mesmo acontece com relação à segunda edição do mesmo compêndio, publicado em 1850. Isso genericamente não significa dizer que os compêndios escritos acerca das duas grandes áreas de interesse do Instituto não suscitassem atenção por parte de seus membros. Exemplo que contraria essa suposição aparece na Revista do Instituto publicada no mesmo ano de 1850; consta nesta publicação uma “Carta, escrita ao secretário do Instituto em 1846 em aditamento ao juízo sobre o compêndio da História do Brasil, publicado no n. 21 da Revista”. Outro exemplo aparece dez anos antes (1840, portanto), quando...

“O Sr. Major Bellegarde ofereceu para a Biblioteca do Instituto o seu – Compêndio de Topografia para uso da Escola de Arquitetos e Medidores da Província do Rio de Janeiro, - propondo igualmente que fosse remetido à Comissão de Geografia, a fim da mesma Comissão dar o seu parecer sobre a parte em que se acha exarada a maneira de se formar uma estatística, para depois se formar um elenco, (...)”. RIHGB, Tomo Segundo, 1840/1916, pp. 152

Apesar de poucas ocorrências similares, é preciso ressaltar que a produção didática de Justiniano não foi objeto de apreciação no IHGB, apenas no Senado, conforme salientado no primeiro capítulo deste trabalho. E quanto à encomenda de um Compêndio de História do Brasil, também não há registros de que a encomenda tenha prosperado.

Justiniano permaneceu ligado aos quadros sociais do Instituto no intervalo entre dezembro de 1838 a maio de 1846, ou seja, aproximados sete anos e meio, durante o qual certamente teve acesso a todas as frentes de trabalho registrados em atas e publicados pela RIHGB, fonte importante da história e da geografia produzidas por muitos sócios e pelas comissões designadas para esse fim. Sua obra Compêndio de Geografia parece jamais ter sido objeto de menção ou pareceres⁵⁹⁴.

Não há igualmente registros particulares de notas de leituras efetuadas pelo intelectual a partir do acervo disponibilizado pela biblioteca do Instituto⁵⁹⁵, embora não seja difícil vislumbrar que estava à sua disposição e a todos os demais sócios do Instituto as obras recém-lançadas, adquiridas ou doadas ao longo do tempo. Essas doações ao Instituto e o intercâmbio de obras entre sociedades congêneres parecia ser algo absolutamente corriqueiro na rotina institucional, afinal, os sócios correspondentes eram pródigos nesse tipo de prática. Por conta disso, não era oculto àquela sociedade científica o que se produzia no mundo, inclusive por aqueles nomes consagrados pela história da geografia de todos os tempos, conforme é o caso

⁵⁹⁴ Consultou-se aqui, também, não só o período correspondente à permanência de Justiniano como sócio do IHGB (1838 a 1846), mas também o período imediatamente correlato e também posterior à publicação da 2ª edição de seu Compêndio de Geografia (1850).

⁵⁹⁵ Na Introdução desta tese foi comentado, com base na tese feita por Caldeira (2016), que os livros e cadernos de anotações pertencentes a Justiniano não estariam inventariados, o que dificulta a identificação de autores que porventura o teriam direta e claramente influenciado.

de Alexander Von Humboldt, por exemplo⁵⁹⁶. Uma de suas obras, cujo título traduzido em francês era *Exames Cirtique de L'Histoire de La Geographe du Nouveau Continent*, seria objeto de parecer da Comissão de Geografia do Instituto, formada por José Silvestre Rebello e Dr. Lino Antonio Rebello. Boa parte das obras e autores estrangeiros vinham de tradução secundária, particularmente da língua francesa⁵⁹⁷.

A mencionada Comissão fizera “juízo” elogioso à obra de Humboldt:

Alexandre Humboldt é um nome tão conhecido entre o sábios modernos, e ocupa entre eles um lugar tão distinto, que a Comissão mal se anima a expender algumas ideias suas; pois que o autor é considerado nas ciências de que se tem ocupado, como um clássico, e portanto as opiniões mal podem ser contravertidas por indivíduos com poucos conhecimentos, e que vivem em países, onde por ora não há recursos literários, que consultar, como se encontram nas vastas Bibliotecas da Europa; e portanto deve merecer desculpa o pouco que a Comissão se anima a dizer. (Cf. RIHGB, Tomo Segundo, 1840/1916, p. 107).

Essa atitude intelectual aparentemente submissa não parecia ser muito apreciada por Justiniano, e tal contrariedade já pudera ser verificada neste trabalho (particularmente no primeiro capítulo). Parecia ele antecipar em sua ardente defesa da importância da autonomia intelectual nacional (desde os tempos da Sociedade Filomática...) a ideia rodriguiana acerca do “complexo de vira-latas” do brasileiro, incluindo a elite intelectual⁵⁹⁸; isto é, prefere exaltar a matriz cultural europeia em detrimento de um auto-reconhecimento e de uma autoestima nacional. E de fato – como diria Ilmar de Mattos – tratava-se de uma sociedade eivada de hierarquias, inclusive na escala de valor intelectual. Exemplo disso consistiria em

⁵⁹⁶ Não é incomum – aliás, era mesmo obviamente de se esperar... – o relato de obras de geografia adquiridas pelo Instituto ou a ele doadas. Por exemplo: nos registros de despesas disponíveis em Ata da 79ª Sessão de 12 de janeiro de 1842, constava a compra da obra “Curso metódico de Geografia” ou mesmo de outros livros, “(...) manuscritos e mapas geográficos”, no preço, respectivamente de “11\$950” e “400\$000”. Cf. RIHGB, 12/01/1842, pp. 98-99.

Antes disso, registrava-se em ata da 27ª sessão (16 de novembro de 1839) informações hoje preciosas quanto a sugestões de compras, como a seguinte: “O Sr. desembargador Pontes [então relator da comissão de história] (...) Propôs (...) que por conta do Instituto se comprasse a obra *Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent, par Alexandre Humboldt*, e fosse remetida a uma comissão para dar o seu parecer a respeito. Foi aprovado, e o Exmo. Sr. Presidente nomeou *ad hoc* a comissão de geografia.” Cf. RIHGB, Tomo 1, 3ª ed., 1908/1839. p. 272.

No relato da 81ª Sessão há também exemplos de doações de obras feitas ao Instituto, como a do sócio correspondente José de Urculu, que doou o seu “Tratado Elementar de Geografia astronômica, física, histórica ou política”. Cf. RIHGB, 20/02/1842, p. 105.

Enfim, há inúmeros registros acerca dessas práticas de aquisição, doação e câmbios de obras entre institutos e sociedades congêneres de todo o mundo.

⁵⁹⁷ Fenômeno muito comum, aliás. José Paulo Netto – em biografia recente escrita sobre Karl Marx – salienta a mesma tendência acerca do legado da obra marxiana introduzida inicialmente no Brasil através das traduções francesas do alemão. Cf. NETTO (2020).

⁵⁹⁸ Trata-se de conhecida crônica – “Complexo de vira-latas” – escrita por Nelson Rodrigues às vésperas da Copa do Mundo de futebol de 1958: “Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores (...)”. Cf. RODRIGUES, Nelson. À sombra das chuteiras imortais. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 51-52.

demonstrar que a mesma Comissão que se dizia incapaz de tecer um juízo justo sobre a obra de Humboldt, demonstraria ímpeto de sobra para ajuizar e documentar palavras fortes e até desrespeitosas no parecer da obra *Notícias Descritivas da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*:

A comissão de Geografia examinou o livro publicado por Nicolao Dreys (...). O estilo do autor é em geral impróprio e empolado; e em vez de apresentar as suas descrições simples e claras, de modo que parecesse ao leitor o estar vendo os lugares descritos, pelo contrário, pelas palavras e frases de que faz uso, o guinda e eleva tão alto, que lá se perde na região das nuvens e fica sem entender o que leu.

O mapa que acompanha o livro, é tão resumido, que mal se pode ele formar ideias da Topografia da Província; pois que nem a contém toda, faltando uma parte do terreno entre o Arapeí, limite meridional da Província ao Sul, e o Uruguai; e nem designa os limites da mesma ao Norte, entre as de Santa Catarina e São Paulo. (...). Cf. RIHGB, Tomo Segundo, 1840/1916, p. 100.

Como se pode constatar, os pareceres poderiam abrigar avaliações proporcionais e sinceras à altura do valor intrínseco de cada contribuição, mas a hierarquia de valores impunha um doseamento de palavras apropriadas para cada documento, ora submissas, ora soberbas e desrespeitosas de certo modo.

Humboldt não seria o único a ser lembrado pelos membros do IHGB; outro *padre putativo da Geografia Contemporânea*⁵⁹⁹ seria Ritter. Este fora citado e servira de base teórica em longo relatório dedicado aos dois anos de existência do Instituto, no qual Januário da Cunha Barbosa, Secretário Perpétuo do Instituto, dedica significativa reflexão acerca da Geografia, de sua relação estreita com a História, e o papel de ambas as ciências no propósito de se construir uma imagem civilizada e grandiosa do Brasil:

A Geografia, como escreve o sábio Ritter, não pode dispensar-se da coadjuvação da História, porque não pode deixar de ser uma ciência real das relações do nosso globo com o espaço; da mesma sorte que a História, ocupando-se da sucessão dos acontecimentos no tempo, tem a necessidade de um teatro, em que se operam os fatos que relata. **O objeto da Geografia é o estudo da superfície da terra; mas não merecera o nome de ciência se se contentasse de estudar somente as formas materiais e os acidentes que a cobrem. A superfície da terra é o teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo da sua ação, e com ele está em uma relação eterna. Nem todos os acontecimentos de que tem sido teatro lhe pertencem, é verdade; porém alguns há de que não pode jamais separar-se. As emigrações dos povos; as descobertas que abreviam os espaços mais distantes; as plantas e os animais, que servem à vida do homem, por ele transportados de um país a outro; os elementos submetido ao seu poder; os raios obedecendo ao seu chamamento; a terra cobrindo-se de cidades sob sua mão fecunda; os rios dirigidos, represados, e não poucas vezes tomando o curso que lhe traça o povo habitador de suas margens; tudo isto pertence à História, sim, mas pertence também à Geografia, porque estes fenômenos têm uma imediata relação com o espaço, e sobre ele exercem uma bem clara influência.**

A civilização ensina por toda a parte a coadjuvar a natureza. Vemos plantas selvagens como que recuarem diante de plantas cultivadas; águas

⁵⁹⁹ CAPEL (1981).

confusamente estagnadas tomar pouco a pouco seu curso; bosques caírem para darem lugar a campos cultivados; e quando as relações cósmicas persistem sempre imutáveis, as telúricas mudam e modificam-se com os tempos. Separar a História da Geografia é fazer retroceder a ciência, é não querer atingir o seu fim.

A influência da natureza sobre o desenvolvimento pessoal dos povos pouco a pouco se tem enfraquecido, à proporção que eles se tem adiantado na vida: a humanidade civilizada desprende-se morosamente, assim como o homem individual, dos fortes laços da natureza, e do lugar que habita. Nós temos disto inumeráveis exemplos, e o Egito bastará para o fornecer em abundância. Nos primeiros séculos de Jesus Cristo um muro quase invencível separava o Meio-dia civilizado da Europa, dos bárbaros do Norte; hoje a cordilheira dos Alpes é facilmente acessível, povoada, cultivada; além desaparecerão os bosques, o clima se fez doce, e sobre a vertente setentrional a vida tão fácil e agradável como sobre a vertente meridional. Os progressos da navegação tem posto em uma relação novíssima os povos, os continentes e as ilhas. Diversas partes da terra como que se tem aproximado; o Oceano Atlântico não é por assim dizer mais do que um braço de mar, que já se atravessa em bem poucos dias. O vapor tem operado espantosos prodígios; tem como lançado pontes sobre estreitos, rios e mares. Na região das calmas sobre os Oceanos, em que a navegação de velas se tornava inútil, o vapor quebrou completamente a pesada cadeia que prendia os navios nesses lugares.

Mas desculpai-me, Senhores,, se partilhando o justo entusiasmo de um sábio Acadêmico, quando ponderava as vantagens do estudo da História e da Geografia enlaçadas em um só empenho, como no nosso Instituto, eu de alguma sorte me apartasse do objeto principal de que sou incubido. E poderia eu mostrar-vos com bastante clareza a utilidade deste nosso Estabelecimento, sem de alguma sorte lembrar-me das vantagens gerais de um estudo, que ornando o espírito dos homens o enriquece de verdades interessantíssimas, e o habilita para os maiores empregos da Nação? Ocupamo-nos, sim, da História e da Geografia do Brasil; temos em primeira vista coligir em prontuário infinitos documentos espalhados pelo Império, que sirvam ao gênio para mais comodamente marcar as relações que devem ter os nossos fatos memoráveis em um corpo da História, organizado com verdade e sabedoria. Mas o Brasil não está por ventura em relação com os povos do mundo, e com os progressos da geral civilização? A descoberta da América não influiu poderosamente para essa revolução de política e de sabedoria, que desde o século XV tem arrebatado o espírito humano a uma esfera de glória, que lhe parecera até então inacessível? Se assim é, meditemos primeiramente sobre as vantagens gerais da História e da Geografia, para melhor compreendermos as que devem resultar de nossas fadigas, com aplicação ao nosso adiantamento e à nossa honra. (Cf. RIHGB, Tomo Segundo, 1840/1916, Pp. 587-589. Grifos nossos).

Entre lições de *terra enquanto teatro da vida humana* e de visão focada na *relação entre a superfície terrestre e a atividade humana*⁶⁰⁰, essa noção em torno da natureza da ciência geográfica de então seria capaz de demonstrar uma essência epistemológica e utilitária muito maior do que aquela imagem de disciplina meramente descritiva e mnemônica que se pensava ser a essência desse conhecimento à época. Era certamente no bojo desse ambiente acadêmico que a Geografia escolar de então parecia encontrar interlocução, embora condicionada às suas devidas necessidades pedagógica de adequação de linguagem. É

⁶⁰⁰ Tratam-se de fundamentos epistemológicos da Geografia Ritteriana, em que a atenção se centra no homem, enquanto que a Terra passa a ser objeto de uma atenção secundária, aparecendo, sobretudo, enquanto teatro da vida humana. (Cf. CAPEL, 1981).

possível, portanto, reforçar a ideia de que Justiniano dialogava com a Academia da época, mas mantinha perene a tradição muito particular e anterior da Geografia ensinada nos compêndios escolares, uma Geografia relativamente autônoma, ainda relacionada à tradição clássica (de Ptolomeu e Estrabão – conforme será analisada no próximo capítulo), embora não desgrudada dos novos e atualizados debates, incluindo os de essência epistemológica.

Voltando a Justiniano em si, e passados alguns anos de vinculação dele junto ao Instituto sem que a sua participação tenha sido destacada (o que, aliás, parecia ser a realidade mais comum entre a maioria dos sócios...⁶⁰¹), consta nos arquivos uma carta através da qual ele se exonera da condição de membro. A sua fotocópia pode ser encontrada publicada em anexo na biografia produzida por Elmano Cardim (1964) e também aqui neste trabalho⁶⁰². Diz o teor da carta dirigida ao Secretário do Instituto:

Ilmo. Sr. Secretário
Participo a V.S.a. que não me é mais possível continuar a ser membro dessa distinta e patriótica sociedade. Peço a V.S.a. o obséquo de isso mesmo lhe fazer constar para que me julquem desobrigado dos deveres por ela impostos.
Deus guarde a V.Sr.a. Ilmo. Sr. Secretário do Instituto Histórico Geográfico.
Rio de Janeiro 3 de maio de 1846
Justiniano J da Rocha (Cf. CARDIM, 1964, ANEXOS).

Com carta datada em 3 de maio de 1846, não é possível saber precisamente o motivo da saída de Justiniano, mas a cronologia dos fatos coincidem com outro acontecimento relevante de mudança no Instituto. Naquele mesmo ano, em 22 de fevereiro, falecera aquele que fora o seu primeiro Secretário Perpétuo, o Cônego Januário da Cunha Barbosa. Logo em seguida, em Sessão Extraordinária (a 145ª Sessão em 8 de março do mesmo ano...), reuniam-se os sócios para elegerem, “em escrutínio secreto”, um substituto para Barbosa. Nessa mesma sessão, após longo discurso “de baixar corpo à sepultura” proferido pelo orador oficial do Instituto e, ao mesmo tempo, um dos grandes desafetos de Justiniano – Manoel de Araújo Porto Alegre –, foi proposta “(...) que todo o sócio que de correspondente [passasse] a efetivo, ou qualquer outro indivíduo que [fosse] logo admitido nesta classe, se [obrigasse] a apresentar na primeira sessão pública aniversária o elogio do último membro efetivo falecido, **não se privando contudo ao orador do Instituto do seu direito.**” Ora, Porto Alegre foi o mesmo que fizera anos antes a charge de Justiniano ridicularizando-o e reforçando a alcunha de *pena de aluguel* da causa regressista (sinônimo de jornalista vendido, mercenário...). Acredita-se

⁶⁰¹ A participação mais ostensiva fica realmente restrita a alguns nomes: o próprio Cônego Januário da Cunha Barbosa e outros membros da mesa diretora (José Silvestre Rebello, por exemplo), e alguns sócios correspondentes que mais tarde viriam a ter um peso relevante no Instituto e fora dele, como Francisco Adolfo de Varnhagen ou mesmo Duarte da Ponte Ribeiro.

⁶⁰² Vide também ANEXO H.

que o episódio tenha criado o ambiente perfeito para Justiniano não se sentir mais à vontade em permanecer no Instituto.

3 UMA GEOGRAFIA DESPRETENSIOSA OU UMA GEOGRAFIA DOUTRINÁRIA?

Volta-se neste capítulo à celeuma em torno do Compêndio de Justiniano no senado em busca da essência e do propósito da Geografia por ele produzida. O que teria suscitado o combate à obra escolar dita por seu autor como tão despretensiosa, uma obra supostamente incapaz de suscitar debates e desconfianças da parte de senadores em oposição à materialização do projeto educacional institucionalmente representado pelo *Imperial Colégio de Pedro II*? Que problema tão grave haveria numa obra dirigida *somente* à “mocidade brasileira de pouca idade e de conseqüente acanhamento intelectual”?

O intuito deste capítulo, portanto, é justamente demonstrar como, apesar de parecer escamoteado o verdadeiro sentido de sua obra didática de geografia, o pensamento geográfico de Justiniano estava alicerçado nas problemáticas de um país em formação. A necessidade de ensinar este saber disciplinar encontrava guarita na missão em se instruir uma classe específica diante da tarefa de governar o país. O objetivo desta capítulo, portanto, é demonstrar que a Geografia escolar de Justiniano tinha propósito utilitário embora se escamoteasse, em parte, na reprodução de conteúdos tradicionais da vulgata. Era uma mescla de elementos comuns a outros compêndios da época e elementos autorais de um dos maiores panfletários da ordem conservadora naquele momento.

3.1 Doutrinas de *Dr. Rocha*

O item 2.4 deste trabalho procurou apresentar como Justiniano construiu suas relações e se ambientou nos assuntos de interesse público do país. Sua primeira obra demonstra o quanto suas preocupações – para além das de ordem pessoal – envolviam a necessidade de compreensão de como determinações jurídicas, políticas e administrativas, exaradas do Ato Adicional de 1834, foram capazes de configurar uma dinâmica territorial descentralizada do país, ameaçando, em seu entender, a própria integridade do Império.

Originalmente, a obra *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil, e especialmente sobre o júri* procurava destacar os problemas da organização do sistema judiciário, e – conforme já dito neste trabalho – acabou por revelar um jovem advogado descontente com a política de nomeação de cargos elegíveis como juiz de paz e júri,

quando, em sua concepção, a tarefa de julgar seria um atributo exclusivamente reservado aos juízes de direito. Nesse sentido, essa inaugural obra traduziu a pena de um autor crítico objetivado no ato de convencer o público, e não apenas entreter, como muitas vezes acontecia em debates públicos dosados pelos discursos retóricos dos oradores focados no *delectare*...

Daquela inaugural obra para um lugar de destaque na imprensa política foi um pulo. Justiniano passou a criticar sistematicamente em seus periódicos o que chamava de “excessos de liberdades” respaldados pelo Ato de 1834. Reforçava as vozes ou mesmo “puxava o coro” na imprensa dos antigos moderados ora matriculados no *regresso* para que o governo de Feijó estancasse todas as ameaças à manutenção da unidade político-territorial do país e deixasse de ser permissivo com os conflitos no sul (São Pedro do Rio Grande do Sul) – quando então tratava seus líderes (os farroupilhas) de forma muito diversa da dos líderes dos conflitos do norte (Pará), os cabanos, de raiz mais popular⁶⁰³.

Foi no bojo dessa longa trajetória na imprensa, entremeada por outras experiências paralelas, que Justiniano abordava não apenas assuntos políticos. Em *O Chronista*, por exemplo, havia espaço para outros assuntos que contemplavam publicações de trechos traduzidos de obras de autores modernos da literatura dita universal (diga-se, europeia...) e assuntos como... *Geografia!* Foi assim que Justiniano, por intermédio do trabalho de tradução do famoso escritor francês Alexandre Dumas, se reportou à “Geografia Antiga” extraída das obras clássicas de Homero ou de textos sagrados do Antigo Testamento. Nessas obras, a concepção de *geografia* remetia-se à ideia de “uma ciência concebida para descrever a Terra”. Complementava ele a definição: “A primeira ideia que os povos conceberam da terra foi que ela tinha a forma de um vasto disco rodeado de todos os lados por mares inavegáveis e maravilhosos.”⁶⁰⁴ Dando prosseguimento, continuava a atribuir a povos antigos os mesmos sentimentos de pátria que o movia, como se o conceito moderno de nação fosse atemporal: “Depois cada povo por um sentimento de orgulho nacional, figurou que o mundo fora feito para ele, e conseqüentemente supôs que habitava o centro deste mundo.”⁶⁰⁵

Sem sombra de dúvidas era em tom panfletário e eivado de concepções ideológicas estrategicamente empregadas e culturalmente respaldadas que Justiniano escrevia seus textos de forma muito marcante com impactos sensíveis na opinião pública de então. No curso de quase 30 anos de vida pública (1835-1862) escreveu – como visto – sobre vários temas tendo

⁶⁰³ Esse tipo de permissividade, aliado à distinção de tratamento do governo de Feijó em relação aos líderes farroupilhas comparado aos cabanos, foi objeto de crítica de Justiniano em vários artigos de *O Chronista*.

⁶⁰⁴ *O Chronista*, N. 6, 20/6/1836.

⁶⁰⁵ *Ibidem*.

por pano de fundo um quadro político efervescente no qual a questão mais importante da formação daquela sociedade e do país era de natureza geográfica, qual seja, o esforço de manutenção territorial frente às possibilidades de fragmentação e desmembramento do Império em várias repúblicas, à semelhança do que ocorrera com a América Hispânica. Essa constatação não deixa de respaldar a tese de Moraes (2008) quanto ao papel determinante da geografia (discurso e materialidade) na formação brasileira.

É importante esclarecer que a necessidade de manutenção do território abrangia pautas temáticas da política que iam desde uma espécie de arranjo federativo (Ato Adicional e as possibilidades e limitações da autonomia provincial), passando pela manutenção ou abolição da escravidão, pela situação fundiária (e a criação de obstáculos de acesso à terra pelo “povo miúdo” ou cativos alforriados ou, ainda, colonos europeus) até o debate em torno da soberania do país frente a sinais de sua violação (caso das pressões britânicas em relação ao tráfico negreiro – e episódios de apreensão de navios nacionais; caso das investidas estadunidenses na Amazônia; caso do conflito na Bacia do Prata).

É no período condizente ao intervalo de vida e de atividade laboral/intelectual de Justiniano que o Brasil desconhecido se tornava desvendado pelas expedições exploratórias feitas em boa parte por estrangeiros, cujos resultados eram considerados nas sessões do IHGB. É também nesta época que uma *geografia escolar* fazia sentido nas páginas de um opúsculo e na boca de um professor diretamente comprometido com uma causa.

O que se segue adiante é uma tradução sintética do conjunto de seus escritos sobre a geografia do Brasil num contexto peculiar de afirmação de um projeto de país. Parte significativa desses escritos e de seus sentidos são encontrados fragmentariamente nos seus artigos jornalísticos; outra parte vem de obras com as quais ele dedicou parcela de sua atenção a desenvolver pensamento de nítido teor espacial, geográfico, embora em seus títulos tal teor não transparecesse. A única obra nomeadamente geográfica foi o seu compêndio. Não era uma geografia vulgar; possuía dados que só representantes do governo poderiam obter e que somente filhos da classe senhorial podiam ter acesso. Era uma geografia objetivada num sentido utilitário, orientada em desenvolver em seus alunos a capacidade de compreender o Estado em sua dimensão espacial, diferenciando-se da mera proposta de tornar a disciplina um engodo simplório e enfadonho.

3.1.1 Um território vasto a se preservar: diagnósticos e propostas

A conjuntura ameaçadora ao vasto território encontrava nos regressistas como Justiniano uma militância incansável à causa da ordem e da civilização. Todas as ameaças de levantes, emancipação política, revoltas ou qualquer manifestação de rebeldia oriunda de alguma província era encarada como processo bárbaro. O arsenal ideológico passava necessariamente por um pensamento de implícito teor geográfico. O interior do país era considerado inóspito porque era ocupado dispersamente por indígenas e por rebeldes ou desbravado por exploradores, e sua denominação preferencial era *sertão*, designando um *espaço destituído de civilização*, necessitando portanto de gestão e de algum nível mais denso e organizado de ocupação⁶⁰⁶.

Tratava-se do *modus operandi* dos conservadores: denominar os espaços para melhor identificá-los e posteriormente valorizá-los⁶⁰⁷. No projeto conservador de país, objetivava-se garantir a apropriação e manutenção de seus fundos territoriais, transparecidos na designação “Império do Brasil”. Este nome – conforme já se explicitou na parte introdutória deste trabalho – pressupunha uma motivação expansionista direcionada para dentro dos limites territoriais herdados (ou seja, em direção aos sertões, espaços vazios desprovidos de população “civilizada”, vilas/ cidades, estradas e demais marcas técnicas da época). Era necessário, portanto, estabelecer a dicotomia civilização-barbárie ou civilização-sertão para designar uma motivação expansionista. E isso apreze de maneira inusitada e emblemática em artigo de Justiniano quando este se referiu certa vez aos periódicos oposicionistas que pouco tempo antes questionaram a ordem conservadora e apoiaram as lideranças da Revolução Praieira (1848-1850):

Quantas vezes entre nós tem a facção anárquica erguido o seu grito de guerra contra a sociedade, e quantas vezes tem sido derrotada? Que mal fado pois persegue a nação brasileira que, sempre vencedora dos que a querem conquistar, sempre os vê, fracos e derrotados embora, reerguerem-se para novos combates?

Percorram-se os fastos desses vinte e oito anos de nossa vida política, e o que veremos, raro é o dia em que a autoridade não tenha de pleitear a sua existência no campo de batalha; nunca foi ela derrotada, nunca as revoltas foram revoluções, e apesar disso pode-se dizer que o país sofre uma agitação revolucionária permanente, às vezes em estado crônico, às vezes de perigo agudo (...).

⁶⁰⁶ O termo era usualmente utilizado como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade. (Cf. MORAES, 2009, particularmente o 5º capítulo, “O sertão: um ‘outro’ geográfico”).

⁶⁰⁷ “O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento.” (Idem, p. 90).

(...)

Esses assassinatos que tão horríveis se reproduzem nas nossas províncias, esses levantamentos de facínoras que aos bandos ocupam as matas e devastam as populações isoladas.

E porque [essa *enfermidade*, diria Justiniano...] não é combatida? Porque? falemos francamente, porque a autoridade não tem consciência de si, e da sua sagrada missão. No dia em que um faccioso, aproveitando esses fáceis elementos que a **população pobre, inculta e feroz dos nossos sertões** lhe ministra, aproveitando-se desse milheiro de facilidades que lhe oferecem as circunstâncias do país, quer pela **dificuldade das comunicações, quer pela raridade da população, quer ainda pelos defeitos de uma legislação fatora da impunidade**, apresenta-se em campo o archote do incendiário, ou com o ferro do homicida (...).

(...) lançai os olhos para as publicações com que a oposição insulta a imprensa fluminense, vede o *Grito*, vede o *Mercantil*. Cúmplices reconhecidos da revolução praieira, depois de a terem por todos os modos procurado auxiliar e propagar, ei os que se convertem em acusadores, dizemos mal, em insultadores frenéticos do governo, e lhe fazem pagar caro o arrojo com que defendeu as instituições ameaçadas, a vida e a fortuna dos cidadãos **postas em risco pelos comunistas⁶⁰⁸ do sertão.**⁶⁰⁹

Quanto aos espaços já povoados, seria necessário melhor administrá-los, e essa tarefa passava também por uma lógica espacial que melhor operasse essa organização e controle.

O avesso deste projeto encontrava-se representado pelos movimentos separatistas, que fizera do período regencial o mais delicado da história, dada as ameaças reais de fragmentação territorial e política que foram surgindo com muita contundência através de conflitos eclodidos em diferentes quadrantes do Império.

Portanto o problema sob o ponto de vista conservador existia, estava muito bem diagnosticado e era relatado e denunciado a todo o momento nos periódicos escritos por Justiniano. Se fazia necessário, todavia, vislumbrar alguma dose de propostas para a gestão do território, como a que apareceu, por exemplo, em *O Atlante*.

Justiniano propunha numa edição daquele jornal uma subdivisão ainda maior da organização político-administrativa vigente, acreditando estar na sua proposta a eficácia da gestão depositada na escolha das menores escalas geográficas como base da ação estatal.

⁶⁰⁸ A alusão ao termo remete-se à novidade lexical e ideológica recebida pela Revolução Praieira das “Revoluções de 1848” ou “Primavera dos Povos” no continente europeu.

⁶⁰⁹ *O Brasil*, N. 1559, 08/01/1850. Grifos nossos.

Importante salientar que o trecho aqui colocado como exemplo de uso do termo não é pinçado a título de exceção. Na sua primeira e reconhecida obra *Considerações sobre a Administração da Justiça Criminal* (1835), é possível destacar um trecho encontrado no item “Jurisdição criminal no Brasil”, no qual Justiniano incorpora o referido termo (*sertão*) em suas análises através de uma nota* de fala do então Presidente do Ceará: “Lembre-mos que o Brasil não se limita ao Rio de Janeiro, que nossas leis devem também ter execução **nesses vastos sertões, onde o assassinio é um ato indiferente, quando não é meritório**”. Nota*: *Fala do então Presidente do Ceará*, “(...) quando então abriu a Assembleia Provincial.” In ROCHA, Justiniano José da. *Considerações sobre a Administração Criminal no Brasil, e especialmente sobre o Juri*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De Seignot-Plancher E. C., 1835.

A *nova forma de divisão do território* era apresentada como antídoto às ameaças de desordem e, no limite, à sua fragmentação. Justiniano considerava oportuno debater na imprensa – a extensão da tribuna política... – uma *teoria das administrações locais*; considerava que o *maior número de escalas* facilitaria as *boas* práticas administrativas. Via nas “mui grandes” divisões administrativas o princípio da ineficácia que fragilizava a gestão central, argumentando que os municípios eram a menor subdivisão até então existentes depois das províncias. Mesmo sabendo da existência das comarcas, capelas e freguesias, alegava que eram todas divisões judiciais ou religiosas, mas nada tinham de administrativas, ou seja, seguiam critérios ineficazes para os propósitos do governo.

Não se privava em denunciar o perigo que isso representaria para o país:

Assim temos em tão grande e tão extenso Império, 18 Províncias divididas a esmo, sem proporção de riqueza, nem de indústria, nem de população, nem mesmo de território, e cada uma dessas Províncias subdivide-se em maior ou menor número de municipalidades, feita também a esmo, e pelo acaso, essa subdivisão.

Quanto é viciosa tal divisão, é tão saliente que escusamos demonstrá-lo. – As Províncias são mui grandes, tem muitos interesses, necessitam de muitos direitos, e assim podem facilmente *independentizarem-se*.⁶¹⁰

O raciocínio geográfico acima sugeria uma subdivisão entre as instâncias administrativas das províncias e das municipalidades. Evocava o exemplo da Inglaterra, entendida como próspera devido às suas subdivisões administrativas e ao estabelecimento de consistórios, a fim de sugerir a criação de Distritos ou Condados, guiado sob a perspectiva de melhorar a ação e a vigilância do governo. Não seria uma repartição apenas de funções administrativas, mas uma fragmentação das grandes extensões territoriais (províncias e mesmo municípios) em pequenas proporções facilitadoras do controle. Em outros termos, a proposta de gestão depreendia atingir diretamente a dimensão fático-material interna do território. Em suma:

Admitido esse sistema, teremos a ação administrativa; 4 vezes subdividida – 1º Império em 18 Províncias – 2º a Província em Distritos ou Condados – 3º o Condado em Municípios – 4º os municípios em Paróquias, e portanto mais ativa e menos usurpadora.

“Sobre esse sistema chamamos a atenção de nossos Estadistas; (...)”⁶¹¹

Destaca-se na proposta a força dos argumentos, do exercício da lógica espacial das coisas (a localização, distribuição e extensão dos elementos humanos e dos recursos...) e dos exemplos diante da necessidade de uma melhor gestão do território, elucidando a partir do

⁶¹⁰ *O Atlante*, N. 11, 10/6/1836.

⁶¹¹ Idem. A íntegra do artigo encontra-se no ANEXO J.

exemplo do Município da Corte, de como, mesmo perto (na capital do Império!), o controle do governo se fazia ineficaz. Queria Justiniano aperfeiçoar o controle territorial e, por extensão, o controle social.

Não se sabe com precisão os desdobramentos desse debate. Acredita-se que Justiniano tenha antecipado a Paulino José Soares de Souza, em mais de vinte anos, a atenção à importância de uma boa administração pública envolvendo a divisão territorial. O futuro Visconde do Uruguai dedicara em sua obra publicada em 1862 – *Ensaio sobre o direito administrativo* – um capítulo a essa temática: “Influência da divisão territorial, população e riqueza”, no qual inicia o texto com a inspiradora citação:

“La première base d’un bon système administratif c’est une bonne division du territoire. Les circonscriptions administratives sont, en effet, les sphères, dans lesquelles il est donné aux autorités locales de se mouvoir et d’agir.”

Trolley, *De la hiérarchie administrative*⁶¹²

Paulino e Justiniano, como visto anteriormente, eram amigos próximos (amigos íntimos, segundo bisneto do primeiro⁶¹³...). Além de correspondências, permutavam leituras, como as de Guizot e outros, conforme já visto neste trabalho. Não seria de estranhar, portanto, que assunto como o da divisão administrativa do território do país não viesse a encontrar oportuna troca de impressões. A única diferença é que Justiniano muito provavelmente não chegara a ler a obra de Paulino porque esta foi publicada no ano de sua morte. Isso não impede de se vislumbrar algum nível de influência (mesmo que pequena) do pensamento geográfico de Justiniano no trabalho do Visconde do Uruguai⁶¹⁴.

Antes do Visconde publicar essa obra, já era possível observar Justiniano colocando na conta do Ato Adicional de 1834 a ineficácia vigente da organização territorial do país. Em *O Regenerador* manifesta ele o cerne do problema duradouro:

Sabe-se que pelo ato adicional a circunscrição e a divisão territorial das províncias compete às assembleias provinciais; são elas que criam freguesias, termos e comarcas. Ora os funcionários que essas criações tornam necessários são pagos pelos cofres de renda geral. Daí embaraços tanto mais graves, quanto sabemos

⁶¹² Visconde do Uruguai utiliza esse trecho em seu famoso trabalho: “A primeira base de um bom sistema administrativo é uma boa divisão do território. As circunscrições administrativas são, com efeito, as esferas nas quais é dado às autoridades locais se mover e agir.” Trolley, *Tratado da hierarquia administrativa*. (N.O.). Cf. URUGUAY, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862, 2 tomos. In CARVALHO (2002, p. 115).

⁶¹³ SOUZA (1953).

⁶¹⁴ “Todas [as divisões] devem ser formadas em atenção ao território, à população, aos impostos que pagam e aos meios de comunicação: combinados esses elementos quando seja possível combiná-los. (...) As divisões políticas, administrativas e judiciárias e a organização política, administrativa e judiciária são coisas que têm entre si a ligação a mais íntima, e devem estar em completa harmonia.” (Visconde do Uruguai In CARVALHO, 2002, Pp. 115-116).

que as divisões de freguesias servem belamente aos manejos eleitorais, e que o patronato, sempre dominador nas assembleias provinciais, pode muitas vezes, cedendo à pressão dos juizes municipais, determinar a criação de novas comarcas.

Se a despesa com os párcos, com os juizes de direito saísse da renda provincial haveria esse freio à boa vontade das assembleias; mas saindo do tesouro não há garantia alguma.⁶¹⁵

A questão eleitoral⁶¹⁶, a dinâmica populacional guiada por forças mercantis/econômicas ou por outras contingências⁶¹⁷, a herança do sistema colonial das capitanias e das

⁶¹⁵ *O Regenerador*, N. 54, 18/6/1861.

⁶¹⁶ Em consonância com a percepção de Justiniano, Visconde do Uruguai diz: “A prova de que não temos uma divisão territorial conforme aos princípios que as devem regular está nas leis dos círculos* e dos distritos eleitorais. Essas leis não adotaram nenhuma das divisões territoriais existentes, e, sem atenção às mesmas, mandaram fazer divisões especiais. Do mesmo modo procederam as leis sobre a Guarda Nacional e a de 3 de dezembro de 1841**. Cada uma delas procurou esquivar-se aos inconvenientes das divisões existentes, por meio das divisões *ad hoc*.” (URUGUAI, 1962 In CARVALHO, 2002, p. 117).

* “A lei dos círculos, de 19 de setembro de 1855, estabelecia que cada província seria dividida em tantos distritos eleitorais quantos fossem os deputados que deveriam representa-la na Câmara, cada distrito elegeria um deputado e um suplente. Esta lei foi alterada por decreto de 18 de agosto de 1860, que estabeleceu a divisão das províncias em distritos eleitorais de três deputados. (N.O.)” *Ibidem*, nota 32.

** “A Guarda Nacional, criada em 1831, tinha como campo de ação os municípios, as paróquias e os curados. Depois da reforma de 3 de dezembro de 1841, passou a auxiliar os corpos de polícia locais. (N.O.)” *Ibidem*, nota 33.

⁶¹⁷ Uruguai salienta: “A dispersão da população, dispersão cuja tendência é, na frase de um escritor americano barbarizadora, é um dos maiores obstáculos com que temos de lutar, na organização das nossas divisões políticas administrativas e judiciárias. [Continua...] A população que temos, correspondente à de reinos medianos da Europa, está espalhada por um território muito maior que os mais extensos e populosos impérios daquela importantíssima parte do mundo.

Se a população que hoje possui o Império estivesse concentrada em uma das suas mais férteis e mais bem colocadas províncias, posto que mediana em extensão, é fora de dúvida que o Brasil teria tido dobrado adiantamento e possuiria mais que dobrada força. (...) e é difícil unir forças dispersas e separadas por imensas extensões quase desertas.

Antigamente, nos tempos coloniais, a nossa população atraída pela indústria das minas e atuada pelo sistema da metrópole, que conservava os nossos portos fechados ao comércio estrangeiro, afluía e dispersava-se pelo interior, o qual assim foi povoado, bem como as nossas mais longínquas fronteiras. Tende hoje a refluir para o litoral e a aproximar-se de lugares onde possa permutar, e donde lhe seja possível exportar os produtos da lavoura que constituem a riqueza do país. Isto explica o atraso em que vão caindo algumas províncias do interior, cobertas de povoações decadentes ou estacionárias.

Pode-se dizer que a população do interior não se fixou bem ainda.

O nosso sistema de agricultura também não concorre pouco para a dispersão da população. Derrubadas e queimadas as florestas, aproveitada a uberidade das camadas superficiais da terra, estrumadas pelo tempo, o agricultor considerando esterilizado o terreno, porque exige maior trabalho e outro sistema para recuperar a fertilidade, muda-se em busca de terrenos virgens e, portanto, dispersa-se.

Em lugar de se haver formado um sistema de estradas e de se agruparem os núcleos disseminando em direções diversas e descontraídas. As estradas como que andaram procurando esses núcleos, às vezes insignificantes para ligá-los; cada um puxa para seu lado, quer seu caminho, e é atendido segundo a sua influência e protetores; não há portanto sistema. Todas essas estradas juntas apresentam uma extensão extraordinária, com a qual não estão em proporção os recursos de que podem dispor os cofres públicos para mantê-las, Extremamente divididos esses meios nada aproveitam.

A dispersão da população é assim agravada por grandes dificuldades de comunicações.

Nada embaraça mais os melhoramentos das nossas divisões territoriais e da nossa administração.” (URUGUAI, 1962 In CARVALHO, 2002, Pp. 117-119), grifos nossos.

sesmarias⁶¹⁸ e, por último, a presença de um marco legal (Ato Adicional) que descentralizava a gestão territorial impossibilitando uma lógica harmônica da divisão administrativa, jurídica e política do país, tornara as propostas saquaremas de divisão territorial algo muito difícil de ser implementada e sequer seriamente debatida. Eram muitos interesses envolvidos e a existência de uma dinâmica territorial complexa, engendrada em várias escalas, tornara difícil o seu controle e a sua gestão plenos. Certamente a territorialidade estatal passava mais estrategicamente por dispositivos legais outros que envolviam pactos e alianças políticas entre poderes centrais e regionais (uma espécie de *pacto federativo* lembrado por Dolnikoff⁶¹⁹ ou indiretamente sugerido por Alencastro⁶²⁰ e Machado⁶²¹). A realidade do país era muito distinta da vontade dos gestores, e quanto a isso, o Visconde do Uruguai não se iludia em sua mencionada obra ao tratar de enumerá-las⁶²². Justiniano também não, chegando a elaborar outro artigo (*Divisão das províncias*) no qual afirmava:

(...) ninguém contestará que o primeiro cuidado da autoridade (...) deveria ter sido estudar o território do país, estudar todas as suas divisões, estudar todos os elementos de sua estatística, para que fossem-se (sic) gradualmente corrigindo os inconvenientes da antiga divisão, cortando todos os embaraços que podiam empecer a ação administrativa, e facilitando as relações dos povos entre si, com os núcleos naturais de sua indústria e do seu comércio.

Assim não se fez (...).

Basta ver as contínuas questões que se suscitam entre as províncias acerca de suas divisas, essas questões que acusam a nessa péssima organização administrativa, e que seriam uma ocasião sempre presente de ódios, de contestações e até de guerras intestinas, se o centro as não anulasse com a sua influência, para reconhecer que cumpre quanto antes fazer o que a princípio se não fez; **estudar o território nacional em todas as suas relações e dependências, para decretar uma divisão geográfica-administrativa que consulte todos os interesses da população brasileira, em qualquer parte do império em que se ache disseminada.**⁶²³

⁶¹⁸ “É portanto a antiga divisão das capitâneas, divisão do tempo em que o Brasil era colônia e administrado pelos capitães-generais, ouvidores, juizes de fora, provedores etc., ainda a principal base da nossa organização administrativa.

A província de Minas Gerais, com mais de um milhão de habitantes e de 15 mil léguas quadradas, e a imensa província de Mato Grosso têm a mesma divisão e organização administrativa que a do Espírito Santo, a qual pouco mais poderá ter de 49 mil almas e de 820 léguas quadradas. Iguais desproporções se dão entre a província da Bahia e as do Rio Grande do Norte e Santa Catarina; as discrepâncias serão ainda maiores se atendermos às rendas públicas de cada uma. Há portanto desproporções enormíssimas, quanto à extensão de território, quanto à população, quanto à renda e quanto aos meios de aumentar esses elementos.” Idem, p. 117.

⁶¹⁹ DOLNIKOFF (2005).

⁶²⁰ ALENCASTRO (2000).

⁶²¹ MACHADO (1990).

⁶²² Conferir trecho relevante da obra do Visconde do Uruguai, particularmente no capítulo “Influência da Divisão Territorial, População e Riqueza”. Cf. URUGUAY (1862; In CARVALHO, 2002).

⁶²³ *O Velho Brazil* N. 1765, 19/01/1854.

As propostas de Justiniano e o empenho em diagnosticar apontando fragilidades do projeto conservador de país manifestava-se de diferentes formas. Aparecia em debates relativos à fluidez e comunicação entre as partes do território, como a necessidade de equipamento dos portos (faróis, por exemplo, tendo em vista a navegação de cabotagem, ainda predominante em comparação às estradas)⁶²⁴; a melhoria dos serviços de correios (aí sim, apontando a necessidade de investimento em infraestrutura – pontes, aberturas de estradas etc.)⁶²⁵; a necessidade de melhoria de sua logística; a regulação do acesso à terra etc.

Quanto a este último e polêmico tema relativo à estrutura fundiária do país, é bom ressaltar a ação parlamentar de Justiniano em prol da *Lei de Terras*, que regulava a distribuição e o tamanho das propriedades rurais, associada à *Lei Euzébio de Queiroz* (saquarema e amigo muito próximo de Justiniano), que facultava o fim do tráfico negreiro.

À votação desta última, a *Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850*, que estabelecia “(...) medidas para a repressão do tráfico de Africanos (...)” no Império, Justiniano não pudera comparecer na sessão que a aprovara, justificando sua ausência na Ata do dia em que não houve sessão parlamentar⁶²⁶, mas fizera questão de registrar em *O Brasil* o seu apoio à medida, para depois transcrevê-la integralmente no periódico:

Acaba de ser sancionada a lei da repressão do tráfico.
É ela uma das mais importantes que tem sido votadas este ano, e se for perseverantemente executada marcará o começo de uma nova era para a sociedade brasileira. Já muito nos temos ocupado com a questão por ela suscitada; não fazemos pois novas observações, tanto mais quanto o único jornalista que parecia querer impugná-la, de há muito se retirou do debate. Contentamo-nos pois com transcrevê-la, fazendo votos para que em sua execução o espírito de perseverança e de justiça

⁶²⁴ “É com extraordinário prazer que ouvimos qualquer notícia de aumentos ou melhoramentos no Brasil. O nosso Comércio acaba de receber novas facilidades com estabelecimento de mais dois faróis na nossa Costa.” Comemorava Justiniano a chegada de um farol para o Maranhão proveniente de Liverpool, e outro para a Bahia, proveniente de Londres. Cf. *O Atlante*, N. 4, 13/5/1836.

⁶²⁵ Ao tecer elogios ao Correio da Inglaterra, Rocha salienta que um serviço de correio eficaz necessitaria de três qualidades: extensão, regularidade e presteza. “Em qualquer destes pontos, o correio da Grã-Bretanha tem tocado a perfeição possível.” Ao tecer comparações ao serviço de correio prestado no Brasil, registra Rocha ao considerar a necessidade de fluidez dos fluxos de trocas: “Nem extensão, nem regularidade, nem presteza se conhecem no nosso correio.” *O Atlante*, N. 4, 13/5/1836. Reportando-se ao conceito clássico de “Divisão do Trabalho” mencionado por Adam Smith em “A Riqueza das Nações”, Justiniano não deixava de apontar as carências infraestruturais do território brasileiro e a ineficácia administrativa dos serviços, incomparáveis aos padrões da malha de serviços de transporte e de padrões de qualidade europeus, sobretudo britânico, referência à época para todas as demais potências mundiais, como pode atestar o historiador Eric Hobsbawn em *Era das Revoluções*. Cf. HOBSBAWN, 2007.

⁶²⁶ “Ata de 4 de Setembro – Às 11 horas da manhã fez-se a chamada, e achando-se reunidos os Srs. (...); o Sr. presidente declara não haver hoje sessão. Faltaram com causa participada os Srs. (...) Rocha (...)”. Coleção Anais da Câmara dos Deputados 04/09/1850, p. 800.

vença todos os embaraços que o interesse, as preocupações e a corrupção lhe onde opor.⁶²⁷

Mesmo apoiando depois de um tempo a iniciativa conservadora para a abolição do tráfico, Justiniano só manteria a publicação de *O Brasil* até dezembro daquele ano. Seus correligionários certamente o convenceram a retemperar o brio patriótico diante das inconvenientes e soberbas investidas da Marinha Britânica ao tráfico, violando a soberania nacional.

Ainda assim restavam dúvidas quanto ao seu apoio à medida legal. Paulino José Soares de Souza (que ainda não era o Visconde do Uruguai) comentara com outro amigo de Justiniano, Firmino Silva:

O Rocha cessou a publicação d'*O Brasil*. Não sei bem porque, e há tempos que não o vejo. Senti que ele, que nos ajudara escrevendo contra o tráfico, mudasse depois, escrevendo contra o que os traficantes chamam reação, como se fosse possível dar algum passo contra o tráfico sem excitar o clamor de tantos interessados.⁶²⁸

Tratavam-se de questões nefrágicas naquele meados de século XIX, afinal, a fração mais poderosa da classe senhorial foi a grande responsável pela expansão e pela manutenção do cativeiro no Brasil⁶²⁹. Foi particularmente na aliança entre interesses mercantis e políticos no bojo da máquina estatal a partir de 1835 que o volume de africanos contrabandeados como escravos chegou a elevada marca de 700 mil pessoas violentamente negociadas nos quinze anos subsequentes⁶³⁰. Tudo em nome do progresso econômico e civilizacional.

O Império foi arquitetado numa lógica social escravista, ainda que tivesse pactuado estrutura política em bases liberais e ainda que internacionalmente estivesse conectado a sociedades vinculadas ou não à escravidão, como eram os casos de Cuba e sul dos Estados Unidos de um lado e Nordeste da América e Europa de outro.

⁶²⁷ Cf. *O Brasil*, N. 1649, 05/9/1850, p. 4.

⁶²⁸ *Apud* CARDIM, 1964, p. 23.

⁶²⁹ Nos dizeres chocantes de algumas vozes, a exemplo de José de Alencar em *Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo*, cuja publicação se iniciou em 1867, através da qual se manifestava em defesa da escravidão: “**Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto**” (*Apud* PARRON, 2011, p. 11). A frase ecoava num contexto de gradual processo de emancipação dos cativos, a começar definitivamente a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Os discursos escravistas produzidos no contexto da referida Lei, como o de Alencar, compõem, como diz Parron (2011), “(...) o ponto de chegada, no plano da ideologia e da ação política, de um processo mais amplo cuja montagem data, pelo menos, desde meados do período regencial (1831-1840).” (*Ibidem*)

⁶³⁰ *Idem*.

O problema é que desde 1831 – com a chamada “Lei para inglês ver” (Lei de 7 de novembro que proibiria a importação de cativos) – as pressões externas, guiadas pela lógica de acumulação vigente na fase do capitalismo industrial e do livre mercado, batiam à porta, e isso evidentemente reverberava na organização sociopolítica do país: uma sociedade escravista significava não apenas uma alta porcentagem de cativos na composição populacional e nem somente uma economia dependente da mão de obra escrava, significava igualmente uma estrutura profundamente hierarquizada estaiada na forte influência exercida pela relação escravo-senhor.⁶³¹

Diante desse complexo panorama, abordar o assunto da abolição do tráfico de cativos trazia a reboque a necessidade de reestruturar toda uma cadeia de relações que caracterizava a vida socioespacial do Império. Como assevera Silva (2017),

O tráfico não foi apenas uma operação considerada sórdida praticada a partir das regiões africanas e nos porões macabros de navios negreiros. Foi também uma oportunidade de investimentos na bolsa. O tráfico de escravos, antes de tudo, foi uma atividade capitalista.⁶³²

Por conta disso, mesmo que os saquaremas tenham chegado ao consenso de que chegava a hora de apoiar o fim do tráfico através da Lei Euzébio de Queiroz (1850), na prática, essa decisão desencadeou uma dinâmica interna do tráfico interprovincial de escravizados e no posicionamento distinto das províncias em relação à abolição, sendo isso mais um elemento problematizador (embora não necessariamente comprometedor...) da unidade nacional.

Esclarece Silva (*Op. Cit.*) a respeito:

A valorização dos escravos, que inicialmente se apresentara como uma solução para suprir a necessidade de braços no sudeste depois de 1850, e como um bom negócio, **tornou-se rapidamente um fator de divisão entre as províncias do sul e as províncias do norte. Quanto mais o nordeste vendia escravos para o sudeste, mais ficava livre para ser abolicionista**⁶³³. Quanto mais o sudeste recebia

⁶³¹ Quanto às relações da escravidão com a política, esclarece Parron: “(...) a Constituição de 1824, que reconhecia os libertos como cidadãos imperiais, acabou por depositar no livre-arbítrio dos senhores a construção e a difusão da própria cidadania no Brasil. **Independentemente do peso demográfico dos cativos, tão variável nos arcos que corriam do Rio de Janeiro ao Pará, do Maranhão a Goiás, os desdobramentos sociais da escravidão na forma de alforria e seus efeitos políticos na forma de cidadania eram ecumênicos, profundamente sentidos em quaisquer províncias do território nacional.** Não foi por outra razão que, ao lado do *habeas corpus*, do direito ao voto, da abolição de privilégios e da liberdade de expressão, o cativo e a vida dos libertos foi um dos pontos sagrados que a Constituição tratou de inscrever na modernidade política do país.” (PARRON, 2011, Pp. 12-13).

⁶³² SILVA, 2017, p. 357. Cf. SILVA, Juremir Machado da. Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁶³³ “Durante a década de 1870, o Rio Grande do Sul foi a província que mais exportou escravos para a região do café. O Ceará não foi abolicionista até 1879 (...).” (SILVA, 2017, p. 354)

os escravos do norte e do extremo sul, mais se tornava refém de um “produto” em extinção.

O nordeste se tornou abolicionista quando seus produtos perderam competitividade no mercado internacional. O algodão do Maranhão teve uma recuperação durante a guerra civil americana. Depois, voltou a retroceder. Enquanto isso, o café do sudeste tornava-se a pérola negra brasileira. **Com o tráfico internacional de escravos proibido, os produtores de café em ascensão passaram a comprar os escravos dos produtores de cana-de-açúcar e de algodão em decadência. O nordeste passou a vender um produto mais rentável: seus escravos.** Uma seca no Ceará aumentou a venda de escravos, inclusive de índios. (...) O Rio Grande do Sul tornou-se um dos maiores exportadores de escravos para a região do café, salvo entre 1859 e 1863, quando o charque teve grande procura. **O fim do tráfico internacional mostrou-se um grande negócio interno para alguns.**

(...)

As províncias do café abasteceram-se no sul e no norte à base de três a quatro mil escravos por ano entre 1852 e 1862. O café rendeu ao país 925 mil contos de 1840 a 1863. O açúcar não passou de 372 mil contos. A população escrava de São Paulo não parava de aumentar, passando do nono ao terceiro lugar em vinte anos.

(...) Alguns escravistas se assustaram com o êxodo que fatalmente colocaria sudeste e norte em oposição e tentaram frear o tráfico interprovincial com uma guerra fiscal ao contrário, cobrando altos impostos sobre cada escravo vendido.

(...)

A divisão entre províncias com muitos escravos e províncias sem cativos gerou tanta turbulência, em dado momento, que alguns políticos e fazendeiros extremados, por medo ou por uma reação desesperada falaram em secessão entre norte e sul. O gigante da América do Sul poderia ser dividido. Mesmo que a ideia não tenha prosperado, era uma ameaça real.⁶³⁴

A ideia de secessão realmente passou a ser deixada para trás desde o fim da Revolução Praieira, em 1850, e naquele momento em diante não passava de especulação descabida. Mas o que realmente preocupava os grandes fazendeiros da lavoura do café e o Partido Conservador era justamente a garantia da oferta de mão-de-obra, comprometida doravante com a Lei do fim do tráfico, esta última fruto das pressões externas. Entendia-se naquele momento que o tempo faria escassear a mão-de-obra e colocar a perder a economia da lavoura. A Lei de Terras, chegada poucos dias após a Lei Euzébio de Queiróz, buscava eliminar esse risco, tornando dificultosa a propriedade de terras para ex-escravos e para colonos imigrantes europeus. Ou seja, com a escassez de escravos, a mercadoria da vez passava a ser a terra. Buscava-se com isso coibir a prática da posse, delimitar as terras públicas e privadas e desencadear debates em torno das terras devolutas e da colonização⁶³⁵.

⁶³⁴ Idem, p. 355.

⁶³⁵ Na prática, porém, “A Lei de Terras de 1850 não conseguiu pôr fim ao costume da posse, tampouco delimitou as terras privadas, separando-as das públicas e de seus confrontantes.” RODRIGUES, 2016, p. 13. Cf. RODRIGUES, Pedro Parga. As frações da classe senhorial e a Lei Hipotecária de 1864. Niterói: EdUFF, 2016.

A regulação fundiária do espaço rural do Império facultada pela mencionada Lei, redigida em grande parte por Bernardo Pereira de Vasconcellos⁶³⁶, previa que as terras devolutas tornar-se-iam objeto de mercantilização e as posses com cultivos ou não somente seriam mantidas por seus ocupantes mediante uma taxaço. Na prática, só endinheirados poderiam ter acesso às terras. A receita arrecadada com essas atividades mercantis deveriam ser destinadas ao financiamento de imigrantes colonos livres, que não poderiam comprar e nem arrendar terras por pelo menos três anos de residência no Império⁶³⁷.

Justiniano demonstrara sua preocupação com a regulação da terra e não era muito afeito à substituição das mãos cativas pelas de colonos europeus (e isso será visto mais adiante...). Via nesses últimos um motivo de esvaziamento do elemento agregador da pátria baseada nas características genuinamente nacionais. Já quanto à terra, em 1843, antes portanto da Lei de 1850, pronunciara-se quanto à necessidade de transformá-la em mercadoria num artigo intitulado “A venda das terras”:

(...) [Nas] dádivas gratuitas de terra não vemos senão males, e o primeiro de todos é o esbanjamento de uma fonte de riqueza que consideramos ubérrima, e que poderá ainda vir a ser a salvadora de nossas finanças.

Na ciência da colonização, a experiência e o raciocínio demonstram que as terras não devem ser dadas e sim vendidas. Dadas, as mais das vezes elas se inutilizam na mão do possuidor, que a não sabe apreciar; vendidas, elas não caem senão na mão do homem laborioso que pode com o seu trabalho amuar tal ou qual pecúlio, e que pois tem a necessária experiência para fazer prosperar a propriedade que comprou com o seu suor. Dadas, qualquer colono as obtém, qualquer que seja sua moralidade, qualquer que seja sua aptidão para a lavoura, debaixo do céu dos trópicos, e os nossos lavradores, que já sentem a falta de braços africanos, nunca terão sua lavoura os braços livres do colono; pois esse, podendo ser proprietário de terras doadas, não se há de sujeitar às condições de jornaleiro: vendidas, compra-las-á o colono que tiver aprendido como jornaleiro a prática de nossa agricultura. A Inglaterra, os Estados Unidos vendem, não dão terras.

(...) Nos Estados Unidos houve muito tempo a mania de comprar terras que depois eram revendidas com lucros prodigiosos; talvez as mesmas especulações se formem entre nós, a princípio tímidas, depois mais ousadas, e não só a produção e a riqueza nacional aumentarão, senão também teremos já, de pronto, uma fonte de renda.⁶³⁸

Como se vê, preservar o vasto território sob o controle de um projeto pressupunha ação, que ia desde aspectos práticos relativos à sua infraestrutura, passando por aspectos relativos à eficácia administrativa, a exclusão de acesso à terra ao “povo miúdo”, a “libertos” e a colonos estrangeiros, até a formação do povo, incitando-o ao sentimento de pertencimento, de nacionalidade, de patriotismo. Este último entre os sentimentos era, portanto, a dimensão

⁶³⁶ PARRON, 2011.

⁶³⁷ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

⁶³⁸ *O Brasil*, N. 389, 06/04/1843, p. 3.

ideológica do projeto e, assim, justificava o ensino de geografia como recurso valioso para os propósitos de caráter conservador.

Passa-se em seguida à menção a outras ameaças: as externas, e, depois, nos itens 3.2 e 3.3, propõe-se focar na dimensão ideológica do projeto capitaneada pelo ensino de geografia no berço da formação da classe senhorial e dirigente daquela sociedade: o Colégio Pedro II.

3.1.2 Soberania e boa vizinhança: quando a ameaça é externa

A questão da soberania era fundamental para Justiniano e seus correligionários. Não se podia respaldar um projeto político autônomo e altivo, e nem se inserir num marco civilizatório, se o país se sentisse violado em seus direitos internacionais. Portanto as questões internacionais eram fundamentais na afirmação do Brasil enquanto país soberano, digno de despontar no quadro das nações civilizadas do mundo conhecido de então.

Decerto esse enquadramento ideológico submetido à lógica do sistema-mundo por si só comprometia o projeto – seria o “pecado original” de qualquer país que pretende a soberania... Numa perspectiva da divisão internacional do trabalho daquele momento, o Brasil continuava sendo fonte expressiva de matéria-prima. A tal vocação agrícola era tida, em termos contemporâneos, como a “vantagem comparativa” que garantiria o destaque do país no concerto das nações⁶³⁹.

No entanto, na prática, inserir-se num ambiente onde despontavam potências industriais, significava submeter-se, mesmo contra a vontade, numa posição sempre subalterna e, de certo modo, humilhante, a depender dos termos das relações. Essa realidade incomodava a classe dirigente e o próprio Justiniano, que vivenciava um paradoxo: utilizava os parâmetros europeus como modelo civilizatório, argumentava no sentido de pertencer a este mundo por manter um regime político afim ao que predominava na Europa (regime

⁶³⁹ Curiosamente, em artigo de Justiniano intitulado *A lavoura e o comércio* percebe-se a distorção de análise da comparação entre fundamentos econômicos de cada país e seus desdobramentos na vida prática de todos os dias. Nesse artigo Justiniano enumera desvantagens, sobretudo morais, às economias de base industrial, enquanto atribui vantagens aos de base agrícola. Coloca ele o pensamento vigente entre os grandes produtores: “(...) não atendendo senão a considerações econômicas, o que vemos? Produz o comércio, produz a indústria alguma coisa? Todas as combinações da manufatura, todas as especulações do comerciante poderão criar um grão de arroz? Não: a lavoura é quem fecunda a terra com o suor do seu trabalho, e recebe dela, sempre justa, a remuneração desse trabalho. A indústria não faz mais do que acrescentar à produção da terra o trabalho humano, para modificá-la, torná-la aplicável aos nossos gozos. O comércio não faz mais do que colocar-se entre o consumidor e o produtor, para facilitar o serviço recíproco que prestam.” *O Regenerador*, N. 5, 21/02/1860.

monárquico), e no entanto não parecia conseguir compenetrar-se dos fundamentos da economia política de então. Esse demonstrava ser o teor da base reflexiva de Justiniano José da Rocha. Ainda calcado numa economia de base escravista, buscava nas falas públicas demonstrar certo constrangimento moral no trato com a realidade cativa de parte significativa da população, mas no privado, não abria mão das conveniências que essa estrutura social trazia para os conservadores (na maior parte, fazendeiros) e seus representantes políticos (os burocratas urbanos, como Justiniano e os principais quadros políticos do Partido Conservador). A escravidão era bandeira do conservadorismo. Sem mão-de-obra escrava a economia agroexportadora certamente periclitaria nos termos em que buscavam arquitetar o país.

Essas incongruências faziam com que a preferência pelo regime monárquico fosse utilizada como a base da manutenção territorial, tendo em vista o reconhecimento de sua soberania formal no bojo do sistema mundial de Estados (caso da Inglaterra e Estados Unidos num primeiro momento, depois Portugal, França e outros países); mas ao mesmo tempo, essa característica não seria necessariamente um princípio aceito para o país ser compreendido no estrangeiro como um ente político igual, sobretudo porque o próprio processo de independência necessitou articular forças mercenárias estrangeiras para garantir a sua manutenção. Quanto a esse ponto, Justiniano sempre fazia questão de lembrar em suas análises essa fragilidade do passado: a interferência original de estrangeiros nas questões nacionais por falta de união nacional – isto é, por falta de consenso entre as oligarquias regionais no combate ao antigo colonizador.

Justiniano, portanto, entendia que o Brasil ladrava mas não mordia porque simplesmente não podia morder. Então as pressões britânicas para o fim do tráfico negreiro se faziam de forma aviltante, e não obstante argumentar – mesmo que pro forma - contra a economia baseada nos cativos, considerava permissiva a submissão de qualquer governante aos caprichos e abusos das forças estrangeiras. A força britânica, em particular, se fazia presente: apreendia navios, impunha sanções, tratava efetivamente o Império de forma subordinante; mas isso naturalmente não era uma exclusividade na relação Brasil-Inglaterra. A potência marítima era realmente a polícia do mundo. Apesar de ter ciência desse poderio, o discurso patriótico de Justiniano em prol da soberania nacional não se calava quando o governo era da facção liberal. Já quando o governo era conservador, as ponderações e justificativas em prol da complacência se faziam necessárias, afinal, Justiniano era – senão o principal – um dos principais porta-vozes do partido.

Independente do teor partidário do governo, e não obstante o fato de Justiniano ter sido cria intelectual do berço cultural europeu, o seu discurso se pautava, até certo ponto, numa meridiana xenofobia frente às sugestões de compor o povo brasileiro com fluxos migratórios europeus, chegando a ser esse um debate estabelecido por ele no periódico *O Regenerador*, conforme lembrara um dos seus leitores e interlocutores⁶⁴⁰.

Contraposto a Justiniano, um certo Antonio Augusto da Costa Aguiar da cidade de Santos/SP se predispunha a defender a “colonização europeia” no Brasil em detrimento à oposição de Justiniano, defendida em dois números de *O Regenerador* (n. 25 e 26)⁶⁴¹:

Antes de tudo dizemos, que nos ufanamos de ser Brasileiro [diz Justiniano].
É o que nós dizemos.

Não há condição nenhuma de prosperidade, que quiséssemos obter a troco da ruína da nacionalidade.

(...)

Ora a pátria, que herdamos dos nossos pais, e de que tanto nos ufanamos, queremos conservá-la para nossos filhos, para nossos netos; se há desgraça diante da qual nosso pensamento recua horrorizado, é a de serem eles ilotes, submissos a uma classe conquistadora, usurpadora no território nacional. E o que é pátria? Será esse chão inerte que se estende entre o rio Oyapok, e a lagoa Merim? Não por certo; **a pátria é o território nacional, animado por uma população da mesma índole, da mesma língua, das mesmas tradições, das mesmas venerações, das mesmas instituições; a pátria é o chão nacional, ligado, associado a todas as ideias da nacionalidade.**⁶⁴² Grifos nossos.

Diria Aguiar (1862) para contradizê-lo:

Será isto exato? Se as condições constitutivas da nacionalidade são esse conjunto de sentimentos, legados por tradição de pais a filhos, sendo uma grande parte dos Brasileiros ainda do tempo colonial, as suas recordações deveriam prender-se à história de Portugal.

(...)

Será crível, que possa despertar no coração do verdadeiro patriota qualquer sentimento de compunção a perspectiva de que, daqui a trinta ou quarenta anos, mediante a colonização, terá completamente desaparecido a preguiça, e indolência, o espírito acanhado, inerte, e rotineiro, que presentemente é tão comum no nosso país, conservando aliás a mesma língua e religião, e as mesmas instituições que hoje temos? [Continua o interlocutor de Justiniano...] Fazei que para aqui se dirijam todos os cem mil alemães como colonos, e vereis como todos eles se fundem na nacionalidade brasileira, elevando no entanto o timbre desta ao nível de sua tempera. Perguntamo-vos agora, seria isto um mal? Feichai porém os portos deste Império, concentrai-vos nos vossos recursos próprios, tomai por modelo o sistema China, e no cabo de algumas dezenas de anos, tereis conseguido o amálgama de uma raça abastardada, fraca, inerte, e semelhante a das colônias portuguesas de Macau e Goa (...).⁶⁴³

⁶⁴⁰ Cf. AGUIAR (1862).

⁶⁴¹ Coincidentemente, esses números correspondentes ao ano de 1860 não se encontram disponíveis no acervo da Hemeroteca da FBN. Seus trechos encontram-se transcritos na obra de Antonio Aguiar (*Op. Cit.*).

⁶⁴² Idem, p. 3.

⁶⁴³ Idem, Pp. 3-6.

O debate acerca da composição da nação que ocuparia o território tomaria vulto não só nos fóruns da imprensa e da Câmara, o IHGB e sua seção de etnografia e arqueologia dela também se ocuparia para imaginar a comunidade desejada ou para debater a comunidade que realmente existia. A tarefa diante do projeto de civilizar um povo estabelecia um balanço se valeria a pena inserir no programa de composição do povo os “filhos das brenhas”⁶⁴⁴ (de índios, portanto) ou se seria melhor fazer um atalho e estimular a colonização europeia, berço da civilização ocidental⁶⁴⁵.

Quanto aos “africanos”, base da pirâmide até há pouco colocados em conta de mercadoria, doravante substituídos pela terra⁶⁴⁶, uma vez liberados do trabalho compulsório eram muitas vezes dados como “preguiçosos” e, daqueles anos em diante, sofreriam com o penoso racismo validado em bases pseudocientíficas do eugenismo de final de século. Porém, em tese, para o grande proprietário de lavoura que queria antes de tudo mão de obra gratuita, tanto fazia para ele que o escravo fosse preto ou branco. E antes da Lei do Ventre Livre (1871), cativo era quem nascesse de mãe escrava⁶⁴⁷.

Na concepção de Justiniano, a grande propriedade teria acabado. Poderia prolongar-se algum tempo, acabando lentamente. Para reverter esse quadro, diria ele que seria necessário fossem revogadas as leis que proscreveram o tráfico de africanos; que fossem armadas as esquadras para defender os portos, o mar territorial, a bandeira contra a Inglaterra.

A grande propriedade carecia de escravos. Perguntou Justiniano então:

E esse homem de onde virá? Da raça brasileira, aumentando-se pelos nascimentos? Daqui até largos dias tem mil anos. Será o estrangeiro que para aqui venha? Vós o esperais, ao que dizeis, como se fosse possível capacitar-se que o

⁶⁴⁴ Expressão comum ao século XIX. (Cf. KODAMA, 2008).

⁶⁴⁵ Esse debate ganha ainda mais vulto após a década de 1870, quando então Justiniano já não participava mais dele. No período pós 1871 (ano marcado pela “Lei do Ventre Livre”) iniciava-se a transição do trabalho escravo para o trabalho livre; nesse processo, as classes abastadas e os mais intelectualizados vislumbravam uma redefinição da identidade nacional. Buscava-se na imigração europeia o apanágio da composição étnica da população como elemento organizador da estrutura sócio-espacial do país, ao invés da massa majoritária de negros e mestiços. (Cf. MACHADO, 2005a).

⁶⁴⁶ Conforme salientado, a mudança do status das terras em 1850 teve ligação com a mudança de status dos escravizados. Media-se o poder do latifundiário pelo número de pessoas sob seu controle, notadamente escravos. Ao contrário das terras, que não tinham fronteiras definidas e nem documentos comprobatórios de sua titularidade, a posse de escravos era provada por registro, oferecendo garantias e segurança financeira a seus proprietários, sendo até utilizados como garantia em empréstimos. Com a abolição da escravidão a caminho, a terra passava a ser crescentemente transformada em mercadoria, ganhando com isso valor de mercado. Com isso, o poder do latifundiário foi passando dos escravos para a terra. Cf. SILVA, Marcio Antônio Both. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*, vol. 35, n. 70, 2015. Pp. 87-107.

⁶⁴⁷ “O senhor branco fazia filhos em escravas negras. Tratou rebentos sem privilégios enquanto a lei assim o permitiu.” Cf. SILVA (2017, p. 365)

estrangeiro quererá cientemente vir sujeitar-se às suavidades desse viver que lhe ofereceis!

Defendia então uma solução controversa que não se coadunava à ideia de imigração do colono europeu:

Quereis manter por algum tempo a grande propriedade? regulai com prudência e humanidade a condição do escravo, de modo que não sofra a escravatura essa pasmosa mortalidade que a vai tão rapidamente extinguindo; fazei compreender aos nossos lavradores que não é só a humanidade, mas também esse egoísmo bem calculado a que chamam filantropia, que lhes impõem o dever de dar bom e abundante de comer ao seu escravo, de dar-lhe algum modesto conforto (...). Institui entre os escravos a família e o casamento, de modo que essa geração, talvez das mais prolíficas do mundo, - como o prova a África que as contínuas exportações de escravos, as contínuas guerras da barbárie, juntas às suas condições de clima, e de terreno, e de miséria, não puderam despovoar, - não baixe à sepultura sem deixar filhos que a continuem.

Com isso podereis manter por algum tempo a grande propriedade; podereis fazer em que seu deperimento seja lento, lentíssimo; podereis talvez adiar a dificuldade até a geração que vem.

(...) meditareis na doutrina dos economistas, ficareis transidos de medo diante da ruína da grande propriedade, mas não a evitareis, e nessa ruína achar-vos-eis perdidos; pois com ela irá perdida a pátria.⁶⁴⁸

O apelo ao patriotismo, portanto, passava pela aversão ao elemento estrangeiro na composição do povo. Não tardaria muito, o interlocutor de Justiniano encontraria mais adeptos à ideia da imigração de colonos europeus, do que ele à de valorização dos elementos “genuinamente” nacionais.

O patriotismo também se manifestava em outros debates em que a soberania estava ameaçada. Foi assim, por exemplo, no combate a um artigo publicado numa gazeta dos Estados Unidos e pautado no *Jornal do Commercio*, no qual a Amazônia aparecia como possessão daquela república. Mesmo não sendo uma ameaça imediata, Justiniano antevia os recursos ideológicos por detrás da matéria jornalística, e fazia muita questão de denunciá-la antes que o assunto tomasse vulto e pudesse chegar ao extremo de se consumir. Nesse sentido, é curioso perceber que a ameaça à soberania do Brasil sobre a bacia amazônica é bem antiga.

Essas reflexões ficaram registradas em um dos seus periódicos – *O Velho Brasil* –, através do qual manifestou repúdio e alertou acerca da ameaça externa anunciada. Essa manifestação também teve fórum em meio a seu terceiro e último mandato como deputado geral pela Província de Minas Gerais. Na tribuna política reforçara o alerta acerca da volúpia expansionista estadunidense, que após movimentos deveras perigosos em relação à região do Caribe, estimulara a internacionalização da região amazônica sob vários argumentos, todos

⁶⁴⁸ *O Velho Brasil*, N. 1786, 21/3/1854.

rechaçados por Justiniano. Este chegara a reconhecer que a preocupação servira ao menos para alertar quanto à urgência em se ocupar e integrar a Amazônia ao restante do Brasil.

(...) fundam-se periódicos com a missão especial de fomentar o espírito de usurpação, e para o aí dirigirem. Inventam (...) **novo direito público e nova geografia**, pela qual, perdendo os seus foros de rio, o Amazonas passa a ser mar interior, e portanto de propriedade comum para todos os povos; imaginam enfim que o Amazonas, que desagua no Atlântico, em muita distância do mar das Antilhas e do golfo do México, é uma dependência desse golfo e desse mar, prende-se ao sistema de águas a que pertence o Mississipi: e de semelhantes asserções tira a mais singular conclusão: esse rio pertence pois aos Estados Unidos, o povo dos Estados Unidos é chamado a aproveitá-lo: o Brasil comete um deplorável atentado não consentindo que assim seja.

"Não estamos muito adiantados nas vias do progresso material, a esse respeito ainda nos achamos em deplorável infância: mas os esforços que fazemos por sair dela, esses desejos, atalhados infelizmente pela falta de recursos, de cabedais, de população, ao menos mostram que tudo faremos para obter quem nos ajude com seu trabalho, sua experiência, seus recursos.

"(...) Essa verdade é que não aproveitamos os gérmenes de riqueza prodigiosa que se multiplicam no imenso vale do Amazonas. Decerto; apenas ultimamente organizou-se uma empresa nacional de fracos capitais para levar o vapor às águas desse rio; é pouco, mas não é só o Amazonas que temos de aproveitar, aí está o S. Francisco, aí está todo o nosso vasto litoral que cumpre ligar, aproximar por meio de barcos de vapor e de navegações seguidas, aí estão os nossos núcleos de população, os nossos centros de produção do interior que cumpre ligar aos centros comerciais do litoral; obras gigantescas que outrora seriam a tarefa de séculos, que hoje podem ser levadas de frente e realizarem-se em alguns anos.⁶⁴⁹

Por fim, é ilustrativo lembrar como a soberania inspirara em Justiniano a necessidade de reunir em uma de suas obras a questão geopolítica relativa à Bacia do Prata. Dessa vez, contrariando os exemplos anteriormente apontados, a obra *A Política Brasileira na República Oriental do Uruguay* buscava retratar o Brasil como uma destacada e generosa potência regional na América do Sul, embora ficasse denotado no título o “ar” de superioridade do Império em relação às repúblicas vizinhas.

Essa vertente seria uma clara mensagem diplomática para os países limítrofes no tocante às intenções do Império Brasileiro, naquele momento interessado em administrar questões internas e externas sem sobressalto – embora na prática isso fosse praticamente impossível⁶⁵⁰.

Parece evidente na obra de Justiniano que a mesma motivação expansionista que orientava as atenções da classe dirigente para a ocupação dos fundos territoriais não os movia de mesmo modo numa direção expansionista para fora dos limites territoriais. Em outros termos, era um recado translúcido de que a territorialidade estatal do Brasil Imperial gostaria

⁶⁴⁹ *O Velho Brazil*, N. 1703, 06/08/1853. Íntegra no *ANEXO K*.

⁶⁵⁰ FERREIRA (2006).

de construir uma geopolítica a serviço da paz na região, uma paz duradoura quebrada somente mais tarde na Guerra do Paraguai.

Isso não significava que a região estava isenta de qualquer experiência beligerante; ao contrário. A chamada *zona de pressão platina* era uma região de conflito secular entre Portugal e Espanha, e o Brasil apenas herdou este clima de disputas permeado à época por todo o estuário do Rio da Prata.

Depois da emancipação da Província da Cisplatina do Brasil, transformando-se em República Oriental do Uruguai (1828), houve um período de estabilidade⁶⁵¹. Essa situação, porém, foi quebrada quando a Província de Buenos Aires resolveu expandir o seu território e interromper a livre navegação no Rio da Prata, via fluvial essencial à interiorização de embarcações brasileiras em direção às províncias como Mato Grosso e cidades na porção oeste das províncias do sul do Império.

A chamada “Guerra do Prata” deu origem a uma política intervencionista, não propriamente por vocação expansionista, mas por precaução à expansão inimiga. Segundo CERVO & BUENO (2002),

Na avaliação brasileira, [A Província de Buenos Aires] não hesitaria em levar adiante seu expansionismo regional. O Uruguai estava sob seu controle (...) para desespero dos gaúchos, que praticavam incursões violentas à busca de gado. Paraguai e Bolívia seriam suas próximas presas e, quiçá, parte do Rio Grande do Sul. Restabelecer-se-ia assim o antigo Vice-Reino do Prata, sob a forma de grande Estado rival. Correta ou não, essa avaliação brasileira era o principal elemento de cálculo político. **Convinha, pois, atacá-lo primeiro, em ação direta, “agredir para não ser agredido”, (...)** [diria o ministro dos Negócios Estrangeiros de então]⁶⁵². Grifos nossos.

Para Justiniano, a vocação do Brasil para uma “política nobre” nos assuntos estrangeiros, sobretudo para com os países vizinhos de menor proporção, expressava-se como algo altamente “confessável” porque o que se almejava era a garantia de uma estabilidade regional que reverberasse positivamente na porção sul do Império⁶⁵³.

⁶⁵¹ Cf. BETHELL (2012, p. 131-178); CERVO & BUENO (2002); FERREIRA (Op. Cit.).

⁶⁵² Cf. CERVO & BUENO (2002, p. 114).

⁶⁵³ Cf. ROCHA, Justiniano José da. A Política Brasileira na República Oriental do Uruguay. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1854.

3.2 O papel da instrução no Projeto Saquarema

As *doutrinas do Dr. Rocha* foram desenvolvidas e debatidas ao largo da atividade intelectual do personagem aqui considerado, consolidando-o como uma voz ativa e coerente na defesa de uma agenda conservadora para o país. Essa agenda foi iniciada a partir do gabinete ministerial de 19 de setembro de 1837, o chamado *gabinete das capacidades*, quando então os regressistas, sob a regência de Pedro de Araújo Lima, concretizariam suas expectativas liderados por figuras como Bernardo Pereira de Vasconcellos, responsável por duas pastas ministeriais, a dos Negócios do Império e, interinamente, a da Justiça.

No bojo dos debates públicos e da agenda da facção saquarema, ganhava destaque a preocupação com a instrução e formação educacional do povo; isto é, uma vez estabelecendo prioritariamente a fração branca e abastada da população, designava-se os meios para instrumentalizá-la e consolidá-la *pari passu* à própria construção do país. Como diz Ilmar de Mattos:

(...) a *formação do povo* consistia, em primeiro lugar, tanto em distinguir cada um dos cidadãos futuros da massa de escravos quanto em resgatá-los da barbárie. Mas não deveria deter-se aí: o abandono a que se procedia era também a retomada dos princípios diferenciadores e hierarquizantes presentes na sociedade, de modo que evidenciasse para cada um o papel que se lhe reservava em função da posição que ocupava.⁶⁵⁴

Em outras palavras, as políticas conservadoras elaboradas para a instrução pretendiam formar o povo e preservar as diferenças entre as classes, entre os cidadãos; isto é, forjavam-se cidadãos no sentido de instruí-los em distintos níveis, conforme a classe, e educá-los (no sentido dos valores morais, religiosos, políticos). Procurava-se também manter a distinção entre *o povo mais ou menos miúdo* representado por pequenos trabalhadores do campo e da cidade, e a chamada *boa sociedade*. Dessa forma, ao se constituir um Estado e a classe senhorial, pretendia-se manter e reforçar as hierarquias sociais capazes de garantir o monopólio da direção no seio da classe senhorial.

De modo mais genérico, na concepção saquarema de formação do povo, pressupunha-se a necessidade de alinhar as expectativas deste último ao projeto de Estado dos saquaremas, dando-lhes consciência quanto à importância da civilidade e da subordinação à ordem social e política do jovem país.

⁶⁵⁴ MATTOS, 2017, p. 287.

Alguns contemporâneos daquele *tempo* consideravam que não bastaria que os homens fossem capazes de reconhecer os atos administrativos e os planos dos dirigentes, era necessário convencê-los quanto à necessidade de cooperação para que tais planos se concretizassem, e nesse sentido apontavam a instrução como primeira necessidade, “(...) não a instrução concentrada em poucos, senão derramada por todas as classes.”⁶⁵⁵ A esse respeito, complementa Mattos (2017):

(...) unir à classe senhorial os homens livres, de modo que possibilitasse tanto a expansão da classe que representavam quanto a preservação das posições já dadas no interior da sociedade. Como resultado, ganhava significado vivo a definição constitucional de que o ‘Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros.’”⁶⁵⁶

O povo, portanto, na concepção da Carta de 1824, condiria a um grande contingente de cidadãos livres que poderiam usufruir do direito de ingresso nas escolas públicas de ensino primário⁶⁵⁷. Num sentido mais restrito, somente algumas classes teriam acesso aos ensinos secundário e superior. E quanto à classe de escravizados ou de libertos pretos e mesmo pardos, o acesso era comumente obstado.

Povo, na concepção saquarema, só o era a fração populacional com alguns direitos assegurados, determinados segundo a condição étnica e a situação financeira. Direitos como o de votar e de ser votado, conforme já visto neste trabalho, eram privilégios de poucos⁶⁵⁸.

A questão “pano de fundo” de todo o Império – ou seja, o território... – evidentemente abrangia também a dimensão das crenças e valores. A inculcação patriótica envolvia aquilo que era traço marcante da cultura herdada do colonizador, e certamente era ponto de contato com o *mundo civilizado europeu*, matriz de toda a idealização de País que aqui se desejava concretizar. Assim esses valores civilizatórios envolviam traços marcantes daquela cultura ocidental. O catolicismo tradicional e seus dogmas era um desses traços, e servia de parâmetro como a “melhor” e “maior” religião entre todas as existentes.

⁶⁵⁵ Relatório da Presidência da Província do Rio de Janeiro, 1845 *apud* MATTOS, 2017, p. 269.

⁶⁵⁶ *Idem*, p. 287.

⁶⁵⁷ Antes de a primeira Constituição de 1824 determinar a gratuidade da instrução primária “ ‘(...) a todos os Cidadãos’, sem de fato a garantir, quem abole os privilégios do Estado de oferecer instrução e estabelecer o princípio da liberdade do ensino sem restrição é a Lei de 20 de outubro de 1823. Em 15 de outubro de 1827 acaba sendo promulgada outra Lei que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e de ‘escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas’” (MATTOS, 2017, p. 269). Depois dessas leis, a grande mudança viria com o Ato Adicional, assunto do próximo subitem.

⁶⁵⁸ Dadas as circunstâncias calcadas numa proporção em que a população livre era significativamente menor que a população cativa, advinha desse fato o receio de revolta desses últimos. Esse receio ficou sintetizado no uso do termo *haitinismo*, uma vez que se remetia à revolta de escravizados em moldes violentos, a exemplo do que ocorreu na colônia francesa de Santo Domingo, no Caribe, dando origem ao Haiti. Cf. CARVALHO, 2020.

Outra crença ressaltada ficava a encargo de qual regime político melhor se adequaria ao projeto civilizatório. Sem dúvida alguma, nos moldes do projeto saquarema, conservador, o regime monárquico era o único capaz de garantir a centralidade das medidas governativas. Como diria Ilmar de Mattos, os dirigentes saquaremas transformaram a “Coroa em partido”, e com isso se auto-forjaram assumindo o “monopólio da responsabilidade”. A república era apresentada como sinônimo de anarquia, porque pautava sua organicidade num arranjo federalista, pressupondo maior participação de outras instâncias políticas num ambiente que se acreditava de profundas disputas e conflitos. Ao menos era assim que os Estados Unidos eram vistos à época. Certamente se tratava de um recurso discursivo, retórico, para criar a falsa crença na qual o arranjo do tipo federalista estaria associado a um ambiente de caos e desordem. Portanto, quanto a isso, a tudo e em tudo se via hierarquia naquela sociedade, e a Coroa e a Corte se encontravam forjadamente no topo.

Por conta de todos esses debates, o processo de “formação do povo” haveria de ganhar centralidade no projeto saquarema. Os valores civilizatórios e da ordem perfariam crenças e conformariam o amparo ideológico para o êxito do projeto. O papel do ensino da geografia haveria de entrar nesse rol ao lado da língua pátria, da história e de outras matérias de nítida identidade patriótica, tornando-se fator complementar (quicá essencial) de reprodução da classe senhorial.

Em suma, o processo de construção do Estado nacional brasileiro dar-se-ia através de uma teia bem organizada de iniciativas burocráticas e de elaboração de significativa argamassa ideológica. Apresentava-se como intenção dos dirigentes imperiais manter a ordem e difundir a civilização como condição maior de coesão entre aqueles que constituíam a classe senhorial, tendo em vista a defesa de seus monopólios sobre terras e mão de obra. Foi nesse empenho que eles

(...) forjaram instituições, copiaram outras, criaram um corpo de leis, esforçaram-se por difundir as Luzes. À maneira das ‘Nações Civilizadas’, deram particular importância à organização da Instrução Pública.⁶⁵⁹

O gabinete regressista partia de um cenário configurado pelo Ato Adicional, contrapondo-se evidentemente à sua herança. Era uma conjuntura pautada por uma profunda autonomia política, administrativa e jurídica usufruída pelas províncias, da qual a instrução não pôde se furtar. A descentralização das ações administrativas vigentes até então criou

⁶⁵⁹ MATTOS, 2000, p. 33.

cenários educacionais distintos e mesmo desconexos do ponto de vista de um nível mínimo de unidade nacional.

3.2.1 Ato Adicional (1834) e o ensino secundário no Brasil⁶⁶⁰

O Ato Adicional garantiu às províncias o direito de legislar sobre a questão educacional, podendo estabelecer o seu próprio sistema de ensino primário e secundário. Entretanto, em contrapartida, elas deveriam garantir ao governo central o monopólio sobre os estabelecimentos de ensino superior até então existentes, e de quaisquer outros estabelecimentos de ensino criados por lei geral. A esse respeito, a historiadora Maria de Lourdes Haidar (2008) explicita a especificidade do dispositivo legal que regulava a organização da instrução pública a partir do referido Ato:

O art. 10 § 2º da reforma constitucional conferiu às Províncias o direito de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, excluindo, porém, de sua competência as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias então existentes e outros quaisquer estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei geral.⁶⁶¹

A lei, porém, não dava garantias de qualquer exclusividade às províncias, podendo o governo central, se assim lhe conviesse, estabelecer o seu próprio sistema de ensino. A partir desse pressuposto instituía-se a possibilidade de criação de dois sistemas paralelos em todo o território nacional⁶⁶². Isso porém não aconteceu na prática, a não ser o que viria a acontecer em 1837 com o gabinete regressista no caso excepcional da fundação do Imperial Colégio de Pedro II no Município da Corte.

Antes de 1837 nada fora criado em paralelo às iniciativas locais pelo governo central; ainda assim este possuía uma forte influência sobre o ensino secundário de todo o Império, uma vez que se destinava prioritariamente ao preparo de candidatos para ingressarem nos cursos superiores então existentes no país.

⁶⁶⁰ Este subitem é composto substancialmente a partir da contribuição de Maria de Lourdes Haidar (2008), cujo trabalho tem sido considerado uma das principais e importantes pesquisas acerca do ensino secundário no Brasil. Sem o seu conteúdo, perde-se muito do contexto que precede a fundação do Colégio Pedro II através das mãos dos regressistas no poder.

⁶⁶¹ Cf. HAIDAR, 2008, p. 17.

⁶⁶² Idem.

Acrescentava a esse respeito a análise de Haidar (*Op. Cit.*):

Destinando-se precipuamente ao preparo de candidatos para as escolas superiores do Império, o ensino secundário em todo o país, com um ou outro acréscimo, com uma ou outra lacuna, reproduzia em seu currículo o conjunto de disciplinas fixadas pelo Centro para os exames de ingresso nas Academias. Por outro lado, a avaliação dos candidatos realizada inicialmente junto aos próprios cursos superiores e, posteriormente, também através dos famosos exames gerais, foi tarefa da qual o governo central jamais abdicou. Em tais condições, apesar da descentralização instituída pelo Ato Adicional, mantiveram os poderes gerais, indiretamente, o controle do ensino secundário em todo o Império.⁶⁶³

Conforme outrora sinalizado em nota na introdução deste trabalho⁶⁶⁴, o aumento da autonomia legislativa das Províncias garantido pelo Ato Adicional resultou na criação dos primeiros liceus em todo o país, como o Ateneu do Rio Grande do Norte em 1835, os Liceus da Bahia e da Paraíba em 1836, entre outros.⁶⁶⁵ Porém, o intuito de organização dos estudos públicos secundários não lograra êxito durante o longo período imperial, particularmente porque o grande óbice ao desenvolvimento dessas atividades instrutivas nas províncias consistiria no fato delas se restringirem ao papel de cursos preparatórios para o ingresso nas Academias. Assim, a possibilidade de desenvolvimento de qualquer projeto autônomo para a organização provincial do ensino secundário resvalaria inevitavelmente na necessidade de atender às prerrogativas instrutivas estabelecidas pelo governo central. Se em tese parecia haver autonomia, na prática, a mesma não existia. Tratava-se, como diz Haidar (*Op. Cit.*), de uma *pseudodescentralização*.

⁶⁶³ Idem, p. 20.

⁶⁶⁴ Diz-se especificamente da nota 40 desta tese.

⁶⁶⁵ Outros liceus foram criados ao longo do Império em várias províncias. Em *Relatório apresentado à Assembleia Geral* em 1870, o Ministro do Império, Paulino de Souza, filho de outro famoso estadista, o Visconde de Uruguai, descrevia o seguinte quadro da instrução pública e privada nas províncias: “O número das escolas públicas de instrução secundária está comparativamente com o das particulares na razão inversa das de instrução primária; avulta o das particulares. A causa é conhecida, e tem explicação nos lucros que deixa o ensino secundário procurado pelos filhos das mais abastadas, encarregando-se os diretores de colégios e os professores, menos de instruir os alunos do que de dispô-los para os exames de admissão nos cursos de instrução superior.

“As aulas públicas de instrução secundária acham-se reunidas nos estabelecimentos a que se deu o nome de Liceu provincial nas Províncias do Amazonas, Maranhão, Piauí, Alagoas, Bahia e Espírito Santo; Liceu D. Afonso na do Rio Grande do Sul; de Colégio Paraense na do Pará; de Ateneu na do Rio Grande do Norte e de Ginásio provincial na de Pernambuco.

“Algumas Províncias, como as do Paraná e Goiás, tratam de extinguir os estabelecimentos desta ordem que possuem; aquela para subvencionar um colégio particular, e esta, a exemplo da de Mato Grosso, o seminário episcopal que se vai ali criar. A Província de Santa Catarina extinguiu o Liceu e subvenciona o Colégio de São Salvador dirigido por Jesuítas.

“As Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Sergipe suprimiram os estabelecimentos que possuíam tal natureza, e apenas mantêm aulas avulsas de latim, francês e inglês”. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*, Paulino José Soares de Souza, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1870, p. 47 (*Apud* Haidar, 2008, p. 34).

A organização dos estudos secundários nos liceus criados em algumas províncias do país seguia a experiência herdada dos poucos seminários então existentes, mantendo a tradição jesuítica das aulas avulsas, “à moda das aulas régias”. Na prática, eram disciplinas ensinadas separadamente, sem a preocupação de distribuí-las em diferentes séries escolares condizentes a cada etapa de aprendizado. Tratava-se de “um aglomerado de aulas avulsas funcionando em um mesmo edifício, [conservando], ainda em 1850, o mesmo caráter inorgânico”⁶⁶⁶.

Os liceus reproduziam em suas grades curriculares, com poucas exceções, as disciplinas que eram exigidas nos *exames gerais* para ingresso nas Academias. Assim, além do legado herdado dos educandários religiosos existentes desde o período colonial, conferiu-se a ampliação dos estudos matemáticos na composição curricular até então existente, bem como uma maior valorização às chamadas línguas modernas. Também nesse bojo constatou-se a criação de cadeiras específicas para o ensino de geografia e de história, cujos conteúdos, tradicionalmente associados a essas rotulações, igualmente já eram ensinados em educandários religiosos existentes durante o período colonial⁶⁶⁷.

Mesmo com a integral reprodução do conteúdo exigido nos *exames gerais*, as aprovações obtidas nesses liceus não garantiam o ingresso direto aos cursos superiores existentes; era necessário passar obrigatoriamente por um processo fixado pelo centro, submetendo todos os estabelecimentos provinciais e particulares às suas exigências. Por essa razão, a frequência de estudantes nesses estabelecimentos locais não era regular.

A desorganização somada ao monopólio exercido indiretamente pelo centro tornava os cursos secundários existentes incapazes de atrair o interesse dos estudantes. Estes últimos visavam o ingresso nos cursos superiores, e ainda que começassem seus estudos nos estabelecimentos públicos ou privados das províncias, transferiam-se para a Corte ou para as capitais onde se alocavam as principais faculdades do Império (Bahia, Pernambuco ou São Paulo).

⁶⁶⁶ Haidar (2008, p. 20).

⁶⁶⁷ Idem.

Apesar da liberdade legislativa garantir às províncias a autonomia para legislar e atuar na organização da instrução pública, na prática o quadro do ensino secundário mostrou-se inoperante. As iniciativas dos poderes executivo e legislativo das províncias teriam sido insuficientes para promover qualquer progresso nesse nível de ensino. Como transparece o amplo estudo de Primitivo Moacyr, baseado em significativo levantamento de relatórios ministeriais e provinciais a respeito da instrução pública no Império e em cada uma de suas províncias⁶⁶⁸, fica subentendido o descaso dos gestores locais acerca do assunto. Em geral, a pauta de discussões políticas de muitas assembleias provinciais priorizava outros temas.

Diante do quadro configurado pela *pseudodescentralização*, o gabinete regressista tinha à frente duas possibilidades de ação para suplantar as deficiências do ensino secundário provincial: a primeira consistiria na criação de estabelecimentos gerais nas províncias; a segunda viria a ser a criação de um estabelecimento de ensino secundário na Corte que viesse a servir de modelo padrão a ser seguido pelos liceus provinciais.

A criação de estabelecimentos de ensino secundário nas províncias por intermédio da iniciativa do governo central foi aventada muitas vezes ao longo do Segundo Reinado. Embora a ideia fosse particularmente afeita aos princípios da centralização, a viabilidade de um projeto de tal magnitude esbarrava em grande medida à exigência de vultoso aporte financeiro por parte do governo central. Além disso, a ideia não foi abraçada a contento pelos liberais que lutavam por maior autonomia provincial. A esse respeito assevera Haidar:

(...) a criação de estabelecimentos gerais, cujos exames dispensassem novas provas junto aos cursos superiores, importaria no aniquilamento dos incipientes liceus provinciais que não gozavam de idênticas prerrogativas. Por que razão seriam estes últimos frequentados se existissem à mão, na própria capital da Província, estabelecimentos cujos diplomas franqueassem os umbrais das Academias?⁶⁶⁹

Obstaculizada a possibilidade de criação de estabelecimentos de ensino secundário nas províncias por iniciativa do governo central, a segunda alternativa parecia mais plausível. A

⁶⁶⁸ Primitivo Moacyr é outro autor clássico na História da Educação do Brasil; produziu duas obras formada cada uma por três volumes. A primeira chama-se “A instrução e o Império”, cujos volumes foram publicados em anos sucessivos (1936, 1937 e 1938), e a obra “A instrução e as províncias”, cujos três volumes também foram publicados em dois diferentes anos (1939 e 1940). São obras que transcrevem debates parlamentares acerca da educação. Alguns estudiosos, como Barros(1986) e Rocha(2011), salientam a precariedade com que Moacyr explicita os referenciais dos documentos originais. A crítica não questiona propriamente a veracidade do que lá está transcrito, mas o fato de as transcrições não serem completas. Cf. BARROS, Roque Spencer M. de. A ilustração brasileira e a ideia de universidade. São Paulo: EdUSP/Convívio, 1986; Cf. MOACYR, Primitivo. A instrução e o Império. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 3v. 1936; 1937; 1938; A instrução e as províncias. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 3v., 1939; 1939; 1940; Cf. ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. O decreto Couto Ferraz em um contexto de transformação da res-pública. In Leite, Juçara Luzia; Alves, Claudia (org.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011.

⁶⁶⁹ HAIDAR, 2008, p. 26.

questão, de modo ordinário, centrava-se na possibilidade do reconhecimento por parte do governo central dos títulos conferidos pelos liceus provinciais para efeito de matrícula nos cursos superiores. Ficaria, portanto, a promessa de que os títulos só seriam reconhecidos se os liceus adotassem a estrutura e os planos de estudos desse estabelecimento que viria a existir na Corte. Essa condição, que não feria dispositivos constitucionais, propiciaria a adesão voluntária das províncias às normas fixadas pelo poder central para os estudos secundários na Corte.

3.2.2 O Imperial Colégio Pedro II: laboratório da excelência educacional

O ano de 1837 assinalaria, portanto, a fundação do *Imperial Colégio de Pedro II* no Município da Corte. Depositava-se na Instituição nascente a elevação do nível dos estudos em todo o Império, ao passo que, em tese, facilitaria aos candidatos provinciais o acesso aos estabelecimentos de ensino superior.

O *Imperial Colégio de Pedro II*⁶⁷⁰, todavia, simbolizaria muito mais do que um simples ajuste possibilitando a convergência de interesses locais e central, ele seria uma política voltada fundamentalmente para a reprodução da classe senhorial sob a mão forte do Estado.

A iniciativa veio por intermédio de um dos homens mais representativos do movimento regressista: Bernardo Pereira de Vasconcellos. E o editorial do *Jornal do Commercio* fizera constá-la em suas páginas:

Qual será o coração entusiasta pela prosperidade do Brasil que não sentirá palpitações movidas por um interesse tão grande qual o da fundação do Colégio de Pedro II, de um estabelecimento que tende a preparar a nova geração que há de se reger os futuros destinos do país de uma maneira mais ampla já nos princípios adquiridos em prática, um dos dogmas da religião, já pelo certames científicos que aí colherá em sucessão de estudos clássicos e progressísticos.

Faltava ao Brasil um semelhante estabelecimento, uma escola progressiva de educação à mocidade, como disse o Ministro do Império, que servisse de tipo as outras que se acham em atividade no país.

O pai de família folgará de receber em sua casa um novo filho, modesto, laborioso, instruído e apto para penetrar no santuário de qualquer missão civil que seus compatriotas lhes encarreguem, um homem que tudo apreciará porque ali ele aprenderá a tudo respeitar, enfim um filho que respeitará o saber, a idade e não levará a imprudência e o escárnio até o altar de Deus.⁶⁷¹

⁶⁷⁰ Há diversas formas de designação do Colégio, sendo as mais comuns em se tratando de século XIX: “Imperial Collegio de Pedro II”; “Imperial Collegio Pedro II”; “Collegio de Pedro II”; “Collegio Pedro II”.

⁶⁷¹ *Jornal do Comércio* na ocasião da fundação do Colégio (*apud* Dória, 1997, p. 27). Grifos nossos.

O Educandário seria doravante lembrado como sinônimo de ensino de qualidade que haveria de ser seguido por qualquer instituição de ensino secundário em todo o Brasil.

Tudo começou quando Pedro de Araújo Lima e Bernardo Pereira de Vasconcellos, ambos, interinos em seus cargos, observaram o estado de decadência dos antigos Seminários de São Pedro e São Joaquim, e resolveram absorvê-los no erário público, renovando-os sob a forma de uma nova instituição educacional.

Os antigos Seminários eram instituições dirigidas pela Ordem Franciscana destinadas à educação de órfãos, que após vários fases de altos e baixos e ameaças de fechar, tiveram suas instalações legadas à tutela da Câmara Municipal da Corte em 1832.

Foi a partir daquela estrutura física que por decreto de 2 de dezembro de 1837 o Colégio Pedro II foi estabelecido. O nome sugerido por Araújo Lima e acatado por Vasconcellos visava evidentemente reforçar o vínculo entre a iniciativa e o regime monárquico: a data de fundação era a mesma do aniversário de D. Pedro II, então herdeiro do trono.

Quanto à data da cerimônia de inauguração, era tão simbólica quanto o da fundação. Vinte cinco de março lembrava um acontecimento importante da chamada “História Pátria”: tratava-se do aniversário de juramento da Constituição do Império de 1824. Estavam presentes “quase todo o Rio de Janeiro intelectual”⁶⁷², o Imperador, suas irmãs, as princesas Dona Januária e Dona Francisca, e futuro marido desta última, o Príncipe de Joinville, filho de Luiz Felipe da França, de passagem pela capital do Império.

A Instituição priorizara o ensino das humanidades e focava num público de perfil branco e origem europeia, a fração do contingente populacional que formaria a nação brasileira⁶⁷³. Seria o âmbito por excelência onde se esperava formar os quadros políticos e culturais que no futuro ocupariam os postos da alta administração ou das intermediárias funções do serviço público, como gerência dos setores secundários, terciários e mesmo militares⁶⁷⁴. Tratava-se, portanto, do estrato superior e médio daquela sociedade escravocrata.

Na condição de Ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos foi o principal responsável pela organização e fiscalização da nascente Instituição até abril de 1839,

⁶⁷² A cobertura jornalística conferia que “Quase todo o Rio de Janeiro intelectual se achava, para ouvir da boca do Exmo. Sr. Vasconcellos, o discurso que ele dirigia, em nome do Regente, ao Exmo. Reitor (o Bispo de Anemúria)”. “Jornal do Commercio”, 26 de Março de 1838_Fundo Luís Gastão D’Escragnole Dória. Arquivo Nacional.

⁶⁷³ Cf. ANDRADE, 1999.

⁶⁷⁴ Idem.

quando então se desligava do cargo. Antes disso, encontrou na ala liberal do Senado e na da Assembleia Geral uma forte oposição à fundação do Colégio. Era um ambiente de profundas disputas entre aqueles que num passado recente perfaziam o grupo dos liberais moderados. Feijó e Vasconcellos faziam um duelo à parte entre aqueles que poucos anos depois enfileirariam, respectivamente, as facções liberal e conservadora⁶⁷⁵.

Por conta das disputas políticas, uma nota no *Jornal do Commercio* expunha as temeridades que rondavam o futuro da recém-fundada Instituição:

O Colégio de Pedro II está em embrião, agora é que necessita de auxílios para prosperar: queira Deus não tenha ele a sorte de todas as instituições fundadas no Brasil com tanto calor, e que não seja presa da guerra de individualidades, do sistema desmoronador de um ministro para outro.⁶⁷⁶

Os cuidados do ministro em relação ao Colégio consistiam na sua direta participação junto às instalações do antigo Seminário de São Joaquim, nas escolhas do primeiro reitor e dos primeiros professores e funcionários, assim como na elaboração do Decreto de fundação.

Uma vez estabelecido o local de instalação do Colégio, Vasconcellos escolhera o famoso arquiteto francês Grandjean de Montigny para reformar as instalações do antigo Seminário de São Joaquim. Quanto ao primeiro reitor, escolhera Frei Antônio de Arrábida, então antigo preceptor dos príncipes Dom Pedro I e Dom Miguel.

Para o Corpo Docente, o ministro argumentou como critério de seleção o talento acadêmico e literário de intelectuais da Corte, embora outros princípios também tenham sido

⁶⁷⁵ Segundo Carvalho (1999), “(...) foi a partir da aprovação do Ato que Vasconcelos começou a afastar-se dos antigos companheiros moderados, sobretudo de Evaristo da Veiga e de Feijó. Enquanto os dois últimos se mantinham dentro do campo liberal, combatendo os radicais à esquerda e à direita, Vasconcelos orientou-se cada vez mais para o campo conservador. Os ataques contra Evaristo e sua *Aurora Fluminense*, a partir do *Sete de Abril*, jornal fundado em 1833 e tido como ligado a Vasconcelos, começaram já em 1834, estabelecendo-se, a partir daí, um acirrado debate entre os dois jornais. A *Aurora* passou a chamar Vasconcelos de Proteu, a figura mitológica que mudava de forma quando queria. Contra Feijó, eles se tornaram mais acentuados depois de outubro de 1835, quando o padre assumiu a regência única. Segundo Evaristo, a própria guinada de Vasconcelos seria devida à inveja e aversão que teria contra o padre.

“O duelo entre Vasconcelos e Feijó durou até a morte do último, em 1843. Foi um duelo de gigantes. Ambos fortes personalidades, ambos autoritários e indomáveis. O padre, um interiorano de costumes rígidos, religioso, de caráter íntegro, casmurro, pessimista, posses e talentos modestos, sem traquejo político. Vasconcelos, mais cosmopolita, pouco escrupuloso, inteligência brilhante, grande orador, religioso por conveniência, quase rico, com grande habilidade política. O padre, preocupado com a ordem e a justiça, e favorável à abolição do tráfico, embora ele próprio fosse senhor de escravos. Vasconcelos, também em busca de governo forte, embora parlamentar, era cada vez mais um defensor do escravismo como fator indispensável para a economia nacional. “O duelo assumiu características dramáticas graças à precária saúde dos contendores. Vasconcelos já era quase um parálítico desde 1834 e discursava sentado. Feijó sofrera um ataque de paralisia às vésperas de tomar posse na Regência, agravado por um derrame logo após a renúncia, que fez dele um hemiplégico. Em 1842, houve o último embate entre os dois, no Senado, em torno do processo contra Feijó por sua participação na revolta liberal desse mesmo ano. Foi um duelo de parálíticos, de duas ruínas físicas, mas também de dois gigantes que representavam dimensões fundamentais da luta política da época”. (p. 24)

⁶⁷⁶ *Jornal do Commercio*, 27 de Março de 1838. Fundo: Luís Gastão D’Escragnole Dória. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie: 4 – Impressos; Notação: 46.14; Caixa: 236. Arquivo Nacional

considerados. Este foi o caso do convite feito a Justiniano José da Rocha para ocupar uma das cadeiras docentes, a de Geografia e História. Tratava-se de um misto de senso de oportunidade com explícita competência do convidado.

Vasconcellos fazia constar em despacho o resultado de suas escolhas para o Reitor do Colégio:

Tendo o Regente interino em Nome do Imperador Determinado que quarta-feira, 2 de Maio, tenha lugar a Abertura das Aulas – da 8^a, 7^a e 6^a Classe do Colégio de Pedro 2^o, assim o participo a V.Ex^a Rev.^{ma} para que a tal respeito se sirva dar as convenientes providências. E comunico também a V.Ex^a Rev.^{ma}, para sua inteligência, que por Portarias da data de ontem foram nomeadas para Professores do mesmo Colégio as pessoas seguintes: **Justiniano José da Rocha para Professor de Geografia, de História Antiga e Romana**, Joaquim Caetano da Silva para Professor de Retórica, interinamente encarregado das Cadeiras de Gramática Portuguesa e de Língua Grega; Emilio Joaquim da Silva Maia para Professor de Ciências Naturais, encarregando interinamente da Cadeira d’Aritmética; Domingos José Gonçalves de Magalhães para Professor de Filosofia, encarregado interinamente da Cadeira de Desenho; e Januário da Silva Arvellos para Professor de Música.

Deus Guarda V.Ex^a Rev.^{ma}. Paço 30 de abril de 1838.

(a) Bernardo Pereira de Vasconcelos
S.^{or}. Bispo d’Anemúria.⁶⁷⁷

Escragnole Doria (1997), em sua obra *Memória Histórica do Colégio Pedro II (1837-1937)*, destaca em minúcias os dados cadastrais de Justiniano José da Rocha:

Justiniano José da Rocha foi designado professor de Geografia, História Antiga e Romana, não muito perceptível a exclusividade pedagógica da última disciplina. Era outro professor moço e já notório. Carioca, de educação literária em Paris, no célebre Colégio Henrique IV, contava 26 anos. Formado em Direito em S. Paulo, tornar-se-ia figura política notável e mestre completo do jornalismo político, representando a nação na Câmara dos Deputados.

A facilidade de composição de Justiniano era quase miraculosa, atestou-a alguém que passou pelo magistério do Colégio, embora por breve tempo: Salvador de Mendonça. Disse-nos: "Justiniano escrevia em todo e qualquer lugar, a toda e qualquer hora do dia ou da noite, em casa, na Câmara dos Deputados, no teatro, sobre as costas de uma cadeira, sobre a perna, em um peitoril de janela, no silêncio do gabinete, na sua varanda, no meio do chilrear dos pássaros e das correrias e barulho das crianças".

Dizia Octaviano que Justiniano, ao acordar de manhã, a primeira coisa que fazia era ver onde havia deixado a pena na véspera e não garantia que não escrevesse quando dormia.

⁶⁷⁷ FUNDO: RE-LUÍS GASTÃO D’ESCRAGNOLLE DÓRIA. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie 2 – Correspondência; Notação: 46.6; Caixa: 236. Arquivo Nacional. Grifos nossos.

Os registros presentes no Livro de Matrícula⁶⁷⁸⁶⁷⁹ explicitam toda a vinculação formal de Justiniano com o Colégio recém-fundado. Antes mesmo de ser confirmado como primeiro professor de geografia e de história, fora nomeado professor sem designação de cadeira e nem de ordenado, restando nessa condição de 21 de fevereiro de 1838 a 28 de abril do mesmo ano. No dia seguinte, dia 29, recebeu a nomeação de professor de Geografia, História Antiga e História Romana, continuando sem designação certa de ordenado, devendo substituir Domingo José Gonçalves de Magalhães, apontado no documento como “(...) inábil para função logo de início e designado definitivamente para a cadeira de Filosofia até sua saída definitiva em 1847.” Assim como Justiniano, Domingo viraria, também em 1838, sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No intervalo entre 1º de março e 3 de agosto de 1840, Justiniano seria designado pela pasta dos Negócios do Império e pelo Reitor do Colégio de então, Joaquim Caetano da Silva⁶⁸⁰, Professor de História Geral, História Pátria, Geografia e Cronologia. Tornar-se-ia, naquele momento, o primeiro cátedra Geografia e História do Colégio Pedro II, obtendo um ordenado de “hum conto de reis”, aos vinte e oito anos incompletos.

Para além dos registros acerca de Justiniano e demais professores de primeira hora, continuava Bernardo Pereira de Vasconcellos a operar os detalhes da fundação do Colégio. Em treze artigos Vasconcellos, homem experimentado na elaboração de leis e decretos⁶⁸¹, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, magistrado aposentado e parlamentar atuante, elaborara também o Decreto de fundação do Colégio.

O Regente interino, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, decreta:
Art. 1º O Seminário de S. Joaquim é convertido em colégio de instrução secundária.

⁶⁷⁸ Livro de Matrícula (1838-1852). Série Documentos Administrativos. Subsérie Matrícula de Empregado. Núcleo de Documentação e Memória/Colégio Pedro II.

⁶⁷⁹ Conferir ANEXO I, uma fotocópia do registro de vínculo de Justiniano junto ao Colégio Pedro II. In.: Livro de Matrícula (1838-1852). Série Documentos Administrativos. Subsérie Matrícula de Empregado. Núcleo de Documentação e Memória/Colégio Pedro II.

⁶⁸⁰ Outro conhecido sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Doutor em medicina pela Faculdade de Montpellier, Joaquim Caetano aí foi estudante *hors ligne*, já que se trata de França, renunciando quem, no decurso de 1861, espereveria *UOyapoc et l’Amazone. questions brésilienne et française*. Obra magna, para D. Pedro II valendo 200.00 baionetas na fronteira, obra de tal importância que dela se utilizaria Rio Branco 2º para base e defesa de nossos direitos territoriais e alcançar do laudo de Berna, a confirma-los na chamada questão do Amapá.” (DÓRIA, 1997: 43).

⁶⁸¹ Carvalho (1999) salienta que Vasconcellos havia sido revelado um talento reconhecido internacionalmente ao elaborar o “Código Criminal do Império do Brasil”, aprovado em 1830. Esse trabalho “... foi traduzido e elogiado na Europa, tendo inclusive servido de modelo para outros países”. (p. 21) Participara também da elaboração do Ato Adicional e depois de sua “Interpretação”. Era portanto um legislador dos mais competentes.

Art. 2º Este colégio é denominado Colégio Pedro II.

Art. 3º Neste colégio serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa, e inglesa, retórica e os **princípios de geografia**⁶⁸², história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria e astronomia.

Art. 4º Para o regime e instrução neste colégio haverão os seguintes empregados:

Um reitor, um síndico ou vice-reitor, um tesoureiro, e os serventes necessários.

Os professores, substitutos e inspetores dos alunos, que forem precisos para o ensino das matérias do art. 3º direção e vigia dos mesmos alunos.

No número dos professores é compreendido o de religião que será também o capelão do colégio. Um médico e um cirurgião de partido.

Art. 5º Poderão ser chamados para terem exercício nesse colégio os professores públicos desta corte, de latim, grego, francês, inglês, filosofia racional e moral e retórica.

Art. 6º Parte dos vencimentos dos professores será fixa, e parte proporcionada ao número dos alunos.

Os professores públicos do art. 5º gozarão também do benefício dos vencimentos variáveis pagos pelo colégio.

Art. 7º Serão admitidos alunos internos e externos.

Art. 8º Os alunos internos pagarão a quantia que for anualmente fixada, para as despesas só próprias dos que morarem no colégio.

Art. 9º Será pago pelos alunos tanto internos, como externos, o honorário que a título de ensino, for fixado pelo governo.

Art. 10º Este honorário terá a aplicação marcada nos estatutos. Nenhum honorário é devido pelo ensino dos professores do art. 5º.

Art. 11º O governo poderá admitir gratuitamente até onze alunos internos e dezoito externos.

Art. 12º O número de professores, substitutos, inspetores e serventes do colégio, seus direitos e obrigações, bem como as do reitor, vice-reitor ou síndico e tesoureiro, a admissão de alunos internos e externos, seus exercícios, ordem de estudos, sua correspondência externa, prêmios, castigos, feriados, férias, e outras disposições relativas à administração, disciplina e ensino são marcados nos estatutos que com estes baixam assinados por Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Encarregado interinamente dos do Império.

Art. 13º Ficam revogados os Estatutos de 12 de Dezembro de 1831 e mais disposições ou ordens em contrário.⁶⁸³

Em 31 de janeiro de 1838, Bernardo Pereira de Vasconcellos elaborou o Regulamento⁶⁸⁴ que conteria os estatutos do Colégio, dando minúcias às regras que

⁶⁸² Entende-se que desde o século XVIII a matéria geografia era ensinada nos cursos avulsos e preparatórios para os *exames gerais* ou *parciais*, nos educandários secundaristas religiosos, em alguns dos liceus criados na década de 1830. Apesar disso, tratava-se da primeira vez que o ensino de Geografia era institucionalizado numa cadeira criada especificamente para ela, com um professor dedicado ao ofício de ensiná-la. Em outros termos, a ideia de que foi nesse Colégio que a geografia surgiu pela primeira vez como disciplina autônoma, com carga horária e conteúdos exclusivos, ensinados de maneira seriada e progressiva foi no Colégio Pedro II. Tratava-se da primeira vez que a geografia surgiu no Brasil como *disciplina institucionalizada*, ainda que somente em nível secundário. Cf. ROCHA, 1996; 2014.

⁶⁸³ Decreto de Fundação do Colégio Pedro II. In *Anuario do Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1914. Pp. 44-45. n.1. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

⁶⁸⁴ Regulamento Nº 8 – 31 de Janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio de Pedro Segundo. In *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1838. Tomo 1º. Parte 2ª. Secção 6ª. 1838. Câmara dos Deputados.

normatizariam o funcionamento do Colégio em seu princípio. O Decreto compunha-se de 232 artigos organizados em duas grandes partes, cada qual dividida em títulos e capítulos. O documento destacava o apelo à ação harmônica do corpo docente e do corpo administrativo no sentido de fazer prosperar a iniciativa do governo. Lembrava o poder público aos primeiros professores, “para exemplo de sucessores, a necessidade de ensinar aos alunos letras e ciências, **sem contudo descurar imprescindíveis deveres para com Deus, Pais, Pátria e Governo**”⁶⁸⁵.

Em decreto específico, os salários do corpo docente foram destacados em valores anuais. O professor de Religião e Capelão do Colégio ganharia 700\$000; os professores de Latim, Grego, Aritmética e Geografia ganhariam 500\$000; os de Desenho e Música, 400\$000; o de Francês, responsável por uma única aula semanal, receberia 200\$000. Os inspetores também ganhariam 200\$000 e mais 100\$000 de bônus caso fossem competentes para substituir casualmente os professores.

E como o Colégio era a vitrine do gabinete regressista, esses últimos – na figura do ministro, reitor e todo o corpo de funcionários – orientavam-se no sentido de manter sob completa ordem e fiscalização o cotidiano da Instituição. Verdadeiro *panóptismo* se instalara nas tribunas da imprensa e da política para a iniciativa conservadora. Isso explica o envolvimento do Senado na polêmica em torno da adoção do compêndio de geografia no Colégio. Todos os funcionários prestavam-se constantemente a fornecer informações ao Ministério e Secretaria dos Negócios do Império no tocante a suas funções⁶⁸⁶. E o ministro, por sua vez, era obrigado ao final de cada ano prestar esclarecimentos à Assembleia Geral acerca da Instrução Pública em todo o Império, respondendo particularmente pelas instituições de responsabilidade do governo geral.

Uma das maiores celeumas causadas pelos liberais a partir da iniciativa regressista foi o fato desses últimos transformarem antigo orfanato em Colégio para os filhos da *boa sociedade*. Houve muitos pedidos especiais de matrícula para órfãos e crianças carentes, mas Vasconcellos submetia-os aos mesmos critérios seletivos utilizados com todos os demais

⁶⁸⁵ Conforme assinala o § 1º do Artigo 13 do mencionado Regulamento (*Op. Cit.*). Grifos nossos.

⁶⁸⁶ Essa prática, todavia, contava com um intermediário a partir da década de 1850, mais precisamente a partir de 1854, quando então é criada a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária. Antes da criação desse órgão, o diálogo entre reitor e ministro do Império era direto, tornando os primeiros anos peculiares, na medida em que a relação entre ambos era mais estreita. Porém, os anos caracterizados pela intermediação da Inspeção Geral não diminuíram de modo algum o prestígio do Colégio junto à cúpula do poder instituído. Basta lembrar que foram nomes igualmente importantes aqueles que ocuparam o cargo de Inspetor Geral. As duas primeiras pessoas empossadas sucessivamente no posto foram Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, e Euzébio de Queiroz, ambos integrantes da “tríade saquarema”.

candidatos. E quando esses poucos casos eram admitidos, muitas vezes não se adaptavam aos rígidos regimes de estudo, sendo alternativamente conduzidos às Artes, isto é, às oficinas de atividades manuais ou artesanais oferecidas em outras instituições menos famosas. Parecia claro os propósitos do governo em tornar aquela Instituição um reduto da classe senhorial. Sobre isso constava nas páginas de *A Aurora Fluminense* uma ponderação contra a dotação orçamentária do Colégio:

O Sr. Vergueiro na discussão da lei do orçamento, que presentemente ocupa o Senado, mandou a mesa uma emenda suprimindo os 18 contos que o Ministro do Império pedira para as despesas do colégio Pedro II. “O Seminário de S. Joaquim, (disse o nobre Senador) estava destinado para a instrução industrial, e julgo que esta é a maior necessidade do país: foi dotado pela caridade pública para educação de meninos pobres e órfãos, e creio que a melhor educação a dar a esses meninos era ensiná-los a trabalhar: ora, **como aquele estabelecimento foi arrancado aos meninos pobres, para se fazer outro de alta educação para os filhos de pais abastados, deixando-se os pobres órfãos sem a educação que haviam mister**, ensinando-se-lhes um ofício, donde para o futuro pudessem tirar meios de sua subsistência, não posso deixar de declarar-me expressamente contra a despesa deste artigo.”⁶⁸⁷

Em abril de 1838, em um prédio que podia abrigar até sessenta e cinco alunos internos, o Reitor revelava que trinta alunos haviam sido aceitos, mas somente sete desses seriam carentes. O ingresso se daria através da constatação da capacidade do aluno em saber ler, escrever e contar as quatro primeiras operações de aritmética; da apresentação de atestado de bom procedimento por parte de professores e diretores das escolas em que houvessem frequentado; e de despacho de admissão dado pelo Reitor. Havia a possibilidade deste último não admitir candidatos, desde que explicitasse ao Ministro do Império os seus motivos.

Muitos candidatos foram admitidos, mas poucos concluíam o curso devido aos rígidos critérios de avaliação e a falta de disposição para frequentá-lo até o final. Naqueles primeiros anos de Colégio, nem todas as matérias oferecidas pela Instituição faziam parte dos *exames gerais* e nem *exames parciais* que davam acesso aos cursos superiores do Império⁶⁸⁸. A facilidade em frequentar em outros lugares as aulas avulsas cobradas nesses exames esvaziara para muitos a importância de se matricular no Colégio.

Os pedidos de matrículas em cursos avulsos no Colégio eram comuns, mas desde cedo Vasconcellos proibira essa prática, chegando a orientar severamente o Reitor a esse respeito,

⁶⁸⁷ *A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário*, N. 52, 17/9/1838.

⁶⁸⁸ As matérias cobradas em exames a título de *aulas avulsas* para ingresso nos cursos superiores mudavam com o tempo. Por exemplo: em 1831, entre as cadeiras criadas para os exames preparatórios aos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império, encontrava-se “Retórica e Poética”. A mesma disciplina, porém, não fazia parte dos exames parciais preparatórios para as Faculdades de Medicina. (Haidar, 2008).

afinal, uma das tarefas precípua do Colégio era justamente promover a organicidade da instrução secundária em todo o Brasil.

Somente em 1843 o governo garantiu por decreto que o concluinte do curso secundário do Colégio de Pedro Segundo teria garantido o seu ingresso direto nos cursos superiores do Império sem a necessidade de prestação de *exames gerais*. O que motivava a permanência no Colégio era além da formação humanística, o título de Bacharel em Letras, oferecendo grande prestígio curricular aos egressos da Instituição.

A Instituição iniciou as aulas sem uma prévia designação de compêndios e demais objetos didáticos necessários ao processo de ensino-aprendizagem. Só mais tarde o Reitor solicitaria aos professores a produção de compêndios que seriam submetidos ao crivo do Ministro Bernardo de Vasconcellos. A publicação de algumas dessas obras didáticas também gerou motivos de debates na Câmara e no Senado. As severas críticas tinham por objetivo último desvalidar a iniciativa e colocá-la em cheque quanto ao grau de competência de alguns de seus colaboradores. Entre os compêndios criticados – talvez o mais criticado por ter sido o primeiro a ser adotado oficialmente no Colégio e por ter sido escrito por quem foi... – encontrava-se a primeira edição do *Compêndio de Geographia* (1838) de Justiniano da Rocha, produzido especialmente para aquele Educandário, como fazia constar o frontispício da obra, *oferecido ao Governo de S. M. Imperial e por ele aceito para uso dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II. 1838*.

Enfim, o primeiro ano letivo do Colégio (1838) houvera sido marcado pelo fim da interinidade regencial do Senador Araújo Lima e de seu Gabinete Ministerial. Por eleição, Araújo Lima e seus ministros, entre eles Vasconcellos, continuaram na regência. Ainda naquele ano, em 21 de outubro, surgia no Rio de Janeiro, no seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Muitos membros do Colégio Pedro Segundo fizeram parte do seu primeiro quadro de sócios⁶⁸⁹. Justiniano também. Segundo Dória (1997), Vasconcellos “repartiria desvelos vida inteira” entre IHGB e Colégio de Pedro Segundo. No entanto, a 16 de abril de 1839, no início do segundo ano letivo do Colégio, o ministro deixava de acumular as pastas da Justiça e do Império, destituindo-se desta última, que assumira interinamente.

Uma vez fora do cargo, Vasconcellos cedera lugar ao ministro Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, e este fazia um balanço do ano letivo de 1838 em relatório do Ministério dirigido à Assembleia Geral em sessão de 1839, no qual se registrara o empenho

⁶⁸⁹ Cf. ANDRADE, 2007.

estatal no ato de fiscalizar as atividades docentes, de imprimir obras diretamente utilizadas nas Aulas (a exemplo da escrita por Justiniano), adquirir outras tantas obras, e premiar os discentes com os melhores rendimentos escolares:

Passando a tratar do Colégio de Pedro Segundo, cumpre-me comunicar-vos que uma Comissão composta do Deputado da Junta do Comércio Joaquim Gonçalves Ledo, e do Doutor Francisco de Paula Candido, foi nomeada, na conformidade dos Estatutos, para **examinar o comportamento dos Lentes, a sua atividade, e o estado das Aulas.** (...) Durante o ano passado estiveram em atividade as Aulas de Aritmética, Gramática Portuguesa, Francesa, Latina, e Grega, Historia, **Geografia**, Desenho, e Música, e **foi grande o número dos alunos, que obtiveram prêmios, e menções honrosas. O Governo mandou imprimir algumas obras, que são necessárias para o ensino nas referidas Aulas,** e passar, por empréstimo, para o dito Colégio alguns exemplares de outras, que existem duplicadas na Biblioteca Pública, assim como alguns produtos naturais, máquinas, e instrumentos dos que se acham também duplicados no Museu Nacional. Ao Cônego Francisco Viera Goulart deve o Colégio a **aquisição de algumas obras,** de que o dito Cônego lhe fez espontâneo donativo. (...) ⁶⁹⁰

Terminado o ano de 1838, o primeiro de muitos, delineava-se a tradição que perduraria nos anos vindouros. Boa parte da aparelhagem ideológica do Estado seria constituída nesse período. A política cultural, formulada e executada inicialmente pelos políticos da ala conservadora, inclinava-se ao modelo civilizatório europeu. É exatamente com o foco no legado da herança europeia no ocidente, nos seus modelos institucionais e ideológicos, que o Colégio Pedro II passara a ser um dos símbolos culturais do Império ao lado de outras instituições, como o próprio Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e a Academia de Belas Artes⁶⁹¹. Passados os anos de turbulência e disputas no cenário político do período regência, os anos pós “Golpe da Maioridade” (pós 1840, portanto) seriam caracterizados pela emblemática figura central do Monarca. Dom Pedro II seria, ele próprio, o catalisador da política cultural em torno da peculiar construção da nacionalidade brasileira.

⁶⁹⁰ Relatório do Ministério do Império do Ano de 1838, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1839. Publicado em 1839. Pp. 11-12. Trecho relativo ao tema “Instrução Publica”.

⁶⁹¹ Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

3.2.3 Justiniano e suas várias funções na educação no “Tempo Saquarema”

Conforme visto um pouco mais acima na caracterização do ano de fundação do Colégio Pedro II, a seleção do primeiro corpo docente seguiu os critérios de seu mentor, Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Já vinha de longa data que a profissão do magistério era vista enquanto vocação⁶⁹², e não propriamente enquanto ofício, e isso trazia uma percepção muito peculiar quanto à tarefa, particularmente naquilo que tange ao seu caráter moral, à sua baixa remuneração e à sua desvalorização social. Mas em se tratando de Colégio Pedro II, compor o seu quadro docente era um misto de prestígio social com confirmação da relativa baixa remuneração como característica da função, ainda que muito contestada.

Como não havia formação específica entre homens para exercerem o magistério, os primeiros professores do ensino de geografia naturalmente viriam das mais diversas formações profissionais, menos, evidentemente, de algum curso especialmente constituído para a tarefa de formar profissionais com competência para ensinar a matéria. A este respeito assevera Rocha (2000) quanto aos professores do século XIX, referindo-se especialmente ao caso do corpo docente do Imperial Colégio de Pedro II:

É interessante lembrar que os(as) docentes que atuavam no ensino desta disciplina [a geografia] eram oriundos(as) ou de outras profissões (advogados, sacerdotes etc.), ou então eram autodidatas, isto quando não eram apenas

⁶⁹² Nas formas mais antigas de se ver o ensino, encontra-se a função de magistério como vocação ou como ofício, e não como profissão tal qual um médico, advogado ou profissões bem estabelecidas. Segundo Tardif (2013), a evolução do ensino escolar moderno teria passado por três idades que correspondem cada uma a um período histórico particular: “a idade da vocação que predomina do século XVI ao XVIII, a idade do ofício que se instaura a partir do século XIX e, finalmente, a idade da profissão que começa lentamente a se impor [somente] na segunda metade do século XX”. (p. 554)

O ensino na idade da vocação era essencialmente um trabalho moral dedicado a disciplinar, monitorar e controlar as crianças. A instrução (ler, escrever, contar) estava subordinada à moralização, à religião. Como o ensino era uma vocação, as condições materiais (salário, estatuto, tarefas, entre outros) ficavam em segundo plano. A má remuneração naturalmente deriva dessa percepção quanto à função. A visão vocacional deixou um impacto muito profundo e duradouro sobre as concepções posteriores do ensino e do trabalho dos professores.

Com o advento do processo de secularização e de desconfessionalização das sociedades ocidentais, em conjunto com a ascensão dos Estados-nação e de sua lenta separação das Igrejas durante os séculos XIX e XX, muda-se a concepção de trabalho. Este último liga-se ao processo de estatização da educação e a função se torna um trabalho laico. A tarefa do magistério deixa de ser vocacional e se torna contratual e salarial. Mas a “mentalidade de serviço”, de vocação, continua forte. Os professores, integrados à função pública ganha certa autonomia pedagógica e uma proteção contra os antigos controles externos, tais como o dos pais, dos sacerdotes, dos notáveis. Estabelece-se uma relação de confiança entre professores e Estado, reconhecendo este último a competência do primeiro em administrar suas aulas. Em princípio, os professores são responsáveis por suas classes, pela gestão dos alunos, pelas escolhas pedagógicas relacionadas à matéria.

Cf. TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 123, Pp. 551-571, abr-jun, 2013.

profissionais em início de carreira que exerciam o magistério até encontrar uma boa posição nas suas profissões de origem. ([...] não era [uma condição] exclusiva aos que ensinavam geografia) (...).⁶⁹³

Justiniano, conforme aqui já salientado, recebera de Bernardo Pereira de Vasconcellos o cargo de professor no Colégio Pedro II como recompensa pelo trabalho panfletário a favor do governo regressista. Naqueles primeiros três anos letivos (1838, 39, 40) de Colégio, Justiniano acumulara a função de titular da cadeira de Geografia e História e de Diretor do Correio Oficial. Apesar disso, numa correspondência a Paulino José Soares de Souza, ele dissera indiretamente que a profissão não oferecia uma boa remuneração. Funcionava tal qual bico, complementando outras rendas de melhor quantia. Na ocasião, o futuro Visconde do Uruguai havia chamado a ele e a Firmino Rodrigues Silva, amigo de longa data, para assumirem a redação de *O Brasil*. Assim ele se expressou após a experiência com *O Chronista*, incentivado inicialmente por Bernardo de Vasconcellos:

(...) nem Firmino, nem eu nos obrigamos a mais do que defendermos a política do ministério, a política que devia ter triunfado em 19 de setembro e os atos dela dimanarem. Isto posto, Exmo. Sr., cumpre que faça observar a V. Excia. que a posição em que nos achamos, e as relações, que tivemos com o ministério de 19 de setembro nos tornam sumamente tímidos, quando tratamos com os homens políticos do país. Não temos (...) ninguém que nos apadrinhe para com o poder, e daí se segue que temos sido constantemente abandonados. Na redação do *Chronista*, trabalho, despesas, tudo sobre nós recaiu, só tivemos do ministério, no último trimestre um diminuto auxílio, (...), e para maior desgosto, aqueles mesmos, por quem nos sacrificamos, nem se quer nos pagavam com sua estima, nem mesmo com um simples cortejo quando na rua nos encontravam. Caiu esse ministério a quem mostramos tanta dedicação, e que ficamos sendo? **O Firmino coisa nenhuma; eu professor de geografia e história do Colégio Pedro II!! Nem suponha V. Exa. que é isso um favor que se me tenha feito, é antes um novo sacrifício que fiz a esse governo em uma das mais gloriosas empresas. Por três horas de aula cotidianas, por muitas outras obrigações do professorado, que me ocupam todas as manhãs, tive de ordenado a quantia de 500\$ anuais, elevada agora a 800\$ com muito trabalho, pois estou encarregado da primeira aula, que no Brasil se tem aberto, de história nacional. E demais o que é uma cadeira num estabelecimento que ainda não está montado, e que, se quanto antes não for restaurado pelo governo, não chegará talvez ao fim do ano?**⁶⁹⁴

Apesar da queixa salarial, não condizente (dizia...) ao status do cargo, Justiniano era amante da profissão, pois além de ter lecionado no Imperial Colégio, ministrou aulas em outros lugares.

⁶⁹³ ROCHA, 2000, p. 131. Cf. ROCHA, Genylton O. da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, 2000.

⁶⁹⁴ Carta de Justiniano José da Rocha ao Visconde do Uruguai, 04/6/1840. In RIHGB, Vol. 220, 1953. Pp. 342-343. Grifos nossos.

Em 1840, após a subida dos liberais ao poder, fora exonerado do cargo⁶⁹⁵. Segundo Caldeira (2016), deixara o posto de forma pouco amigável:

Em seu pedido de demissão diz não poder continuar a “reger as cadeiras por motivos que longo seria expor”. (...) A baixa remuneração iria contribuir também para a sua saída, pois pelo menos três professores teriam, em 1842, solicitado aumento de salário e um deles (...) acabou por pedir demissão do cargo.⁶⁹⁶

Em 1841, foi nomeado professor de Direito Militar na Escola Militar do Rio de Janeiro, com honras de capitão honorário⁶⁹⁷. Em 1845, uma vez suprimida a cadeira de Direito Militar, passara a lecionar latim e francês até o ano de sua morte, em 1862.

Como parte complementar da renda mensal que ganhava na condição de deputado geral, Justiniano procurava organizar cursos avulsos com a proposta de preparar candidatos aos exames gerais. Além disso, em 1854 chegou a especular acerca de sonho antigo: tornar-se diretor de um colégio de instrução primária e secundária⁶⁹⁸. Não conseguiu concretizá-lo em vida.

A relação de Rocha com a educação não se resumia ao magistério. Em seus periódicos são incontáveis os artigos que têm como tema a educação. Na condição de legislador, sempre buscou inserir-se nas comissões de instrução pública da Câmara durante suas três legislaturas, sempre conseguindo se eleger como um de seus titulares. Conhecia ele o valor estratégico da educação na formação do povo. Por conta disso, voluntariamente se engajava nos principais debates acerca do tema.

Esse vasto currículo na área renderam-lhe algumas oportunidades profissionais. Fora assim que se tornara diretor das aulas de instrução pública da província do Rio de Janeiro, durante a presidência de Honório Hermeto Carneiro Leão, tendo feito em 1º de fevereiro de 1842 um relatório considerado um bom trabalho, publicado depois em folheto. Hélio Vianna completa a lista de experiências e tarefas e postos importantes no campo da educação:

Ainda como educador, pertenceu à comissão inspetora dos trabalhos do Colégio Zaluar, dirigido por Augusto Emílio Zaluar à Praia de Botafogo.
Foi membro do Conselho Diretor da Instrução Pública.

⁶⁹⁵ CARDIM (*Op. Cit.*).

⁶⁹⁶ CALDEIRA, 2016, p. 116. A historiadora alega mais dois fatores que teriam pesado na decisão de Justiniano em demitir-se: “O primeiro se refere ao longo episódio envolvendo a tradução dos compêndios de História Antiga e Romana, cuja quantia combinada para a tradução fora acertada em 300\$000 cada uma por Vasconcelos, e que mais tarde com a mudança ministerial teria sido rejeitada. (...) Além disso, em 1840, segundo o jornal *O Despertador*, Rocha teria tentado empregar o pai como inspetor ou secretário no Colégio, pedrido que fora negado então pelo reitor Joaquim Caetano da Silva.” (Idem, p. 117).

⁶⁹⁷ CARDIM, 1964.

⁶⁹⁸ Idem.

Em 1852 publicou uma *Coleção de Fábulas imitadas de Esopo e La Fontaine*. Apesar de certa protelação no despacho, conseguiu o seu intento, pois a coletânea de 120 fábulas teve novas edições.⁶⁹⁹

O conjunto desses feitos o tornou apto a desempenhar a tarefa de avaliação das condições de ensino no Município da Corte e em todo o Império. Próximo dos principais gestores dos cargos de alto escalão, foi requisitado pelo Ministro dos Negócios do Império (José da Costa Carvalho, o Visconde de Mont`Alegre) para verificar o estado das Aulas públicas de instrução secundária e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, gerando desse trabalho um relatório que teve grande repercussão na opinião pública da época.

3.2.3 O estado das Aulas públicas de instrução secundária e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império segundo relatos e valores educacionais de um saquarema

Aqui já foi dito: medidas de uniformização e centralização não se restringiram ao ensino secundário e à pretendida função do Colégio Pedro II, pressupunha ramificar-se em toda a educação, no judiciário e na administração pública, através de iniciativas como a Lei de Interpretação do Ato Adicional, em 12 de maior de 1840 (Lei N. 105) e a Reforma do Código do Processo Criminal, em 1841.

Em todas as legislaturas em que participou na condição de deputado geral, Justiniano procurou fazer parte da comissão de instrução pública, na qual naturalmente buscou traduzir suas concepções de instrução e de educação em termos conservadores.

Numa dessas maiores inserções no campo da educação, feroz crítico do estado de abandono e da necessidade em se estruturar garantias mínimas de formação da classe senhorial, foi convidado pelo governo para fazer um parecer do *estado das Aulas públicas de instrução secundária e dos colégios e escolas particulares da Capital do Imperial*. No documento, diz ter encontrado do melhor e do pior nessa incursão que contava com algum suporte; ao fim da tarefa, recomendou mudanças urgentes. Entendia que a educação do povo prevista na Carta Magna de 1824 poderia ser traduzida da seguinte forma: ensino primário ou de ofício (com claro propósito de preparo para o mundo do trabalho) indicado para a chamada gente miúda, isto é, para a população branca de baixa renda ou população mestiça, trabalhadores livres, sem grandes posses e excluída parcialmente do direito de voto; ensino

⁶⁹⁹ VIANNA, 1959, Pp. 26-27.

secundário para a classe senhorial, isto é, para a população branca representativa dos valores da ordem e da civilização; e, finalmente, ensino superior também somente para este último tipo de classe social.

O controle por parte do Estado Imperial dos sistemas de ensino não era tarefa de fácil atribuição e execução, primeiro porque dependia da prerrogativa de um agente fiscal incorporar o espírito da missão a ele atribuída, segundo porque exigia complexa operação de deslocamento em meio carente de infraestrutura de transporte a longa distâncias⁷⁰⁰. No caso do vasto território do Império, a atribuição fiscal tinha que ser compartilhada, e era de competência dos presidentes de cada província. No caso do Município da Corte, capital do Império, o governo designava uma inspetoria capaz de executar a tarefa.

Em 1850, o Ministério do Império resolvera designar para a missão de inspetoria do estado das Aulas avulsas públicas e particulares da instrução secundária do Município da Corte alguém que encarnasse de forma garantida essa função, diante da necessidade de se pintar, o tanto quanto possível, um retrato fidedigno da realidade, conforme os parâmetros estipulados pelo governo. Dessa forma, o nome escolhido foi Justiniano José da Rocha.

Debalde lembrar que neste mesmo ano ele publicara a segunda edição de seu *Compêndio de Geografia*. Ou seja, colocava-se mais uma vez predisposto a dialogar com esse universo da instrução, do qual elencava como a mais premente das necessidades, pondo-se por isso em evidência e à disposição para a execução do projeto saquarema voltado especificamente para esse setor estratégico.

Constava no relato do Ministro, apresentado ao Poder Legislativo enquanto ato do Poder Executivo, as justificativas da referida designação e, principalmente, dos propósitos da inspeção:

Pelo que respeita às Aulas Públicas avulsas de Instrução secundária, e aos Colégios e Escolas particulares, tornando-se cada dia mais sensível a sua inspeção, e querendo o Governo de algum modo supri-la, confiou ao Dr. Jusitiniiano José da

⁷⁰⁰ Verdade é, em relação a essa limitação logística, que alguns relatórios ministeriais chegavam a mencionar certas dificuldades de acessibilidade a determinadas localidades do próprio Município da Corte, a capital do país. Vejamos um exemplo: “A Instrução Pública (...) tem melhorado no Município da Corte, e mais sensíveis teriam sido os seus progressos se de todo se houvessem extirpado as diversas causas, que de há muito entorpecem o seu desenvolvimento, as quais principalmente consistem (...) na falta de inspeção sobre as Escolas das Freguesias mais distantes. (...) [no] Município da Corte, onde não é diretamente exercida a Inspeção do Diretor, e tem sido quase inútil, como a dos Fiscais da Câmara Municipal, a que por Aviso de 6 de Abril de 1844 se confiou aos Párcos e Juizes de Paz respectivos, nenhum melhoramento se tem até hoje obtido. O meio pronto e eficaz de remover este inconveniente, assim como de extirpar completamente todos os outros defeitos e abusos, que tanto retardam os progressos do ensino, depende essencialmente da autorização e meios, que faltam ao Governo, para dar à Instrução Pública uma mais conveniente direção, limitando-se por isso a providências parciais, que muito pouco aproveitam. (...)” (CARVALHO, 1851, p. 13_trecho acerca do tema “Instrução Pública”). CARVALHO, José da Costa. Relatório do Ministério do Império do ano de 1850 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura. José da Costa Carvalho (Visconde de Mont’alegre). Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1851.

Rocha essa importante comissão, incumbindo-o de examinar a época da fundação de cada um daqueles estabelecimentos, seu regimen e moralidade, número e estado de adiantamento dos alunos, nacionalidade dos Diretores e Mestres, método e materiais de ensino, compêndio a isso destinados, e quaisquer outras circunstâncias que, unidas às suas observações, pudessem habilitar o Governo a julgar do estado de tais Estabelecimentos, e a dar as providências que dele dependessem para melhorar a educação da mocidade, e regularizar o estudo. (...).⁷⁰¹

Prosseguia o relatório, adiantando planos de ação frente às conclusões feitas pela inspetoria de Justiniano:

(...) Como era de esperar, foi satisfatoriamente desempenhada esta incumbência na exposição, (...). Ela me dispensa de acrescentar coisa alguma para demonstrar a necessidade, mais de uma vez trazida ao vosso conhecimento, de reorganizar a Instrução Pública, exigindo de todos os Mestres e Diretores de Colégios e Escolas, ou sejam públicos ou particulares, as provas de moralidade e saber, sem as quais a ninguém deve ser permitido que dirija a educação da mocidade; e bem assim a de formar quanto antes de todas as Aulas Públicas de Instrução secundária, agregando-lhes algumas outras, um Colégio de externato, que, servindo de modelo, e despertando a emulação entre outros Estabelecimentos da mesma ordem, fique, bem como todos os outros Colégios e Escolas do Município da Corte, **sujeito a um só pensamento de disciplina e de método, a uma só e única Inspeção.**

Se para esta importantíssima reforma vos aprouver conferir ao Governo a autorização e meios necessários, ele vos assegura que nada poupará para que possa dignamente corresponder à vossa confiança.⁷⁰²

Cabe aqui destacar a natureza do conteúdo do relatório de inspetoria produzido por Justiniano. Nele é possível recobrar os parâmetros de avaliação por ele utilizados, explicitando os valores neles contidos, representativos que eram do formato desejável para a execução e o controle das atividades educacionais em vistas de uma gestão centralizada e de uma diretriz ideológica conservadora.

Logo de início do relato de doze laudas anexado ao relatório ministerial, Justiniano apresenta escusas ao Ministro por considerar não ter conseguido executar integralmente a Inspeção. Considerara a ocasião inoportuna para a tarefa, porquanto as aulas avulsas⁷⁰³ ou ainda estavam em férias ou tinham acabado de começar, consistindo isso em problemas de imprecisão quanto à quantidade e identificação dos estudantes matriculados em cada colégio.

⁷⁰¹ Idem.

⁷⁰² Idem.

⁷⁰³ Cujo significado – atualizando na compreensão contemporânea – o mesmo seria que *curso livre* acerca de alguma matéria, particularmente aquelas exigidas nos *exames gerais* (exames equivalentes ao atual *ENEM* ou aos antigos *exames vestibulares*) que eram instrumentos de ingresso aos cursos superiores de então (sobretudo Faculdades de Direito e Medicina).

Em vistas de uma concepção de *educação bancária*⁷⁰⁴ característica da época, Justiniano comentara que três meses de férias, entre dezembro e março, era tempo demasiado para férias, “Quando tanto há que aprender e tão pouco é o tempo em que se aprende, como entender essa redução da quarta parte do ano letivo, já tão diminuído por tantos dias santos e tantos feriados?”⁷⁰⁵.

Mostrou-se contrariado com o que chamou de “(...) desregrada aplicação da liberdade de indústria ao ensino (...)”⁷⁰⁶ ao salientar que no Rio de Janeiro havia uma infinidade de estabelecimentos com “meia dúzia de meninos” que se guiavam pela ideia de lucro, cuja inspeção só foi parcialmente possível graças ao auxílio do que chamou de “inspetores de quarteirão”. Essa inspeção teve que se contentar com uma vista geral para formar um juízo acerca da instrução pública da capital; impossível lhe era contemplar cada estabelecimento dados os diversos contratemplos e desafios inerentes ao quadro complexo desafiador.

Fica evidente que se na escala espacial da capital as tais “teias” de controle/inspetoria do governo eram insatisfatórias, o que dirá do Império. Se tratava de tarefa insana simplesmente porque era inexecutável.

Naturalmente vem daí a compreensão da necessidade de um sistema de controle por meio cultural, particularmente através de um sistema ideológico capaz de guiar o desejo de forma voluntária, obtida através do mecanismo da persuasão de uma ideia que inspira identidade e se desdobra em ação. Mas a realidade é que naquele tempo o governo depositava fé na capacidade de inspecionar os estabelecimentos de ensino público.

Prossegue Justiniano em seu relato. Constatava em sua inspeção a falta de direção comum às aulas públicas avulsas “espalhadas pela cidade”. Cada professor imprimia a sua prática sem qualquer contingenciamento externo outro que não fosse os *exames gerais*. Naturalmente isso não traduzia o que esperava o inspetor e nem o governo. Apesar disso,

⁷⁰⁴ Esse conceito freiriano naturalmente perpassa a história da educação no Brasil e no mundo; trata-se de uma concepção educacional na qual o sujeito da relação educador-educandos seria o primeiro, enquanto a outra parte dessa relação assumiria a postura de pacientes, ouvintes do sujeito que disserta, que narra conteúdos, que “esparrama saber”. “Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração.” (FREIRE, 2017, p. 79) Cf. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

⁷⁰⁵ ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das Aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império. In CARVALHO, José da Costa. Relatório do ano 1850 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura. José da Costa Carvalho (Visconde de Mont’alegre). Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1851.

⁷⁰⁶ Idem.

Justiniano reconhecia, frente a um predominante entendimento *vocacional* da profissão⁷⁰⁷, “(...) que em geral os professores são hábeis e consagram ao que ensinam esse santo amor que tão respeitável torna o magistério”⁷⁰⁸.

Ao mesmo tempo em que o caráter *sacerdotal* da profissão parecia prevalecer, sua experiência no magistério do Colégio Pedro II certamente imprimiu outra compreensão da profissão. Reconhecia que ao lado da entrega sacerdotal ao ofício havia “(...) ordenados insignificantes e até ridículos que nem lhes chegam para o aluguel de uma casa sofrível em que possam dar aula, como querer não esmoreçam?”⁷⁰⁹.

Parecia-lhe premente a necessidade de um colégio externato que viesse a reunir as diversas aulas avulsas num só ambiente, regularizando-as, sujeitando-as a uma direção comum. Tratava-se de uma reivindicação parlamentar antiga. Dizia Rocha a respeito:

Pelo modelo desse externato, que cumpriria aumentar com algumas outras cadeiras, poder-se-iam regularizar os colégios que a indústria particular quisesse estabelecer, já que pelo aparato dos seus estudos o não conseguiu o colégio de Pedro 2º fundado essencialmente com esse fim.⁷¹⁰

Uma vez desnudado o estado de penúria da instrução secundária na Corte, Justiniano julgava indispensável a criação de uma inspetoria geral das aulas públicas e particulares do Rio de Janeiro. Da vigilância de um inspetor, o relator só eximiria o Colégio Pedro II, que segundo ele se constituiria num estabelecimento especial.

Algumas das recomendações de Rocha inspiraram medidas governamentais concretizadas poucos anos mais tarde durante o Ministério de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, pertencente ao Gabinete da Conciliação (1853-1856). Nem tudo fora aproveitado. O ex-professor do Colégio Pedro II fazia transparecer nas suas críticas em relação aos estabelecimentos particulares aquilo que lhe configurava uma aberração frente à necessidade da inculcação patriótica no ensino:

Foi-me doloroso ver que ainda mesmo nos melhores colégios o estudo das línguas estrangeiras (francesa e inglesa) merecia mais cuidado do que o da língua e da literatura nacional. Em alguns ostenta-se como grande vantagem o falarem francês e inglês os alunos, propostas a língua nacional, que, em vez de purificar-se e enriquecer-se, ela primogênita da latina, vai-se adulterando esquecida, desdenhada.⁷¹¹

⁷⁰⁷ Cf. TARDIF (2013).

⁷⁰⁸ Idem. p.2.

⁷⁰⁹ ROCHA (Op. Cit.).

⁷¹⁰ Ibidem.

⁷¹¹ Ibidem.

Ainda nessa perspectiva de crítica ao estado da educação na Corte, procurando enfatizar a necessidade da inculcação patriótica no ensino, Justiniano incomodava-se com o excessivo número de diretores estrangeiros nos estabelecimentos particulares:

Devo informar a V. Ex. acerca da nacionalidade dos diretores do colégio. Em geral são eles estrangeiros; poucos são Brasileiros; alguns Franceses, e quase todos Portugueses quase todos os professores. Parece-me isso de suma gravidade.

Um dos cardeais objetos da educação da mocidade deve ser infundir o culto à pátria, o conhecimento das suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e literários, a nobre aspiração a torna-la mais bela e mais gloriosa. Esse sentimento de religiosa piedade para com a nossa mãe comum não se ensina com preleções catedráticas, comunica-se porém nas mil ocasiões que oportunas se apresentam no correr da vida e das lições colegiais... mas para comunica-las é preciso tê-lo.⁷¹²

Conforme dito, as palavras de Justiniano da Rocha parecem ter tido algum peso no governo que se seguiria após seu relatório. Se no período do regresso conservador prevalecera a ideia de afastamento dos perigos que rondavam o projeto de Estado planejado, durante o Gabinete do Marquês do Paraná traçara-se o alargamento da frente de participação política das duas facções existentes (liberal e conservadora).⁷¹³

No panorama da educação, o período da conciliação marcaria a implementação do Decreto-Lei do Ministro Couto Ferraz, mais tarde conhecido pela designação Barão do Bom Retiro. Tratar-se-ia da primeira vez que a educação seria tratado como um sistema demandante de políticas públicas⁷¹⁴.

O referido Decreto (N. 1331 A, de 17 de fevereiro de 1854) propunha regulamentar uma reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte por intermédio de significativas mudanças resumidas a seguir: i. Estruturação funcional da educação via ordenação de suas instâncias deliberativas e fiscais; ii. Controle da iniciativa privada na oferta do ensino de ambos os níveis, primário e secundário; iii. Exigências de exame de capacitação dos candidatos à docência; iv. Clara opção por uma formação em serviço de novos professores (isto é, a formação de novos professores por intermédio do exercício da própria prática de ensino, ao invés da formação por intermédio das “escolas normalistas”); v.

⁷¹² Ibidem.

⁷¹³ Cf. ESTEFANES, 2010.

⁷¹⁴ “O decreto Couto Ferraz será a primeira (...) [a estabelecer] plenamente [a ordenação sistêmica da função educacional], definindo em detalhes, ao longo de 11 artigos, no Título 1 e capítulo único, a incumbência de cada uma das funções. Trata-se de culminância de um processo que define o seu sentido pelo alargamento da função estatal na regulamentação de um setor de política pública. Pode-se dizer que somente então se tem efetivamente uma política pública para a educação.” Cf. ROCHA, 2011, p. 66.

Estruturação do ensino secundário em 1ª e 2ª classes; vi. Reflexão em torno da questão do método de ensino; vii. Obrigatoriedade escolar.

Criou-se, como propunha Justiniano da Rocha em 1851, a *Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte*, e com ela uma estrutura funcional de fiscalização da educação exercida (i) pelo Ministro dos Negócios do Império; (ii) por um Inspetor Geral; (iii) por um Conselho Diretor; (iv) por Delegados de distrito.

Se Justiniano era crítico ao gabinete de Carneiro Leão, no tocante à reforma Couto Ferraz foi ouvido com certa consideração, afinal, entre outras sugestões, consolidou-se a criação da figura do inspetor geral que viria a propor o ordenamento da educação⁷¹⁵. O relatório de Dr. Rocha pintou um quadro desolador da educação no Município da Corte, mas, no limite, gerou algum nível propositivo de intervenção, não obstante o seu caráter conservador⁷¹⁶. Teria Rodrigues Torres, presidente do Conselho Diretor da Instrução Pública, dada a Justiniano e a Francisco Otaviano a missão de completar a regulamentação da Lei N. 1331, em cuja orientação, diz Elmano Cardim (1964), tanto haviam influído.

3.3 O Compêndio de Geografia: entre *doxa* e *aleteia*

Foi objeto de consideração neste trabalho (1º capítulo) o fato de boa parte dos discursos científicos do contexto oitocentista – sobretudo os da primeira metade do século – utilizar-se dos recursos retóricos frente à necessidade, entre outras coisas, de convencer o interlocutor, o ouvinte. Como foi assinalado, a persuasão nem sempre estava submetida a uma coerência lógica de raciocínio e nem à necessidade de comprovação objetiva dos fatos científicos (algo, aliás, muito característico e inerente à ciência moderna).

⁷¹⁵ Cardim (1964) chega a asseverar que na exposição do trabalho, Couto Ferraz refere-se ao parecer de Justiniano, justificando a sua discordância com algumas das ideias nele contidas.

⁷¹⁶ Segundo Cardim (Idem), além de Justiniano, outro que fizera sugestões de reformas que foram acatadas por Couto Ferraz foi Francisco Otaviano.

Muitos dos discursos científicos submetiam-se ao campo da opinião ou do juízo de valor, transformando-se em verdade falseada e, portanto, desprovido-se de um status de verdade epistêmica⁷¹⁷. A esse respeito, houve quem buscasse compreender o fenômeno do “desprestígio da retórica” identificando o aumento da distância entre a *doxa* enquanto campo da opinião e a *aleteia* enquanto campo da verdade conforme avançava o campo da lógica no passar dos anos⁷¹⁸.

Paulo Cesar da Costa Gomes (2020) nos esclarece que, em se tratando de formulações de imagens do real (pressupostamente uma das tarefas das ciências, em particular da Geografia, uma vez que seus discursos não deixam de ser representações/interpretações/imagens⁷¹⁹ do real...), há duas doutrinas filosóficas muito importantes que estabelecem dois estatutos muito diferentes para as imagens: o platonismo e o estoicismo, cujas origens datam da Antiguidade, na bacia oriental do Mediterrâneo. O mencionado geógrafo didatiza a diferença, elucidando primeiro, a partir da alegoria da caverna, a essência da escola platônica:

Uma das passagens mais conhecidas nos escritos deixados por Platão é a alegoria da caverna, presente nos diálogos da obra *A República*. Nessa alegoria, pessoas desde sempre acorrentadas em um muro dentro de uma caverna, pelo reflexo da luminosidade de uma fogueira, veem imagens que se projetam sobre a parede ao fundo. Essas imagens são sombras de estatuetas, de homens e animais, que são transportadas por um caminho atrás do muro. Ao vê-las, as pessoas que estão acorrentadas tomam essas sombras por coisas vivas, confundem as vozes das pessoas que as transportam com as vozes das estatuetas. Se um dos indivíduos conseguisse sair da caverna e visse as coisas como verdadeiramente são e, posteriormente, voltasse e falasse sobre isso aos outros que permaneceram acorrentados, ninguém acreditaria em seu relato. **Essa alegoria serve para distinguir dois planos muito diversos: o das coisas verdadeiras e o das cópias imperfeitas delas, o conhecimento da opinião, a *episteme* [ou *aleteia*...] da *doxa*, distingue, enfim, a essência da aparência.** Nessa compreensão, as imagens nos enganam, são simulacros das coisas ideais e verdadeiras.⁷²⁰

⁷¹⁷ É válido recordar o significado de *episteme*: trata-se de termo grego que significa ciência. Aparece enquanto “(...) oposição a *doxa* (opinião) e a *techné* (arte, habilidade) (...). [Foi] reintroduzido na linguagem filosófica por Michel Foucault com um sentido novo, para designar o ‘espaço’ historicamente situado onde se reparte o conjunto dos enunciados que se referem a territórios empíricos constituindo o objeto de um conhecimento positivo (não científico). Fazer a arqueologia dessa *episteme* é descobrir as regras de organização mantidas por tais enunciados.” Cf. JAPIASSU & MARCONDES, 1998, p. 84.

⁷¹⁸ Carvalho (2000), assevera que Chaïm Perelman (uma de suas principais referências na análise da retórica como chave de leitura dos textos oitocentistas), no intuito de superar o “desprestígio da retórica”, utilizou-se da estratégia de defini-la como “(...) a *lógica dos juízos de valor*”. Cf. CARVALHO, 2000, p. 136.

⁷¹⁹ “Imagens” ou “quadros” são termos mais preferidos pelo referido autor.

⁷²⁰ GOMES, Paulo César da Costa. Pensando a geografia a partir de uma ferramenta geográfica: o percurso. *Espaço & Geografia*, vol. 23, n. 2, Brasília, 2020, p. 3.

Após demonstrar que a escola platônica procura defender que as imagens são instrumentos para a falsificação, continua Gomes (2020) com o intuito de dizer que a doutrina filosófica do estoicismo propõe exatamente o contrário:

A contemplação ou observação do mundo é a única forma de acesso para conhecê-lo. A maneira como os fenômenos nos aparecem é a manifestação daquilo que eles são e estudar as inscrições que esses fenômenos deixam seria desvendar a ordem cósmica que se oculta atrás do ilusório caos da diversidade. Não há dualidade entre essência e aparência: essa última é a expressão da primeira. Além disso, essa corrente desenvolveu a ideia de sistema e a apreciação dos fenômenos precisa, por isso, ser pensada como parte de uma concepção integrada e global, como um conjunto, o Cosmos.⁷²¹

Paulo César considera que numerosos pensadores erigidos a precursores da Geografia na Antiguidade estão identificados com o estoicismo. Estes se ocupavam de temas como a forma e o tamanho da Terra, suas proporções e possíveis representações (mapas, descrição de percursos, globos etc.) ou com as causas de alguns fenômenos naturais (inundações, marés, formações geomorfológicas, gradientes de temperatura terrestre, limites da ocupação humana etc.). Em outros termos, “(...) se preocupavam com as inscrições, as marcas que caracterizavam a superfície da Terra, [ou seja], sua organização e sua aparência.”⁷²²

Neste momento, por enquanto, evitar-se-á caracterizar o legado dos precursores da Geografia Antiga e sua influência na geografia (científica e/ou escolar) brasileira de meados do século XIX⁷²³. Por ora, prioriza-se aqui a identificação da capacidade retórica dos intelectuais daqueles tempos – e do Justiniano, em particular... – para falsear verdades ou simplesmente acatar somente parcela daquilo que conviria de *verdade epistêmica* da antiga tradição no ato de convencer um público.

Toda essa reflexão acerca da retórica e do sentido dos termos gregos *doxa* em contrabalanço à *aleteia* serve para dizer que a Geografia produzida por Justiniano investe-se de recursos retóricos pautados em juízos de valor e de interesses contingenciais transformados em desejáveis “verdades incontestes”⁷²⁴. É nesse sentido que se defende neste trabalho que o conjunto de pensamento de Justiniano, erigido ao patamar de “Doutrina” por alguns

⁷²¹ Ibidem.

⁷²² Ibidem.

⁷²³ Genylton Odilon Rocha faz uma apresentação mais que satisfatória das contribuições de Estrabão e Ptolomeu para o surgimento e desenvolvimento da Geografia Clássica e suas marcas na Geografia e Geografia Escolar dos oitocentos. Cf. ROCHA (1996).

⁷²⁴ É válido esclarecer: incontestes ou incontraditos para o público de alunos que com ele recebiam as lições de geografia. Tratava-se de uma “educação bancária”, muito provavelmente pouco ou nada dialógica e aberta ao contraditório, à crítica, à ponderação. O mesmo evidentemente não se pode dizer em relação aos opositores da arena política.

interlocutores, buscaram transformar o campo da opinião no da verdade. Isso evidentemente inclui a Geografia que Justiniano produziu e que foi objeto de debate e de contestação no Senado, conforme visto no primeiro capítulo. Seria um pensamento geográfico com clara orientação política, utilitária; em outras palavras, uma ideologia ou, o que é ainda mais preciso, uma ideologia geográfica conforme termo designado por Moraes (2005).

Quer-se dizer aqui que o conteúdo da Geografia submetido às crenças de Justiniano somava-se ao conteúdo inerente à vulgata, à tradição da Geografia Clássica, essa sim, até então incontestada dada a sua episteme (matemática, astronômica ou corográfica). Ao lado das linhas rígidas dos paralelos e meridianos (das latitudes e longitudes...) da Geografia Matemática de Ptolomeu ou do método exaustivamente descritivo de Estrabão, agregavam-se termos investidos de elevada dose de ideologia para se ensinar a geografia do país em construção e para se doutrinar as mentes de quem um dia comporia o “mundo do governo” e viria a perpetuar o projeto que naquele momento se fazia hegemônico: o conservador. Ou seja, termos como sertão, civilização, barbárie ou semi-barbárie, monarquia, catolicismo, entre outros, compunham o conteúdo maleável no campo semântico sujeito à capacidade retórica de quem buscava convencer acerca de uma realidade “x” de país e de mundo, e não “y”. Em outros termos, seria um recurso lexical estratégico utilizado no propósito de valorizar ou desvalorizar um determinado espaço, um sistema político em detrimento de outro (monarquia ao invés de república), um sistema de valores culturais (catolicismo...) em oposição a outros (protestantismo e outras crenças) etc.

Esse preâmbulo é para dizer que Justiniano disponibilizava em sua geografia escolar, em seu compêndio da matéria, uma fração que seguia a sua tradição e outra que atendia às prerrogativas ideológicas do projeto que ele e seus correligionários acreditavam. A todos eles parecia estar muito claro o fato de o Imperial Colégio Pedro II, com toda a sua proposta de se tornar uma ilha de excelência no ensino secundário brasileiro, ser o ambiente adequado para desempenhar a missão de formar os futuros dirigentes do país e, de forma mais ampla, oferecer instrumentos para reproduzir a classe senhorial como um todo (já que o CPII, através de seu currículo prescrito, era o pressuposto modelo...).

Antes, porém, de se iniciar a apresentação de cada uma das frações salientadas (a correspondente à *Clássica Geografia_aleiteia*; e a correspondente à Geografia de Justiniano_doxa), considera-se importante tecer outro comentário mais restrito às características editoriais do próprio Compêndio.

3.3.1 Um compêndio, duas edições

O que parece ser o mais importante registro biográfico acerca de Justiniano da Rocha ainda em vida, presente na obra *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Innocencio Francisco da Silva⁷²⁵, aparecem, para além das páginas jornalísticas de divulgação comercial, os primeiros registros relevantes sobre as duas edições do Compêndio de Geografia:

Compendio de Geographia elementar, oferecido ao Governo de S.M.I. e por ele aceito para uso dos abismos do imperial collegio de Pedro II. Rio de Janeiro, Typ. Nacional 1838. 8º gr. de 142 pag. – *Segunda edição, completamente refundida, augmentada e emendada.* Ibi, Typ. do Brasil de J. J. da Rocha 1850. 8º de 321 pag. – Cada uma das edições foi, segundo se diz, de 4:000 exemplares, e acham-se ambas exaustas.⁷²⁶

A primeira edição (1838) foi produzida nas oficinas da Tipografia Nacional, a sucessora da Imprensa Régia após a independência. Isso se explica naturalmente porque o compêndio foi uma encomenda toda governamental. O opúsculo que servira de vidraça às pedradas alheias contava com 142 páginas, criticadas de cabo a rabo por opositores governamentais no Senado, conforme salientado no primeiro capítulo deste trabalho. Não é difícil explicar porque não parece ter sobrado um exemplar sequer em alguma das fontes pesquisadas nos principais “lugares de memória” deste ou de outro país. O compêndio, se encontrado, há de valer um preço venal típico de uma peça raríssima. Por conta dessa ausência de materialidade, não há muito o que explorar a não ser a polêmica que suscitou e os detalhes de seu conteúdo dados a serem conhecidos somente através dos registros da imprensa e dos anais do senado. Para além disso, permanece o mistério e a curiosidade em se saber quantas tantas “doutrinas falsas” caberiam num opúsculo de menos de 150 páginas atualmente extinto.

A segunda edição (1850) foi uma iniciativa do autor, que financiara a reprodução na mesma tipografia que imprimia o periódico de mais longa duração entre os jornais fundados por ele, *O Brasil* (1840-1852). Em termos de volume, representava mais que o dobro da primeira edição porque, segundo o seu próprio autor, fora “refundida, aumentada e emendada”. A motivação para uma nova edição será refletida no próximo item. Neste, cabem outras considerações.

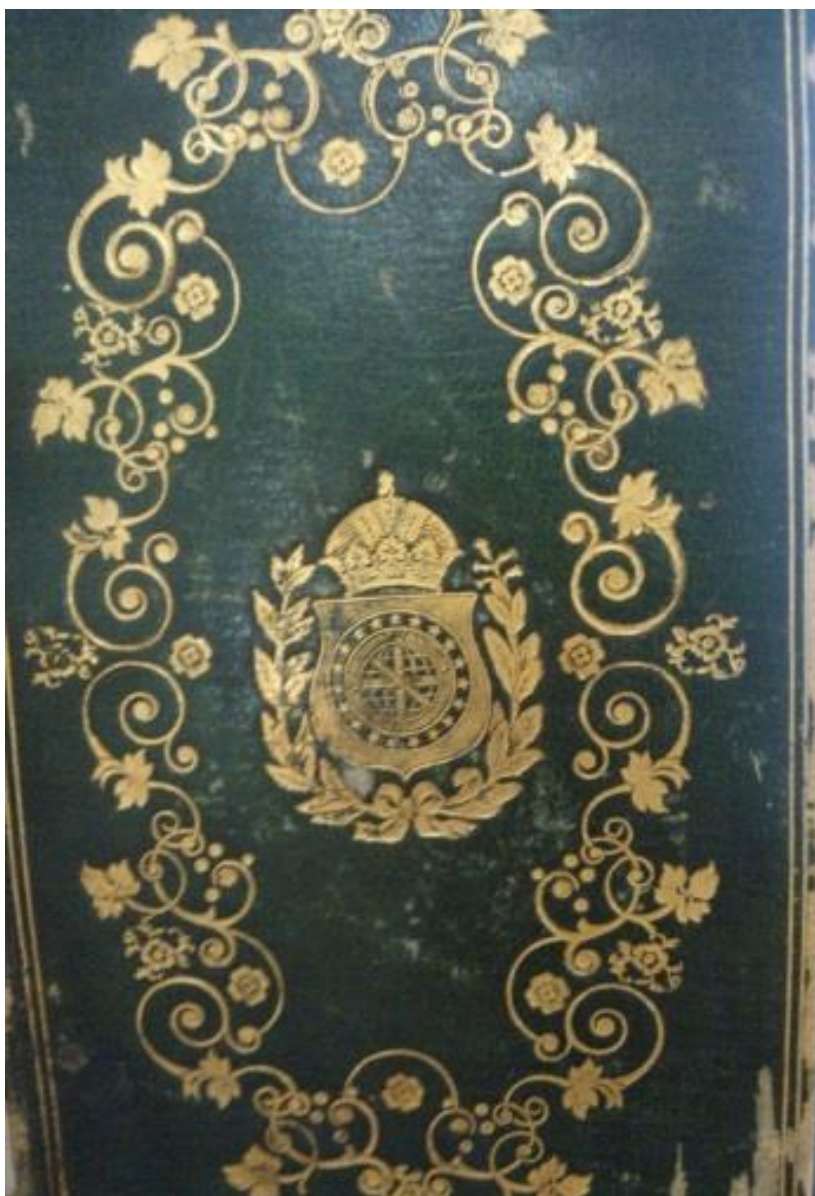
⁷²⁵ SILVA (1860). Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vol. 5. Lisboa: vol: Imprensa Nacional, 1860. Pp. 163-165.

⁷²⁶ Ibidem.

O mais notório dos registros acerca da 2ª edição do compêndio, sem dúvida alguma, é a menção à quantidade de exemplares, que, garante Innocencio da Silva (*Op. Cit.*), teriam sido em torno de 4 mil exemplares, número muito expressivo para a ocasião, levando-se em conta que seu público leitor certamente não se circunscrevia aos alunos do Colégio Pedro II.

Quanto ao fato de ter sido esgotado, fica implícito a qualquer pesquisador a raridade de sua existência: seu único exemplar disponível completa o conjunto de obras raras da Coleção Tereza Cristina, na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ou seja, não é uma obra rara, é raríssima. Não seria exagero se se dissesse que vale ouro: sua capa (Cf. foto 2, logo abaixo...) é composta em detalhes em filigranas do metal mais precioso da face da terra, o que por si só representa um valor inestimável.

Foto 2 – Capa da 2ª Edição (1850) Compêndio de Geografia, de Justiniano José da Rocha



Nota: Capa dura com filigrana de ouro. Foto originalmente tirada, com devida autorização, em 28 de novembro de 2012.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Foto 3 – Contracapa da 2ª Edição (1850) Compêndio de Geografia, de Justiniano J. da Rocha

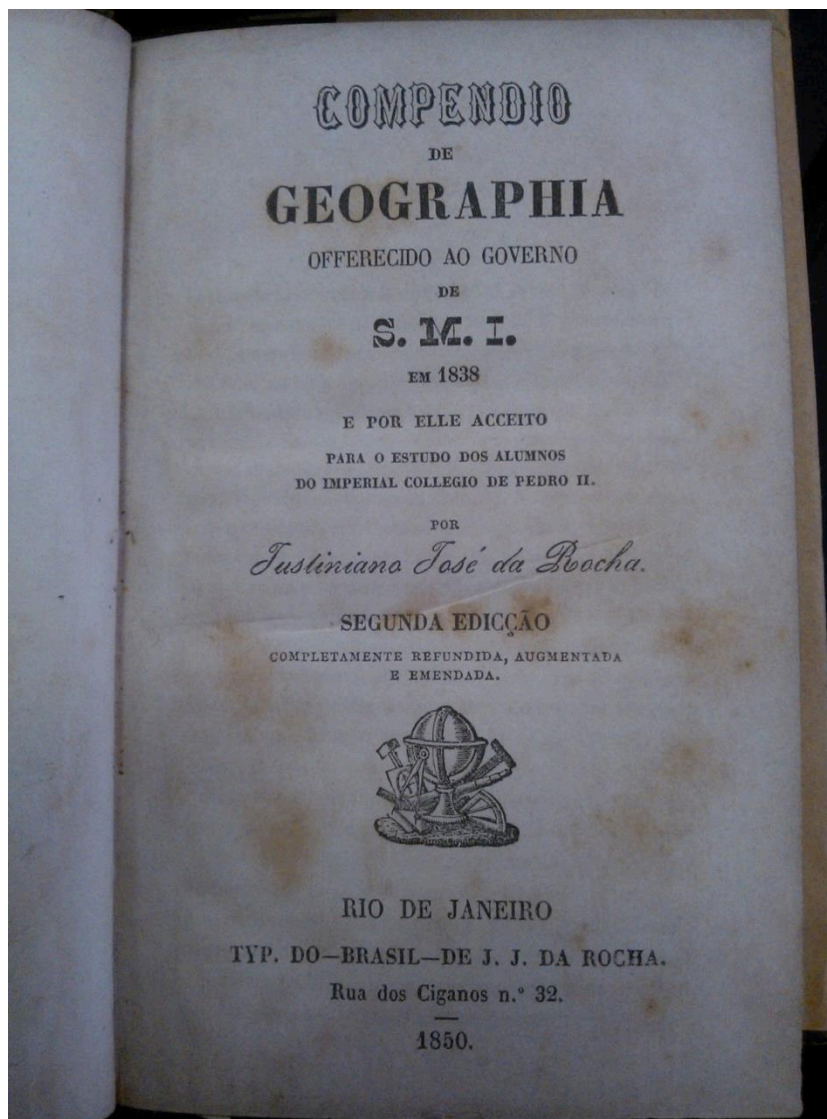


Foto originalmente tirada, com devida autorização, em 28 de novembro de 2012.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O conteúdo da 2ª edição, segundo o autor, foi original em sua proposta. Teria apenas o cotejado com os compêndios de Goldsmith, Ganthier, Letronne e provavelmente outros poucos. Na obra *Um geógrafo do poder no Império do Brasil*, Manoel de Sousa Neto (2018) inquire se a obra didática do personagem por ele retratado (Senador Pompeu) teria sido produzida de forma original ou se seria fruto de cópia ou de tradição. Ora, desde que Caio Prado Júnior e depois Bernardo Isler⁷²⁷ ressaltaram a obra de Aires de Casal (autor de *Corografia Brasilica*) e a prática comum da cópia e semelhança entre os compêndios de

⁷²⁷ ISLER, 1973 *apud* SOUSA NETO (2018).

geografia, poucas vezes atribuiu-se algum nível de originalidade nas obras didáticas oitocentistas⁷²⁸. Ainda assim é válido considerar o que avaliou Sousa Neto:

(...) um manual escolar com funções definidas dentro de uma longa tradição, deve ser revisto como uma série de práticas dentro das quais o mesmo se inscreve. (...) àquela época, os documentos eram compilados e recompilados, e a referência aos autores raramente aparecia.

(...)

O que há de originalidade está nas transformações que a tradição vai sofrendo, de uma cópia para a outra. Não há, de modo mecânico, uma quebra brusca, uma ruptura imediata.⁷²⁹

Justiniano certamente não deixou de seguir essa tradição encontrada na imensa maioria dos compêndios oitocentistas: a tradição *corográfico-matemática* expressa na clássica divisão dos compêndios dessa época em três partes – astronômica, física e política⁷³⁰, também lhe serviram de parâmetro.

Doze anos separa uma edição da outra. Houve substanciais modificações no seu conteúdo e naturalmente no seu volume. Soma-se a isso o fato de o próprio autor ter passado por experiências não vividas no alto de sua juventude durante o magistério no Colégio Pedro II, entre 1838 e 1840. Em 1850 Justiniano era um deputado em início de segunda legislatura; em breve sairia da função de editor do jornal governista – *O Brasil*, tinha trânsito livre entre os conservadores na imprensa, na política e no meio intelectual, embora já não figurasse mais como sócio do IHGB.

Quanto aos debates educacionais, a atenção às novidades científicas e literárias e a habilidade com a escrita no que ela tinha de mais eloquente no sentido retórico, Justiniano estava muito mais preparado que outrora para não cair nas armadilhas opositoras, evitando fazer do compêndio um trabalho repleto de falhas e alvo das mais severas críticas. Provavelmente é por isso que não se encontra nos periódicos de oposição os mesmos combates voltados – quase que raivosamente – para a primeira edição formulada por um jovem jornalista e advogado que se aventurava em 1838 no magistério e na autoria de um livro didático.

Era em meio aquele ano de 1850 da Lei de Terras, da Lei Euzébio de Queiróz, que Justiniano anunciava o seu compêndio e apresentava o conteúdo a seguir. Seria o caso de se

⁷²⁸ Antecede a esse debate muito bem conduzido por Sousa Netto (2018), o próprio trabalho de Genylton Rocha (1996). São duas fontes necessárias à compreensão dos compêndios do século XIX, associadas a outros/as autores/ras, como Maria Adailza de Albuquerque (2014; 2016), por exemplo. Um *estado da arte* no campo da História da Geografia Escolar impescinde desses e de outros especialistas.

⁷²⁹ Cf. SOUSA NETO, 2018, p. 62.

⁷³⁰ Idem.

verificar, para os atentos ao lançamento de um intelectual e panfletário de proa da causa conservadora, se as “*doutrinas falsas* do Dr. Rocha” mantinham-se na nova edição:

Quadro 3 – Assuntos encontrados na 2ª edição de *Compêndio de Geografia*, de Justiniano José da Rocha (continua)

NOÇÕES PRELIMINARES DIVISÃO DA GEOGRAFIA			
GEOGRAFIA MATEMÁTICA	PRELIMINARES DE GEOGRAFIA FÍSICA:	PRELIMINARES DE GEOGRAFIA POLÍTICA: O HOMEM	GEOGRAFIA
COSMOGRAFIA	A ATMOSFERA	Línguas	DIVISÃO DA TERRA
Diferenças dos Astros	Peso do Ar, Barômetro	Religiões	GEOGRAFIA ANTIGA
Do Sol	Os Ventos	Governos	ANTIGO CONTINENTE:
Dos Planetas	Vapores e mais Fluidos	Civilização	
Da Terra como Planeta	Dos Meteoros		A EUROPA
Movimentos da Terra	Aspecto Geral da Terra:		Suécia e Noruega
Satélites; a Lua	Das Águas		Dinamarca
Dos Eclipses	Movimento dos Mares		Rússia
Dos Cometas	Dos Rios e Lagoas		Países Baixos
Atração e Repulsão	Das Terras: Suas Diversas		Holanda
Eixo, Polos, Pontos	Formas e Nomes		Bélgica
Cardeais	Produções da Terra		Alemanha
Revolução Anual das			Cidades Livres, Baviera e
Estações			Saxônia
Duração do Dia e da Noite			Prússia
Climas de Meia Hora			Áustria
Círculos Traçados na Terra:			Grã-Bretanha
Esfera			França
O Equador			Suíça
O Meridiano			Península Ibérica
O Horizonte			Itália
Posições da Esfera			Grécia
Do Zodíaco e dos Signos			Ilhas Jônia
Dos Coluros			Turquia
Dos Trópicos e dos			
Círculos Polares			
Zonas			
Latitude e Longitude			
Globos e Cartas			
Latitudes e Longitudes no			
Globo			
Diferença da Extensão dos			
Graus			
Dos Antípodas, Periécios e			
Antiécios			

Quadro 3 – Assuntos encontrados na 2ª edição de *Compêndio de Geografia*, de Justiniano José da Rocha (conclusão)

<p>ÁSIA Turquia Asiática Pérsia Arábia Rússia Asiática Tartária Independente Afeganistão Índia Oriental Indostão Índia Transgângética ou Indochina China Japão Ilhas Asiáticas do Oceano Pacífico</p>	<p>ÁFRICA Barbária Egito Costa Oriental (região) Boa Esperança (região) Costa Ocidental (região) Nigricia (região central) Ilhas da África</p>	<p>A AMÉRICA IMPÉRIO DO BRASIL República do Uruguai República da Argentina Paraguai Chile Bolívia Perú Colômbia, Venezuela e Equador Guianas Patagônia Centro América México Estados Unidos Norte da América (região) Antilhas ou Índias Ocidentais (região) Pequenas Antilhas (região)</p>	<p>OCEANIA Polinésia ADVERTÊNCIA</p>
--	--	--	--

Fonte: ROCHA, 1850.

Organização: CORRÊA, 2022.

À semelhança do que salientara Sousa Neto (*Op. Cit.*) em relação ao *Compêndio* do Senador Pompeu escrito poucos anos depois do de Justiniano, havia também muito de noticioso e muita informação atualizada sobre o Império proveniente dos relatórios aos quais Justiniano não teria qualquer dificuldade em obter, estando ele mesmo em pleno exercício legislativo. Ainda assim, naquilo que era uma geografia comum à época, cabe reproduzir o que registrou Sousa Neto (*idem*):

A Geografia dos manuais escolares, produtos dos relatórios dos homens que exerciam o poder nos seus respectivos Estados-nacionais, era a Geografia dos limites territoriais. A compilação era, portanto, uma conduta universal que transformava em documentos os dados fornecidos pelos viajantes, capitães-mores, presidentes de província ou membros das sociedades geográficas. [Havia uma tradição seletiva] que continuou ainda por todo o dezenove, copiando o modelo dos compêndios franceses e da *Corografia Brasileira*, porém as fontes – ainda que de segunda mão – são citadas, e as teses sobre muitos temas, discutidas sob a ótica de vários autores.

Por isso é fácil analisar um compêndio de Geografia dos dezenove considerando-o cópia, trabalho descritivo, *imaginação fantasiosa com fortes cores medievais*.⁷³¹

E se Sousa Neto (*Idem*) diz que o compêndio feito pelo Senador Pompeu era isso tudo

⁷³¹ Cf. SOUSA NETO, 2018, p. 65.

acima mas não apenas isso, o mesmo se pode dizer, com muita convicção, com relação ao compêndio produzido por Justiniano da Rocha: se havia muito de uma geografia comum à época, havia também uma Geografia para se ensinar exclusivamente a quem fosse dirigir os rumos futuros da nação.

3.3.2 Uma Geografia comum ao tempo

A Geografia que não surpreende e nem é original na obra de Justiniano é aquela que condiz à fração preenchida pela vulgata encontrada com frequência em outros compêndios. Motivos de sobra demonstram que o intelectual era um ávido pesquisador de várias fontes e novidades, embora sua matriz cultural – por razões inerentes à sua formação – tenha sido a francófona⁷³².

Na parte condizente às “Noções Preliminares”, aparece a “Geografia” como a ciência da descrição da Terra. Uma Geografia Clássica baseada no resgate do método descritivo de Estrabão (Geografia Descritiva) e na Geografia Matemática de Ptolomeu⁷³³. É assim que o autor expõe a “Divisão [clássica] da Geografia”:

Geographia é a ciência da descrição da terra.

A terra pode ser considerada debaixo de varios aspectos: a descrição de cada um deles forma uma parte da geografia; e sendo três os principais desses aspectos, segue-se que são também três as partes principais da ciência.

1º. Ou consideramos a terra como parte integrante do universo, tendo afinidades e relações com o todo a que está ligada, e então é a sua descrição essencialmente dependente das ciências matemáticas, e por isso chama-se **geografia matemática**:

2º. Ou consideramos a terra em si mesma, cortada de rios, dividida por mares, abaixada em vales, levantadas em montanhas, povoada por animais de toda a casta; e então chama-se **geografia física**:

3º Ou finalmente consideramos a terra em relação com seu principal habitante, o homem; retalhada em nações, governada por leis, costumes, religiões diversas; e chama-se então **geografia política**.

Subdivide-se cada uma dessas divisões em tantas ramificações, quantos são os assuntos que abrange; a geografia física v.g. divide-se em hidrografia, quando descreve as águas, em corografia, quando descreve as regiões; basta-nos porém advertir que, de qualquer modo que consideremos a terra descrevê-la, achar-nos-emos sempre dentro de alguma das três grandes classificações que havemos feito, e a que tudo se subordina.⁷³⁴

⁷³² A menção a Ganthier, Letronne e outros são emblemáticos nesse sentido.

⁷³³ Cf. ROCHA (1996).

⁷³⁴ Cf. ROCHA, 1850, Pp. 6-7. Grifos nossos.

A Geografia escolar oitocentista, considerada mnemônica e, portanto, enfadonha e passível de críticas, passa a ser completada por conteúdos de teor mais analítico já na transição do século XIX para o XX⁷³⁵. Ainda assim é evidente que muitos dos componentes curriculares da disciplina se constituíram em verdadeira tradição⁷³⁶. É o caso de conteúdos como “Movimentos da Terra”, “Eixo, polos, pontos cardeais”, “Latitude e longitude”, entre outros, todos inseridos no que no século XIX denominava-se Geografia Matemática ou Cosmografia (“parte da geografia matemática que se ocupa com o universo”)⁷³⁷.

A margem de distinção cabível ao modo livresco de se ensinar provinha exatamente das práticas e saberes acumulados pelos professores-autores⁷³⁸⁷³⁹. O livro era o guia da aula; o condutor era o professor. Era o caso de Justiniano quando disse que o conteúdo de seu livro era vagarosamente explicado a seus alunos e contava com o suporte complementar de livros franceses “para aqueles que sabiam francês”. E como os livros eram destituídos de mapas – cuja reprodução à época era bem cara –, levava ele mesmo os próprios, além de atlas. Todos esses recursos a serviço das “boas explicações”, reforçadas por livro que “ajudasse a memória”. Seria esse livro exemplo de “exercícios-tipo” condizente à matéria? A ausência de materialidade desses recursos não permite fazer a contraprova do registro de fala, mas implica em dizer que entre currículo prescrito e currículo efetivado existem matizes que cabem serem levados em conta.

Para além da fração característica da tradição escolar condizente à Geografia Matemática ou à Geografia Física, a natureza da Geografia Política mostrava-se diferente porque possibilitava ao professor entrar na zona maleável da retórica, dos recursos às estatísticas encontradas nos relatórios ministeriais, no campo da descrição autoral. Não obstante a tradição do método descritivo de Estrabão, na qual a descrição em tese bastaria, fora preciso reconhecer que o conhecimento do espaço, exaustivamente inventariado, transformava-se em saber estratégico para o exercício do poder.⁷⁴⁰ Certamente seria essa a fração, a matéria-prima do pensamento geográfico entendido enquanto ferramenta da gestão

⁷³⁵ Idem.

⁷³⁶ A vulgata, segundo Chervel (1990).

⁷³⁷ Cf. Rocha (*Op. Cit.*).

⁷³⁸ Cf. Boligian & Almeida (2011).

⁷³⁹ É importante salientar uma consideração feita por Lilia Schwarcz (1998) a esse respeito: [o Colégio Pedro II foi...] o único que, de certa forma, escapava ao ensino excessivamente livresco, anticientífico e pouco abrangente da época”. Cf. SCHWARCZ, 1998, p. 151.

⁷⁴⁰ ROCHA, 1996.

estatal (da territorialidade, por exemplo), das relações internacionais, enfim, do exercício político posto em prática (porque não, da geopolítica estatal...). Nesse caso, poderia tratar-se de uma geografia “despretensiosa” eivada de sentidos implícitos com alta carga de consciência e intencionalidade do autor do compêndio e do professor que foi do Colégio Pedro II e de outros âmbitos estratégicos (Escola Militar, por exemplo) para a formação dos filhos da *boa sociedade*.

3.3.3 Uma Geografia para governar: a educação dos futuros dirigentes

Em que pese a tradição, o Compêndio de Justiniano dava margens a questionamentos da parte de adversários políticos do projeto saquarema. Não fosse assim, como entender o episódio do Senado veiculado pela imprensa da época? O compêndio de 1838 sofrera modificações em 1850, mas somente no sentido do aperfeiçoamento (“refundida, aumentada e emendada”...). O autor de 1850 continuara panfletário do conservadorismo e de seu projeto de país; simplesmente ganhara em qualidade e refinamento num intervalo de tempo à guisa do que acontece a um vinho envelhecido adequadamente. Em essência, de 1838 a 1850, a base ideológica da obra não se modificara, a não ser para melhor cumprir essa tarefa precípua dada pelo seu autor. Para tanto, Justiniano fizera longo prefácio na edição de 1850 para explicar o clima nada amistoso que envolveu o lançamento da primeira edição, justificando a nova edição após o malogro da primeira⁷⁴¹:

PREFACIO

Instalado o imperial colégio de Pedro II, em 1838, encarregou-me o seu fundador, o Snr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, então ministro interino dos negócios do império, de nele ensinar geografia e história.

A falta de livros elementares em vulgar que auxiliassem as minhas lições, e que eram indispensáveis, especialmente atendendo à pouca idade e ao consequente acanhamento intelectual dos meus alunos, foi o primeiro obstáculo que encontrei. Para suprir essa falta, consultando mais a minha vontade do que as minhas forças, no meio das multiplicadas obrigações a que tinha de acodir. Em poucos dias apresentei um compêndio.

Não me guiara o espírito de lucro, - que muito avultado poderia ter colhido desse opúsculo -, e pois generosamente ofertei o meu trabalho ao governo: a oferta foi aceita, e uma edição do meu compêndio foi dada ao colégio de Pedro II.

Nunca tive em mira elogios e recompensas dos homens, mas sempre o pensamento de ser útil: o meu trabalho não me foi agradecido nem recompensado; de que porém foi útil é-me sobeja prova o ter ele por espaço de doze anos servido às lições de um colégio de primeira ordem, colocado sob a vigilância do governo, que

⁷⁴¹ O conteúdo do prefácio da 2ª edição do Compêndio guarda muitos trechos similares à correspondência enviada por Justiniano da Rocha à redação do *Jornal do Commercio* em outubro de 1839 (Cf. ANEXO C).

nem sempre me tem sido amigo, e administrado por autoridades que me são mais infensas do que favoráveis.

Se nem interesse, nem louvor, nem agradecimento tirei do meu trabalho, de sobejo colhi desgostos, insultos e baldões. Não se me desculpou um só dos muitos erros que a precipitação do primeiro trabalho tornava inevitáveis; não se teve em conta o meu zelo, e até em razão dele fui deprimido, insultado... ficou-me só a consolação de ver que nem censores, nem detratores, nem insultadores reconheceram que, já que o meu compêndio não prestava, fácil lhes era fazer outro, e deixar em justo olvido o meu temerário esforço.

Nada fizeram: e de o meu trabalho, com todos os seus erros e lacunas não houvesse existido, ainda hoje a mocidade brasileira estaria obrigada a mendigar insignificantes noções geográficas em um livrinho feito para os meninos das escolas primárias francesas, vertido em vulgar por um livreiro especulador de Paris.

Achando-se esgotada a edição que demos ao colégio de Pedro II, outra preparamos refundindo o nosso primeiro trabalho, completando-o e depurando-o de alguns erros que na primeira edição se introduziram.

Como ainda continua a mesma falta de livros elementares, não já bons, porém ao menos sofríveis, que há doze anos se sofria, e que talvez ainda por muitos doze anos se tenha de sofrer, ofereço à mocidade estudiosa este opúsculo: possa ele ser-lhe de algum proveito.⁷⁴²

Uma sutileza do último parágrafo talvez tivera tido a pretensão de convencer o leitor de que o compêndio da 2ª edição viera para ocupar o lugar dos “livros elementares, não já bons, porém ao menos sofríveis”. Enquanto elemento de propaganda, não fosse a existência de outros compêndios similares anunciados com frequência e abundância nos periódicos da época, teria sido convincente.

Outras partes da obra, sobretudo aquelas frações mais maleáveis e sujeitas a subjetividades, pertencentes ao campo da *doxa*, certamente também pretendiam convencer o leitor. Tratava-se de lições de explícito ou implícito conteúdo ideológico repassadas por Justiniano a seus alunos ou demais leitores. Eram conteúdos, sem qualquer similitude na praça, adequados ao nível de complexidade (quicá, refinamento...) encontrado no pensamento geográfico aqui explicitado sob a designação “Doutrinas do Dr. Rocha”. Tratava-se simplesmente de um conteúdo voltado para a “mocidade brasileira”, aquela que exige do professor uma *vagarosa explicação...*

3.3.3.1 Ordem conservadora: o Cristianismo como “única religião verdadeira”

O trecho sobre “Religiões” no Compêndio de Geografia dá ensejo a reflexões em torno de vários traços marcantes do conservadorismo dessa época. O assunto suscita desde a

⁷⁴² Rocha, 1850.

herança lusitana do catolicismo como traço de identidade cultural anelada ao pertencimento pátrio, até seus desdobramentos referentes à intolerância religiosa, à hierarquização entre as crenças e, em última instância, à xenofobia.

Sobre as religiões, logo após algumas considerações acerca do ser humano (“O Homem”) na parte relativa à “Geografia Política”, dispõe a 2ª edição do Compêndio de Justiniano da seguinte forma:

PRELIMINARES DE GEOGRAPHIA POLITICA: O HOMEM

A religião e a ciência nos asseguram que o homem pertence a uma só família, bem que circunstâncias inexplicáveis tenham introduzido notáveis variedades, que dividem em raças a grande família humana, segundo suas origens, cores e feições distintivas.

O homem é o principal habitador da terra. Divide-a ele, modifica-a, liga-a; emprega e regula as suas forças produtoras; e assim com o seu trabalho inteligente e ativo domina-a e a engrandesce, para mais assombrosa manifestação do poder e da grandeza do seu Criador.

(...)

RELIGIÕES

As diversas religiões ou são politeístas, ou monoteístas. São politeístas as que admitem mais de um Deus, como o paganismo dos Gregos e Romanos antigos, e ainda hoje a idolatria dos povos bárbaros. São monoteístas as que admitem um único Deus.

Três são as principais religiões monoteístas. O maometismo ou islamismo, fundado sobre os livros sagrados do **pseudoprofeta árabe, Mahomet**; estende essa religião o seu domínio por quase toda a Ásia e norte da África.

O judaísmo, religião revelada por Deus a Moisés, **e que teve de ceder à lei da graça, o cristianismo.**

(...)

Enfim o cristianismo, **essa religião a única verdadeira**, que fundada pelo Redentor dos homens na Judeia, estende-se hoje por toda a terra, e domina especialmente na Europa e na América. Divide-se o cristianismo em três grandes ramificações: 1º o cisma grego, seguido geralmente na Grécia e na Rússia; 2º o catolicismo romano, que é entre nós a religião do estado, e enfim 3º o protestantismo, que se subdivide em várias seitas, como a luterana, a calvinista, a anglicana, etc.⁷⁴³

A experiência colonizadora de Portugal deixou como legado a herança religiosa do catolicismo. Bem se sabe que a origem da relação do Estado com a religião provém do regime de padroado iniciado desde antes do processo expansionista português, fazendo com que a monarquia e a religião viessem a se misturar tornando-se um ente político e religioso só. Vários são os traços marcantes dessa mistura; exemplo disso condiz ao papel exercido pela paróquia enquanto unidade básica da gestão territorial do Estado; a nomeação de bispos e demais clérigos pelo monarca etc. Ali também se aglutinavam elementos da cultura, como as crenças, os hábitos, as festas e os valores da gente branca que compunha predominantemente o povo, ou seja, o topo da hierarquia social (muito embora os escravizados, para terem algum nível de manifestações religiosas aceitas, operaram o sincretismo religioso ou formaram eles

⁷⁴³ Idem, Pp. 53-54.

próprios as suas igrejas e ordens de “São Benedito” em várias partes do Império e, antes, da Colônia...). Era na paróquia que se vivenciava a experiência política em dias de votação e em dias de irregular controle censitário. Em suma, esse conjunto de características criara profundas marcas na identidade patriótica do brasileiro, com a qual o pensamento de Justiniano soube aproveitar enquanto elemento retórico importante para a inculcação patriótica.

Certamente por conta dessa associação entre pátria e catolicismo, e entre esses e a monarquia, a religião tornou-se um traço de identidade capaz de comportar a ideia de que seria a *única religião verdadeira*, tendo todas as demais que “ceder à lei da graça, o cristianismo”.

A coexistência de qualquer outra religião com a religião oficial do país poderia colocar em risco a própria pátria e o seu regime monárquico. Vem daí a predisposição à intolerância a outras crenças. Um profeta Maomé torna-se, diante disso, um pseudoprofeta.

Foi dessa intrigada construção que Justiniano manifestou clara contrariedade à ideia da colonização europeia nos anos pós-1850. Segundo seus artigos em *O Regenerador*, recuperados por Aguiar (1862), a ideia da imigração alemã e o seu componente religioso, o protestantismo, poderiam levar riscos à própria pátria, já que a religião e a língua foram erigidas como traços comuns pertencentes à *comunidade imaginada*⁷⁴⁴.

Apesar de termos fortes estrategicamente dispostos no texto, o autor procura contrabalançar a explícita intolerância religiosa e a anelada xenofobia manifestada em outros momentos com trechos como o disposto abaixo:

A religião católica apostólica romana é a do estado, e a de quase todos os Brasileiros; são todavia toleradas todas as religiões, e protegido o seu culto, **com tanto que seja em edifícios destituídos de sinais exteriores do seu destino.**⁷⁴⁵

⁷⁴⁴ Para fazer uso do termo de Benedict Anderson (2008).

⁷⁴⁵ Idem.

A tolerância nesse entender, portanto, pode ocorrer de forma condicional. A condição seria não disputar no espaço público a exclusividade simbólica da religião católica e do Estado monárquico. A Igreja era encarada para Justiniano e seus correligionários como componente crucial para a manutenção da ordem política e social vigentes⁷⁴⁶.

3.3.3.2 Monarquia e república; ordem e civilização; anarquia e barbárie

Encontrar uma ampla e detalhada descrição dos fatores constituintes de um povo, como “Línguas”, “Religiões” e “Governo”, é, como comentado anteriormente, característica comum aos livros didáticos da geografia dos manuais escolares oitocentistas. Todavia, no compêndio de Justiniano, o conteúdo ganha discretas porém decisivas sutilezas na construção de crenças aneladas a ideia de superioridade do legado ocidental em relação a outras culturas, sendo o Brasil integrante deste mundo, não de outro.

LINGUAS.

As línguas humanas dividem-se em duas classes: línguas mortas ou sabias, quais a latina, a grega, a hebraica; e línguas vivas, as que falam os homens de hoje.

As línguas ocidentais, faladas pelas nações cultas, podem dividir-se em dois grupos: línguas de origem latina; são a francesa, a portuguesa, a italiana e a espanhola; e línguas de origem teutônica, como a alemã, a inglesa, etc.

A historia e à literatura pertence explicar como se formaram essa línguas, e quais os elementos primitivos que entraram em cada uma delas.

As línguas vivas subdividem-se em ocidentais e orientais: são ocidentais as línguas europeias, são orientais as asiáticas, quais o árabe, o turco, etc.⁷⁴⁷

A língua aparece como outro elemento identitário, e sua qualidade e pertencimento ao mundo ocidental justifica o argumento de pertencimento do Brasil a essa parcela civilizacional do mundo. A língua pátria pertenceria às *nações cultas*, era a língua de Camões, mas por extensão e herança cultural, era igualmente a língua dos brasileiros.

⁷⁴⁶ “A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica: (I) pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação objetivamente conferidos às estruturas políticas e, por esta razão, tendentes a conferir a tais estruturas a legitimação suprema que é a ‘naturalização’, capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante a imposição e a inculcação de esquemas de pensamento comuns, bem como pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica da segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia; (II) ao lançar mão da autoridade propriamente religiosa de que dispõe a fim de combater, no terreno propriamente simbólico, as tentativas proféticas ou heréticas de subversão da ordem simbólica.” Cf. BORDIEU, 2015, p. 70. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

⁷⁴⁷ Rocha, 1850, Pp. 52-53.

Além desse detalhe aparentemente banal e “despretensioso”, outros valores do léxico conservador não deixam de aparecer na descrição da geografia política do compêndio. É o caso, por exemplo, daqueles representados pelos termos *Monarquia*, *Civilização* em contraposição à *República*, à *barbárie*, à *selvageria*, aos *sertões*. Tratava-se de palavras utilizadas recorrentemente nos discursos conservadores para antagonizar os movimentos de descentralização político-administrativa defendidos pelos liberais.

A apropriação desse pensamento se constituía em verdadeira doutrina para Justiniano; seriam as tais “*doutrinas falsas*” encontradas nas entrelinhas de conteúdos tradicionais e repassadas não mais em tom panfletário, mas em linguagem didática, escolarizada. Parte delas pode ser identificada no conteúdo intitulado “GOVERNOS”, título comum a outros compêndios existentes, porém ali dosado de opiniões pessoais do autor:

GOVERNOS

Os governos dividem-se em quatro grandes classes primitivas: são monárquicos quando a autoridade está nas mãos de um só homem; são aristocráticos quando está ela confiada a uma classe especial privilegiada: teocráticos quando essa autoridade é exercida em nome de Deus e pelos sacerdotes: são enfim democráticos quando todos os cidadãos a exercem por si, ou a depositam nas mãos de seus escolhidos.

Da combinação desses governos formam-se os governos mistos, geralmente chamados constitucionaes representativos. **Entra nesta classe o governo de nossa patria.**

A superioridade desses governos, demonstrada pela razão e pela experiência, não é hoje contestada senão pela irreflexão e pelo fanatismo político.

Uma sociedade de homens que vive debaixo do mesmo governo, tem o nome de **nação**; o **território** que uma nação ocupa, quando seu governo é monárquico, chama-se reino ou império; quando democrático e aristocrático chama-se república: se é misto, toma o nome de elemento preponderante.⁷⁴⁸

O trecho torna cristalina a mistura de conceitos tão comuns a outros compêndios e o teor opinativo e panfletário do autor, deixando clara a sua predileção pelo regime monárquico como *superior* a todas as outras formas de governo, em particular, à forma republicana, tão requerida pelas facções liberais ao longo do período aqui retratado. Em seu juízo, *demonstrada pela razão e pela experiência, somente a irreflexão e o fanatismo político* não aceitariam a monarquia constitucional como garantidora do território, evitando sujeitá-lo à fragmentação característica das repúblicas. Há a esse respeito, inclusive, uma severa vocação em desbaratar as ideias liberais da época ao reunir no regime republicano dois atributos contraditórios: “democrático e aristocrático”; em outras palavras, a república supostamente requerida no Brasil teria o fácil discurso da democracia em nome de um governo monopolizado por poucos.

Por outro lado, uma Monarquia Constitucionalista como era a do Brasil, considerado um governo misto e, portanto, supostamente melhor por reunir a tradição da monarquia com a necessidade da “democracia”, toma a designação “do elemento preponderante” (“*Império*” do Brasil), enfatizando o caráter poderoso do território ocupado por uma *nação* e pela tradição dinástica.

Entretanto, em 1850, data da publicação da 2ª edição, a nação estava por se fazer, ainda estava sendo debatida, e os valores que a constituíam não poderiam se dissociar da ideia de civilização, até porque, para o pensamento conservador, a chamada barbárie estava à espreita e comumente se “encontrava” nos *sertões* do país. O trecho abaixo exemplifica esse outro teor doutrinário do autor, didatizado nas páginas do “despretensioso” manual escolar:

⁷⁴⁸ Idem, Pp. 54-55.

As nações ou são sedentárias, vivem fixas num território em que exercem o complexo de todas as indústrias, ou são nômades, e andam **vagando pelos sertões**: as nações nômades são caçadoras ou pastoras, quando à caça que matam, ou ao gado que criam demandam a sua principal subsistência, no primeiro caso acham-se os **índigenas americanos**, no segundo os Tartaros da Ásia.

No estado primitivo das associações humanas, o homem semelhante às feras, só reconhecia o domínio da força: pouco a pouco obrigado pela necessidade à inteligência, e esta foi ganhando conquistas, e extendendo seu poder. **Daí a gradação da civilização: quando impera a força bruta o homem é bárbaro, e se vive nos matos, selvagem: e pelo contrário tanto mais civilizado será, quanto maior domínio der à inteligência e aos gozos que ela ministra.**

Esse recurso mais indireto utilizado por Justiniano aparece com ainda mais vigor quando o autor caracteriza o *Império do Brasil*. Assim, no que tange a descrição do país, Justiniano menciona como o “interior” contrasta com os núcleos civilizatórios:

O interior do império ainda está ocupado por várias tribos indígenas que não têm sido possível chamar à civilização e acostumar às artes úteis da vida: incerto é, não só o número dos membros que compõem cada tribo, mas também o número dessas tribos; apenas é conhecido o nome de algumas, o lugar de suas residências, e um pouco de seus costumes. Nômades e bárbaros, desconhecem quase todas as artes da vida; e senão fosse a abundância imensa de produtos do nosso ubérrimo terreno, a miséria em que vivem, mais do que as ávidas paixões do homem civilizado, já os teria extinto.⁷⁴⁹

Nas linhas dedicadas à geografia escolar, Justiniano traz à “mocidade brasileira” a incorporação do debate ambientado nas paredes do IHGB: seria importante inserir os “índigenas” na nação brasileira?⁷⁵⁰ O campo da *doxa* faz valer que não.

3.3.3.3 Território e suas riquezas: fundadas esperanças para a grandeza e opulência do Império

O destino do país precisava ser grandiloquente. *O Império do Brasil* aparece na obra como “(...) o maior do mundo depois dos da Rússia e da China [dois outros grandes impérios!]”, mas “A linha divisória que separa o Brasil de seus limítrofes ainda se não acha determinada com toda a precisão que seria de desejar (...)”. Pronunciava-se desta forma um autor preocupado em dizer a seus leitores que era preciso guardar e defender seu patrimônio.

Frente à costumeira e exaustiva descrição do Brasil e suas partes, deixava-se claro que uma Amazônia, ambicionada por outras nações, possuía um rio – o maior do mundo! – cujas

⁷⁴⁹ Idem, Pp. 55-56.

⁷⁵⁰ Cf. Kodama (2009).

comunicações poderiam estabelecer entre *as férteis regiões que ele fecunda, as mais bem fundadas esperanças de grandeza e de opulência do Império.*

Diante da organização do território, fazia questão em frisar suas fragilidades que deveriam ser revisadas:

Para sua administração interior, o Brasil é dividido em províncias e estas em municípios.

Há 18 províncias, 15 a beira mar, e 3 no interior, **onde a população está menos condensada, e menos desenvolvidos os germens da riqueza.**

E complementava a análise oferecendo novidades de ocasião e outras informações que já lhe eram costumeiras no plano da escrita especializada ou mesmo jornalística, fazendo conhecer possíveis e necessários caminhos para uma melhor e mais eficaz gestão territorial:

As do litoral são: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio-grande do norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito-santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio-grande de São Pedro do Sul: as do interior são: Minas, Goiás e Mato-grosso.

Acaba de ser criada mais uma província, a do Amazonas, destacando-se do Pará a comarca do Rio Negro.

A criação de diversas províncias tem já sido proposta ou pelo menos lembrada, sendo certo que, ou pela desigualdade e falta de proporções entre as províncias, ou pela imensa extensão de algumas delas, **a administração necessariamente padece, e não pode ativar o desenvolvimento dos germens de prosperidade que as enriquecem.**

Para a administração da justiça civil e criminal, o império divide-se em 4 relações, 118 comarcas e mais de 200 termos.

A ultima divisão territorial do imperio é a de freguesias ou paróquias. Essa divisão, embora seja eclesiástica, é também civil e política; a paróquia é a base eleitoral, e em cada uma tem a justiça um subdelegado e um juiz de paz.

3.3.3.4 População, mão-de-obra, nação, quem são? A imprecisão dos números

E se os índios não eram civilizados o suficiente para compor a nação, quem o seria, diante de espaços *menos condensados* de população? Para Justiniano, frente ao debate sobre a escassez de mão-de-obra para a lavoura após a abolição completa do tráfico, naquele ano de 1850, a solução estava longe de se apresentar. Listava ele o dificultoso cenário e atualizava as probabilidades censitárias não obstante a ausência de dados:

O censo da população do Brasil ainda não está feito: os trabalhos estatísticos para isso indispensáveis são entorpecidos e viciados pelo desmazelo dos agentes subalternos, pela indiferença ou infundados receios da população, ou adulterados pelos manejos políticos em épocas eleitorais. Excluindo a população de quatro importantes províncias, Ceará, Pernambuco, São Paulo e Minas, o último documento oficial dá ao resto do império 2.325.595 habitantes, dos quais 1.069.296 é de gente livre. Esse mesmo documento oficial acusa-se de inexato; porque na população da Paraíba e na do Rio-grande do sul não vem calculando o número de

escravos; na da Bahia só compreende a de 14 municípios constando a província de 60; e a da cidade do Rio de Janeiro ainda é calculada com as dadas inexatas colhidas em 1838, quando nesses doze anos deve ela ter-se consideravelmente aumentado. Em falta de documentos oficiais uma estimativa razoável eleva a população do império a seis milhões de habitantes. Divide-se ela em livres e escravos, sendo por certo inferior, na máxima parte das províncias, o número destes.

3.3.3.5 Atualidades sobre o Império: compilações de relatórios ministeriais

A situação privilegiada de Justiniano possibilitava-o lançar mão das informações atualizadas dos relatórios ministeriais. Dessa forma o Império apresentava sua estrutura educacional, sua força militar, sua condição orçamentária e seu arcabouço econômico:

Existem no império diversos estabelecimentos de instrução superior, sendo uma escola militar, uma academia da marinha, uma Faculdade de medicina no Rio de Janeiro, frequentada por 348 alunos; outra na Bahia com 185 alunos, um curso de ciências jurídicas e sociais em São Paulo com 116 estudantes, e outro em Olinda com 342.

Há diversos estabelecimentos de instrução primária e secundária ; estão porém a cargo das províncias e sob sua inspeção.

A força pública do império consta de tropa de linha e de guardas nacionais. Os documentos oficiais elevam essa última a 242.012 praças. A força de linha foi fixada em 16.000 homens, podendo ser elevada a 26.000 em circunstâncias extraordinárias.

A renda geral do império é orçada em cerca de 27.350 contos; entretanto tem as províncias e as municipalidades impostos e rendas suas; o que eleva talvez a 50.000 contos o produto dos impostos do império.

A divisão territorial em províncias não abrange a capital do império, que, embora situada na província a que dá seu nome, de Rio de Janeiro, é politicamente considerada como município neutro, sob a ação direta e imediata do governo geral.

No tocante ao posicionamento do país em relação à economia-mundo, numa perspectiva conceitual contemporânea de *Divisão Internacional do Trabalho*, a falta de noção e conhecimento de economia política faria Justiniano crer que a dependência do país a determinados produtos seria uma questão de pequenos ajustes. Essa miopia conservadora só seria questionada poucos anos após a morte deste intelectual, quando o conflito com o Paraguai viria a questionar o *Brasil arcaico* existente, dando ensejo a surgir outro projeto de Brasil, um país supostamente mais moderno e efetivamente republicano.

É geralmente afamada a fertilidade de nosso território, e a diversidade de suas produções, quer naturais, quer filhas do trabalho humano. A ipecacuanha e a sarça parrilha; o pau-brasil, o jacarandá e o vinhático ; o algodão, a cana de açúcar e o fumo são abundantíssimos mananciais de riqueza para a nossa agricultura; entre todos porém deve ser notado o café, que, ainda há pouco exótico, e plantado nos jardins como curiosidade, têm tido tamanho incremento em poucos anos, que hoje constitui o ramo mais produtivo de nossa lavoura. Em geral, todos os productos vulgarmente chamados coloniais, todas as especiarias, as madeiras mais fortes e

mais finas, quer de construção, quer de marcenaria e de tinturaria, ou as temos indígenas, ou transplantadas para nossa terra, medram e aclimam-se com vantagem.

A nossa industria ainda agora nasce. Além da necessária para transformar em açúcar o suco da cana, a metrópole, que queria o monopólio de tudo trazer quanto necessário era à sua colônia, não deixou que trabalho nenhum aqui vingasse. Com a independência porém nasceu a atividade; e se o Brasil ainda carece do comércio estrangeiro para os mais simples objetos de constante consumo, esforços se têm feito mais ou menos bem sucedidos para eximir-nos dessa dependência. Já temos consideráveis costumes, já as nossas fábricas de sabão quase que dispensam a importação estrangeira, já o fumo recebe entre nós as modificações que o tornam applicavel aos gozos do homem, já enfim aqui se preparam vastas oficinas que aproveitem o algodão da nossa lavoura.

Como se vê, a mencionada e patente miopia estrutural do Brasil Imperial, pautado na hierarquização de valores, na de classes sociais e na de projetos, foi a serpente no fundo do vaso de flores que desfaria uma ilusão construída em bases supostamente fortes, em verdades falseadas. Apesar disso, as “sandices as mais palmares e grosseiras nesse ramo de conhecimentos”⁷⁵¹ corriam soltas naquelas páginas “que [deviam] andar em mãos de meninos, e ser-lhes vagarosamente explicado”⁷⁵², e não necessariamente ser “um tratado para ser consultado pelo douto ou lido pelo indouto”⁷⁵³.

3.3.3.6 No plano das relações internacionais

Por último, contido neste exercício de apresentação e análise da obra didática de Justiniano, resta destacar a sua visão acerca dos principais atores internacionais com os quais o Império do Brasil possuía amistosas ou conflituosas relações naquele momento.

Embora a corografia seja extensa e diversificada, sendo certamente enfadonha para boa parte dos leitores que provavelmente a via como mero exercício mnemônico, acredita-se que na sala de aula, com os recursos dos mapas, atlas e livros auxiliares de memória e de “cultura francesa para os que sabiam francês”, o conteúdo tomava outro colorido e outro sabor, afinal, Justiniano gostava de interpretar os “fatos” à sua maneira, conforme fizera a vida toda na tribuna da imprensa.

⁷⁵¹ Rever questionamentos do Marquês de Paranaguá direcionado ao compêndio de Justiniano. Cf. *O Despertador*, nº452, 09/10/1839.

⁷⁵² Recupera-se aqui argumentos utilizados por Justiniano para defender seu compêndio frente às investidas de senadores. Rever: *Jornal do Commercio*, nº246, 16/10/1839; e sua íntegra no ANEXO E.

⁷⁵³ *Ibidem*.

Segundo as relações consideradas as mais importantes para o Império naquele momento, é possível destacar alguns países ou regiões para perscrutar os juízos de valores que “Dr. Rocha” fazia deles:

a) Grã Bretanha

O primeiro dos países é apresentado como potência muito rancorosamente sentida pelos brasileiros, na medida em que inúmeras vezes foi acusada pelos conservadores (entre eles um indignado Justiniano da Rocha...) de violar a soberania do Império, a ponto de forçar a Lei que traria uma trégua ao país, a Lei Euzébio de Queiróz, que aboliria o tráfico de escravizados tão combatido pela mais bem armada marinha de guerra do mundo, a britânica.

As numerosas 15 páginas do compêndio dedicadas à rainha dos mares começava com a seguinte definição sem que o antigo rancor tomasse parte, sendo em verdade substituído pela admiração:

O vasto império britânico, **inquestionavelmente o mais poderoso e rico do mundo de hoje**, estende seus domínios na Europa, na África, na América, na Oceania, e especialmente na Ásia, sobre vastíssimas regiões; **o mundo todo é tributário de sua indústria, e sua marinha mercante sulca de contínuo todos os mares.**

(...) tem-se achado a Inglaterra⁷⁵⁴ mais ou menos envolta em todas as questões exteriores, e em todas elas tem ganho território, influência e poder.

As letras, as ciências, e especialmente as artes tem sobre a Inglaterra lançado o maior brilho, e se aos ingleses negou a natureza o gênio da invenção, em compensação lhes deu o gênio da aplicação prática e o ardimento das tentativas aperfeiçoadoras. Não dão as ciências úteis um passo, não se faz uma descoberta, que a Inglaterra não se assenhore logo dela, e não tire todas as vantagens que pode dar: suas manufaturas gigantescas, sua marinha de vapor, suas estradas de ferro aí estão para abonar o que dizemos.

(...)

A religião da Inglaterra é a protestante da seita fundada por Henrique VIII a que se chama anglicanismo: **há todavia tolerância, embora não tão completa como nos outros países civilizados. O governo monárquico constitucional teve na Inglaterra o seu berço e aí prospera.**⁷⁵⁵

A Grã-Bretanha e, particularmente, a Inglaterra, eram apresentadas no compêndio de forma às vezes bem distinta da maneira com que Justiniano acusava-as em seus periódicos de violar a soberania do Império. Também são comuns nas colunas do jornalista o apoio à vocação agrícola do Brasil em detrimento da indústria que gera o deslocamento populacional do interior às cidades e, nessas, configuram um panorama de miséria e fome. Assim, mesmo que descreva populosas cidades como Londres (então com 13.800.000 habitantes segundo o

⁷⁵⁴ Em meio ao texto, Justiniano explica a diferença entre os reinos que compõem a Grã-Bretanha.

⁷⁵⁵ Rocha, 1850, Pp. 112-126.

Compêndio), Westminster e City (cidades “unidas”/conturbadas de 1.200.000 habitantes segundo o Compêndio...), Manchester (31.000 habitantes), Liverpool (120.000 habitantes), Birmingham (com 150.000 habitantes), entre outras, ressalta em todas elas as vantagens de uma vida rica cercada de “monumentos, estabelecimentos literários, científicos, industriais” etc. Não se tangencia no volume didático o que se vê nos jornais: uma crítica contradição da dinâmica de acumulação capitalista expressa nas paisagens miseráveis de muitas dessas cidades;

b) França

Matriz da formação de Justiniano, fonte de seus conhecimentos de geografia, a França encontrada no compêndio de Justiniano ganha 10 páginas dosadas por longa e detalhada descrição, e uma definição nada orgulhosa: apenas “(...) um dos principais estados do mundo civilizado.”⁷⁵⁶

À época em que lá estudara, vivenciara uma monarquia restaurada na figura de Carlos/Charles X. Atribuíra ao regime monárquico a calma usufruída, e do contrário e não à toa, dedicou à república a inquietação de outros momentos:

[Das] guerras civis, e das suas contínuas guerras estrangeiras, tantas vezes desgraçadas, escapou a França, **graças ao gênio de alguns dos seus reis, e à energia de seu povo.** À frente da reforma política em 1789, a França apresentou de novo as mesmas cenas de carnagem e de barbaridade de nas guerras religiosas havia sido teatro. Saiu ela porém mais forte, mais rica, mais gloriosa. **Depois de haver-se então constituído em república, sujeitou-se à ditadura do imperador Napoleão; viu restaurados seus reis; de novo os arrojou para a terra estrangeira; não querendo porém então divorciar-se da realeza, elevou ao trono outro ramo da dinastia. A ele deveu longos anos de paz, de progresso material, de ventura: inquieta porém, não se contentou com essa prosperidade, e trocou a realeza pela república. A sorte dessa nova é secreto do futuro.**⁷⁵⁷

Ainda que suscitasse futuro duvidoso àquela que lhe fora berço de cultura, Justiniano pôs-se a descrever o que mais lhe encantava naquele país:

Nenhuma nação tem tanto como a França títulos à admiração do mundo. Seus literatos, desde Montaigne até os dos nossos dias, seus filósofos desde Descartes, seus sábios aí estão para formarem a mais gloriosa auréola em torno do seu nome. É especialmente no teatro, e hoje na novela, que a França tem primado, e a par dos nomes de Racine, Corneille, Voltaire, Dumas, Scribe, Baumarchais e tantos mais, poucos podem as outras nações antigas ou modernas inscrever, e nenhum por certo, nem dos antigos, nem dos modernos, poderá ser inscrito a par do de Molière. Todas as ciências e belas artes tem sido com igual superioridade

⁷⁵⁶ Idem, p. 126.

⁷⁵⁷ Idem, p. 130.

cultivadas em França e sabe-se que, com o seu gosto e o seu gênio especial, tem ela criado escolas de música e de pintura que se distinguem das dos demais povos.

Para difundir a instrução, há em França uma instituição admirável; é a universidade. Abrange esta atualmente vinte e seis academias, compostas de cinco faculdades que são: 1º teologia, 2º direito, 3º medicina, 4º matemáticas, 5º belas artes: há igualmente uma infinidade de colégios e de escolas primárias.⁷⁵⁸

Certamente esses tipos de comentários não eram fruto de cópias de outros compêndios, mas a mais pura manifestação de erudição do autor. Isso garante expressivo teor autoral em meio a mais de 300 páginas de geografia escolar da época;

c) Continente Americano: Brasil, exceção à regra

O campo da *doxa* não poderia ser mais emblemático do que na descrição e análise do continente americano; ainda assim surpreende quando as impressões gerais acerca de povos são assumidos como possíveis formas civilizadas de vida. Assim, após discorrer de forma segura pela história do continente desde a “descoberta” por Cristóvão Colombo, Justiniano repete a marca da terra...

(...) deserta e apenas ocupada por tribos nômades e bárbaras ([continua ele] **a exceção única do Perú e do México, onde existiam cidades, leis, artes, indústria, enfim uma verdadeira civilização**), foi dividida em colônias por seus descobridores.⁷⁵⁹

Apesar da inusitada surpresa expressa no reconhecimento de avanço civilizacional em cultura diferente da ocidental, Justiniano volta ao campo da opinião quando avalia o continente:

Infelizmente porém todos os novos estados [do continente americano], à exceção do Brasil, abraçaram o sistema republicano, e por isso não fizeram mais que trocar a soberania metropolitana pela soberania das facções e pelos desastres das guerras civis; só tais desgraças escaparam os Estados Unidos.⁷⁶⁰

Mal sabia Justiniano, naquele momento, que o gigante do norte teria a sua guerra civil nos anos vindouros (1861 a 1865) pautado justamente na tentativa de superação, por parte dos estados do norte, de uma estrutura arcaica pautada nas *plantations* e na escravidão, nos estados do sul;

⁷⁵⁸ Idem, Pp. 130-131.

⁷⁵⁹ Idem, p. 242.

⁷⁶⁰ Ibidem. Grifos nossos.

d) Estados Unidos da América

Nos debates nas tribunas de imprensa e da política, a menção aos Estados Unidos da América servia de modelo emblemático, para o bem ou para o mal, do arranjo do tipo federativo. Para o autor do *Compêndio de Geografia*, Os Estados Unidos “Formam, como seu nome o indica, uma associação de repúblicas tendo um nexo comum ao governo central quase que só para a representação exterior.”⁷⁶¹ E ao descrever os seus progressos no quadro do capitalismo industrial, oferece mais doses de suas subjetivas impressões da realidade:

Lançada nas vias do progresso pelo espírito da indústria e da especulação, apresenta essa república uma imensidade de canais, de meios de comunicações, um desenvolvimento de riqueza material **que deslumbra aos irrefletidos** que fazem dimanar todas essas **aparentes vantagens da forma federativa e democrática do seu governo**, e não do gênio ativo e da sede de riquezas do seu povo.⁷⁶²

Foi também no *Compêndio* que Justiniano ressaltou o “espírito de conquista” que o país do norte apresentava em sua história territorial:

O espírito de conquista tem-se ultimamente desenvolvido nessa república, e o México, seu infeliz vizinho, já lhe teve de ceder o Texas e a hoje riquíssima Califórnia.

Compõe-se a federação de 24 estados, de 6 territórios e 1 distrito.

Não faziam alguns destes estados parte da União na época da independência; eram territórios que foram elevados a esta categoria; e entre eles a Lusiana lhes foi cedida pela França, mediante o preço de 15.000.000 dólares.⁷⁶³

Mal sabia o autor que essa mesma volúpia expansionista lhe tiraria a calma três anos mais tarde, em 1853, quando então aborrecido com um artigo numa gazeta daquele país, publicado no *Jornal do Commercio*, reagira contra a defesa da internacionalização da Amazônia ou de sua posse pela potência do norte⁷⁶⁴;

e) Países da Bacia do Prata, os vizinhos mais próximos

A inquietação também dominava Justiniano diante dos problemas que envolviam os países pertencentes à Bacia do Prata. O ano de 1850 foi aquele que marcara a intervenção diplomática e militar do Brasil no Uruguai e na Argentina, rompendo uma duradoura

⁷⁶¹ Rocha, 1850, p. 308.

⁷⁶² Idem. Pp. 308-311.

⁷⁶³ Ibidem.

⁷⁶⁴ Rever o artigo no Anexo K: *O Velho Brazil*, N. 1703, 06/08/1853.

neutralidade para encabeçar uma nova política externa para a região platina⁷⁶⁵. Tratava-se ali de um daqueles casos típicos que Justiniano alertara em seu próprio compêndio quanto aos limites fronteiriços ainda imprecisos do Império, sobretudo junto às repúblicas vizinhas nesse quadrante do continente, afinal, como lembra Ferreira (2016), “(...) desde a independência o Brasil, uma monarquia escravista, precisou enfrentar o difícil convívio continental com repúblicas de trabalho livre e extremamente conturbadas politicamente (...)”. Dessa forma, continua a autora para esclarecer o panorama interno e externo referente àquele ano:

a unidade territorial e política, apenas cinco anos depois de terminada a Revolução Farroupilha, ainda não era considerada absolutamente garantida, pois permaneciam alguns aspectos estruturais que haviam estado na origem da mais longa revolução ocorrida no período imperial. **As intenções expansionistas atribuídas a Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, representavam uma ameaça à segurança e à integridade territorial do império; e o veto à navegação dos rios da bacia platina, mantido por Rosas, era um obstáculo à plena integração do interior do País, especialmente a província de Mato Grosso, ao resto do Brasil, dificultando o acesso àquela região.**⁷⁶⁶

Naquele mesmo 1850 da 2ª edição do Compêndio, de primeiro ano da 2ª legislatura na câmara dos deputados, da abolição do tráfico de escravizados, da lei de terras, da imigração, da intervenção no Uruguai e na Argentina, tinha Justiniano alguém de peso para lhe situar acerca das questões externas que se imbricavam às questões internas, um amigo de longa data: o senador Paulino José Soares de Souza⁷⁶⁷, então em posição estratégica naquele momento, sendo ministro da pasta de Negócios Estrangeiros no intervalo entre 1849 e 1853, posição que lhe rendera mais tarde, em dezembro de 1854, o título de visconde do Uruguai⁷⁶⁸.

Paulino ainda não tinha feito discurso no qual salientara todos os danos que Rosas poderia causar ao Império do Brasil, a começar pela anulação das independências de Paraguai e Uruguai para incorporá-los à Confederação Argentina. Segundo ele, ficariam abertas as nossas fronteiras de Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, colocando-as em risco, agora não mais por tensões internas, mas por razões expansionistas de outro país.

⁷⁶⁵ Em ordem cronológica, “Entre 1822 e 1889, a política brasileira para os países da Bacia do Prata passou pelas seguintes fases: a) tentativa de cooperação e entendimento para defesa das independências (1822-1824); b) guerra da Cisplatina (1825-1828); c) política da neutralidade (1828-1843); d) passagem da neutralidade à intervenção (1844-1852); e) presença brasileira ativa (1851-1864); f) retorno à política intervencionista (1864-1876); retraimento vigilante (1877-1889).” (Cf. CERVO & BUENO, 2002, p. 109).

⁷⁶⁶ FERREIRA, 2006, p. 16.

⁷⁶⁷ O tratamento entre ambos encontra-se exatamente registrado de tal forma: “Ilmo. E Exmo. Compº. Amº e Sñr”, no início, e “Ilmo. Exmo. Sñr. Conselhrº” Paulino José Soares de Souza, D. Ministro e secr. de estado dos negócios estrangeiros. Senador do Império”; conforme consta em uma carta de Justiniano a Paulino na data de 25 de junho de 1852. Cf. SOUZA, 1953.

⁷⁶⁸ CARVALHO (2002).

A política de intervenção na região do Prata foi pensada e desenvolvida por Paulino frente à pasta dos *Negócios Externos*, que em sua justificativa alegara a defesa da ordem e da civilização contra o caudilhismo e a barbárie das repúblicas vizinhas⁷⁶⁹. E se o Brasil já se encontrava relativamente mais seguro internamente quanto à possível instabilidade sociopolítica desde o fim da Revolução Praieira, o mesmo não se podia dizer em relação aos países vizinhos, cujo processo de formação ainda não se havia completado mesmo após declaradas suas respectivas independências⁷⁷⁰. Assim como ocorrera pouquíssimos anos antes no Brasil, Argentina e Uruguai, por exemplo, ainda estavam envoltos em tensionamentos internos entre distintos “projetos nacionais”. Muito embora internos, tais tensionamentos sempre respingavam para fora das próprias fronteiras desses países.⁷⁷¹ Quanto a isso, completava Ferreira:

O Brasil, que teve o seu processo de ‘construção da ordem’ completado antes dos outros países da região, era ainda, em meados do século, vulnerável em vários aspectos, e via-se ameaçado por essa indefinição quanto ao contorno definitivo a ser assumido pelos seus vizinhos.⁷⁷²

Por todos os motivos acima relatados, os países da Bacia do Prata mereceram uma descrição pautada toda na opinião de quem conhecia os pormenores diplomáticos das relações brasileiras com aqueles países, Argentina, Paraguai, Uruguai.

A começar pela Argentina, Justiniano procede a mesma descrição dedicada aos demais países, contando um pouco da história, dos limites territoriais (ainda que vagos e imprecisos naquele momento) e de outras características que compunham as Repúblicas Unidas do Rio da Prata ou Confederação Argentina. Porém, em meio à corografia costumeira sintetizada em poucas páginas no compêndio, emendava seus pareceres.

REPUBLICA ARGENTINA.

Esta república foi antiga e importante colônia espanhola, descoberta em 1508. No ano de 1808 e nos subsequentes começou a agitar-se para separar-se da

⁷⁶⁹ FERREIRA (*Op. Cit.*).

⁷⁷⁰ A Argentina, sob outro nome – Repúblicas Unidas do Rio da Prata ou Confederação Argentina – se tornou independente em 1815; o Uruguai, antiga Província Cisplatina do Império do Brasil, teve sua independência reconhecida por este último em 1828.

⁷⁷¹ Pandiá Calógeras chama a atenção para a conexão política existente entre **Paraguai, Argentina, Uruguai e, sobretudo na primeira metade do século XIX, o Sul do Brasil**: ‘Cambiavam os homens, alteravam-se os acontecimentos, mas cooperavam sempre, para alvos coletivos, grupos situados de um e de outro lado do estuário e dos rios lindeiros. Nas lutas políticas, cruentas em regra, todo triunfo ou toda derrota de um dos partidos, traduzia-se por uma migração através do Rio da Prata. **Cada um fazia da margem oposta, estrangeira, o quartel-general de conspiratas para intervir nos negócios internos de seu próprio país**’ (PANDIÁ CALÓGERAS, 1989 *apud* FERREIRA, 2006, p. 18). Grifos nossos.

⁷⁷² FERREIRA, 2006, p. 20.

metrópole, conseguindo constituir-se no ano de 1815 debaixo do nome de Repúblicas Unidas do Rio da Prata ou de confederação argentina.

São seus limites a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai o Brasil e o Chile ; a SO. lhe fica a Patagônia, e a SE. o Atlântico. Exceto na parte ocidental em que se acham os Andes e suas ramificações, seu terreno é plano e baixo; prestar-se-ia ao cultivo das cereais, da vinha e da maior parte dos vegetais da Europa, bem que também produza muitos dos americanos ; **o atraso porém em que jazem os seus povos e em que os mantém as guerras contínuas em que tem vivido, e a ferocidade delas provenientes tem sido causa de nada se aproveitar de tão preciosos gérmenes.** Todavia em seus imensos pastos cria-se muito gado, sendo uma de suas principais indústrias e a base de seu comércio a carne charqueada e os couros. Nas suas províncias centrais acham-se abundantes minas de chumbo, ferro, ouro, e especialmente de prata, que em grandes quantidades outrora exportou para Europa. Excetos o Prata e os grandes confluente que o formam, - **e cuja fácil navegação poderia ser tão importante para o comércio das vastas regiões centrais da América meridional, se a não condenassem ao acanhamento em que jaz os desvarios dessas semi-barbáras populações, - poucos dos seus rios merecem ser apontadas;** no entanto mencionaremos o Salgado que corre de NO. para SE. e o Colorado que vai de NNO. para SSE. levando ambos suas águas para o Atlântico.

Pela sua constituição, esse país deveria ser uma república federativa composta de oito estados, de dois dos quais, Corriente e Entre-rios, pela sua posição nos confluente do Prata, e sua vizinhança do Brasil e do Paraguai, deveriam achar-se em um estado de desenvolvimento e de riqueza, de que ainda estão longe. Subjuga-os a ambos e aos cinco estados do interior, a preponderância do de Buenos Aires, e o seu governo, embora com uma imprensa que se diz livre, e uma câmara de representantes, apresenta a concentração de um despotismo suspeito e implacável.

Sua população anda por dois milhões de habitantes, sua religião é a católica romana.

É sua capital a cidade de Buenos-Aires, situada na margem direita do Prata, aos 34° 36' 38'' de lat. S. e aos 60° 42' 15'' de long. O. **Bem que péssimo seja seu porto, e não consinta que se lhe aproximem os navios,** é ativíssimo o comércio desta cidade, sendo ela o único ponto a que vêm todos os gêneros do país para serem exportados, e de onde são levados os gêneros estrangeiros para o consumo do interior. Sua população anda por 70.000 habitantes.

Além desta cidade outras há de importância na república, sejam Sancta Fé, Mendoza e Salta, capitais de estados do interior, destinados a grande desenvolvimento e riqueza, **se porventura houver algum dia ordem e paz entre os descendentes da raça espanhola.**⁷⁷³

Os trechos grifados acima pertencem ao campo da *doxa*: são contextualizados exatamente no calor dos acontecimentos do novo direcionamento político do Império do Brasil voltado aos países latinos, e nesse sentido, há desde o início uma abordagem que vislumbra um potencial do país vizinho que estava sendo naquele momento malogrado, na opinião do autor, por ser uma república federativa cujos estados *deveriam achar-se em um estado de desenvolvimento e de riqueza*, mas, impossibilitados pelos *desvarios semi-bárbaros das populações* e, sobretudo, pela *subjugação à preponderância de Buenos Aires e de seu governo*, frustravam essas expectativas e, principalmente, as expectativas brasileiras na estabilidade geopolítica da região. Era um governo que embora tivesse *uma imprensa que se dizia livre, e uma câmara de representantes, apresentava a concentração de um despotismo*

⁷⁷³ Rocha, 1850, Pp. 293-296. Grifos nossos.

suspeitoso e implacável representado pelo vilão do Brasil da vez, Juan Manuel de Rosas, ou, simplesmente, o caudilho Rosas!

Àquele tempo, ainda que houvesse inconvenientes tácitos a superar – como um “porto péssimo” na capital... –, os campos e as cidades do país estavam *destinados a grande desenvolvimento e riqueza, se porventura houver* [conjecturava um Justiniano esperançoso no logro da política de intervenção do amigo ministro...] *algum dia ordem e paz entre os descendentes da raça espanhola*. Concluía o autor sem saber as consequências da mencionada política que tornaria factível esse cenário vislumbrado após o desfecho da Guerra do Prata (1851-1852). Não imaginava ele porém, até então, que a Patagônia um dia iria pertencer ao país austral, e por isso resolvera descrevê-la a título de *região mal conhecida*, porém pretendida pela Argentina, assim como o arquipélago das Malvinas, “ou Falkland”, desde daquela época sob a posse dos ingleses.

Sobre a Patagônia, registra-se no Compêndio de Geografia:

PATAGÔNIA.

Na extremidade sul da America meridional acha-se a Patagônia, povoada por seus indígenas que vivem de caça e pesca. Estéril, cortada por alguns rios, e tendo em seus litorais, tanto do Atlântico como do Pacífico, muitos golfos e baías, é esta **região mal conhecida, e tem por limites ao N. o Chile e a república Argentina, a qual conserva pretensões sobre seu domínio.**

Ao S. da Patagônia, e dela separado pelo estreito de Magalhães, acha-se o arquipélago da Terra de Fogo, região inóspita, coberta de vulcões, cujos habitantes vivem na última miséria.

Em pouca distância deste arquipélago acha-se o das Malvinas, ou Falkland ; dele estão de posse os Ingleses; conserva porém a república Argentina pretensões ao seu domínio.⁷⁷⁴

Antes da Patagônia, porém, o país de Rosas deu trabalho aos vizinhos porque queria incorporar Paraguai e Uruguai a suas *Repúblicas Unidas*...

Justiniano, ao contrário da ordem de apresentação aqui escolhida (Argentina primeiro, depois os demais países da região...), resolvera priorizar o Uruguai. Nas páginas do Compêndio mostrava a vinculação recente do país ao Império, explicando, em outros termos, o que seria a impressão geral acerca do Uruguai enquanto “algodão entre cristais”: fora criado em 1828 sob a tutela da Inglaterra para por fim à guerra entre Argentina e Brasil. Se a tese prevalecente era essa (a de *estado* considerado *tampão* entre as duas potências regionais...), malfadada ou não (segundo diferentes interpretações historiográficas...), ela ganhou nas páginas do Compêndio algum nível de respaldo interpretativo; todavia, no mesmo livro didático não havia nada que ressaltasse o clima de tensão interna e externa do país.

⁷⁷⁴ Idem, p. 304. Grifos nossos.

Curiosamente, o “silêncio” talvez fosse proposital, afinal, as costuras estratégicas de alianças que anteciparam a Guerra do Prata ainda estavam sendo feitas de forma confidencial⁷⁷⁵. Mesmo que *geografia do Estado e geografia escolar* viessem a configurar o Compêndio de Justiniano, sabia ele que determinados assuntos deveriam ser ditos somente no *post-festum*. Foi o que aconteceu quando Paulino José Soares de Souza optou pela intervenção que viria a se desdobrar na guerra ocorrida entre 1851 e 1852.

Como se vê abaixo, não obstante tanta informação e tanta apreensão sobre o Uruguai, este foi descrito quase que tão secamente como outros países distantes do Brasil, Pelo visto, Justiniano não quisera comprometer a situação com opinião que não tivesse efeito bom e prático:

REPÚBLICA DO URUGUAI.

Foi esta república (também chamada Montevidéu e Cisplatina) antiga colônia espanhola. Cedida à coroa portuguesa, que teve de conquistá-la pelas armas, seguiu por algum tempo a sorte do Brasil, separando-se por fim depois de longa luta, em que no-la disputava a república Argentina, e **por interferencia da Inglaterra foi constituída em estado independente.**

Seu governo é democrático, sua religião católica romana; sua população andarà por 150.000 habitantes. **Seu principal comércio, feito com o Brasil, consta dos mesmos produtos que fornece à provincia do Rio Grande, carne seca, couros, chifres.**

O seu territorio é descampado, nele se não encontra montanha alguma de vulto. Além dos rios que lhe servem de limites com o Brasil, só temos de mencionar o da Prata, formado pela confluência do Paraguai e do Uruguai.

Seus limites são ao N. e a NO. o Brasil ; a O. e ao S. a república Argentina, de quem a separa o Uruguai; a O. e ao S. o Prata; ao SE. e a L. fica-lhe o Atlântico. Sua capital é a cidade de Montevidéu situada sobre o Prata, com um porto que só admite vasos de 400 toneladas: sua população andarà por 20.000 habitantes.⁷⁷⁶

Nada além de apontar que com o Brasil, tendo em vista um passado recente bem encaminhado com um bom desfecho da Guerra da Cisplatina (1825-1828), mantiveram-se as boas relações comerciais que interessavam à pacificação da região para o Brasil.

Quanto ao Paraguai, outro país com quem, à época, o Brasil tinha boas relações, o Compêndio registrava ponderações relevantes diante da história recente que o criara e o

⁷⁷⁵ “(...) a política platina do Brasil atravessou um período de transição, marcado por indefinições táticas e estratégias, pela consideração das alternativas incompatíveis e pela falta de clareza no estabelecimento de metas concretas. (...) Alguns complicadores vinham semear sobre as condições objetivas outros elementos de confusão: (...) havia nos meios políticos brasileiros quem simpatizava com o caudilho rio-platense e quem o detestava, percebendo-se a mesma divisão no próprio corpo diplomático, embora prevalecessem aí seus desafetos; (...) o poder efetivo de Rosas ou sua imagem induziam internamente a política do medo, que bloqueava ou interrompia iniciativas marginais e impedia ainda uma ação direta; (...) no Parlamento, onde se debatiam publicamente as questões platinas e a política brasileira, prevalecia até 1847 a corrente tradicional do pensamento neutralista (...). Hesitava, pois, a diplomacia brasileira (...).” Cf. CERVO & BUENO, 2002, Pp. 110-111.

⁷⁷⁶ Idem, Pp. 292-293. Grifos nossos.

isolara do mundo, e do futuro ameaçador que se descortinava em vistas do já conhecido interesse argentino, que igualmente à época dificultava o fluxo comercial na Bacia da Prata e, conseqüentemente, prejudicava o comércio Paraguaio e de vários outros países, inclusive potências europeias como Inglaterra e França:

PARAGUAI.

O Paraguai foi também uma antiga colônia espanhola, fundada, civilizada e governada pela célebre companhia religiosa dos Jesuítas, até que em 1767 el-rei de Espanha a expulsou de seus Estados, e sujeitou essas colônias aos governadores de Buenos-Aires. Na época de independência, não seguiu ela a sorte de suas co-irmãs; mas constituiu-se em **república independente debaixo do governo do doutor Francia. Em consequência do sistema extravagante e bárbaro deste homem, o Paraguai cessou quase todo o seu comércio, não sendo lícito aos estrangeiros entrar no território da república, nem aos cidadãos saírem dele. Por morte desse homem, o Paraguai procura arredar-se dessa política que entretanto lhe foi útil por livrá-lo das guerras intestinas que têm dilacerado as suas vizinhas.** É fértil o seu terreno, e produz ótimas madeiras, especiarias, resinas medicinais, frutas saborosas; é especialmente o mate, de que fazem os habitantes de todas as antigas colônias espanholas prodigioso consumo, uma de suas mais avultadas produções.

O Paraguai é geralmente plano, regado por alguns rios que vão ter ao Paraguai e Paraná. Acha-se limitado ao N. e a L. pelo império do Brasil, de quem o divide a L. o rio Paraná; a SE., S. e O. pela república Argentina, de quem o separa a O. o Paraguai, a SE. e S. o Paraná, até o ponto de sua confluência com o Paraguai. **Já se vê quanto desenvolvimento ganharia esse estado, se a navegação natural desses rios fosse aberta ao comércio e à indústria.**

Sua população mal andarà por 150.000 habitantes. Sua religião é a católica romana. Sua capital, a cidade de Nossa Senhora da Assunção, na margem esquerda do Paraguai, é povoada por 8.000 almas⁷⁷⁷.

A política de intervenção fora desdobrada nos anos seguintes, e por ser igualmente uma questão de interesse nacional, mereceu de Justiniano, em 1854, a obra *A Política Brasileira na República Oriental do Uruguay*, cujo teor já foi aqui relatado.

A obra didática de Justiniano estava atendida a seu tempo, causou em 1838 verdadeira polêmica pelos motivos já demonstrados, e voltou a ser publicado em 1850 com o claro intuito de retomar conteúdos, aumentá-los em densidade, ajustando o que deveria ser ajustado de uma edição a outra. No seu entender, a tarefa a ser cumprida era oferecer à “mocidade brasileira” a visão de Brasil que cabia a “ciência geográfica” oferecer: um patrimônio vasto, uma riqueza digna de ser cultivada, uma organização política e administrativa garantidora da ordem e da civilização, uma inserção e projeção internacional condizente à denominação *Império*. Restava saber qual era o potencial real do compêndio de Rocha para alcançar esse objetivo que tanto almejava, inculcar patrioticamente as mentes jovens do futuros dirigentes e dos demais filhos da classe senhorial, afinal, o manual escolar não era destinado apenas para os alunos do Colégio Pedro II, reproduziu 4.000 exemplares que certamente deveriam ter alguma destinação. O próximo item dedica-se justamente ao intuito de se conjecturar, a partir

⁷⁷⁷ Idem, Pp. 296-297. Grifos nossos.

de diferentes parâmetros de análise, qual teria sido o possível alcance das lições geográficas do “Dr. Rocha”.

3.4 Um possível alcance das lições geográficas de Justiniano

Atestar o alcance das lições ou conteúdos de uma obra não é uma tarefa fácil – quiçá às vezes mesmo improvável de ser constatado, apesar de historiadores do livro desenvolverem procedimentos metodológicos de aproximação ou aperfeiçoamento crescente diante deste desafio que é averiguar a história dos leitores ou da leitura. Trata-se de um percurso diferente daquele inerente à história dos intelectuais⁷⁷⁸, na qual se ressalta, entre outros quesitos, as filiações de um intelectual em relação a este ou aquele autor e/ou obra, a esta ou aquela matriz de pensamento. Enquanto esta última esbarra em certa dificuldade diante da usual prática autoral oitocentista em não se referenciar as leituras consultadas durante a elaboração dos próprios trabalhos em uma lista bibliográfica final ou em notas, a tarefa de verificar o alcance de uma obra acaba por se tornar igualmente uma busca difícil quando minimamente possível.

Não obstante essas dificuldades, quer-se aqui suscitar algumas aproximações acerca de um possível alcance da obra de Justiniano guiada pela perspectiva de subentender a influência que a mesma possa ter tido na formação da visão de mundo (dos valores que mediam uma concepção e representação de mundo e de Brasil) em alguns de seus leitores, particularmente (ou mais especificamente) entre aqueles estudantes que com ela estabeleceram um nível de contato sistemático, compulsório, graças à sua obrigatoriedade prescritiva prevista na rotina programática dos estudos escolares do Colégio Pedro II recomendada pelo governo. Nesse sentido, importa verificar em que se transformaram tais estudantes na condição de filhos da *boa sociedade*.⁷⁷⁹

As lições geográficas de Justiniano efetivamente serviram de instrumento para a concretização da formação/constituição/reprodução da classe senhorial almejada pelos

⁷⁷⁸ Consultou-se para efeito desta breve avaliação a coletânea de textos “Grandes nomes da história intelectual”, particularmente o primeiro bloco de contribuições, denominado “História intelectual: horizontes teóricos”. Cf. LOPES (2003).

⁷⁷⁹ Quanto a isso, é válido relembrar: “(...) Os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial foram também o movimento de formação e expansão dos Saquaremas, de seus quadros e perspectivas, de individuação de um segmento no conjunto do sistema de relações sociais que animam esses processos.” Cf. MATTOS (2017, p. 264).

dirigentes naqueles anos de construção do Estado nacional? Essa é a pergunta-chave que orienta este item e que pretende corroborar para a tese aqui defendida.

Segundo o próprio Justiniano no prefácio da segunda edição do *Compêndio de Geografia*, suas lições geográficas teriam sido adotadas no Colégio Pedro II durante doze anos ininterruptos (de 1838 a 1850), formando um número expressivo de alunos que viriam a ocupar os diversos escalões de poder ao largo do período imperial. Decerto não é possível verificar o nível de contato e influência que a obra e as aulas de Justiniano tiveram na trajetória formativa de cada um desses alunos, a menos que existissem depoimentos neste sentido, o que não foi o caso porque os mesmos não foram encontrados; mas é possível ao menos traçar um quadro aproximativo dessa realidade.

Tal quadro pode ser atestado em sua veracidade no período em que Justiniano ocupou a cadeira de geografia no Colégio, entre 1838 e 1840, ministrando suas aulas nas quais tomava por base um explicitado modo livresco de ensinar⁷⁸⁰; quer dizer, um modo de conduzir as aulas expositivas por intermédio de uma linha-guia narrativa proporcionada pela sequência dos tópicos (pontos nodais) oferecida pela estrutura organizativa da própria obra. Vale lembrar que não se tratava de uma reprodução acrítica do conteúdo do livro. O próprio Justiniano já explicara seu método: o assunto constava no livro, mas as explicações, ilustrações, correlações com as representações cartográficas (mapas e globos) e mesmo as retificações dos equívocos encontrados no bojo do próprio livro identificados na aula (conforme apontara no debate com o senado...) eram todos feitos no ato da aula em si, que demonstrava ser à época mais expositiva do que propriamente dialógica⁷⁸¹.

⁷⁸⁰ Sem ser “excessivamente livresco” (como apontara Schwarcz_1998), quer dizer, baseado tão somente nas lições do livro, sem intervenções adicionais do professor.

⁷⁸¹ Falta a assertividade em saber se o método mais frequente de aula era somente expositivo e mnemônico ou se era igualmente dialógico. Essa conclusão não é dada a ser feita com a pretensão da exatidão, porque afinal não há nada conclusivo a esse respeito nos documentos pesquisados. Esse tipo de registro da dinâmica da prática de ensino não costuma ser feito de forma sistemática e contínua... O hábito das anotações da prática docente ordinária em *diários de classe* não é um costume ostensivamente vulgar, disseminado... Mesmos nos dias de hoje, esses tipos de anotações (por escrito ou por meios digitais...) costumam ser sucintos, curtos; não são dados a grandes e profundos relatos e nem reflexões acerca da prática de ensino executada/exercitada.

3.4.1 Os anúncios do *Compêndio de Geografia* na imprensa

De 1840 em diante (ou seja, deste ano até a publicação da 2ª edição, em 1850...), apesar de seu próprio relato acerca da continuidade da adoção da obra no Colégio ser reconhecidamente público e por isso ter sido posto à prova de verificação (afinal, a existência do compêndio era de amplo conhecimento, passando por inúmeras mãos – inclusive nas de senadores... – antes mesmo de ser adotada na Imperial instituição), não se constata outra fonte que possa corroborar com tal afirmação. Há sim, a partir de 1850, muitos anúncios de comercialização da 2ª edição do *Compêndio* em periódicos dirigidos ou não pelo próprio Justiniano (“O Brasil”, “O Velho Brasil” ou “Jornal do Commercio”), mas não há, por exemplo, registros à semelhança dos que constam em programas escolares publicados com regularidade a partir de 1850⁷⁸², e nem registros de relatos pessoais quanto à adoção da obra feitos pelos professores que sucederam Justiniano na cadeira de geografia daquela Instituição a partir de 1840⁷⁸³.

O fato de não haver registros oficiais quanto à adoção do livro no Colégio Pedro II durante o período condizente ao intervalo 1840-1850 não contradiz o seu autor, absolutamente assertivo ao afirmar que ela teria sido adotada ao largo de 12 anos consecutivos. Vale dizer que isso não é de se desprezar nesta análise, afinal, havia muita gente atenta a querer contradizê-lo em muitas coisas, nisso certamente também, muito embora esse não tenha sido o caso.

É importante notar a seguinte constatação: está a se falar do universo restrito de alunos do Colégio Pedro II, âmbito por excelência de formação da classe senhorial e, em particular, daqueles que se constituiriam em agentes públicos da máquina estatal, ou seja, o “mundo do governo”. Isto não significa dizer, portanto, que o local teria sido o único a adotar o compêndio... Mesmo tendo anunciado que não teria sido guiado pelo espírito de lucro, Justiniano fez publicidade de sua obra na imprensa.

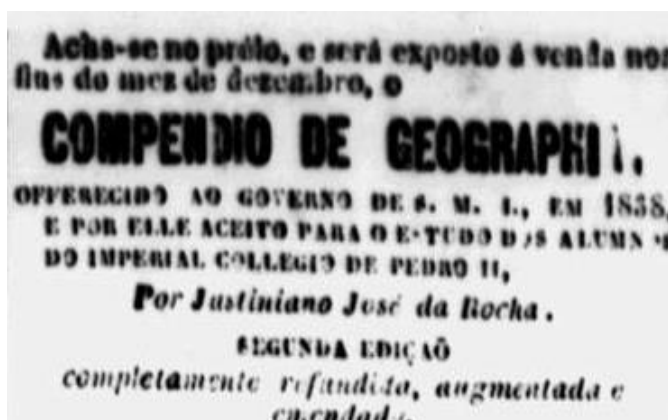
⁷⁸² Cf. VECHIA & LORENZ (1998) e os relatórios do Ministério dos Negócios do Império, pasta responsável pelo Colégio e por toda a instrução durante o período imperial. Cf. relatórios em: <http://ddsnext.crl.edu/brazil>

⁷⁸³ Sugere-se rever o “Quadro “N. 1” – Relação de professores de Geografia do Colégio Pedro II durante o século XIX”, tendo em vista que os detalhes acerca do “Período de exercício” de cada professor, do nome específico da *cadeira ou cátedra* (que mudou muito ao longo do tempo...) e da *matéria ou disciplina lecionada* (cujas denominações também muda muito ao longo do tempo), oferecem informações relevantes e mais precisas acerca das metamorfoses testemunhadas pelo ensino de geografia na Instituição ao longo do século XIX, período onde se situa o recorte temporal desta tese.

Nessa linha de raciocínio, não é demais repetir: Inocencio Silva (1860)⁷⁸⁴, aquele que foi um dos primeiros biógrafos do intelectual, chega a dizer que a obra teria tido uma tiragem, juntando 1ª e 2ª edições, de oito mil exemplares (quatro mil cada edição), esgotadas já àquela época.

Nessa mesma perspectiva, Barnabé (2019), em diálogo com a presente pesquisa⁷⁸⁵, chegara a afirmar que na sua consulta aos anúncios do *Jornal do Commercio* ao longo das décadas de 1840 e 1850, não havia encontrado uma única menção à 1ª edição da obra; o mesmo não se pode dizer em relação à 2ª edição, uma vez que na presente pesquisa diversos anúncios foram encontrados no intervalo entre os anos 1850 e 1854, conforme os destacados abaixo:

Figura 11 – Exemplo (N. 1) de anúncio da 2ª edição do *Compêndio de Geografia* de Justiniano José da Rocha no *Jornal do Commercio*⁷⁸⁶



Fonte: *Jornal do Commercio*, nº338, 10/12/1850.

O anúncio acima foi sucedido pela reprodução do texto encontrado no *Prefácio* da 2ª edição do livro e por outro texto complementar para potencializar a propaganda e despertar ainda maior interesse pela obra, dentro e fora da Corte:

Recomendamos aos Srs. diretores de colégios e professores de geografia esse opúsculo, que talvez achem concebido em um plano vantajoso, e não só

⁷⁸⁴ Cf. ANEXO G.

⁷⁸⁵ Luís Ernesto Barnabé (2019) possibilitou trocas interessantes com a presente pesquisa. Indicações de anúncios sobre o *Compêndio de Geografia* escrito por Justiniano da Rocha foram por ele comentados e compartilhados.

⁷⁸⁶ Transcrição do anúncio: “Acha-se no prêlo, e será exposto à venda nos [ilegível] do mês de dezembro, o COMPENDIO DE GEOGRAFIA, oferecido ao Governo de S. M. I., em 1838, e por ele aceito para o estudo dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, Por Justiniano José da Rocha. Segunda Edição, completamente refundida, aumentada e emendada.”

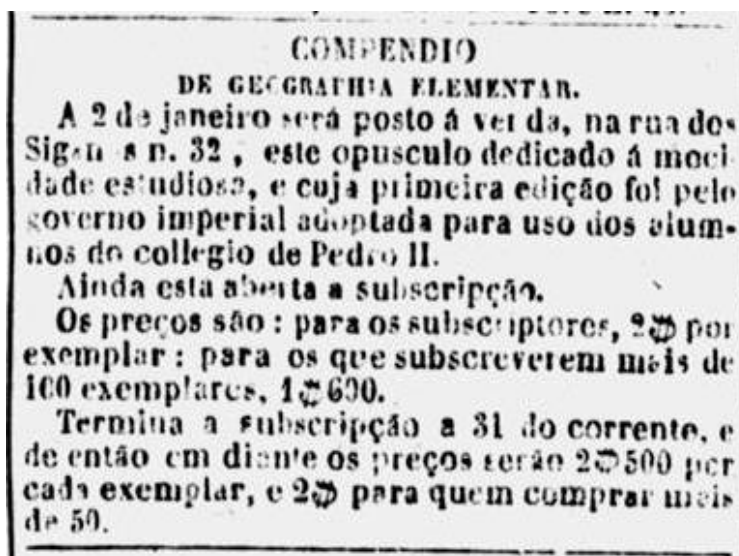
abundante de noções positivas, como igualmente de interessantes indicações históricas e literárias.

A quem comprar 10 exemplares far-se-á no preço um abatimento de 10%. Para quem comprar mais de 100, esse abatimento será de 20%. Para quem subscrever por 1 só exemplar o abatimento será de 5 %.

As assinaturas são recebidas na tipografia do *Brazil*, rua do Sigano [sic] n. 32. (Idem)

Poucos dias depois, outros dois anúncios mais curtos aparecem em edições subsequentes no periódico de reconhecida reputação e grande circulação – *O Jornal do Comércio*, finalizando aquele ano de 1850:

Figura 12 – Exemplo (N. 2) de anúncio da 2ª edição do *Compêndio de Geografia* de Justiniano José da Rocha no *Jornal do Commercio*⁷⁸⁷



Fonte: *Jornal do Commercio*, nº355, 28/12/1850; nº356, 29/12/1850.

Os anúncios não cessam em *O Jornal do Commercio* no ano seguinte, só que dali em diante aparecem em formato de notas mais singelas; provavelmente o investimento não era barato. Além do anúncio do compêndio em si, Justiniano aproveitava o espaço publicitário para anunciar seu interesse momentâneo por “uma preta boa cozinheira”. O exemplo não deixa de marcar uma época e o seu contexto escravocrata, além de patentear o seu caráter conservador e o dado contraditório que isso significava em sua vida diante do fato de ser neto de ex-escrava:

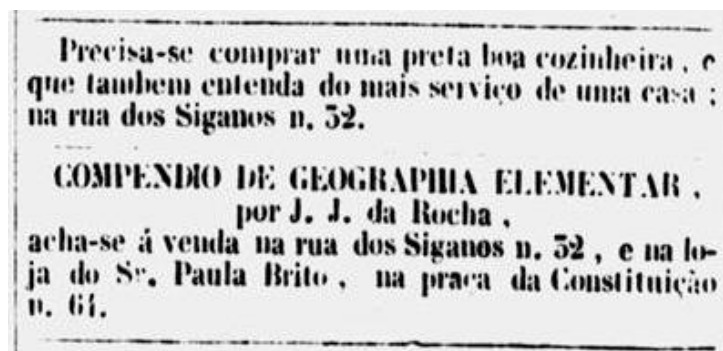
⁷⁸⁷ Transcrição: “Compendio de Geografia Elementar. A 2 de janeiro será posto à venda, na rua dos Siganos [sic] n. 32, este opúsculo dedicado à mocidade estudiosa, e cuja primeira edição foi pelo governo imperial adotada para uso dos alunos do Colégio de Pedro II.

“Ainda está aberta a subscrição.

“Os preços são: para os subscriptores, 2\$ por exemplar: para os que subscreverem mais de 100 exemplares, 1\$600.

“Termina a subscrição a 31 do corrente, e de então em diante os preços serão 2\$500 por cada exemplar, e 2\$ para quem comprar mais de 50.”

Figura 13 – Exemplo (N. 3) de anúncio da 2ª edição do *Compêndio de Geografia* de Justiniano José da Rocha no *Jornal do Commercio*, precedido por outro anúncio de distinta natureza feita igualmente por este último⁷⁸⁸



Fonte: *Jornal do Commercio*, nº3, 03/01/1851; nº4, 04/01/1851 nº5, 05/01/1851.

Os anúncios sobre o *Compêndio* no *Jornal do Commercio* deixaram de existir após o ano de 1851; além desse que era um periódico de ampla circulação e de determinante influência na opinião pública, havia também os próprios periódicos que Justiniano fundara e dirigira durante determinado período. No periódico *O Brasil*, por exemplo, é possível constatar anúncios da 2ª edição do opúsculo não só às vésperas do término do período correspondente à direção de Justiniano desse jornal (1840-1850), como também em números que saíram após uma outra pessoa chamada Luis Antonio Navarro assumir esse mesmo cargo. Pode-se notar que, diferente dos anúncios do *Jornal do Commercio*, nos quais constavam o nome atualizado da obra na 2ª edição – *Compêndio de Geografia Elementar* –, no periódico *O Brasil* prevaleceu o nome da 1ª edição – *Compêndio de Geografia*, sem o termo “Elementar” –, embora se tratasse da 2ª edição.

⁷⁸⁸ Transcrição: “Precisa-se comprar uma preta boa cozinheira, e que também entenda do mais serviço de uma casa na rua dos Siganos n. 32, e na loja do Sr. Paula Brito, na praça da Constituição n. 61.”

Figura 14 – Anúncio da 2ª edição do *Compêndio de Geografia* de Justiniano José da Rocha no periódico sob sua própria direção, *O Brasil*

ANNUNCIOS.

Acha-se no prelo, e será exposto á venda
nos fins do mez de dezembro o

COMPENDIO
DE
GEOGRAPHIA

OFFERECIDO AO GOVERNO DE S. M. I. EM 1838 E POR ELLE
ACCEITO PARA O ESTUDO DOS ALUNNOS DO IMPERIAL COL-
LEGIO DE PEDRO II.

POR
Justiniano José da Rocha.

SEGUNDA EDICÇÃO

COMPLETAMENTE REFUNDIDA, AUMENTADA E EMENDADA.

O seu autor o fez preceder do seguinte

* PREFACIO.— Installado o imperial collegio de Pedro II. em 1858, encarregou-me o seu fundador, o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, então ministro interino dos negocios do imperio, de nelle ensinar geographia e historia.

A falta de livros elementares em vulgar que auxiliassem as minhas lições, e que eram indispensaveis, especialmente attendendo á pouca idade e ao consequente acanhamento intellectual dos meus alumnos, foi o primeiro obstaculo que encontrei. Para supprir essa falta, consultando mais a minha boa vontade do que as minhas forças, no meio das multiplicadas obrigações a que tinha de acudir, em poucos dias apresentei um compendio.

Não me guarara o espirito de lucro,—que muito avultado poderia ter collido desse opusculo—, e pois generosamente offertei o meu trabalho ao governo: a offerta foi acceita, e uma edicção do meu compendio foi dada ao collegio de Pedro II.

Fonte: *O Brasil*, nº1686, 05/12/1850; nº1687, 07/12/1850; nº1691, 16/01/1851.

O anúncio padrão vinha sucedido pelo mesmo texto complementar que acompanhava os anúncios no *Jornal do Commercio*, cuja intenção era fazer crer que a obra destituía-se de qualquer propósito meramente comercial, o que poderia não ser algo muito convincente aos críticos dada a natureza da publicidade em si; porém, se se pensar bem, tendo em vista o fato de Justiniano ter sido diretor de *O Brasil* e um dos colaboradores do *Jornal do Commercio*, existiam poucos anúncios nesses periódicos. Essa irregularidade publicitária da obra teria talvez sido responsável pela sobra de exemplares em estoque, a ponto de Justiniano ainda

precisar anunciá-lo não mais nos periódicos de antes, mas em *O Velho Brasil*, fundado por ele mesmo em 1853. Neste último jornal, aliás, fundado e mantido exclusivamente por iniciativa própria, Justiniano teria mais liberdade para divulgar não só o Compêndio estocado, senão outras obras que ele tivera o trabalho de traduzir. Assim, numa página apareciam três ou mais obras a serem divulgadas, cada qual para um público específico: um compêndio para livreiros e diretores de colégios; um livro de fábulas traduzidas de famosos autores estrangeiros, obra esta que seria indicada pelo governo para uso em escolas primárias; e, finalmente, uma peça teatral, igualmente traduzida para o público brasileiro. Justiniano, conforme se sabe, era amante de literatura e das artes cênicas, e introduzira ao gosto do público de então alguns autores famosos da cultura europeia, sobretudo da França. Veja-se abaixo um exemplo dos anúncios encontrados em *O Velho Brasil*:

Figura 15 – Anúncio da 2ª edição do *Compêndio de Geografia* de Justiniano José da Rocha e de outras obras traduzidas por este mesmo autor no periódico sob sua própria direção, *O Velho Brasil*

AVISOS.

Acha-se á venda nesta typographia
**COMPENDIO DE GEOGRAPHIA
 ELEMENTAR**
SEGUNDA EDICÇÃO
 COMPLETAMENTE REFUNDIDA, AUGMENTADA,
 E EMENDADA POR
J. J. DA ROCHA.

Desta obra, de que se tirou uma avultada edição, ainda restam alguns exemplares: vendem-se com grande redução aos Srs. livreiros e directores de collegios; para quem comprar um só volume o preço é 2\$000.

COLLEÇÃO DE FABULAS
 IMITADAS DE ESOPHO E DE LAFONTAINE,
 OFFERECIDA
 Á SOCIEDADE DAS ESCOLAS PRIMARIAS POR
J. J. DA ROCHA.

Esse opusculo, de cuja utilidade deu testemunho o inspector-geral da instrução publica da provincia do Rio de Janeiro, em officio dirigido á presidencia da mesma provincia, recommenda-se a todos os educadores da infancia: vende-se a 4\$000 rs. por vol. encadernado, e a 800 rs. em folheto.

© **DIABO APATRONADO**
 NOVELLA FANTASTICA
POR CAZOTTE.
 PRECEDIDA DE UM EPISODIO,
 NARRADO POR LA HARPE,
 DA VIDA DESSE INSIGNE AUTOR.

Esta interessante novella em que se manifestam os perigos a que a mocidade fica exposta, quando, no meio do arrebatemento das paixões, não acha o apoio firme da fe, põe de tão geral conceito, que excusado é recommendal-a. Preço—4\$000.

RIO DE JANEIRO.—TYP. AMERICANA.—DE J. JOSÉ DA
 ROCHA, RUA DA ALFANDEGA N. 210.

Fonte: *O Velho Brasil*, no1736, 25/10/1853; no1744, 15/11/1853; no1763, 14/01/1854; no1764, 17/01/1854; no1766, 21/01/1854; no1793, 08/4/1854; no1815, 06/6/1854; no1817, 13/7/1854; no1826, 10/6/1854; no1827, 15/7/1854; no1828, 18/7/1854.

Podem ser contabilizados aqui 20 anúncios propagandísticos da 2ª edição do *Compêndio de Geografia Elementar* em três distintos periódicos num período razoavelmente longo (1850 a 1854), e com eles seriam almejados outros estabelecimentos⁷⁸⁹ de várias províncias⁷⁹⁰, já que nos Programas de Exame do Colégio Pedro II, definidos em 1849 e publicados em 1850, não havia qualquer menção ou indicação ao/do opúsculo⁷⁹¹. Um levantamento para além dos muros do Colégio em direção a outras repartições de ensino foge ao escopo desta tese, e certamente esbarraria no problema de ausência de dados sistemáticos e portanto mais precisos quanto à sua recomendação para algum curso ou colégio específico.

3.4.2 Aproximações estatísticas: quantos estudantes do CPII conheceram as duas edições do *Compêndio*?

Quanto ao Colégio Pedro II, cujas estatísticas eram regularmente publicadas nos relatórios ministeriais da pasta dos “Negócios do Império”, esses dados são mais assertivos. É a partir desses que se pode efetuar a conjectura do alcance da obra de Justiniano entre os estudantes daquela Instituição.

Apesar de a análise proposta se restringir ao âmbito do Colégio Pedro II, esse fato está muito longe de significar restrição espacial da obra à escala do Município da Corte, capital do

⁷⁸⁹ BARNABÉ (*Op. Cit.*).

⁷⁹⁰ Mesmo o periódico de exclusiva iniciativa operacional e financeira da tipografia de Justiniano – “Velho Brasil” – possuía assinantes em outras províncias. Prova disso é o aviso que aparece na mesma página do anúncio do *Compêndio* no número 1744, em 15/11/1853:

“VELHO BRASIL:

Rogamos a aqueles de nossos assinantes que ainda estão em atraso com o pagamento das suas assinaturas o obséquio de as mandarem satisfazer.

“Especialmente aos nossos assinantes das províncias nos dirigimos, havendo de entre eles muitos que, sem dúvida por esquecimento ou por falta de relações na corte, ainda estão a dever as suas assinaturas do *Correio do Brasil*.

“Rogamos-lhe igualmente que dirijam todas as reclamações que por ventura tenham que fazer, a esta tipografia.”

É válido lembrar que o periódico *Correio do Brasil* também foi de iniciativa de Justiniano; foi criado depois de sua saída da direção de “O Brasil” e antes da criação de “Velho Brasil”. Cf. *Velho Brasil*, N. 1744, 15/11/1853.

⁷⁹¹ Antes da presente tese, houve a oportunidade de se publicar alguns resultados preliminares desta pesquisa publicados na Revista Giramundo: CORRÊA, Márcio F. N. Um ideólogo da brasilidade em sala de aula: Justiniano da Rocha, o primeiro professor de Geografia do *Imperial Collegio de Pedro II*. Giramundo, Rio de Janeiro, V. 1, N. 2, p. 51-68. Jul/Dez. 2014. Vale dizer que o referido artigo, dado o seu contexto de pesquisa, teve alguns pontos e conceitos revistos, de forma que deve ser lido enquadrado numa etapa interpretativa ainda preliminar do objeto. A presente tese evidentemente representa um estágio avançado da pesquisa que já àquele momento dava as suas caras. Cf. ANEXO “Y”[programas e livros].

Império. Justamente por ser na capital, o Colégio não matriculava apenas estudantes naturais do mencionado município, mas também de outras províncias e até de outros países (conforme será demonstrado um pouco mais adiante), afinal, na capital de um Império habitavam temporariamente, de um lado, inúmeras delegações diplomáticas que se vinculavam às suas respectivas embaixadas, e, de outro lado, habitavam (muitas vezes definitivamente) representações políticas provinciais; ambas, em seus contatos, contavam com redes de apoio que possibilitavam, por uma razão ou outra, a matrícula de seus filhos no Imperial Colégio.

Os dados a seguir, pincelados a partir de documentos encontrados no “Fundo Luís Gastão D’Escragolle Doria” do Arquivo Nacional, nos relatórios da pasta ministerial dos *Negócios do Império*, no NUDOM (Núcleo de Documentação e Memória do CPII), entre outras fontes⁷⁹², são eloquentes ao demonstrarem que muitas das expectativas dos *saquaremas* acabaram por se consolidar. A reprodução consciente e bem direcionada de uma classe distinta se concretizou e pode ser explicitada.

Antes da demonstração dos dados, é importante antecipar algumas considerações que lançam luz à sua interpretação. A primeira delas diz respeito à busca da compreensão de como as séries escolares do Colégio Pedro II eram organizadas e se sucediam em progressão contínua em diferentes etapas de aprendizagem conforme os alunos iam sendo aprovados ao final de cada ano-letivo. A esse respeito é importante lembrar que essas distintas séries hierarquicamente organizadas funcionavam simultaneamente no mesmo espaço físico, diferente das aulas avulsas até então predominantes⁷⁹³. A preocupação de se explicar esse detalhe deriva da necessidade em se saber quais faixas-etárias correspondiam a cada uma das séries existentes, e quanto tempo se levava para se concluir o ensino secundário. Isso indica a noção de quanto tempo, em média, um estudante do Colégio Pedro II manteria contato com a obra de geografia escrita por Justiniano no período de 1838 a 1850.

⁷⁹² SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro; o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)*. Dissertação de mestrado (História). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010; Idem. *A educação como prática política: formação e renovação de repertórios pedagógicos no Segundo Reinado*. Tese de doutoramento. São Paulo, Depto. Sociologia, FFLCH, USP, 2015.

⁷⁹³ Cf. Genylton Rocha (1996), Maria de Lourdes Haidar (2008), entre outros. Primitivo Moacyr chega a mencionar que nos primórdios dos primeiros colégios implantados pelos jesuítas durante o século XVI no Brasil, já havia organização de estudantes em diferentes classes. Apesar disso, é difícil correlacionar essa iniciativa ao formato organizacional de distintas séries arranjadas em distintas faixas-etárias e em diferentes salas-de-aula funcionando simultaneamente num mesmo colégio. Como se sabe, as classes do Imperial Colégio tinham essa configuração: eram distintas séries de aprendizado, condizentes a diferentes faixas etárias, com diferentes conteúdos programáticos sendo ensinados num mesmo turno de aulas oferecidas em diferentes salas-de-aula de um mesmo prédio físico. Essa configuração distingue-se consideravelmente das aulas avulsas ou dos cursos que então possuíam organicidade distinta (faixas-etárias distintas no mesmo espaço físico, etc.).

O detalhe acima, contudo, não é suficiente; torna-se igualmente importante se conhecer a composição curricular do Colégio naqueles primeiros anos, posto que este pressuposto indica a carga horária da disciplina *geografia* e seu subseqüente grau de importância frente à trajetória formativa do discente. Outro fator não menos relevante é saber que o opúsculo de geografia era destinado a todas as aulas de geografia do Colégio, independente da série. Evidente que por conta disso, subentende-se que para cada série na qual a geografia era lecionada, indicava-se uma parte do livro.

O ano de 1838 marca o primeiro ano-letivo do Imperial Colégio. O documento que regulou⁷⁹⁴ o funcionamento da Instituição previa a organização do curso em oito “Aulas” subseqüentes (em outros termos atualizados, oito séries...) organizadas hierarquicamente em numeração decrescente. Assim, o estudante matriculado na 8ª classe, ao ser aprovado, passava para a 7ª classe, e assim progressivamente era promovido até finalizar o curso secundário na “1ª Aula” (a última série). Essa previsão, porém, conforme já visto no segundo item deste capítulo, esbarrou na realidade da evasão escolar motivada pelo fato de que muitas famílias preferiam continuar apostando nas aulas avulsas focadas nos exames gerais que davam acesso aos cursos superiores, do que forçar seus rebentos a frequentarem o curso secundário completo do Colégio de Pedro II, cujo currículo contemplava matérias adicionais típicas do ensino de perfil clássico. O curso completo demandava tempo, investimento pecuniário e esforço (disciplina, assiduidade e regularidade no estudo), posto que a reprovação era uma realidade plausível. Por isso, a fim de evitar esse longo e oneroso percurso, as famílias optavam em retirar seus filhos do Colégio, assumindo outra estratégia de diplomação no ensino secundário, que era a busca pragmática pelo ingresso nos cursos superiores por intermédio das aulas avulsas preparatórias para os exames gerais.

O Colégio Pedro II passa somente a fazer mais sentido para essas famílias mais pragmáticas quando a partir de 1843, em decreto⁷⁹⁵, o governo resolve garantir o ingresso automático aos cursos superiores das faculdades do Império (de direito ou medicina) para os chamados *bacharéis em ciências e letras*, título então oferecido exclusivamente a todos os alunos que completassem o ensino secundário naquela Instituição.

Voltando a 1838, o mencionado Regulamento No 8 previa em seu “Título II”, “Capítulo IX – Da Admissão dos Alunos”, a admissão de meninos com idade de pelo menos 8

⁷⁹⁴ Regulamento No 8, de 31 de Janeiro de 1838. Coleção das Leis do Império do Brasil (1837-1889).

⁷⁹⁵ Decreto N. 296, de 30 de setembro de 1843. *Declara que os Bacharéis em letras pelo colégio de Pedro II serão isentos de fazer exames de matérias preparatórias para serem admitidos à matrícula em qualquer das Academias do Império*. Coleção das Leis do Império do Brasil (1837-1889).

anos e, “quando muito”, 12 anos de idade. Fora dessa faixa-etária, só poderiam ser admitidos os que tivessem licença especial autorizada pelo Governo.

Todas as oito séries escolares deveriam ser divididas em classes (turmas...) caso o quantitativo de alunos excedesse de 30 a 35 indivíduos⁷⁹⁶. Mas como a quantidade de matriculados era irregular nos primeiros anos, dificilmente uma classe chegava a 30, 35 alunos.

As lições de Geografia estavam assim distribuídas em meio às outras matérias conforme regulamento de 1838:

⁷⁹⁶ Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral de 1840, elaborado por Francisco Ramiro D’Assis Coelho, então Ministro da Pasta, salienta que as “... aulas foram frequentadas o ano passado [1839] por 104 alunos, a respeito dos quais pode-se geralmente dizer que tem aproveitado”. In.: Trecho acerca do tema “Instrução Publica” encontrado no Relatório do Ministério do Império do Ano de 1839, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1840. Publicado em 1840. P. 11-12).

Quadro 4 – Grade Curricular do Colégio Pedro II para o ano de 1838

GRADE CURRICULAR DO COLÉGIO DE PEDRO II PARA O ANO DE 1838										
AULAS										
	8a AULA (24 lições)	7a AULA (24 lições)	6a AULA (24 lições)	5a AULA (25 lições)	4a AULA (25 lições)	3a AULA (25 lições)	2a AULA (30 lições)	1a AULA (30 lições)		
DISCIPLINAS	Gramática Nacional (cinco lições) Gramática Latina (cinco lições) Aritmética (cinco lições) Geografia (cinco lições) Desenho (duas lições) Música vocal (duas lições)	Gramática Nacional (cinco lições) Gramática Latina (cinco lições) Aritmética (cinco lições) Geografia (cinco lições) Desenho (duas lições) Música vocal (duas lições)	Latimidade (dez lições) Lingua Grega (três lições) Lingua Francesa (uma lição) Aritmética (uma lição) Geografia (uma lição) História (duas lições) Desenho (quatro lições) Música (duas lições)	Latimidade (dez lições) Lingua Grega (cinco lições) Lingua Francesa (duas lições) Lingua Inglesa (duas lições) História (duas lições) História Natural (duas lições) Geometria (duas lições)	Latimidade (dez lições) Lingua Grega (cinco lições) Lingua Francesa (duas lições) Lingua Inglesa (duas lições) História (duas lições) História Natural (duas lições) Geometria (duas lições)	Latimidade (dez lições) Lingua Grega (cinco lições) Lingua Inglesa (uma lição) História (duas lições) Ciências Físicas (duas lições) Algebra (cinco lições)	Filosofia (dez lições) Retórica e Poesia (dez lições) Ciências Físicas (dez lições) História (duas lições) Matemática (seis lições)	Filosofia (dez lições) Retórica e Poesia (dez lições) História (duas lições) Ciências Físicas (duas lições) Astronomia (três lições) Matemática (três lições)		

Fonte: Art. 117 do Capítulo XIX - *Do Objeto do ensino*, Título III - *Do Ensino*, da Parte I - *Do regime literário e científico do Colégio*, do REGULAMENTO N. 8 - DE 31 DE JANEIRO DE 1838.

Fonte: Art. 117 do Capítulo XIX – *Do Objeto do ensino*, Título III – *Do Ensino*, da Parte I – *Do regime literário e científico do Colégio*, do REGULAMENTO N. 8 DE 31 DE JANEIRO DE 1838.

A grade curricular sofreria sua primeira modificação três anos depois (1841), um ano depois de Justiniano se desligar do Colégio, em 1840. O Decreto de 1º de fevereiro de 1841, que trouxe consigo o Regulamento N. 62, propôs a alteração de algumas disposições do Regulamento N. 8 de 31 de janeiro de 1838. Conforme se pode ver no quadro abaixo, a *geografia* ganha espaço nas demais séries onde originalmente ela não estava prevista:

Quadro 5 – Grade Curricular do Colégio Pedro II para o ano de 1841

DISCIPLINAS	GRADE CURRICULAR DO COLÉGIO DE PEDRO II PARA O ANO DE 1841						
	SÉRIES ESCOLARES						
	1o ANO (25 lições)	2o ANO (25 lições)	3o ANO (25 lições)	4o ANO (25 lições)	5o ANO (25 lições)	6o ANO (30 lições)	7o ANO (30 lições)
Gramática Geral e Gramática Nacional (cinco lições)	Latim (cinco lições)	Latim (cinco lições)	Latim (cinco lições)	Latim (seis lições)	Grego (quatro lições)	Grego (três lições)	Grego (três lições)
Latim (cinco lições)	Francês (três lições)	Francês (duas lições)	Francês (duas lições)	Francês (duas lições)	Latim (três lições)	Latim (três lições)	Latim (três lições)
Francês (cinco lições)	Inglês (cinco lições)	Inglês (três lições)	Inglês (três lições)	Alémão (duas lições)	Alémão (duas lições)	Alémão (uma lição)	Alémão (duas lições)
Desenho caligráfico (três lições)	Geografia descritiva (três lições)	Geografia descritiva (três lições)	Geografia descritiva (três lições)	Geografia descritiva (uma lição)	Geografia descritiva (uma lição)	Geografia descritiva (uma lição)	Geografia descritiva (uma lição)
Desenho linear (três lições)	Desenho caligráfico (duas lições)	Desenho caligráfico (duas lições)	Desenho caligráfico (duas lições)	Grego (cinco lições)	Francês (uma lição)	Francês (uma lição)	Francês (uma lição)
Música vocal (quatro lições)	Desenho figurado (três lições)	Desenho figurado (duas lições)	História (quatro lições)	Geografia descritiva (uma lição)	Geografia descritiva (uma lição)	Geografia descritiva (uma lição)	Geografia descritiva (uma lição)
	Música vocal (quatro lições)	Música vocal (quatro lições)	Música vocal (uma lição)	Desenho figurado (uma lição)	História (três lições)	História (duas lições)	História (duas lições)
				Música vocal (uma lição)	Aritmética e Álgebra (três lições)	Retórica e Poética (cinco lições)	Retórica e Poética (cinco lições)
					Zoologia e Botânica (três lições)	Filosofia (cinco lições)	Filosofia (cinco lições)
					Desenho figurado (uma lição)	História (três lições)	História (duas lições)
					Música vocal (uma lição)	Geometria, Trigonometria retilínea (três lições)	Geometria Matemática e Cronologia (duas lições)
						Física e Química (três lições)	Física e Química (três lições)
						Desenho figurado (uma lição)	Zoologia Filosófica (uma lição)
						Música vocal (uma lição)	Desenho figurado (uma lição)
							Música vocal (uma lição)

Quadro composto a partir de tabela (*Tabela dos Estudos de cada ano para o Colégio de Pedro Segundo, e do número de lições, que se devem dar por semana*) anexa ao REGULAMENTO N. 62 - DE 1o DE FEVEREIRO DE 1841.

Organizado por: CORRÊA, 2022.

Observação: Quadro composto a partir de tabela (*Tabela dos Estudos de cada ano para o Colégio de Pedro Segundo, e do número de lições, que se devem dar por semana*) anexa ao REGULAMENTO N. 62 - DE 1o DE FEVEREIRO DE 1841.

Nos cinco primeiros anos-letivos do Colégio Pedro II, 1838, 1839, 1840, 1841 e 1842, a frequência era muito irregular, tão irregular que não se vê nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império qualquer informação estatística referente a matriculados em cada um desses anos, o que tornaria impraticável a análise de quantos alunos o “Professor Dr. Rocha” teve; não fossem os registros de matrícula do próprio Colégio⁷⁹⁷. Em 1838, por exemplo, foram noventa e um (91) alunos matriculados, de 27 de abril a 20 de novembro. E embora a abertura oficial das aulas tenha se dado no dia 25 de março, somente em 2 de maio efetivamente as aulas de 8^a, 7^a e 6^a classes deram início às atividades após formarem as primeiras turmas.⁷⁹⁸ As demais classes (5^a, 4^a, 3^a, 2^a e 1^a) não foram iniciadas naquele ano por falta suficiente de alunos⁷⁹⁹.

No entanto, na ausência de estatísticas nos relatórios para esses primeiros anos de Colégio Pedro II, o registro da premiação de melhores alunos em cada matéria em 1838 e em 1839, publicados no *Correio Oficial*, permitiu suprir parte dessa lacuna. O próprio Justiniano, que era diretor desse órgão de imprensa do governo, tomou essa iniciativa ao permitir a cobertura dos eventos. A lista dos premiados de 1838 pode ser vista abaixo, preferindo-se aqui enfatizar somente aqueles nomes que se destacaram em geografia:

IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II

Entre os atos a que temos assistido mais singelos, e mais tocantes, não podemos deixar de enumerar a **primeira distribuição de prêmios do Colégio Pedro 2o**. Esta cerimônia que deixará tão útil quão duradoura lembrança em todos quantos virão coroar-se com imarcessíveis palmas seus estudos e seus trabalhos, teve lugar num dos mais vastos salões daquele edifício, no qual estavam apinhados mais de mil espectadores, parentes pela maior parte ou amigos dos educandos. Novo realce recebia a solenidade da presença do Augusto Monarca, cujo nome imposto ao Estabelecimento lhe assegura perpétua utilidade. Assistiam igualmente os Exmos. Regente, Tutor e todos os Ministros, presidindo à reunião o digno fundador do Colégio o Sr. Ministro interino do Império.

A sala ornada com decência senão com pompa, era abrilhantada pela animada, expressiva e alegre fisionomia de todos **esses meninos que tão ricos destinos pressagiam a nossa pátria no dia em que, homens, vierem eles tomar lugar e a influência que na sociedade Brasileira** lhes assegura uma válida e bem desenvolvida educação.

(...)

⁷⁹⁷ Livro Primeiro da Matrícula Geral dos Alunos (1838-1854). NUDOM/CPII.

⁷⁹⁸ Livro de Avisos – T. I. 1838-1839. Aviso de 30 de abril de 1838. Ver também SOUZA (2015).

⁷⁹⁹ Conforme lembra Souza (2015): “Esse foi o caso do conselheiro José Antônio Lisboa, que ‘por falta de companheiro, matriculou-se na sexta [classe]’”. Continua Souza: “Não havia porque nem todos lá foram aceitos (até porque havia vagas): o tomo 1 do Livro de Avisos do colégio registra, desde 11 de março de 1838, uma quantidade significativa de pedidos de pais, tios ou parentes para que se matriculassem no colégio as suas crianças. O mesmo Pedro d’Alcântara Lisboa supracitado teve pedido de vaga registrado em 15 de março de 1838, tendo sua matrícula aceita em 27 de abril do mesmo ano. Pedidos anteriores, como da viúva do sargento-mor João Álvares Azevedo dona Maria de Macedo Freire de Azevedo, fez a solicitação para seu filho João Álvares de Azevedo em 11 de março daquele ano, obtendo sucesso na solicitação um pouco depois, dia 29 de abril.” (Livro Primeiro da Matrícula Geral dos Alunos (1838-1854), folha 1 *apud* SOUZA, 2015, p. 102.

Os premiados, cuja lista daremos em seguimento a essa exposição, aproximaram-se ao Trono por turnos de aula, e recebendo das mãos do Vice-Reitor a coroa e os livros que lhes estão destinados, acompanhando uma breve alocução, que abaixo transcrevemos, cortejavam e agradeciam a S.M.I. tomando depois os seus lugares.

(...)

Um esplêndido banquete foi em seguimento servido aos alunos, presidido pelo Exmo. Ministro do Império, à cuja mesa sentaram-se os Professores presentes e os alunos premiados: numerosos brindes que então tiveram lugar vieram depor a bem do espírito que anima essa porção da mocidade Brasileira e da educação que lhes é dada nesta casa.

Discurso recitado pelo Revmo. Vice-Reitor ao coroar os alunos.

Muito me lisongeia dar-vos hoje um solene testemunho de quanto aprecio vossos talentos, e quanto espero de vossas virtudes. **A Pátria um dia abençoará vossos estudos**, à proporção que experimente os verdadeiros bens, que lhes procurardes. Recebei este prêmio que vos recorde a ternura do meu coração.

“Lista dos alunos premiados.

SEXTA AULA.

(...)

Geografia

1o Prêmio o aluno interno. – Joaquim Ignacio Garcia Terra.

2o Dito dito externo. – Pedro de Alcantara Lisboa.

Menção honrosa dito interno. – João José de Andrade Pinto.

(...)

SÉTIMA AULA – Geografia

1o Prêmio o aluno interno. – Francisco Sales.

2o Dito dito externo. – Luiz Affonso de Escragnole.

3o Dito dito dito. – Carlos Arthur Busch Varella.

Menção honrosa dito dito. – Rodrigo de Lamare Correia Pinto.

Dito dito dito interno. – José Joaquim Ferreira Barbosa.

(...)

OITAVA AULA. - Geografia.

1o Prêmio o aluno interno. - Luiz José de Almeida Brandão.

2o dito dito dito. - Manoel José de Sousa.

3o dito dito externo. - Joaquim Saturnino dos Santos.

Menção honrosa dito interno. - José Lopes de Sá.

Dito dito dito. - Manoel Moreira de Figueiredo Mascarenhas.⁸⁰⁰

Na cerimônia de 1839, uma surpresa! Não se sabe se há relação – provavelmente o há... –, mas o litígio nas páginas da imprensa entre Senador Paranaguá e Justiniano da Rocha rendeu um episódio de pedido de desligamento deste último do quadro docente do Imperial Colégio. A Reitoria de então não aceitou e os alunos fizeram (conforme consta no ANEXO F) um abaixo-assinado “suplicando a permanência do Sr. Dr. Justiniano José da Rocha como professor do Colégio”, publicado no *Jornal do Commercio* em 16 de outubro de 1839 sem a publicação do nome dos meninos. Naquele mesmo ano, o mesmo jornal publicou a solenidade de entrega de prêmio para os melhores alunos em cada matéria do ano, e quem foi escolhido para orador da abertura do evento foi, nada mais, nada menos, que Justiniano da Rocha.

⁸⁰⁰ *Correio Official*.

Segue, portanto, trechos do discurso⁸⁰¹ seguida dos nomes de alunos premiados em cada matéria, com destaque para aqueles que foram os melhores nas lições do “Dr. Rocha”:

IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO SEGUNDO.

Ontem pelas 11 horas da manhã, na presença de S. Ex. o Sr. regente e de numeroso e brilhante concurso, teve lugar a segunda solenidade anual da distribuição dos prêmios no Imperial Colégio de Pedro II.

*

Depois de uma overture, o professor Dr. Justiniano José da Rocha leu o seguinte discurso:

Senhores! – Neste dia, o mais interessante da vida colegial, neste em que traja esta casa suas mais vistosas galas para receber tantos e tão augustos hospedes, encarregado de abrir com minha palavra esta solenidade, lastimo não ter esse dom de eloquência que, para mais dignamente representá-los, em outros teriam encontrado meus colegas. Se porém diante de tão luzido, quão numeroso auditório, falha-me talento, sobra-me vontade; e a sublimidade do assunto, suprimindo minha deficiência, dará força a meu raciocínio, brilho à minha expressão. **Brasileiros, é da educação da mocidade brasileira, e portanto da prosperidade futura da pátria; pais de família, é da educação de vossos filhos, e portanto de seu porvir, que vou falar-vos:** conto pois com vossa atenção; possa eu merecê-la e satisfazer-lhe!

(...) o que não poderá seu trabalho, seu desvelo no progressivo desenvolvimento de outro homem, em sua educação? A educação! Ah! e quem lhe desconhece as vantagens?

(...) A educação: foi ela quem juntou à inteligência desse homem as inteligências de todas as gerações outrora existentes, quem o instruiu com a experiência dos séculos, quem deu-lhe todos os descobrimentos de seus antecessores.

(...)

Tão importante é esse ramo de educação, que por ele celebrizaram-se as repúblicas da antiga Grécia; foram por ele eternizadas a pátria de Ciro, e a dos Leonidas. Que vale um espírito inteligente ativo, unido a um corpo inválido e raquítico? *Mens sana in corpore sano*, tal deve ser o resultado de uma educação completa; por isso cumpre que ela seja corpórea ou física. Tudo fez do homem um ente por essência social: não abrimos os olhos, não meditamos um momento, que o não vejamos dependente dos outros homens: a vida insocial é um impossível, uma quimera inconcebível e absurda.

Mas na sociedade tem o homem deveres, não só esses que as leis divinas e humanas prescrevem de rigor; porém mil outros a que a sociedade imperiosa o obriga, sob pena de tristes sofrimentos, devem ser observadas.

O homem, ente moral por essência, tem deveres que preencher para com o onipresente, que o criou, cuja grandeza, cuja majestade lhe são narradas pelos céus, pela terra, por toda a criação. O complexo desses deveres duas vezes autenticado pela revelação, deve o homem aceitá-lo submisso, **cumpra que por ele amolde as suas ações. Se o não fizer, as paixões erguer-se-ão tempestuosas em seu peito, infrenes o dominarão, e ao tempo que concorrerem talvez para já desgraça dos mais homens, completarão de certo seus próprios infortúnios. Convêm pois que na idade em que as paixões ainda estão mudas e impotentes, armemos o lutador que as tem de combater, com as armas que só lhe podem dar o triunfo, as armas da religião.** (...) Deve pois a educação ser moral e religiosa.

(...)

Sem me perder em minuciosas explicações acerca dos meios com que a inteligência toma posse de tamanha herança, (...), só notarei que **duas principais faculdades logo nele despontam, a memória e a reflexão**; cumpre que desde logo a educação aproveite; outra parte tem ela pois, é intelectual.

⁸⁰¹ A íntegra do discurso de Justiniano na abertura da cerimônia de premiação de alunos em 1839 se encontra no ANEXO L.

(...)

Os conhecimentos humanos, dizem, tesouro de sessenta séculos de trabalho, formam um prodigioso acervo, que não pode em todas as suas partes ser abrangido, nem ainda incompletamente, pelo mais vasto espírito: cumpre pois que dentre os diversos ramos um só seja escolhido, e a ele se vá desde logo acostumando a inteligência do menino, que desta arte aplicar-se-á com multiplicada força a essa única especialidade: assim o previdente Egito obrigava o filho a aceitar a profissão paterna, a que desde o berço se havia acostumado. (...) cumpre pois escolher um outro assunto de estudos, com que a vamos sucessivamente habilitando, de modo que para outro não passe enquanto não estiver bem senhor deste.

Estas reflexões, que ordinariamente se oferecem contra o sistema adotado por esta casa, devem aqui ser refutadas.

Sim, limitada é de certo a inteligência humana, seu desenvolvimento é vagaroso, é obra de anos; mas estará ela por tal modo circunscrita, que não possa a um tempo ocupar-se de algumas diversas matérias? Não é sabido que a variedade deleita; que, mudando de ocupação, repousa o espírito? Pois só haverá descanso na inércia? Não sabemos até por cotidiana experiência, que os exercícios corpóreos servem de repouso uns para os outros? Quando cansamos de estarmos reclinados, erguemo-nos; de estarmos parados, andamos: de igual modo o espírito, cansado de aplicar-se a um estudo, aplica-se a outro, e logo volta ao primeiro com todo o fervor da novidade, com toda a atividade que ganhou na mudança.

Cuidado, vós que tomais a inércia pelo repouso, cuidado, que não podendo sujeitar a inteligência à lei da inatividade, não aproveite o espírito de vosso educando o tempo que lhe deixais para entreter-se com pensares inúteis, ou até nocivos! Se o espírito humano está sempre ativo, ocupemo-lo constantemente, demos a cada hora o necessário alimento, e para evitar esse tédio que receais, filho de muito aturada aplicação, variemos esses alimentos.

Muitos são decerto os conhecimentos humanos, ciências, letras e belas-artes: cada uma dessas palavras abrange infinda multiplicidade de assuntos, e para o completo estudo de cada um deles mal bastaria a vida inteira de um homem: como pois quereis que seja sucessivo esse estudo? Quereis porventura que o educando que vos for confiado fique hóspede em tudo quanto sabe o homem, para só estar versado em uma doutrina? Esse vosso educando ficaria inutilíssimo à sociedade e supinamente ignorante.

O ponto de civilização a que tem chegado a humanidade obriga-nos a dar quase enciclopédia instrução a aquele que quisermos útil a si e aos outros: porque pois não aproveitaremos a fraternidade das ciências, das letras e das artes; porque não atenderemos a seu encadeamento para irmos dando ao aluno a mais variada cópia de noções que com seus anos for compatível?

Nada aprofundaremos, é verdade; nossa instrução ocupará mais em superfície do que descerá em profundidade; nem outra coisa desejar se pode na educação secundária. Daremos variada instrução a nossos alunos; e assim, desenvolvidas sempre de par, e não umas com detrimento das outras, suas faculdades alcançarão todas, por mútuo auxílio, um grau de vigor inesperado; além de que, sabendo por experiência o que custa o estudo, o que vale cada um dos ramos dos conhecimentos humanos, homens de letras, **não desdenhará ele o homem científico, político;** não olhará com desprezo para o poeta, matemático; não menosprezará as outras especialidades, nem os que as houverem abraçado.

(...)

Aceitando alguns as divisões estabelecidas no começo deste discurso, assentam que devem ficar a cargo da família a educação moral e física, não competindo ao educador público senão a intelectual.

Decerto não pensam como o legislador de Sparta os que dão essa preferência à educação doméstica: **havia estabelecido aquele sábio que não fosse considerado como Spartano o cidadão que não quisesse entregar seu filho às autoridades da pátria para ser criado conforme as leis da pátria.**

(...)

Não convém pois deixar entregue à vigilância paterna nenhum dos ramos da educação. Os pais mesmos, ainda os mais extremosos, em nossa pátria como em todas as nações civilizadas, o tem sentido.

Foi cedendo a seus votos, que esse gênio extraordinário com que a providência marcou a passagem do século XVIII para o XIX cobriu o território da França de inúmeros liceus, onde recebessem 36.000 meninos o benefício da educação comum, e em que constantemente se estivessem preparando 36.000 cidadãos úteis.

Em conformidade com o sistema que havia ele herdado da experiência dos séculos, e que deixou aperfeiçoado, sistema que na inconstante França tem atravessado tantas revoluções, e ao qual sem dúvida deve aquele reino tantos varões ilustres nas letras, nas artes, nas ciências, **sistema que no sábio Guizot achou tão conspícuo propugnador, foi criado o colégio de Pedro Segundo.**

(...) todos sentiam a falta de um estabelecimento em que, ao lado de uma instrução harmônica e completa, recebessem os alunos o benefício da educação moral e física.

Tão evidente era essa necessidade, que para satisfazerem-a, **surgiam de toda a parte colégios particulares.** Louvores aos que os empreendiam! **Mas podias seus esforços ser bem sucedidos? Longe da vigilância das autoridades, fora de sua proteção, podiam eles inspirar aos pais a confiança necessária para que lhes entregassem descansados os objetos de seus desvelos, os seus filhos?** Demais poderiam eles, que queriam tirar um lucro imediato de seus sacrifícios, aumentá-los continuamente para alcançarem os precisos melhoramentos?

Enfim, entre as importantes exigências do presente, entre os cuidados que lhe impunham **o restabelecimento da ordem, a aniquilação da discórdia, o pensamento do futuro ergueu-se ante o governo do império; a educação das gerações vindouras chamou sua atenção; sentiu ele que era mister dar à pátria mais um penhor de melhoramento: foi decretado o colégio de Pedro II.**

(...)

Não é porém em um instante que se pode montar tão vasta máquina, como a de um colégio desta ordem: tempo é preciso, e exame, e experiência própria; são indispensáveis ensaios e modificações. O berço de Alcides infante as esmagou: **engenhoso emblema dos perigos, dos obstáculos que cercam todas as instituições novas, ainda as mais útil e sabiamente combinadas! Com eles teve de lutar o colégio de Pedro II.**

Dois anos mal tem decorrido, depois que foi ele decretado; **os obstáculos tem sido todos superados, vencidas as resistências;** e adquirindo na luta novas forças, cobrando novos alentos, a instituição vai medrando, vigora, e caminha para o grau de prosperidade a que lhe dá direito sua sublime concepção. **Sim, que o patrocina o nome augusto que lhe foi dado: o título de Pedro II é-lhe penhor de perdurável e prospera existência.**

Também o não tem desamparado a vigilância e a proteção do governo, que, cômico da importância desta sua obra, conhecendo-lhe as necessidades, não lhe poupa seus desvelos e seu amparo.

Com tais fiadores, certo da força inerente a um estabelecimento que satisfaz a tão evidente necessidade pública, quem me arguirá de temerário, se asseverar que longos dias de glória e de utilidade se preparam para esta casa? quem desconfiará de minhas palavras?

Ah! se todos os Brasileiros de hoje não agradecem ao governo por haver fundado este instituto, por haver-lhe aplicado continua e protetora vigilância, se para avaliarem sua utilidade querem alguns ver primeiro seus resultados, ao menos agradecer-lhe-ão as gerações vindouras, agradecer-lhe-á um dia o Brasil inteiro, vendo melhorada a instrução de seus filhos, esteiada a moral pública no inconcusso apoio da verdade religiosa, vendo enfim, pelo modelo do colégio Pedro II, centenares de outros iguais colégios erguerem-se para lhe disputarem a glória de melhor servir a pátria, educando a juventude brasileira. Oh! essa emulação, tão fecunda em felizes resultados, já vai despontando; já muitas províncias preparam seus colégios. Ah! possamos aplaudir a tão brilhante porfia e colher seus benefícios!

(...)

A emulação! por amor dela é hoje o mais brilhante dia da existência do aluno: hoje vê ele coroados seus felizes esforços, hoje recebe a palma do triunfo. Ah! que já para nós passaram-se esses dias de tão puro e tão suave regozijo! Mas

recordemo-nos de nossa mocidade, **lembremo-nos que um dos maiores vencedores que a França conta entre os seus generais (Catinat ou Condé, não me recordo ao certo) dizia ufano que só dois dias havia tido em sua existência de verdadeiro júbilo, o dia de sua primeira vitória contra os inimigos da pátria, o dia de seu primeiro prêmio no colégio.** Receba pois a brilhante mocidade que me ouve o tributo de elogios que seus esforços lhe merecem, receba esses prêmios que a imparcialidade lhe distribuiu; e preparando-se para novas lidas, veja que para lhe disputarem a palma, erguem-se todos os seus emulos, protestando com o entusiasmo deste dia que ainda não esmoreceram.

E vós, senhores, que com vossa presença abrilhanta este ato, vós, especialmente, Senhor, cuja proteção nunca falhou, nunca falhará ao colégio Pedro II nos dias de sua glória, como no de suas dificuldades; aceitai os sinceros e cordiais agradecimentos que por seu órgão vos tributam alunos, professores e autoridades administrativas deste estabelecimento.⁸⁰²

O longo discurso (que mesmo aqui abreviado em muitos trechos ainda assim manteve-se bem longo!) serve para destacar a natureza do pensamento do intelectual estudado acerca da missão do processo educativo para aquela classe específica que se encontrava na audiência. Eivada de valores conservadores, a linguagem empolada abusa de recursos estilísticos próprios da época para dizer que aqueles “Brasileiros” (“prosperidade futura da pátria!”) deveriam assumir seus “deveres diante da sociedade”, oprimindo “as paixões que desgraçam os homens”, as mesmas que “ordinariamente se oferecem contra o sistema adotado por esta casa, que devem (...) ser refutadas” com “as armas da religião”. Deveriam valorizar o enciclopédico ensino oferecido por aquela instituição, desenvolvendo “memória e reflexão”, ou seja, capacitando-os para a missão que lhes era dirigida para a destinação futura da nação. Estavam ali traçadas as linhas gerais da formação dos filhos da classe dirigente.

Terminada aquela leitura do discurso pelo próprio “Dr. Rocha”, os alunos seguiram cantando um hino ambientado naquele clima de pompa:

CORO

*Suba ao céu o forte atleta
Sobre as asas da harmonia;
Seu valor aplauda a pátria
Como a Grécia aplaudiria.*

Neste dia glorioso
Nos palpita o coração;
Da ciência o galardão
Qual de nós merecerá?

Ó ciência divinal,
Tu és força onipotente;
Com teu cetro refulgente
Senhoreais terra e céu.

Teu braço nervoso e firme

⁸⁰² *Jornal do Commercio*, N. 312, 23/12/1839. Grifos nossos.

Vence os ventos furiosos,
Pesa os astros magestosos
Torce o raio aterrorador.

Desce a nós, rainha augusta,
No Brasil teu trono assenta;
E verás como se aumenta
Teu poder e teu fulgor.

Aquele que no Brasil
Tudo o mais aprimorou,
Também nele abrilhantou
Engenhos mil sem rival.

Grande Deus! a nós estende
Santa benção sempiterna;
Da ciência a luz suprema
Brilhe aqui sempre serena.

Estas almas que te rendem
Puro incenso, amor profundo,
**Tem por pátria o teu Brasil,
E por pai Pedro Segundo.**⁸⁰³

Após a cerimônia, seguiram-se os nomes dos alunos premiados, provavelmente os mesmos que, voluntariamente ou não (sendo esta última opção a mais provável...) receberam os prêmios e as menções honrosas:

Os premiados depois agradecem a S. Ex. o Sr. Regente, de quem receberam os que haviam merecido o prêmio de excelência, marcado no art. 129 dos estatutos, uma coroa de flores e livros, e os do art. 130 somente uma coroa de flores.

O cântico de algumas outras cópias terminou dignamente esta solenidade.

Reinou constantemente ordem entre os alunos, em cujos semblantes divisavam-se o entusiasmo e júbilo, próprios destas solenidades, que tão poderosamente despertam a emulação e contribuem para o progresso dos estudos. Aqui damos a lista dos premiados.

QUINTA CLASSE.

1o O aluno José Alexandrino Dias de Moura: - Latim, prêmio do artigo 130 dos estatutos; zoologia, francês e inglês, menção honrosa.

2o O aluno Francisco Lopes de Oliveira e Araujo: - Francês, menção honrosa.

SEXTA CLASSE.

1o O aluno Agostinho Marques Perdigão Malheiro: - Latim e francês, prêmio do artigo 129; grego e história, prêmio do artigo 130; aritmética e desenho, menção honrosa.

2o **O aluno Luiz Affonso d'Escragnolle:** - Aritmética, **prêmio do artigo 129;** desenho, prêmio do artigo 130; grego, **geografia,** francês e música, menção honrosa.

3o **O aluno Francisco de Sales:** - **Geografia, prêmio do artigo 129;** história, prêmio do artigo 130; desenho, menção honrosa.

4o O aluno Carlos Arthur Bush Varella: - História, prêmio do artigo 129; aritmética, prêmio do artigo 130.

⁸⁰³ Ibidem. Grifos nossos.

5o O aluno Rodrigo Lamare Corrêa Pinto: - Latim e francês, prêmio do artigo 130; história, menção honrosa.

6o O aluno José Carlos de Almeida Arêas: - Grego, prêmio do artigo 130; latim e francês, menção honrosa.

7o O aluno Antonio José do Amaral: - Aritmética, prêmio do artigo 130; grego, menção honrosa.

8o **O aluno João Alvares de Azvedo; - Geografia e música, menção honrosa.**

9o O aluno Antonio Manoel Loureiro: - Aritmética, menção honrosa.

10o O aluno Joaquim Fernandes da Silva: - Latim, menção honrosa.

SÉTIMA CLASSE.

1o **O aluno Reginaldo Netto Caldeira:** - Gramática nacional, **geografia** e aritmética, prêmio do art. 129; latim, prêmio do art. 130; desenho e música, menção honrosa.

2o O aluno Luiz Alvares d'Azevedo: - Geografia, aritmética, desenho e música, menção honrosa.

3o O aluno Bento d'Azevedo Maia: - Latim, prêmio do art. 129.

4o O aluno José da Conceição: - Latim, prêmio do art. 130.

5o O aluno Antonio Marianno de Azevedo: - Gramática nacional, prêmio do art. 130.

6o O aluno Pedro Felix Dias de Almeida: - Música, prêmio do art. 130.

7o O aluno Lourenço Maria de Almeida Brazil: - Aritmética, menção honrosa.

8o **O aluno Abrahão Nuno da Camara: - Geografia,** menção honrosa.

9o O aluno Pedro Xavier Alves Carneiro: - Latim, menção honrosa.

OITAVA CLASSE.

1o **O aluno Candido Teixeira da Cunha:** - Gramática nacional, latim e aritmética, prêmio do art. 129; geografia, prêmio do art. 130; música, menção honrosa.

2o **O aluno Pedro Pereira d'Andrade:** - Gramática nacional e aritmética, prêmio do art. 130; **geografia** e latim, **menção honrosa.**

3o O aluno Romualdo Cezar Monteiro de Miranda Ribeiro: - Gramática nacional e latim, prêmio do art. 130; geografia, menção honrosa.

4o O aluno Antonio José de Azevedo: - Latim, menção honrosa.

5o O aluno João Pereira de Azevedo: - Aritmética, menção honrosa.

6o O aluno Carlos Pereira de Azevedo: - Música, menção honrosa."⁸⁰⁴

Os nomes acima, em sua imensa maioria, não são conhecidos e, para efeito de análise, só ganhariam importância se suas respectivas breves biografias fossem exploradas. Mas esse não foi o caso aqui dessa maioria. Somente alguns nomes aparecerão mais adiante dentro dessa perspectiva de se vislumbrar no que eles se tornaram após a vida de estudantes. Não são casos isolados, como também será visto mais adiante a partir de alguns levantamentos feitos por outros estudos acerca da ocupação futura desses alunos formandos⁸⁰⁵.

O ato meritocrático naturalmente não parou na premiação. Houve ao final da cerimônia pomposa o discurso final do Vice-Reitor do Colégio, que em meio à fala -

⁸⁰⁴ *Ibidem*.

⁸⁰⁵ SOUZA (2010).

reforçando o caráter mantenedor da classe dirigente, encontrou espaço para expor sua impressão sobre o que proporcionaria cada saber ali valorizado, incluindo a Geografia:

Não, Senhor; eu como um único argumento fecho o meu discurso, e depois pedirei justiça sobre quanto avancei. Lancem-se os olhos para uma e outra parte deste salão; o que é que vemos?... Recordemo-nos do que há pouco presenciámos; que é o que ouvimos?... Ah nós vemos Coroas, que mostram o mérito premiado; ouvimos elogios, que atestam o que este Colégio já desenvolve. E com efeito já o Gramático se aplica com sucesso ao estudo das Línguas; o Matemático mostra até onde chega com seus elevados cálculos: **o Geógrafo com o Atlas em uma mão e com a Esfera na outra, ele percorre as Zonas; atravessa os Meridianos, voa por cima desses mares; dá mil voltas ao Mundo; sobe aos Astros, e em um momento desce ao centro da terra.** (...) ⁸⁰⁶

Ficou restrito à *aleteia*, deixando ao encargo do titular da cadeira a tarefa de trabalhar também no campo da *doxa*...

Mas se até 1842 as informações estatísticas eram imprecisas, o mesmo não se deu em relação ao intervalo entre 1843 e 1850, intervalo este coberto, segundo informações de Justiniano, pelo uso do Compêndio de Geografia durante os anos 1838-1850. Isso só foi possível graças ao Decreto N. 296 de 30 de setembro de 1843, que declarou que os bacharéis em letras pelo Colégio (isto é, os alunos egressos do curso) estariam isentos de fazer os exames de matérias preparatórias para serem admitidos à matrícula em qualquer das Academias do Império.

A possibilidade de ganhar o diploma de “bacharel em letras”, aliado ao dado simbólico de ter feito parte de uma instituição ligada à monarquia, era fator de prestígio para famílias e meninos, que passaram a levar isso em conta para aumentar a procura pelo Colégio. A formatura da primeira turma de bacharéis (1843) no final do ano motivou ainda mais o aumento de matrículas, e desde então o Ministério dos Negócios do Império passou a situar nos seus relatórios anuais apresentados à Assembleia Geral, o quadro estatístico da Instituição junto com outras instituições de responsabilidade do governo geral, como as faculdades existentes, por exemplo, entre outras.

Como dito anteriormente, Justiniano saíra do Colégio Pedro II em 1840, mas todos os alunos bacharéis que colaram grau em 1843 e que, portanto, completaram o curso secundário, foram todos seus alunos, e por isso tiveram contato com as páginas e as lições da 1ª edição do Compêndio de Geografia, guiadas pelo “verbo” do mestre.

Como esclarece Souza (2015),

O ato que fazia do aluno *Bacharel em Letras* era envolto de todo um ritual: o aluno deveria jurar, com a mão direita sobre os Evangelhos, ‘respeitar e defender constantemente as instituições pátrias, concorrendo, quanto possível, para a prosperidade do Império, satisfazendo com lealdade as obrigações que lhe fossem

⁸⁰⁶ *Correio Oficial*.

incumbidas'. Após o juramento, o ministro do Império colocava sobre o aluno um barrete que fazia dele finalmente bacharel, seguido de entrega do diploma em pergaminho.⁸⁰⁷

A primeira turma de bacharéis em Letras de 1843 era formada por Francisco de Sales Rosa, José Alexandrino Dias de Moura, Carlos Artur Busch Varella, Joaquim Fernandes da Silva, Paulino de Sousa Brito, Antônio Manuel Loureiro, José Carlos d'Almeida Arêas e Agostinho Marques Perdigão Malheiro.

Dos noventa e um (91) inicialmente matriculados em 1838, apenas 8 se bacharelaram naquele ano. Três (3) eram naturais do próprio Município da Corte, dois (2) nasceram na Província do Rio de Janeiro, um (1) era mato-grossense de Cuiabá, outro (1), mineiro, e um (1) era estrangeiro nascido em Moçambique.

Mas é preciso dizer que em 1843, pelos motivos já explicitados, o número de matrícula aumentou consideravelmente:

Quadro 6 – Levantamento estatístico: número de alunos bacharéis em 1843

1843 (8 BACHARÉIS)			
Séries	Internos	Externos	Total
1o Ano	26	21	47
2o Ano	9	10	19
3o Ano	7	5	12
4o Ano	3	3	6
5o Ano	10	5	15
6o Ano	3	3	6
7o Ano	3	5	8
Soma	61	52	113

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1843).

Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1843). Disponível em:

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Nos anos seguintes até a anunciada manutenção da adoção do Compêndio de Geografia (ou seja, até seguramente 1850), tem-se, em sequência, um levantamento de matrículas e de bacharéis para cada ano, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849 e 1850 (quadros 6 a 12), e, ao final, quadros demonstrativos da naturalidade de todos os matriculados nesses anos (quadros 13 a 19), fechando o levantamento num quadro sintético (quadro 20) de naturalidade somente dos bacharéis, não só referente ao intervalo (1844-1850), senão também

⁸⁰⁷ Cf. SOUZA (2015); Cf. também: NUDOM, Discurso do ex-aluno Oswaldo Pereira d'Aguiar Batista. In Anuário do Colégio Pedro II – vol. XV (1949-1950). Rio de Janeiro: MEC, 1954..

para os anos entre 1851 e 1860. A intenção, como dito no título do item (3.4), é traçar “um possível alcance das lições geográficas de Justiniano” em parâmetros quantitativos. Deixar-se-á para o último subitem desta tese, a mesma análise (em breves palavras e num único e último quadro deste trabalho) em parâmetros qualitativos:

Quadro 7 – Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1844

1844 (5 BACHARÉIS)				
Séries	Internos	Externos	Total	Observações
1o Ano	27	31	58	Deixaram de concluir o ano letivo, por se haverem retirado, 9 dos ditos alunos internos e 11 externos; finalizando conseqüentemente o ano com 143.
2o Ano	26	24	50	
3o Ano	12	7	19	
4o Ano	5	5	10	Receberam o grau de Bacharel em Letras os 5 alunos do 7o ano.
5o Ano	4	5	9	
6o Ano	6	6	12	
7o Ano	2	3	5	
Soma	82	81	163	

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1844). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1844). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 8 – Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1845

1845 (11 BACHARÉIS)				
Séries	Internos	Externos	Total	Observações
1o Ano	29	25	54	Interromperam os seus estudos 5 dos alunos internos e 2 externos, a saber: 1 interno e 5 externos do 1o ano; 2 s e 2 externos do 2o ano; 1 interno do 3o ano; 1 interno do 3o ano; 1 interno do 4o ano; e 1 exetrno do 7o. Receberam o grau de bacharel em letras os 11 restantes alunos do 7o ano, 5 dos quais são naturais do Município da Corte; 2 da Província do Rio de Janeiro; 2 da de S. Pedro; 1 de Minas e 1 de Mato Grosso
2o Ano	31	19	50	
3o Ano	18	16	34	
4o Ano	12	9	21	
5o Ano	6	4	10	
6o Ano	3	3	6	
7o Ano	5	7	12	
Soma	104	83	187	

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1845). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1845). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 9 – Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1846

1846 (6 BACHARÉIS)				
Séries	Internos	Externos	Total	Observações
1o Ano	26	15	41	Matricularam-se 40 internos, 27 externos; foram aprovados 59 plenamente, 28 simplesmente; foram reprovados 21; não se examinaram 19; retiraram-se 21 do Colégio; foram premiados 17; tiveram menção honrosa 21; tomaram grau de Bacharel em Letras 6.
2o Ano	21	12	33	
3o Ano	32	14	46	
4o Ano	17	22	39	
5o Ano	9	9	18	
6o Ano	5	5	10	
7o Ano	3	4	7	
Soma	113	81	194	

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1846). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1846). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 10 – Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1847

1847 (8 BACHARÉIS)				
Séries	Internos	Externos	Total	Observações
1o Ano	21	12	33	Matricularam-se 118 internos, 75 externos; foram aprovados 102 plenamente, 67 simplesmente; foram reprovados 5; não se examinaram 9; retiraram-se 13 do Colégio; foram premiados 21; tiveram menção honrosa 19; tomaram grau de Bacharel em Letras 8.
2o Ano	21	13	34	
3o Ano	21	11	32	
4o Ano	27	9	36	
5o Ano	16	19	35	
6o Ano	8	7	15	
7o Ano	4	4	8	
Soma	118	75	193	

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1847). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1847). Disponível em:

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 11 – Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1848

1848 (8 BACHARÉIS)				
Séries	Internos	Externos	Total	Observações
1o Ano	19	14	33	Matricularam-se 130 internos, 86 externos; foram aprovados 65 plenamente, 71 simplesmente; foram reprovados 38; não se examinaram 21; retiraram-se 21 do Colégio; foram premiados 21; tiveram menção honrosa 16; tomaram grau de Bacharel em Letras 10.
2o Ano	16	11	27	
3o Ano	25	18	43	
4o Ano	20	12	32	
5o Ano	28	7	35	
6o Ano	16	17	33	
7o Ano	6	7	13	
Soma	130	86	216	

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1848). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1848). Disponível em:

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 12 – Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1849

1849 (32 BACHARÉIS)				
Séries	Internos	Externos	Total	Observações
1o Ano	13	20	33	Matricularam-se 113 internos, 86 externos; foram aprovados 72 plenamente, 57 simplesmente; foram reprovados 36; não se examinaram 16; retiraram-se 18 do Colégio; foram premiados 20; tiveram menção honrosa 16; tomaram grau de Bacharel em Letras 32.
2o Ano	13	8	21	
3o Ano	20	10	30	
4o Ano	15	14	29	
5o Ano	22	10	32	
6o Ano	16	6	22	
7o Ano	14	18	32	
Soma	113	86	199	

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1849). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1849). Disponível em:

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 13 – Total de matrículas no Colégio Pedro II em 1850

1850 (19 BACHARÉIS)				
Séries	Internos	Externos	Total	Observações
1o Ano	9	8	17	Matricularam-se 79 internos, 60 externos; foram aprovados 53 plenamente, 65 simplesmente; foram reprovados 1; não se examinaram 9; retiraram-se 11 do Colégio; foram premiados 21; tiveram menção honrosa 14; tomaram grau de Bacharel em Letras 19.
2o Ano	6	9	15	
3o Ano	11	9	20	
4o Ano	18	10	28	
5o Ano	8	9	17	
6o Ano	16	7	23	
7o Ano	11	8	19	
Soma	79	60	139	

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1850). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1850). Disponível em:

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Passa-se, agora, para a origem (naturalidade) de cada estudante que se matriculou a cada ano no intervalo entre 1844 e 1850. Acredita-se que esses dados dão uma ideia do possível alcance da obra de Justiniano. Diga-se “possível” simplesmente porque se trata de uma abordagem somente quantitativa. Apesar disso, é importante tecer poucos comentários sobre a natureza desses números:

A pluralidade da origem dos alunos é, mais que fato interessante, algo que parece simples de explicar: o Município da Corte era a capital do Império, local central do poder caracterizado por certo cosmopolitismo (conforme foi visto no item 1.3 deste trabalho), espaço onde então vinha se concentrando a aparelhagem estatal desde a chegada da Corte Portuguesa em 1808. Era evidentemente no Município que estavam as casas representativas dos poderes locais (Câmara e Senado), bem como as embaixadas e seus respectivos corpos diplomáticos. Em outros termos, o Município da Corte assemelhava-se à Brasília de hoje. Isso certamente explica a presença de filhos dessa classe distinta vindos dos mais diferentes quadrantes do Império e do mundo. Isso também explica o quadro das "Observações", no qual se destacam os alunos que interromperam seus estudos no percurso formativo. Evidentemente que o fato de alguns desses *matriculados* serem filhos de políticos ou diplomatas, com a prerrogativa da necessidade constante ou periódica de mudança de endereço a cada deslocamento profissional dos pais, faz com que toda a família (incluindo evidentemente os filhos) tivesse uma vida itinerante.

Segue-se o levantamento feito a partir dos relatórios ministeriais da pasta dos Negócios do Império (1844-1850):

Quadro 14 – Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1844

Origem dos alunos	SÉRIES							TOTAL
	1o Ano	2o Ano	3o Ano	4o Ano	5o Ano	6o Ano	7o Ano	
Município da Corte	31	29	8	7	5	4	3	87
Rio de Janeiro	6	6	3	1		3	2	21
Bahia	1	3		1				5
Pernambuco			1					1
Maranhão	1							1
Mato Grosso	2	1	2	1	1	2		9
Goiás		1						1
Minas Gerais						1		1
São Paulo	4	1						5
Santa Catarina		2						2
Rio Grande do Sul	11	7	5	1	2	2		28
Lisboa	1							1
Ilhas dos Açores	1							1
TOTAL	58	50	19	11	8	12	5	163

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1844). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1844). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 15 – Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1845

NATURALIDADE DOS ALUNOS DO CPII EM 1845								TOTAL
Origem dos alunos	1o Ano	2o Ano	3o Ano	SÉRIES 4o Ano	5o Ano	6o Ano	7o Ano	
Município da Corte								0
Rio de Janeiro	40	31	21	14	7	3	8	124
Bahia	1	4	2			1		8
Pernambuco	1		1					2
Maranhão		1						1
Mato Grosso	1		2	2	1		1	7
Goiás		1						1
Minas Gerais	1			1			1	3
São Paulo	1	4	1		1			7
Santa Catarina			1					1
Rio Grande do Sul	7	9	4	4	1	2	2	29
Montevideo			2					2
Lisboa	1							1
Ilhas dos Açores	1							1
TOTAL	54	50	34	21	10	6	12	187

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1845). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1845). Disponível em:
<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 16 – Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1846

NATURALIDADE DOS ALUNOS DO CPII EM 1846									
(Obs.: O presente quadro diferencia-se dos anos anteriores dada as informações disponibilizadas, que não são por série escolar).									
Origem dos alunos	Matrícula	Aprovados Plenamente	Aprovados Simplesmente	Reprovados	Retiraram-se do Colégio	Não se examinaram	Foram premiados	Tiveram menção honrosa	Tomaram grau de Bacharel em Letras
Município da Corte									
Rio de Janeiro	132	39	40	26	16	11	13	9	3
Espírito Santo	1	1							
Bahia	7	3	2			2	1		1
Pernambuco	2					2			
Maranhão	5	2			2	1		1	
Mato Grosso	7	5	1			1	3		
Goiás	1		1						
Minas Gerais	2	1		1					
São Paulo	7	3	3	1				2	
Santa Catarina	1	1							
Rio Grande do Sul	26	12	9		3	2	4	5	2
Montevideo	2		2						
Portugal	1		1						
TOTAL	194	67	59	28	21	19	21	17	6

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1846). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1846). Disponível em:
<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 17 – Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1847

NATURALIDADE DOS ALUNOS DO CPII EM 1847									
Origem dos alunos	Matrícula	Aprovados Plenamente	Aprovados Simplesmente	Reprovados	Retiraram-se do Colégio	Não se examinaram	Foram premiados	Tiveram menção honrosa	Tomaram grau de Bacharel em Letras
Município da Corte									
Rio de Janeiro	122	61	43	3	6	9	12	10	4
Espírito Santo	1		1						
Bahia	12	5	5		1	1		1	
Alagoas	1	1							
Maranhão	4	3			1		1	1	
Mato Grosso	6	6					3	1	1
Goiás	1		1						
Minas Gerais	2	2							
São Paulo	6	4	1			1		2	1
Santa Catarina	1		1						
Rio Grande do Sul	32	18	11	1	1	1	4	4	2
Montevideo	3	2	1						
Portugal	2		1		1				
TOTAL	193	102	65	4	10	12	20	19	8

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1847). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1847). Disponível em:
<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 18 – Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1848

NATURALIDADE DOS ALUNOS DO CPII EM 1848									
Origem dos alunos	Matrícula	Aprovados Plenamente	Aprovados Simplesmente	Reprovados	Retiraram-se do Colégio	Não se examinaram	Foram premiados	Tiveram menção honrosa	Tomaram grau de Bacharel em Letras
Município da Corte									
Rio de Janeiro	145	35	53	32	11	14	9	8	3
Espírito Santo	2		1		1				
Bahia	11	2	4	2	1	2		1	1
Alagoas	1				1				
Maranhão	4	2	1			1	1	1	1
Mato Grosso	8	4	2		2		2	1	2
Goiás	1			1					
Minas Gerais	3	1		1		1		1	1
São Paulo	4	3	1				2	1	
Santa Catarina	2	1							
Rio Grande do Sul	30	14	9	2	2	3	6	3	2
Montevideo	3	2			1		1		
Paraguai	1				1				
Lisboa	1				1				
TOTAL	216	64	71	38	21	21	21	16	10

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1848). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1848). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 19 – Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1849

NATURALIDADE DOS ALUNOS DO CPII EM 1849									
Origem dos alunos	Matrícula	Aprovados Plenamente	Aprovados Simplesmente	Reprovados	Retiraram-se do Colégio	Não se examinaram	Foram premiados	Tiveram menção honrosa	Tomaram grau de Bacharel em Letras
Município da Corte									
Rio de Janeiro	131	47	37	25	10	12	9	11	20
Espírito Santo	3	1	1	1			1	1	1
Bahia	9	2	2	3	1		1	1	1
Pernambuco	1		1						
Maranhão	3	1	1		1				
Mato Grosso	5	2	1		1	1	1		1
Goiás	3	2		1					
Minas Gerais	1	1							
São Paulo	9	2	2	1	3	1	1	1	2
Santa Catarina	2	1	1						
Rio Grande do Sul	26	10	9	4	2	1	4	2	5
Montevideo	3	3					1		2
Paraguai	1					1			
Lisboa	1		1						
Prússia	1		1						
TOTAL	199	72	57	35	18	16	18	16	32

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1849). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1849). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quadro 20 – Naturalidade dos alunos do Colégio Pedro II em 1850

NATURALIDADE DOS ALUNOS DO CPII EM 1850									
Origem dos alunos	Matrícula	Aprovados Plenamente	Aprovados Simplesmente	Reprovados	Retiraram-se do Colégio	Não se examinaram	Foram premiados	Tiveram menção honrosa	Tomaram grau de Bacharel em Letras
Município da Corte									
Rio de Janeiro	89	32	45	1	7	4	12	12	11
Espírito Santo	1	1					1		
Bahia	6	2	3		1			1	2
Pernambuco	4	1	3					1	
Sergipe	1	1					1		
Maranhão	2	1	1				1		
Mato Grosso	3	1	2				1		
Goiás	2	2					1		
Minas Gerais	1	1							
São Paulo	8	1	2			5	1		1
Santa Catarina	1	1					1		
Rio Grande do Sul	18	8	8			2	2		5
Montevideo	1	1							
Lisboa	1		1						
Prússia	1				1				
TOTAL	139	53	65	1	9	11	21	14	19

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1850). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1850). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>

Quanto somente aos bacharéis, foi possível configurar o gráfico sintético a seguir:

Quadro 21 – Naturalidade dos Bacharéis do Colégio Pedro II (1844-1860)

NATURALIDADE DOS BACHARÉIS (EGRESSOS) DO IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II_1844-1860			
Províncias ou Países	Anos		Total
	1844 a 1850	1851 a 1860	
Município da Corte	12	24	36
Rio de Janeiro	45	73	118
Espírito Santo	–		0
Bahia	5	5	10
Pernambuco	–	2	2
Maranhão	1	4	5
Mato Grosso	6	3	9
Goiás	–		0
Minas Gerais	2	3	5
São Paulo	5	1	6
Santa Catarina	–		0
São Pedro do Rio Grande do Sul	21	9	30
Lisboa/Portugal	–		0
Ilha dos Açores/Portugal	–		0
Montevideú/ Uruguai	2	2	4
			0
			0
Total	99	126	225

Fonte: Relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1844-1889).

Fonte: Relatório do Ministério dos Negócios do Império (1844-1889).

Para finalizar esta tese, parte-se para o próximo, curto e último subitem a fim de se fazer uma sintética análise qualitativa de “um possível alcance das lições geográficas de Justiniano”.

3.4.3 O futuro que se consolidou

Direto dos arquivos do Fundo Luis Gastão D’Escragnolle Dória, pertencentes ao Arquivo Nacional, talvez haja as mais cabais exemplificações da destinação do que um dia fora o desejo dos mentores do projeto saquarema, entre os quais Justiniano: uma lista com nomes de “Senadores do Império e Bacharéis em Letras” no Colégio Pedro II:

LISTA (incompleta) de bacharéis em letras do Colégio Pedro II e Senadores do Império:

- Turma de bacharéis de 1843_José Carlos de Almeida Arêas, o Visconde de Ourém;

- Turma de 1848_Jeronimo José Teixeira Junior (Visconde de Cruzeiro). Foi colega de turma, entre outros, de Honório Hermeto Carneiro Leão, filho de pai homônimo, o grande estadista responsável pelo famoso Gabinete da Conciliação. Bacharelou-se, mais tarde, em “ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de S. Paulo (1863). Na vida política foi Deputado provincial e geral pelo Rio de Janeiro, Ministro da Agricultura do gabinete S. Vicente (1870), Presidente da Câmara dos Deputados (1871-1874), Conselheiro de Estado (1876-1889) e Senador pelo Rio de Janeiro desde 1873. Foi deposto desse último cargo em 1889 e morreu em Roma em 1892;

- Turma de 1849_Manoel Francisco Corrêa. Bacharelou-se mais tarde em “ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de S. Paulo (1854). Na vida política foi Deputado geral pelo Paraná, Presidente de Pernambuco (1862), Ministro de Estrangeiros no gabinete Rio Branco (1871), Presidente da Câmara dos Deputados (1874-1875), Conselheiro de Estado (1887-1889), primeiro Presidente do Tribunal de Contas (1892) e Senador pela Província do Paraná (1877-1889).

- Turma de 1850 – Paulino José Soares de Souza. Era filho de pai homônimo, o Visconde do Uruguai, integrante da “tríade saquarema”. Bacharelou-se em “ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de S. Paulo (1855). Na vida política foi Deputado provincial e geral, Ministro do Império no gabinete Itaboraí de 16 de julho de 1868, Conselheiro de Estado (1870-1889) e Senador do Império pela Província do Rio de Janeiro (1884-1889) e presidente do Senado no dia 15 de novembro de 1889.

- Turma 1850_Henrique Francisco de Avila. Bacharelou-se mais tarde em “ciências sociais e jurídicas” pela Faculdade de Direito de S. Paulo (1855). Na vida política foi Deputado provincial e geral, Presidente do Rio Grande do Sul (1880) e do Ceará (1888), Ministro da Agricultura no gabinete Paranaçuá (1883) e Senador pela Província do Rio Grande do Sul (1882-1889).

- Turma de 1856_Antonio da Silva Prado. Bacharelou-se depois em “ciências sociais e jurídicas” pela Faculdade de Direito de S. Paulo (1861), Deputado Provincial e Geral por São Paulo, Ministro de Estrangeiros e da Agricultura do gabinete João Alfredo (1888) e Senador por São Paulo (1887-1889).

- Turma de 1858_Cândido José Rodrigues Torres, parente de Visconde de Itaboraí. Torres chegou a ser deputado geral, depois Ministro do Brasil em Haia em 1873, agraciado pelo governo português com o título de Visconde de Torres;

- Turma de 1858_Alfredo d’Escragnolle Taunay (Visconde de Taunay). Bacharelou-se em “ciências físicas e matemáticas” pela Escola Militar da Corte, da qual foi lente, chegando ao posto de Major do Exército. Na vida política, foi Deputado provincial pelo Rio de Janeiro e geral por Goiás e Santa Catarina, Presidente de Santa Catarina (1876) e do Paraná (1885) e Senador (1886-1889).⁸⁰⁸

Na mesma perspectiva, fizera Souza (2010) um levantamento menos personificado, porém, muito representativo da destinação dos “filhos da *boa sociedade*”:

⁸⁰⁸ Cf. DORIA, L. G. E. Senadores do Império Bacharéis em Letras. S/D. Fundo: RE-LUÍS GASTÃO D’ESCRAGOLLE DÓRIA. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie: 4 – Impressos; Notação: 46.18; Caixa: 236. Arquivo Nacional.

Quadro 22 – Ocupação futura dos alunos formados no CPII (1843-1861)

Ocupação futura dos alunos formados no Colégio Pedro II entre 1843 e 1861		
Ocupação	No	%
Classe política (Conselheiro/Ministro/Senador/Deputado geral)	24	14
"Média burocracia" (Presidente de província/ magistrado/ juizes em geral/ procurador / desembargador/ deputados provinciais)	46	27
"Baixa burocracia" (Chefe de seção/ diretor/ ajudante/ funcionário público/ militar)	25	15
Advogado/ Bacharel em direito*	22	13
Médico	32	19
Professor	17	10
Fazendeiro/ negociante	5	3
Total	171	100

Fonte: SOUZA (2010, p.144).

Obs.1: Essa tabela foi formatada diferentemente da tabela original para adequar-se ao padrão de formatação escolhida para a confecção das demais tabelas desta tese.

Fonte: SOUZA, 2010, p. 144.

Obs.: Esse quadro foi formatado diferentemente da tabela original para adequar-se ao padrão de formatação condizente a esta tese.

Se é possível dizer que as *doutrinas de Dr. Rocha* encontraram terreno fértil entre determinadas gerações de estudantes, fazendo prosperar o projeto saquarema no campo da educação junto aos filhos da classe senhorial e, em especial, da classe dirigente, também é justo dizer que os anos que ultrapassam a década de 1860 deixaram para trás essa hegemonia do grupo, inclusive dentro do próprio Colégio Pedro II, diminuindo sua influência sobre os alunos egressos. Um dos exemplos mais cabais a esse respeito pode ser pinçado da trajetória de Joaquim Nabuco: ex-aluno interno do Colégio, bacharel na turma de 1865, supunha-se ele que lá “tenha sido lançada no subsolo da minha [da sua...] razão a camada que lhe serviu de alicerce: o fundo hereditário do meu [seu...] liberalismo”.⁸⁰⁹ Nesse sentido pesaram-lhe a formação familiar e a então recente passagem do pai (velho conhecido de Justiniano, José Tomás Nabuco de Araújo) do campo conservador para o campo liberal nos idos de 1850. Esse fato fora o suficiente para o levar a ser quem de fato foi na história do país: um dos mais ardentes liberais abolicionistas dos últimos anos do Império.

⁸⁰⁹ NABUCO, 1990 *apud* SOUZA, 2015, p. 101.

CONCLUSÃO

Justiniano José da Rocha foi colocado em segundo plano na história. Sua bandeira ideológica pautada em valores conservadores talvez explique esse relativo abandono. Diga-se relativo porque há muitos estudiosos atentos a compreender os movimentos que originam as mudanças. Seria negligência não pensar numa razão dialética para as coisas, e essa razão tem a proeza de destrincar os elementos contraditórios que propulsionam a mudança. Essa última não acontece sem que o contraditório se estabeleça. O Brasil é fruto desse movimento; a educação também; e com a Geografia não poderia ser diferente. Mas antes da mudança, os elementos propulsores que fazem avançar, precisam ser investigados. A contradição muitas vezes é desconfortável, agita as partes, tumultua mentes e percepções, traz inquietações e indignações, suscita paixões, mas também traz a razão da própria mudança.

O que se procurou fazer aqui foi colocar um resultado parcial desse movimento na história. Brasil, educação e Geografia apresentam-se, como tantos outros elementos, de maneira abstrata, reclamantes de conexões, de nexos, de explicações que não cabem em poucas linhas porque essas poucas linhas, por melhor que procurem ser escritas, jamais conseguirão fazer uma síntese perfeita das coisas. Totalidade e particularidade são partes integrantes da mesma história, cuja capacidade de relacioná-las são um desafio constante para as ciências de um modo em geral. Não só as Humanas e nem somente as outras.

Há um momento em que a história encontra os indivíduos; esses se agrupam, e às vezes perdem a individualidade tal qual uma gota num grande oceano – como numa angustiante filosofia panteísta, onde a identidade se perde. Os indivíduos se filiam a ideias, associam-se a outros indivíduos, tomam corpo de gigante, de coletivo, de partido. Aqui, porém, procurou-se mostrar que são os indivíduos e suas idiossincrasias que tecem a história. De contradição em contradição, nascem ações, reações, transações, mutações⁸¹⁰. O próprio ser, mesmo querendo afirmar teimosamente que não muda, muda. Muda a si e muda os outros, por menor que ele queira ser ou realmente seja. Algum grau de mudança ele opera, e certamente não é somente em si próprio. Parece um movimento irresistível, uma espécie de lei que não se quer dizer porque pode parecer ideológico, ao invés de simplesmente natural.

No caso de Justiniano, ele parecia querer mudar os outros sem a pretensão de ser mudado. Foi tão conservador, que ao final da vida, mesmo os mais conservadores o

⁸¹⁰ E aqui o esquema não é o de Capefique e nem é de uma *falsa dialética*...

abandonaram. “Saiu da história” para viver em certo ostracismo que somente um colega⁸¹¹, ao baixar do caixão, fez um serviço à memória dos presentes e dos leitores do periódico *Constitucional*. Através deste último publicou-se o discurso de despedida. Nele constava, entre outras coisas, que Justiniano era um preceptor ilustrado que “bebia todos os dias novos conhecimentos e os transmitia a uma mocidade esperançosa que cercava a sua cadeira de ensino”; trabalhava pelo triunfo da religião e pelo progresso da pátria; tivera bom berço familiar, boa formação; começara carreira pela advocacia, abandonando-a para em seguida entregar-se “de alma e coração” ao jornalismo, onde permanecera até a morte escrevendo sobre religião, literatura ou política. “(...) era sempre o mesmo, bem como a erudição do literato e a convicção do político”. Completava o locutor caracterizando postumamente o personagem:

Se suas convicções eram falsas ou errôneas, não sei nem discuto, sei porém que ele as fazia valer com uma firmeza e lógica tal, que os adversários respeitavam e às vezes vacilavam e sem dúvida alguma, que tempos houve em que os escritos de Rocha na imprensa política constituíam a alma de um partido e a sua única e verdadeira vida.

(...) Rocha consagrou também sua vida ao ensino e ao professorado.

O Imperial Colégio de Pedro II, teve como professor da história antiga e média,
(...).

Não se limitava o finado Dr. Justiniano a fazer chegar ao conhecimento de seus ouvintes o que sabia e ensinava: **acostumado à imprensa, a essa posição em que podia levar os seus pensamentos aos términos da terra, e fazê-los conhecidos pela mais remota geração, entendia que o professorado não se devia limitar ao estreito anfiteatro daqueles que o escutavam**, e que as gerações novas tem o direito de saber quais as ideias que antes se ensinavam para as estudar, desenvolver e aperfeiçoar.

É por isso **quando professor de história no Colégio de Pedro II** escreveu correspondências que servem hoje de programa de estudos, e a morte o veio surpreender quando dava a última demão ao compêndio de direito para uso e ensino desta escola.

Justiniano pois é credor da estima e gratidão não só daqueles que ouviram suas lições orais, como daqueles que em seus livros ou seus escritos, podem aprender a estudar os ramos da ciência que ele cultivava.

O talento do jornalista não o podia deixar em esquecimento e por esse motivo mais de uma vez o povo confiou-lhe a gestão de seus direitos, elegendo-o deputado a assembleia geral, a fim de que nessa tribuna sustentasse as suas convicções e propugnasse pelo bem-estar do país.

O governo não podia olvidar-se do professor distinto, portanto o nomeou membro do conselho diretor da instrução primária e secundária da corte.

A ciência, a literatura que não são egoístas e que amam aqueles que as cultivam, tomaram em subido apreço o seu nome, e por essa razão mais de uma associação literária e científica o honrou com o título de seu sócio.

No fim desse lidar constante desaparece Dr. Justiniano José da Rocha da face da terra, da comunhão de sua família a quem amava e por quem se dedicava, da presença de seus discípulos a quem votava extrema afeição, e com quem partilhava

⁸¹¹ O orador era um colega da Escola Militar onde Justiniano era professor de direito militar e de língua francesa. Diria uma nota de *Constitucional*: “Seus companheiros não o esqueceram porque o não viram mais entre eles, e reunidos foram derramar uma lágrima de saudade sobre seu túmulo (...). Não faltou ao ato, o Sr. ministro da guerra, o bom camarada. Todas as honras devidas foram prestadas à memória do finado (...). Eram militares que a prestavam e basta dizer isto para dizer tudo.” *Constitucional*, N. 37, 12/8/1862. Pp. 1-2.

bondosamente os seus conhecimentos, da sociedade e de seus amigos, a quem prestava serviços leais, sinceros e muito importantes. Tal é a lei inexorável da natureza humana: a morte! (...).⁸¹²

E eis que num longo discurso, a *geografia* é esquecida⁸¹³. Em nenhuma linha aparece... Teria a *geografia de Dr. Rocha* morrido com ele? Seria prima pobre da *história*?

Passado em vistas neste trabalho através de alguns fragmentos, Justiniano fica traduzido em sua trajetória intelectual a partir de um cardápio variado de discursos geográficos. A fração explícita e identificada do discurso (a *geografia*...) era tida como ciência interessante, deleitosa, “reputada como o jardim do recreio para a inteligência”. Quando direcionada ao sabor da ideologia (implícita e escamoteada em meio a discursos jornalísticos ou políticos), virava um instrumento do conservadorismo no propósito de manter algumas bases políticas, econômicas e culturais que se forjaram num longo processo de formação socioespacial e que traduziram naquele período um momento relevante para se entender a História Territorial do Brasil. Traços desse conservadorismo ainda resistem e tensionam o Brasil contemporâneo: periférico da mesma forma que antes, “patriótico” à semelhança daqueles tempos, socialmente hierarquizante como outrora (quem pode ou não exercer a cidadania?), paradoxal e contraditório como naquele tempo. Fica a pergunta: o Brasil mudou? A geografia, pelo menos, sabe-se que sim: ela serve, entre outras coisas, para desmascarar ideologias...

Esta tese, portanto, procurou mostrar que, não obstante “despretensiosa”, a *geografia* de Justiniano da Rocha estava presente, seja no seu pensar acerca do país, diagnosticando perigos de desintegração e propondo um território mais organicamente controlado; seja no seu educar, inculcar, formar patrioticamente a “mocidade brasileira” pertencentes ao futuro “mundo do governo”. Em qualquer uma das frentes, a *geografia de Estado* andava lado a lado, em mesmo ritmo e compasso, com a *geografia dos professores*. Enfim, em ambos os casos, tratava-se de uma geografia utilitária.

⁸¹² Idem. p. 3. Grifos nossos.

⁸¹³ Digna de última nota: o orador cita a passagem de Justiniano pelo CPII, no entanto enfatiza somente o fato de ter sido ele professor de História antiga e de ter sido autor de um compêndio dessa matéria. Negligencia o fato de ter sido também professor de Geografia e autor de um livro dessa matéria.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Geração de 1870. In VAÍNFAAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. Catolicismo. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

ABREU, Maurício. A apropriação do território no Brasil colonial. In CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo César da C; CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do Século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *Revista GEOUSP*, DG/FFLCH/USP, no 7, 2000.

_____. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

_____. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700), volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

ADAS, Sérgio. *O Campo do Geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese de doutoramento. 2 v. São Paulo: FFLCH, USP, 2006.

AGUIAR, Antonio Augusto da Costa. *O Brazil e os brasileiros*. Santos: Typographia Commercial, 1862.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Um debate acerca da origem da Geografia Escolar no Brasil. *Interfaces Científicas – Educação*. Aracajú, v.2, fev. 2014.

_____. A tradução do livro didático Lições de Geografia pelo Abade Gaultier no Contexto de Expansão da Cultura Francesa. In *Revista OKARA: Geografia em debate*. João Pessoa, v. 10, n. 2, 2016.

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALLIÈS, Paul. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980

ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: PPGG - UFRJ, 2000.

AMAYA, Jullían Fernando T.; ÁLVAREZ, Ximena V. Silogismo teórico, razonamiento práctico y raciocínio retórico-dialéctico. *Práxis Filosófica*, nº 24, Cali, Jan/Jun, 2007.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRÄ, Helmut. Alexander von Humboldt e as suas relações com o Brasil. *Revista de História*, v. 25, n. 52, 1962.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: IFCS - UFRJ, 1999.

_____. Historiadores do IHGB/ Catedráticos do CPII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 168, n. 434, Rio de Janeiro, jan/fev. 2007.

APA (American Psychological Association). **Dictionary of Psychology**. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/pdf>.

ARAÚJO, I. B.; CORRÊA, M. F. N. Portugal e Brasil no pensamento de Therezinha de Castro. In MACHADO, Mônica Sampaio; BARBOSA, Jorge Luiz. *Entre Brasil e Portugal: aproximações geográficas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018.

AUFÈRE, Sydney H. LETRONNE, Antoine-Jean. In Philippe Sénéchal et Claire Barbillon (dir.), **Dictionnaire critique des historiens de l'art actifs en France de la Révolution à la Première Guerre mondiale**. Paris: INHA, 2020.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de Azevedo. Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América. *Revista Estudos Históricos*. América Latina, v. 10, n. 20, 1997.

BACKER, Alan R. H. *Geography and history: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como se escreveu "Ação; Reação; Transação". *RIHGB*, vol. 301, 1973.

BARNABÉ, Luís Ernesto. *A História Antiga em Compêndios Franceses e Brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o Caso Justiniano José da Rocha: História, disciplina escolar e imprensa (1820-1865)*. Tese de doutoramento. Assis: UNESP, 2019.

BARRETO, Célia de Barros et al. O processo de emancipação. In HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 9ª ed., t. II, v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BARROS, Roque Spencer M. de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: EdUSP/Convívio, 1986.

BASILE, Marcelo. O "negócio mais melindroso": reforma constitucional e composição política no Parlamento regencial (1831-1840). In NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Livros e impressos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

BAUAB, Fabricio Pedroso. *Da Geografia Medieval às origens da Geografia Moderna: contrastes entre noções de Natureza, Espaço e Tempo*. Tese de doutoramento. Presidente Prudente: PPGG, UNESP, 2005.

BECKER, B; EGLER, C. *Brasil: uma potência regional na economia-mundo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.

BERDOULAY, Vincent. A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BESSONE, Tânia. Bacharelismo. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo (Coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BIAZZO, P. P.; CASTRO, D. G.; CORRÊA, M. F. N.; VILELA, C. L. Entrevista com a professora Dadá Martins. *GIRAMUNDO*, Rio de Janeiro, v. 2, jan/jun, 2015.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A Cartografia nos Livros Didáticos no Período de 1824 a 1936 e a História da Geografia Escolar no Brasil. In ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). *Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (Coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In Renato Ortiz (org.) *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. L'illusion biographie. *Revue Scientifiques*, Lion, França. v. 62-63, p. 69-72, jun., 1986.

_____. A economia das trocas simbólicas. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BRASIL, Bruno. *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro). Biblioteca Nacional Digital, 2015.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

BROC, Numa. *La Géographie de la Renaissance (1420-1620)*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1980.

CALDEIRA, Claudia A. A. *Justiniano José da Rocha: bastidores da imprensa política*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em História, UERJ, 2016.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

CAPEFIGUE, Jean Batiste Honoré Raymond. *Résumé. Histoire de la Réforme, de Ligue et le du Règne de Henri IV*, Paris, Dufey, 1835, Tome VIII.

CAPEL, Horacio. *Geografía humana y ciencias sociales. Una perspectiva histórica*. Barcelona: Montesinos, 1987.

_____. *Filosofia y ciência en la Geografía contemporânea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARDIM, Elmano. Justiniano José da Rocha. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Série Brasileira, volume 318), 1964.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945)*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: PPG História, UERJ, 2008.

CARMO, Laura Aparecida Ferreira do. *O léxico do Brasil em dicionários de língua portuguesa do século XIX*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, 2015.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. *O último propagandista do Império: O “barão” de Santa-Anna Nery (1848-1901) e a divulgação do Brasil na Europa*. Tese de doutoramento. São Paulo, FFLCH, USP, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. (Organização e introdução). Bernardo Pereira de Vasconcelos. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, 2000.

_____. (Organização e introdução). Visconde do Uruguai. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. (Coordenação). *A construção nacional: 1830-1889*, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade em transe: raízes da desordem no Rio de Janeiro. A Cidade e o Tempo*. In PINHEIRO, Augusto I. F. (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

CASTRO, Iná E. O problema da escala. In CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo César da C. *Geografia: conceitos e temas*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO JÚNIOR, Sebastião de. Sobre fortunas e desventuras de um “mulato” entre os mundos das letras e da política do Império do Brasil: um pequeno mergulho na trajetória de Francisco Montezuma. In FERREIRA, Tânia Bessone da C.; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira (Orgs.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013.

CAVALCANTI, Nireu. *Rio Capital da Colônia*. In PINHEIRO, Augusto I. F. (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Educação & Pesquisa*, n. 2, 1990.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul/dez. 1999.

COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA. O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 75 anos de sua fundação. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.

CORRÊA, Márcio F. N. *A Lógica da Territorialidade Católica na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

_____. Territorialidade Católica na Amazônia: um exercício de periodização. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n° 21, Janeiro de 2007.

_____. A geografia no Colégio Pedro II (1837-1935): pensamentos e contribuições para uma história da geografia pré-universitária. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos. O Espaço Não Pára: por uma AGB em movimento. São Paulo: USP, 2008.

_____. Um ideólogo da brasilidade em sala de aula: Justiniano da Rocha, o primeiro professor de Geografia do Imperial Collegio de Pedro II. *Giramundo*, Rio de Janeiro, V. 1, N. 2. Jul/Dez. 2014.

CORRÊA, Márcio F. N. et al. *Desvendando a história da Geografia no Colégio Pedro II: Professores de Geografia do Colégio Pedro II e os âmbitos institucionais de produção do saber geográfico durante o século XIX*. II Jornada de Iniciação Científica Jr. do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 2015/2016. Mimeografado.

CORRÊA, Patrícia Alves Carvalho. *O naturalismo em perspectiva comparada: de Émile Zola a Aluizio Azevedo*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, 2011.

COSTA, Wanderley Messias da; MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia Crítica: A Valorização do Espaço. São Paulo: Editora HUCITEC, 4ª edição, 1999.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Perspectiva/UFSC*, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul/dez, 2007.

DE PAULA, João Antônio. O Processo Econômico. In CARVALHO, J. M. (Coordenação). *A construção nacional: 1830-1889*, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DEL PRIORY, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Revista Topoi*, v. 10, n. 19, 2009.

DERRUAU, Max. Derruau Max. La géographie des philosophes. Géographes et voyageurs français au XVIIIe siècle. *Revue de géographie alpine*, tome 64, n°3, 1976.

- DIAS, Elaine. Artistas franceses no Brasil: descrição e promoção de sua imagem na imprensa do século XIX. *MODOS. Revista de História da Arte*. Campinas, v. 3, n. 2, mai. 2019.
- DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- DOLNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005
- DORIA, Escragnole; ACCIOLI, Roberto Bandeira et al. (Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II). Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.
- DURAN, Maria Renata da Cruz. Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784-1858). *Almanack* [Online], n. 9, Guarulhos, jan/abr. 2015.
- ENGEL, Magali Gouveia. Justiniano José da Rocha. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- ESCOLAR, Marcelo. Crítica do Discurso Geográfico. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Depto. História, FFLCH, USP, 2010.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- FARIA, Sheila de Castro. Abertura dos portos. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- _____. Bill Aberdeen. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- _____. Irineu Evangelista de Sousa (Visconde de Mauá). In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo: EdUSP, 2007.
- FERRAZ, Paula Ribeiro. O Gabinete da Conciliação: algumas considerações. Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO – Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010.
- FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 62, jun. 2017.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. A nacionalização das elites: debate institucional da Regência. In MOTA, Carlos Guilherme. *Os Juristas na formação do Estado-Nação Brasileiro*. Volume 1 – Século XVI a 1850 – Coleção Juristas Brasileiros – São Paulo: Quartier Latin, 2006a.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. A evolução do sistema eleitoral brasileiro. 2. ed. Brasília: TSE/SDI, 2005.

FOCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FONSECA, Ricardo M. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. *Revista da Faculdade de Direito*. Curitiba: UFPR, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. Rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOLDENSTEIN, Léa & SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e a nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1, 1982.

GOMES, Angela Nunes Damasceno. *Maurício de Abreu: uma história com muitas geografias*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia, UERJ, 2016.

GOMES, Paulo César da Costa. Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

_____. Pensando a geografia a partir de uma ferramenta geográfica: o percurso. *Espaço & Geografia*, vol. 23, n. 2, Brasília, 2020.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Narrativa Biográfica e Escrita da História_ Octávio Tarquínio de Sousa e seu Tempo. *Revista de História*, nº 150, 1º – 2004.

_____. Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, nº 2, 1990. p. 230-254

_____. Questionando as reformas educativas: a contribuição dos estudos biográficos na educação. *Pro-Posições*, v. 18, nº 2, maio/ago. 2007.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Os Negociantes da Praça do Comércio do Rio de Janeiro de meados do século XIX: estudo do Grupo Mercantil do Barão de Mauá e sua relação com o Império do Brasil. *Revista População e Sociedade*, CEPES, Porto/Portugal, nº 16, 2008.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 388. 1995.

_____. Ação, reação, transação: a pena de aluguel e a historiografia. In CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Januário da Cunha Barbosa. In VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. O Ensino Secundário no Brasil Império. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. A Era do Capital, 1848-1857. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação. In: *História geral da civilização brasileira*; t. 2; v.3. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ISSLER, Bernardo. *A geografia e os estudos sociais*. Tese de doutoramento. FFCL, Presidente Prudente, 1973.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico ou apontamentos da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História da Ideias*. Vol. 21. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

JANKE, Leandro Macedo. *Duarte da Ponte Ribeiro: Território e Territorialidade no Império do Brasil*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH, USP, 2014.

JANINE, Renato. Entrevista: Renato Janine fala sobre a mudança da ética através dos tempos. *Jornal da USP*, 11/05/2016.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2(3), mar. 1982.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº37, p. 70-80, jan/jun, 2007.

KODAMA, Kaori. Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. Em torno de Marx. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LACOSTE, Yves. A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 10ª ed. Campinas/SP: Papirus, 1988/2010.

LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. *Cahiers Internationaux De Sociologie*, vol. 18, 1955.

LIRA, Larissa Alves de. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia. *Revista eletrônica Confins*, n. 2, 1º semestre 2008.

LOPES, Marcos Antônio. (org.) Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LÖWY, Michael. Le concept d'affinité élective chez Max Weber. *Archives de sciences sociales des religions* [Online] v. 127, julho-setembro 2004.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Necrológio de Luís Aleixo Boulanger. *RIHGB*, T. XXXVII, parte 2, v. 49, p. 492, 1874.

_____. Anno Biographico. Volume II. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

MACHADO, Ida Lúcia. A ironia, a retórica antiga e a retórica francesa. *Clássica – revista brasileira de estudos clássicos*, São Paulo. V. 7/8. 1994/1995.

MACHADO, Lia Osório. *Mitos y realidades de la Amazonia Brasileña en el contexto geopolítico internacional, 1540-1912*. Tese de doutoramento. Barcelona, Universidade de Barcelona, 1989.

_____. Artificio político en el origen de la unidad territorial de Brasil. In: CAPEL, H. (Coord.). *Los espacios acotados. Geografía y dominación social*. Barcelona, PPU, 1990.

_____. As ideias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. *Terra Brasilis* [Online], 2/2000.

_____. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In CASTRO, I. E; COSTA, P.C; CORRÊA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

_____. Estado, territorialidades, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In. SILVEIRA, M. L. (org.). *Continents em Chamas. Globalização e Território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

MACHADO, Mônica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. 69, nº 5, Universidad de Barcelona, agosto/2000.

_____. A Geografia no Gymnasio Nacional. *Geo UERJ*. Rio de Janeiro (UERJ), n.14, 2003.

_____. Os Satélites da Matriz Carioca da Geografia Brasileira. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo: USP, 2005c.

_____. A construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

_____. Geografia brasileira, Geografia portuguesa e Orlando Ribeiro – 1930-1965. In MACHADO, Mônica Sampaio; BARBOSA, Jorge Luiz (orgs). *Entre Brasil e Portugal: aproximações geográficas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018.

MACHADO, Mônica S; MACHADO, Thiago A. Milton Santos e sua teoria geográfica: origens e eixo interpretativo. EGAL, 2017.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Três panfletários do segundo reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (Coleção Afrânio Peixoto, 86), 2009.

MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

_____. O Estado em busca do seu território. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, Anos III-IV, n. 4-5 – Território, 2002-2003.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARY, Cristina Pessanha. Geografias pátrias: Brasil e Portugal – 1875-1889. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack braziliense*, Rio de Janeiro, nº 1, maio, 2005.

_____. O tempo Saquarema. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MATTOS, Selma Rinaldi de. O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Acess, 2000.

MENEZES, Paulo Roberto Jesus de. *Imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPG História Social, UFRJ, 2008.

MERQUIOR, José Guilherme. O outro ocidente. *Presença* _Revista Política e Cultura, Nº 15, 1990.

MOACYR, Primitivo. A instrução e o Império. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 3v. 1936; 1937; 1938.

_____. A instrução e as províncias. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 3v., 1939; 1939; 1940.

MOLINA, Matías M. História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOMESSO, Beatriz Piva. Os livros, a Livraria B. L. Garnier e os modos de leitura de um político do Império. In FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira (orgs). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013.

MONTALVÃO, Sérgio. Biografia intelectual como exercício da escrita da história. *História da historiografia*, Ouro Preto, nº 4, março, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel: Geografia. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

_____. Ideologias geográficas. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Território e História no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. A Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAIS E SILVA, Antônio. **Diccionario da língua portuguesa de Antônio de Moraes e Silva**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v.

_____. **Diccionario da língua portuguesa de Antônio de Moraes e Silva**. 2ª ed. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813. 2v.

_____. **Diccionario da língua portuguesa de Antônio de Moraes e Silva**. 7ª ed. Lisboa: Typ. De Joaquim Germano de Souza Neves, 1877. 2v.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2014.

MORIN, Edgar; MOTTA, Raul; CIURANA, Emilio Roger. Educar para a Era Planetária. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

NETTO, José Paulo. Karl Marx: uma biografia. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Panfletos. In VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. *O Lugar da Fronteira na Geografia de Pierre Monbeig. Tese de doutoramento*. São Paulo: FFLCH, USP, 2013.

NORA, Pierre (Directeur de publication). Les Lieux de Mémoire, tome I: La République. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Lili Rose Cruz. Vila Isabel: de rua em rua. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.

ORTIZ, Renato (Organização). Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983.

PACHECO, Gustavo de Britto Freire. Retórica e Nova Retórica: a tradição grega e a Teoria da Argumentação de Chaïm Perelman. *Cadernos PET-JUR/PUC-RIO*. Rio de Janeiro, 1997.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados* (online). Vol. 24, n.68, 2010.

PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1926-1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Estudo introdutório, notas e estabelecimento do texto: Ação; Reação; Transação: Duas Palavras acerca da Atualidade Política do Brasil (1855)/ Justiniano José da Rocha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

PAULA, Sergio Goes (Org.). Hipólito José da Costa. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2001.

PERELMAN, Chaïm. Retóricas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PEREIRA, Margareth da Silva. O Rio de Janeiro no Século XIX: cenários, formas e virtudes de uma cidade-capital. In PINHEIRO, Augusto I. F. (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

PEREIRA, Sergio Nunes. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1838/1922*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Depto. Geografia, FFLCH, USP, 1997.

PERIDES, Paulo Pedro. A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro. *Revista do Departamento de Geografia, FFLCH/USP*, V. 9, 1995.

RIAUDEL, Michel. Ferdinand Denis (1798-1890). In *A França no Brasil: heranças compartilhadas online*. Bibliothèque Nationale de France; Fundação Biblioteca Nacional, 2018 (última atualização).

RIBEIRO, Guilherme. Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história. *GEOgraphia*, UFF, Niterói-RJ, Ano VIII, nº 15, 2006.

ROCHA, Carlos. *Ressurreição e o romance urbano romântico: aproximações e afastamentos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pós-Graduação em Educação, PUC-SP, 1996.

_____. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, 2000.

_____. O Colégio Pedro II e a institucionalização da Geografia Escolar no Brasil Império. *GIRAMUNDO*, Rio de Janeiro. V. 1, nº 1. Janeiro/Junho, 2014.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. O decreto Couto Ferraz em um contexto de transformação da res-pública. In Leite, Juçara Luzia; Alves, Claudia (org.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a “Coleção Grandes Cientistas Sociais” no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990). *Revista Sociedade e Estado*. V. 33, nº 3, Setembro/Dezembro, 2018.

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RODRIGUES, Pedro Parga. *As frações da classe senhorial e a Lei Hipotecária de 1864*. Niterói: EdUFF, 2016.

SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**. Tomo Segundo, Em Casa de J. P. Aillaud, editor, 1845.

SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*, Vila Mariana, n. 4, novembro de 2012.

SAMIS, Alexandre. *Sindicalismo e anarquismo no Brasil. Teoria*. Coletivo Anarquistas Bandeira Negra_ Integrante da Coordenação Anarquista Brasileira, 2012.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. 4ª ed. São Paulo: 1998.

_____. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.

_____. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2004a.

_____. O Período Técnico-Científico e os Estudos Geográficos. *Revista do Departamento de Geografia*, V. 4, 1985/2011.

_____. *A Urbanização Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

SAVANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon; PAIM, Antônio. A universidade que não houve: antecedentes da ciência e educação superior no Brasil (uma perspectiva comparada), 1976.

SILVA, Carlos Alberto F. da. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 57(1), 1995.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez (estudos de I. F. S. aplicáveis a Portugal e ao Brasil)**. Tomo Quinto, Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Marcio Antônio Both. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*, vol. 35, n. 70, 2015.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. 2v. (Coleção Brasil 500 anos).

SMITH, C.T. *Historical Geography: Current Trends and Prospects*. In CHORLEY, R.J; HAGGETT, P. *Frontiers in Geographical Teaching*. New York, Routledge, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Fatos e personagens em torno de um regime*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.

_____. *História dos fundadores do Império do Brasil*. V. 4. Evaristo da Veiga. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 17, 2001.

_____. Planos para o Império: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

_____. Um geógrafo no poder no império do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). *Geosp*, v. 25, n. 1, 2021.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro; o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)*. Dissertação de mestrado (História). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

_____. *A educação como prática política: formação e renovação de repertórios pedagógicos no Segundo Reinado*. Tese de doutoramento. São Paulo, Depto. Sociologia, FFLCH, USP, 2015.

SOUZA, José Antônio Soares de. Cartas de Justiniano José da Rocha ao Visconde do Uruguai (inéditos). *RIHGB*, n. 220, jul-set 1953.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

SCHWARCZ, Lília Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 123, abr-jun, 2013.

VARGAS, Fábio Aristimunho. Formação das fronteiras latino-americanas. Brasília: FUNAG, 2017.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In CASTRO, Iná E; GOMES, Paulo César da C; CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do Século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951. Curitiba: Edição dos autores, 1998.

VIANNA, Hélio. Justiniano José da Rocha. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 243, n. 2, abr.-jun. 1959.

_____. Vultos do Império. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

VLACH, Vânia. *A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Geografia Humana, FFLCH/USP, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel M. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WEHLING, Arno. Apresentação. In GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 156, n. 388, Rio de Janeiro, jul./set. 1995.

FONTES:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)

PINTO, Alfredo Moreira. *Diccionario Geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894

ARQUIVO NACIONAL (AN)

DÓRIA, Luís Gastão D'Escragnole. *Biografias*. s/d. Fundo: RE – Luís Gastão D'Escragnole Dória. Série: 4 – Anotações; Subsérie: 2 – Biografia.

_____. *Os Primeiros Alunos do Colégio*. s/d. Fundo RE – Luís Gastão D'Escragnolle Dória. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie: 4 – Impressos; Notação: 46.14; Caixa 236.

_____. *Revista da Semana*. 01/02/1941. Fundo: RE – Luís Gastão D'Escragnole Dória. Série: 5 – Recortes de Revistas; Subsérie: 39 – Revista da Semana; Unidade 5 – 1940-1944. Antiga notação: 1P18; Notação: 90,57.

_____. *Senadores do Imperio Bachareis em Lettras*. s/d. Fundo: RE – Luís Gastão D'Escragnole Dória. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie: 4 – Impressos; Notação: 46.18; Caixa: 236.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. *Discurso dirigido ao primeiro Reitor do Colégio de Pedro II, Bispo de Anemúria, na cerimônia de abertura das aulas, em 25 de março de 1838*. (Fundo: RE – Luís Gastão D'Escragnole Dória. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie: 4 – Impressos; Notação: 46.14; Caixa: 236).

_____. *Correspondência dirigida ao primeiro Reitor do Colégio de Pedro II, Bispo de Anemúria, em 11 de março de 1838*. (Fundo: RE – Luís Gastão D'Escragnole Dória. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie: 2 – Correspondência; Notação: 46.6; Caixa: 236).

_____. *Correspondência dirigida ao primeiro Reitor do Colégio de Pedro II, Bispo de Anemúria, em 30 de abril de 1838*. (Fundo: RE – Luís Gastão D'Escragnole Dória. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie: 2 – Correspondência; Notação: 46.6; Caixa: 236).

_____. *Correspondência dirigida ao primeiro Reitor do Colégio de Pedro II, Bispo de Anemúria, em 7 de junho de 1838*. (Fundo: RE – Luís Gastão D'Escragnole Dória. Série: 9 – Colégio Pedro II; Subsérie: 2 – Correspondência; Notação: 46.6; Caixa: 236).

BRASILIANA DIGITAL/ BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN/ USP

ROCHA, Justiniano José da. Biographia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama Marquez de Baependy, conselheiro de Estado, senador do Império. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1851.

_____. A Política Brasileira na República Oriental do Uruguay. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1854.

_____. Acção; Reacção; Transacção: duas palavras acerca da actualidade política do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp., 1855.

_____. Monarchia – Democracia. Rio de Janeiro: Typ. De F. De Paula Brito, 1860.

SILVA, João Manuel Pereira da. Inglaterra e Brasil: Tráfego de Escravos. Rio de Janeiro: Typografia do Brasil, 1845.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Acervo online)

Coleção das Leis do Império do Brasil (1837-1889)

Discurso de Justiniano José da Rocha na sessão de 26 de maio de 1855 da Câmara dos Deputados. Coleção de Anais da Câmara dos Deputados. Pp. 132-137.

Leis, Decretos, Decisões Governamentais e Aditamentos:

Decreto de 2 de dezembro de 1837 _ Atos do Poder Executivo.

Regulamento No 8, de 31 de Janeiro de 1838, Estatutos para o Colégio _ Atos do Poder Executivo.

Decreto de 1º de fevereiro de 1841 _ Atos do Poder Executivo.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES _ CHICAGO UNIVERSITY (Acervo digital)

Relatório Ministério do Império, 1838-1889

ROCHA, Justiniano José. Exposição sobre o estado das Aulas públicas de instrução secundária e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império. In Relatório do Ministério do Império, 1850.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN)

Documentos

Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos Deputados á Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) - 1836 a 1888.

Relação dos Deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro nas Legislaturas de 1836 a 1917.

Hemeroteca Digital

A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário

A Malagueta

A Pátria: Folha da Província do Rio de Janeiro

Constitucional

Correio Official

Jornal do Commercio

O Atlante

O Brasil

O Chronista

O Despertador

O Velho Brazil

O Regenerador

Três de Maio

Obras Raras

ABREU, Pedro José de. Elementos de Geographia Moderna. 2a ed. Rio de Janeiro: Nicoláo A. Alves, 1867. Catálogo: IV – 288,1,10.

_____. Elementos de Geographia Moderna e Cosmographia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Typ. do Apóstolo, 1875. Catálogo: V – 328,1,14.

_____. 6ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1879. Catálogo: V – 328,1,13.

_____. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editores Soares & Niemeyer, 1885. Catálogo: III – 47,3,17.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Boletins da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, 1985-1900.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), 1838-1900.

Obras raras

ROCHA, Justiniano José da. Compêndio de Geographia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Typ. do Brasil, 1850. Localização: Coleção Thereza Christina, 3,2.26.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II
(NUDOM/CPII)

Decreto de 24 de agosto de 1881.

Livros de Matrícula do Colégio Pedro II, 1838-1852/1838-1856/1880-1890/1858-1909.

SENADO FEDERAL

Anais do Império. Senado Federal, 1839, livro v. 4, p.317.

MENEZES, Adolpho Bezerra. A escravidão no Brasil e as medidas que convem tomar para extingui-la sem damno para a nação. Rio de Janeiro: Typ. Progresso, 1869.

APÊNDICE A – Relação de professores de Geografia do Colégio Pedro II durante o século

XIX

Professor	Período de exercício	Nome da cadeira/cátedra⁸¹⁴	Disciplina lecionada
Justiniano José da Rocha	1838-1840 1840	Geografia, História Antiga e História Romana (1838-1840) História Geral, História Pátria , Geografia e Cronologia (1840)	Geografia (1838-1840)
Marcellino José da Ribeira Silva Bueno	1840-1842	História Geral, História Pátria , Geografia e Cronologia (1840)	Geografia descritiva (1841-1842)
Lino Antonio Rebello	1841-1849	Matemática	Geografia Matemática e Cronologia (1841-1848) Geografia Astronômica e Cronologia(1849)
Carlos Roberto (Barão de Planitz)	1842-1847	(Interino) Geografia e História	Geografia descritiva (1842-1847)
João Baptista Calógeras	1847-1849 1849	Geografia e História (por concurso) Geografia, História Média e Moderna, e História do Brasil	Geografia descritiva (1847-1849) Geografia (1849)
Joaquim Manoel de Macedo	1849-1850 1850-1857	Geografia e História Antiga Geografia e História Moderna e Média	Geografia Antiga (1849-1850) Geografia (1850-1857)
Camillo de Montserrate	1850-1855	Geografia e História Antiga	Geografia Antiga (1850-1855)
João Antonio Gonçalves da Silva	1855-1857	Geografia e História Antiga e Média	Geografia Antiga(1855-1856) Geografia e História Antiga (1857-1858)
Pedro José de Abreu	1857-1891	Cátedra de Geografia (Internato e Externato)	Geografia (1858-1891?) Geografia e Cosmografia (1862-1876/1882-1891) Elementos de Geografia (1877) Cosmografia (1878-1881) Noções de Geografia (1882-1891)
José Manoel Garcia	1870	(Interino) Português, Aritmética e Geografia do 1o ano do Externato	Geografia (1870)
Manoel Olympio Rodrigues da Costa	1874-1881 1881-1889	Português, Geografia e Aritmética do 1o ano do Externato Português, Noções de Geografia, Aritmética prática e Nomenclatura geométrica	Geografia (1874-1889)
Carlos Maximiano Pimenta de Laet	1873-1891	(Concurso) Português, Geografia e Aritmética do 1o ano do Internato	Geografia (1873-1891)
José Zeferino de Meneses	1876	(Interino) Geografia e Cosmografia (Internato)	Geografia e Cosmografia (1876)

⁸¹⁴ A institucionalização da cátedra de uma cadeira é formalizada somente a partir de Decreto governamental de 24 de agosto de 1881. (Cf. DÓRIA, Op. Cit. p. 145).

Bresser			
	1876-1879	(Interino) Geografia e Cosmografia (Internato)	Geografia (1876-1879) Geografia e Cosmografia (1876-1879)
Francisco José Xavier	1879-1892	(Concurso) Geografia e Cosmografia (Internato)	Geografia (1879-1892) Geografia e Cosmografia (1879-1891)
	1892-1893	Geografia (1o Externato)	Geografia (1892-1893) Geografia e Cosmografia (1892-1893)
Ernesto de Sousa de Oliveira Coutinho	1876-1879	(Interino) Geografia e Cosmografia (Internato)	Geografia (1876-1879) Geografia e Cosmografia (1876-1879)
Alfredo Alvarez de Azevedo Macedo	1876-1879	(Substituto interino) Geografia e Cosmografia (Externato)	Geografia (1876-1879) Geografia e Cosmografia (1876-1879)
João Maria da Gama Berquó	1879-1891	(Substituto por concurso) Geografia e Cosmografia e História	Geografia (1879-1891) Cosmografia (1879-1881) Noções de Geografia (1882-1891) Geografia e Cosmografia (1882-1891)
	1891-1894	Geografia (Externato)	Geografia (1891-1894) Noções de Geografia (1891-1892) Geografia e Cosmografia (1891-1894)
Evaristo Nunes Pires	1880	(Substituto interino) Geografia, Cosmografia e História	Geografia (1880) Cosmografia (1880)
	1891	(Interino) Geografia (Externato)	Noções de Geografia (1891) Geografia e Cosmografia (1891) Geografia (1891)
João Coelho Gonçalves Lisboa	1890-1893	(Substituto interino) Geografia e Cosmografia	Geografia (1890-1893) Noções de Geografia (1890-1892) Geografia e Cosmografia (1890-1893)
	1894-para além de 1900	(Catedrático) Geografia	Geografia (1895-1897) Geografia do Brasil e Cosmografia (1895-1897) Geografia (1898-1899) Geografia do Brasil (1898-1899)
Augusto Daniel de Araujo Lima	1893	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1893) Geografia e Cosmografia (1893)
Alfredo	1894	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1894)

Moreira Pinto	Geografia e Cosmografia (1894)		
	1897	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1897) Geografia do Brasil e Cosmografia (1897)
Carlos Jorge Saclaberry	1899	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1899) Geografia do Brasil (1899)
	1900	(Interino) Geografia (Externato)	Geografia (1900) Geografia do Brasil (1900)

Fontes: Livros de Matrícula do Colégio Pedro II, 1838-1852/1838-1856/1880-1890/1858-1909. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM/CPII).

Organização: Corrêa, 2014.

APÊNDICE B – Relação de professores de Geografia do Colégio Pedro II vinculados a sociedades geográficas no Rio de Janeiro/Brasil durante o século XIX

Professores de Geografia/CPII	Sociedade na qual participou	Breve descrição de atuação nas sociedades geográficas (IHGB ⁸¹⁵ ; SGL/Seção RJ ⁸¹⁶ ; SGRJ ⁸¹⁷)
Justiniano José da Rocha	IIHGB	Fez parte do 1º quadro de sócios efetivos. Parecerista <i>ad hoc</i> .
Marcellino José da Ribeira Silva Bueno	IHGB	Fez parte do 1º quadro de sócios efetivos.
Lino Antonio Rebello	IHGB	Fez parte do 1º quadro de sócios efetivos.
Carlos Roberto (Barão de Planitz)	IHGB	Sócio efetivo
Joaquim Manoel de Macedo	IHGB	Sócio efetivo, terceiro vice-presidente, orador, primeiro secretário.
Carlos Maximiano Pimenta de Laet ⁸¹⁸	SGL/ Seção RJ	Sócio efetivo
Ernesto de Sousa de Oliveira Coutinho	SGRJ	Compareceu a inauguração de exposição de Geografia sul-americana, realizada no dia 23 de fevereiro de 1889, com a ilustre presença do Imperador.
João Maria da Gama Berquó	SGRJ	Sócio efetivo
Evaristo Nunes Pires	IHGB	Sócio efetivo
Alfredo Moreira Pinto	SGRJ	Compôs o Dicionário de Geographia do Brazil. Em 1884 foi lido e aprovado seu dicionário. Alfredo mandou

⁸¹⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁸¹⁶ Sociedade de Geografia de Lisboa, Seção Rio de Janeiro. Criada em 1875, esta sociedade abriu uma seção no Rio de Janeiro em 1878, e funcionou até 1888, mesmo ano da Abolição da Escravatura e véspera da Proclamação da República. Para alguns sócios daquela instituição, influenciado pela matriz em Lisboa, a Seção [1] no Rio de Janeiro seria um ambiente de extensão das aspirações colonialistas lusitanas no continente africano; para outros, a Seção deveria se constituir numa agremiação independente de vocação nacional. Nasceu daí uma cisão em 1881 que desencadeou a criação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro por parte dos dissidentes. [2] Há poucos registros de participação de professores de geografia do Colégio Pedro II nessa Seção, e em função da dificuldade de acesso à Revista da Instituição (a Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil/RSSGL), pouco se obteve de informação a respeito, a não ser através de fontes secundárias. A mencionada revista foi lançada em 1881, mas somente entre 1883 e 1886 tornou-se um periódico de publicação regular. Cf. MARY (2010).

⁸¹⁷ Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Fundada em 1883 para suprir o pouco peso que desfrutava o saber geográfico na mais prestigiada das instituições oitocentistas, o IHGB. Os seus fundadores inspiravam-se na Societé de Geographie de Paris, e apesar de testemunharem a presença da seção carioca da Sociedade de Geografia de Lisboa, percebiam que a mesma não representava outra coisa senão os interesses colonialistas de Portugal na África. Assim nascia uma instituição dedicada exclusivamente à produção de um saber geográfico anelado aos propósitos de construção do território e dos interesses nacionais. Como ainda não existiam geógrafos de formação, seus primeiros sócios eram engenheiros, médicos, advogados e alguns professores de geografia. Em 1945 a instituição passa a chamar-se Sociedade Brasileira de Geografia. Cf. CARDOSO (2008).

⁸¹⁸ Sobre a filiação de Carlos Maximiano Pimenta de Laet na Sociedade Geográfica de Lisboa, Seção Rio de Janeiro, conferir: MARY (Op. Cit.).

imprimir mil exemplares por sua
custa, mas
posteriormente muitos nomes
importantes auxiliaram na impressão.
Seu
dicionário tinha cerca de 30 mil
vocábulos sobre localidades do país.
Alfredo
também era diretor da Biblioteca
Municipal.

Fontes: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB – 1838 a 1900);
Boletins da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1885 a 1900); MARY, Cristina
Pessanha. Geografias pátrias: Brasil e Portugal – 1875-1889. Niterói: Editora da UFF,
2010.

Observação: O conteúdo deste apêndice foi apresentado originalmente na II Jornada de
Iniciação Científica Jr. do Colégio Pedro II. Cf. CORRÊA et al., 2015/2016.

ANEXO B – Editorial de *O Despertador* (dirigido por Francisco Salles Torres Homem)

tecendo críticas ao recém-fundado Colégio Pedro II e ao compêndio de geografia

COLÉGIO PEDRO II

As deploráveis ocorrências que tem tido lugar no colégio Pedro II, e que aparecem ameaçar seriamente o futuro deste estabelecimento, suscitaram hoje algumas interpelações na câmara dos Srs. senadores. As notícias que, há dias, demos sobre o estado do colégio foram plenamente confirmadas pelo Sr. ministro do império, que, na sua resposta às interpelações, deixou ver que tudo quanto a este respeito se tem dito não é infelizmente senão mais que muito real e exato. As desordens, a insubordinação chegaram ali ao seu auge; e não é hoje fácil reparar as consequências que produziu uma longa série de imprudências, muito menos quando se recorre a castigos vergonhosos da antiga educação, que só servem, como a experiência o tem mostrado, para agravar o mal que se pretende remediar.

O Sr. ministro do império assegurou que daria providências que atalhassem a iminente ruína do colégio, o que não havia ainda podido fazer, por falência de esclarecimentos circunstanciados e bem positivos, que o pusessem no caso de conhecer as verdadeiras nascentes dos acontecimentos que tem afligido aquele estabelecimento. Qualquer que possa ser a natureza de tais providências, importa que S. Ex. as tome sem demora: a situação é urgentíssima; as saídas dos alunos se multiplicam de dia em dia; os pais de família, justamente apreensivos à vista de semelhantes desaguisados, apressam-se em retirar seus filhos; e o colégio, já reduzido a um mui diminuto número de alunos, está ameaçado de ser inteiramente abandonado, se adequadas medidas não forem com a maior brevidade adotadas. Sem dúvida, o crédito decaído do estabelecimento não se levantará facilmente; o efeito moral dos recentes sucessos durará por largo tempo, como sempre acontece: mas esta mesma consideração é um motivo de mais para que se não procrastinem as providências que reclama a sua completa desorganização.

O respeitável Sr. marquês de *Paranaguá*, falando de alguns defeitos que viciam o ensino dessa instituição, julgou dever aludir a um detestável *compêndio de geografia*, pelo qual ali ensina-se à mocidade as sandices as mais palmares e grosseiras nesse ramo de conhecimentos. “Não mencionarei um desses compêndios, disse nobre senador, porque não quero desacreditar o seu autor. Mas, devo confessar, que nunca vi tantos erros, disparates e doutrinas tão falsas, como as que se acham enunciadas nessa rapsódia, que não só desacredita o seu autor, como desonra a nação brasileira, aquele estabelecimento, e o governo que o aprovou.”

O Sr. Galvão respondendo a esta última observação do precedente orador, juntou que “Também lhe constava haver um compêndio, que não era muito útil que continuasse.” E na verdade, não era possível que semelhante produção deixasse de atrair a atenção de S. Ex., e que uma instituição, que deve o exemplo de inculcar à juventude os maiores erros e absurdos.

In: *O Despertador*, nº452, 09/10/1839.

ANEXO C – Correspondência de Justiniano José da Rocha para Redator do Jornal do Comércio em 10 de outubro de 1839; assunto: resposta às críticas ao compêndio de geografia de sua autoria.

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator

Foram sempre máximas minhas ocupar pouco o público com negócios que me fossem pessoais, fazer por bem desempenhar meus deveres, deixando a todos plena e inteira liberdade de pensarem de mim o que lhes parecesse, e enfim entregar à discricção da crítica aquilo que julgasse dever escrever, sem anelar elogios, sem me infligirem censuras.

Por isso quando em janeiro⁸¹⁹ deste ano julgou o *Despertador* que lhe convinha lançar algumas invectivas contra um compêndio de geografia por mim escrito, deixei-o sem resposta, e o mesmo continuaria a fazer se hoje não lesse nessa folha as mesmas condenações proferidas por um nobre senador, e apoiadas por S.Ex. o Sr. ministro do Império.

Poderia outrora contentar-me com a única resposta que davam a essas censuras, 1º, os elogios constantes que me tributavam todos quantos tinham conhecimento do estado de minhas aulas, do progresso de meus alunos, e especialmente os que me deram os Srs. Joaquim Gonçalves Ledo e Dr. Paula Candido, mandados pelo governo inspecionar as aulas em novembro do ano passado; 2º, o gosto e aproveitamento com que, debaixo de minha direção, applicavam-se alguns de meus alunos a estudos áridos e tão difíceis para seus tenros anos. Hoje porém não basta esta resposta; convém que publique a história desse compêndio, que me honro de haver escrito.

Havendo-me o exímio ministro do império, o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, encarregado, em janeiro de 1838, das honrosas funções de professor do colégio Pedro II, cuja fundação havia sido decretada, dei preferência à cadeira de geografia e história, por ser aquela para que me supunha mais habilitado pelos meus estudos da mocidade em colégios franceses, pelos elogios e prêmios que nessas doutrinas mereci. Projetando abrir aulas em março ou abril, achou-se S. Ex. o Sr. ministro do império em embaraço por falta absoluta de livros de geografia em vulgar, que servissem de base às explicações, e que fossem decorados por alunos de tenra idade e de compreensão ainda fraca: resolvi pois dar ao colégio um compêndio, e sacrificando-me a insano trabalho, consegui, em menos de 20 dias, ter pronto esse opúsculo hoje tão deprimido. Ofereci-o ao governo de S. M. Imperial, levei-o à

⁸¹⁹ Em verdade, a publicação de O Despertador se deu em fevereiro de 1839. Já o colocamos, em parte, na introdução desta tese.

secretaria... Poucos dias depois a tipografia nacional tinha ordem e me agradecia... Estava de sobejo pago.

Seria absurdo pretender negar que erros me escaparam: qual o livro de geografia que os não têm? Injustiça clamorosa porém me parece querer dar valor, e só valor a esses erros, não atender à indispensável rapidez que presido a meu trabalho, nada desculpar ao zelo, nada ao amor de ser útil, e paga-los com desprezo e ignomínia. Paciência.

Mas quais são esses grandes defeitos do livro tão desprezado pelo *Despertador* e pelo nobre senador o Sr. marquês de Paranaguá? Tenho à vista os compêndios de Goldsmith, de Ganthier, de Cetronne, pelos quais se ensina geografia nos colégios da Europa, e cotejando-os com o que escrevi, não vejo que seja este tão somenos, tão inçado de erros, que me não desculpem a *basofia* de supor que fui útil à mocidade brasileira.

Basta, Sr. redator, não pretendo tomar mais tempo ao público, nem mais espaço à sua folha. O compêdio de geografia que *dei* ao colégio não foi aceito sem ser examinado e lido; o sábio governo (de então) não me o agradeceria com tão obsequiosas expressões se não fosse ele digno dessa honra: não era fruto de especulação, não me impelia o amor do lucro; dei-o, e o governo de então o aceitou; estou satisfeito.

Justiniano José da Rocha

In: *Jornal do Comércio*, nº240, 10/10/1839.

ANEXO D – Discurso (na íntegra) pronunciado pelo Sr. M. de Paranaguá na sessão de 10 de outubro (1839): o colégio Pedro II; o compêndio de geografia adotado naquele estabelecimento.

Discurso pronunciado pelo Sr. M. de Paranaguá na sessão de 10 de outubro: o colégio Pedro II; o compêndio de geografia adotado naquele estabelecimento.

[Primeira parte: o colégio Pedro II]

Senhor presidente, se os estatutos do colégio Pedro II tivessem sido já apresentados às câmaras, como cumpria, pois que há muito tempo que estão feitos, e creio que até em execução, apesar de não estarem ainda aprovados pelo corpo legislativo, não nos ocuparíamos extemporaneamente agora de semelhante objeto, que em verdade tem feito retardar bastantemente o fim da discussão: todavia, eu apesar disto, não posso prescindir de ainda prolongá-la, para não deixar sem resposta algumas coisas que tenho ouvido.

Senhor presidente, eu nunca contestei a conveniência de se estender e de se generalizar por todo o império a instrução secundária; ainda mesmo não disse que um colégio que a ela se destinasse não era conveniente; posto que, acerca da educação e instrução colegial, a minha opinião seja contrária, opinião que, todavia, tem apoio na autoridade de sábios mui respeitáveis: veja-se a este respeito o ensaio acerca do ensino, por Lacroix. O que eu disse foi, primeiramente, que não se podia, sem injustiça e sem se praticar um ato de usurpação, desviar o colégio de S. Joaquim do fim primitivo da sua instituição, dando-se-lhe outro destino, ainda que este seja bom e justo. A isto respondeu-se-me com a desistência que o bispo do Sr. D. João VI, e com a opinião do nosso falecido colega, o ilustre visconde de Cairú, quando ouvido a este respeito.

Conquanto eu tenha em muita consideração tão grandes autoridades (perdoe o nobre senador que as citou⁸²⁰), nem a desistência do bispo diocesano, que não podia ceder um estabelecimento que não era seu, e de que só tinha a administração e a direção, estabelecimento fundado pela piedade dos instituidores, em benefício dos órfãos pobres; nem a opinião de um particular, posto que pessoa de mui distinto saber, pode jamais justificar o procedimento do governo; muito menos depois de haver o senhor D. Pedro I reconhecido a usurpação, e de ter restituído o seminário ao seu primitivo fim. A decisão de um tal negócio

⁸²⁰ O “nobre senador” mencionado na fala, é o seu interlocutor, o senador então licenciado Bernardo Pereira de Vasconcellos, ora investido do cargo de Ministro das pasta do Império e da Justiça (neste, na condição de interino).

competia a mais alto poder. Senhores, desde que eu vi, pela primeira vez, a luz do dia nesta cidade; desde que tive o uso da razão, sempre ouvi chamar aquele estabelecimento seminário de S. Joaquim sempre se me disse que fora instituído pela piedade dos seus fundadores, para os meninos órfãos pobres (apoiados): mas, diz o nobre senador que não se deixa de admitir no atual colégio (certamente por descargo da consciência, sinal de que se reconhece o princípio que se contesta) o mesmo número de 29 alunos pobres (não declarou se todos órfãos) que antes havia no seminário; eu vejo, porém, nos estatutos, se bem me recordo, e não estou enganado, que só onze alunos pobres tem lugar dentro da casa, sendo externos os mais que faltam para completar o número 29, não sendo estes sustentados pelo estabelecimento.

Disse eu também, em segundo lugar, que o governo não podia criar empregos para o colégio, estabelecendo-lhes ordenados, nem designar nos estatutos as matérias do ensino, sem ter procedido ao menos autorização do corpo legislativo, pois que então seria muito fácil ao governo mandar ensinar à mocidade as doutrinas que muito bem quisesse, e melhor conviessem ao poder. A isto tive em resposta que, nesse caso, se deveria fazer o mesmo com os colégios particulares. O argumento não quadra: os colégios particulares não são sustentados nem pagos pela nação; nem os estudos que neles se fazem dão habilitação legal para os empregos públicos, em que se requerem os estudos determinados pela lei, e a apresentação dos respectivos títulos. Todavia, bom fora que o governo tivesse inspeção nesses colégios, e de certo ainda não vi nem sei que ele procurasse ao menos examinar e saber que matérias ali se professam, a fim de que se não ensinem doutrinas contrárias à nossa religião, ou ao sistema de governo que a nação tem adotado.

O mesmo nobre senador, no meio dos seus argumentos, advertiu-nos, não sei a que propósito, de que os regulamentos que o governo dá para a boa execução das leis não carecem da aprovação do corpo legislativo e que, por consequente, aquele não tem obrigação de apresenta-los às câmaras. De certos, ainda aqui ninguém tal exigiu, nem se tem dito coisa alguma acerca de semelhantes regulamentos: sobre os estatutos, sim, tenho eu falado, notando não terem sido submetidos à consideração do corpo legislativo: é verdade que neles se contém várias disposições, que são verdadeiramente regulamentares, o que constitui um dos defeitos que ali noto: isso, porém, não é razão para que não tenham vindo buscar a aprovação das câmaras, no que for puramente legislativo.

Outro nobre senador, falando das desordens acontecidas no dito colégio, afirmou que elas procedem da falta de um bom reitor, única coisa de que carece presentemente aquele estabelecimento, que em tudo o mais ele julga muito bom. Concordo com o nobre senador que muito importa para manter a ordem e a boa disciplina de um colégio o haver nele um bom

reitor: reflita, porém, o nobre senador, que não basta isto só para que o colégio marche bem; é necessário o concurso de outras coisas, como são, bons estatutos, bons mestres e bons empregados subalternos. Não exercerão já ali este emprego dois varões respeitáveis por seu saber e virtudes? Porque deixarão eles de continuar, e sairão do colégio? Não seria provavelmente por não poder evitar males que observavam, provenientes, sem dúvida, de algum defeito na instituição?

[Segunda parte: o compêndio de geografia adotado naquele estabelecimento]

Passarei agora Sr. presidente, a ocupar, ainda por alguns momentos, a atenção da câmara com um objeto em em que já não pretendia falar mais: sou porém a ele chamada por uma correspondência que acabei de ler hoje no Jornal do Comércio⁸²¹. Na sessão passada, tinha eu perguntado ao Sr. ministro se havia mandado examinar os compêndios adotados no colégio de Pedro II, pois que estava informado de que entre eles existiam alguns que não parecia ser os melhores para a instrução da mocidade, especialmente um, em que se notavam erros os mais crassos, então nem nomeei a matéria de que esse compêndio tratava, nem o nome do autor, que aliás se me diz ser pessoa de muito talento, e de quem muito se pode esperar; porque, em verdade, não era a ele que me dirigia nesta censura, mas sim ao ao governo que tinha aprovado semelhante obra, para uso dos alunos daquele colégio; sendo o meu intento chamar com isso a atenção do Sr. ministro, afim de não consentir que se dêem à mocidade ideias falsas das coisas, habituando o espírito à inexatidão e ao erro⁸²². O autor porém da obra aparece nesta correspondência, todo queixoso, tanto de mim, como do Sr. ministro, por não havermos formado dela melhor conceição: estranhou que eu me atrevesse a censurar o seu compêndio, depois de ter sido revisto e aprovado pelo sábio governo (de então), e de lhe ter merecido elogios e louvores. Felizmente, Sr. presidente, para que se não diga que falo sem razão, o compêndio por aí corre impresso: ele dirá, a quem o ler, se a censura é ou não justa. Enfim, basta dizer, para dar-se da obra uma leve ideia, que é um compêndio em que, entre outras coisas semelhantes, se se lê o seguinte (sinto não tê-lo aqui presente).

Os planetas (lê-se ali) descrevem elipses regulares e pouco alongadas, movendo-se em uma direção conhecida da esquerda para a direita.

⁸²¹ A mencionada *correspondência* encontra-se nesta tese no *Anexo B*.

⁸²² O discurso anterior, do próprio Marquês do Paranaguá, foi comentado em *O Despertador* no no452, 09/10/1839, e encontra-se no Anexo B desta tese; foi a partir desta publicação que Justiniano pôs-se a responder através da seção *Correspondências do Jornal do Commercio*, no240 de 10/10/1839 (Op. Cit.).

Chama-se elipse uma figura geométrica, que se assemelha a um ovo: difere de círculo, porque o diâmetro divide a esta em duas partes iguais, o que não acontece na elipse, cujos raios são desiguais.

Linha vertical é aquela que desce de alto a baixo: horizontal aquela que se estende de um lado para outro, da esquerda para a direita ou vice-versa.

Enfim, até na parte geográfica se encontram erros notáveis: tratando desta província, lê-se que a cidade de Angra dos Reis está situada em uma fertilíssima ilha, que se acha em pouca distância do litoral, ao S. do Rio de Janeiro, e tem o nome de Ilha Grande.

Ora, à vista disto, que conceito se deve fazer de um tal compêndio? Que mais é preciso dizer? Mas, basta; eu não desejo abusar da paciência do senado: sinto ter sido a isto mesmo obrigado.

In: *O Despertador*, nº457, 15/10/1839.

ANEXO E – Correspondência de Justiniano José da Rocha para Redator do Jornal do Comércio em 16 de outubro de 1839; assunto: resposta às críticas ao compêndio de geografia de sua autoria feitas na Tribuna do Senado pelo Marquês de Paranaguá.

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator

Haviam-me dito que o Exmo. Sr. marquês de Paranaguá, na sessão de 10 corrente, da câmara dos Srs. senadores, me fizera a honra, respondendo à minha correspondência do mesmo dia, de apontar alguns dos *vergonhosíssimos erros* do meu Compêndio de Geografia: esperei pois ansioso pelo *Despertador* que devia trazer esse discurso. Porque, dotado de alguma docilidade, sinto que para aprender todo o tempo é tempo, e muito folgaria de aproveitar lições de tão respeitável mestre. Ontem, enfim, 15 do corrente, li no *Despertador* esse discurso.

Agradeço ao Exmo. Marquês a delicadeza com que me tratou, não tendo querido declarar nem a matéria de que tratava o compêndio que censurava, nem o nome de seu autor: infelizmente de pouco valia essa cautela, porque sendo o meu compêndio o único novo adotado pelo colégio, era evidente que a ele se referia o nobre senador. Essa delicadeza, e algumas expressões de imerecido elogio, alguma modificação nas primeiras censuras, juntas ao respeito que tributo à alta posição e ao nome do nobre marquês, de certo fariam que eu não mais escrevesse sobre esse assunto, que até anuisse às censuras e repreensões; mas nem sempre se faz o que se quer.

No estado em que se acha o colégio de Pedro II, quando para conter a ordem no meio de centenas de alunos, não tem um professor senão o respeito que lhes impõem suas qualidades pessoais, e a opinião de sua capacidade; as censuras do nobre senador, vulgarizadas pela imprensa, lidas pelos alunos, devem enfraquecer, senão completamente aluir a força moral de que tenho constantemente gozado; cumpre pois responder-lhes.

A princípio achei que me devia retirar daquela casa de ensino: não o quiseram meus colegas, não o quis o governo imperial a quem ofereci minha demissão, e por fim meus melhores alunos pediram-me que o não fizesse: autorizados pelo reitor da casa, dirigiram-me eles essa carta que junta público, e contra a qual não valeriam as mais firmes resoluções de minha vontade. Recebam eles esse testemunho da afeição que lhes tenho.

Tenho pois de continuar professor, cumpre-me responder ao nobre marquês.

Esperava muito mais árdua tarefa: conhecedor de bom número de erros que a rapidez da composição havia introduzido em meu compêndio, e que em uma segunda edição estava

resolvido a corrigir, receava que o nobre marquês me os lançasse em rosto, que dissesse que carecia de clareza a minha exposição da precessão dos equinócios, do aumento progressivo dos dias; que dissesse que os preliminares de geografia física e política, que as noções de geografia antiga, por mui brevemente expostos, ficam sem utilidade, ou precisam de muitas explicações; que na descrição dos estados da confederação germânica, da Índia cisgângética e transgângética, havia desordem e confusão, defeitos cardeais em um compêndio, etc., etc., etc.; mas nada disto me censurou o nobre marquês; censurou-me algumas definições geométricas que infelizmente não fui buscar em Euclides: deveria porém tê-lo feito?

Conheço que carecem essas definições de exatidão geométrica: provém esse meu pecado de supor que para a compreensão dos meninos de pouca idade o rigor geométrico daria em resultado a atrapalhação; tenho para mim que nessa idade o exemplo material dos diversos ângulos, das diversas linhas, vale mais, é mais perfeitamente entendido do que a melhor definição que nos compêndios geométricos existisse. Demais, queria eu um compêndio de geometria? Não; tinha o do nobre marquês de Paranaguá⁸²³: quereria ainda um de geografia matemática? Não; teria o do nobre senador o Exmo. Sr. Costa Pereira. Por menos geométricas pois que sejam minhas definições, não são elas censuráveis, com tanto que tenham a seu favor fazerem com que entendam meus alunos, compreendam exatamente o que lhes queria explicar.

Outra censura mais grave é haver eu colocado a cidade de Angra dos Reis na Ilha Grande. Também o compêndio dá o nome de Iguazú, a um rio de Pernambuco, quando este chama-se Igarassu, também na província do Rio Grande do Sul parece considerar como povoações diversas S. Francisco de Paula e Pelotas, etc.; mas são estes erros crassos e vergonhosos, ou descuidos que o professor observa na leitura e corrige na explicação?

A severidade dos que tanto censuram meu compêndio vem de o não quererem considerar como um livro que deve andar em mãos de meninos, e ser-lhes vagarosamente explicado, e de suporem que eu havia querido escrever um tratado para ser consultado pelo douto ou lido pelo indouto. Não, eu só quis dar aos alunos um livro, que servisse de base às minhas explicações; e como habilitei com meus livros franceses aqueles que sabem francês, como os habilitei com mapas meus e atlas meus para poderem acompanhar minhas explicações, habilitei-os com um livro que lhes ajudasse a memória.

Perdoe, Sr. Redator, se ainda com negócio pessoal lhe roubo suas colunas; será a última vez que o faço.

⁸²³ Vale dizer que o marquês do Paranaguá era, de fato, autor de um compêndio de geometria. Constatamos inúmeros anúncios da obra à venda em diversas edições do periódico O Despertador.

J. J. da Rocha

In: *Jornal do Comércio*, nº246, 16/10/1839.

ANEXO F – Abaixo-assinado de alunos internos do Colégio Pedro II, em 12 de outubro de 1839, suplicando a permanência do Sr. Dr. Justiniano José da Rocha como professor do Colégio Pedro II após o próprio pedido de demissão. Publicado no *Jornal do Commercio* na edição de 16 de outubro de 1839

Ilmo. Sr. Dr. Justiniano José da Rocha. – Os abaixo assinados, alunos internos do Imperial Colégio de Pedro II, penetrados da mais viva cor pela inesperada demissão que se diz V.S. pediu de professor de geografia e história deste colégio; altamente convencidos de que a falta de V.S. naquelas cadeiras é uma falta irreparável: penhorados da bondade e equidade de V.S., vão ansiosos suplicar-lhe que, juntando mais um dos benefícios que ao colégio de Pedro II tem feito, haja de continuar a lecionar nele, só não por amor de todos os alunos ou de alguns dentre eles que por mais aplicados são devedores a V.S. de mais atenção, ao menos e principalmente pelo da juventude brasileira e pelo do Brasil, cujo venturoso porvir dela depende. Os alunos internos deste colégio, amparando-se na bondade de V.S., ousam esperançosos felicitar-se de obter a graça que por todos eles pedem os sub-assinados. Imperial colégio de Pedro II, aos 12 de outubro de 1839. – (*Seguem as assinaturas*)⁸²⁴.

⁸²⁴ As assinaturas dos alunos não foram publicadas na edição do jornal.

ANEXO G – Primeira nota biográfica acerca de Justiniano José da Rocha, publicada com ele ainda em vida – Por Innocencio Francsico da Silva, em 1860

JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, Bacharel em Ciências jurídicas e sociais pela Academia de S. Paulo, cujo curso frequentou nos anos de 1828 a 1833, tendo tido a sua primeira educação literária no colégio de Henrique IV em França. É lente da Escola militar do Rio de Janeiro, incumbido das aulas de latim e francês; ex-Professor de Geografia e História antiga no Imperial Colégio de Pedro II, e ex-Membro do Conselho diretor de Instrução pública primária e secundária da corte: Advogado forense, e membro da Camara dos Deputados em várias legislaturas, etc. – N. na cidade do Rio de Janeiro, em 8 de Novembro de 1812.

Entrando em 1836 na carreira do jornalismo político e literário, teve ocasião de introduzir a novela em apêndice, ou folhetim nos periódicos: traduzindo para esse fim vários romances, e compondo originalmente outros sobre velhas anedotas da terra, etc. – Fundou em 1836 os jornais *Atlante* e *Cronista*, tendo neste como colaboradores, primeiramente o sr. conselheiro Josino do Nascimento Silva, e depois o sr. doutor Firmino Rodrigues Silva. Pela cessação do *Cronista* em 1839 fundou igualmente o *Brasil*, folha que exerceu notável influência na política interna do país, e que durou até 1849. Tem de então para cá escrito outros periódicos de curta duração, e é desde 1839 até hoje colaborador do *Jornal do Comércio*, no qual tem publicado grande número de artigos de todo o gênero e espécie.

Ultimamente fundou o *Regenerador*, folha político-monarquista, com a epígrafe: *Fé em Deus: fé nas instituições: fé no futuro do Brasil*. Saiu o nº 1 em 9 de Fevereiro de 1860, e creio que ainda continua.

Para a sua biografia vejam-se os *Apontamentos* insertos na *Nova Practica elementar da Homeopathia* pelo sr. dr. A. J. de Mello Moraes (1856), de pag. vi a viii.

As suas obras originais e traduzidas, publicadas até agora pela imprensa separadamente, e de que hei conhecimento ou notícia, são as seguintes:

5074) *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil e especialmente sobre o juri; onde se mostram os defeitos radicais dessa tão gabada instituição: seguido de um apêndice, contendo a análise do processo de La Ronciere, acusado de estupro e tentativa de assassinato, julgado no tribunal dos Assises de Paris em 1835*. 8º de viii-138 pag.

5075) *Compêndio de Geografia elementar, oferecido ao Governo de S.M.I. e por ele aceito para uso dos alunos do imperial colégio de Pedro II*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional

1838. 8º gr. De 142 pag. – *Segunda edição completamente refundida, aumentada e emendada*. Ibi, Tip. Do Brasil de J. J. da Rocha 1850. 8º de 321 pag. – Cada uma das edições foi, segundo se diz, de 4:000 exemplares, e acham-se ambas exaustas.

5076) *Os assassinos misteriosos, ou a paixão dos diamantes: novela histórica*. Ibi. Tip. Imper. e Const. De J. Villeneuve & C.^a 1839. 8.º de 29 pag. – Publicada somente com as iniciais J. J. R.

5077) *A rosa amarela: novela de Alexandre de Lavergne*. Ibi., na mesma Tip. 1839. 8.º de 82 pag. – Com as ditas iniciais.

5078) *As armas e as letras: novela de Alexandre de Lavergne*. Ibi., na mesma Tip. De 1840. 8^a de 93 pag.

5079) *A pele do leão: novela de Charles Bernard*. – Ibi, 1842. 8.º de 138 pag.

5080) *O Conde de Monte-Cristo, por Alexandre Dumas*. Ibi, 1845. 8.º 10 tomos, contendo cada um deles respectivamente 155, 160, 169, 106, 197, 168, 216, 217, 168 e 229 pag. – Esta tradução que, segundo se afirma, é superior em mérito às que do mesmo romance se fizeram em Portugal, saiu periodicamente nos folhetins do *Jornal do Comércio*; e à medida que se imprimia, se iam tirando exemplares em separado. – Em 1847 se fez *segunda edição*, na mesma tipografia.

Notarei aqui, para aqueles que o não sabem, que o sr. Eugene Minecourt na sua biografia de Alexandre Dumas, inserta na coleção *Les Contemporains*, atribui a Augusto Maquet tanto esta, como outras novelas que correm com o nome do famoso romantista.

5081) *Piquillo Alliaga, ou os mouros no reinado de Filipe III, por Eugene Scribe; traduzido etc.* Rio de Janeiro, Tip. De Bindot (nas capas externas dos exemplares brochados lê-se o nome da Tipografia; nos encadernados aparece só o nome da “Livraria belga-francesa” que foi editora desta publicação). 1847. 4.º gr. de 426 pag. – Não vi esta edição, que descrevo segundo a notícia recebida; mas possuo um exemplar, não sei se da mesma, se de outra diversa, enviado por favor do sr. B.X.P. de Sousa, em cujo frontispício se lê: *Nova edição, ilustrada com finíssimas gravuras*. Rio de Janeiro, Desiré du Jardin, editor: rua da Quitanda nº 45. Sem indicação da tipografia, nem do ano. 4º gr. Duas partes, com um só rosto, contendo 408-426 pag. Cumpre notar, que as *finíssimas gravuras* não passam de *mediocres litografias*. (Vej. outra tradução do mesmo romance no artigo *José Liberato Freire de Carvalho*.)

5082) *Biografia de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi, conselheiro de estado, senador, etc.* Rio de Janeiro, Tip. Univ. de Laemmert 1851. 8.º gr. de

109 pag. com um retrato. – A biografia ocupa somente 25 pag.: o resto do volume é preenchido com documentos, e trabalhos financeiros do mesmo marquês.

5083) *Coleção de fábulas, imitadas d'Esopo e de Lafontaine: dedicadas a S.M. o imperador D. Pedro II.* Rio de Janeiro, Tip. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães 1852. 16^o de v-120 pag. – *Segunda edição adotada para leitura das escolas primárias do município neutro.* Ibi, Tip. Imperial e Const. de J. Villeneuve & C.^a 1855. 8.^o de 56 pag.

5084) *Ação; reação; transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil.* Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve & C.^a 1855. 8.^o gr. de 56 pag.

5085) *Compêndio de Historia universal. Tomo I. Historia antiga.* Tip. do Regenerador, de Justiniano José da Rocha 1860. 8.^o gr. de v-193 pag., e mais oito de frontispício e prácio sem numeração. – O autor promete a continuação, com intervalos mais ou menos longos, que compreenderá em três tomos: o 2.^o a *história da idade média*: 3.^o a *história moderna*, até o tratado da quadrupla aliança: 4.^o a *história da América*, com especialidade a do Brasil, e uma breve noção dos inventos e progressos industriais no século que corre. – Acerca do mérito desta obra vej. o *Jornal do Comércio* do Rio, de 23 de Abril de 1860, no artigo *Labyrinto*.

5086) *A sorte grande: novela escrita em alemão pela Sr.^a Fanny Levald, traduzida em francês, e do francês para português.* – Saiu nos folhetins da *Marmota* (1860), começando em o n.^o 1122 e concluída no n.^o 1196. – Creio que se tiraram também exemplares em separado, os quais contudo não vi.

5087) *Monarquia-Democracia.* Rio de Janeiro, Tip. de F. De P. Brito 1860. 8.^o gr. de 55 pag. – Saiu anônimo este opúsculo, veio primeiro à luz nos n.^{os} 142, 143 e 144 do *Jornal do Comércio* do Rio, de 23, 24 e 25 de Maio de 1860. Preparava-se segunda edição, porque a primeira de 1:200 exemplares exauriu-se para logo.

É uma confutação vigorosa e brilhante de outro opúsculo, que sob o título *Os Cortesãos e a viagem do Imperador* publicara recentemente na Bahia o dr. José Joaquim Landulfo da Rocha Medrado (falecido a 26 de Setembro próximo passado), do qual tratarei no *Suplemento* final.

Esse opúsculo deu também lugar a outras refutações, tais como a *Monarquia constitucional e os Libelos*, pelo dr. David de Canavarro, Rio de Janeiro 1860. 8.^o de 33 pag.; e os *Anarquistas e a civilização, ensaio político* (Vej. *Joaquim Pinto de Campos*).

Segundo informações obtidas, o sr. dr. J. J. da Rocha conserva ainda inéditos, e já completos os seguintes escritos:

5088) *O paria*⁸²⁵ *da sociedade brasileira*: novela em quatro tomos.

5089) *Dissertação contra o regimen penitenciário aplicado ao Brasil, e aos povos meridionais*.

5090) *Ensaio crítico sobre o modo por que se deve escrever a história do Brasil*. – Destinado para ser oferecido ao Instituto Histórico do Brasil, de que o autor foi um dos primeiros sócios: porém não realizou a oferta, por separar-se entretanto daquela associação.

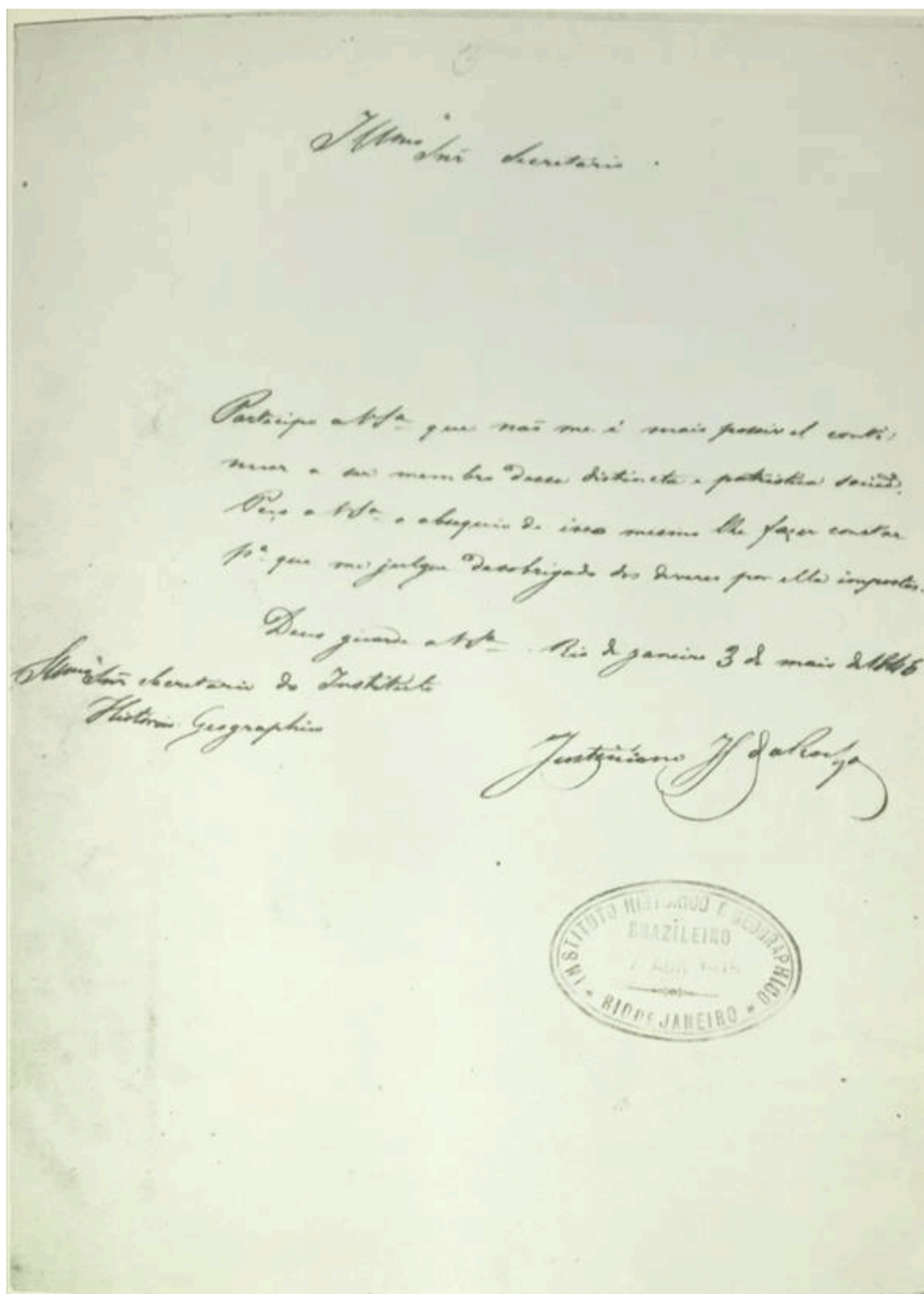
E além destes o seguinte, começado, porém ainda não concluído:

5091) *História parlamentar e política do império do Brasil*.

In: SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez* (estudos de I. F. S. applicáveis a Portugal e ao Brasil). Tomo Quinto, Lisboa: Imprensa Nacional, 1860 pp. 163-165.

⁸²⁵ Sinônimo de “pária”.

ANEXO H – Fotocópia da carta dirigida por Justiniano José da Rocha ao Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, solicitando seu desligamento da instituição



ANEXO I – Transcrição e fotos dos registros acerca de Justiniano José da Rocha no *Livro de Matrícula dos Empregados do Collegio Pedro II – 1838-1852*

N. 4

Justiniano José da Rocha, nascido na cidade do Rio de Janeiro
Bacharel formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de S. Paulo.

1838

Fever. 21

Nomeado Professor do Colégio por Decreto desta data sem designação de cadeira, mas de ordenado.

Março 12

Entrou em exercício, concorrendo para os exames preparatórios.

Abril 29

Por Portaria desta data, Comunicado ao Colégio em Anais do doa 30, foi nomeado Professor de Geografia, e de História Antiga e Romana, sem designação de ordenado.

Mai 4

Principiou a lecionar Geografia nas classes 8^a, 7^a, e 6^a; História Antiga na 6^a.

Julho 7

Pelo Decreto desta data, foi lhe concedido permanentemente o ordenado anual de 500.000 réis.

1839

Fever. 3

Este ano lecionou Geografia nas classes 8^a, 7^a e 6^a, História Antiga na 6^a, História Romana na 5^a.

1840

Fever. 3

Lecionou neste ano História Pátria no segundo ano de então, Geografia e Cronologia no quarto.

Março 1

Pelo Decreto geral desta data ficou com o título de Professor de História Geral, História Pátria e Geografia e Cronologia; com o ordenado anual de um conto de réis.

Agosto 3

Decreto, comunicado ao Colégio em Anais do dia 5, concedendo-lhe a demissão que pedira do lugar de Professor do Colégio.

Sucedeu-lhe o n. 23⁸²⁶.

⁸²⁶ Quem sucedeu a Justiniano na função foi Cônego Marcellino José da Ribeira Silva Bueno, nascido em Santos, província de São Paulo. Assumiria o cargo de Justiniano em 23 de setembro de 1840, ganhando o mesmo ordenado que ele (um conto de réis ou, em outros termos, um milhão de réis: 1:000.000 réis).

1838-1852

N. 4. Justificação por da Rocha, respeito ao cargo de
 Rio de Janeiro em
 Bacharel formado em Direito, Jurisprudência e Ciências
 pela Academia de S. Paulo.

1838 Fev. 21 Nomeado Professor de Collegio por Decreto desta data
 com designação de cátedra, nome de cátedra.

Maio 12 Estabelecido o curso, começando para os cursos
 preparatórios.

Abril 29 Por Decreto desta data, communicado ao Collegio em
 Assis de dia 30, foi nomeado Professor de Geogra-
 phia, e de Historia Antiga e Romana; sem des-
 ignação de cátedra.

Maio 4 Principiou a leccionar. Geographia nos classes
 8.^a, 7.^a, e 6.^a; Historia Antiga na 6.^a

Julho 7 Pelo Decreto desta data, foi lido o estado financeiro
 o ordenado annual de 500.000 reis.

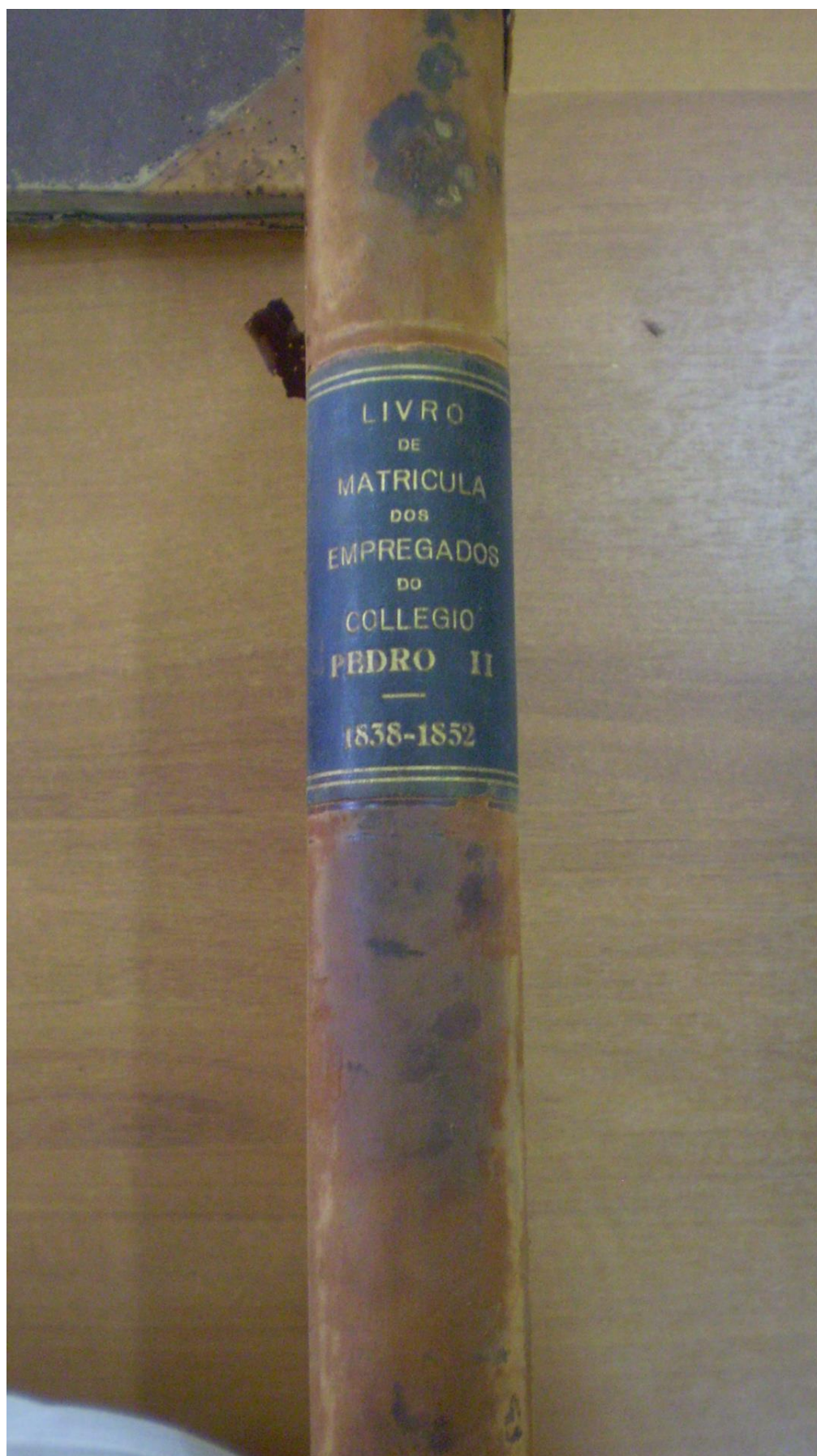
1839 Fev. 3 Este anno leccionou Geographia nos classes 8.^a, 7.^a, e 6.^a,
 Historia Antiga na 6.^a, Historia Romana na 5.^a

1840 Fev. 3 Lecionou neste anno Historia Patria no segundo
 anno de curso, Geographia e Chronologia no quinto.

Maio 1 Pelo Decreto geral desta data ficou com o titulo de
 Professor de Historia Geral, Historia Patria, Geo-
 graphia e Chronologia; com o ordenado annual
 de hum conto de reis.

Agosto 13 Decreto, communicado ao Collegio em Assis de
 dia 5, concedendo-lhe a Licenciatura que goza de
 lugar de Professor de Collegio.

Sucedes-lhe o n. 23.



ANEXO J – Íntegra de artigo de Justiniano José da Rocha em *O Atlante*, N. 11, 10/6/1836

Para serem boas as administrações públicas devem ser restritas a pequenas localidades; devem obrar em pequena esfera, para obrar com energia. Já de há muito apregoado esse princípio deu nascimento aos conselhos da Província e as municipalidades, seu desenvolvimento fez ampliar as atribuições daqueles conselhos, e os transformou em Assembleias Provinciais: o exemplo da Inglaterra deveria animar-nos a segui-lo em **maior número de escalas**.

Talvez que a boa – polícia – daquele país, talvez que sua prosperidade e riqueza sejam em parte devidas às subdivisões da Autoridade administrativa e ao estabelecimento dos Consistórios⁸²⁷. Já entre nós a Malagueta⁸²⁸ expôs esse sistema, e preconizou a administração Paroquial: mas a quadra lhe não era oportuna, a atenção pública estava atraída por questões de maior momento, e que de maior interesse pareciam: a doutrina da Malagueta não foi combatida, nem apoiada, nem mesmo entendida: a apolítica atraía toda atenção. Hoje porém que o Público está enjoado de questões dessa natureza, hoje que as paixões vão-se arrefecendo, hoje que se trata de alguns melhoramentos sociais, oportuno nos parece o ensejo para desenvolvermos a **teoria das administrações locais**.

“Esse sistema no Brasil não tem sido bem entendido; mui grandes são nossas divisões administrativas, compreendem espaços tão consideráveis que em extensão e gérmenes de riqueza disputam com os Reinos da Europa. O Brasil se acha dividido em 8 Províncias: ora essas divisões são mui grandes para que a ação administrativa tenha a necessária atividade; são mui grandes para que não ameacem a centralidade, mui remotas para que se lhes não dê meios, e faculdades de que podem abusar contra o centro. Um presidente [de província...] hábil, para que possa ser útil, carece de todos os poderes de que atualmente se acha revestido; um hábil Presidente, se for ambicioso, com esses poderes que tem, pode fazer de sua Província um Estado independente.

⁸²⁷ O termo pode significar uma assembleia de ministros e de fiéis em algumas igrejas protestantes, ou de membros do conselho de uma sinagoga, reunida para discutir problemas gerais das suas comunidades religiosas. Naturalmente, conforme empregado por Justiniano, o termo restringe-se a assembleia de ministros ou de autoridades.

⁸²⁸ “A Malagueta foi um periódico publicado no Rio de Janeiro após o retorno da família Real Portuguesa a Portugal. Publicado entre 18 de dezembro de 1821 a 31 de março de 1832 pelo editor e panfletário português Luís Augusto May, era um Semanário de linha editorial nacionalista e liberal exaltada e crítica à Corte, favorável à emancipação política do Brasil. Após a independência passou a defender a federação que, em sua opinião, daria maior autonomia às províncias do Império. Cf. A Malagueta. Nota encontrada nas páginas da Biblioteca Nacional.
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=700517&pagfis=221&url=http://memoria.bn.br/docreader#>]

“A Província é dividida em municípios – porque os termos, as comarcas, as capelas e freguesias são divisões judiciais, religiosas, mas nada tem de administrativas. Os municípios são primeira unidade de nosso sistema administrativo, e não sofrem mais subdivisões: porque as freguesias fiscais não são mais do que agências das municipalidades, e assim não administram, mas executam a administração das Câmaras Municipais.

“Assim temos em tão grande e tão extenso Império, 18 Províncias divididas a esmo, sem proporção de riqueza, nem de indústria, nem de população, nem mesmo de território, e cada uma dessas Províncias subdivide-se em maior ou menor número de municipalidades, feita também a esmo, e pelo acaso, essa subdivisão.⁸²⁹

“Quanto é viciosa tal divisão, é tão saliente que escusamos demonstrá-lo. – As Províncias são mui grandes, tem muitos interesses, necessitam de muitos direitos, e assim podem facilmente *independentizarem-se*⁸³⁰. Os municípios são também mui vastos para que possam ser conhecidas todas as suas necessidades e obterem logo remédio adequado: finalmente a administração superior vê-se tão avexada por negócios de outra natureza que pouco tempo lhe resta para ocupar-se com as municipalidades, pouca atenção podem desviar sobre tantas exigências. – É pois necessário dar a isso remédio.

“A divisão em Províncias não pode ser alterada, ela é constitucional, dela dimanam poderes e direitos políticos, por isso devemos-nos abster de maiores reflexões a esse respeito, no entanto as outras divisões podem ser alteradas cumpre que o sejam, mostrada uma vez a necessidade dessa alteração.

“O Presidente inspecionando as municipalidades, já dividida sua atenção sobre tantos ramos do serviço público não pode, ainda que o queira, ser bom administrador; deveria existir uma autoridade intermediária entre a Província e o município que a ambas desse as mãos e as ligasse: então menos avexada seria e mais independente a ação do Governo, enquanto a sua vigilância tornar-se-ia mais eficaz: Distritos ou Condados deveriam intervir na divisão administrativa.

“Falemos a ora dos municípios muitos são os interesses a cargo das Câmaras. Os vereadores tendo de ocupar-se de todos eles não o podem, e por isso vemos enquanto algum ramo do serviço floresce, outro vai definhando: as divisões territoriais mesmas são extensíssimas: a vigilância das Câmaras vem ocupar-se com vastíssimas superfícies. O município da Corte seja exemplo – ele estende-se até a freguesia de Santa Cruz. Como há de

⁸²⁹ A divisão “a esmo” confere a falta de lógica inclusive (ou sobretudo...) espacial.

⁸³⁰ Grifo do autor, Justiniano José da Rocha.

meia dúzia de vereadores residentes nesta Cidade, ter notícia das necessidades de lugares tão distantes de suas vistas, conhecer suas urgências e aplicar-lhes remédio oportuno! Como hão de eles mesmos saberem de quanto é reclamado nos vários pontos da Cidade em que residem! E por isso vemos o que por aí vai; até mesmo o largo do Paço, essa praça que por ser contígua ao Palácio Imperial deveria estar sempre limpa, sempre digna do Trono, essa praça está coberta de capim – qual o antigo Fórum Romano, em que se agitaram interesses de tantas nações, em que se decidiu a sorte de tantos povos, hoje se acha metamorfoseado em *Campo – Vaccino*. E todavia dizem que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro é ativa, dizem que procura bem servir, e no entanto clama-se geralmente contra o mau estado dos objetos a seu cargo! Como conciliar esses clamores com aqueles elogios? Reconhecendo, como reconhecemos, vício na instituição: a municipalidade não pode com tanta coisa, preciso é que subdividir o município a fim de termos autoridades, cuja vigilância aplicando-se em menor círculo, possa ser mais ativa e mais útil. Essa subdivisão dar-nos-á a Paróquia – equivalente dos Consistórios da Inglaterra.

“Admitido esse sistema, teremos a ação administrativa; 4 vezes subdividida – 1o Império em 18 Províncias – 2o a Província em Distritos ou Condados – 3o o Condado em Municípios – 4o os municípios em Paróquias, e portanto mais ativa e menos usurpadora.

“Sobre esse sistema chamamos a atenção de nossos Estadistas; esta doutrina deve ser mais desenvolvida, em outro número o procuraremos fazer; então trataremos de mostrar quão fácil nos seria obter essa organização, e quanto com ela aliviaríamos as repartições superiores.”

Grifos nossos.

ANEXO K – Íntegra do artigo de Justiniano José da Rocha em *O Velho Brazil*, N. 1703,
06/08/1853

O Amazonas e os Estados Unidos

Publicou o Jornal do Comércio de quinta-feira um artigo de uma gazeta dos Estados Unidos acerca do Amazonas, e acompanhou-as com as mais ajustadas reflexões para mostrar quanta atenção devemos dar, não só ao desenvolvimento das pretensões daquela república, como aos meios de aprobeitarmos esse Rio-mar, e as férteis regiões por ele banhadas, e que por certo dar-nos-ão, no dia em que disso afincadamente tartarmos, uma das mais elevadas posições entre as nações modernas.

"Cumpre bem compreendermos todo o alcance da ameaça de usurpação que nos é dirigida pelos Estados Unidos; cumpre examinar atentamente como caminham eles, para tratarmos da defesa do território da pátria, para convenientemente e oportunamente defendê-lo.

"Depois de haverem preparado a desmembração do México, tomaram-lhes pelas armas algumas províncias, e entre a aurífera Califórnia; entretanto continuam a fomentar a anarquia e a guerra civil nessa mísera república, para que a seu tempo a entreguem à sua cobiça. Promovem incursões na ilha de Cuba, cuja fertilidade excita a sua inveja, e já francamente declaram que, mais dia menos dia, se hão de assenhorear dela; querem usurpar uma ilha do Perú, e se aí a atitude das potências europeias não os tivesse coibido, por certo mais um abuso da força teria vindo juntar-se a tantas outras revelações do espírito de pirataria que domina nessa abençoada república [ironia...], entregue na sua vida interior aos preconceitos mais bárbaros e feroz a ponto de erguer fogueiras nas praças públicas e nelas queimar alguns desgraçados arrancados às cadeias pela população infrene.

Quer ela hoje o Amazonas. Vejamos como procede. Manda fazer explorações nesse rio por engenheiros seus; fundam-se periódicos com a missão especial de fomentar o espírito de usurpação, e para o aí dirigirem. Inventam esses as mais absurdas teorias, de um comunismo inadmissível, declarando que quem possui e não goza nem deixa os mais gozarem, esse não tem direito de possuir; inventam novo direito público e nova geografia, pela qual, perdendo os seus foros de rio, o Amazonas passa a ser mar interior, e portanto de propriedade comum para todos os povos; imaginam enfim que o Amazonas, que desagua no Atlântico, em muita distância do mar das Antilhas e do golfo do México, é uma dependência desse golfo e desse mar, prende-se ao sistema de águas a que pertence o Mississipi: e de semelhantes asserções

tira a mais singular conclusão: esse rio pertence pois aos Estados Unidos, o povo dos Estados Unidos é chamado a aproveitá-lo: o Brasil comete um deplorável atentado não consentindo que assim seja.

"Estabelecidos esses pontos de teoria, tratam de incitar a cobiça dos povos. O Amazonas tem dado origem a muitas fábulas e a singulares ficções; sem falarmos da de que tira ele o seu nome, desse povo de mulheres guerreiras que, nas suas margens, viviam sem homens, bastanos lembrar a fábula do Eldorado, de que tão bom partido tirou Voltaire na sua novela Candido ou o otimista. A essas ficções recorrem hoje com todo o desembaraço os jornalistas americanos; levam o arrojo da hipérbole até escrever que nas felizes margens do Amazonas o ouro e a prata engrossam a poeira; não sabemos como nisso pára a sua modéstia, como não nos apontam os meninos que Candido lá viu brincando a marela com esmeraldas e diamantes.

"Assim inebriada a cobiça dos piratas, apresentam-lhes o Brasil, o odioso Brasil, dragão do jardim das Hesperides, guardando todas essas riquezas, e não as dando aos estrangeiros, nem para si as aproveitando: e pois maldições e pragas contra o Brasil!

"Há nessas pragas e nessas maldições uma iniquidade contra a qual bradamos com toda a nossa energia. Procura-se apresentar o Brasil como um país pouco hospitaleiro, que repele o estrangeiro.

Humboldt, o grande Humboldt, teve proibição oficial de vir ao Brasil!

"É a primeira vez que temos disso notícia, temo-la por essa folha manifestamente iníqua para conosco.

"Todavia, quando assim fosse, o Brasil, nação livre, não pode ser responsável pelo que faziam os governos do Brasil-colônia, e de que era ele próprio a primeira vítima. Entretanto, ainda nessa época tantos sábios estrangeiros vieram explorar o nosso interior, de todos geralmente acolhidos, auxiliados pelos favores das autoridades tanto quanto pelo gênio hospitaleiro do povo, que o testemunho deles, consignado nos seus escritos, opomo-lo ao escritor norte-americano.

"Se desses testemunhos prescindíssemos, poderíamos mostrar no espírito das nossas leis a mais alta manifestação do nosso gênio hospitaleiro; não há um só direito civil cujo exercício não seja garantido ao estrangeiro a par e na mesma linha que ao nacional; liberdade de indústria, liberdade de religião, liberdade de culto, segurança de pessoa e de bens, direito de adquirir toda a casta de propriedade, de possuir, de transferir por contrato, herança ou testamento; recurso à justiça civil e criminal, tudo isso sem a menor restrição, tudo concedem as nossas leis, indiferentemente, ao estrangeiro e ao nacional.

"Nos nossos hábitos domésticos, vemo-los acolhidos por toda parte, com agasalho especial, desde que são conhecidos, apresentados: nesse ponto, se estamos a par do Francês, estamos muito acima do Inglês, e muitíssimo, muitíssimo acima desses cidadãos dos Estados Unidos, todos devorados pelas mais estúpidas preocupações.

"Não estamos muito adiantados nas vias do progresso material, a esse respeito ainda nos achamos em deplorável infância: mas os esforços que fazemos por sair dela, esses desejos, atalhados infelizmente pela falta de recursos, de cabedais, de população, ao menos mostram que tudo faremos para obter quem nos ajude com seu trabalho, sua experiência, seus recursos.

"Há no artigo da folha americana, bem como no desenvolvimento dessa cobiça que nos ameaça, uma vantagem, indicam-nos uma verdade que cumpre que quanto antes façamos com que seja uma mentira. Se o conseguirmos, daremos os sinceros agradecimentos aos nossos detratores. Essa verdade é que não aproveitamos os gérmenes de riqueza prodigiosa que se multiplicam no imenso vale do Amazonas. Decerto; apenas ultimamente organizou-se uma empresa nacional de fracos capitais para levar o vapor às águas desse rio; é pouco, mas não é só o Amazonas que temos de aproveitar, aí está o S. Francisco, aí está todo o nosso vasto litoral que cumpre ligar, aproximar por meio de barcos de vapor e de navegações seguidas, aí estão os nossos núcleos de população, os nossos centros de produção do interior que cumpre ligar aos centros comerciais do litoral; obras gigantescas que outrora seriam a tarefa de séculos, que hoje podem ser levadas de frente e realizarem-se em alguns anos. Mas, enfim, por mais que voem os desejos, por mais que a imaginação transponha os obstáculos, na prática esses obstáculos aparecem; para vencê-los é ao menos necessário que corram anos. Corram pois, e não nos achem eles como nos deixaram esse que, no primeiro período da nossa existência nacional, tem decorrido. Foi esse primeiro período consagrado às lutas intestinas da organização, às questões do povo e da autoridade: hoje essas lutas estão acabadas, essas questões já fora da atualidade; abriu-se em 1850 o segundo período da nossa existência; não nos há de ele deixar no ponto em que estamos.

"A camara dos deputados discute uma lei concedendo diversos favores à companhia de navegação do Amazonas; concedam-se-lhe todos, todos quantos pedir, e mais alguns que se entendam necessários; nesse ponto toda a generosidade é poica, todo o sacrifício bem entendido é lucrativo: exija-se somente que aumente ela o seu capital, que multiplique o seu serviço, que dê vida e atividade a essas regiões mortas e desconhecidas."

ANEXO L – Íntegra do discurso de Justiniano José da Rocha na cerimônia de premiação dos alunos do Colégio Pedro II em dezembro de 1839 _ *Jornal do Commercio*, N. 312, 23/12/1839

Senhores! – Neste dia, o mais interessante da vida colegial, neste em que traja esta casa suas mais vistosas galas para receber tantos e tão augustos hospedes, encarregado de abrir com minha palavra esta solenidade, lastimo não ter esse dom de eloquência que, para mais dignamente representá-los, em outros teriam encontrado meus colegas. Se porém diante de tão luzido, quão numeroso auditório, falha-me talento, sobra-me vontade; e a sublimidade do assunto, suprimindo minha deficiência, dará força a meu raciocínio, brilho à minha expressão. Brasileiros, é da educação da mocidade brasileira, e portanto da prosperidade futura da pátria; pais de família, é da educação de vossos filhos, e portanto de seu porvir, que vou falar-vos: conto pois com vossa atenção; possa eu merecê-la e satisfazer-lhe!

Se, aplicado a qualquer dos produtos da natureza, o cuidado do homem o embeleza, presta-lhe preciosas qualidades que não tinha, ou desenvolve as que encerrava acanhadas; se um mísero arbusto, coberto de agudos espinhos, mostrando aqui ali uma ou outra flor desmaiada, sem aroma, sem graça nem beleza, transplantado para nossos jardins, multiplicou suas folhas, variou ao infinito seu porte, sua cor, seu tamanho, se enfim transformou-se em rosa; se pode o gênio do homem vencer o rei dos desertos, subjugar o possante touro, domar o fero e valente ginete, torna-los submissos escravos de sua vontade; se de um fruto esqualido e venenoso da Ásia fez ele o aveludado pêssego; o que não poderá seu trabalho, seu desvelo no progressivo desenvolvimento de outro homem, em sua educação? A educação! Ah! e quem lhe desconhece as vantagens? Qual o louco que fecha os olhos à luz do sol, ao pino do meio-dia, e diz: é noite?

Não, seus benefícios ninguém os nega, e se dúvidas ainda subsistem, são todas acerca do sistema que deve a seu respeito ser adotado.

O homem, esse dominador, esse rei da criação, vem ao mundo fraco, nú, destituído até do instinto do mais abjeto e estúpido animal; sua primeira expressão é um vagido de dor: deixai que corram os anos; olhai então. Ei-lo crescido: tudo cede à sua força; os elementos lhe obedecem; diante de seu prudente arrojo a indomita vaga do Oceano curva seu tempestuoso colo, os astros patenteiam os seus arcanos, e o imenso e perpétuo hino da natureza acha nele um intérprete. A quem tamanho prodígio? A educação: foi ela quem juntou à inteligência desse homem as inteligências de todas as gerações outrora existentes, quem o instruiu com a experiência dos séculos, quem deu-lhe todos os descobrimentos de seus antecessores.

Não é singela, mas sim complexa a ideia que em nossos ânimos desperta a palavra educação: três partes bem distintas lhe são conhecidas. É o corpo do homem, são seus órgãos os instrumentos de sua alma, e embora de pouca importância pareçam sua forma exterior, sua força ou fraqueza, embora não falte quem pense que deve seu desenvolvimento ficar entregue à ação natural do tempo, cumpre que dele nos não descuidemos. Mil enfermidades tendem a aniquilá-lo, mil vícios o afeiam, o enfraquecem, e transtornam-lhe a organização. É pois indispensável que a educação venha fortificá-lo contra essas enfermidades, combater esses vícios, e regular seu progressivo crescimento.

Tão importante é esse ramo de educação, que por ele celebrizaram-se as repúblicas da antiga Grécia; foram por ele eternizadas a pátria de Ciro, e a dos Leonidas. Que vale um espírito inteligente ativo, unido a um corpo inválido e raquítico? *Mens sana in corpore sano*, tal deve ser o resultado de uma educação completa; por isso cumpre que ela seja corpórea ou física. Tudo fez do homem um ente por essência social: não abrimos os olhos, não meditamos um momento, que o não vejamos dependente dos outros homens: a vida insocial é um impossível, uma quimera inconcebível e absurda.

Mas na sociedade tem o homem deveres, não só esses que as leis divinas e humanas prescrevem de rigor; porém mil outros a que a sociedade imperiosa o obriga, sob pena de tristes sofrimentos, devem ser observadas.

O homem, ente moral por essência, tem deveres que preencher para com o onipresente, que o criou, cuja grandeza, cuja majestade lhe são narradas pelos céus, pela terra, por toda a criação. O complexo desses deveres duas vezes autenticado pela revelação, deve o homem aceitá-lo submisso, cumpre que por ele amolde as suas ações. Se o não fizer, as paixões erguer-se-ão tempestuosas em seu peito, infrenes o dominarão, e ao tempo que concorrerem talvez para já desgraça dos mais homens, completarão de certo seus próprios infortúnios. Convém pois que na idade em que as paixões ainda estão mudas e impotentes, armemos o lutador que as tem de combater, com as armas que só lhe podem dar o triunfo, as armas da religião. Aniquilemos em seus espíritos a incredulidade, a indiferença; fortifiquemos suas razões com o pão dos fortes, que os premuna contra a depravação e a miséria. Deve pois a educação ser moral e religiosa.

Enfim no instante mesmo em que nasce o homem, mais fraco, mais imbecil do que o mais abjeto dos animais, traz já em si o germe dessa inteligência pela qual tem de conquistar o domínio da criação. Pela inteligência o homem de hoje, herdeiro de todos os seus antepassados, adquire quase sem custo os conhecimentos que com sacrifício de séculos e de

aturados esforços foram eles um por um amontoando: desta arte habilita-se para descobrir novos arcanos, deixar à posteridade mais avultado patrimônio.

Sem me perder em minuciosas explicações acerca dos meios com que a inteligência toma posse de tamanha herança, sem mostrar como, fecundada pelo estudo, vai ela insensivelmente desabrochando no infante, vigorando no menino, florescendo no mancebo, para dar no homem sazoados frutos, só notarei que duas principais faculdades logo nele despontam, a memória e a reflexão; cumpre que desde logo a educação aproveite; outra parte tem ela pois, é intelectual.

Se até aqui só tenho emitido ideias já vulgarizadas, princípios inconcussos; se todos concordam em que a educação, para ser completa, deve ser intelectual, moral e física; eis-me chegado ao ponto em que maiores contestações se apresentam.

Os conhecimentos humanos, dizem, tesouro de sessenta séculos de trabalho, formam um prodigioso acervo, que não pode em todas as suas partes ser abrangido, nem ainda incompletamente, pelo mais vasto espírito: cumpre pois que dentre os diversos ramos um só seja escolhido, e a ele se vá desde logo acostumando a inteligência do menino, que desta arte aplicar-se-á com multiplicada força a essa única especialidade: assim o previdente Egito obrigava o filho a aceitar a profissão paterna, a que desde o berço se havia acostumado. Ao trabalho do homem põe a fadiga insuperáveis limites: se quiserdes à inteligência do menino dar tão variado alimento, rejeitá-lo-á por fraco, e nenhum aproveitará; cumpre pois escolher um outro assunto de estudos, com que a vamos sucessivamente habilitando, de modo que para outro não passe

enquanto não estiver bem senhor deste.

Estas reflexões, que ordinariamente se oferecem contra o sistema adotado por esta casa, devem aqui ser refutadas.

Sim, limitada é de certo a inteligência humana, seu desenvolvimento é vagaroso, é obra de anos; mas estará ela por tal modo circunscrita, que não possa a um tempo ocupar-se de algumas diversas matérias? Não é sabido que a variedade deleita; que, mudando de ocupação, repousa o espírito? Pois só haverá descanso na inércia? Não sabemos até por cotidiana experiência, que os exercícios corpóreos servem de repouso uns para os outros? Quando cansamos de estarmos reclinados, erguemo-nos; de estarmos parados, andamos: de igual modo o espírito, cansado de aplicar-se a um estudo, aplica-se a outro, e logo volta ao primeiro com todo o fervor da novidade, com toda a atividade que ganhou na mudança.

Cuidado, vós que tomais a inércia pelo repouso, cuidado, que não podendo sujeitar a inteligência à lei da inatividade, não aproveite o espírito de vosso educando o tempo que lhe

deixais para entreter-se com pensares inúteis, ou até nocivos! Se o espírito humano está sempre ativo, ocupemo-lo constantemente, demos a cada hora o necessário alimento, e para evitar esse tédio que receais, filho de muito aturada aplicação, variemos esses alimentos.

Muitos são decerto os conhecimentos humanos, ciências, letras e belas-artes: cada uma dessas palavras abrange infinda multiplicidade de assuntos, e para o completo estudo de cada um deles mal bastaria a vida inteira de um homem: como pois quereis que seja sucessivo esse estudo? Quereis porventura que o educando que vos for confiado fique hóspede em tudo quanto sabe o homem, para só estar versado em uma doutrina? Esse vosso educando ficaria inutilíssimo à sociedade e supinamente ignorante.

O ponto de civilização a que tem chegado a humanidade obriga-nos a dar quase enciclopédia instrução a aquele que quisermos útil a si e aos outros: porque pois não aproveitaremos a fraternidade das ciências, das letras e das artes; porque não atenderemos a seu encadeamento para irmos dando ao aluno a mais variada cópia de noções que com seus anos for compatível?

Nada aprofundaremos, é verdade; nossa instrução ocupará mais em superfície do que descerá em profundidade; nem outra coisa desejar se pode na educação secundária. Daremos variada instrução a nossos alunos; e assim, desenvolvidas sempre de par, e não umas com detrimento das outras, suas faculdades alcançarão todas, por mútuo auxílio, um grau de vigor inesperado; além de que, sabendo por experiência o que custa o estudo, o que vale cada um dos ramos dos conhecimentos humanos, homens de letras, não desdenhará ele o homem científico, político; não olhará com desprezo para o poeta, matemático; não menosprezará as outras especialidades, nem os que as houverem abraçado.

Ainda outra vantagem em favor deste sistema: porá ele patente a vocação de cada educando, que ao depois com maior proveito poderá dar-se ao estudo dessa especialidade para a qual vai já preparado. Nem receeis que no meio dessa variedade o educando deixe uns para só com outros estudos ocupar-se: deve tranquilizar-vos a experiência constante, e daqui a pouco tereis prova completa do que afirmo, ouvindo na proclamação dos prêmios à que teremos de proceder, quase constantes, em todas as diversas doutrinas, reproduzirem-se os mesmos nomes, senão na mesma ordem. O estudioso, o diligente, satisfaz sem custo a todos os seus deveres, e de quanto lhe é ensinado colhei ructo.

Aceitando alguns as divisões estabelecidas no começo deste discurso, assentam que devem ficar a cargo da família a educação moral e física, não competindo ao educador público senão a intelectual.

Decerto não pensam como o legislador de Sparta os que dão essa preferência à educação doméstica: havia estabelecido aquele sábio que não fosse considerado como Spartano o cidadão que não quisesse entregar seu filho às autoridades da pátria para ser criado conforme as leis da pátria. Sem que admita tamanho rigor, reconhecendo mesmo que ninguém pode suprir os maternais desvelos, a paterna afeição, perguntarei, se no estado atual da sociedade, podem os pais exercer em bem da educação de seus filhos essa vigilância de todas as horas, de todos os instantes, que lhe é indispensável? Se os extremos de seu amor lhes não encobrirão os defeitos, ainda nascentes, de seus filhos, que então poderiam sem custo ser extirpados, mas que com o andar do tempo nada poderá desarreigar? Perguntarei se, educado nesta vida doméstica, sem aprender a disfarçar os defeitos dos outros, sem familiarizar-se com aqueles que serão homens quando ele também for homem, não beberá o menino esse egoísmo tão funesto, essa tão estúpida pressunção, essa desdenhosa vaidade, esse desejo de ser obedecido, que fazem de tantos homens o flagelo da sociedade, para quem são insuportáveis?

Por outro lado, a educação religiosa fica de todo esquecida, ou pelo menos acanhada, quando é dada no lar doméstico. Não faltará talvez quem ensine aos meninos práticas religiosas, que nem os leve às cerimônias dos templos; mas quem lhe as explique, quem lhes inculque essas doutrinas, consolação do infeliz, complemento da ventura do afortunado; quem os instrua para que sejam salutares essas práticas, para que assistam a essas cerimônias, não só corporalmente, senão com espírito recolhido; esse decerto faltará. É pois essencialmente defeituosa a educação dada no interior da família.

Quanto à parte física, hoje tão atrasada, depois de haver sido a em que primaram os antigos, deixam-a os pais em completo abandono. Para seus jogos, para os folguedos indispensáveis à sua idade, os meninos tomam companheiros onde os acham, e as mais das vezes infelizes entre os famulos da casa, que a pouco e pouco vão-lhes solapando a moral, enquanto os pais fecham os olhos e não vem tão irremediáveis estragos.

Oh! juntem-os eles com os companheiros de sua idade, com seus iguais! Assim já não pouco terão ganho.

Não convém pois deixar entregue à vigilância paterna nenhum dos ramos da educação. Os pais mesmos, ainda os mais extremos, em nossa pátria como em todas as nações civilizadas, o tem sentido.

Foi cedendo a seus votos, que esse gênio extraordinário com que a providência marcou a passagem do século XVIII para o XIX cobriu o território da França de inúmeros liceus, onde recebessem 36.000 meninos o benefício da educação comum, e em que constantemente se estivessem preparando 36.000 cidadãos úteis.

Em conformidade com o sistema que havia ele herdado da experiência dos séculos, e que deixou aperfeiçoado, sistema que na inconstante França tem atravessado tantas revoluções, e ao qual sem dúvida deve aquele reino tantos varões ilustres nas letras, nas artes, nas ciências, sistema que no sábio Guizot achou tão conspícuo propugnador, foi criado o colégio de Pedro Segundo.

Por melhores que fossem os desejos dos pais, a mocidade brasileira não podia receber a educação intelectual senão incompleta, por não haver um centro que harmonizasse os estudos: todos sentiam a falta de um estabelecimento em que, ao lado de uma instrução harmônica e completa, recebessem os alunos o benefício da educação moral e física.

Tão evidente era essa necessidade, que para satisfazerem-a, surgiam de toda a parte colégios particulares. Louvores aos que os empreendiam! Mas podias seus esforços ser bem sucedidos? Longe da vigilância das autoridades, fora de sua proteção, podiam eles inspirar aos pais a confiança necessária para que lhes entregassem descansados os objetos de seus desvelos, os seus filhos? Demais poderiam eles, que queriam tirar um lucro imediato de seus sacrifícios, aumentá-los continuamente para alcançarem os precisos melhoramentos?

Enfim, entre as importantes exigências do presente, entre os cuidados que lhe impunham o restabelecimento da ordem, a aniquilação da discórdia, o pensamento do futuro ergueu-se ante o governo do império; a educação das gerações vindouras chamou sua atenção; sentiu ele que era mister dar à pátria mais um penhor de melhoramento: foi decretado o colégio de Pedro II.

A educação achou-se então completa: suas três bases foram estabelecidas e harmonicamente desenvolvidas, nenhuma sacrificada para que ocupasse outra maior espaço do que lhe competia.

Não é porém em um instante que se pode montar tão vasta máquina, como a de um colégio desta ordem: tempo é preciso, e exame, e experiência própria; são indispensáveis ensaios e modificações. O berço de Alcides infante as esmagou: engenhoso emblema dos perigos, dos obstáculos que cercam todas as instituições novas, ainda as mais útil e sabiamente combinadas! Com eles teve de lutar o colégio de Pedro II.

Dois anos mal tem decorrido, depois que foi ele decretado; os obstáculos tem sido todos superados, vencidas as resistências; e adquirindo na luta novas forças, cobrando novos alentos, a instituição vai medrando, vigora, e caminha para o grau de prosperidade a que lhe dá direito sua sublime concepção. Sim, que o patrocina o nome augusto que lhe foi dado: o título de Pedro II é-lhe penhor de perdurável e prospera existência.

Também o não tem desamparado a vigilância e a proteção do governo, que, cômico da importância desta sua obra, conhecendo-lhe as necessidades, não lhe poupa seus desvelos e seu amparo.

Com tais fiadores, certo da força inerente a um estabelecimento que satisfaz a tão evidente necessidade pública, quem me arguirá de temerário, se asseverar que longos dias de glória e de utilidade se preparam para esta casa? quem desconfiará de minhas palavras?

Ah! se todos os Brasileiros de hoje não agradecem ao governo por haver fundado este instituto, por haver-lhe aplicado continua e protetora vigilância, se para avaliarem sua utilidade querem alguns ver primeiro seus resultados, ao menos agradecer-lhe-ão as gerações vindouras, agradecer-lhe-á um dia o Brasil inteiro, vendo melhorada a instrução de seus filhos, esteiada a moral pública no inconcusso apoio da verdade religiosa, vendo enfim, pelo modelo do colégio Pedro II, centenas de outros iguais colégios erguerem-se para lhe disputarem a glória de melhor servir a pátria, educando a juventude brasileira. Oh! essa emulação, tão fecunda em felizes resultados, já vai despontando; já muitas províncias preparam seus colégios. Ah! possamos aplaudir a tão brilhante porfia e colher seus benefícios!

É a emulação a mãe (sic) dos melhoramentos, a alma da vida colegial.

Quando a força única do dever não basta (e bem raras são aquelas almas diletas para quem é ela suficiente), quando o espírito esmorece na luta com as dificuldades, quando por tédio rejeita a aridez do estudo, pois é espinhosa e íngreme a vereda que leva ao templo da sabedoria, vem a emulação dar alento ao espírito, cobrir com as flores do elogio a aridez do estudo, e disfarçar com a esperança o tédio do cansaço.

A emulação! por amor dela é hoje o mais brilhante dia da existência do aluno: hoje vê ele coroados seus felizes esforços, hoje recebe a palma do triunfo. Ah! que já para nós passaram-se esses dias de tão puro e tão suave regozijo! Mas recordemo-nos de nossa mocidade, lembremo-nos que um dos maiores vencedores que a França conta entre os seus generais (Catinat ou Condé, não me recordo ao certo) dizia ufano que só dois dias havia tido em sua existência de verdadeiro júbilo, o dia de sua primeira vitória contra os inimigos da pátria, o dia de seu primeiro prêmio no colégio. Receba pois a brilhante

mocidade que me ouve o tributo de elogios que seus esforços lhe merecem, receba esses prêmios que a imparcialidade lhe distribuiu; e preparando-se para novas lidas, veja que para lhe disputarem a palma, erguem-se todos os seus emulos, protestando com o entusiasmo deste dia que ainda não esmoreceram.

E vós, senhores, que com vossa presença abrilhanta este ato, vós, especialmente, Senhor, cuja proteção nunca falhou, nunca falhará ao colégio Pedro II nos dias de sua glória,

como no de suas dificuldades; aceitai os sinceros e cordiais agradecimentos que por seu órgão vos tributam alunos, professores e autoridades administrativas deste estabelecimento.